

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO
BRASILEIRO

UNIVERSITY

INSTITUTE OF HISTORY & GEOGRAPHY

LIBRARY

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO
BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

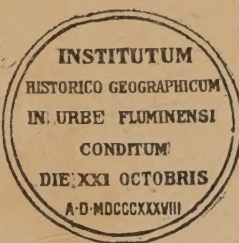
TOMO 107 — VOL. 161

(1º DE 1930)

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

DIRECTOR

Dr. B. F. Ramiz Galvão



* * * RIO DE JANEIRO
IMPRESA NACIONAL * 1930

1911

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

PHYSICS

1911

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

PHYSICS

1911

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

PHYSICS

1911

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

PHYSICS

INDICE

INDICE

DO

TOMO 107 — VOLUME 161 (1º DE 1930)

Tardes do Instituto

	Pags.
Conferencia da sra. Maria Eugenia Celso Carneiro de Mendonça — <i>O Espirito e o Heroismo da Mulher Brasileira</i>	9
Conferencia da senhorinha Maria Junqueira Schmidt — <i>A Segunda Esposa de d. Pedro I</i>	26
Conferencia da sra. Maróquinha Jacobina Rabello — <i>Cantares Brasileiros</i>	45
Conferencia da sra. Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça — <i>Prosadoras e Poetizas Brasileiras</i> L	77
HISTORIA DA INDEPENDENCIA DO BRASIL, por Francisco Eugenio de Toledo.	105
RIO BRANCO, URARICUERA E PARIMA (A. Hamilton Rice)	337
PROFESSOR JOSE RIBEIRO DO AMARAL, pelo dr. Justo Jansen Ferreira	349
REFORMA ADMINISTRATIVA E MUNICIPAL (Parecer e projectos do senador Affonso Celso) . .	359
COUSAS DE ANTANHO, pelo conde de Affonso Celso .	613
NO DIA DA MARINHA, pelo commandante Alvaro Alberto	621

Actas das sessões de 1930

PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA EM 28 DE ABRIL

Pags.

Approvação da receita e despesa no anno de 1929	
Proposta para ser commemorado o 50° anniversario da morte do duque de Caxias.	
Allocação do conde de Affonso Celso, presidente perpétuo	667

SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA EM 14 DE MAIO

Participação official da morte do explorador Fridtjof Nansen.	
Comunicação do sr. Max Fleiuss sôbre o apparecimento do 2° volume da 3ª edição da <i>História Geral do Brasil</i> do visconde de Porto-Seguro e do livro do sr. Sylvio Rangel de Castro, <i>Quelques aspects de la civilisation brésilienne</i> e da offerta do sr. Jorge Hurley do trabalho, <i>Nos Sertões do Gurupi e Prehistoria Americana</i> .	
Proposta do sr. Affonso de E. Taunay de um voto de louvor ao sr. Jorge Hurley.	
Palavras do sr. conde de Affonso Celso.	
Palestra do sr. Max Fleiuss sôbre o centenario de monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo	

ANNEXOS A' ACTA DA SEGUNDA SESSÃO

I — <i>Commemoração do centenario do padre José Mauricio Nunes Garcia.</i>	
Palavras do conde de Affonso Celso.	
Conferencia do sr. Affonso de E. Taunay.	
Allocação do conde de Affonso Celso.	
II — <i>Homenagens ao presidente do Instituto Historico.</i>	679

TERCEIRA SESSÃO ORDINARIA EM 7 DE JUNHO

Palavras do conde de Affonso Celso propondo um voto de congratulações com o novo cardeal brasileiro d. Sebastião Leme.	
--	--

Pags.

Palavras do sr. Max Fleiuss, propondo um voto de congratulações com o sr. Hubert Knipping pela viagem do <i>Graf Zeppelin</i> .	
Palavras do sr. Max Fleiuss sobre o facto de ter o sr. Oliveira Lima feito executar em Bruxellas musicas do padre José Mauricio.	
Conferencia do sr. Clovis Bevilaqua sobre <i>Uma Fi- gura Historica</i> (visconde de Ouro Preto).	
Palavras do sr. conde de Affonso Celso.	714

QUARTA SESSÃO ORDINARIA EM 28 DE JULHO

Palavras do sr. conde de Affonso Celso communicando officialmente o fallecimento do consocio sr. Arthur Pinto da Rocha.	
Palavras do sr. Max Fleiuss fazendo uma synthese do livro inédito de Oliveira Lima — <i>Dom Miguel no Throno</i> (1828-1833).	
Palavras do sr. conde de Affonso Celso	722

QUINTA SESSÃO ORDINARIA EM 6 DE AGOSTO

Palavras do conde de Affonso Celso.	
Conferencia do sr. Eugenio Vilhena de Moraes sobre <i>Dom Antonio de Macedo Costa</i> .	
Palavras do sr. conde de Affonso Celso sobre <i>Dom An- tonio de Macedo Costa</i> .	
Palavras do sr. conde de Affonso Celso sobre o marco encontrado em Itacurussá pelo barão de Capa- nema	724

SEXTA SESSÃO ORDINARIA EM 29 DE AGOSTO

Palavras do sr. Max Fleiuss sobre a offerta do coronel Pedro Bueno Paes Leme, da biographia do barão de Quixeramobim.	
Palavras do sr. conde de Affonso Celso communicando officialmente a morte dos consocios srs. padre Carlos Teschauer e dr. Justo Jansen Ferreira.	
Conferencia do sr. Basilio de Magalhães sobre o <i>Alei- jadinho</i> (Antonio Francisco Lisboa).	729

SETIMA SESSÃO ORDINARIA EM 13
DE SEPTEMBRO

Pags.

Votação dos pareceres admittindo como socios do Instituto Paul Rivet, Percy Alvin Martin e Sylvio Rangel de Castro.

Palavras do conde de Affonso Celso.

Conferencia do sr. Agenor de Roure commemorando o centenario da morte de frei *Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio*

753

OITAVA SESSÃO ORDINARIA EM 15
DE SEPTEMBRO

Palavras do conde de Affonso Celso.

Conferencia do general José Maria Moreira Guimarães commemorando o centenario da morte do general *Joaquim Xavier Curado*.

Palavras do conde de Affonso Celso sobre as demonstrações officiaes feitas ao general Curado, a pedido do Instituto.

773

NONA SESSÃO ORDINARIA EM 18
DE OUTUBRO

Recepção do novo consocio sr. Sylvio Rangel de Castro.

Discursos do sr. Rangel de Castro e do sr. Ramiz Galvão

781

SESSÃO MAGNA COMMEMORATIVA DO 92°
ANNIVERSARIO EM 21 DE OUTUBRO

Allocação do sr. conde de Affonso Celso.

Entrega da medalha de ouro, pelo general Teixeira de Freitas em nome do Presidente da Republica, mandada cunhar especialmente para esse fim pelo Instituto.

Agradecimento do conde de Affonso Celso.

Relatorio apresentado pelo secretário perpétuo sr. Max. Fleiuss.

Discurso do sr. Ramiz Galvão, orador perpétuo, fazendo o necrologio dos socios Adolpho Augusto Pinto, André Peixoto de Lacerda Vernek, Justo Jansen Ferreira, Arthur Pinto da Rocha, padre Carlos Teschauer, Henrique Morize, cardeal d. Joaquim Arcoverde

790

TARDES DO INSTITUTO

Conferencias realizadas pelas senhoras Maria
Eugenia Celso Carneiro de Mendonça, Maria Junqueira
Schmidt, Maroquinha Jacobina Rabello e Anna
Amelia de Queiróz Carneiro de Mendonça

TARDES DO INSTITUTO

Com extraordinaria concorrência de senhoras e cavalheiros, iniciou o INSTITUTO HISTÓRICO, em Maio de 1928, uma série de conferências femininas, cujo programma tem o título geral de *Tardes do Instituto*.

Foi tal a affluência de gente, que muitas pessoas se retiraram por falta de logar. Coube á laureada poetisa e jornalista, d. Maria Eugénia Celso, realizar a primeira palestra sobre o seguinte thema: *O espirito e o heroismo da mulher brasileira*.

Abrindo a sessão, o presidente perpétuo do INSTITUTO, conde de Affonso Celso, disse que o mesmo INSTITUTO, convidando a intellectualidade feminina a collaborar nos seus trabalhos, teve dous intuitos: primeiro, render justo preito de aprêço a essa intellectualidade, que sempre se distinguiu, mas apresenta agora, como nunca, expoentes notaveis; depois, demonstrar que a velha corporação, constantemente operosa e vivaz, sabe conciliar o amor da tradição e do passado com o culto do modernismo e da novidade, em tudo quanto seja criterioso e possa contribuir para o lustre da Patria. Corporação essencialmente conservadora, é também animadamente progressista: promove, acolhe, applaude, estimula quaesquer iniciativas nobres e patrióticas, como o é, sem dúvida, essa que começava a realizar-se. Não lhe cabia lembrar os meritos da conferencista, a quem agradeceu, bem como ás suas companheiras o haverem acceito o convite do INSTITUTO. Agradeceu também ao auditorio, no qual destacou o exmo.

sr. embaixador dos Estados Unidos — o auditorio, cujo comparecimento avultado, illustre, brilhante, conferiu á primeira das *Tardes do Instituto* o esplendor da alvorada, formosissima e genuina alvorada brasileira. Pediu em seguida á conferencista que usasse da palavra.

O ESPIRITO E O HEROISMO DA MULHER BRASILEIRA

(Conferencia realizada pela
senhora Maria Eugenia Celso Carneiro de Mendonça,
no Instituto Historico a 30 de Maio de 1928)



Maria Eugenia Celso Carneiro de Mendonça

O ESPIRITO E O HEROISMO DA MULHER BRASILEIRA

Senhor presidente, minhas senhoras, meus senhores.

As minhas primeiras palavras não podem deixar de ser de agradecimento e de emoção.

Mandaria a praxe que fôsem antes de modestia, talvez, pois a cópia da modestia faz parte de toda oração que se queira reger pelas velhas normas, as normas classicas, as que naturalmente dominam numa instituição tão sabidamente conservadora como o INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO.

A modestia, porém, — e não se carece de grande agudeza de observação para verifica-lo, — soffre na actualidade um eclipse total.

O individualismo dos tempos relegou-a ao perecido ról das cousas irremediavelmente fóra da moda. Não seria de bom gôsto, portanto, arranca-la a esta penumbra de ostracismo para repetir-vos o que á saciedade sabeis: que outra mais auctorizada voz feminina, que não a minha, devia ter sido a primeira a se fazer ouvir neste recinto.

Tornam-se, justamente pela consciencia disto, mais reconhecidamente desvanecidos os meus agradecimentos á directoria do INSTITUTO HISTORICO, por me haver proporcionado o gaudio desta honra, convidando-me para iniciar a serie de conferências femininas das *Tardes do Instituto*. Si algo póde justificar essa escolha, reside no facto de terem sido passados, por assim dizer, á sombra do INSTITUTO HISTORICO, a minha adolescencia e mocidade.

Por mais longe que remonte no passado, sempre o conheci, sempre nelle ouvi fallar, sempre o contei entre as cousas familiares a meu espirito e costumeiras a meu ambiente. E'-me

quasi íntima a sua atmosphera. Confesso mesmo que a irreverencia de meus quinze annos, aos quaes se afigurava o discurso uma das mais calamitosas manifestações de brasilidade, só enxergando no INSTITUTO o lado oratorio das sessões magnas, durante certo tempo o considerava a última palavra do enfadonho, como enfadonhos serão sempre para todos os quinze annos da terra a Geographia, a Historia, o estudo e a tradição. Toda mocidade é instinctivamente iconoclasta e a minha não escapou á generalidade desta regra. Chegada, no entanto, época mais reflectida, o estouvamento desta opinião se foi a pouco e pouco transmutando em respeito, acatamento, veneração.

Compreendi-lhe a utilidade da alta missão, aquilatei-lhe o alcance, admirei-lhe a serena estabilidade.

E quando, instada por Max Fleiuss, seu tão activo e competente secretario, me resolvi a acceitar a incumbencia desta primeira palestra, não foi sem ter feito um secreto appello ao que possa haver em mim dêsse heroismo da mulher brasileira, de que tenho por tarefa entreter-vos.

Perguntareis porque? E' muito simples. Noventa e um annos de existencia conferem ao INSTITUTO HISTORICO o prestigio de um verdadeiro patriarchado entre as associações nacionaes, e, por mais dadas que sejam as mulheres ás intemperanças de lingua, fallar na casa de um patriacha sempre ha de ser motivo para torna-las, um segundo ao menos, caladas e hesitantes. Todas as hesitações cessaram, entretanto, deante da significação moral dêsse convite.

Demonstra elle claramente quanto — *sans en avoir l'air* — desde 1838, fizeram caminho ás mulheres no Brasil, constituindo não só uma homenagem, tanto mais meritoria quanto mais espontanea, ao espirito da mulher brasileira, como principalmente indicando radical mudança na mentalidade dos homens em relação ás capacidades dêsse mesmo espirito.

Aos venerandos fundadores do INSTITUTO, sem excepção por certo, se antolharia verdadeiramente irrisoria a hypothese de mulheres lhe virem um dia occupar a tribuna, e si um gaiato, por pilheria, a houvesse outróra aventado, teriam sorrido superiormente os mais polidos, este pairante sorriso de condescendencia, conscio da sua supremacia, ante os desgarrros caprichosos de uma creança, um sorriso que, aliás, ainda não desertou completamente dos labios masculinos. Hoje, esta circumstância já não espanta nem a homens e nem a mulheres; entrou na ordem natural das cousas, normalizou-se. Esta normalização, tão simples na apparencia,

mas tão reveladora de profundas gradativas evoluções, se nos depara como um signal dos tempos. Não é só a mulher que sente ampliado o seu papel na sociedade. Ao homem também, a pouco e pouco liberto de preconceitos e modificadas as perspectivas do seu ponto de vista, a cooperação da mulher, em todos os ramos da sua actividade, já se apresenta como absolutamente imprescindível.

O gynecceu já não póde mais ser para ella o carcere privado, em que não raro se lhe estiolavam e finavam, por falta de cultivo, as faculdades.

Além dos seus deveres basicos de espôsa, dona de casa e de mãe, outros deveres a solicitam e a reclamam. Seu espirito, todavia, ou antes as qualidades essenciaes que a caracterizam bem nossa entre as mulheres do mundo, permanecem as mesmas.

O espirito da brasileira, mesmo nas suas mais arrojadas manifestações, conserva esse cunho de meiguice, de doçura, de maternidade, que a torna mãe antes de tudo, acima de tudo. O proprio amor que tem á patria nada mais é do que uma irradiação de seu amor materno, amando nella tão sómente a terra de seus filhos.

Considerada na sua maioria e talvez devido á educação exclusivamente caseira durante longos seculos recebida, a brasileira não offerece, á primeira vista, o patriotismo exaltado da européa. Deixam-na fria, em geral, as questões de puro civismo. Para aquece-la, para fazer aflorar á tona a alma profunda e arrancar-lhe ao sentimento a centelha patriotica, é preciso toca-la no coração. Assim inflammada, vai aos extremos, é capaz dos mais sublimes rasgos de heroismo.

E que é heroismo, afinal, sinão exceder ao proprio personagem, ser maior do que si mesmo?...

A palavra, no entanto, só nos parece dar toda a medida de sua significação quando applicada a feitos bellicos, lances em que a vida se arrisca em guerreiros episodios, aventuras de capa e espada. Esta accepção, circunscrevendo ao heroismo um campo de acção exclusivamente militar, restringe naturalmente um pouco o número das nossas authenticas heroínas.

O general Carlos de Campos nos seus "Perfis biographicos das Heroínas do Brasil" aponeta, ainda assim, vinte e nove destas super-mulheres que, no seu parecer, *merecem a honra de ser admiradas e veneradas pela História, embora algumas dessas patricias não tenham ainda recebido dos posterios os laureis a que fizeram jús.*

Entre essas heroínas avulta pela aura de romance que a cerca, como pela popularidade de que goza, a figura internacional de Annita Garibaldi.

Por um destes mysteriosos designios do fado, quiz o acaso que para encontrar aquella que lhe devia insuflar, pelo destemor sem limites de sua dedicação, a pertinacia de ânimo que o tornou o unificador glorioso da Italia, tivesse Garibaldi de atravessar os mares e viesse fundear, em 1837, deante da villa de Laguna, como commandante-chefe da esquadilha dos federalistas.

De uma feita, assestando desoccupadamente para a terra o oculo de alcance, avistou entre os verdores de um jardim esbelta silhueta de moça...

Era Annita. Annita que, noiva sem amor, do tenente do Exército imperialista, João Gonçalves Padilha, seguia, fascinada, as evoluções da flotilha revolucionária, da qual sabia ser chefe um joven aventureiro, temerario até á demencia, em quem obscuramente presentia o seu destino.

Mandar arriar um escalor, desembarcar e pôr-se immediata e loucamente á procura daquella que lhe surgira como visão de graça primaveril, captada sem saber pela cumplicidade do oculo indiscreto, foi, para aquelle ser de acção e de vontade, obra de momentos. Chegando em terra, todavia, não atinou com a casa onde a surprehendera e desesperançado, desiludido, ia regressar a bordo, quando um conhecido o convida a entrar um momento em sua casa.

Era a sorte que, emboscada nesse convite, inopinadamente o aguardava.

Narrou Garibaldi nas suas *Memórias* o theatral improvisto deste encontro: "Entrei e a primeira cousa que vi foi a moça que havia contemplado pelo oculo... Ficámos mudos, um deante do outro, olhando-nos como si não fôsse a vez primeira e, como eu fallava pouco o portuguez, saudei-a com estas palavras: *Tu devi esser mia*.

A ousadia da phrase foi como um cunho de posse na alma subjugada da donzella.

Alguns dias depois apresentava-se de nôvo Garibaldi ao pae de Annita, Bento Ribeiro da Silva, pedindo-lhe, ou antes, exigindo-lhe a mão da filha.

A recusa foi categoria. Ao sensato lagunense, todo imbuido de princípios conservadores e educado na velha rotina de só se poderem casar as raparigas com o marido designado pelo pae, a turbulenta perspectiva daquelle genro, cheio de imprevistos ameaçadores, deve ter aterrado.

Annita, porém, já dispuzera de si. Seu amor, mais forte que todas as razões, mais imperioso que a própria razão, arrastava-a irresistivelmente.

Fugindo á casa paterna, a bordo de um dos navios tomados aos imperialistas, Annita esqueceu nos braços de Garibaldi o mundo que até então fôra o della.

Iniciava-se a sua vida de heroína. Nesse mesmo navio recebeu o baptismo de fogo, e Garibaldi, deslumbrado, comprehendendo que não era só uma adorável amante que enamoradamente acolhera a seu bordo, era mais um marinheiro na sua tripulação, mais um soldado, bello, galhardo, intrepido, que se alistava nas suas fileiras, fascinando aos outros pela valentia sem par do seu exemplo.

Em repetidos lances de bravura, de sangue-frio e de intuição estratégica, Annita bateu-se ao lado daquelle que só em 1842, em Montevidéo, na igreja de São Francisco de Assis, se tornou legalmente seu espôso. O casamento, porém, não representava para aquelles dous entes tão estreitamente unidos sinão méra formalidade.

As campanhas accidentadas dessa mallograda guerra dos Farrapos, de que Annita fôra, tão ao pé da letra, a generala, os perigos afrontados junctos, as privações soffridas em commum, o sangue derramado com egual desprendimento pela mesma causa, haviam creado entre elles laços de indestructivel solidez.

Não eram só espôsos, eram dous companheiros de luta, dessa luta audaz e exhaustiva em que Annita havia sido ao mesmo tempo afoita combatente e enfermeira devotada á cabeceira dos feridos.

Tu devi esser mia, dissera-lhe Garibaldi, arrebatando-a com o despotismo dos que nasceram marcados para o commando, através ás peripecias de sua vertiginosa epopéa. E delle foi ella unicamente, integralmente até á morte, acompanhando-o na guerra e vivendo, na paz, feliz á sombra de sua glória.

Em 1849, na Italia, Annita retomou as armas. "*Na hora da peleja* — escrevia ella heroicamente ao marido, retida em casa pelo nascimento de um filho — *não penses em mim, Giuseppe, nem nos nossos filhos, mas tão sómente na patria.*"

E' por esta phrase, em que Annita se guinda á altura das antigas mulheres lacedemonias, que ella, por assim dizer, poz o remate supremo á sua corôa de heroína.

O destino piedoso lhe reservava, no entanto, a mais ditosa das mortes: morreu nos braços do homem amado, quando

com elle fugia á perseguição do inimigo temporariamente victorioso. Durara dez annos seu maravilhoso romance.

Ravenna elevou-lhe uma estatua. Bello Horizonte ostenta em praça pública seu busto glorioso, e, em Porto Alegre, expressivo monumento de marmore immortaliza-lhe a peregrina lembrança em terra gaúcha.

Pelo garbo da sua formosura, pelo desassombro nunca desmentido de sua coragem, como pela infatigavel abnegação de seu amor, Annita Garibaldi se nos afigura o expoente máximo das heroínas brasileiras. Tanto na galhardia da sua personalidade, como no romanesco de sua vida, tudo corresponde triumphalmente nella á idéa que nós fazemos do heroismo.

Profundamente brasileira pela ternura incomparavel da sua alma, Annita Garibaldi foi mundial pela grandeza da orbita em que se moveu. Heroína dos dous Mundos, tal é o nome com que se immortalizou nos fastos da nossa história, como nas mais famosas páginas da História italiana, essa heroica filha do Brasil.

Si a escolhi como figura central de toda esta pleiade de brasileiras illustres, de que venho de vos dar em rapida reseña a história e a vida, é porque reputo Annita Garibaldi, no sentido combativo e romantico da palavra, a mais heroína das nossas heroínas, pois foi a um tempo uma heroína de coragem e uma heroína de amor.

Antes della, porém, bem antes della, nos primordios da nossa nacionalidade, já o heroismo feminino floria e desabrochava em fructos de lidima pujança na nossa terra. Os nomes de Paraguassú e de Bartira, essas filhas da selva brasileira, que fôram como a cellula-mater da nossa raça pelo seu consórcio com Diogo Alvares e João Ramalho, o conquistador colonizante, não podem ser esquecidos. Em 1630, na quadra agitada do dominio hollandez, Clara Camarão, india tambem, india formosa, com a sua côr de cobre luzente, o magnetico negrume de seus olhos, Clara Camarão, que fez do selvicola Poti o chefe prestigioso que foi d. Philippe Antonio Camarão, surge indomavel, batendo-se ao lado do espôso, desde Goiana, onde foi derrotado um dos melhores chefes hollandezes, o valente Artichofsky, até a primeira batalha dos Guararapes. Investindo Mauricio de Nassau contra Porto-Calvo, Clara Camarão, tomada de um delirio de patriotismo, empunha as armas, e, pondo-se á testa de um esquadrão de mulheres, marcha desassombradamente contra o invasor, secundando com admiravel pericia o espôso tambem engajado na lucta.

"A mulher de d. Felippe Camarão, conhecida pelo nome de d. Clara, — diz della com espanto o historiador Abreu Lima — *combateu com uma bravura que o seu sexo fazia incrível*".

Tanto exfôrço e extraordinaria energia ficaram concretizados na soberba alcunha com que a cognominaram — Camilla brasileira.

Celebraram-na os guerreiros e cantaram-na os poetas:

Vibrando a longa espada,
Ao lado marcha do brasileiro espôso
A nobre espôsa amada
Nos campos dos troyannos.
Camilla furiosa,
Voando sôbre a grimpá da serra,
Mais triumphos a morte não prepara.
Assoberbam o batavo nefando.
O quente sangue espuma.
Qual belga foge, qual brasileiro fére.
Quem evita o Mavorte,
Na espada *feminil* encontra a morte.

Digna emula das nobres pernambucanas que em Teju-cupapo victoriosamente repelliram o assalto dos Hollandezes, Clara Camarão com d. Maria de Sousa, a mãe espartana que preferiu a salvação da patria á vida de seus filhos, symbolizam a propria alma heroica da guerra hollandeza. Frei R. de Jesús, num periodo de delicioso archaismo, do seu "Castrioto Lusitano", assim se refere á temeraria Carijó: "*Montada em um cavallo, d. Clara Camarão foi tão clara nesta gentileza que deixou escurecida a memória das zanobias e Semiramis com que tanto se illustrou a Antiguidade*". Não foi só Clara Camarão; todavia, que o elemento bugre forneceu como prova irrefutavel do heroismo indigena. Dous seculos mais tarde, em 1820, uma india tambem, a neta de um cacique dos Caiapós, baptizada por Damiana da Cunha, teve por alevantado mistér trazer á civilização seus ermãos selvagens e rebeldes. Bella, ousada, eloquente, Damiana da Cunha, a missionaria, em penosissimas peregrinações através dos sertões de Goiaz, tendo por unicas armas o poder de sua palavra e a persuasão de seu exemplo, passou a vida a conquistar almas ao Christo e subditos ao Brasil. Pioneira do progresso e do bem, si não foi feita de lances atrevidos a sua existencia,

nem por isso deixa de ter o seu pacífico heroismo a belleza sem par de um apostolado.

Quasi dous seculos antes, uma paulista Rosa de Siqueira, accompanhando o marido numa viagem á Bahia a bordo da nau portugueza *Nossa Senhora do Carmo*, tivera occasião de comprovar a sua valentia num encontro com piratas argelinos, com os quaes a *Nossa Senhora do Carmo* teve de travar renhido combate. Rosa de Siqueira, ao brado de *Viva a fé de Christo!* excitava os marujos ao combate, combatendo ella mesma com a intrepidez e a resistencia physica de um homem, ateando fogo á peça, orphã do artilheiro morto pela explosão de uma granada, e a todos enchendo de pasmo e de admiração pela sua inegualavel fortaleza de alma.

Quasi, por esta época, no correr do anno de 1700, uma menina de 18 annos, Maria Ursula de Abreu Lencastre, impellida pelas vehemencias da indole varonil e ardendo no desejo de assignalar-se nos campos de batalha, fugia da casa dos paes, embarcando para Lisbôa, onde assentou praça sob o nome de Balthazar Cardoso. Passando-se depois para a India, ahi celebrou-se o pseudo Balthazar em façanhas de subido valor, vindo a merecer de el-rei d. João V, quando já aposentada da vida combativa, e ancorada no porto seguro do casamento, como premio aos quatorze annos de serviço militar, *a mercê do paço de Panquim, pelo tempo de seis annos, de um xerafim por dia, pago na alfandega de Gôa e da liberdade de testar*. Ignoro si representaria grande generosidade da parte do soberano a dadiva dêste xerafim diario que Joaquim Norberto nos assegura ter enchido a heroína de contentamento e de gratidão; em todo caso mostra da parte do governo a alta cotação em que era tida a guerreira.

E' ainda o general Carlos Augusto de Campos quem observa que, em quasi todas, sinão em todas as nossas grandes revoluções e na mór parte dos nossos movimentos nativistas ou patrióticos de toda ordem, surge sempre um bello e nobre vulto de mulher a animar, encorajar, dignificar a acção dos homens, de que se tornam emulas ou inspiradoras, umas pelo coração e o espirito, outras pelo exemplo e pela acção, todas, porém, sem medir esforços e sacrificios.

Assim fôram Benta Pereira, a famosa Campista, em 1779, na antiga capitania do Rio de Janeiro; d. Anna Lins, dicta d. Anna Triste, em 1817, nas Alagôas; d. Anna Araripe, no Ceará, em 1824, e d. Josepha Carneiro de Mendonça, na villa do Araxá, por occasião da insurreição de 1842, na provincia de Minas.

D. Josepha Carneiro de Mendonça, sexagenaria, prêsa incommunicavel durante dous mezes, separada dos seus, com tal dignidade e heroismo fez face á multiplicidade de reveses que sôbre ella se abateu, que o conego José Antonio Marinho, que lhe relata as proezas, declara dever a História immortalizar-lhe a memória.

No drama da Inconfidencia dous perfis de mulher se destacam num incomparavel relêvo de poesia. Uma, é esta formosa Maria Dorothea de Seixas, cuja doce effigie Thomás Antonio Gonzaga immortalizou na *Marilia de Dirceu*; outra, é aquella altaneira e fascinadora Barbara Heliadora, a musa inspirada e inspiradora, á qual Alvarenga Peixoto, do fundo da masmorra sinistra da ilha das Cobras, enviava estes versos, estuantes de paixão e de saudade:

Barbara bella,
Do Norte estrêlla,
Que o meu destino
Sabes guiar,
De ti ausente,
Triste sómente,
As horas passo
A suspirar.
Por entre as penhas
De incultas brenhas,
Cança-me a vista
De te buscar.
Eu bem queria,
A noite e o dia,
Sempre contigo
Poder passar;
Mas orgulhosa,
Sorte invejosa
Desta fortuna
Me quiz privar...
Tu entre os braços,
Ternos abraços,
Da filha amada,
Podes gosar.
Priva-me a estrêlla
De ti e della;
Busca dous modos
De me matar.

“Todos os encantos da intelligencia e da belleza, da graça e da virtude se encontravam nessa mulher extraordinaria — relata um contemporaneo. Descendente da nobre estirpe de Amador Bueno, espôsa adorada, mãe idolatra dessa linda Maria Iphigenia, a quem seu orgulho materno appellidara de *Prinzeza do Brasil*, senhora de brilhante talento e rara formosura, considerada, rica e feliz, Barbara Heliodora tudo sacrificou pela causa da Patria independente. A sua propria intelligencia, essa intelligencia, de que se ufanava como do seu mais esplendido galardão, não resistiu á sentença que lhe bania para sempre o marido e declarava infame a prole. Enlouqueceu. Mas teve uma loucura tranquilla — conta-nos Alfredo Valladão — sorria e cantava em voz baixa, recitando com tristeza a poesia que o marido lhe enviara...E assim morreu.

Si a Conjuração Mineira teve em Tiradentes o seu martyr supremo e em Barbara Heliodora a sua gloriosa heroína, um seculo mais tarde a Independencia encontrou em Maria Quitéria de Jesus a sua Joanna d'Arc e em soror Joanna Angelica a sua heroica victima.

Maria Quitéria, filha de paes portuguezes, do Reconcavo da Bahia, vivia com os seus em fazenda no sitio do rio do Peixe. Influida por um emissario que angariava voluntarios para o exército, convenceu-se das vantagens da Independencia e partiu. Franklin Doria, barão de Loreto, descreve-a assim no seu livro: *Enlevos*. “Nos tempos em que a Bahia pugnava pela independencia, excitada por admiravel patriotismo, deixava o nosso feminino guerreiro a rudeza e obscuridade da sua vida, desleixadamente vivida pelas varzeas do sertão e, com a espingarda ao hombro, com a farda conchegada aos seios, com o fogo do enthusiasmo no coração, lá se fôra alistar nas fileiras da brigada direita. Seria a Clorinda de Tasso — indagava entusiasmado o auctor das *Heroínas do Brasil* — esta Clorinda de cabellos de ouro desnovelados ao vento que campeava na estacada, mais animosa e mais firme do que a morena Maria Quitéria em face dos soldados do general Madeira, batendo-se como um bravo no campo de Pirajá...

Soror Joanna Angelica, a primeira heroína da nossa Independencia, atirando-se em defesa da clausura de seu convento, invadido pela soldadesca lusitana e, num gesto sublime de altruismo, interpondo seu corpo á passagem da horda sacrilega, pagou com a palma do martyrio o seu sacrificio. *“Para trás, bandidos ! Respeitae a casa de Deus. Antes de con-*

seguirdes os vossos infames designios, passareis por sôbre o meu cadaver!"

Passaram. Eis como a poetiza bahiana Amelia Rodrigues, lapidarmente descreve a morte gloriosa da *Abbadessa da Lapa*:

A soldadesca infrene, allucinada,
Sedenta de oiro, horrivel de furor,
Como um tufão de odio e de rancor
Corre pela cidade consternada.

E rouba e mata e vai desenfreada
Contra as portas da casa do Senhor,
Onde viceja da pureza a flôr,
Pelos anjos do céu custodiada.

Vôa a madeira aos golpes da alavanca
Da turba vil... mas á segunda porta
Uma figura surge, dôce e branca...

E' soror Joanna que a passagem corta !...
"Mate-se a freira !..." E logo a entrada franca
Faz-se por cima da abbadessa morta !...

A Bahia orgulha-se com justiça dessas suas duas grandes filhas, em quem soberbamente se patentearam todo o denodo e o patriotismo de que é capaz a mulher brasileira.

A' guerra do Paraguai, onde tanto do nosso lado como no do inimigo tal dispendio de coragem suscitou da parte dos homens, não podia deixar de pagar o seu tributo o heroismo feminino.

Chica Biriba, Florisbella, Maria Curupaiti, luctando com soldados e como soldados morrendo, attestam mais uma vez, heroicamente, que a rudeza da vida militar não é tão infensa quanto se crê á decantada fragilidade feminina, quando a move e sustenta a idéa da defesa da patria.

Uma figura, porém, sobreleva em grandeza o impeto batalhador destas destemidas soldadas. Uma figura de dedicação, uma figura de humanidade e de consolação, a Florence Nightingale das enfermeiras do Brasil, d. Anna Nery, a Mãe dos Brasileiros. Enquanto matavam aquellas, d. Anna Nery curava e consolava, lenindo com a bondade dos seus cuidados os soffrimentos daquelles que tombaram pelo Brasil em Corrientes, em Humaitá e em Assumpção. D. Anna Nery, patrona da nossa Cruz Vermelha, seguindo aos cincoenta annos de idade para servir, com risco da vida, nos hospitaes de

sangue, é mais um exemplo magnífico dêsse espirito de maternidade, objectivado fecundamente em pról da collectividade, de que a Brasileira póde sem favor ser considerada o prototypo. E não só de maternidade. Um traço curioso, commum a todas essas heroínas, é o fervor da sua dedicação conjugal. Fôram todas ellas, com menos paixão talvez do que Annita Garibaldi, mas com igual fidelidade, espôsas exemplares. A honestidade dir-se-ia a qualidade dominante da Brasileira, e não só no tempo de Maria Barbara, a paraense heroica que "á mancha conjugal prefere a morte", sendo por isto cruelmente assassinada pelo apaixonado vingativo, mas nos nossos tão fallados e calumniados dias.

Uma prova disto está na phrase de um secretário de embaixada estrangeira, que, regressando á Europa, depois de assás longa estada entre nós, respondia com espirito á pergunta interessada de um companheiro prestes a embarcar para cá: "*Les brésiliennes? Ravissantes, mon cher, mais désespérément honnêtes!*" Desesperadoramente honestas... Talvez fallasse pela bocca estouvada dêste moço um despeitado. A verdade é que não nos podia ter rendido mais completa homenagem.

Sôbre o tumulto das matronas romanas gravavam os cidadãos este epitaphio: "*Domum servavit, lanam fecit*, guardou o lar e fiou lã. Era o maior elogio que a morta podia merecer.

Si guardar o lar e fiar lã não podem mais entrar em verdade no projecto do epitaphio de mulher nenhuma, desde que a lã já lhe chega fiada e a rua constitue o appendice mais frequentado da habitação moderna, á brasileira, na sua quasi totalidade, póde ser applicado o espirito por assim dizer desta inscripção. Si não anda ao alcance de todas a vida aventureira de uma Annita Garibaldi, a audacia política de uma Barbara Heliodora, o fertil mysticismo de uma Joanna de Gusmão, a nenhuma é vedado o meritorio e obscuro heroismo do dever quotidiano. Na generalização bem comprehendida do cumprimento dêsse dever se acha o segrêdo da grandeza da patria. Ser uma heroína de guerra e de sangue, nem a todos os temperamentos femininos appeteceria, mas ser uma heroína de amor, resume, sem contesto possivel, a aspiração de todas nós. O heroismo do coração é o que mais seductoramente ha de sempre fallar a toda imaginação de mulher. Dêsse heroismo possui o Brasil um dos mais tocantes especimes na pessoa de Moema, a indiana enamorada de Diogo Alvares, que ao ve-lo partir com Paraguassú, atira-se

ao mar seguindo a náu que o leva, enquanto fôrças tem para nadar...

Accompanhar a nado um navio, que absurdo! objectará resinguenta a razão.

Sim: *mais c'est bien plus beau lorsque c'est inutile!*" e Sancta Rita Durão, no poema célebre em que nos pinta a scena pungente, põe nos labios dessa heroína estrophes da mais saborosa psychologia.

Moema, luctando com as ondas, num derradeiro grito de paixão, lança desesperado adeus ao ingrato viajor:

"Barbaro, a bella diz, tigre e não homem!
 Porém, o tigre por cruel que breme
 Acha fôrças, amor, que enfim o domem.
 Só a ti não domou por mais que te ame!
 Fúrias, raios, coriscos que o ar consomem,
 Como não consumis aquelle infame?
 Mas pagar tanto amor com tedio e asco...
 Ah! que corisco és tu...raio...penhasco!...

Tão dura ingratidão menos sentira
 E esse fado cruel doce me fôra
 Si a meu despeito triumphar não vira
 Essa indigna, essa infame, essa traidora;
 Por serva, por escrava te seguira,
 Si não temera de chamar senhora
 A vil Paraguassú que, sem que o creia,
 Sobre ser-me inferior, é nescia e feia."

Esta nota tão realista e tão humana do desatino desses insultos, atirados, em última instancia, á rival victoriosa, é que empresta o picante de uma nota de actualidade ás rimas, um tanto envelhecidas do velho Durão. Moema, heroína do abandono e da saudade, já na voragem da morte voluntária, ainda teve tempo de constatar que Paraguassú, nescia e feia, lhe era em tudo inferior. E' preciso convir que só uma mulher, realmente, em situação tão extrema, disto se lembraria!...

Mas, acima do heroismo do amor, acima do heroismo da lucta, minhas senhoras e meus senhores, ainda ha um heroismo superior, o heroismo da renúncia e do sacrificio; depurado de egoismo, tão puro e tão alto, que só as grandes almas o sabem praticar.

Como representante maxima dêsse heroismo no Brasil, sem que eu ainda vos tenha fallado nella, sentis como que

a irradiação da sua luminosa individualidade Sentis que falta a esta galeria de heroínas brasileiras a sua mais bella, a sua maior figura. Não ha brasileiro que hoje em dia não lhe faça justiça. A' medida que o tempo vai arrefecendo até a isenção de ânimo da imparcialidade o partidarismo das facções politicas, o seu vulto insigne cresce em magestade e em expressão. Isabel, a Redemptora... Para libertar uma raça, não hesitou a princeza, surda ao aviso prophético de Cotegeipe, em sacrificar o interesse de seus filhos e a posse do seu throno. Si alguns lhe querem negar a grandiosa responsabilidade dêste acto, desde que o captiveiro já se achava virtualmente extinto pela lei de 1885 e pela lei do ventre livre; si outros lhe increpam como fatal erro político o 13 de Maio, a verdade é que para passar por cima dos interesses financeiros encapellados em protestos desvairados de revolta, e para esquecer, assim tão absurdamente o proprio interesse, só a sublime loucura de uma mulher. Isabel, a Redemptora, foi esta mulher. O seu maior padrão de glória no entanto, o motivo pelo qual lhe cabe mais do que a todas as outras o primeiro logar, o logar maximo na história do heroismo feminino brasileiro, não foi a abolição que lh'o outorgou. Foi a constancia, a tenacidade, a abnegação do seu inquebrantavel amor ao Brasil. Amar a sua terra na opulencia e na prosperidade, ama-la sendo amada e victoriada por ella, é cousa que a ninguem pôde muito custar. Ama-la, entretanto, renegada, banida, menosprezada, esquecida é mais do que heroismo, é sanctidade. Foi dêsse quilate o patriotismo da princeza Isabel que o exilio não fez sinão intensificar e acendrar. Deante dêsse vulto imponente de Brasileira em que se concentram todas as virtudes, todas as nobrezas, todos os heroismos femininos da nossa terra, o peito se nos entumece do mais raro, do mais sagrado dos orgulhos: o orgulho de nos sabermos, brasileira como esta grande brasileira. Esse orgulho, não era preciso que vos viesse recordar a lição que, do passado, suggestivamente nos provém, para que o sentissemos em nós, arraigado e vivaz, tumido de promissoras possibilidades. E' a quintessencia do patriotismo. Ao invés do homem, o patriotismo na mulher, todo feito de pequenas minúcias enternecidas, não abrange synthese tão vasta de sentimentos e de idéaes. E' um conjuncto de amados pormenores. Para que, no entanto, sejam as Brasileiras de hoje dignas do heroismo destas egregias antepassadas, de que acabo de vos recordar os nomes gloriosos, basta que saibam sentir e tornem seus filhos capazes de o sentir tambem, o fremito de amor ao

solo natal que, diante do quadro illuminado da paizagem de todo o dia, tocada do ouro de um sol bem brasileiro, arrancou a uma poetiza este grito em que lhe ia todo o coração:

Então,

Sinto ao furtivo arroubo dêste instante,
O quanto te amo, meu Brasil gigante,
No quadro familiar do meu torrão!



A SEGUNDA ESPOSA DE D. PEDRO I

(Conferencia realizada no Instituto Historico em 16 de Julho
de 1928, pela senhorinha Maria Junqueira Schmidt)



Maria Junqueira Schmitd

A SEGUNDA ESPOSA DE D. PEDRO I

Com verdadeira surpresa e grande desvanecimento recebi da illustre escriptora e inspirada poetisa sra. Maria Eugenia Celso o honroso encargo de proferir, no recinto dêste douto e venerando INSTITUTO, uma conferência sôbre um dos vultos femininos da História do Brasil.

Portadora gentil do amavel convite, com que me distinguiram o glorioso presidente desta casa, sr. conde de Affonso Celso, e o erudito secretário perpétuo, sr. Max Fleiuss, — ambos luminares e mestres no ramo de conhecimentos a que votei os meus estudos e consagrei os meus trabalhos intellectuaes, — mensageira encantadora dêsse convite, a sra. Maria Eugenia teve a bondade de deixar-me a liberdade para a escolha do thema sôbre que versaria esta ligeira palestra.

Cumpre-me, antes de pronuncia-la, agradecer ao INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO BRASIL a alta distincção de que me fez alvo e assegurar, de antemão, ao brilhante auditorio, que me vai fazer o favor de ouvir, que serei breve, rapida, quasi veloz na exposição da materia, poupando-o assim caridosamente, christãmente ao sacrificio de aturar-me por mais de meia hora, pois a tanto chegará, no maximo, o tempo dentro do qual pretendo traçar o relato da vida e da morte da segunda imperatriz do Brasil.

SEGUNDA ESPÔSA DE D. PEDRO I

OS APRESTOS NUPCIAES:

Até hoje mysteriosa a causa determinante do casamento de Amelia de Leuchtemberg com Pedro I!

Foi em 1829. Nesse momento, em que, pela Europa inteira, aos quatro ventos e por todos os quadrantes, as ga-

zetas officiaes, intromettidas e indiscretas, publicavam, com grande alarido, os amores escandalosos do filho de d. João VI com a marquezia de Santos; nesse momento, em que Metternich, com o prestigio onnipotente da sua situação de árbitro da política internacional, ia accumulando, fina, elegante, amavelmente, umas sobre outras, taboas e negaças para "obsequiar" o nosso imperador; nesse momento historico para a vida do principe bragantino, é que surge no scenario da vida brasileira a doce e angelica figura da encantadora filha de Eugenio de Beauharnais.

Onde quer que apparecesse o nosso embaixador, — marquez de Barbacena, — palaciano authentico, reduzido a mendigo de porta a porta, explodia a intriga machiavelica do chanceller austriaco e alastrava a apprehensão: — as princezas indigitadas para noiva do primeiro imperador do Novo Mundo corriam, espavoridas e em lagrimas, a ajoelhar-se aos pés dos soberanos seus paes, supplicando-lhes a graça de uma recusa peremptoria.

Que tristeza para os nossos brios o espectaculo hilariante dessas tragi-comedias nas côrtes de além-mar!

E foi á face de tão suggestivos exemplos que a princeza Amelia, — neta de Josephina de Beauharnais e filha do enteado predilecto de Napoleão Bonaparte, — acceitou, com grande surpresa e não menor estupefacção de Barbacena, a proposta de nupcias com o galhardo, embora estroina, monarcha do Brasil.

Fôra de si pelo imprevisto da resposta affirmativa, Barbacena exulta. Quando, porém, se avizinhara a vespera da partida para o Brasil, um bilhete de d. Pedro desorienta-o por completo: — a marquezia de Santos, a fatidica mulher, havia regressado triumphante á Côrte do Rio de Janeiro, e com o seu retôrno lá se fôram por agua abaixo todas as boas intenções do imperador. E a ordem que vinha do Brasil é que se sustassem, sem demora, os aprestos nupciaes.

Tarde demais! D. Amelia já se achava prompta para embarcar. Barbacena, que conhecia melhor do que ninguem as inclinações e o temperamento de seu soberano, contando por isso na certa com o futuro encantamento e a paixão delirante de d. Pedro pela princeza loura que a Providencia lhe enviava, nem deixou transpirar o teor da ordem serodia, que acabava de receber.

Não errou em suas previsões. Conhecia muito bem o character amoroso do amo ardente e inflammado. Com effeito, pouco tempo durou, nessa última phase passional, o enthu-

siasmo de Pedro I pela bella e donairoza Domitilla. Foi até com a alma em júbilo que soube desobedecidas as suas ordens. Alvorçou-se-lhe o coração á idéa da noiva, que singrava os mares a seu encontro. Despejado e frenetico, impulsivo e tonitroante, expulsou de São Christovão a favorita, que já o embaraçava e compromettia. Mas a caprichosa timbrou em ficar. Pedro I exasperou-se com a sua permanencia em Mata-Porcos. Tentou a princípio convence-la de partir, fazendo-lhe promessas seductoras. Nada conseguiu. Mudou então de tactica. Comprou-lhe a pêso de ouro as propriedades, que lhe outorgara no delirio da paixão. Os nervos, irritados, exaltados, tornaram-no inflexivel, grosseiro, ingrato. Impassivel e indifferente, viu as lagrimas daquella que fôra senhora da sua alma e dona de seu coração. Assistiu, impiedado e insensivel, ao doloroso leilão, que espalhou, nas mãos dos aventureiros, os bens da pobre decaída das graças imperiaes. Só o atormentava a idéa fixa de que a fragata "Imperatriz" não tardaria a transpôr a barra azul da bahia de Guanabara...

Enfim, ei-la, a marquezia, desilludida e abandonada, a caminho de São Paulo; ei-lo, o triste desmoronar de um throno de amor, que se erigira sôbre as dunas moveiças do coração mais voluvel de rei bragantino!

Tudo acabado... Realizados os funeraes de um passado de amor!...

A FUNDAÇÃO DA ORDEM DA ROSA

Pouco tempo depois aporta ao Rio a noiva imperial. Em sua companhia vêm Augusto de Leuchtenberg, seu irmão, e a princeza Maria da Glória, sua futura enteada.

Amanhece pardacento e triste o dia 16 de Outubro de 1829. Nuvens sombrias pairavam, baixas, enfarruscadas, ras-tejantes, em tôrno da bahia.

Lenta e graciosa, arribo ao porto a fragata "Imperatriz". Debruçada ao tombadilho, Amelia de Leuchtenberg sente a alma fremir na ansia de conhecer o principe, que seria seu espôso. Um escalor aconchega-se ao navio. Delle salta o imperador-noivo. E sôbe, rapido e lesto, os degraus da escada de bordo.

Amelia divisa-o ao longe.

Que estatura elegante, que porte masculino, que movimentos ligeiros, que figura airosa, que gestos dominadores!

D. Pedro attinge ao tôpo da escada.

Impressionante e vivo o seu olhar! Tão ardente, tão penetrante, tão perscrutador! Ao ardeñte palpar-lhe convulso do peito offegante, Amelia percebe a emoção, estremece. D. Pedro estaca á sua frente. Fita-a commovido. Beija-lhe as mãos. Contempla-a mudo. Approxima ainda uma vez de seus labios em fogo as mãos fidalgas da princeza, agora geladas e trémulas. Demora a olha-la. E, quanto mais a vê, e quanto mais a contempla, mais floresce em seu semblante um sorriso de orgulho e de triumpho, um sorriso de felicidade e de ternura!

A princípio Amelia sente-se profundamente perturbada. Logo em seguida, porém, experimenta uma sensação de intenso júbilo e de estranha alegria. Um sentimento fôrte, avassalador, inebriante, invade todo o seu ser — sentimento delicado e subtil, mixto de exaltação e de encantamento, de effusão e de transporte, de carícia íntima e de plena felicidade: eram os primeiros alhores da alvorada do amôr, dêsse amôr que lhe viria a ser sustento e fôrça durante a vida de d. Pedro, consôlo e balsamo após a sua morte.

De seu lado, o imperador embebia o olhar de fogo no olhar velludoso da noiva.

Extasiado de tanta frescura e tanta mocidade ao ve-la toda de rosa, cabellos opulentos, da côr castanha, com reflexos de ouro, olhos curiosos e risonhos, gestos e meneios de um enlêvo seductor e de uma graça fascinante, ao ve-la assim tão linda, excedendo em tudo ás creações de seu cerebro e ás expectativas de sua imaginação, e não podendo manifestar-lhe a sua admiração com todo o arroubo de sua espontaneidade, mas querendo dar-lhe uma prova de seu amor, resolve, alli mesmo, instituir uma nova jerarchia nobiliarchica, que perpetuasse a memória dos encantos da princeza e da fascinação do noivo imperial. E, assim, procedeu: — decretou a Ordem da Rosa.

A ESTADA DE D. AMELIA NO BRASIL

A estada de d. Amelia no Brasil foi rapida, — não chegou a dous annos, — e a sua passagem foi destituida de significação política, despojada das galas da sympathia popular e da admiração da propria côrte.

Habituada aos rigores da severa etiqueta bavara, escandalizou-se com a simplicidade, o burguezismo, a semceremonia da deselegantissima côrte, que d. João VI creara em São Christovão.

Iniciou, logo ao chegar, uma serie de reformas no palacio imperial: — começou difficultando as entradas no paço a qualquer hora, estabeleceu nôvo e complicado protocollo, supprimiu regalias, e, por fim, confiou os cargos de mais evidência ás damas alemãs de seu sequito. Foi um reboliço na Quinta. As antigas camaristas de d. Leopoldina rosnavam críticas e boquejavam censuras. Quem era afinal de contas aquella menina de 18 annos para assim espezinhar e deprimir a fidalguia brasileira? E suspiravam queixosos, relembrando, com saudades, os tempos aureos da doce Leopoldina...

Sentindo a influência que immediatamente passou a exercer no espirito do imperador, d. Amelia, sem o perceber, deixou-se seduzir e tentar pelo desejo de intrometer-se na política interna do paiz. Habitua-se, desde a Europa, a estimar o velho Barbacena; por elle aconselhada, resolveu tomar a peito o afastamento da côrte de dous celebres favoritos, — o Chalaça e o João da Rocha Pinto. Foi uma lucta tremenda. Mas afinal venceu. Nem assim, banidos do Rio os dous intrigantes, conseguiu reconciliar d. Pedro com a opinião pública.

Corria o anno de 1830. As luctas partidarias tornavam-se desabridas e os odios acirravam-se cada vez mais no scenario da política. As provincias tentavam revoltar-se umas após outras. Fermentava entre o povo o virus do motim. A tropa dava indicios de indisciplina latente. Os homens de responsabilidade conspiravam ás escancaras. A anarchia campeava infrene na capital do imperio e alastrava-se pelo paiz.

Para acalmar os animos, deliberou d. Pedro ir a Minas. Mal recebido, sentiu-se humilhado pelo povo da provincia central, que o acolheu a dobres de finados e com exequias pela alma de Libero Badaró. De regresso á Côrte, os festejos preparados em sua honra pelos Portuguezes occasionaram a reacção dos Brasileiros, nas memoraveis noites das "Garrafadas". Em consequencia, Pedro I despediu o ministerio que estava no poder, a 5 de Abril de 1831, e organizou o mal-fadado dos marquezes.

O povo, agglomerado no Campo de Sant'Anna, clama e exige a volta do ministerio decaído. D. Pedro timbra em resistir. Em vigilia, — mas que vigilia de agonia! — passa a noite de 6 para 7 de Abril. A's 10 horas, vendo que impossivel se lhe tornara transigir com o povo e satisfazer a opinião exaltada, sem quebra de honra para a sua dignidade de chefe de Estado, sem diminuir seu prestígio de primeira auctoridade do

paiz, entra d. Pedro para o seu gabinete particular e assigna, coração despedaçado, alma em desespero, o acto de sua abdicção ao throno do Brasil. Logo em seguida, Miguel de Frias, a galope, parte para o Campo de Sant'Anna, levando em mãos o acto abdicacional, documento historico que passou aos irmãos Lima e Silva e por um juiz de paz foi lido ao povo naquella mesma hora.

Mal raiava a madrugada de 7 de Abril, deixa d. Pedro o Págo, dirigindo-se para bordo da náu *Warspite*, depois de haver beijado os filhinhos adormecidos, — esses filhos que nunca mais havia de rever em vida. A seu lado, caminha a imperatriz desfeita em pranto pela dor da separação dos enteados, que amava como si fôsssem seus proprios filhos.

Seguem ambos em companhia de Maria da Glória, de Augusto de Leuchtenberg e dos duques de Loulé.

E nenhuma voz se levanta em todo o Brasil para pedir ao principe gallardo que desista do seu intento. E' que o povo já se havia olvidado dos seus feitos gloriosos, e, volúvel como sempre e como sempre insaciavel, desejava novos homens, novos dirigentes, novas figuras á testa do govêrno da Nação.

O USURPADOR

Por esse tempo, havia d. Miguel, desde o principio do anno de 1828, usurpado o throno de Portugal, que, de direito, pertencia á sua sobrinha, Maria da Glória.

Quem era esse aventureiro de sangue real, que o povo portuguez, de joelhos, reverenciava e adorava como a um idolo?

D. Miguel era irmão mais moço de d. Pedro. Fôra creado ás soltas, sem freios, na mais desbragada licenciosidade, sob o influxo dos maus exemplos da mãe, e á feição da lamentabilissima resignação de d. João VI.

Nem sequer seis annos contava quando veio para o Brasil. Já por essa época revelava uma indole caprichosa, turbulenta. Algumas anedotas de sua vida characterizam bem seu temperamento.

Uma feita, fardou-se de official e pediu audiencia ao principe-regente, dizendo ao camarista:

“Diga a sua alteza real que o infante d. Miguel está aqui.”

O camarista retirou-se a sorrir.

O menino, esbelto e franzino, poz-se a passear na sala do docel, enquanto esperava o momento de ser introduzido.

Com ares de importancia, arrastava ruidosamente a espada de cavallaria.

Para mira-lo, certo reposteiro approximou-se e não poudo conter um sorriso de mofa. Irritado, d. Miguel ameaçou-o de bofetões e de dar-lhe com a espada nas costás, si não temesse sujá-la...

Nisto, accorreu o marquez de Lavradio, ancião respeitável, íntimo de d. João VI e aparentado com a família real. Achou-se, por taes prerogativas, no direito de reprehender o joven principe. Com effeito, poz-se a censurar-lhe a linguagem, como sendo indigna de sua hierarchia.

D. Miguel empertigou-se e, affrontando os cabellos brancos do marquez, retorquiu arrogante:

— “O que lhe disse a elle, digo-t’o tambem a ti.”

— Taes palavras, atalhou o fidalgo indignado, nunca as ouvi ao pae de vossa alteza.

— Dê-se o marquez por prêso á minha ordem, continuou o infante, vermelho de odio.

— Aceito a prisão de bom grado, pois assim me poupo a mais desgostos dessa natureza.

E Lavradio afastou-se da côrte, profundamente maguado.

D. Miguel foi introduzido á presença de d. João VI. O regente ignorava ainda a scena, que se passará na ante-sala. Fez o infante a continencia militar e exprimiu-se com toda a emphase:

— “Requeiro a vossa alteza real que sejam dadas ordens para que nomeiem criados e me dêem um quarto separado, porque a minha idade não permite que durma ao pé de mulheres.”

D. João desatou a rir. Não levou a serio, naturalmente, o pedido do filho. Pouco depois, apresentava d. Miguel um requerimento em termos desabridos ao marquez de Aguiar, repetindo as exigencias que fizera ao pae.

Não se curvou tão pouco o marquez á sua vontade. Ao requerimento deu o despacho: “Escusado”.

O marquez do Lavradio é que continuou offendido. Foi mistér que d. João VI, em pessoa, lhe rogasse a volta ao palacio para que se decidisse a perdoar o infante.

José Presas, que era o secretário particular de Carlota Joaquina, presenciou e registou “partidas” do principe insolente.

Conta o valido a esse proposito scenas curiosas.

As infantas costumavam, no Brasil, sair do quarto de dormir lá pelas nove da manhã. Iam logo cumprimentar os paes. Acontecia, não raro, que Carlota Joaquina se demorava em sua camara. Para distrair o enfado da espera, punha-se d. Miguel a belliscar e a pisar as ermãs!

Um dia, atirou-se, já vestido, dentro de uma tina cheia d'agua. Uma açafata, coxa, que alli estava, ameaçou de chamar a rainha. O infante agarrou-a e sacudiu-a com toda a fôrça. Nisso, acudiu Carlota Joaquina e, sabendo do que se passara, tirou um sapato do pé e administrou no filho algumas palmadas. Este conteve-se, não derramou uma lagrima, mas quando d. Pedro delle se approximou desabafou a sua cholera:

— “A mãe me bateu, mas eu não chorei. E esta maldita coxa ha de pagar-me”.

De suas criaçadas, uma das mais engraçadas é, por certo, a idéa, que lhe veio á mente endiabrada de artilhar a porta de seu quarto com dois pequenos canhões de bronze, que lhe havia offerecido um official inglez, e de carrega-los com polvora e atirar, fazendo pontaria, nas pessoas que passavam.

Certa vez, espreitava pelo buraco da fechadura as infantas, reunidas nos aposentos de Maria da Glória. Esta saiu indignada e gritou pela rainha. Carlota Joaquina attendeu e censurou o filho com esta phrase, que se afigura uma prophécia.

— “Tu sempre has de ser o Judas dêste Apostolado!”

Mais tarde, de regresso a Portugal, continuou a divertir-se com os sustos, que aos outros pregava. Quando a tristissima côrte de João VI se achava de villegiatura em Salvaterra, d. Miguel rejubilava: — vivia na caça e nas touradas. Quando não ficava na praça, introduzia um touro nos corredores do Paço e ria-se, ás gargalhadas, ante o espectaculo das infantas e das damas a fugirem espavoridas!

Tal o genio do desenvolto infante em quem d. Carlota Joaquina alimentava e incentivava o gôsto pelo mando, o desprezo pelo povo e o horror pela liberdade... alheia!

Era, aliás, um bello typo de homem: — forte, alto, robusto, cabellos abundantes, bigodes fartos e barba negra, porte varonil e gestos airosos, olhar vivo e intelligente, tímido na apparencia, affavel e maneiroso em sociedade, tão maneiroso, tão delicado, que enganava a muitos, quer quanto ás suas intenções, quer mesmo com relação ao seu temperamento. Indole violenta e indomavel — si, no meio da palestra galante,

algo o contrariava, levantava subitamente a voz, perdia totalmente a noção da etiqueta, mesmo a mais elemental cortezia, e esbofeteava a quem ousava delle discordar; não ficava aí: — esmurrava os moveis, insultava em linguagem inconveniente e descomposta a quantos lhe surgiam á frente e, a pontapés, projectava á distância os objectos que lhe ficavam ao alcance. Seu rosto, nesses momentos, parecia incendiar-se. Seu cabello ondeado, bem crespo, revoltado e ameaçador, ensombrava a fronte enrugada, enfarruscada:—labios muito rubros, que tremiam quando a raiva se annunciava, e dentes alvos, que cerravam, quando a crise explodia. D. Miguel tinha todos os syndromas da epilepsia.

Quando, a golpes de audacia e de hypocrisia, se arvorou rei de Portugal, explodiram os seus defeitos com as mais impressionantes das violencias.

Já no poder, resolve *ex-abrupto* extinguir o regime liberal, instituido por d. Pedro, e delibera instaurar a velha tyrannia do absolutismo. O estatuto constitucional, jurado “du bout des lèvres,” é violado e supprimido.

Em consequencia, desencadeia tremenda perseguição contra os partidarios da Carta. Manda levantar fôrças nas praças públicas de Lisbôa e dellas faz correr, aos jorros e em abundancia, o sangue portuguez.

NA RUA DE CURCELLES

Os fidalgos fieis á primogenita de d. Pedro rebellam-se contra o usurpador, fazendo da ilha Terceira séde do quartel general da resistencia. Logo que lhes chega ao conhecimento a noticia, em 1831, da abdicação de d. Pedro ao throno do Nôvo Mundo, assediam-no de pedidos, rogos, súplicas no sentido de tomar a deanteira e a chefia da resistencia liberal legitimista.

Havia por essa época, installado Pedro I a familia imperial em Pariz, no palacio da rua Curcelles. Alli se formou uma pequena côrte brasileira: — a mordomia do Paço foi confiada ao marquez de Resende; o “Chalaga” e o João da Rocha voltaram a occupar os cargos de secretários de d. Pedro.

A 2 de Dezembro de 1831, veio ao mundo a primeira e unica filha de d. Aneliã: — a princeza Maria Amelia. Que alegria explodiu, então, naquella casa, onde tudo respirava tristeza e melancolia! Alli se achavam a duquesa de Leuchtenberg, Augusta-Amelia, mãe de d. Amelia, a infanta d. Anna de Jesus

Maria, irmã de d. Pedro, o marquez de Maceió, e os barões de Inhomerim e da Saude, e outros brasileiros illustres.

Não decorreu, entretanto, sem nuvens aquella felicidade ! Quantas vezes não caía dos olhos dos ex-soberanos, ao contemplar o berço da recém-nascida, uma lagrima furtiva, prenúncio da separação que se tornava cada vez mais imminente !

D. Pedro, com effeito, já não podia mais furtar-se á contingencia da chefia do movimento contra seu irmão d. Miguel.

Palmella, o elegante e habil diplomata portuguez, que decidira salvar o throno de Maria da Glória, conseguira arrancar-lhe a formal promessa de commandar em pessoa a expedição a Portugal. Quanto custou a Pedro I a separação da familia, só Deus o sabe !

Em vez de rete-lo em Pariz, de prende-lo a seu lado, de entibia-lo com o seu pranto, d. Amelia incentivava-o com sua fé viva, com a sua confiança inabalavel no successo da jornada libertadora. Conta a lenda e refere a tradição que chegara a vender as joias para auxiliar os liberaes. Quanto desprendimento ! Mas quanta esperanza !

Que energia a dessa formosa princeza de 20 annos, que lança aos azares de uma aventura militar o espôso, que adora e sabe ser por elle adorada !

NO QUARTEL GENERAL DA ILHA TERCEIRA

Em fins de Janeiro de 1832, parte d. Pedro para os Açores.

Começa ahi a quadra mais empolgante e épica da existencia daquelle a quem devemos a independencia de nossa Patria.

Sua estatura varonil, o porte airoso, a voz de commando, os gestos cavalheirescos, as attitudes democraticas, enthusiasmam e empolgam a soldadesca. Garret, Herculano, Castilho, gloriosa trindade do Romantismo, alistam-se sob a sua bandeira. D. Pedro reúne a tropa... isto é, a migalha de voluntarios que o seguem, que o acompanham, que o obedecem ! Voluntarios sem armas, sem disciplina, sem munições, nada possuindo, esfomeados, maltrapilhos, — mas sedentos de glória e desejosos de morrer pela Patria ultrajada. Como Napoleão, em vez de soldo, premeia os soldados com discursos inflammados e manifestos patrioticos; excita-lhes o brio, dando o exemplo da abnegação; acalenta-lhes a esperanza e enfibra-lhes os nervos, fazendo-os cantar o hymno, que elle mesmo compuzera na travessia do mar, E a mocidade exilada exulta.

freme e ri das privações do momento, como das incertezas do futuro!

Quando elle passava, escreve Maria Amalia Vaz de Carvalho, animando as tropas com aquellas phrases curtas, incisivas, que os grandes capitães sabem dizer, indifferente sob o fogo da metralha; quando a sua voz vibrante dava as ordens de commando ás legiões heroicas que o seguiam fascinadas; e quando as suas finas mãos reaes aponctavam uma peça, como o artillheiro o mais habil... a fascinação era absoluta e era universal.

Tal o rei soldado que se chamou d. Pedro IV.

DO CERCO DO PORTO AO PAÇO DE QUELUZ

Durante o cerco do Porto, que foi de Junho de 1832 a Julho de 1833, o já então duque de Bragança operou prodígios de coragem e de heroismo. Gloriosa jornada, em que se ergueu ás alturas de um cavalleiro de lendas.

Já a 22 de Setembro de 1833 estava quasi finda a lucta contra o absolutismo. Em consequencia da victória, desembarcavam em Lisboa d. Amelia, d. Maria da Glória e a pequena Maria Amalia.

Ao ver o espôso, Amelia de Leuchtenberg quasi desfalece. Que abatimento na physionomia do imperador! Que fulgor extranho em seus olhos! E, sobretudo, que melancolia ennubla aquella fronte cingida dos louros de uma campanha inaudita, pela audacia e pelo arrojo!

D. Pedro sentia-se fatigado, nervoso. A tuberculose pulmonar minava-lhe o organismo gasto.

A sua irmã Maria Isabel pergunta um dia:

— Sabe que vim buscar aqui?

— Um throno para sua filha, responde a infanta.

— Sim, confirma o imperador, e para mim a sepultura.

D. Miguel capitulara por fim em Evora Monte. Exilado, tomara o caminho de Roma. Que triste victória essa, comparada com a vida do regente de Portugal!

Com effeito, pouco depois, em Setembro de 1834, na sala de d. Quixote do paço de Queluz, onde nascera, d. Pedro se sente morrer.

Certa vez, olhos razos de lagrimas, exclama:

— Só tenho 36 annos! Minha filha precisa de mim e minha bôa Amelia me ama tanto!

A agonia arrastava-se lenta, dolorosa, asphyxiante. Subito, a respiração se tornou acabrunhadora. A custo, procurou o imperador as mãos de d. Amelia e de Maria da Glória, e apertando-as convulsivamente, olhando sem nada mais ver, sinão o pranto que de todos os olhos corria, sem uma palavra, sem um gemido, exhalou o último suspiro! Era o dia 24 de Setembro de 1834.

D. Amelia leva as mãos ao peito offegante. O coração opprimido, desrhythmado, parece querer saltar-lhe pela bocca. Tudo se baralha em seu cerebro, tudo parece adormecer em seu organismo. Ennuviado, o espirito foge-lhe aos poucos, a razão obnubila-se, os olhos pisados pelo pranto fecham-se; as faces branqueiam e empallidecem, e os braços tombam, lassos, amortecidos... d. Amelia desfallece!

Lá fóra, a natureza quêda, párada, inerte, parece espreitar, attonita e entristecida, a morte do soberano.

Accendem-se os cirios. Levanta-se o catafalco.

Já os fidalgos da côrte enchem a camara imperial...

A PRINCEZA MARIA AMELIA

Doravante a vida para d. Amelia ia ser uma perenne peregrinação para a morte.

Maria da Glória assumira, naquelle anno de lucto, o governo de Portugal.

Casara-se, por influência da madrastra, com Augusto de Leuchtenberg, mas tres mezes depois, a 28 de Março de 1835, fallecia o principe de molestia inexplicavel, mysteriosa mesmo.

Mais um golpe para o coração amantissimo de d. Amelia!

Certa prevenção, certa hostilidade começou a separar a enteada da madrastra. Contam as chronicas que Maria da Glória, quando via d. Amelia coberta de joias, segundo os seus habitos, não deixava de commentar em voz alta essa falta de sobriedade e dizia então em tom ironico:

— “Ahi vem mamãe succumbida de enfeites.”

A atmosphera de mal-estar, que a intriga palaciana creou contra a ex-imperatriz do Brasil, forçou d. Amelia a afastar-se da côrte portugueza. Desde ahi passou a viver no palacio das Janellas Verdes. Finalmente em 1838 tomou o rumo da Baviera, levando consigo a filha idolatrada.

Cumprindo as ultimas vontades de d. Pedro, d. Amelia, por essa época, chamou para junto de si a filha da marquezia de Santos, a duqueza de Goyaz, que se achava em Paris. Em Munich, no Instituto Real das Moças, educou-a. Casou-a com o conde de Teuberg e deu-lhe uma situação das mais invejáveis. Tinha por ella affectos de mãe, — affectos, aliás, real e generosamente correspondidos pela duqueza.

Maria Amelia attingira, então, á mais bella phase da adolescencia. Seus olhos não eram velludosos, sombrios, seductores como os da duqueza de Goyaz, nem a sua tez moreno-claro e seus cabellos pretos e opulentos. Era mais fina, mais delgada: — uma boneca rosea e loura, gentil e aristocratica, fragil e insinuante. Dotada de intelligencia excepcional, fez cursos de arte e de linguas, de litteratura e de história, de philosophia e de mathematicas, guiada sempre pela propria mãe e pelo professor Kunstmann, da Universidade de Munich. Por fim, completou a formação de seu espirito, viajando a Russia, a Inglaterra, a Suecia e a Saxonia. D. Amelia vivia para essa filha que foi tão bem nascida e tão mal fadada. Não poupava, por isso, sacrificios para aprimorar-lhe a cultura, para proporcionar-lhe prazer e felicidade.

Em 1850, resolveu voltar a Lisboa e tentar, pela última vez, reconciliação com Maria II. Vã tentativa! Após tantos, annos de ausencia, a recepção, que lhe fez a corte portugueza, foi fria e indifferente. Ante tal recepção, regressou ao palacio das Janellas Verdes.

Coube a Maria Amelia animar com a sua mocidade aquelle tumulto de tristes recordações. Com a sua palestra facil, sua palavra erudita, sua phrase ironica e espirituosa attrahia para alli uma boa roda de amigos e de sympathias. Mas pouco tempo depois, passeando no sitio de Caxias, foi assaltada por uma febre maligna. Quando, a muito custo, parecia convalecer, outra febre a surprehendeu, acompanhada de angina. Declarou-se a tuberculose. A imperatriz quasi succumbiu ao imprevisto da molestia. Transportou immediatamente, em Agosto de 1852, a princeza para a ilha da Madeira. Era tarde de mais. Em Fevereiro de 1853, expirava Maria Amelia no Sitio das Angustias.

NO PALACIO DAS JANELLAS VERDES

Mais 20 annos vae viver a duqueza de Bragança no isolamento de seu castello e no isolamento de seu coração! Que pena não inspirava, a quem a via, aquella creatura de lucto, que passava pelos corredores do Palacio das Janellas Verdes,

absorta, tristonha, occupada unicamente com os seus mortos e com a miseria dos desherdados da sorte! Morrera o "Chalaga", que lhe fôra tão dedicado. Baixara ao tumulo Maria II. no mesmo anno em que fallecera Maria Amelia. Extinguira-se quasi toda a gloriosa prole da rainha de Portugal. Governava o reino d. Luis I. Só, sobrevivendo a uma geração inteira, o marquez de Resende velava, fiel e dedicado servidor, junto á infeliz duqueza de Bragança.

Aquella que passara a vida fazendo o bem e soffrendo resignada a tortura do esquecimento e da separação, pedia agora a Deus que a levasse dêsse mundo, onde a desgraça fôra o seu dote e a sua sombra.

Estava para findar o anno de 1872. Já nos ares turbilhonavam em rodopios de ouro as folhas sêccas, que tomhavam de seus galhos. Pelas montanhas andava furiosa a ventania, prenunciando o frio. As encostas se desnudavam. As arvores curvavam o dorso sob o açoite dos temporaes. Os passaros fugiam para as bandas africanas. Os camponeses fechavam as portas das cabanas, temerosos das gelidas rajadas. O gado descia tristonho e mudo das alturas. A natureza toda se encolhia, tiritando. Era o findar do outunno.

Vem o inverno. E nas Janellas Verdes um rosto infermigo e pallido relembra um outro inverno, mais lugubre, mais tenebroso — o da Madeira.

D. Amelia perde, a pouco e pouco, as fôrças. O olhar ensombrado percorre, horas a fio, a galeria dos retratos, que pendem dos muros de sua camara. Ninguem nota a tristeza da imperatriz. Os mais intimos respeitam-lhe o silencio taciturno.

E passam-se os dias. O estado da enferma torna-se inquietador. Nem assim a côrte se abala. Pouco se lhe dá que morra no abandono aquella que na solidão vivera.

D. Amelia recebe os ultimos sacramentos com a unção e a piedade da santa. Soffre calma, resignada, como quem sabe e sente que, enfim, vae partir para a patria celestial.

Nenhuma noticia official communica ao povo os progressos rapidos da molestia. Em tôrno do leito da agonizante o doloroso abandono da fidalguia, a indifferença glacial do povo, a ausencia inexplicavel da familia real.

E no silencio de uma sala do Palacio das Janellas Verdes, na noite de sexta para sabbado, a 26 de Janeiro de 1873, docemente, suavemente, morre, de um colapso, a suave, a doce Amelia de Beauharuais.

D. Fernando, o viuvo de Maria II, e d. Luis, herdeiro do throno, resolvem visitar o feretro da imperatriz; seguindo-lhes o exemplo, e simulando pesar, lá vae o cortejo dos fidalgos, em procissão funerea á camara mortuaria.

Oitenta e sete carruagens estacionam impacientes á entrada do palacio á hora do enterramento. Mas, ao desfilar do prestito, vão-se perdendo, nas travessas escuras, os fidalgos mais ousados, e á porta do cemeterio de São Vicente de Fora apenas 35 coches chegam.

Ao longe, surdos, como soluços apiedados, ribombam as salvas da artilharia do castello e dos navios de guerra...

Dispersam-se pelo mundo os amigos de d. Amelia e sua memoria adormece no coração do povo, como de todo adormecera, naquella noite de inverno, o tristonho Palacio das Janellas Verdes.

Mais tarde, fez-se leilão do espolio da imperatriz. Seus vestidos foram vendidos ao guarda-roupa do Theatro D. Maria II.

Assim desappareceram miseravelmente, vergonhosamente, os ultimos vestigios, as últimas recordações, as últimas lembranças de Amelia de Leuchtenberg, princeza de Baviera, duqueza de Bragança, imperatriz do Brasil!

IN FINIS

Eis, minhas senhoras e meus senhores, em traços singelos e despretenciosos, o resumo do ensaio, que escrevi e dei á publicidade, em tórno da figura gentil e attrahente, mas pouco conhecida, da segunda imperatriz do Brasil.

Não me permitti nesta conferência, como no livro que offereci á critica imparcial do meu paiz, a mais leve phantasia, nem mesmo uma justificavel liberdade de imaginação.

Todo o meu trabalho foi elaborado á luz dos documentos historicos que compulsei nos archivos e nas bibliothecas, todo elle foi traçado, tendo em vista os acontecimentos sociaes da época e a compulsão da correspondencia intima, do exame dos quaes pude gizar em linhas que considero rigorosamente precisas e exactas o perfil moral e a actuação politica de Amelia de Leuchtenberg, quer na vida agitada dos ultimos dias do primeiro imperio no Brasil, quer na phase olympica da arrancada heroica de Pedro I em Portugal,

depois de sua abdicação ao throno do Nôvo Mundo, quer, por fim, na solidão de sua viuvez na Baviera, na ilha da Madeira e no Palacio das Janellas Verdes, — em todos esses periodos angustiosos da existencia dessa princeza, cujo destino foi um constante contraste com a sua belleza e a sua bondade.



CANTARES BRASILEIROS

Conferencia realizada no Instituto Historico, em 30 de Julho
de 1928, pela senhora Maróquinha Jacobina Rabello



Maróquina Jacobina Rabello

CANTARES BRASILEIROS

O sr. MAX FLEIUSS, depois de justificar a ausencia do egregio sr. conde de Affonso Celso, presidente perpétuo do INSTITUTO, disse o seguinte:

O espirito e o heroismo da Mulher brasileira — tal foi o thema da primeira palestra das “Tardes do Instituto”, e com tanto fulgor tractado pela senhora Maria Eugenia Celso. Pois bem, hoje tereis, todos vós, um exemplo dêsse espirito e dêsse heroismo, na pessoa dignissima e distinctissima da senhora Maróquinha Jacobina Rabello.

Do espirito por sua intelligencia aprimoradamente culta.

Do heroismo sob a fórma bellissima da abnegação, pois (porque não dize-lo?) a senhora Maróquinha Jacobina Rabello é, ha precisamente 15 annos, professora de história da litteratura e da arte no Instituto Benjamin Constant, sem que dahi retire outro producto sinão o do conforto das almas bem formadas, que obedecem ás palavras de Pedro — *Pertransit benefaciendo...*

Sua obra, consideravel de poetisa e conferencista, a apparecer em breve, conquistará a repetição dos applausos que despertou quando surgida fragmentariamente.

Teremos, então, ensejo de apreciar, com maior proveito, as suas lições professadas no Instituto Benjamin Constant e no Curso Jacobina, essa modelar casa de instrucção feminina, dirigida por suas respeitaveis ermãs.

Ha 10 annos, na data de hoje, occupava a senhora Maróquinha Jacobina Rabello, pela primeira vez, a tribuna da Bibliotheca Nacional, naquella época presidida com tanta elevação e proficiencia pelo sr. Manuel Cicero, e interinamente pelo fulgido talento de Basilio de Magalhães, proferindo uma conferência sôbre o amparo aos cegos nos Estados Unidos.

A brilhante ephéméride vai ter agora à sua similar.
As palmas que coroarão os *Cantares Brasileiros* serão me-
recida recompensa á admirada dama patricia, cuja bondade

...aqui não pinto
Porque pará pincel me não bastara
Quanto Deus já creou, quanto creara.

E o INSTITUTO HISTORICO registará um dos seus grandes dias.

(Sentaram-se á mesa, a convite do sr. secretário perpétuo, as sras. Francisca Jacobina e Abreu Fialho e os srs. dr. Paul Rivet, professor do Museu de Pariz e secretário geral da Societé des Américanistes, de Pariz, e Fernando A. Georlette, socio do INSTITUTO e consul do Brasil em Genebra).

CANTARES BRASILEIROS

Cantares brasileiros foi o título escolhido pelos directores desta illustre Casa para a palestra de hoje, a mim confiada.

Acceitei essa difficil missão, não confiante no seu exito, mas tão sómente por me lisonjear sobremodo a gentileza do convite.

Dêsse assumpto têm-se occupado com mestria alguns dos nossos melhores escriptores e publicaram primorosos trabalhos no genero João Ribeiro, Basilio de Magalhães, Afranio Peixoto, Gustavo Barroso e outros.

Não venho aqui trazer-vos nada de nôvo: repasso e repiso o que tem sido dicto pelos mestres.

Peço indulgencia.

.....
Cantares! Que direi eu sobre Cantares!?

Cantar é tirar o pêso
que opprime e que faz soffrer,
E' trazer um facho acceso
para a treva do viver.

Canta, sim, quem tem penosas
as agruras do caminho.
A minha senda é de rosas
e de rosas sem espinho.

Mas quantas vezes inquieta
do bem minha alma descrê.
E' que soffre todo o poeta
mesmo sem saber porque.

Riso e penas divinizo
e por não ve-los dispersos,
na minha alma guardo o riso
e as penas, solto-as nos versos.

E canta e canta, embora seja quasi sempre triste o poeta!
Canta a chorar, porque ?

Tout poète est triste même sans cause.
Et porte en lui toujours le deuil de quelque chose.

Desde sempre teve o poeta necessidade de cantar.

Os povos antigos guardavam em versos os grandiosos
feitos de seus antepassados.

Homero era um aêdo e, como elle, outros gregos iam, de
cidade em cidade, entoando, na cythara, versos que se per-
deram.

Minutchter, o poeta persa que ama a vida, que vive no
meio de rosas e jasmins, que saúda a aurora como uma
fada que crêa o encantamento e a luz dourada, esse poeta,
cheio de enthusiasmo, faz-se acompanhar da melancolia,
e passa do sorriso á lagrima, cantando !!

Os menestreis da Idade Média cantaram as cruzadas.

Cantam suas lendas os Escandinavos nas suas admiraveis
"sagas", dando expansão á phantasia poetica.

Os Romanos, no periodo prehistorico, tinham os cantos
dos lavradores, os cantos Arvaes, para celebrar as colheitas.

Dizem que ninguem igualou a Servia na poesia popular;
os cantos lyricos e os epicos, só guardados de memória, são
famosos.

A poesia japoneza, em época muito remota, é repre-
sentada pelo canto; esse canto é conservado pela tradição
oral. O povo achava que a poesia devia ser cantada. Em
japonez não se diz recitar um verso e sim cantar um canto.

Na França, a poesia floresceu com os *trouvères* (*trou-
veurs* ou *inventeurs*) que narravam os feitos guerreiros de
Carlos Magno; e dessas canções de gesta saiu a "Chanson de
Roland".

Quinhentos annos antes, a Arabia já tinha produções litterarias dêste genero.

Eram uma verdadeira canção de gestas as Mo-allakas — que quer dizer “Suspensas”, porque dizem que esses poemas fôram escriptos em tinta de ouro, e mais tarde suspensos no templo de Méca. Esses versos descrevem paixões, tormentos, viagens no deserto.

Um dêsses poetas do deserto, equivalentes aos aédos gregos e aos nossos cantores do sertão, o heróe glorificado em cantos populares e em romances, era Antar, que encerrava o typo de virtudes dos paladinos das tribus pagãs. A elle é attribuido a Mo-allaka.

Os bylinos que celebram os feitos de Wladimir — epopéa popular russa — são cantados de um extremo a outro da grande Russia.

Em Portugal, sabemos que os jograes e os trovadores divulgavam seus cantares.

Camões, cantando, espalhou por toda parte a vida gloriosa da nação portugueza.

Fôram Camões, Gil Vicente e depois Garrett os primeiros inspiradores do povo. E nós Brasileiros herdámos esse gôsto da poesia.

Anchieta foi o nosso primeiro cantor, ensinou a seus brasis a cantar nossa terra.

Cada povo tem seus cantares tradicionaes. Temos o dever de honrar as virtudes dos nossos avoengos, fazendo reviver o passado, recordando seus feitos, imitando seus exemplos.

Foi nas lendas, nas tradições da patria que Wagner se inspirou para a sua grande obra.

Mozart enxertou na “Flauta Encantada” melodias populares viennenses.

Beethoven empregou themas populares russos nos seus “quatuors”.

A eschola russa, hoje em voga, que dizem ser a eschola do futuro, é rica de themas populares.

Os nossos actuaes compositores brasileiros se inspiram em nossos cantares para suas músicas modernas.

Assim, é sempre o povo o inspirador por excellencia da música e da poesia.

A poesia do nosso povo está nas lendas e nas tradições, nas cantigas improvisadas, nos desafios ao luar, nas histórias cantadas nos ranchos, nos sambas do terreiro!

Ainda nos restam hoje tradições de autos, dramas e poesias populares que o povo brasileiro primitivo cantava na celebração das festas do Christianismo, Natal, Anno-Bom e

Reis, também chamados Reisados e Janeiras, e nas festas de São João e do Espírito Sancto.

A influência africana é toda manifesta nesses reisados, cheganças, romances e xacaras, orações e parlendas.

E' curioso lembrar o viver das tres raças que habitaram o Brasil primitivo, esse Brasil de campos verdes, florestas espessas, montanhas grandiosas que contribuíam para sua beleza e promettiam prodígios de riqueza. Foi-se, a pouco e pouco, fazendo a alliança das tres raças, e, no meio dellas, andava o Jesuita convertendo sempre com a cruz alçada e o nome de Christo nos labios, lançando bençãos.

A' noite, o Portuguez recordava a patria cantando trovas da terra saudosa, o Indio escutava e narrava nas suas lendas a origem das aguas, das plantas e de todas as cousas creadas; o negro suavisava a escravidão lembrando suas cantigas.

Dessa convivencia nasceu a poesia popular. Os primeiros cantares são anonymos. Restam-nos muitas trovas em portuguez e africano.

Tupi:

Te mandei um passarinho
 Patuámiri pupê
 Pintadinho de amarello
 Iporanga ne ianê.
 Vamos dar a despedida
 Mandú sarará
 Como deu o passarinho
 Mandú sarará.

Bateu aza foi-se embora
 Mandú sarará
 Deixou a penna no ninho
 Mandú sarará.

Africano:

Você gosta de mim
 Eu gosto de você
 Se Papae consentir.
 Oh, meu bem,
 Eu caso com você.
 Alê, alê, calunga.
 Mussunga, mussunga, ê

Si esta moda pegasse influenciada pela gente que habita o Rio de Janeiro, os nossos cantares daqui seriam todos no genero desta quadra, aliás magnifica, de Raul Pederneiras:

I have um amour puro, I have amour sincero
E cannot dizer ce que je sens no peito
De t'épouser un jour, ma tante belle espero
Avec l'espérance, eu fico satisfeito.

Antonio Gonzaga foi o nosso primeiro poeta lyrico, mas o poeta do povo por excellencia, o improvisador, foi Caldas Barbosa. Cantava na viola. A viola de Lereno tornou-se popular. Era mestiço. E' conhecida a quadra que improvisou deante do padre Sousa Caldas.

Tú és Caldas, eu sou Caldas,
Tú és rico, eu sou pobre,
Tú és o Caldas de prata,
Eu sou o Caldas de cobre.

Ainda se recordam hoje o "Bumba meu boi", a "Chegança do marujo" e versos dêsse genero.

Infelizmente vai-se hoje perdendo o hábito de contar ás creanças as histórias dos nossos avós. Os cinemas supprem os serões com as amas.

Quem do meu tempo, quando creança, dormiu sem a babá lhe contar a história da Madrasta ? (original de Sergipe) :

Xô xô passarinho — Ai não toques o biquinho
Vai-te embora p'ra teu ninho.

Carpinteiro de meu pae
Não me córte meus cabellos,
Minha mãe me penteava,
Minha madrasta me enterrou,
Pelo figo da figueira
Que o passarinho bicou.

Quem não se recorda do Kágado e a festa do Céu ?

Léu, léu, léu, si eu desta escapar,
Nunca mais hôdas ao céu !

E a do "João Grumete", original de Pernambuco. Cova da Linda Flôr, do Rio de Janeiro, João mais Maria ? (Sergipe e Rio) :

Chipe, chipe, minha gata,
Não me come meus bolinhos,
Quando comê t'in dará !

E a "Moura Torta" e a "Gata Borracheira" ?

Nem fallemos nos jogos e brinquedos onde entra sempre o verso, sempre a metrica, como nas cantigas do berço :

Tatú marambá
Não venha mais cá,
Que o pae do menino
Te manda matá...
Na beira do rio,
Eu encontrei Maria,
Lavando os paninhos
Do seu bento filho.

Maria lavava,
José estendia,
O menino chorava
Do frio que fazia.

E a cantilena monotona embalava e adormecia a creança :

Menino bonito
Não dorme na cama,
Dorme no regaço
Da Senhora Sanct'Anna.

E quantos brinquedos de roda precediam as histórias dos nossos serões !

Ouvir histórias ! Como nos é grato, depois, recordar as que ouvimos em creança. Essas reminiscencias, flôres que ficam guardadas em nossa memória, são-nos preciosas mais tarde, que as desfolhamos pelo caminho, no declínio da vida.

Foi o que fez o nosso querido poeta Coelho Netto; elle semeou no "Canteiro da Saudade" toda a riqueza da sua alma e essas saudades, como elle disse, "são livres, voam em volta de nós como as nuvens no espaço".

Fôram as recordações de creança que lhe inspiraram esse livro primoroso na fórma, no fundo e no sentimento,

Sempre nos é grato recordar o passado, como disse Rodrigo Octavio:

Todo o passado é como um grande poema,
Cheio de canticos crepusculares,
Que têm do mar a música suprema
E a doce luz dos lividos luares...

E' este mesmo poeta e jurisconsulto que nos diz:

Onde foste, onde estás? que mundo inhabitado
Vim habitar depois que te foste, passado?

Das superstições, das crenças e dos costumes do nosso povo, tambem podemos colligir muitas rimas, que parecem dar mais fôrça aos ensalmos e ás sentenças.

As feiticeiras são chamadas, ainda hoje, para fazer rezas e composturas para qualquer doença em gente ou em bichos.

Deus te fez, Deus te creou,
Deus te livre do mau olhar
De quem te olhou.

Para qualquer entorce:

Carne trilhada,
Nervo torcido,
Ossos e veias
E cordoveias.

Tudo isso eu coso
Com o louvor
De São Fructuoso!

Orações supersticiosas para antes de se deitar:

São Pedro disse missa,
Christo benzeu o altar,
Assim benzo minha cama,
Onde venho me deitar.

Desde remotas eras se perpetúa a imaginação da humanidade com a arte da magia,

Em pleno século XX, quando o poder divino abre as intelligencias de ouro, que semeou na terra e dá-lhes a solução dos problemas mais transcendentales da sciencia, em pleno século de luz, assisti, ha poucos annos, ao culto fetichista dos pretos de São Felix, no reconcavo da Bahia.

O candomblé é uma festa que os devotos dêsse culto fazem em louvor aos sanctos. E' uma cerimonia complicada, que levaria tempo a expôr, mas quero fazer notar que é acompanhada de dizeres e versos cantados.

Na casa do candomblé, o quarto chamado Pegí é enfeitado a capricho: é collocado no altar um vaso sagrado rodeado de quartinha, enfeites de pennas, pedras, pulseiras, leques, contas, e mil bugingangas symbolicas dos sanctos.

Chega-se a neophyta que quer tirar de si qualquer mal; é invocado, por meio de canticos, o Ifá, divindade representada por um rosario de buzios, caroços de mangas e fructos do dendê:

Abassaruá, abarocuchê
cutu-cutu-oderecê...

Raspam-lhe a cabeça, pintam-lhe o couro cabelludo com tinta de diversas côres, vestem-lhe a roupa do sancto e ella sae.

Lá fóra soam os tabaques, começam os canticos e as dansas.

Quando o sancto invocado é a Mãe d'agua (Ochum), vão todos em procissão levar-lhe presentes de frascos de cheiro, pentes, oleo para o cabello, leques, espêlhos, fitas brancas, etc. E ainda antes da offerta baixar ao fundo d'agua cantam uma lenga-lenga monotona:

Você mesmo está ouvindo,
Está fazendo o agôgô,
Vamos, vamos nos embora,
Que a Mãe d'agua já chegou.

Esses costumes, essas crenças provam, na maioria das vezes, o atraso do povo, mas podemos interpretar, para poetizar o facto, como o culto á tradição.

Conservar o povo a fé do berço é até louvavel. A gente inculta da Bahia é ainda hoje toda fetichista e mixtura ao catholicismo suas antigas crenças, que fôram influenciadas pelo Africano.

Nas festas populares do Pará predomina a influência indigena.

Antigamente usavam diademas, plumas e muitos collares de dentes tirados aos inimigos mortos e cantavam cantigas monotonas.

Hoje é a festa tradicional de Nazareth, ainda acatada pelo povo que entôa hymnos á Nossa Senhora.

E as festas joaninas conservam ainda alguns vestigios dos antigos apparatus prodigalizados a São João.

Em Belém ainda ardem, nos bairros, as tradicionaes fogueiras e a juventude e a velhice se reúnem alegremente para benzer as cuias de cheiro, para o banho da meia noite.

Desde pela manhã, os vendedores espalham-se pela cidade com os taboleiros atulhados de ervas, apregoando o cheiro cheiroso!

O que já não ha mais são as sortes; a moça tirava da caixa destinada ás solteiras quadras como esta:

Terás ventura na vida,
Teu destino assim o diz,
Serás esposa querida,
E a dona de um lar feliz.

Ou então esta:

E' casar teu pensamento,
Mas oh cruel ironia,
Não achando casamento
Toda a vida serás tia.

E para os rapazes:

Tua vida não comporta
Venturas; que a espôsa amada
Será velha, feia, torta,
Falladeira e desdentada.

Em Matto Grosso ainda é celebrada com pompa a festa do Divino, que dura dias e termina com danças e cantigas na casa do festeiro, onde se banqueteiavam:

Senhor Divino — cadê-le o pão,
Estás na casa — do Seu Mané Garvão.

A festa de São João também permaneceu nos costumes modernos de Matto Grosso e é uso irem os moços e moças, á meia noite, lavar a imagem de São João no rio, e recitam quadrinhas como esta:

Que Deus te salve,
João Baptista Sagrado,
Eu quero para o anno
Já estar casado.

No Sul, o mais popular instrumento de música do gaúcho é a sanfona, que elles chamam gaita:

A gaita matou a viola,
O phosphoro matou o isqueiro,
A bombacha o chiripá,
A moda o uso Campeiro.

Existem velhas cantigas populares ainda hoje cantadas nas festas da campanha, como no Sul se chama á zona onde floresce a indústria pastoril — e nas rodas alegres do galpão.

Esse galpão é o poncto de palestra dos peões (os empregados).

Nesse recinto tosco, aberto dos lados, é que se improvisam as interessantes reuniões dos gaúchos, no inverno, á roda do fogo, no verão extendidos nos arreios.

Como no Norte, o sertanejo é esse heróe valente e sonhador, dextro no agir, desabusado no pensar, sem se arrecear do negror que paira na terra, porque tem sempre os olhos voltados para o campo e para o céu do seu sertão; no Sul, o gaúcho é o typo do valor e da coragem, é o typo que representa a vida accidentada das cochilhas e das estancias.

Tambem cantam em prosa e em verso suas façanhas que chamam gaúchadas: "Fulano fez hoje mais uma gaúchada das delle; reboleou o laço e foi tiro e quéda, o animal testavilhou alli mesmo",

ou em verso:

Eu sou um quebra largado
Por Deus e um patacão
E si alguem me duvida,
Descasco logo o facão.

Os cantares do Sul exaltam sempre os pagos.

Esta palavra resume para o rio-grandense o pedaço querido da terra que o viu nascer:

Quando me ausento dos pagos,
Isto por curto intervalo,
Reconhecem minha volta
Pelo tranco do cavallo.

Como os aédos, os menestreis, os jograes e os trovadores de todos os tempos, interpretavam a voz do povo, o cantador sertanejo interpreta o sentimento genuino da nossa raça.

Entremos no sertão, ouvindo-o descrever um poeta da Bahia, Sodré Vianna, de pseudonimo Jesovi.

REISADO NO SERTÃO

Leitora, deixe a cidade
Por um instante sómente,
E venha, rapidamente,
Sentir a simplicidade
Dos "reisados" lá do povo
Das terras do meu sertão.
Meia-noite... A lua cheia
Prateia todo o terreiro,
E contornando o braseiro,
Uns velhos pitam cachimbo.
Um delles, como não fume,
Fita uma estrêlla no céu
Que pisca os olhos, e assim
Mais parece um vagalume!...
Come o gado no curral!...
Um marroeiro na terra
Solta urros, desafio,
Cavando, no pé da serra.
Não tenha medo, porém,
Aquelle bicho que brame
E' manso e todos sabemos
Que não faz mal a ninguém.
Peores os automoveis,
Que, ao berrarem de repente,
Sinão se lhes dér caminho,
Passam por cima da gente.
Veja aquella lanterninha

Que vem na orla da estrada!
E' o "Terno da Alvorada"
Que se dirige á lapinha.
São sertanejas formosas,
Lindas morenas robustas,
Flôres de carne do sólo
Destas paragens adustas!
Ei-las que passam por perto
De nós, querida leitora...
Vamos lá, confesse agora,
Não é mesmo encantadora
Cada morena que vemos?
Vou-lhe dizer um segredo,
Que não passe de nós dous:
Muitas dellas ignoram
O que seja o pó de arroz!
Parece incrível, não é?...
E que bonitas que são,
Embora mesmo tostadas
Do sol quente do sertão,
Duas horas... Vamos vêr
O samba roxo ferver
Na malhada da fazenda...
Aquella que está dançando,
Na roda sapateando,
E' a Maria da Luz,
A filha do coronel;
E o caboclo que a acompanha
Sentado com a viola
E' o vaqueiro, o Manuel.
Amam-se os dous, e, por isso,
Vêja com quanto feitiço
Ella olha os olhos d'elle!
Ouça como o instrumento
Que elle toca vibra uns sons
Tão cheios de sentimento!
E' costume cá da terra,
Não critique por favor:
E' pontilhando a viola
Que a gente falla de amor.
Cinco horas da manhã...
O samba vai animado...
Já canta a maracaná
Nas juremas dos cerrados...

Para as bandas do nascente,
 Ha fogo vivo no céu...
 Leitora, bote o chapéu,
 Voltemos para a cidade,
 Que o sol já está p'ra nascer...
 Como é costume, offereço
 A tão gentil companheira,
 Não uma rosa, que aqui,
 Não póde medrar roseira;
 Nem uma flôr de pitanga,
 Pois não temos pitangueira,
 Mas offereço — isso sim —
 Esse ramo de alecrim,
 Muito verde e bem cheiroso;
 Est'outro de muricí,
 Pois é nelles que se encerra
 Todo o formoso poema
 Da singeleza da terra.

Os violeiros e os cantadores são os typos mais característicos dessas festas.

Ha dias conversava com um nortista do Rio Grande do Norte. São todos elles extremados de sua terra natal e, sobretudo, do sertão, onde quasi sempre passaram a doce infancia.

Trazem elles impregnado nalma o perfume dessas campinas e a lembrança immorredoura do canto alacre dos seus passaros, que dão colorido ás mattas.

O sertanejo é para elles um heróe destemido e sagaz, que altivo desafia as feras e os homens e humilde se curva ante a nostalgia de um morrer de dia.

Poetiza tudo e louva o sol ardente que se retira no horizonte, ao entardecer, por que não fique abrasada a terra por onde passará o gado que se recolhe...

E como no sertão não se tem vergonha de cantar, o sertanejo canta. A viola é a companheira fiel do sertanejo, nella dedilha elle suas maguas. A sanfona tambem acompanha seus queixumes. O cantor, que é sempre um apaixonado das aves e das flôres, das mattas e dos campos, apregôa a belleza placida do sertão.

Os nossos poetas são ferteis em imagens e concordo que no "folklore" não se deve alterar a phonologia, nem a syntaxe de uma trova popular,

Como diz Catullo Cearense:

Meu cumpadre: a Natureza
é uma carta de A. B. C.
A poesia dos doutô
desses poeta lá da Côrte
tá cheia de palavrão.
Mas porém não vale nada,
é uma cousa atrapaiada,
E' uma atrapaiação.

E' verso só de cabeça.
Não é cumo os pé de verso
desses cabra daqui não.

O verso aqui do sertão
é um beija frô que se sente
sahi da boca da gente,
cum as pinnuginha inda quente
do ninho do coração.

E como sabe elle gabar o instrumento que o acompanha
nos improvisos.

Era dia de fonção.
Eu ia tocá sanfona.

Naquella noite, patrão,
meu instrumento gritava,
parece que arrebatava
as tripa do coração.

Nunca mais toquei num samba!
E a minha gaita gemia,
como a curuja avoando
quando a noite come o dia.

A sanfona pindurada
num ramo a se imbalançá
quando ouviu ella fallá,
sem eu tocá cum estes dedo
introu de novo a cantá.

Pula arage balançada
no ramo a se imbalança.
parecia inté, patrão,
que a gaita era o coração
do fermoso biribá.

E nesses outros:

O canto alegre dos gado
no sertão amiudava.
Nos taquará da lagôa
as saracura cantava.

Uma araponga atrepada,
num braço de murta em frô,
gritava como se fosse
os grito da minha dô.

E as sabiá, lá nos gaio
da laranjeira serena,
cantava como si fosse,
uma viola de penna!

E que sinceridade e singeleza nessas trovas sertanejas
de Alipio Bandeira:

Terra de verdes campinas,
De aves e flôres querida,
Onde rebentam boninas,
Onde as rosas têm mais vida.
A siricola se espanta,
Si geme o carnahubal,
E a brisa de manso canta
Nas folhas do juremal.

Lá morre a tarde sem pressa,
Num banho de luz desfeita,
Enquanto a noite começa
De pyrilampos se enfeita.

Terra de eternos verdores
Das borboletas de Abril.
Onde o sol tem mais fulgores,
Onde Maio é mais gentil.

Rôla — cabloca do agreste
Que o ninho fazer vieste
Longe da varzea feliz!
Dá-me novas das campinas,
Das graúnas, das boninas,
Dos lagos, dos paturis.

E' notavel como fallam no sertão as aves e as flôres e como em todo o tempo serviram de inspiração aos nossos poetas.

Ha aves que fallam ou parece que fallam como o "Bemtevi", o "Quero quero".

Si um grito de fero açoite
Estruge no ar austero,
Não tremas, é o quero-quero
Que vem te dar a bôa noite.

O nosso beija-flor quanta poesia encerra!

Beija-flor, côr de esmeralda,
Que linda fronte engrinalda,
Olha, o raio é fogo em brasas
Não o beijos, que te escaldas.
Bate as asas
Beija-flôr.

Os nossos Indios costumavam observar o canto das aves para seus agouros e deixaram esta impressão no povo. Mesmo a coruja inspirou essas trovas de Sergipe:

A coruja é ave triste
Que no cantar se demora,
Quem não tem amor aqui
Que faz que não vai embora.

Quem me déra ser coruja
Para de noite velar,
Já que de dia não posso
Os teus carinhos gosar.

Quasi todas essas aves têm a sua lenda interessante. A andorinha que se abriga nos tectos das nossas casas têm sido uma grande fonte de inspiração.

Andorinha do coqueiro,
Dá-me novas do meu bem,
Meus olhos estão cansados
De esperar por quem não vem.

A garça

Lá vai a garça voando
Com as pennas que Deus lhe deu,
Contando penna por penna,
Mais penas padeço eu.

Lá vai a garça voando
Lá p'ras bandas do sertão,
Leva Maria no bico,
Teresa no coração.

Lá vai a garça voando
Co'uma corrente no pé,
Mau fim tenha todo o homem
Que não quer bem a mulhé...

Os bichos, os mais feios e até repugnantes tornaram-se
poeticos na lyra dos nossos trovadores:

E' bicho nojento o sapo
Ou de noite ou de manhã.
Mas eu queria ser sapo
Si você fosse uma rã.

A minhoca é bicho feio,
E' bicho que entrou no chão,
Tu tambem és muito feio
E entraste no meu coração.

Entre tua casa e a minha,
A estrada não é a mesma,
Vou daqui como cabrito,
Volto de lá como lesma.

Do mesmo modo, as nossas flôres inspiraram innumerous
cantares. Quanta poesia na pequenina e lendaria flôr azul
não te esqueças de mim !

E' extraordinaria a unidade do pensamento humano entre grandes distâncias de seculos, diversidades de raças e de climas!

A lenda do *verguissmeinnicht* é dos povos germanicos.

Essa flôr já era conhecida dos Brahmanes, povo sagrado da India antiga, por excellencia, que divulgou os Vedas.

Não ha flôr, que não tenha inspirado pelo menos uma quadra.

As rosas é que são bellas,
São os espinhos que picam,
Mas são as rosas que caem,
São os espinhos que ficam.

Cravo, não bulas com a rosa,
Deixa a rosa na roseira,
Tu bem sabes que é peccado
Bolir com moça solteira.

A folhinha do alecrim
Cheira mais quando pisada;
Ha muita gente que é assim,
Mais ama si desprezada.

Si a perpétua cheirasse
Era a rainha das flôres,
Como a perpétua não cheira
Perpétua não tem amores.

Eu sou como a flôr da murta,
Daquella que cae no chão,
Quanto mais carinho faço
Mais desengano me dão.

Quatro flôres no meu peito
Fizeram sociedade:
Sempre-viva, amor perfeito
Martyrio roxo e saudade.

Sou como a hera que sóbe
Si acha muro de feição,
Mas quando o muro se acaba
Pendem os ramos p'r'o chão.

Toda a nossa natureza tem inspirado os poetas. Canta o poeta e perpetúa os seus cantares, deante de um vasto campo, como deante de uma montanha fragosa; deante do mar agitado como deante de um rio manso; deante de uma palmeira nobre e alegre, como deante de uma dessas arvores tristes que choram como o salgueiro — a arvore das lagrimas,

Parece que choram sempre
As flôres do campo sancto;
Quando a ventania passa
Cae orvalho com o pranto.

Como faz cantar a natureza — Olegario Mariano! e como divulga elle o nosso "folklore" nos seus primorosos versos!

Quem poderá hoje passar por um riacho sem murmurar:

Agua corrente! agua corrente!
Olha que o teu destino é o destino da gente!

Quanta poesia têm inspirado os nossos coqueiros, sobretudo os coqueiros do Norte, que parece encerram mais belleza.

OS COQUEIROS DE PERNAMBUCO

Coqueiros lindos de viçosa fronde,
Quem vos teceu o arrendilhado véu?
E quem aos ares num ousado assalto
Fôrças vos deu para subir tão alto
Galgando as nuvens e topando o céu?

Coqueiros lindos de roliços troneos,
Altivos, rectos, de pujança audaz!
Quem deu a graça dêsse erecto porte,
Riqueza e viço ao vosso troneo forte,
Que lembra a vida e symboliza a paz?

Como subis aos céus, coqueiros lindos,
Si sois escravos, tendo vós raizes?
E' que da fôrça sois no mundo o exemplo
E a vossa copa lembra um doce templo
Que acolhe a prece dos que são felizes.

Coqueiros lindos ! Sopra a brisa e é tarde
 E as vossas folhas se agitando vão,
 E nessas leves e ondulantes plumas,
 Que têm segredos para os sóes e as brumas,
 Eu ouço o arfar de um grande coração !

Mas eu tenho para mim que a poesia jorra de nossa terra e a alma do povo a sente e a acolhe. Ha versos que nunca fôram ditos ! Quando vemos uma arvore despida de suas folhas, que poesia triste se evola dêsse esqueleto de galhos, como uns braços para o céu, a pedir misericórdia de chuvas e de orvalhos para que voltem as folhas e as flôres. Quando vemos um campo atapetado das flôres do ipê, esse ouro das nossas mattas, reçonhecemos alli a poesia da natureza, que é a poesia da vida.

Mas a poesia do povo se revela onde sentimos o bater de um coração, o latejar de uma intelligencia.

Quem de nós não encontrou uma cruz, á beira do caminho, numa estrada deserta ?

Essa cruz affirma que alli morreu alguém.

Sempre me impressionaram as cruzes dos caminhos,

Viajores depõem flôres ignorando embora o drama alli passado; uns trazem velas que outros accendem, outros vão junctando pedras.

Todos se descobrem cheios de uncção.

E é a poesia do povo que se manifesta nesses factos, simples e clara como sua alma o é. Ouvi uns versos de Alípio Bandeira, que tão bem canta os sertões do norte:

A CRUZ DA ESTRADA

Caminheiro, que a bonança
 Em sonhos de ouro seduz,
 Vela o sorrir da esperança,
 Quando o olhar de longe alcança
 O vulto negro da cruz.

Juncto á via bifurcada
 Plantou a piedosa mão,
 Para chamar na jornada
 Dos que passam pela estrada,
 A distraída attenção.

E o viajante apparece,
 Pára, desmonta e afinal
 Pelo morto ergue uma prece,
 Nunca o viu, não n'ó conhece,
 Tanto a morte é fraternal.

Depois um seixo procura
 E aos pés da cruz vai deixar,
 Para que zombe segura,
 Do vento que ás vezes dura,
 Da chuva que o céu mandar.

E sôbre o lugubre outeiro,
 Que as pedras formando vão,
 Descança o velho madeiro,
 Como phantasma agoureiro
 Dêste remoto sertão.

Entravam nos costumes dos antigos escravos as trovas populares, as cantatas ao ar livre e os sambas nas festas dos engenhos, nos batuques dos terreiros.

Eram frequentes nessas serenatas ouvirem-se os accórdes languidos da viola e o gemido de uma modinha.

Nas fazendas, durante as plantações dos cereaes, eram communs as cantigas, o arrufar dos adufos.

Nas derrubadas tambem se ouviam os desafios que despertavam a curiosidade da grande assistencia. E' extraordinaria a facilidade com que improvisam os cantadores, a maior parte das vezes tomando a deixa do contendor.

Isto é um velho dictado,
 Quem quer bem não faz assim,
 Doutor é homem letrado,
 Padre diz missa em latim.

Padre diz missa em latim,
 Deus é grande e o mundo é nada,
 Para escutar, eu não vim,
 Conversa mal conversada.

E assim são os desafios:

O' seu moço inteligente,
Faça o favô de dizê:
Vinte cinco par de gatos,
Quantas unhas podem tê?

Entrei num raio de sol,
Saí num raio de lua,
Vinte cinco par de gatos
Certamente têm mil unhas.

O' seu moço inteligente,
Faça favô de dizê:
Em cima daquelle morro,
Quanto capim póde tê.

Si o raio não queimou,
Si o gado não comeu,
Em cima daquelle morro,
Tem o capim que nasceu.

Quatro páus, quarenta galhos,
Cada galho com seu ninho,
Senhor cantador de verso,
Quantos são os passarinhos?

Quantos são os passarinhos,
Eu não lhe posso dizer,
Elles todos bem junctinhos,
A conta lhe vou fazer.

De mais este:

Compadre, você me diga,
Mas me diga num arranco,
Porque a gallinha preta,
Por fôrça põe ovo branco?

Branco e preto, preto e branco,
Isto de côr não procede,
Do escuro é que vem a lua,
O dia á noite succede!

Esse costume de cantar no trabalho caiu; o nosso povo não canta, mesmo no sertão já não echôa a voz do cantador; já se extingue a chamma do vate popular que aquecia os ranchos.

E a nossa terra tão cheia de luz, a natureza a cantar, no canto dos milhares de passaros, que esvoaçam em tórno de nós, nos bambuaes, nas mattas, nos rios, nas cascatas, no marulhar das ondas, no farfalhar dos campos e o povo mudo ante tanta magnificencia!

E' ainda Alipio Bandeira quem nos diz:

Antigamente

Era bem outro o povo do sertão,
Destemido, modesto e reverente,
Arteiro e folgazão.

Não fugia da terra de nascença

Tão prompto como agora,
Na bonança por vir tinha mais crença,
E mais amor ás tradições de outr'ora,
Trovadoresco sonhador de ermos,

Namorado e pachola,
Não temia a função, nem via termos,
No renhido deſcante da viola.

Mas si o povo tem quebradas as cordas da sua lyra, têm-nas ainda muito afinadas os nossos poetas e elles narram com tanta fidelidade a vida do povo, os costumes, os sambas, que perpetuada será essa poesia popular. Catullo exprimiu tão bem:

A vida é samba, patrão.
Apois quem é que na vida
samba mais?

E' o coração!

E Adelmar Tavares:

Mente violão, como eu minto,
Não gemas, guarda o sentir,
Eu como tu também sinto
E vivo sempre a sorrir!

A Deus cabe a sem razão
De não ser o amor perfeito,
Quando fez o coração
Não fez do lado direito...

Nada mais fino que essas quadrinhas de Belmiro Braga:

Não sei que mais me fascina,
Que mais me traz entre abrolhos
Si os olhos desta menina,
Si a menina destes olhos.

Perdidas por entre abrolhos,
Trago desde pequeninas
As meninas dos meus olhos.

E assim ha cantares graciosos, apaixonados e os ha mesmo de valor; outros ha que nada significam, mas que têm chiste, ás vezes:

Quem manda no céu é Deus,
No inferno é quem quizer,
E cá pelo nosso mundo,
Quem mais dinheiro tiver.

Não tenho medo de homem,
Nem do ronco que elle têm,
O besouro tambem ronca,
Vai-se ver, não é ninguem...

Tambem o nosso grande Olavo Bilac, que foi mestre no soneto classico e castigado, deixou quadrinhas dignas de se guardar de memória:

Dá-me as petalas de fogo
Dessa bocca pequenina,
Vêm com teu riso, formosa,
Vêm com teu beijo, divina!

Tenho frio e não diviso
Luz na treva em que me vejo,
Dá-me o clarão de teu riso,
Dá-me o fogo de teu beijo.

Oh! tu que tornas radiosa
Minha alma que a dor domina,
Só com teu riso, formosa,
Só com teu beijo, divina.

Transforma num paraíso
O inferno do meu desejo;
Formosa, vêm com teu riso,
Divina, vêm com teu beijo.

Encontramos quasi sempre rima mesmo nos dizeres do povo.

Quando perguntava á nossa velha ama:

Como está Fifina?
Ella nos respondia:
Como a carne da pá, nem boa, nem má.

Faz-me lembrar uma outra: — Como está você, Regina?
Vou andando, nhá moça, que nem a Sarve Rainha... gemendo e chorando!

Aos nossos cantores junctam-se também as artes dos nossos poetas nas rimas ricas. Não temos rima para *mãe*, entretanto é perfeita esta quadra:

Guarda a Mãe de tua Mãe
e do seu terno conselho,
não seja a palavra vã
e tem nella o teu espelho...

Não ha também rima para *lampada* e é de grande arte esta outra quadra:

Contam que certo vigário
mandou fazer uma lampada
para illuminar a estampa
da Virgem Sancta do Rosario.

Deixei para falar, por último, nos costumes e cantares de São Paulo, a terra em que nasci! São Paulo está na vanguarda da nossa civilização, mas, como bem disse Affonso Arinos, a opulencia de São Paulo fe-lo esquecer o seu passado, que é a

base da sua grandeza actual. Os Paulistas, como os passarinhos, cantaram a alvorada. Na antemanhã da fundação da capitania de São Vicente e Sancto Amaro, dos dous irmãos Martim Affonso e Pero Lopes de Sousa, a civilização desta terra começou a raiar entre litanias e hymnos!

Cantaram os Indios catechizados cantos espontaneos; cantaram hymnos feitos por Anchieta.

Cantaram os negros, que sob o captiveiro entoavam tristes canções.

E nosso caboclo, o caipira de São Paulo, herdou esses nostalgicos cantares; essas vozes fazem sempre contraste com o scenario da nossa natureza de fulgurações magnificas.

Antigamente eram notorios nas vastas e opulentas fazendas de São Paulo os sambas dos pretos e era de ver os improvisos e desafios rimados dessa gente rude. Dessas composições populares, lundús, fandangos e sambas, é a modinha a mais characteristica do caboclo.

Na sua simplicidade exprime sempre queixumes e emoção.

Os habitos do caipira são bem diversos dos do sertanejo do norte. A lingua tambem. Ouvi êste dialogo de duas caipiras de São Paulo, onde poderemos accompanhar os costumes e o fallar do povo, que tanto interessa o nosso "folk-lore".

— Eh ! ah ! Nhá Chica, donde vae meêê,
que num s'inxerga seu fucinho mais ?

— Bença tia Rosa, chi ! toda chibante,
eu vim da roça vê casá os taes !

— Gentes da casa de Nhô Quim Papudo ?
E antão ?

— Pois eu dê lá que tô chegando !

— Num vi, num vi, inté botei reparo
senti sua farta e tava maginando

— Pois eu inté, num semidava de i...
Mas nhô Papudo quiz mi convidá...

— E lhe agrussou antão as crungidade
de vê os noivo que ia se casá !

E que de gente que na festa havia,
tudo imbruiado com seus chales nôvo.

— Na igreja antonce, chi ! Jesu e Maria !
tava impinhado, tava assim de pôvo !

— Num malimprêgo de tê ido lá !
Que noiva chique ! Que vestido rico
feito só de frô de laranjeira

e cuns babado todo feito em bico !

—Tavam bonito todos dois, demais !

E na hora do nó, aí que hora aquella !

Ahi o noivo que não é quarqué
ponhô o anné no dedinho della.

—E os cunvidados apincháram frô

Antonce a noiva meio pretrubada,
foi de um em um fazendo um cumprimento
e pregô beijo em toda as moçarada !

—E que de doce que na festa tinha !

os prato estava que nem arrelicário,
tinha uns docinho tudo embruiadinho,
que nem santinho dos escapulario !

—Dispois da janta pregou as discursêra,
fallou nhô Zé, nhô Juca, nhô Quinquin...

Na hora antonce de i s'imbora a gente,
garrou chovê... que nem tinha fim !

—Eh! ah! tia Rosa, má com a tar história,
de tá assuntando no que estava lá,
me esqueceu em casa, toda mia tarefa !

—E eu se esqueceu de penerá fubá !

O caipira de São Paulo tambem tem sua viola ou sua sanfona e canta os seus cantares dolentes e apaixonados. Na canção do Jeca não é um canto alegre que diz:

esta viola canta e geme de verdade,
cada toada representa uma saudade !

O typo do Juca Mulato, descripto tão lindamente por Menotti del Picchia, é um optimo exemplo do nosso caboclo.

Os poetas de São Paulo têm pintado com muito colorido essa vida e esses costumes, enriquecendo a nossa lingua dêsses vocabulos tão nossos.

O pranteado poeta Ricardo Gonçalves descreveu uma scena caracteristica, que vale a pena lembrar:

Scisma o caboclo á porta da cabana...

Declina o sol que rubido espadana

cataractas de luz.

No terreiro, entre espigas debulhadas,

Arrulam perseguindo-se ás bicadas,

Dois casaes de pombinhos pairerús,

A criação de penna se empoleira,
 Come a ração, no coche da mangueira,
 um velho pangaré.
 Uma vacca leiteira e bois de carro
 Pastam junto á casinha que é de barro,
 coberta de sapé.
 Longe, uma tropa trotta pela estrada,
 E a viração da matta saturada
 de perfumes subtis,
 Traz dos grotões, que a sombra lenta invade,
 Um soturno perfume de saudade
 das pombas juritis.
 Scisma o caboclo. Pensa na morena
 Que vira numa noite de novena
 orando ao pé do altar.
 Que vira. E que, por mal de seus peccados,
 Tinha uns olhos profundos e rasgados
 e um riso de matar.
 Branco de fôfos era o seu vestido,
 E elle vendo-a, sentindo-se ferido
 em pleno coração,
 Baixinho murmurou: Nossa Senhora !
 Ai, meu São bão Jesús da Pirapóra
 de minha devoção.
 Depois, não se conteve, e num fandango,
 Roubou-lhe um beijo aos labios de morango
 o diabo do rapaz !
 Ella volveu zangada: ah, malcreado,
 Seu vigario já disse que é peccado,
 aquillo não se faz !
 E o caboclo medita ! O sol em chamma
 Como agora ha pouquinho não derrama
 cataractas de luz !
 O corrego soluça, a noite desce
 E vem dos capoeirões onde anoitece
 O trilo vespéral dos inhambús.

Com esta palestra, que devemos á iniciativa do INSTITUTO
 HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, revivemos os costumes
 e as tradições, a vida popular e os cantares nacionaes trans-
 mittidos pelos nossos antepassados e que ficam na memória
 do povo.

E' isto o elo que prende o passado ao presente.

Amemos, pois, os cantares desta terra bem fadada, tão
 ricos de sentimentos, tão cheios de poesia, que a poesia é

esse polen de ouro que doura a flôr da nossa juventude
e reconforta a alma no declinio da vida !

Amemos e espalhemos esses cantares do povo para que
o écho se propague em todo o nosso querido Brasil, e se irradie

“de norte a sul, de léste a oéste, em cruz
espargindo, jorrando e derramando luz !



PROSADORAS E POETISAS BRASILEIRAS

(Conferencia realisada no Instituto Historico,
em 28 de Septembro de 1928, pela senhora Anna Amelia
de Queiróz Carneiro de Mendonça)



Anna Amelia de Queiróz Carneiro de Mendonça

PALAVRAS DO CONDE DE AFFONSO CELSO

O sr. conde de Affonso Celso (presidente perpétuo do Instituto Historico), abrindo a sessão, disse que a avultada e brilhante concorrência, aliás já observada nas conferencias precedentes, provava quão bem inspirado fôra o Instituto — que se confessava muito reconhecido — inaugurando as reuniões consagradas á exímia intelligencia feminina brasileira.

A oradora do dia, a sra. d. Anna Amelia, é, como as suas predecessoras, um nome consagrado pelo Brasil intellectual.

Respeitam-na, prezam-na e admiram-na todos quantos della se approximam ou lhe têm lido as composições, dignas, não poucas, da mais apurada anthologia.

Lauream-lhe a fronte varios estemmas, quaes os da cultura, o da poesia, o da arte de dizer, o da beneficencia e de altas virtudes domesticas. E' um vulto social de rara distincção que, pelo coração e pela intelligencia, honra o seu sexo e o seu paiz. Ia colher as palmas de conferencista, e o Instituto Historico sentia-se feliz e desvanecido por ser no seu gremio tradicional que se effectuaria a revelação desse novo aspecto de uma das mentalidades mais delicadas, nobres e prestigiosas da sua geração.

Rogou-lhe a graça de fazer ouvir a sua palavra encantadora.

PROSADORAS E POETISAS BRASILEIRAS

Para fallar-vos das prosadoras e poetisas brasileiras devia sentar-se, neste momento, deante de vós uma poetisa e prosadora, que, pelo seu talento e pela sua belleza, pela sua cultura e pelo seu prestígio, é, sem dúvida, uma das mulheres mais representativas do Brasil feminino, neste comêço de seculo: Rosalina Coelho Lisboa.

O INSTITUTO não poudo cumprir a promessa que vos fizera e, com uma fidalguia a que nada se póde negar, pediu-me que antecipasse a minha vez de fallar-vos, fechando a série de conferências dêste anno em logar de iniciar a do anno proximo.

Lamento a troça que vos decepciona.

Bem outra devia ser a vossa impressão; bem diversa a vossa expectativa. Irieis ouvir a sonoridade de uma voz velludosa e sem asperezas, o rhythmio de uma falla macia e compassada, a elegancia de um estylo aprimorado e sobrio, o julgamento de um espirito culto e superior.

Irieis talvez ouvir, como uma profissão de fé, essa artista heraldica dizer de si mesma, quando tivesse que fallar da sua arte:

Ouçõ-te a voz, por vezes, no caminho !
— Curva ao mundo teu animo arredo,
Deixa que te encha o coração vazio
O veneno bendicto do carinho...

Busca-me ! Eu sou o ideal que faz o ninho.
Desejar perfeição é um desvario...
Procura o sonho, embora fugidio,
Si ha perfume na flôr, que importa o espinho ?...

E eu sorrio, na paz propiciatoria
Da solidão em que me deixo estar,
Porque, si acaso, soberana Glória,

Queres meu culto para o teu altar,
Num capricho da tua trajectory,
Has de vir, aonde estou, a me buscar.

Tereis de ouvir, ao contrário, esta voz grave e sem gammas, este fallar tosco e desataviado, esta fôrma hesitante de quem não se amolda ás exigencias da bôa prosa e, ainda, os commentarios de quem, pela primeira vez, se vê induzida a fazer uma conferência, com inevitavel tendencia á critica; tereis de ouvir alguém cuja alma foi feita mais para os recolhimentos e para as sensibilidades extremas que para o brilho dos prelios litterarios, alguém cujos pallidos versos revelam, apenas, a expansão irrefreavel de um temperamento sincero demais para os requintes da arte, mas, ao mesmo tempo, ardente demais para impedir a eclosão de uma espontanea tendência poetica:

A glória não sonhei, que a não mereço.
Si algo valem meus versos, nada eu valho.
Que como os tiro da alma os offereço.

Longe de tudo o que perturba e engana
Em meu amor serena, me agasalho
E faço delle a minha glória humana.

E' tudo o que de mim posso dizer.

Esta sala illustre teve já a ventura de ouvir tres notaveis espiritos femininos que, cada qual no seu genero, puderam dar aos mais exigentes uma amostra do que é e do que vale a cultura da Mulher brasileira.

Si devo agora fallar das nossas prosadoras e poetisas, porque não começar por essas que acabaes de ouvir e cujas palavras guardaes certamente ainda na memória como écho delicioso de uma musica que cessou?

Maria Eugenia Celso surgiu nas lettras com os arroubos da sua mocidade apaixonada, com versos inspirados, que despertaram, desde logo, a attenção dos entendidos. Sob o véu mysterioso de um pseudonymo, publicou aqui e alli os seus primeiros trabalhos e, estreando na prosa, começou a servir-se com elegancia do florete da ironia, mostrando, immediatamente, sua franca inclinação para o jornalismo e

para a crítica. Em 1918, reuniu em volume os seus versos de amor, sob um título romântico e suggestivo — *Em pleno sonho*. Sente-se bem o prestígio do sonho no brilho suave dessas páginas encantadas, que não ostentam o artifício das cousas que não fôram realmente sonhadas.

Mas Maria Eugenia proseguia no jornalismo, na chronica leve e mordaz, na critica subtil e deliciosa, fazendo ao mesmo tempo e com a mesma graça inconfundivel a descripção de um vestido de baile e o commentario de um gesto politico ou social. De repente, porém, ha uma parada subita e angustiosa nessa actividade brilhante e quotidiana. A desgraça, que espreita sempre os privilegiados de espirito e de alma, vendo subir cada dia o renome da artista, desfere sobre a mulher um dos seus golpes mais impiedosos, roubando-lhe o filhinho unico.

Todos vós sabeis o que foi esse golpe para o coração de Maria Eugenia. Mas, si a mulher succumbiu dentro dessa magua inconsolavel, a arte readquiriu o seu dominio e fez rebentar do seu peito, como as lagrimas rebentam dos olhos, o mais impetuoso dos poemas que o amor materno, levado ao desespero, soube jamais produzir. Vicentinho é o breviario das mães que soffrem, a expressão que todas nós buscamos para a nossa tortura quando igual ferida nos dilacera e que, nunca tendo sido encontrada, quando afinal achamos nessas páginas vivas, empolga a nossa imaginação, traduz as nossas angustias, arrebatava a nossa alma, a ponto de cada uma de nós poder exclamar: fui eu quem escreveu este livro; fui eu quem o sentiu. Quando o recebi das mãos de Maria Eugenia, tinha o firme proposito de dizer-lhe, por escripto, a impressão que sua obra me causasse. Ao terminar a leitura, com os olhos molhados, só pude traçar este bilhete que não lhe enviei: Obrigada por teres escripto tudo o que eu sentia e que não pude dizer.

Uma grande dor que se expande é, sem dúvida, por um contraste espantoso, um motivo de arte e de belleza; já em 1880, d. Maria Barbosa Xavier, poetisa mineira, fizera vibrar o coração dos seus leitores com o soneto FILHO! que não era mais que o grito lancinante de uma mulher ferida por igual horror. D. Anna da Silva Freire compoz sobre o mesmo thema "A saudade materna", elegia cheia de inspiração e de magua, que deu á sua auctora, quasi desconhecida nas lettras, o renome de poetisa. Não conheço sinão por citação essas duas producções, mas não creio que nenhuma tenha sabido crystallizar melhor esse abysmo de ternura e de dor.

Para o theatro, escreveu Maria Eugenia pequenas peças em verso, cuja graça e leveza serão, sem dúvida, repetidas com enlévo por muitas gerações de artistas e de amadores. Assim também os seus versos humoristicos, declamados com successo em todos os salões.

Como conferencista, baldado seria fazer-vos o elogio de Maria Eugenia: sóis todos, certamente, como o é toda a sociedade culta do Rio, seus ouvintes encantados. A finura, a ironia, o trocadilho, o *a propos*, a maleabilidade do espirito, todos os predicados, enfim, que prendem e enlevam as platéas, retiniram-se para fazer dessa nobre artista a palestradora mais interessante que se possa imaginar.

D. Maria Junqueira Schmidt tem, nas nossas lèttas femininas, um logar de destaque, não só pelo valor da sua prosa elegante como pelo genero que escolheu, a História. Si temos poucos historiadores, historiadoras ainda menos. O dictionario bibliographico de Sacramento Blake falla vagamente de d. Narcisa Villar que escreveu, no Rio de Janeiro, em 1859, uma legenda do tempo colonial pela independencia do Ipiranga. Não tenho detalhes sôbre esse trabalho nem sôbre a sua auctora. Nada conheço de outras escriptoras que se tenham dedicado á difficil tarefa de recompor, de fazer reviver, enfim, com os sentimentos e as roupagens do seu tempo, as figuras notaveis do nosso passado historico.

D. Maria Junqueira Schmidt dedicou-se a esse labor e vem fazendo uma obra tão formosa quanto sympathica e digna de elogios. E' historiadora, e historiadora de mulheres: seu livro sôbre d. Amelia de Leuchtenberg, de cujo resumo tirou a linda conferência que lhe ouvistes, é o inicio de uma serie de vultos femininos, quasi completamente esquecidos do nosso presente dispersivo e mechanico, e que merecem algumas horas de recolhimento e de emoção. Publicou ella ainda, antes de iniciar estes estudos, um pequeno volume de contos romanticos, em que ha diversas páginas de flagrante e delicioso sabor nacionalista.

D. Maroquinha Jacobina Rabello começou a versejar desde menina e tem feito muitos versos e muita prosa. Mas que difficuldade para se conseguir conhecer essas páginas tão avaramente guardadas!

Si não fôsssem as conferências deliciosas com que, por vezes, nos encanta e as pequenas e graciosas peças em prosa e verso que escreve para as alumnas do curso Jacobina, poucasissimas pessoas teriam o gôso intellectual de conhecer um pouco dessa alma transbordante de sentimentos nobres, desse

espírito formoso e culto, mas que faz de um retrahimento imperdoavel a sua couraça de ferro. Para breve, porém, promette-nos d. Maroquinha a alegria de ver publicados seus versos e as suas parabolâs evangelicas; estou certa de que será esse o inicio de uma serie brilhante de trabalhos por editar. Não poucos serão, além de triumphos para a auctora, obras de verdadeira utilidade para os nossos cursos, como as lições de litteratura e a história da arte e litteratura musical. Seria de lamentar que continuasse inedita uma obra onde se encontram a nobreza e o idealismo, o estudo e a inspiração. Aqui vos repito um lindo soneto que, si retrata sem benevolencia a sua auctora, deixa transparecer a farta a fina e elegante artista que deve figurar entre as mais completas culturas femininas da nossa terra:

Não sou bella, e jamais a formusura
Faltou-me á vida que correu serena.
A feição regular, a tez morena,
pallidâ côr... symphathica figura...

Por vezes a expressão tôma doçura
tô olhar profundo, em orbita pequena;
a trança negra, hoje prateando (é pena!)
serve a tão toseco quadro de moldura.

Sem artificio algum; curto o pescoço
nos hombros largos; o semblante... moço...
embora a mocidade tenda a um fim...

No feio, leves tons de galhardia...
e onde o bello falhou, ha a symphathia...
bendicta mãe que me fizeste assim!

Tentarei agora, repetindo convosco os nomes daquellas que não ficaram de todo exquecidas pela indifferença do tempo, colhendo de relance um traço da vida e da obra de cada uma, render uma homenagem sem brilho ás nossas antepassadas illustres e fazer, sem tomar-vos demasiado tempo, um pequeno esboço da evolução da litteratura feminina no Brasil.

E' velho costume dizer-se que o Brasil é uma terra de poetas; não seria absurdo affirmar que é tambem uma terra de prosadoras e poetisas. Não que estas existam em número egual ao daquelles (felizmente para vós é elle bastante menor), relativamente, porém, á proporção das mulheres de

letras em outros paizes, tomados em conta os nossos min-guados seculos de existencia, são notaveis o desenvolvimento intellectual e a tendencia litteraria do nosso mundo feminino, principalmente si encararmos ainda a estreiteza do meio e os preconceitos da sociedade em que desabrocharam as primeiras flôres cultivadas da nossa raça.

Na aurora da nossa evolução política, a par das heroínas que surgiram na luta contra os invasores, brilhando em gestos de patriotismo e de humanidade, define-se o vulto lyrial de uma joven pernambucana, filha de Olinda, a cidade lendaria, berço de tradições e de poesia, onde nasceu e viveu apenas 22 annos — 22 annos de candura e de simplicidade, de encantamento e de inspiração. Rita Joanna de Sousa é bem um symbolo da intellectualidade brasileira que despontava, timida e vacillante, mas já caracterizada pelas tendencias embryonarias da raça, adquirindo fórma propria ao destacar-se da amalgama em que se plasmava o futuro povo do Brasil. Rita Joanna dedicou-se á poesia, assim como á pintura e ás sciencias, tendo cultivado com carinho a História e a Geographia.

Passou como uma visão tenuissima e de singular alvura. Encerrando as páginas encantadas com que a pintou no seu livro *Pernambucanas illustres*, Henrique Capitolino Pereira de Mello resume, nestas quadras singelas, a rapida existencia dessa flôr agreste:

De Marim em seu ninho de verduras
 Ella nasceu!
 Brincando juncto ao mar, ao som das vagas,
 Assim cresceu.
 De seu berço, as bellezas contemplando,
 Ella viveu.
 Pintando flôres e cantando amores,
 Assim morreu.

Poucos nomes de mulheres dêsse tempo puderam chegar até nossos dias, trazendo a este seculo de independencia e de progresso uma pallida idéa de como viviam e sonhavam as filhas precoces de uma colonia inculta e despovoada. Dêsses nomes femininos, os que maior attenção mereceram daquelles que tentaram fixar memórias do seu tempo, fôram, sem dúvida, os das heroínas guerreiras, cuja bravura tinha gestos spartanos e attitudes de lenda. E' natural. No comêço de todas as grandes evoluções políticas, vale mais a mão que faz fulgir a lamina da espada que aquella que esboça timidamente as

primeiras páginas da litteratura de um povo. As proprias pelejas e revoluções, porém, dão quasi sempre ensejo a que se manifestem talentos ignorados e se tornem audazes espiritos que em outra situação não ousariam mostrar ao mundo os seus pensamentos e as suas aptidões.

Assim, a nobre Pernambucana d. Lourença Tavares de Hollanda, intercedendo por seus ermãos prisioneiros do go-vêrno portuguez nos carcerees primitivos do Brasil, juncto a poderosos fidalgos da metropole, revelou-se, além de ermã devotada e decidida patriota, uma vibrante e vigorosa prosa-dora, uma mulher de cultura notavel e um espirito illumina-do pelos mais bellos ideaes.

Mais tarde, quando a revolução pernambucana empol-gava todos esses Brásileiros sedentos de liberdade, a freira bahiana, Candida Luisa de Castro, dava expansão a seus sen-timentos de piedade e á sua vocação poetica, nesta colcheia commovida que dirigiu aos martyres encarcerados no horror das velhas cadeias immundas:

Os caros Pernambucanos,
De Olinda os filhos mimosos,
Passaram de ser humanos,
Divinos agora são
Dentro de meu coração
Os caros Pernambucanos.
Desejara que os Bahianos
Os amassem gloriosos,
Para por elles ditosos
Terem logar no meu peito,
Onde adoro, com respeito,
De Olinda os filhos mimosos.

Esses vultos, quasi irreaes, que parecem diluidos na dis-tância e quasi imperceptiveis, pela falta de documentos, no horizonte da História patria, em logar de desaparecerem de-finitivamente, crescem, ao contrário, cada vez mais, en-chendo páginas de livros novos, readquirindo, através o tra-balho paciente da critica e da investigação historica, a sua verdadeira significação e conquistando a auréola que lhes cabe, como primeiros interpretes da alma nacional.

No fim do seculo XVIII brilha na história da Mulher bra-sileira a estrêlla mais fulgida do nosso passado: Barbara Heliodora Guilhermina da Silveira. Só em repetir esse nome sinto como que um transporte de entusiasmo e de encanta-mento.

Vejo-me, por milagre de sonho, no seio da lendaria Ouro Preto, subindo de vagar aquellas ruas ingremes e estreitas, ladeadas por casas curiosamente typicas, todas simples e antigas, por vezes terreas á frente, sôbre um porão enviezado, que estabelece a linha plana do soalho, e altissimas atrás, sustentadas nos barrancos abruptos por grandes tóros de jacarandá negro, que as levantam ao nivel das ruas, em um exfôrço herculeo, resistentes aos annos que passam, como velhos escravos abnegados, gigantes negros que não conheceram a libertação.

Aqui viveu e sonhou Barbara bella, a mulher-symbolo, que poudo realizar, a um tempo, o duplo anseio da arte e do amor, e que, depois, tendo sacrificado tudo o que realizara ao ideal que a empolgava, não poudo resistir ao golpe que lhe desfez o lar. E' que esse lar não era apenas um ninho de ternura e um exemplo de virtude: era, para o poeta e sua amada, a synthese de todas as aspirações humanas, a união absoluta de duas vidas que se completavam.

Barbara Heliodora não quiz, como nova Penelope, fazer de uma espera sem termo um motivo para viver; foi menos resignada que a rainha da lenda; foi mais impetuosa na dor e mais intransigente na sensibilidade.

Mas, ponhamos de lado o vulto inconfundivel dessa heroína da Inconfidencia — mais heroica, a meu ver, por não ter cuidado em armas, e, sim, por ter vencido com o seu prestígio e a sua palavra a maior das luctas — a lucta da consciencia — e encaremos sómente, já que fallámos de escriptoras, a poetisa deliciosa que enfreemos no pouco que resta da sua obra.

Não foi apenas o eterno poema da juventude e dos sonhos amorosos que lhe cantou em versos melódiosos no labio primaveril de mulher bella e amada; o tempo, em vez de lhe apagar o fogo da inspiração, como faz a todos os poetas accidentaes que o amor recruta em cada geração, temperou-lhe o estro de accôrdo com a sua evolução social e moral e fe-la meditar, em estrophes de doce e serena simplicidade, os conselhos que, como mãe, desejava gravar no espirito de seus filhos:

Meninos, eu vou dictar
As regras de bem viver;
Não basta sómente lêr,
E' preciso ponderar:
Que a lição não faz saber,
Quem faz sabios é o pensar.

Neste formentoso mar
 De ondas de contradicções
 Ninguém soletre feições
 Que sempre se ha de enganar,
 De caras a corações,
 Ha muitas leguas que andar.

Applicai a conversar
 Todos os cinco sentidos
 Que as paredes têm ouvidos
 E tambem podem fallar:
 Ha bichinhos escondidos
 Que só vivem de escutar.

Quem quer males evitar,
 Evite-lhes a occasião,
 Que os males por si virão
 Sem ninguem os procurar;
 Antes que ponque o trovão,
 Manda a prudencia ferrar.

Sempre vos deveis guiar
 Pelos antigos conselhos,
 Que dizem que ratos velhos
 Não ha modo de caçar;
 Não batais ferros vermelhos,
 Deixai um pouco esfriar,

Se vos mandarem chamar
 Para vêr uma funecção,
 Respondei sempre que não,
 Que tendes em que cuidar,
 Assim se entende o rifão:
 Quem está bem, deixe-se estar.

Deveis vos acautelar
 Em jogos de páu e tôpo,
 Promptos a passar o copo
 Das argolinhas do azar:
 Taes as fabulas de Esopo
 Que vós deveis estudar.

Quem fala escreve no ar,
Sem pôr vírgulas nem pontos,
E pôde, quem conta os contos,
Mil pontos acrescentar:
Fica um rebanho de tontos
Sem nenhum adivinhar.

Até aqui pôde bastar,
Mais havia que dizer,
Mas eu tenho que fazer,
Não me posso demorar;
E quem sabe discorrer
Pôde o resto adivinhar.

Tambem entre as mais remotas escriptoras do Brasil encontram-se dous nomes unidos pela mesma arte e pelo mesmo infortunio: as cegas admiraveis que fôram Angela do Amaral Rangel e Delphina Benigna da Cunha. A primeira nasceu no Rio em 1725, a segunda no Rio Grande do Sul em 1791. Angela não se limitou a cantar em versos tristes o seu grande e incuravel mal; privada de receber a instrucção de que seu espirito se sentia sedento, guardava pelo ouvido tudo o que podia ser util á formação do seu cerebro de artista e cultivava sem desfallecimentos a prosa e o verso, manejando com egual facilidade o castelhano e a sua propria lingua. Nessa época remota da nossa civilização, fica como um exemplo o nome daquella a que chamaram: genio sem luz nos olhos.

Delphina Benigna da Cunha entregou-se por completo á magua immensa de sua noite sem promessa de aurora. Desde creança espalhou de mil fórmãs os seus gemidos intimos, a sua angustia sem consôlo. Possuia, entretanto, um fino espirito satyrico e os seus improvisos eram repetidos com encanto pela sociedade em que viveu até 1857.

No comêço do seculo XIX, o poema épico da Independencia inspirou na Bahia o estro de D. M. Clemencia da Silveira Sampaio, que compoz e recitou com enorme successó os seus versos heroicos. Já então Ildefonsa Laura César escrevera varias e arrebatadas poesias amorosas, sendo seu livro o primeiro trabalho feminino publicado na Bahia. D. Maria Elisa de Miranda Chaves tambem bahiana, publicou muita coisa dispersa, deixando celebre um soneto que assim termina:

Mas inda nesse estado, em que luctando
Vivo contra o furor da iniqua sorte,
Hei de, martyr do amor, morrer te amando

Embora em premio dêsse amor tão forte,
 Me vão sensivelmente definhando
 O pranto, a queixa, a solidão e a morte.

Ainda no fim do seculo XVIII nasceu em Ouro Preto outra poetisa de brilhante talento, d. Beatriz Francisca de Assis Brandão. Prima de Marília de Dirceu, cujo papel de musa inspiradora das mais bellas paginas da nossa lyrica bucolica, liga para sempre o seu nome ao do inspirado vate de Villa Rica. Creada no ambiente que a Inconfidencia formara para longo tempo, a joven mineira teve que vencer a forte opposição dos seus para entregár-se com mais intenso ardor á arte que a empolgava. Para esboçar a vossos olhos a sua figura excepcional de poeta e de mulher, basta este formoso e incomparavel soneto, feito para offerecer os seus versos ás suas patricias, quando não contava ainda 18 annos:

Estas que o meu amor vos offerece
 Não tardas produções de fraco engenho;
 Amadas nacionaes, sirvam de empenho
 A talentos que o vulgo desconhece.

Um exemplo talvez nos apparece,
 Em que brilheis nos traços que desenho,
 de excessivo louvor glória não tenho,
 e si algum merecer de vós comece.

Raros dotes talvez vivem occultos,
 Que o receio de expor faz ignorados,
 Sirvam de guia meus humildes cultos,

Mandai ao Pindo os vôos elevados.
 E tanto sejam vossos versos cultos,
 Que os meus nas trevas fiquem sepultados.

Não encontro nelle apenas a fórmula classica e a expressão elevada, mais uma belleza tal de pensamento, um tal anseio pela evolução intellectual da Mulher, um tão accentuado desinteresse de si mesma em beneficio da grandeza da causa commum, que pasmo deante dessa apaixonada cultora do verso, cuja existencia de 83 annos foi toda preenchida pelo amor ás letras e pela saudade de um amor humano que não poudes realizar. Pertenceu a varios gremios litterarios e associações civicas, e foi proposta, em 1868, por Joaquim Norberto e mais dous socios do INSTITUTO HISTORICO, para socia

honoraria do mesmo. O parecer de Joaquim Manuel de Macedo e de Gonçalves Dias, nomeados em comissão, impediu que essa entrada se realizasse, allegando a feição scientifica desta casa e insinuando a idéa de ser a grande poetisa, com mais acêrto, recebida como membro de uma futura Academia Litteraria que o Instituto pretendia fundar. Já nessa época, pois, tantos annos antes da fundação da Academia Brasileira de Lettras, alvitrava-se a hypothese de ser a Mulher aceita nessa aggregração litteraria. A situação não mudou, o assumpto tem hoje a mesma oportunidade. Apenas, depois que ella existe ninguém se lembrou de tentar abrir-lhe as portas para nenhum dos nossos grandes poetas e prosadores que tiveram a sina de nascer mulher.

Das diversas senhoras que illustravam com o brilho do seu espirito e o esmero da sua cultura, nessa época ainda excepcional, o Brasil do seculo XIX, destacarei apenas alguns nomes mais brillhantes, temendo alongar demais esta hora de palestra, e não ignorando que alguns escriptores já fizeram melhor do que eu poderia fazer a história dessas denodadas bandeirantes das lettras femininas no meu paiz. A admiração e o respeito que todas ellas me merecem não chegam, tão pouco, a obscurecer o senso crítico com que tenho por habito julgar, para mim, a obra de quem quer que seja. Por outro lado não me poderei livrar de commetter faltas imperdoaveis, omittindo nomes dos mais dignos de louvor. Não só o tempo me foi escasso para estudar mais profundamente o assumpto, como o proprio silêncio que pesa por vezes sôbre as mais elevadas figuras de uma época apaga definitivamente o brilho de espiritos e temperamentos que pareciam fadados a glórias immortaes.

Quanta injustiça não teremos assim commettido.

Quantas lindas almas de artistas não ficarão para sempre desconhecidas, sepultadas no recolhimento em que as guardavam os preconceitos da época e a timidez natural, cultivada pela educação.

A's vezes, porém, o êrro dos que procuram reanimar os vultos do passado, deriva-se do effeito contrário causado pelas memórias litterarias. Senhoras que não fizeram mais que tentar, por divertimento ou por *blague*, escrever e publicar alguma cousa, passaram á posteridade como reaes escriptoras, só pelo facto de terem-nas conhecido os amaveis chronistas do tempo, num baile ou num *sarau* em que brillhavam apenas como moças elegantes e espirituosas. Quem sabe si por esse mesmo descuido, graças á gentileza dos que aqui me ouvem,

não chegarei eu também um dia a figurar na história litteraria d'êste seculo como *brilhante conferencista*?

Prosigo, porém, na minha despretenciosa tentativa.

D. Anna Alexandrina Cavaleanti de Albuquerque foi uma cultora notavel do verso e da prosa. Nasceu em Pernambuco, onde desde creança começou a rimar. No livro que dedicou ás Pernambucanas illustres, o dr. Henrique Capitolino Pereira de Mello transcreve uma linda carta que recebeu dessa illustre senhora, da qual lerei algumas linhas, como pequena amostra do talento e do estylo da escriptora: "Para a mulher é ainda hoje muito difficil alçar o vôo; graças, porém, aos alicerces do seculo XVIII, lançados no mundo por Jean Jacques Rousseau, Voltaire... já a voz do Stuart Mill e outros talentos, vai caíndo por terra o anomalo pensamento de Pompadour, que "a mulher só deve enfeitar-se e ataviar-se para parecer bonita".

"Não será, porém, ainda neste seculo que a mulher poderá se hobrear com o homem no banquete da sciencia; mas surgirá, enfim, a aurora da redempção, e, illuminada pelo clarão ridente dessa luz divina, a sciencia, se precipitará com maior força no caminho do progresso. Dispa-se o homem do seu injusto egoismo, erga a mulher até si, sente-se com ella á mesa do estudo, e muitos delles deverão a essa meiga alliada, que tudo cede ao que ama, o seu logar no pantheon da historia." Deixou muitas e bellas poesias, entre as quaes *O negro*, em que claramente patenteia a revolta de seu coração feminino deante dos horrores da escravidão.

D. Alexandrina Francelina de Sousa Marinho vivia obscuramente no Recife, quando a visita de ss. mms. imperiaes a essa provincia lhe offereceu a oportunidade de brilhar, recitando, em presença das mesmas, duas poesias que lhes dedicou e que fôram por essa época publicadas com successo.

Na Bahia, tambem, se succediam as mulheres de letras: d. Joaquina Julia Navarro da Cunha Meneses de Lacerda publica versos esparsos e uma série de artigos de polemica com um jornalista bahiano sobre *A Mulher e a Litteratura*.

D. Maria Augusta da Silva Guimarães escreve as *Flôres das Selvas*.

D. Anna Ribeiro de Góes Bittencourt escreve romances e incita em versos sua amiga, d. Amalia Vieira de Nascimento, a erguer-se nas asas da arte para o vôo da glória.

D. Adelia Josephina de Castro Fonseca publica *Echos da minh'alma* em 1855, collabora no "Almanack de lembranças

luso-brasileiro". E' a auctora dêstes versos tão suaves quanto expressivos:

Por que estás tão apressado,
Coração, a palpitar?
Queres, deixando meu peito,
Por esses ares voar?
Queres de meu pensamento
A carreira acompanhar?

Queres, misero insensato,
Este desejo cumprir?
Intentas da fantasia
Os amplos vôos seguir?
Buscas, vencendo a distância,
Tua saudade extinguir?...

Esta saudade tão funda,
Tão viva, tão pertinaz,
Que te faz tão desgraçado,
Que tão ditoso te faz?
Que tanto te amarga ás vezes,
Que ás vezes tanto te apraz?

Pretendes tú, pobre louco,
Tuas dôres augmentar?
Desejas, ao lado d'Elle,
De martyrios te fartar?
Queres nos olhos que adoras
Mais desenganos buscar?

Si ao excesso do tormento
Tivesses de succumbir,
Quem tanto havia de ama-lo
Deixando tu de existir?
Quem ousaria contigo
Em firmeza competir?

E elle, onde poderia
Tão soberano reinar?
Onde iria sua imagem
Obter tão devoto altar,
E tão desvelado culto,
Tão fervoroso, encontrar?

Deixa ir só meu pensamento
 De seus vãos, na amplidão,
 Quem sabe si ao lado d'outro
 O acharás, coração?...
 Morre embora de saudade:
 Porém de ciúme... não!

D. Anna Theophila Filgueiras Autran foi outra predestinada, cuja precocidade espantou a quantos a conheceram. Aos dez annos fazia versos e aos doze publicou o primeiro livro.

Escreveu, tambem, varios artigos sobre *A mulher e a litteratura*, tendo como contendor o jornalista bahiano dr. Belarmino Barreto. São della estas sextilhas:

TEUS OLHOS

Ai de mim
 Já não sei qual fiquei sendo
 Depois que os vi.

GONÇALVES DIAS.

Teus olhos lindos, brilhantes
 A fitar meus olhos vi;
 Olhei outra vez, olhei-os,
 E ainda olhavam para mi...
 Baixei os meus — e corando,
 Olhei de nôvo e tremi...

Tremi de enleio? Talvez.
 Tremi de amores? Não sei!...
 Deixei de olhar-te? mentira;
 Por muitas vezes te olhei...
 E sempre, sempre teus olhos
 Fitando os meus encontrei.

De livre via-me escrava
 Quando via os olhos teus:
 Medrosa, não qu'ria olhar-te,
 Não queria, sabe-o Deus;
 Mas não sei que mago, encanto
 Te volvia os olhos meus!...

Busquei fugir-te debalde,
 Foi debalde que o busquei,
 Que sempre, sempre teus olhos
 Nos meus pregados achei;
 Eu tinha medo de olhar-te
 E sempre, sempre te olhei.

Mas quando não vi teus olhos
 Fitar os meus com ardor,
 Ainda senti mais vivo
 O seu fogo abrasador...
 A causa inquiri, chorei...
 O pranto disse-me: Amor.

Em São Luis do Maranhão nasceu e viveu d. Maria Firmina dos Reis, que deixou os *Cantos á beira mar*.

No Piauí, em 1864, nasceu d. Luisa Amelia de Queiroz, que publicou alguns versos sob o suggestivo título de *Flôres incultas*, e o poema *Georgina*, em cinco cantos.

De uma sua poesia, *O homem não ama*, pude ler o seguinte fragmento no dictionario de Sacramento Blake:

Crueis como Nero são todos os homens!
 Ateiam as chaminas de ardente paixão,
 Depois... observam, sorrindo, os estragos...
 E dizem — cobardes ! — que têm coração !!

Como vêdes, já nesse tempo os homens e as mulheres eram os mesmos.

No Rio Grande do Sul, muitas fôram, também, as escriptoras do seculo XIX. Citarei, ao acaso, algumas das que mais se destacaram: d. Amelia Vieira do Nascimento, d. Luciana Maria de Abreu, d. Candida Fortes, d. Maria Benedicta Camara de Bormann, d. Maria do Carmo de Mello Rego, dona Odila Marques da Silva, que foi também oradora.

Com o caminhar do seculo, foram, naturalmente, melhorando as condições intellectuaes da sociedade em que viviam essas mulheres de letras, e que eram, nos seus primeiros annos as mais precarias.

Imaginai bem o que representa de exfôrço e de idealismo fazer-se litteratura em uma época cuja cultura se retrata

nestas duas linhas, dadas como motto por um poeta da moda á poetisa d. Clarinda Costa Siqueira:

As cordas que tocam n'alma
têm horas que desafinam!...

Pobre poetisa! Não sei como não perdeu de vez a inspiração!

Não menos bizarro é um episodio da vida de d. Maria Josepha Barreto, outra poetisa, espôsa do carcereiro de Porto Alegre, cujo espirito satyrico e a veia repentista eram notaveis, mantendo em um theatro, interrompida por um poeta, quando recitava versos seus, curiosa e renhida contenda rimada, toda de improviso.

Não exquecerei as ermãs Revocata Heloysa de Mello e Julieta de Mello Monteiro, que illustraram por tanto tempo com brilho de seus espiritos e o esforço ininterrupto de seu trabalho litterario todo o fim do século XIX e o inicio d'este século na litteratura do Brasil. Collaboraram ambas em revistas de lettras, redigindo a primeira por longos annos o *Colymbo*, periodico litterario de grande brilho. Escreveram innumerous volumes de prosa e verso e vivem ainda na cidade do Rio Grande, que se orgulha dessas duas venerandas e illustres senhoras.

Ainda no Rio Grande viveram d. Rita Barem de Mello, a poetisa de *Sorrisos e lagrimas*; d. Luisa Cavaleanti, d. Amelia dos Passos Figueiroa e muitas outras que não poderei citar.

Fécho este apanhado das brilhantes mulheres de lettras do rincão gaúcho, citando estas linhas fortes e arrebatadas com que o coração revoltado de d. Candida Isolina de Abreu se expande contra as miserias do mundo:

Que importa a dôr alheia?... Os ricos, homens d'ouro,
As flôres da miseria arrojам pelo chão,
E vis, querem lançar co'as faces sem decôro
As filhas da desgraça á mesa de um balcão!

E adeante:

Que importa o crime e a dôr, si em farta e lauta mesa
Dão contas ao prazer, alento á saturnal!
Lá fóra, no abandono, a misera pobreza
Mendiga pela rua ou morre no hospital.

No Paraná, na poetica e vetusta cidade de Paranaguá, nasceu Julia Maria da Costa. Foi poetisa das mais legitimas e, além de lindas e comovidas estrophes, deixou em cartas intimas, hoje publicadas por Francisco Negrão, na Genealogia Paranaense, brilhantes resquícios da sua bella e sensível alma feminina.

Por todo o Brasil appareciam, assim, nomes de mulheres firmando prosa e verso.

D. Maria Luisa Duarte foi filha da villa da Palmeira dos Indios, em Alagoas. Fundou um collegio em sua terra e escreveu em várias revistas.

D. Maria Jucá Moreira, tambem alagoana, foi poetisa e mathematica.

No Rio de Janeiro, destacaram-se, entre as várias escriptoras de seu tempo, d. Carmen Freire, Baroneza de Maranguape, d. Gabriela de Jesus França, d. Maria Helena Camara de Andrade Pinto e d. Maria Carolina Bittencourt Ribeiro. D. Ernestina Fagundes Varella e d. Josephina Alvares de Azevedo, foram erinãs dos poetas de igual nome; a última foi fundadora do jornal *A Família*, e fez em uma comedia critica ao voto feminino.

D. Gracia Ermelinda da Cunha Mattos escreveu maximas e foi chamada na sua mais tenra mocidade — a *Philosophinha*.

D. Maria Angelica Ribeiro fez dramas e comedias.

Chega, porém, a phase intensa em que o liberalismo de alguns grandes Brasileiros prepara o ambiente para a eclosão do mais bello e glorioso poema nacional, que foi, para orgulho nosso, escripto por mão de mulher: *A Abolição*. Essa causa palpitante, que o dia de hoje recorda, inspirou a d. Maria Amelia de Queiroz vibrantes conferencias de propaganda.

Outra intellectual, d. Corina Vivaldi Coaraci, previra em longa série de cartas para o *New York Herald* o advenlo republicano de 1889.

D. Nisia Floresta Brasileira Augusta foi uma prosadora notavel no seu tempo. Viajou a Europa e publicou livros em francez e italiano, além dos que escreveu em nossa lingua.

Seu nome desperta a lembrança do seio augusto da floresta brasileira, onde uma fada sylvestre a tivesse baptizado por Nisia.

Assim fôram passando essas Brasileiras sonhadoras, quasi sempre incomprehendidas, quasi sempre isoladas em si mesmas, fazendo dessa febre de escrever o desabafo dos seus

impulsos mais intimos, das suas aspirações mais ardentes. E aos poucos a sociedade foi compreendendo a missão que cabia ás mãos femininas, que podem, além da carícia e da esmola, deixar no mundo a scintilla do espirito e da inspiração.

Auta de Sousa deixou um rastro pallido de nebulosa — foi mystica e triste, foi tímida e sentimental. Si não fez versos impecaveis, foi de uma impecavel harmonia na sua arte e na sua vida. D. Narcisa Amalia de Campos foi uma poetisa de suave inspiração e uma brilhante prosadora. Nasceu em São João da Barra e, vindo para o Rio, daqui fez irradiar o seu nome que hoje envaidece a sua cidade natal.

Mas quantas findaram os seus dias na amargura da renúncia e na angustia da insatisfacção espiritual. Um poeta de hoje soube, melhor que ninguem, traduzir a inquietação dessas vítimas de preconceitos e de indecisões. São de Pereira da Silva, o poeta da melancolia, estes versos desencantados:

Lucia me disse: "Eu li teu livro. E' triste.
Senti toda a amargura que sentiste.
Pensei, conjecturei, volvi o olhar
Para a mesma miseria sublunar,
Que, ora visivelmente, ora ás escuras,
Preme as aspirações das naturezas puras.

Mas tens, meu poeta, a tua liberdade.
E's homem forte, e nada te dissuade
De gosar a volupia do perigo,
Tentar o crime como o seu castigo,
Practicar as acções nobres e rudes
Pelos grandes ideaes ou pelas más virtudes.

Ser homem ! Ser a Fôrça e a Intelligencia,
Ser heróe pelo pulso ou pela Sciencia.
Ou pelo sentimento ou pelo instincto !...
Ah ! meu feliz amigo, como sinto
Quanto vale ser homem neste mundo
Para melhor o odiar e revolvêr a fundo !

Ser homem ! Devassar a natureza,
Pensar, medir, conta-la com certeza
Ou combina-la, ou reduzi-la a tudo
Que apraza ao olhar do genio mais agudo,
E' já ter um motivo dominante
De sorrir da miseria e de passar adeante.

Mas nós outras — imagem da fraqueza
 Que somos nós deante da natureza ?
 A Fé sem luz, o Amor em desatino,
 A dor sem fôrça ou sem clarão divino,
 O extase mudo para o céu silente,
 Flôr que murchou sorrindo antes de vir o Poente.

O nosso Sonho vive encarcerado
 Ou morre como um sonho de noivado.
 E quando uma mulher altiva e ardente
 Tenta dizer ao mundo o que ama ou sente,
 Tremem-lhe os nervos, falta-lhe a coragem,
 Soluços deseguaes embargam-lhe a linguagem.

Ah ! quanta vez á noite, mal dormida,
 Tentei tambem fallar da minha vida
 E meu amor, exausto de esperar,
 Os abraços, os osculos, o olhar
 Dêsse divino Espôso que desejo
 Para a lua de mel do meu primeiro beijo !

Mas esta arte do verso é tão divina
 Que mal a balbucio, me domina
 Este medo que sempre nos invade
 De molestar nossa sinceridade.
 E a crise do meu sangue e de minh'alma
 Passa commigo e Deus em minha alcova calma...

Hoje, que ella morreu, me acode á mente
 O soturno romance commovente
 Daquella artista ingenita e inspirada
 De quem o mundo nada soube, nada;
 Porque a mulher tem que viver premida
 Entre os proprios ideaes e as convenções da vida."

Mas a mulher reage, continúa a vencer esse pudor extranho em que ainda se encarcerava, fugindo a uma conquista que só pôde ajunctar festões á sua corôa. Estamos em meio de escriptoras contemporaneas. Não é preciso fallar de dona Julia Lopes de Almeida — quero apenas referir-me, com um encanto especial, ao lindo conto *As rosas*, que por si só bastaria para a consagração de um artista. Já não existe sua ermã, d. Adelina Amelia Lopes Vieira, poetisa tambem consagrada.

Em São Paulo, d. Idalina Rollin de Toledo faz versos sentimentaes; em Minas, d. Aurea Pires da Gama faz sonetos romanticos e escreve em jornaes e revistas. D. Ibrantina Cardona estréa com exito. D. Presciliania Duarte de Almeida, que no Rio publicou, em 1890, seus versos, *Rumorejos*, num volume, com os *Pyrilampos*, de d. Maria Clara Vilhena da Cunha Sanctos, vive hoje em São Paulo, onde escreve ainda e acompanha com carinho a vida e a evolução das nossas lettras.

D. Adelaide Castro Alves Guimarães, veneranda e illustre portadora de tão glorioso nome, é uma senhora de grande cultura e tambem poetisa, assim como sua filha. Não publicaram livro, mas possuem grande número de bellas poesias.

Francisea Julia é, porém, o nome de maior esplendor nessa pleiade de poetisas.

Seus versos ficaram e ficarão sempre resoando aos ouvidos dos que uma vez os leram, como accordes sonoros de música solenne. São fortes e rigidos, mas melodiosos e cheios de vibração.

Quero repetir o seu famoso soneto "Os argonautas", já tão citado e recitado, tendo a certeza de que um poema dêsses não cansa nunca, embora interpretado por labios sem expressão:

Mar fóra, ei-los que vão, cheios de ardor insano,
Os astros e o luar, — amigas sentinellas,
Lançam bençãos de cima ás largas caravellas,
Que rasgam fortemente a vastidão do oceano.

Ei-los que vão buscar noutras paragens bellas
Infindos cabedaes de algum thesouro arcano...
E o vento austral que passa em choleras, ufano,
Faz palpitar o bojo ás retezadas velas.

Novos céus querem vêr, mirificas bellezas;
Querem tambem possuir thesouros e riquezas
Como essas naus que têm galhardetes e mastros...

Ateiam-lhes a febre essas minas suppostas...
E, olhos fitos no vacuo imploram, de mãos postas,
A aurea benção dos ceus e a protecção dos astros...

Está artista soberba su'rgiu nas lettras patrias sem
alarde, modestamente, conhecida apenas de alguns intimos, que
a incitavam a publicar, de quando em vez, alguma poesia.

Foi a *Semana*, a scintillante revista de Valentim Magalhães e do illustre secretario perpétuo desta casa, Max Fleiuss, que teve a glória de tornar conhecida do mundo intellectual brasileiro essa grande e serena poetiza, cuja alma engastada na rijeza da fórma parnasiana brilha, reflectindo a belleza, como um espelho emmoldurado em ouro.

Depois dêsse nome glorioso, occorre-nos sempre o de Julia Cortines, outra buriladora de estrophes, que faz jús ao relêvo com que brilhou ao lado de tão nobre companheira.

O Brasil tem, agora, várias centenas de prosadoras e poetisas. Não poderei cita-las todas. Seria transformar esta já tão arida palestra em uma infindavel lista de nomes.

Cilarei ao acaso os nomes que me vão occorrendo.

Vejo entre as prosadoras *Mme. Chrysanthème*, a fina e elegante chronista: d. Francisca Basto Cordeiro, que philosopha amavelmente num jardim secreto; d. Amelia de Freitas Bevilaqua; d. Amelia Rezende Martins; d. Albertina Bertha — estylo inconfundivel, nome á parte nas lettras cariocas; d. Ruth Leite Ribeiro, que firmou no theatro um nome vencedor; d. Paulina da Costa Macedo, que faz critica com espirito e faz prosa com arte; d. Rachel Prado, que escreve contos primaveris.

Iracema Guimarães Villela é, como sabeis, uma romancista que conquistou rapidamente um nome de destaque com a publicação de seu primeiro livro. Eu não a conhecia, quando pela primeira vez ouvi fallar de *Nhônho Rezende*.

Quando pretendia adquirir essa obra para satisfazer uma natural curiosidade, um acaso feliz approximou-me de sua auctora e della recebi essas páginas tão cheias de interesse e de observação. Depois disso, Abel Juruá, como a chamam as suas obras impressas, continuou a publicar romances e chronicas, sempre cercada de justos louvores. Ainda entre as nossas boas prosadoras figura Mercedes Dantas — espirito fórte e combativo, auctora victoriosa dos livros *Nús* e *Adão e Eva*. Segue-a Murilla Torres, menos revoltada, talvez, mas não menos impectuosa.

Iveta Ribeiro é, muito ao contrario, toda doçura e toda mulher. Não abdica das qualidades sentimentaes do nosso sexo, nem como prosadora, nem como poetisa. E' coração acima de tudo e suas páginas, mesmo as de combate, são antes censura de mãe que agulhada de crítico.

Esther Ferreira Vianna estuda com alegria as cousas da Brasil popular e do nosso *Folk-lore*. E' conferencista e prosadora. Laurita Lacerda Dias, um tanto mystica, põe na prosa

e no verso a mesma alma de sonho. Leonor Posada é outra sonhadora que se expande no verso.

Sem acompanhar na publicidade esses nomes brilhantes, Aida Mesquita Barros e Maria Augusta Bittencourt são duas poetisas de fina sensibilidade e dous espiritos dos mais formosos.

E prosegue o desfilar de artistas que meu espirito faz surgir, achando em cada uma um feitio pessoal, uma inspiração differente.

Laura da Fonseca e Silva é uma cabeça romantica, que cantou como as cigarras um verão maravilhoso:

E' o verão tropical, em canticos, em flôres,
Em relêvo, em perfume, um languido perfume
Que excita o paladar e a gente não presume
Si vem dos fructos já ou se inda vem das flôres.

Gostaria de citar uma linha de cada uma das poetisas e prosadoras de hoje. Não podendo faze-lo, envolvo na mesma sympathia alguns dos nomes que me occorrem, embora a lista fique incompleta.

Laura Corrêa Hasslocher, Violeta Odette, Leda Rios, Carmen Cinira, Marina Coelho Cintra, Hyldeth Favilla, Aey Coelho, Diva Dantas, Zilah Monteiro, Sylvia Patricia, Sylvia Moncorvo e tantas outras, que cantam nas suas obras tantas e tão variadas emoções.

Não esquecerei propositadamente Laura Margarida.

O carinho de ermã não deve escurecer a homenagem de collega; e, como não publicou livro, ninguem melhor que eu para, com conhecimento de causa, incorpora-la á classe das nossas mais sinceras poetisas.

Maria Sabina de Albuquerque nasceu nas montanhas mineiras, mas é poetisa bem nossa, faz parte integrante da vida intellectual da cidade. O Rio disputa a Minas o nome dessa joven artista.

Cecilia Meirelles é um nome de poetisa que tem uma radiosa significação. Desde a sua estréa nas letras, essa cultora das palavras bellas e das fórmãs extranhas foi elevada ao plano mais alto das escriptoras do verso no Brasil. E é justo que assim seja.

A grande Gilka Machado conquistara de ha muito essa altura. Veio, como um sôpro de vento primaveril, o cabello desfeito, as faces ardentes, os labios humidos e palpitantes. Cantou o amor com arrebatamentos novos, cantou a vida com

um nóvo amargor. Toda a vibração dessa alma estranha de mulher concentra-se nas linhas d'êste soneto esplendido, cujas notas de marcha funebre põem nos meus *nervos* um arrepio de *ternura*:

Miseria, minha intima riqueza
Neste viver lentissimo e enfadonho,
Immortal estatuaría da belleza
Dos versos dolorosos que componho!

Cedo teu vulto de lirial esguieza,
Olhei, de minha mãe no ilhar tristonho;
E nem suppunha, áquelle seio presa,
Que eras tu que aleitavas o meu sonho.
Déste-me em ouro que se não consome
Ao espirito quanto me extorquiste
Ao corpo, ó pão ideal da minha fome.

Faças-me a alma robusta e a fórma etherea,
Amo-te assim, minha opulencia triste,
Minha faustosa e immaculada miseria.

Pelos Estados, os mais longinquos, não é menos extensa a lista de nomes femininos por colher.

Não vos assusteis, porém, vós que aqui me ouvis: não viajaremos por todos elles, nem fallaremos agora de suas escriptoras. Cito de passagem, em São Paulo, as irmãs Aplecina do Carmo e Yainha Pereira Gomes, poetisas e prosadoras, e d. Maria Lacerda de Moura, a vigorosa escriptora de espirito combativo, actualmente tão em evidencia nessa capital. No Rio Grande do Norte, Palmyra Wanderley, que sonha o mais lyrico dos sonhos, e escreve poemas repassados de doçura e de idealismo.

No Pará, Eneida de Moraes que fixa, nos seus bellos poemas, um pouco da alma mysteriosa das selvas amazonicas.

Em Minas, Julinha Alvim é a princeza das lettras e Mieta Santiago, advogada e escriptora, faz versos modernos e defende idéas modernas com todo o ardor da sua juventude culta.

Não nos affastaremos mais; não proseguiremos o caminho sinão para colher, em pleno sertão, uma impressão da pujança poetica de nossa terra. Ouçamos Leonardo Motta, o garimpeiro dos versos espontaneos do nosso povo, repetir umas linhas da celebre cantadora sertaneja Zefinha do Cha-

bocão, improvisadas num famosa desafio com o Jeronymo do Junqueiro:

Gerome, tũ p'ra cantá
Fizesses pauta c'o cão...
Qual é o passo que tens,
No alto do teu sertão,
Que dança só enrolado,
E solto não dança não,
Dança uma dança firmada,
C'um pé sentado no chão?

Si não é poesia, é pelo menos uma amostra da facilidade com que rimam essas creaturas simples.

E dizem, agora, que a rima não permite a espontaneidade. Si permite até o excesso da mesma...

Guardai, para encerrar esta hora de conversa despretenciosa, um fêcho de perolas e diamantes que vai enriquecer o rútilo collar das escriptoras do Brasil.

E' uma synthese do anseio de todas nós, cantada em versos lyricos e illuminados, que vibram numa emoção humana repassada de sôpro divino, cristallizando, na palpação abafada de um sonho interior, a dúvida abysmal da natureza e a affirmacão dynamica da vida.

E' de Henriqueta Lisboa, uma de nossas mais jovens poetisas, esta página commovida que encontrei ha poucos dias nas folhas de uma revista:

Esta noite, nem sei... Tenho a janella aberta
e não quero dormir para sentir a vida.
Nem um vulto siquer, pela rua deserta.
E ao ver a lua no alto, entre nuvens erguida,
penso, que não existe um poder transmissor

que mais falle da morte e mais fale de amor.

Pois o luar, que illumina amplos jardins em festa,
ha pouco andou de rastro a lambar lágeas frias...
Por isto é que tão cedo a alegria se cresta.
e ha na pompa nupcial dos grandes dias,
luxo de exequias e quebrar de taças.

Vida, que esplendor porque passas!
Quero viver, viver, sentir num turbilhão
dentro do pensamento a certeza dêste eu!
Soffra embora — que importa? — o corpo fatigado,
quero vida, mais vida, alma, renovação,
fôrça para reter tudo o que o céu me deu,

capacidade para amar o que foi creado !
Vida, que esplendes porque passas
e que és amada porque findas !
Ser em ti, por ti mesma, aspirar-te, sorver-te,
integrar no teu ser todas as cousas lindas,
adivinhar em ti o atropelo das raças,
subir contigo aos pincares, num grito
da vontade que doma a attracção do infinito;
transpor-me, prêsa do teu hausto,
e um dia, em frente ao sol, de subito perder-te
e rolar pelo cháus como um passaro exausto !...
Ha de chegar o dia em que em todo o universo
não restará de mim nem uma poeira de ossos.
E como hoje, tal qual, haverá noite e lua,
e um vulto a uma janella, e um soffrimento e um verso,
e um sabor de immiscuir desejos e destroços,
a este extranho prazer que me exalta e extenua
de surprehender o ruído tímido de uma asa,
de ver a sombra que se alastra pela casa,
do beber o perfume e a humidade de fóra,
de ter vertigens quando o somno aos outros basta,
de ser só como um deus dentro da noite vasta,
de ser eterna por uma hora,
de viver,
de viver !...

Sim, o extranho prazer da vida.

E' elle que desperta em nossas almas o anseio indefinido da poesia, o ardor insatisfeito da perfeição, a surpresa eterna e sempre nova das emoções.

E de todas as gerações passadas, de todas as gerações vindouras, só ficará, no seio da terra, como que diluido em ondas sonoras de belleza, esse fremito indefinido que faz de um minuto de sonho a synthese do sonho universal.



HISTORIA
DA
INDEPENDENCIA DO BRASIL
DE
Francisco Eugenio de Toledo

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A história da independência do Brasil é um facto complexo, envolve em si outros factos e acontecimentos importantes, taes como o descobrimento do Brasil pelos Portuguezes; o povo que aqui habitava nessa occasião; a fusão dessa raça com o elemento europeu e africano; a capitania de São Vicente na provincia de São Paulo, o seu govêrno, os seus povoadores, papel preponderante desta capitania sob o poncto de vista do progresso e da riqueza nacional, a obra dos jesuitas, Anchieta; perfil dos reis d. João VI e d. Pedro de Alcantara; os vultos mais notaveis de São Paulo no periodo da independência; a história enfim de São Paulo desde os tempos coloniaes até o presente.

O facto historico da independência está prêso a todos estes factores, representa no tempo e no espaço uma série de peripecias, que a história nos revela com o testemunho dos homens, conforme relatam os chronistas e historiadores patrios e estrangeiros.

Reconstituir esses factos é tarefa por demais ardua, attendendo as obscuridades que por vezes encontramos nas descripções e asserções dos auctores que se occupam do Brasil e de sua história.

O criterio, que deve presidir, deverá ser o da mais rigorosa pesquisa, seleccionando as obras de maior importancia, isto é, aquellas que se relacionam com os factos mais vultosos e de maior assentimento. A imparcialidade é reclamada

como sendo essencial, para que a história da independência não degenere em mytho ou panegyrico.

Relatar a história dos nossos primitivos costumes, reconstruir o passado que está apagado na evolução ininterrupta do tempo, guiando-nos, apenas, pelo testemunho mudo do que lemos e aprendemos, não nos dá direito de ser infallíveis, mas, também, não nos tira o direito de dizermos que fizemos o que pudemos, *et faciant meliores potentes*.

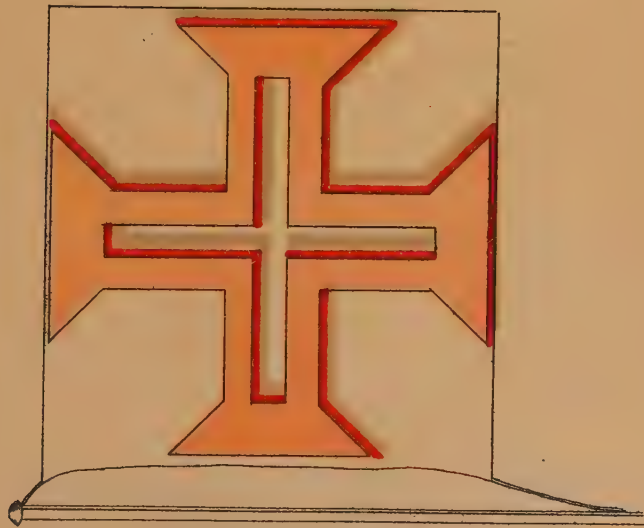
E' por isso que Mac-Pherson diz: "Plus nous avançons dans le vie, plus les matériaux deviennent rares à qui veut reconstruire quelque édifice des anciens jours; que des choses dans l'histoire humaine, qui furent grandes et puissantes, et dont il nous est resté à peine les noms!..."

Assim, sobre a nossa independência nacional, quantos factos, quantas cousas de capital importancia, de que, apenas, temos vagas notícias pelos nomes, sem podermos reconstruir o edificio do passado!

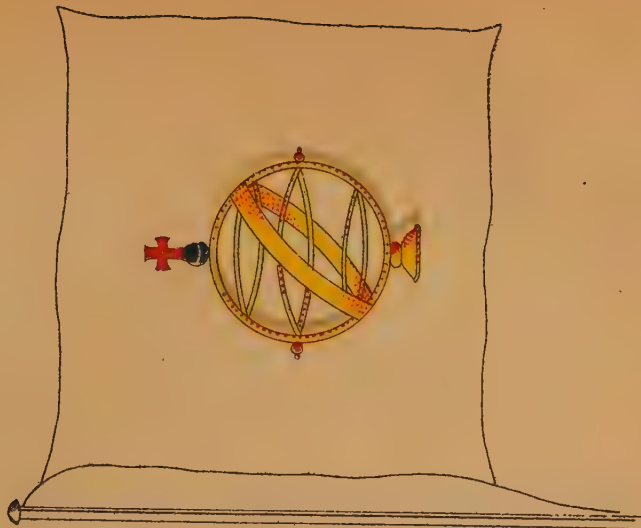
São Paulo, 3 de Abril de 1921.

O BRASIL SOB O REGIMEN COLONIAL

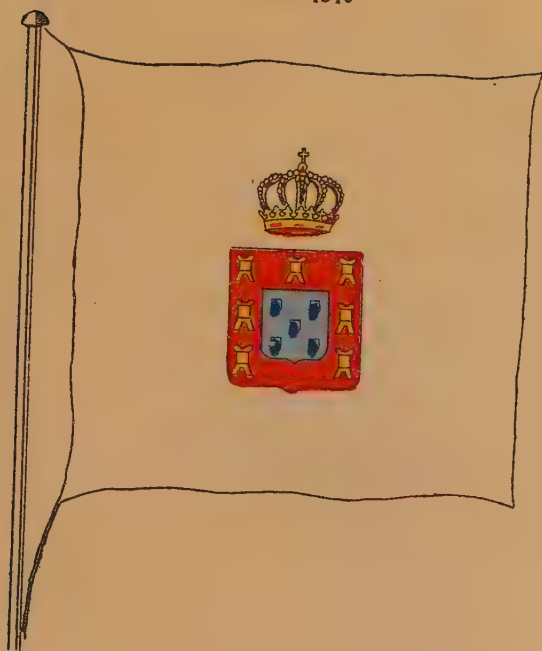
1500 — 1649



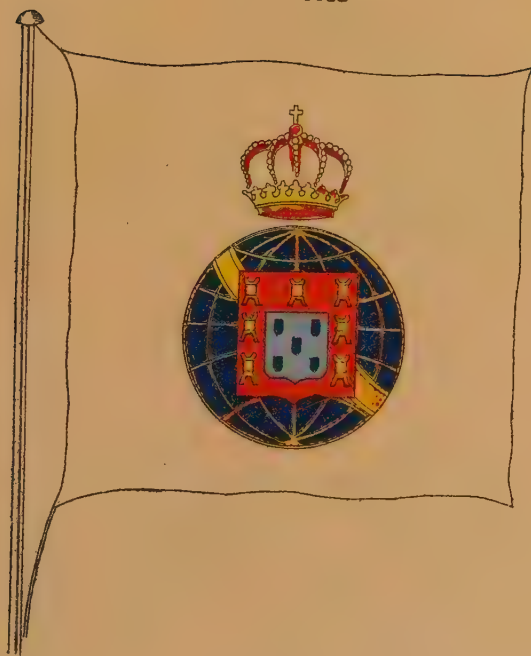
1649 — 1808



1808 — 1816



1816 — 1822



A Bandeira Monarchica

1822 — 1889



A Bandeira Republicana

1889



CAPITULO I

O Brasil e seu descobrimento

No anno de 1849 havia chegado a Portugal d. Vasco da Gama, certo de ter descoberto a navegação da India.

D. Manoel, rei de Portugal, ordenou que no seguinte anno fôsse aprestada uma armada com o intuito de visitar os reis daquellas regiões, fazer com elles relações de commercio, e formar alli estabelecimentos para facilitar as viagens continuas dos Portuguezes áquellas paragens. Outros fins visava o governo, ordenando a alludida viagem ás Indias.

Para commandar esta armada, que, segundo resam as chronicas, constava de dez caravellas e tres navios redondos, foi escolhido Pedro Alvares Cabral, ou, segundo outros, Pedralves Cabral.

Accompanhava-se este fidalgo portuguez de 1.200 a 1.500 homens.

Foi entregue por el-rei a Cabral uma bandeira benta por d. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, e levada em procissão até o poncto de embarque da armada.

Proximo á ilha de São Nicolau, uma das de Cabo Verde, o navio de Vasco de Athayde arribou maltractado a Lisbôa, pois havia se desgarrado da armada de Cabral.

Cabral, não conseguindo descobrir este navio, seguiu a sua viagem.

São unanimes os historiadores em relatar que, com o intuito de evitar as calmarias da costa d'Africa, engolfou-se para o Oeste de Cabo Verde, e, fazendo rumo S O, a 21 de Abril, a armada descobriu signaes de terra, a 22 diversas aves

e um alto monte, que foi denominado Paschoal, devido á festa da Paschoa, que se celebrava a bordo.

Cabral deu á montanha o nome de Monte Paschoal e á terra o de Vera Cruz.

Diversos episodios são narrados pelos historiadores, na occasião dêsse acontecimento. Relatam alguns que a armada navegou pela fôz do rio do Frade, e que soffreu os incommodos de um forte vento Suéste; a armada encontrou depois a bahia Cabralia.

Affonso Lopes, indo verificar o porto, levou para bordo dous indigenas moços, que mantiveram palestra com os marinheiros, tendo sido despedidos e postos na praia vestidos de camisa e barrete, accompanhando-os um degredado que vinha na armada.

Oito dias permaneceu a armada ahi, com o fim de prover-se do necessario para a continuação dos commettimentos. Cabral ordenou que um navio fôsse a Lisbôa levar a noticia do descobrimento a el-rei, e pediu a frei Henrique, guardião, que no primeiro domingo da Paschoela, em um ilhéu, dentro da enseada, dissesse uma missa deante dos Indios, e outra, no dia primeiro de Maio, juncto de uma grande cruz, signal ou symbolo da posse real sôbre a Terra de Vera Cruz.

D. Manoel com a chegada de Gaspar de Lemos, communicando o descobrimento, teve grande satisfacção e determinou armar outra fróta para explorar e trazer noticias da terra descoberta.

R. Carlos Montoro, em referencia a factos historicos do Brasil, pondera: que o Brasil é um dos paizes mais curiosos perante a critica historica, archeologica, anthropologica e linguistica. Infelizmente, diz elle, varios documentos imprescindiveis vão se perdendo, e, em breve, a história sisuda das origens da Nação brasileira será de impossivel elaboração.

Têm-se contentado com simples trabalho de compilação, com a arrecadação de chronicas ou relações sem critica nem profundeza, variadas apenas com phantasias ou controversias que sómente revelam a paixão ou a fecundidade imaginativa dos escriptores.

O Brasil, paiz apenas de tres seculos, não tem história séria, aponctamento severo do estado anterior ao descobrimento, das raças que o povoaram, dos vestigios esparsos de anteriores civilizações, da multiplicidade de origens linguisticas, das successivas emigrações européas, das novas contribuições de raças e de linguas.

Infelizmente, a história não é conteste em pontos capitaes, referentes aos factos que se prendem ao descobrimento.

Historiadores existem que affirmam ter sido o Brasil descoberto a 3 de Maio. A. Gonçalves Gomide, informado por Diogo Ordonhes, ordenou que, tendo o Brasil sido descoberto a 3 de Maio e não a 21 de Abril, fôsse aquelle dia destinado á abertura do parlamento brasileiro. E, realmente, a antiga Constituição Política do Imperio, no artigo 18, declara: A sessão imperial de abertura das Camaras será todos os annos no dia 3 de Maio.

C. de Abreu diz que Cabral avistou terra em meado de Abril, Pinzon, em Fevereiro e Lepe, antes de Cabral, já dobrou o cabo de Sancto Agostinho.

Si, chronologicamente, estes factos assim se deram, entretanto, sob o ponto de vista sociologico, os Portuguezes fôram, de facto, os seus descobridores.

Abreu accrescenta que nelles se inicia a nossa história, por elles se continúa por seculos; a elles devem-se principalmente os exforços que produziram uma nação moderna e civilizada em territorio antes povoado e percorrido por broncas tribus nomades.





CAPITULO II

Formação das raças

Gustave Le Bon, tractando da formação das raças, diz que os elementos postos em presença pelo acaso jamais se fundem. Quanto aos povos ou raças inferiores, taes como os Pelles-Vermelhas e outros, não sómente não se unem aos povos superiores, mas desaparecem com o seu contacto.

Todo e qualquer povo inferior em presença de outro superior está fatalmente condemnado a desaparecer logo.

Estabelece Le Bon as condições necessarias para que as raças consigam fundir-se e formar uma nova raça mais ou menos homogenea, e diz que tres são as condições exigidas:

A primeira, é que as raças submettidas aos cruzamentos não sejam desiguaes em número.

A segunda, que ellas não differenciem por seus characteres.

A terceira, que sejam submettidas durante muito tempo a condições de meios identicas.

Um pequeno número de brancos, introduzidos em uma numerosa população negra, desaparece, após algumas gerações, sem deixar traços do seu sangue entre seus descendentes.

As raças mui differentes, o branco e o negro, podem se fundir, porém os mestiços, que apparecem, constituem uma população muito inferior aos productos de que deriva, e completamente incapaz de crear, ou mesmo de continuar uma civilização.

Os cruzamentos podem ser um elemento de progresso entre raças superiores, mui visinhas, taes como os Ingleses e Alemães.

Os cruzamentos de raças superiores constituem sempre um elemento de degenerescencia, quando estas raças, mesmo superiores, são mui differentes.

Agassis, citado por Le Bon, diz: Basta ter estado no Brasil para não poder negar a decadencia resultante dos cruzamentos que tiveram logar neste paiz mais do que em outra parte. Estes cruzamentos afastam as melhores qualidades, quer do branco, do negro ou do indigena e produzem um typo indiscriptivel cuja energia physica e mental tem-se enfraquecido.

Os cruzamentos, destruindo characteres psychologicos ancestraes, cream uma sorte de taboa raza sôbre a qual a acção dos meios, continuada durante seculos, chega a edificar, depois a fixar characteres psychologicos novos.

Então e sómente então é que se forma uma nova raça.

Applicada a lei ensinada por Le Bon, vemos que ha grande desigualdade em número entre os indigenas assimilados aos Portuguezes, nos tempos coloniaes, bem como entre os negros africanos, de modo que sempre houve grande amalgama de raças differentes, predominando a portugueza, que habitava em toda a costa e nas capitánias, para onde traziam da metropole os seus colonos.

A differenciação entre elles, sob o poncto de vista dos characteres, é mui grande, pois é sabido que o indigena e o negro distanciam-se demasiadamente do Portuguez, typo de raça forte, intelligente e bastante civilizada em relação aos outros. Ninguem póde contestar que os characteres dos Portuguezes são superiores aos dos Indios e dos Africanos.

A terceira condição, isto é, que sejam durante muito tempo submettidos a condições identicas de meios, não se realizou, pois que a raça indigena desapareceu nas florestas e foi diminuindo, e o negro, com a extineção do tráfico e da escravidão, representa um factor mui diminuto da nossa associação brasileira.

E' pois innegavel que predomina na formação da nossa raça o elemento portuguez, embora elle esteja algum tanto modificado, devido ás condições physicas e geographicas do nosso paiz.

Os nossos habitos e costumes são mais ou menos accomodados aos da metropole; as nossas leis fôram sempre as leis de Portugal; os nossos estadistas eram por assim dizer Portuguezes, educados em Coimbra, versados em litteratura do paiz, e para aqui vinham e de lá traziam o que aprendiam.

O Brasil foi sempre o prolongamento de Portugal, o seu dominio, a sua colonia, o seu feudo.

O cruzamento da raça brasileira com a de diferentes povos da Europa, deu origem a uma população inquieta e turbulenta, como acontece com a população de São Paulo. E' conhecida na história com a denominação de *Mamelucos*, mui bellicosos.

Essas raças bellicosas, compostas de elementos heterogeneos, productos de fusão com outras raças, afeitas ao regime das antigas guerras contra os estrangeiros que aqui queriam se estabelecer, uniram-se e formaram como que um laço de federação nacional com a idéa de autonomia e independencia.

Esse facto era mui natural, porque, unidos os nacionaes com os colonos da metropole para repellir o jugo hollandez, francez, inglez, ou outro que tentasse contra a integridade do paiz, naturalmente, nessas pelepas renhidas e continuas, iam se enthusiasmando com a idéa nitida da patria, do territorio que então defendiam e que estava na posse dos Portuguezes.

Era uma posse provisoria, uma simples detenção material, a que os Portuguezes exercitavam com a acquiescencia completa dos Brasileiros, e que mais tarde teve que desaparecer, com o pronunciamento geral do povo, fôsse elle genuinamente brasileiro ou mesclado com outros elementos, como o Portuguez, o Africano e outros que já estavam assimilados aos nacionaes.

A idéa de patria, de nacionalidade, já estava consolidada na mente de todos, e o proprio d. Pedro I, isso mesmo reconheceu, levantando o brado da INDEPENDENCIA DO BRASIL.



CAPITULO III

O Brasil sob o poncto de vista ethnographico

O Brasil era povoado primitivamente por povos indigenas, não possuindo em seu territorio outros em contacto com o continente civilizado, de onde pudesse importar elementos de outras civilizações. A população era errante, vivendo uns nos bosques, outros nas planicies sôbre as margens dos rios, e alguns nas costas maritimas.

A descripção que possuímos dos primitivos habitantes do paiz, devemos a uma carta do escrivão da armada de Pedro Alvares Cabral, de nome Pedro Vaz de Caminha, escripta a d. Manoel de Portugal em 1500.

Outra descripção é encontrada no Tractado descriptivo do Brasil, de Gabriel Soares de Sousa, escripta em 1587 e as historias do Brasil de Pero de Magalhães Gandavo em 1585, e a de frei Vicente Salvador, escripta em 1527, conforme se deduz do volume 13º dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, que compulsámos cuidadosamente para a descripção que ora damos nesta obra.

O francez Léry, em 1557, quando os protestantes francezes occuparam a bahia de Nheteroya, denominação dada por Anchieta ao Rio, fez uma longa descripção dos povoadores do Brasil.

Outra é a dos frades francezes Claudio de Abeville e Ivo d'Evreux, no tempo de Henrique II. como vem publicada nos *Annaes da Bibliotheca do Rio*.

O dr. Carlos Von Martius escreveu uma obra moderna a respeito da materia sob o titulo: *Ethnographia da America e principalmente do Brasil*.

Ha ainda outro trabalho importante do professor Carl Von Den Steinen, denominado: *Entre os Povos Naturaes do Brasil Central*. Estas obras estão escriptas em alemão e traduzidas para o vernaculo.

Sôbre o mesmo assumpto, ainda deve ser consultada a *Revista da Exposição Anthropologica Brasileira de 1882*.

Os escriptores patrios que tractaram da história ethnographica do Brasil dividem os aborigenes em duas principaes classes: Uma, que usava de utensilios de argilla cozida ao fogo e que por isso cozinava; outra, que só assava os alimentos.

Em 1587, Gabriel Soares de Sousa descreveu os naturaes do Brasil, e mencionou nas costas as tribus seguintes: *Tapuias*, *Potiguaras*, *Caieté*, *Tupinambá*, *Tupinanki*, *Papauá*, *Aimoré*, *Goaitacá*, *Tamoio*, *Guaianá*, *Carijó*, *Tapuias*.

ELEMENTOS ABORIGENES, QUE ENTRARAM COMO FACTORES PARA A FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO DE SÃO PAULO.

No tempo em que Martim Affonso aportou ás terras de São Paulo, além da costa do mar, não havia aldeamento de Indios.

Em 1530, resam as chronicas, havia em São Vicente uma feitoria para escravizar Indios, como affirma Herrera.

Gabriel Soares, *Tractado Descriptivo do Brasil*, capitulo 63, diz:

“Não são os *Guaianazes* maliciosos, nem refalsados, antes simples e bem acondicionados e facilimos de crer em qualquer cousa. Não matam aos que capturam nas guerras. São grandes flexeiros e inimigos de carne humana. Si encontram com gente branca não fazem nem um damno, antes bôa companhia.

Não costumam fazer guerra a seus contrarios, fóra de seus limites, nem os vão buscar em suas vivendas.”

Simão de Vasconcellos, Roberto Southey e outros historiadores notaveis sustentam isso mesmo.

Estes Indios, denominados *Guaianazes*, deixaram vestigios materiaes mui visiveis para se poder julgar do estado da sua comparativa civilização.

Foi encontrado em localidade de São Paulo, cemiterio indigena, com urnas, onde se destacaram desenhos, lanças,

flexas, machados de pedra polida. Estes povos occupavam o territorio paulista e contribuiam para a formação da população de São Paulo de 1531 em diante.

Todas as contribuições historicas a respeito da raça paulista merecem grande importancia, para os subsidios da história da nossa independencia, afim de que possamos avaliar do character, da força, das idéas de independencia, do patriotismo e abnegação deste povo, sob o poncto de vista social, economico e politico.

E' de summa importancia a descripção dos characteres de uma raça, de um dado povo, para dahi se aferir o gráo de força que ella encerra sob todos os ponctos de vista.

Gustave Le Bon, *L'Évolution Psychologique des Peuples*, tractando do character das raças, doutrina que:

O character é formado, pela combinação, em proporção variada, dos diversos elementos que os psychologos designam habitualmente sob o nome de sentimentos.

Entre os que representam o papel mais importante, é preciso notar sobretudo: a perseverança, a energia, a aptidão para se dominar, faculdades mais ou menos derivadas da vontade.

Nós mencionaremos tambem, entre os elementos fundamentais do character, a moralidade. Este último termo, diz Le Bon, nós tomamos no sentido de respeito hereditario das regras sôbre as quaes repousa a existencia de uma sociedade.

Os Paulistas primitivos encerravam todos os elementos constitutivos da boa raça: elles eram formados, sob o poncto de vista ethnologico, de um povo aborigene superior, como nos dão noticias Gabriel Soares, Simão de Vasconcellos, Roberto Southey e outros muitos.

Vejamos ainda o que nos diz em seu *Diário de Viagem* o dr. Francisco José de La-Cerda e Almeida, pelas *Capitanias do Pará, Rio Negro, Matto Grosso, Cuiabá e São Paulo*, nos annos de 1780 a 1790:

"Porém o que faz (o paiz de São Paulo) mais celebre e famigerado é a fidelidade e respeitoso amôr, que os seus colonos têm ao seu soberano e aos seus amigos; a sua *hospitalidade, liberalidade, cordura, ingenuidade, brio, honra, e valôr*, nas acções militares, em que se tem achado. Os importantes serviços feitos ao Estado entranhando-se por aquelles immensos sertões sem outra bagagem mais que a polvora e a bala, sem outro rumo mais que o do acaso, descobrindo nelle todas as minas de ouro e pedrarias que possuímos, e

que tanto têm enriquecido aos seus posteriores, ficando elles e seus descendentes pobres.

Este é o *character* dos Paulistas inteiramente desfigurado por todos os historiadores, que discorrendo por todo o mundo, ao mesmo tempo que estão encerrados em seus gabinetes, tendo por verdadeiras as noticias dadas por emulos e rivaes, os capitulam por barbaros, como si o valor, resolução e intrepidez dependessem da barbaridade, e não de animos honrados e ambiciosos de gloria."

Hercules Florence, *Esboço da Viagem*, paginas 360 e 361, tractando dos Paulistas doutrina:

Os habitantes de *São Paulo*, como em geral os de toda a provincia, são tidos entre os Brasileiros por valentes e rancorosos.

Fui hospedar-me em casa de um parente dos meus deus companheiros de viagem, primeiro tecto brasileiro em que frui as doçuras da hospitalidade e dahi por deante tive sempre occasião de reconhecer os cuidados affectuosos e tocantes com que o povo brasileiro exerceita este dever de caridade.

Sem dúvida alguma é elle muito mais hospitaleiro do que qualquer outro da Europa e ha razão para isso.

Aqui a terra produz muito mais alimento do que podem os habitantes consumir. Mesmo no Brasil já não ha hoje nas cidades maritimas tanta facilidade de vida, não só pelo augmento de população, affluencia de estrangeiros, como pelo luxo proprio dos grandes centros. Ha hoteis e hospedarias: no interior é cousa que se não encontra.

O viajante sabe que em qualquer parte em que houver um morador, ha de ser por elle acolhido e tractado, não tendo mais que se apresentar á sua porta.

Está visto portanto que os Paulistas gosam de todos os caracteristicos da boa raça, e esses traços peculiares a esta mesma raça conservam a permanencia do type commum que a caracteriza.

É uma lei physiologica, geralmente reconhecida, isto é, a tendência que os animaes têm a parecer-se com os seus paes, não só de uma maneira geral, mas ainda pelas particularidades que distinguem estes ultimos. Na especie humana, por exemplo, as influencias hereditarias manifestam-se num grande número de circumstancias: a conformação, as faculdades, o character, e até as enfermidades, legam-se de geração em geração, e para os animaes meios sujeitos a circumstancias que originam perturbações sobre as formas e qualidades individuaes,

a tendencia dos filhos a assimilar-se aos auctores de seus dias é ainda mais evidente.

Estas qualidades, reconhecidas scientificamente, possui o povo paulista, na constituição da sua raça, e estas mesmas qualidades de character elle tem revelado no seu genio comprehendedor, laborioso, tenaz, patriota, mais do que qualquer outro.



CAPITULO IV

Raça actual do Brasil

Os habitantes do Brasil descendem de tres troncos: O branco da Europa, o preto da Africa e o vermelho da America.

Estes elementos entraram primitivamente na formação da nossa raça, porém é fóra de toda dúvida que outros muitos elementos vieram influir sôbre a sua fusão, no momento actual.

A raça brasileira constitue um typo especial do cruzamento ou da fusão com as raças componentes.

No physico, o Brasileiro é menos corpulento, mais agil e mais nervoso que o Europeu e o Africano.

Quanto á intelligencia, a do Brasileiro é mais intuitiva do que as do velho mundo, que é mais reflexiva e mais capaz de estudos e conhecimentos analyticos e detalhados.

Entendem alguns scientistas que, para as artes mechanicas e bellas, para tudo quanto denominam officio, para as artes militares de terra ou de mar, o Brasileiro revela capacidade superior a outros povos.

Entretanto, dizem, para a mathematica e estudos de detalhes complicados, como as sciencias physicas e chimicas é menos apto que o Europeu.

Sob o poncto de vista da moralidade, é incontestavel que estamos mui distanciados do Europeu, onde este sentimento é mais profundo do que no Brasileiro. Somos uma amalgama de Indios, Africanos e Europeus, e é bem sabido que a fusão dêstes povos não apresenta ou não apresentou resultado satisfactorio, sob o poncto de vista da perfectibilidade.

O aborigene é selvagem, anda nú, pinta o corpo, é disforme, adopta a polygamia, e as raparigas, antes de casarem-se, entregam-se sem pejo aos homens.

Algumas tribus são anthropophagas e ferozes, á excepção de algumas, como a dos Guaianazes, de São Paulo, que sempre se revelou apta para o estado de civilização, como dá testemunho a história da Capitania de São Vicente, contada pela penna de todos os chronistas patrios e estrangeiros.

Relativamente á linguagem. Não é mais a lingua fallada por Camões, João de Barros e frei Luis de Sousa a que se fallava no Brasil.

A nossa lingua vernacula, em sua grammatica, sons e termos populares, está muito mixturada com a lingua tupi ou *nheengatú*.

O dr. Couto de Magalhães, profundo conhecedor da lingua indigena, em sua obra *sobre Indios do Brasil*, doutrina:

Aqui, em São Paulo, os nomes *tupis*, enxertados no Portuguez são por centenas, sinão por milhares.

O nome do camponez já não é esse, e sim *caepira*, do Tupi *caapira*, que quer dizer mondador ou capinador de matto. *Capinar* vem tambem da palavra tupi, *capin* que, em portuguez, significa erva.

Passoca, jaguaratva, jaguapeva, sapecar, moquear, tennenhen, piá por filho e centenas de outras são termos tupis, passados para a lingua dos Paulistas.

Quando duas senhoras brasileiras conversam, ouve-se muitas vezes este dysillabo *em-em*; ora este *em-em* é justamente o sim das senhoras na linguagem tupi.

A lingua tupi não tem *l*, o nosso plebeu paulista genuíno, o mineiro, o goiano ou fluminense nunca pronuncíam o *l* com *h*, não diz melhor, mulher, milho e sim *mió, muié, mio*, porque o tupi não tem *l*.

Sob o poncto de vista da superstição popular. Os indigenas são supersticiosos, creem em lobishomens, mula sem cabeça (superstições européas), creem no zumbi (africano), no caipora, boitatá etc.

A alimentação do Europeu é o trigo, a do Africano o milho e o inhame, e a do Brasileiro, isto é, do antigo Brasileiro, era a mandioca, tanto do selvagem como do civilizado. Os Brasileiros, que querem passar por Europeus, comem pão, e pouco ou nenhum uso fazem da mandioca. A bebida do Europeu é o vinho ou a cerveja, e os antigos Brasileiros usavam da aguardente, das bebidas fermentadas, xaropes de fructas e outras. Actualmente, os usos e costumes Brasileiros

estão muito modificados, usando elles dos mesmos processos culinarios, e adoptando as mesmas bebidas dos Europeus.

Dizem os escriptores na materia, a respeito da raça brasileira, que não somos nem Europeus e nem Africanos. No cadinho da America do Sul já se fundiram e continuam a fundir-se os sangues das tres raças, produzindo uma americana, a brasileira, que ha de ser forte e poderosa, como a raça *yankee* da America do Norte; essa não é tambem nem europeia nem africana, e sim americana; a nossa ha de ser grande e poderosa, porque é intelligente, forte, sobria, laboriosa e pacífica, e porque o territorio do nosso paiz, com uma só lingua e uma só religião, póde conter, segundo a opinião de Elisée Réclus, mais de tresentos milhões de habitantes.





CAPITULO V

Linguas Tupi e Guarani

Tratando as linguas, os escriptores fazem a seguinte classificação:

Tres são as grandes divisões: 1ª, monosyllabicas; 2ª, as de agglutinação; 3ª, linguas de flexão, que são como o Portuguez, Inguez e em geral as linguas da Europa, excepto o Vasconso.

As linguas do antigo *Pindorama* (hoje Brasil) pertencem, todas, á segunda classe, ás das de agglutinação.

Cada nome é uma descripção do objecto que representa porque cada syllaba diz uma idéa. O Tupy e o Guarany são de agglutinação.

Exemplo: *acajuá* ou *cajú*, fructa mui conhecida; decompõe-se assim: *a*, fructa *jú*, amarella, *aca*, de chifre, ou fructa amarella de chifre.

Guabiroba, *guá*, comida, *bi*, de pelle, *iroba*, adstringente, fructa de pelle adstringente.

Awatiá significa, em lingua indigena, milho, decompõe-se assim: *a*, fructa *awa*, de cabello, *tin*, na ponta, ou fructa de cabellos na ponta.

A serra da Mantiqueira, que vem escripta na fórma antiga, *Mantiqueira*, descompõe-se assim: *Maan*, cousa, *tiquira*, que verte, ou serra das vertentes.

Dizem os auctores, sendo um delles Couto de Magalhães, *Anchieta*, as *raças e linguas indigenas*, que essas linguas não têm propriamente verbos; qualquer palavra com os prefixos pronominaes e com palavras que significam tempos exerce essas funcções.

Os jesuitas, que não conheciam lingua de agglutinação, escreveram má grammatica dessas linguas; a melhor que existe da lingua guarani é a de um Brasileiro, o dr. Caetano de Almeida Nogueira, mencionada nos *Annaes* da Bibliotheca Nacional do Rio.

Existem as seguinte obras:

Thesouro ou vocabulario de Montoya (jesuita);

Vocabulario de Platzmann;

Vocabulario do padre Paulo Restivo, e algumas outras obras.

Pondera o dr. Couto de Magalhães que seria de muita conveniencia conservar-se no Brasil os nomes americanos, não só porque tornam mais intelligivel a história do paiz em que nascemos, como porque descrevem signaes permanentes da região, e não se confundem com os outros portuguezes reproduzidos aqui, em Portugal, na Asia e na Africa.

Ha pequena differença entre o Tupi e o Guarani.

O Tupi conserva maior número de raizes monosyllabicas do que o Guarani.

O dr. Couto de Magalhães, na obra já citada, diz:

Muitos dos jesuitas, conhecendo mui bem o Tupi e o Guarani, deviam tambem conhecer as histórias do *Saci-Taperé*, de *Boitatá*, do *Caapóra*, do *Anhangá*, do *Curupira*, do *Jurupari* e de outros genios de que estava cheia a theogonia dos selvagens, e que deviam formar extensa litteratura, encerrando tambem o *folk-lore* do *Pidorama*, ou do Brasil.

Com as idéas do tempo, porém, para os jesuitas, esses entes eram manifestações do espirito máo ou do demonio, e como taes não deviam ser conservados.

Os jesuitas não colligiam litteratura dos aborigenes, mas serviram-se de sua musica e de suas danças religiosas para attrai-los ao christianismo.

Entre as danças havia uma, o *Caateretê*, que era religiosa para os Tupis e Guaranis, e que todos os filhos do interior do Brasil conhecem, menos os que, querendo passar por francezes ou parisienses, affectam desprezar o que é nacional.

As toadas, profundamente melancolicas dessas musicas e a dança fôram adoptadas pelos jesuitas, com o profundo conhecimento que tinham do coração humano, para as festas do Divino Espirito Sancto, Sancta Cruz, São João etc.

A musica dos cantos indigenas, preservada até hoje pelos nossos caepiras, que a maior parte de nós, que nos creamos em fazendas, ouvimos em nossa infancia, é de uma belleza e melancolia tão profunda que desperta na alma a mesma sensação

que a affecta quando percorremos as solidões silenciosas de nossas florestas, ou as campinas immensas do interior, cheias de cachoeiras alvas, e semeadas de capões de mattas, cobertos de palmeiras.

Lamentam os escriptores nacionaes que não se colliga o cancionero popular, com versos e musica, dando-se entrada nos salões de dansa sómente ás classicas samphonas, sem o uso da viola.

Relata Couto de Magalhães um facto curioso, e é o seguinte: Diz elle que, estando na Inglaterra, assistiu a bailes em Castellos de *lords*, e nelles dansavam sempre o *scotisch-gig*, que é uma especie de caateretê escossez e, perguntando a razão, responderam que, comquanto a velha nobreza da Inglaterra accelliasse as dansas francezas e alemãs, contudo ella não se esquecia que era ingleza, e por isso não prescindia das dansas nacionaes, nas reuniões que dava em seus castellos.

E' de lamentar-se que desprezemos tudo quanto é nacional, para estimarmos só o que é estrangeiro. Tantas cousas frivolas, de povos de além mar, nas encantam, quando em nosso paiz as bellezas naturaes da nossa litteratura deveriam nos commover a alma, e, assim, formar a communhão da raça, da lingua, dos costumes e, portanto, da vida exuberante dèste admiravel paiz.

Censuram-nos, com razão, porque não nos orgulhamos da nossa nacionalidade. Tantos gallicismos, estrangeirismos e novidades linguisticas introduzimos na lingua vernacula, que deturpamos a nossa lingua e somos por isso mal vistos pelos estrangeiros.

Possuimos expressões bellas, phrases correctas, vocabulos proprios, e, entretanto, vamos pedir o auxilio do Francez, do Inglez, do Alemão, do Italiano e de outros povos, para desmancharmos a nossa lingua.

A senhora brasileira, para tornar-se elegante e importante, não consente que se lhe chame de senhora, quer ser *madame*, porque *madame* é expressão franceza e o título parece muito mais nobre. Ninguém quer viajar, sem fazer uso da expressão *gare*, quando temos a palavra estação, que é portugueza.

O grande Candido de Figueiredo, em sua obra *Os Extran-geirismos*, diz:

Ha gallicismos que são inuteis ou dispensaveis, por termos no erario da nossa linguagem moeda correspondente; e ha tambem gallicismos absolutamente disparatados ou ridiculos, procedentes, quasi sempre, do influxo da moda ou das sombras da ignorancia.

Constituida nos fins da idade média com elementos celticos, latinos, gregos, arabes e goticos, a lingua portugueza tem recebido nos ultimos cinco seculos as mais variadas contribuições, desde a influência do francez, até a do tupi, do quichua, do caraiba, na America; do chinez, do tamul, do malaio, na Asia e na Oceania, do quimbundo e dialectos cafraes, na Africa.

A diffusão do dominio portuguez em terras descobertas ou conquistadas por nós, diz Candido de Figueiredo, determinou uma larga assimilação, natural e geralmente benefica, da lexiologia da região conquistada ou descoberta.

O tupi-guarani deu ao portuguez do Brasil incalculavel cópia de locuções, que, adaptando-se ao nôvo meio e aos órgãos phonadores do Europeu, entraram no organismo da lingua, de onde já agora seria impossivel, e até inutil, arreda-las.

O Brasileiro, em vez de orgulhar-se de ser americano, de ter a sua lingua propria, riquissima em vocabulos, e ainda mais com o acrescimo dos vocabulos puramente indigenas, não quer fallar o seu portuguez brasileiro, e prefere passar por francez, ou europeu.

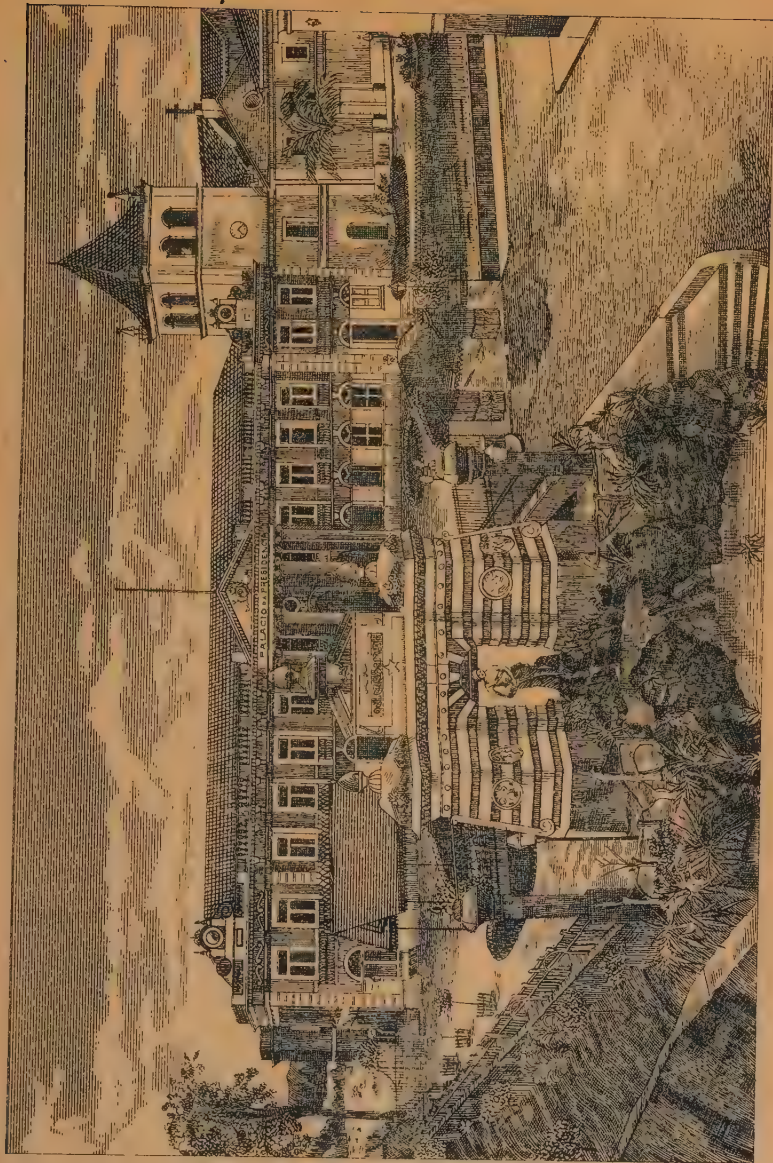
O idioma que em todos os tempos tem exercido influência no portuguez, desde a formação dêste, é o francez.

Nos primordios da lingua, ella se resentiu da influência franceza, que o uso tem consagrado centenaes de vocabulos importados de França.

A orthographia franceza tambem tem sido enxertada na lingua portugueza. Candido de Figueiredo diz que nos desviamos dos bons modelos do italiano e do castelhano, as linguas mais ermãs da nossa, e passamos a escrever, com *ph*, com *y* etc., palavras que os nossos bons e antigos mestres sempre escreveram com *f*, com *i*.



(Templo jesuitico cujos fundamentos datam de 1554)



*Palácio da Presidência
e antiga Igreja do Colégio em S. Paulo.* (Cópia de uma photographia.)
Imprensa Nacional - Rio



CAPITULO VI

Capitania de São Vicente

O primeiro possuidor da capitania de São Vicente foi Martim Affonso de Sousa.

Elle mesmo, do seu livre alvedrio, escolheu de preferencia esta capitania, na extensão de cem leguas, divididas em dous quinhões: 55, começavam de 13 leguas ao Norte de Cabo Frio, terminando no rio Juqueriquerê, e 45 que começavam no rio São Vicente, terminando 12 leguas ao sul da ilha de Cananéa.

Martim Affonso introduziu em São Vicente, nome dado a toda a capitania, segundo a opinião dos historiadores, toda sorte de progressos, procedendo com muita sabedoria e tino práctico.

Ordenou as primeiras plantações de canna de assucar, trazida da Ilha da Madeira, fez a criação do gado para abastecer não só esta como as demais capitánias.

Relacionou-se com todos, era generoso em excesso, prodígio em dadivas aos naturaes do paiz, e isso fez com que a colonia tomasse grande incremento.

Martim Affonso retirou-se da provincia do Rio Grande, e, procurando retroceder mais para o Norte, entrou no porto de São Vicente, onde encontrou excellente abrigo para as suas náos, excellente clima, boas aguas, muito preferivel aos demais portos por onde havia passado.

Em São Vicente encontrara Martim Affonso, João Ramalho, que residia na localidade, ha cêrca de 20 annos.

Sôbre João Ramalho a *Revista do Instituto Historico do Brasil*, vol. II, pag. 527, doutrina:

João Ramalho habitava e dominava nos elevados campos vizinhos á actual cidade de São Paulo e a quem Thomé de Sousa promoveu a capitão e alcaide mór do campo, vindo a ser tambem vereador da Camara de Sancto André, em cujas vereanças de 1555 a 1558 se encontra o nome assignado de cruz, ou antes com um simples risco em fórma de ferradura (sendo as palavras de seu nome em lettra do escrivão), prova de como não sabia escrever, e que por conseguinte não seria bacharel.

A notícia que a história nos fornece a respeito dêsse bacharel é a seguinte:

Existiram, de princípio, na antiga capitania de São Vicente, dous differentes colonos portuguezes,

Um era bacharel e fôra deixado degregado, mui provavelmente pela frota de 1501, visto como Pero Lopes diz te-lo encontrado em 1531 perto de Cananéa, que ahi estava havia 30 annos.

Este bacharel percorria, com os seus Indios, toda a costa vizinha para o norte e para o sul.

Ramalho devia ter vindo a estas terras em 1508, pois em uma carta escripta da propria capitania de São Vicente, ao que parece de Piratininga, pelo jesuita Balthazar Fernandes, commissionado por Anchieta, em 1568, se depara o seguinte:

Um homem branco, que ha 60 annos está nesta terra, entre este gentio, que agora é de quasi cem annos, estando entre os Indios vivendo não sei de que maneira, e não querendo nada de nossas ajudas, nem ministerio etc.

Nem se diga que este João Ramalho seria o proprio bacharel, que assim o chamariam por alcunha.

Martim Affonso fundou em São Vicente a primeira colonia regular européa no Brasil, sendo que já existiam pequenas feitorias provisórias, que não conseguiram attingir o necessario gráo de prosperidade de modo a obter as honras de povoação ou villa.

O visconde de Porto Seguro em sua *História Geral do Brasil* tracta dos resultados da expedição de Martim Affonso e diz: "E' o porto de São Vicente por assim dizer formado em um canal, que convenientemente se affeiçoa entre duas ilhas de mediana extensão conchegadas á terra firme. Mais mettida por esta a dentro fica a que se diz de São Vicente, cuja planta apresenta alguma similhança ao perfil de uma cabeça humana vista pela face direita. A bocca se apresenta no Outerinho,

Montesserrate no lugar de olho direito, Sanctos sôbre o cavallette do nariz e a praia de Embaré na papada.

Um pouco para o norte, se prolonga a vizinha ilha de Sancto Amaro, que nesse rumo vai fenecer na barra do canal chamado da Bertioga, corrupção de Buriqui-oca, que quer dizer covil de bogios, supposição de que havia muitos.

A' ilha de Sancto Amaro chamaram elles do Guaimbé, planta dêsse nome. A' ilha de São Vicente chamaram Orpion ou Morpion, contracção de Morubinhum, isto é, campo dos trabalhadores.

Martim Affonso não quiz, porém, limitar-se a fundar uma só villa. Informado por João Ramalho, tractou de reforçar São Vicente contra os inimigos. Sanctos era um porto tristonho e abafado.

De São Vicente para o interior, cêrca de tres leguas, se levanta o continente, apresentando para o mar um paredão, em fórma de serra, elevada de mais de dous mil pés.

Do alto, despenham-se riachos que formam a Cachoeira Branca ou Itutinga. Os Indios denominavam a serra — *Paraná-piacaba*, que quer dizer: de onde se vê o mar.

Continúa Porto Seguro em sua descripção, e diz que, desde aquelles cimos elevadissimos, as aguas baixam com o terreno para o interior, quasi insensivelmente, pois este se reduz na essencia a uma extensa chapada, que para o sertão se ramifica em varios sentidos até mui longe.

A zona vizinha ao mar, o paredão de serra para o lado delle, reforçado por muitos espigões, são vestidos de vegetação vigorosa de matto virgem, que alcança até a Borda do Campo, pois que dahi por deante a terra não é de mattos, e apenas, de quando em quando, povoada de reboleiras e de pequenas boscagens, alguns pinheiros araucarios, apreciados pelos Indios, que comiam os seus pinhões.

Distante algumas leguas da Borda do Campo, e proximo de uma ribeira, existia a aldêa em que vivera João Ramalho com sua familia.

A aldêa e a ribeira tinham o nome de Piratininga, palavra composta de *pira* e *tinga*: *pira* — peixe e *tinga* — seccar. A palavra Pirassununga é tambem equivalente de Piratininga.

Os historiadores explicam o facto, pela fórma seguinte: Havia frequentes *pira-cemas*, ou invasões de peixes pelas margens do *saguaíru*, isto é, de enxurros a que era sujeita a ribeira: em vista do que o peixe permanecia em sêcco pelas margens, motivo este para a fartura aos moradores, que tinham sempre bastante peixe para comer.

Martim Affonso fundou a villa, e confiou o govêrno militar da mesma a João Ramalho, com o titulo de guarda-mór do campo.

Pero Lopes de Sousa foi testemunha ocular durante quatro mezes em duas das colonias e assim relata os factos:

“Repartiu o capitão-mór a gente nestas duas villas, e fez nellas officiaes e poz tudo em boa ordem de justiça, do que a gente toda tomou muita consolação, com verem povoar villas, e ter leis e sacrificios, celebrar matrimonios e viver em communicação das artes e investir as injurias particulares e ter todos outros bens da vida segura e conversavel”.

Pero Lopes deixou as colonias a 12 de Maio de 1532.

A história constata que Martim Affonso foi de inequalavel solicitude: occupou-se de tudo e a tudo acudia.

Fundado o nucleo colonial de Piratininga, que, como vimos, ficou a cargo de João Ramalho, passemos a descrever o que era Piratininga nessa época.

A *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo* traz, no volume IV, excellente descripção de *São Paulo de Piratininga no Seculo XVI*, feita pelo distincto historiador patrio, dr. Theodoro Sampaio, e diz:

“O anno nefasto de 1562 da rebellião das tribus confederadas estava já apagado da memoria dos habitantes de Piratininga, e todavia não se gosava ainda, dentro dos muros da villa de São Paulo, nem nos campos vizinhos, de tranquillidade ou dessa segurança inteira que é o corollario legitimo de uma victória assignalada.

O povoamento do territorio fazia-se devagar e cautelosamente por entre peripecias, sustos e pezares.

A noticia do apparecimento de alguma tribu desconhecida, o furto frequente do gado nas fazendas, o assassinio de um conhecido ou parente nas raias do sertão, ainda tão proximas, o destroço de uma bandeira cujos restos não tornavam, eram para essa sociedade, como que **encurralada** num campo de guerra, o alarma da concentração, um aviso da prudencia, um argumento invencivel a favor das medidas de protecção instantemente solicitadas pelo senado da camara e pelo povo contra os ataques dos selvagens.

Com os recursos proprios, aliás poucos, Piratininga fortificara-se restaurando as suas estacadas de guerra: fortificavam-se ou protegiam-se os pontos considerados estrategicos do lado dos sertões.

Continúa o historiador fazendo a descripção de São Paulo dêsse tempo, e, com a belleza do estylo que lhe é peculiar, com aquella clareza admiravel, mostra o progresso nascente dêste povo, na capitania de São Vicente.

Abrangia, diz elle, pouco mais de cinco leguas de raio tudo o que a civilização, pelo braço dos Portuguezes, tinha até então conseguido em povoamento, lavouras e culturas nos campos de serra acima.

Não condizia o resultado com os esforços expendidos; mas varias causas explicam o apparente insuccesso desta sociedade em embryão.

O verdadeiro elemento de expansão e de conquista não se formara ainda. O natural do paiz, o futuro bandeirante, quedava-se modesto no seu pequeno número, sopitando a sua audacia ingênita num meio que elle ainda não podia dominar.

Os padres da companhia de Jesus já não gozavam daquella incontestavel ascendencia, daquella universal estima dos primeiros annos da fundação da colonia.

Por causa delles, ou, antes, por amor delles a pequena sociedade se repartira já em dous campos. A auctoridade do govêrno, exercida de longe, era tibia: a sua acção incerta, intermittente e as mais das vezes inefficaz.

As populações iam-se habituando a não contar com ella. O capitão-mór, *loco*, tenente do donatario, residia em São Vicente.

Da Bahia, tão distante, inaccessible por terra e com difficuldade communicando-se por mar, exercia-se a governação suprema.

Isto explica o pouco desenvolvimento de Piratininga e seus contornos.

Assim, vai Sampaio descrevendo os primeiros alvores dessa nascente civilização, e continúa dizendo:

“Não havia no ambito da villa, então limitada pelos largos de São Bento e do Theatro, sinão 190 fogos permanentes, ou cêrca de 1.500 almas ao todo.

O arruamento de então quasi não differia do de hoje, sinão em pequenos e insignificantes detalhes.

As construcções regulares e de melhor apparencia não avultavam. O commum das habitações era feito ao modo dos Indios. Crescia o collegio dos padres, reformando os seus muros, reedificando ou retocando a sua igreja. Meticuloso em excesso, o historiador vai aponctando tudo quanto nesse tempo existia na villa de Piratininga, hoje a opulenta *urbs* paulistana. Con-
vem que façamos este trabalho descriptivo, para assim de-

mostrarmos quão rudimentar era o progresso e o desenvolvimento da cidade que mais tarde foi sagrada como o berço material e moral da nossa independencia patria. Foi nella, em seu territorio, bem juncto do centro, que Pedro I, em companhia de outros, bradou a *independencia ou morte*. Foi aqui que se fundou o governo provisorio, centro de actividade e de acção efficaz para a conquista da liberdade patria.

Era São Paulo a cidade onde, mais tarde, José Bonifacio, o patriarcha da nossa independencia, de accôrdo com o seu partido, havia de estabelecer as bases solidas da doutrina da nossa emancipação politica e social.

Vejamos, pois, como foi ella nos tempos de sua fundação, e continuemos com as considerações do citado escriptor patrio.

A matriz, começada em 1589 com o donativo dos moradores, não estava concluida. O edificio do senado da camara, no lugar que depois se chamou Pateo de São Francisco, era um predio de propriedade particular, coberto de palha, que já uma vez desabara e que alguns ricos homens tomaram a seu cargo reconstruir.

Dessa pequena povoação, a cavalleiro sôbre a lombada entre as ribeiras de Piratininga e de Anhangabahú, saiam em varias direcções os caminhos e estradas, cruzando os campos em demanda das aldêas dos Indios submittidos ou das lavouras de fazendeiros abastados.

Do pateo do Collegio partia, na direcção do sul, o *caminho velho do mar* pela actual rua do Carmo, descendo para a varzea, contornando-a nas proximidades da vivenda de Bartholomeu Carrasco, e, antes de se perder no horizonte para os lados da Borda do Campo, onde existiu Sancto André, passava por um grupo de moradores juncto da ribeira de Ipiranga, onde estivera outr'ora a ermida de Nossa Senhora da Luz, que depois se mudou para o Guarépe.

Ao longo dêsse caminho, possuia Braz Cubas umas datas de terra, que, em parte, cedera aos religiosos do Carmo, em 1594, para fundarem o seu convento. Para adeante, começando em Bartholomeu Carrasco, ficavam as terras que o padre Luis de Grã, da companhia de Jesus, obtivera de Francisco de Moraes, representante do donatario, como uma sesmaria de duas legoas, as quaes, entretanto, lhe não foram alli demarcadas por pro-judicial ao bem público.

Do pateo da matriz, encaminhando-se para o alto da colina, saia a rua de Manuel Paes, que levava ao campo da forca e mais além, até a bella matta do Caaguassú, abundante em madeiras reaes.

Ao lado dessa rua e parallelamente a ella, na lombada para além de Anhangabahú, seguia o então *caminho novo do mar*, cruzando no alto a matta do Caaguassú, e, descambando para as varzeas do rio Geribatiba, procurava a aldêa de Ibirapuera, fundada por Anchieta a tres legoas distante.

Ao longo dêsse caminho ficaram então demarcadas as duas legoas da sesmaria do padre Luis de Grã, quasi toda em campo e em varzea.

A actual rua Direita, então conhecida por Sancto Antonio, por causa da ermida ou capella dessa invocação que lhe ficava á margem, descia a encosta da montanha para o lado do Piques, e, galgando o campo e as mattas em direcção á aldeia dos Pinheiros, já a esse tempo, era o principal caminho do sertão e a estrada real para as lavouras que se iam estabelecendo á margem do Tieté.

Datava de epocha immemorial este caminho, o primeiro provavelmente que trilharam as tribus profugas do valle do Paraguai, encaminhando-se para o littoral atlantico. Elle representa na história do segundo seculo da conquista essa via-sclerada, ainda que gloriosa, por onde se consummou a destricção de Guaiará, e a expansão do dominio portuguez em detrimento do poder de Castella no valle do Paraná.

Possuia, com effeito, o gentio as suas vias de communicação, rudimentares todas, mas nem por isso menos extensas e verdadeiras; algumas, como esse caminho-do sertão, tinham o character de estrada nacional para a raça guarani.

Do Paraguai ao littoral atlantico era a região intermedia em parte occupada por povos ainda mais barbaros inimigos daquelles.

Seguia pelos campos ao norte do Iguassú o caminho que ligava as tribus da mesma nação Guarani no littoral e no interior. Esse caminho, partindo das margens do Paraná, vinha ter ás cabeceiras do Tibagi e ahi se dividia.

Um galho buscava o sul, passando pelos campos de Curitiba em direcção aos Carijós dos Patos em Sancta Catharina: outro entranhava-se nas mattas do Assungui e ia ter a Cananéa: e outro ainda tomava por Nordêste pelos campos que levavam a Piratininga.

Trilhando o caminho de Cananéa, engolfou-se nos sertões em 1531 a expedição de Pero Lobo, guiada por Francisco de Chavés, até perecer trucidada nas margens do Paraná. Pelo caminho dos Carijós dos Patos subiu com a sua numerosa expedição d. Alvaro Nunes Cabeça de Vaca, em demanda de Assumpção, no anno de 1540.

Pelo caminho de Piratininga, o padre Manuel da Nobrega recebia emissários do Paraguai: os primeiros habitantes de Sancto André communicavam-se com as tribus amigas dos sertões do sul, e o alemão Schmidel, companheiro de Irala, abandonava Assumpção e vinha por Sancto André embarcar-se em São Vicente, no seu regresso para a Europa, annos antes da fundação de São Paulo.

Por esse caminho, logo ao sair da villa, atravessava-se o sitio denominado do Capão, propriedade de Fernão Dias, o velho, e que depois foi de Pedro Taques, comprehendendo grande parte da matta do Caguassú, onde é hoje Bella Cintra, e as terras de Pinheiros, onde o mesmo Fernão Dias aldeiou com o concurso de Anchieta os Guaianás transferidos do Ipiranga, com outros que conseguiu descer dos sertões.

Proseguindo pela mesma estrada, depois de transpor o Geribatiba, entrava-se em terras do Butantan, de Affonso Sardinha, as quaes por um lado desciam até o Tieté e por outro vizinhavam com as terras de Carapicuhiba da sesmaria dos Indios concedida por Jeronymo Leitão em 1580.

Para além de Carapicuhiba, a estrada approximava-se então do Tieté, fraldeava a serra matteada de Itaqui, onde já se faziam importantes lavouras, e entrava em Parnahiba, cuja povoação havia pouco André Fernandes iniciara. Para adeante de Parnahiba começava o sertão, apenas de quando em vez devassado pelas bandeiras de guerra, e onde ninguem ousara ainda assentar lavoura permanente.

Da mesma estrada, que vimos descrevendo, antes de descer para Pinheiros, partia um galho, que é a conhecida estrada do Araçá, percorrendo o alto do espigão, e dividindo os campos do Pacaembú e do Mandihi, propriedade dos Jesuitas, das terras do sitio de Emboaçava que então era de Affonso Sardinha, o velho. Esse caminho foi o começo da estrada geral que se chamou de Jundiahi, porque, transpondo o Tieté e galgando a serra do Juá entre o Jaraguá e a Cantareira com terras de lavoura então possuidas por membros das familias Pires e Buenos, alcançava o sertão de Jundiahi, nesse tempo apenas habitado por criminosos e homisiados.

Saindo-se da villa pela rua de Martim Affonso, descia-se primeiro a grota do Anhangabahú, e, caminhando ao Norte, atravessava-se o sitio do Guarepe, para onde se transferira a ermida de Nossa Senhora da Luz e ia-se ter ao porto no rio Tieté, que então ficava para cima da Ponte Grande, proximamente no local em que antes fazia sua barra o ribeiro Tamanduatehi.

De ordinario, quem, naquelles tempos, procurava o porto, preferia tomar uma canôa no Tamanduatehi, no sitio que então era o porto geral, da povoação, e para o qual se descia por uma viella empinada, que ainda hoje guarda a denominação antiga. O ribeiro, correndo mais chegado á montanha, coleando-o depois livremente na varzea alagadiça, não tinha ainda perdido a boa profundidade que as successivas obras de rectificação depois lhe tiraram. Navegava-se bem pelo Tamanduatehi. E por elle não só se podia alcançar a Borda do Campo, como descer ao Tieté, ao porto, e dahi rio acima ou rio abaixo ganhar as aldeias ou as fazendas quasi todas accessiveis por agua.

Nesses tempos os rios eram estradas de um valor inestimavel. Elles demandavam o menor exfôrço para os grandes transportes, eram estradas seguras para as investidas nos sertões, offerecendo sempre defesa contra os ataques subitos dos selvagens, e proporcionando elemento inexgottavel com o peixe e com a caça, sempre abundantes. Embarcados na sua canôa, o padre, o negociante, o fazendeiro, o simples homem do povo podiam attingir qualquer poncto dentro da zona povoada em tôrno de Piratininga.

Navegando rio acima, alcançavam a Conceição dos Guarús, o Maqueribú, onde depois se estabelecera João Pires, São Miguel e Taquaquicétuba, onde mais tarde o padre João Alvares aldeiou alguns Indios Guaianás, e attingia-se o sitio de Boigi da sesmaria de Braz Cubas, no lugar em que alguns moradores tinham já iniciado uma pequena povoação que foi a origem da actual cidade de Mogi das Cruzes.

Descendo o rio para baixo de São Paulo, tocava-se primeiro no sitio de Nossa Senhora da Esperança com um aldeamento fundado por Manuel Preto, e que veio a ser depois a capella e povoação de Nossa Senhora da Espetação do O'; deixava-se pouco mais abaixo, á esquerda, o sitio de Emboacava, de Affonso Sardinha, e podia-se ir até as primeiras lavouras de Parnahiba, si se não preferisse desembarcar no porto de Carapicuhiba, ou entrar pelo Geribatiba para ir visitar Pinheiros e mais além Ibirapuera, no mesmo sitio em que ora está Sancto Amaro.

Taes eram os acanhados limites do territorio occupado pelos Portuguezes no seculo XVI.

Si é verdade que o papel dos homens superiores é consideravel no desenvolvimento de uma civilização, não o é, inteiramente, como se costuma dizer geralmente.

A sua acção consiste em synthetizar todos os exforços de uma raça, suas descobertas são sempre o resultado de uma

longa serie de descobertas anteriores. Nós costumamos construir os edificios com pedras que outros têm talhado. E' assim que os historiadores são unanimes em apresentar José Bonifacio, como o *factotum* da nossa independencia patria, Pedro I como o executor da idéa no scio nacional. Convém, porém, que digamos, que as grandes invenções, as grandes idéas são quasi sempre creadas por muitos cerebros, por esforços combinados, por elementos varios.

Em política, como em tudo, o successo dos homens está dependente de factores diversos, entrando em seu número a fôrça da raça, a sua constituição moral, e é por isso que somos levados a descrever a antiga cidade de São Paulo, a Piratininga heroica do seculo XVI, os costumes severos dos antigos Paulistas, a sua resistencia physica, as suas fortificações, as luctas em seu territorio, a descripção dêsse territorio, os estabelecimentos que fundaram com a sua tenacidade, para chegarmos ao ponto inicial das suas idéas adeantadas em prol da liberdade e independencia patria.

E' ahi que deparamos com os homens da tempera de José Bonifacio, de Vergueiro, de Feijó, de Paula Sousa, de Martin Francisco, Antonio Carlos, e tantos outros, que synthetizam a fôrça da nossa raça, o ideal do nosso progresso, e o descortino do vasto horisonte nos gloriosos destinos da nossa Patria.

Estes grandes patriotas são o producto da nossa civilização, oriunda do nosso territorio paulista, aqui nascidos, aqui educados entre os seus concidadãos, percorrendo as nossas vias, abrindo sulcos profundos no solo paulista, amando as tradições, venerando os homens eminentes, e solidarios da mesma idéa para glorificar o nome paulista nos annaes da história patria.

E que é José Bonifacio sem estar integrado a seu berço natal, a sua *urbs*, á heroica e adeantada cidade de Sanctos? Paula Sousa a Itú, Feijó e outros Paulistas illustres, sem as suas respectivas cidades de origem, de nascimento? Ahi está o crysol onde se formam esses poderosos elementos do nosso progresso, da nossa civilização.

E' no sólo que se vinculam as fôrças para a aquisição de toda e qualquer especie de riqueza; nelle se concentram os povos, as raças; é o abrigo da vida e da morte da humanidade; o receptaculo de todos os residuos da história, nas variadas fôrmas do nosso movimento e do nosso progresso.

A occupação do sólo, o seu povoamento, a sua cultura, as suas fortificações, o seu progresso material, moral e scientifico, eis ahi o assumpto de que nos occupamos nesta des-

cripção de São Paulo, o berço dos grandes homens, e ainda mais, o sólo patrio onde echou o grito da nossa independencia politica.

Continúa o escriptor citado: Contudo, a occupação do territorio se ia effectuando regular e paulatinamente para baixo de Parnahiba, onde André Fernandes, com a enorme sesmaria de sua propriedade, fazia innumerables e largas doações. Para esses lados fôram-se estabelecendo então os homens da maior importancia da colonia, como Antonio Bicudo Carneiro, que fôra ouvidor em São Vicente, Antonio Pedroso de Barros, fidalgo que logrou possuir extensas culturas, grande escravaria e foi dos mais abastados fazendeiros do seu tempo. Bartholomeu Bueno da Ribeira ali se estabelecia tambem. Diogo Ordonhes de Lara, fidalgo castelhano, ligava-se ás mais importantes familias do lugar, Bartholomeu Quadros afazendava-se para os lados da Cotia.

Como se vê, a não serem os homisiados e foragidos, a população pouco se espalhava, com receio de perder o apoio e protecção da villa. Dominava um regime de concentração. Estava-se em Piratininga como nessas antigas colonias militares dos Romanos, assentadas á margem do Danubio, para conterem as incursões dos barbaros. A villa mesmo era como um campo de guerra, protegida pelo relevo topographico do lugar, onde eram fossos naturaes os sulcos profundos dos ribeiros que a cingiam.

A sua guarnição de milicianos era exactamente como a das colonias militares, mas sem commandante certo.

Era costume eleger-se o *capitão da gente de guerra*, conforme as circumstancias e a natureza da expedição que lhe era commettida.

A's vezes recaía essa eleição na pessoa de um sertanista consummado, como o velho João Ramalho, ou como o destemido Affonso Sardinha, mas o commando durava apenas o tempo da expedição, ou enquanto se conservava a população em pé de guerra.

Cessada a causa, o capitão depunha o commando e voltava prasenteiro aos seus mistéres de lavrador.

Os capitães-móres, loco-tenentes do donatario, a quem de direito devia caber o commando, raramente o exerciam, pondo-se á frente do povo em armas para vingar uma injúria do barbaro pertinaz e audacioso.

Repugnava-lhes essa espinhosa e arriscada missão de guerra. Preferiam o exercicio pacato do cargo de governador aos cruentos trophéos das victórias mais ou menos

brilhantes que lhes podia trazer o effectivo exercicio do outro cargo.

Jeronymo Leitão, que exercera por cêrca de dezesete annos as funcções de capitão-mór e governador, e a quem instantemente requeriam os officiaes da Camara de São Paulo, para que fizesse a guerra aos Indios, só se decidiu a emprehende-la em pessoa diante dos protestos e da ameaça de accusação ao governador geral si a não fizesse logo.

E, todavia, Leitão não deve passar á história com o labéo de governador remisso e descuidoso capitão.

Elle tinha, qual novo *Cunctador*, a habilidade de ganhar tempo, contendo com geito as exigencias inconsideradas, e moderando as impaciencias interesseiras.

Conhecia bem o seu povo e como pensava consoante ao modo de ver dos jesuitas, lobrigava por detrás da mascara dessas guerras de desforras a desenfreada ambição dos lavradores e potentados em augmentar a sua escravaria india dizimada pela peste.

Nas fazendas estava-se tambem como num campo de guerra. Os ricos homens usavam proteger as suas vivendas e solares por meio de duplas e poderosas estacadas, á moda do gentio, guarnecidas pelos famulos, os apaniguados e Indios escravos, e servindo de refugio até para os vizinhos quando de subito acossados pelos barbaros.

Assim, a necessidade de manter numerosa escravaria ou grande sequito de gentio amigo, não se explicava tão sómente pelas exigencias da lavoura, mas pela propria segurança e defesa do fazendeiro.

Por isso, era commum entre os potentados da época, ter em suas terras, além dos seus escravos proprios, uma aldeia do gentio amigo para o eventual supprimento de braços para as suas lavouras e onde se recrutava de preferencia o melhor da sua gente para as bandeiras de guerra.

Chegados a este poncto da descripção, da formação das bandeiras, vamos desenvolver a materia de accôrdo com as considerações do escriptor que ora nos guia, e depois passaremos a dar as bandeiras que se internaram no interior para o descobrimento do ouro.

Demonstraremos, com documentos historicos importantes, que cinco Taubateanos illustres distinguiram-se nos descobrimentos de minas de ouro em 1693.

Fernão Dias, o velho, tinha nas suas terras do sitio do Capão a aldeia de Pinheiros, habitada por Guaianás; Affonso Sardinha tinha aldeiado outros da mesma tribu em Carapicuhiba.

Manuel Preto, pelo tempo adeante, chegou a reunir no seu sitio da Esperança mil Indios de arco e flexa.

André Fernandes conseguiu reunir em torno de si, pelo tracto ameno, uma numerosa bugrada em Parnahiba. O mesmo fizeram Antonio Pedroso de Barros e Balthazar Fernandes.

Vê-se bem que se guardavam ainda as tradições medievaeas. A fazenda era então como um solar da Edade Média com os seus ricos homens, os seus guardas, vassallos, escravos ou simples servos. A differença unica estava na fórma ou no exterior; as funcções, porém, eram as mesmas na essencia.

Contudo, nessas aldeias, o trabalho voluntario do Indio era escasso, incerto ou quasi nullo. O lavrador vizinho ahi encontrava, porém, recursos de braços para fazer os seus mantimentos. Obtida a licença do capitão-mór, o lavrador apresentava-se nas aldeias, tractava com os maiores, ajustava os serviços e voltava quasi sempre com o sufficiente para completar o eito nas rogarias.

Depressa, porém, as aldeias despovoavam-se. Da leva dos contractados poucos tornavam a seus lares. Uns deixavam-se ficar onde os prendia a fortuna ou o bom tracto. Outros dispersavam-se nos sertões, desertando das bandeiras em que se engajavam. Outros pereciam dizimados pela peste, e os poucos que tornavam traziam mais vícios do que quando desceram dos seus sertões attrahidos pela palavra do missionario.

Cêdo as aldeias se converteram em refugio do que o gentio manso tinha de peor e de mais geralmente desprezado. Dahi tambem o pouco apreço ou nenhuma protecção que depois tiveram do povo e das auctoridades.

Neste fim do seculo XVI, em que as bandeiras apenas começam, o Indio era contudo um elemento inestimavel na conquista dos sertões.

Elle representava invariavelmente o número, a habilitade, a agudeza, a orientação, o segredo, o successo enfim nessas empresas arrojadas. Era sobrio, nada exigente, agill, sadio quando em liberdade, descobrindo recursos onde ninguém jámais os suspeitava, desvendando mysterios e indicando o esconderijo dos outros Indios seus contrarios.

Caçava-se assim o Indio com o proprio Indio.

A lei determinava que se não fizesse a guerra ao gentio sem prévia licença, para se bem pesar os motivos della. Mas, si os capitães-móres tinham escrúpulos e os jesuitas levantavam obstaculos quasi insuperaveis, não faltavam recursos

para intimidar os capitães-móres recalcitrantes, nem rebeldes para forcarem os padres ao silencio.

Era uma rematada loucura, dizia a turba interesseira, deixar perecer as lavouras por falta de braços só por escrúpulos de romper pazes com bugres que nunca souberam o que é lealdade nem jámais distinguiram o justo do injusto.

Demais, o Indio submettido, reduzido a trabalhar e a conviver num meio christão, por via de regra, devia lucrar fazendo-se christão tambem.

Até a igreja lucraria com a guerra.

Tal era já o sentir da sociedade da época, onde bem se vê que o jesuita, poderoso ainda, já não era onnipotente.

Mas, alvoroçaram-se todos apenas constava a licença para as empresas de guerra.

Quem tinha cabeçadas armava o seu bando, amigos e dependentes, e mettia hombros á empresa com a certeza dos lucros que préviamente se repartiam.

Quem não tinha posses associava-se com outros. Os proprios conventos tomavam parte nas bandeiras para augmentarem a sua escravaria.

Não havia homem pobre entre os "buavás", appellido dos Portuguezes entre os Indios de Piratininga, que não possuísse a sua peça, isto é, um moço ou moça do gentio para o servir e para lhe trabalhar nas lavouras ou nos serviços domesticos.

Legavam-se peças do gentio por heranças, faziam-se doações dellas ás confrarias religiosas, aos sanctos e capellas.

Nos documentos dêsse tempo liam-se entre outras deixas... tantas peças do gentio da terra e a esses legados de escravos ou de simples servos se ajunctavam largos bens de raiz, plantações feitas, bens moveis, gado abundante.

Já era então cousa muito em voga buscar escravos em Africa. Por isso, nos documentos da época, se emprega a expressão peça do gentio da terra — para distinguir o escravo de raça americana do de procedencia de Africa.

Os fazendeiros faziam sacrificios empenhando-se por dividas para equiparem navios que iam ás feitorias portuguezas do Congo buscar negros que já na lavoura da colonia provavam melhor que o proprio Indio, não só por ser este menos resistente nos labores agricolas como menos seguro, pois facilmente se escapava para entre os seus através dos sertões.

Cada qual fazia as suas contas para quando lhe chegasse o seu navio de Angola ou recebesse o seu quinhão no carregamento de Africanos.

O testamento de 1592 com que falleceu Affonso Sardinha, o velho, é neste objecto um documento interessante.

Vamos relatar a história dos escravos no Brasil, segundo os informes do illustre escriptor que está nos guiando neste importante, sinão o mais importante capítulo da nossa história patria, isto é, a capitania de São Vicente nesse tempo; os lineamentos de Piratininga, a primitiva cidade, que depois se tornou em São Paulo a opulenta capital do Estado actual.

Suppomos que o distincto escriptor hauriu conhecimentos de subido valor em obras importantes e de real merecimento historico.

Custava, diz elle, uma peça ou escravo dos do gentio da terra cêrca de quatro mil réis ao princípio, mas depois o preço desceu. Um moço do tupi, como se lê no referido testamento, custava tres mil réis. As mulheres custavam ainda menos.

Não eram sadios esses escravos. A vida sedentaria nas lavouras fazia-lhes mal, morrendo grande número, de pleurizes, camaras de sangue, affecções catarrhaes e do *cobrello*, que se tornava terrivel e mui frequente entre elles.

O escravo africano, a que o gentio chamou tapuiuna, significando o extrangeiro ou inimigo negro, em opposição ao *tapuitinga*, applicado ao homem branco, passada a primeira época, propriamente de aclimação, era, ao contrário, uma peça de maior valia; possuia todas as qualidades que faltavam ao Indio, e, como extrangeiro que era na America, tornava-se o alliado natural do branco nas emergencias difficeis como tantas não faltaram.

Começou, portanto, a ser preferido o escravo africano. Mas essa preferencia, acaso aconselhada pelas especiaes condições da colonia, não lograva impôr-se totalmente á opinião pelas difficuldades do tráfico que, de ordinario, absorviam os lucros da empresa.

Por isso, o seculo que seguiu foi ainda uma longa, triste e lamentabilissima scena de horrores em que a victima immolada é a pobre raça da America, abatida e escravizada.

A população da colonia exhibia essa feição polychroma de tres raças differentes obrigadas a coexistirem no mesmo meio. Mas, como cêdo, bem cêdo, começava o lento e interminoso caldeamento dellas, o mixtiço surgiu logo com o characteristico demographico da America Latina.

A história nos demonstra depois como a expansão nas conquistas e o largo povoamento das solidões continentaes dependeram quasi que exclusivamente dêsse elemento nôvo.

Tinha, contudo, o elemento europeu tomado algum impulso com o dominio espanhol desde 1580. Os Castelhanos, Flamengos e Alemães começam a estabelecer-se aqui. Os Ordonhez, Laras, Buenos, Ribeira ou Rivera, espanhóes, vêm desde esse tempo, bem como os Lemes, Góes e depois os Taques eram de procedencia flamenga.

Por ahí vemos que os Flamengos, como relata a história, entraram incontestavelmente na formação da nossa raça, bem assim o elemento alemão. Esses factos, sob o poncto de vista da nossa nacionalidade, são de summa importancia, para que os escriptores estrangeiros, que têm escripto sôbre o Brasil, não o considerem com desprezo, attribuindo á nossa raça todos os vicios e defeitos possiveis. Não somos, como alguns pretendem, um conglomerado de negros, Indios e outros residuos baixos. Si predominou o elemento portuguez, cruzado com negros e mixtiços, tambem existiu o cruzamento em pequena escala com alemães, hollandezes e outros povos europeus.

Constituia o elemento europeu, nessa sociedade quasi medieval, a classe dos ricos homens, dos senhores, dos nobres, enfim, porque de facto não poucos o eram, possuindo cada qual a sua sesmaria, as suas longas posses territoriaes cujos incertos limites davam azo ás mais atrevidas ampliações.

Sustentavam certo orgulho de nobreza, tinham mui zelada a sua honra de cavalheiros, ostentando fôrças e influências a poder de cabedaes, e mostrando tambem mui beata compostura com a egreja.

Viajavam quasi sempre com um largo sequito porque timbravam em exhibir-se como possuidores de numerosa escravaria.

Tinham liberalidades principescas e sobranceiras até para com o seu rei. Seculo depois essa altaneria, ainda não discrepa: "Si nós viemos dar, porque havemos de pedir?" Tal era como soiam responder aos principes, ainda mesmo quando estes agradecidos e penhorados desejavam galardoar.

Não sei si já se explicou bem por que o gentio da colonia appellidou de *emboava* ou *bouva* ao Portuguez. O facto, bem que de si pouco importante, merece todavia ser tractado, porque nos proporciona ensejo de voltar ao elemento indigena; e, pois, tentemos explicar o appellido barbaro.

No tupi, então em voga na colonia, os appellidos eram cousa mui frequente e de ordinario originados de habitos, defeitos ou vezos ridiculos do appellidado.

Como todo Europeu recém-vindo, o Portuguez para se proteger contra os reptis venenosos, que suppunha encontrar a cada passo na floresta, ou para se guardar dos accidentes dos caminhos mal curados, lamacentos e invadidos de espinhos, tinha por hábito não largar as botas de couro, as largas perneiras que o uso depois tanto exaggerou.

Para o Indio, esse modo de vestir-se ou cobrir-se chamou-se *mboave* ou por corruptela *boava* que mais livremente se traduziria pelo *o homem das botas*, por assim se terem exhibido os primeiros Portuguezes que o gentio conheceu.

O appellido *boava* depois generalizou-se, mas na colonia, isto é, em Piratininga elle não indicava sinão o Portuguez.

Raro era, contudo, o individuo, fidalgo ou villão, que não tivesse o seu appellido ou alcunha a modo do gentio.

Com essa poneta de critica que é tão commum aos barbaros como aos povos cultos, o Indio ia-os applicando a seu bel-prazer, e não poucos desses appellidos passaram á História. Ao padre Leonardo Nunes chamou-lhe *Abarébêbê*, o padre voador; a uma matrona illustre da familia dos Buenos da Ribeira, notavel pela sua corpulencia, *Mecia Assú*. Fernando de Camargo passou á posteridade com o appellido de *tigre* ou *jaguetê*. Bartholomeu Bueno da Silva, por ter um olho furado e ser temivel caçador de Indios, chamou-se o *Anhanguera*, isto é, o *diabo velho*.

Fallava-se o tupi até dentro da villa de Piratininga, não obstante a preponderancia que o elemento official garantia ao portuguez. No campo, porém, nas aldêas e nas lavouras o tupi foi por mais de seculo a lingua dominante.

Nesse periodo que descrevemos, o portuguez é a lingua da classe alta, a lingua de familia, como uma tradição de raça.

Fallava o commum do povo a lingua tupi ou um mixto de tupi-portuguez, como ainda hoje no Paraguai se observa com o guarani e o espanhol.

Veio dahi ser ainda hoje a geographia paulista quasi toda tupi. Raro é o nome de localidade, rio, montanha, quer no littoral, quer no interior, que não seja um vocabulo indigena. Tirei da carta geographica de São Paulo uns poucos nomes de velhas povoações designadas por sanctos do calendario — como São Roque, Sancto Amaro, São Bernardo, São Caetano, São Miguel, e vereis que o que fica nada mais é do que um copioso vocabulario de nomes tupis, mais ou

menos alterado pela corruptela secular, mas que bem ex-prime quão largo e profundo foi o influxo da lingua ame-ricana entre as populações da colonia.

E nem só os nomes das localidades se tomaram do in-digena. Uma infinidade de termos communissimos, não obstante os equivalentes portuguezes, perduram ainda hoje como residuos da lingua de outrora. Além dos nomes dos animaes e plantas que se conservaram do tupi, não poucas são as vozes da mesma procedencia que já lograram entrar no Lexicon da lingua de Camões.

Os verbos *capir*, de *copire*, tirar o matto ou herva; *cotucar*, de *cotuc*, tocar com o dedo; *moquear*, de *mocaen*, assar a fogo lento; *sapecar*, de *sapēc*, tostar, chamuscar; *em-batucar*, de *apatocá*, atrapalhar-se; os verbos *popocar* ou *pipocar*, *encôivarar*, *pererecar*, encaiporar; os nomes como *mondéo*, *urapuca*, *caçara*, *tapera*, *caipira*, *tabaré*, *moqueca*, *giráo*, *tapisca*, *urupema*, *jacá*, *patuá*, *capoeira*, *capão*, *peteca*, *pereba*, *catapora*, *pipoca*, *teteia*, *cauira*, *canôa*, *cuia*, *mingáo*, *pequira*, *tijuco*, *coivara*, *coroca*, *jururú*, são todos de proce-dencia tupi.

Na linguagem do caipira paulista de hoje ainda mais abundantes são os residuos deixados pelo tupi. As phrases saem-lhe ainda inçadas de vocabulos barbaros numerosos.

Estôu ahiva por *estôu ruim* ou doente; *medroso como um jaguapeva*; *pastar na tiguera*, são expressões das mais vulgares. Os vocabulos *suan*, *pacuera*, *quirera*, *soó*, *pari*, *sarambé* e outros que taes occorrem-lhe no fallar a cada instante. O sainete indigena ficou-lhe no sangue e na lingua.

Humillima era a condição do povo nesse periodo dis-tante. Quem não era senhor ou proprietario era um servo mais ou menos disfarçado ou simples escravo.

Este, além do trabalho a que o obrigava a sua condição, tinha de cultivar a terra para tirar o seu proprio alimento.

Era o seu vestir como o seu viver, minguido e mi-serrimo.

Um escravo indio trazia por compostura quasi sempre uma simples tanga de algodão, se trabalhava na roça; mas, em entrando na villa, vestia a sua camisa e calça talhada em fôrma de ceroula e feita do mesmo panno. As mulheres usavam um sacco de algodão grosseiro com tres aberturas, onde enfiavam a cabeça e os braços, atando-o á cintura por um cordel de fibra. Os filhos cresciam nus nas aldeias, á lei da natureza.

A classe abastada sustentava luxo a seu modo, como o permittiam nestes tempos os recursos de uma colonia distante e assentada no interior das terras com communicações por via de regra difficéis. Trajavam, contudo, os cavalheiros com certa elegancia, faziam vir do Reino as suas capas, espadadas, gibão e chapéos emplumados, como então se usava na côrte dos Filippes de Espanha, a mais brilhante da Europa. Entravam pela villa cavalgando fogosos ginetes, e as damás, rodeadas de numeroso sequito de escravas, ostentavam nas egrejas ricos estofos.

Fóra das occasiões solennes, o capitão-mór, como o mais obscuro villão, trajava o grosseiro tecido do paiz e cobria-se com os largos chapéos de palha cêdo introduzidos no commercio por importação das colonias espanholas do Sul.

Nas refregas contra os Indios, nas longas expedições agora tão raras, o melhor da gente de guerra fardava-se de couro, trazendo uma especie de dalmatica que punha a coberto das setas dos selvagêns. O chapéo, e ás vezes o escudo, eram feitos do mesmo material. O terror das armas de fogo, entre os barbaros, era, porém, a melhor couraça do branco nessas luctas deseguaes que já se ensaiavam pelo fim do seculo.

Prosperavam a agricultura e a pecuaria em torno de Piratininga. Os seus câmpos nutriam numeroso gado e as lavouras de mantimento davam para abastecer o littoral e para exportação. A mandioca, o feijão e o milho plantavam-se a modo dos Indios, de quem se receberam os processos do amanho da terra. O assucar ficou como privilegio de quem tinha cabedades e escravos para esse penoso genero de cultura. Todos os ricos proprietarios eram, nesse tempo, lavradores de canna e tinham o seu engenho.

Do trigo chegou-se a fazer em Piratininga extensas searas. Salvador Pires, o Gago, dava avultada somma de alqueires de trigo ao dizimo. O pão consumido em São Paulo era producto das lavouras de seu Municipio. Era tambem a vinha bastante cultivada. Salvador de Medeiros, estabelecido no Apiá, ribeira de Sancta Ignez, possuia dilatados vinhedos de que hauria excellente malvasia. Cultivavam-se ainda o arroz, o algodão e os legumes, e por isso Vasconcellos, referindo-se á capitania de São Vicente, accrescenta que "era a cornucopia fartuiente do Brasil".

O commercio, apesar das difficuldades de transportes, prosperava na capitania.

O gado descia para o littoral afim de abastecer a Marinha. A Armada de Diogo Flôres Valdez vinha supprir-se

em São Vicente no dessarilhar do anno de 1582. As transacções com as colonias espanholas do Rio da Prata tiveram incremento depois da união á corôa de Espanha. O assucar, o algodão, as caixas de marmellada, e até escravos eram artigos de commercio com Buenos Aires, de onde vinham ao Brasil as pelles, a lã, as rendas.

Contudo, esse commercio estava sendo *in totum* seindido. As luctas de Felipe II com Isabel de Inglaterra accarretavam-nos agora sérios revezes. A *invencivel Armada*, destroçada pelas borrascas, deixara aos Inglezes o dominio absoluto dos mares e exposto ás suas depredações o commercio das colonias da America.

Em 1588 São Vicente é assaltado uma primeira vez por Thomaz Cavendish, mas consegue repellir os assaltantes, infligindo-lhes sérias perdas. Em 1591 tornou Cavendish a nôvo assalto e desta vez consegue apoderar-se do porto de Sanctos e fazer larga prêsa na villa e nos engenhos dos arredores. Antonio Knivet transmite-nos, em suas narrativas, as peripecias dessa atrevida façanha.

Do lado dos sertões os revêzes ameudavam-se. O gentio crescia em audacia e vinha já fazer incursões até nos campos vizinhos de Piratininga. Dos sertões do Sudoeste, para além das montanhas, que escambam para o lado do mar, surgiam arrogantes os Carijós, envolvidos em suas pelles mosqueadas que eram de jaguar, e espraíavam-se pelas planicies, levando um cortejo de ruínas até a aldeia de Pinheiros, cuja capella incendiaram em 1590.

Dizia-se então que contavam mais de duzentos mil arcos esses ferozes inimigos e a fama de tão grande fôrça, sobresaltando os homens do campo e determinando uma precipitada concentração para dentro dos muros da villa, obrigara a Camara de São Paulo a mandar erguer reducto em Emboaçava, precedido de fortes tranqueiras e com a sua guarnição de Indios mansos assentada á margem de um ribeirão.

Percorreram peritos os campos onde outrora existiam as fortificações de Emboaçava, e não lograram siquer colher indicio do seu assento verdadeiro. No campo, por mais de dous seculos revolidos pelos *thermitas*, todo o vestigio dessa construcção de guerra tinha desapparecido. As construcções dêste genero entre os Portuguezes não passavam de fosso e trincheira de ephemera duração.

Por isso, na memória do homem do campo, que de continuo o atravessa no seu quotidiano labutar, que alli mesmo tem a vivenda onde nascera e onde provavelmente nasceram

seus paes tambem, nem mesmo a tradição do forte perdurou guardada no enrêdo de uma legenda antiga.

E o homem do campo, afastando-se como para evitar indagações indiscretas ou para elle ociosas, aponcta-vos o caminho com este unico exclarecimento: "Por aqui se vae a Emboaçava..."

Guardar, todavia, o nome e o caminho, é fóra de dúvida uma valiosa aquisição para a história.



EM 1800





CAPITULO VII

O padre Joseph 'Anchieta

Desembarcou Anchieta no Brasil, no anno de 1553. Pertencêta á Companhia de Jesús no Brasil; é a história nos diz que foi elle a mais alta e afamada personificação do Evangelho nas selvas.

Anchieta assistiu a 25 de Janeiro de 1554 a primeira missa, celebrada nos campos de Piratininga, dia da conversão de São Paulo. Foi celebrante o padre Manuel de Paiva.

O altar era ao sopé das vetustas arvores das nossas primitivas florestas, tendo, em cima, o firmamento, e, em baixo, o verde tapete da nossa viçosa e florida relva.

Anchieta conservava ao relento a Cruz do Calvario, impressionando o Indio, e mostrando-lhe que ella era o instrumento civilizador, a arma poderosa com a qual a religião salvava os povos.

E' fóra de toda dúvida que entre os Brasileiros existiam muitos Portuguezes que tinham por hábito escravizar os pobres Indios, e, para evitar esse escandalo, essa obra de indigna e revoltante ferocidade humana, é que os jesuitas vieram ao Brasil.

Foi tal a animadversão contra os jesuitas, que elles chegaram a ser expulsos da provincia de São Paulo.

Nutriam elles a esperança de formar do aborigene um povo livre e civilizado, equiparado ao portuguez. Tambem concorriam para que o congraçamento de todos fôsse aos poucos approximando as raças oppostas e dahi resultou o cruzamento dellas. Assim aconteceu, como nos diz o padre Manuel da Nobrega, em suas cartas á pagina 79. Os Portuguezes pobres, diz Nobrega, tinham já começado a casar

com os naturaes da terra. E, logo que o selvagem estivesse em estado de educação e de alguma cultura, á semelhança do Europeu, ninguém duvidaria que estaria elle apto para ligar-se ás pessoas mais importantes.

Era isso que os padres procuravam conseguir em suas catecheses.

A missão especial de Anchieta, conforme se deprehende das lições da história, era levar ás florestas virgens do Brasil a palavra evangelizadora, o seu fim era domesticar o indio do sertão, torna-lo christão e assimilavel ao nosso progresso, á nossa civilização.

Ouçamos o proprio padre Anchieta, conforme se lê no volume I, pagina 68, nos *Annaes da Bibliotheca Nacional* — Cartas do padre Joseph Anchieta:

“Em uma pobre casinha, feita de barro, e coberta de palhas, tendo quatorze passos de comprimento e apenas dez de largura, e que serve, ao mesmo tempo, de escola, infirmaria, dormitorio, refeitório, cozinha e dispensa, ei-lo o nosso joven Anchieta, mettido na sua “sotaina de canamo tingida de preto, que fizera elle mesmo com retalhos de velas nauticas”, e todo empenhado em preparar-se para o seu apostolado, fazendo-se para isso junctamente mestre e discipulo.”

Anchieta, conforme se vê das chronicas e histórias da época, não se limitava sómente a catechisar os selvagens, era versado em latim e ensinava aos que o procuravam para aprender esta lingua.

No meio dos Indios, tractou de estudar a sua lingua, e, com o profundo conhecimento que della possuia, compôz um dicionario, e divulgou pelos selvagens os principios de moral e de doutrina christã.

Em prosa e verso, Anchieta fazia composições e mandava que os filhos dos Indios, já domesticados, recitassem nas casas dos seus paes, dos seus amigos e dos seus parentes. Intelligente e audaz, Anchieta embrenhava-se nas selvas, e ia observar *de visu* os resultados dos seus esforços, ia ver si aquella gente já estava apta para descer aos bandos em logares povoados, si já não mais queriam viver como fêras, devorando-se uns aos outros.

Quantos beneficios legados por este infatigavel padre aos Paulistas!

A Capitania de São Vicente tornou-se celebre na história patria, porque nella a Providência foi prodiga, concedendo favores speciaes aos Paulistas.

Foi Nobrega quem, na catechese dos Indios, civilizou estes povos e instruiu-os no trabalho agricola, formando o character de uma nacionalidade nascente, adornando o aborigene de costumes christãos, preparando a nossa primitiva raça para os combates da liberdade, conscio de uma patria livre e independente no continente americano.

Foi em Sanctos que, de amalgama dèsses mesmos elementos, quicá bem intimos, na fusão do Indio com o Europeu, José Bonifacio e todos os Andradas viram o raiar da aurora no horizonte da patria; frei Bartholomeu Lourenço de Gusmão, o Brasileiro illustre, o Paulista notavel que sonhou a conquista dos ares nos primeiros annos do seculo XVIII. Gusmão era filho de um cirurgião-mór, Francisco Lourenço de Gusmão, e nasceu em Sanctos no anno de 1685.

Como estes dous illustres Paulistas, muitos outros honram os annaes da nossa história, e dignificam a então provincia de São Paulo.

E' por isso que o sabio Mac-Pherson affirma em tom de verdade que, *quanto mais caminhamos na vida, mais os materiaes tornam-se raros para aquelle que quer reconstruir algum edificio dos antigos.*

Quem nos dirá que não conservamos nas veias um pouco do sangue indigena e do Portuguez, producto do primitivo cruzamento, quando Anchieta domesticou o aborigene e o tornou apto para o consórcio da civilização patria?

O material para a reconstrucção dessas verdades historicas, torna-se raro, sinão impossivel de obtenção, porque ninguem testemunhou esses factos e elles não constam dos annaes da nossa história. São meras hypotheses, porém acceitas deante do bom senso e da razão.

E a semente de Anchieta fructificou no sólo paulista; os campos de Piratininga e a Capitania de São Vicente receberam dèste sacerdotado os primeiros lineamentos do soberbo edificio politico brasileiro, e foi aqui nos arredores da antiga Piratininga, na Capital de São Paulo, que o grito da Independencia veio evocar os manes dèsses heróes, e reviver na memória de todos o quanto valem os principios de moral, o sentimento da patria e os sãos principios da liberdade.

Anchieta foi o iniciador dos povos, foi elle quem semeiou, cultivou e entregou a colheita dos fructos sazonados á pleiade de Paulistas e demais Brasileiros que bradaram no Ipiranga, pela bocca de Pedro I, a Independencia do Brasil.

Incontestavelmente os jesuitas prestaram grandes serviços ao Brasil, naquelles tempos primeyos.

Haja vista o que narra Fernão Guerreiro em 1605: "Si os padres não fôram nem um Índio brasil houvera hoje em toda aquella costa, porque todos já fôram ou consumidos ou fugidos e mettidos no sertão nem tambem o proprio Estado do Brasil se pudera conservar.

Mas a paciencia dos padres por uma parte, em lidarem com a cobiça dos brancos, e soffrerem suas perseguições e calumnias, por acudirem e defenderem delles os pobres brasis: por desamparada e incapaz, é a que os sustenta na fé e em viverem nas aldeias e povoações, todos junctos, de que tanto proveito se segue para o Estado do Brasil, que sem elles impossivel fôra conservar-se".



CAPITULO VIII

Unidade brasileira devida á influencia dos jesuitas

Pelo anno de 1563, os colonos que então habitavam o Brasil, estavam dominados em seus sentimentos de grande relaxação, não respeitavam o gentio e practicavam toda sorte de immoralidades.

Nessa occasião, o padre Nobrega prestou grandes e relevantes serviços ao Brasil, conforme se poderá ver da carta de 9 de Agosto de 1549.

O visconde de Porto Seguro, em sua *História do Brasil*, assim se exprime: "Maiores embaraços encontravam porém estes ecclesiasticos para acudir com remédio á relaxação dos costumes, que começava a grassar entre os colonos, sobretudo no que respeitava ao sacramento de matrimonio, pelo exemplo do gentio e de alguns Europeus gentilizados. A falta de mulheres com quem os novamente chegados pudessem casar-se, provocados a isso pelo governador e pelos padres, promovia nelles tendencias de requestarem as mulheres da terra.

A' vista do que o padre Nobrega não fazia sinão instar para que da côrte mandassem orphãs, ainda que fossem erradas, pois que todas casariam, visto ser a terra muito grossa e larga. Os seculares, dizia Nobrega com toda razão, tomam o exemplo dos sacerdotes, e os gentios o de todos.

O sertão, diz Nobrega, está cheio de filhos de christãos, grandes e pequenos, machos e femeas, a viverem e se criarem nos costumes do gentio.

Ha grandes odios e bandos, as cousas da Igreja mui mal regidas e as da justiça pelo conseguinte.

Tudo mostrava a necessidade de acudir com prompto remédio á religião, instrumento poderoso, de moral e civilização.

Porto Seguro diz que esses factos determinaram que a gente de origem européa posta em contacto com a da terra não a exterminou, absolveu-a, amalgamou-se com ella. Tal a razão por que desapareceu das nossas antigas provincias o typo indio.

Nobrega recebeu para o seu collegio muitos padres e espalhou-os por todo o Brasil, dando unidade e fôrça aos da Companhia de Jesus e, portanto, á unidade do Brasil.

Foi um jesuita, Luis de Góes, quem deu o primeiro brado para a metropole livrar o Brasil. Da cidade de Sanctos elle escreveu ao rei, na metropole: "Si com brevidade v. alteza não soccorre estas capitancias e costa do Brasil... ainda que nós percamos as vidas e fazendas, v. alteza perderá a terra".

Luis de Góes achava-se na capitania de São Vicente, quando aconselhou o govêrno da metropole a adoptar meios heroicos para não se desmembrar o Brasil.

E' um religioso jesuita, e isto demonstra, evidentemente, a clarividencia e o espirito arguto e decidido dos jesuitas nos negocios que diziam respeito á unidade e á fôrça do Brasil, no periodo de sua formação, e, embora estivesse prêso á metropole, como sua colonia e tributária, para mais tarde tornar-se independente como de facto se tornou.

E' a história da formação da nossa raça e independencia, que assim demonstra a influencia dos jesuitas nos destinos do Brasil.

A unificação das fôrças vivas do Brasil, que nesse periodo, como assevera Porto Seguro, estava na mais completa relaxação de costumes, operou-se mediante os exforços e perseverança dos jesuitas.

Manuel da Nobrega e Luis de Góes, na capitania de São Vicente, prestaram relevantíssimos serviços ao Brasil, trabalhando para assimilar e amalgamar as raças, fundindo-as, unificando-as, tanto quanto possível, para que, mais tarde, essa fôrça unida, cohesa e poderosa, luctasse consigo mesma para a proclamação de um Brasil livre e independente.

E foi justamente na capitania de São Vicente, onde brotaram as fôrças vivas, que vieram avolumar a corrente impetuosa dos nossos lidimos patriotas, na conquista da liberdade patria.

Os arrojados bandeirantes, os destemidos e valentes Paulistas, que, ao brado da corrente liberal, chefiada por José

Bonifacio de Andrada e Silva, Feijó, Vergueiro, e tantos outros, atiraram-se ao combate glorioso da independencia nacional, calcando aos pés o absolutismo ferrenho da metropole portugueza.

Fôram, pois, o influxo da moral, os sentimentos religiosos, a prática dos actos de justiça, dos sãos e elevados principios do bem, prégados pelos sacerdotes do christianismo, que calaram na alma dessa raça que não se decompoz e não se dissolveu, mas que se unificou e com ella unificou a nossa patria, proclamando-a livre e independente.



CAPITULO IX

A monarchia absoluta portugueza (D. João VI)

O facto da independencia do Brasil, sendo complexo, como já fizemos sentir, envolve em si muitas outras questões que lhe dizem respeito, e assim sendo diremos que o govêrno absoluto de Portugal muito influuiu para que no Brasil se cogitasse sempre das idéas liberaes, tendentes a repellir as manobras exercidas pela metropole para conservar o Brasil no dominio absoluto de Portugal.

D. João VI não podia legar ao Brasil sinão o fructo do seu trabalho e do seu exfôrço e estes eram quasi nullo, attendendo-se as idéas acanhadas do absolutismo portuguez.

A história não diz qual a cultura intellectual de d. João VI, e é bem de se presumir que elle fôsse pouco illustrado. Nem elle, nem seu filho Pedro primavam pelas qualidades intellectuaes que tanto distinguíram d. Pedro II, considerado pela história como um dos mais illustrados monarchas do mundo.

O govêrno portuguez no reinado de d. João VI era de facto absoluto e o despotismo era então a lei dominante.

O despotismo é o effeito da corrupção de todas as fórmias de govêrno.

Elle nasce da corrupção das instituições democraticas, como das monarchias, e se realiza quando os interesses e as paixões dos que exercem os direitos de soberania, o collocam acima dos principios de justiça.

Em muitos e determinados casos se realiza o despotismo, o principal é aquelle em que os actos dos poderes constituidos compromettem os interesses do Estado e o fim da ordem social.

Em Portugal, no anno da independencia do Brasil, reinava o maior absolutismo régio. A constituição portugueza do tempo de d. João VI foi reformada, porque era incompativel com o progresso das idéas dominantes. Já ninguem acceitava o dogma do *Quod placuit Principi legem habet vigorem*.

O povo começava a ser despertado por novas idéas de progresso, e entendia que só ha progresso, quando ha vontade de fazer o que é bom, de praticar o que é justo, e de realizar o que é bello, dirigido por noções verdadeiras.

A nação portugueza já ia se despertando da lethargia em que por muitos seculos viveu sob o regime de reis caprichosos e incapazes de progresso social. D. João VI não foi sanguinario, não ensanguentou o sólo patrio com guerras de injustiça e de exterminio, mas, no seu absoluto socêgo, nas suas aspirações de grandeza, entendeu sempre que o reino de Portugal era muito pequeno para conter a sua vaidade e poderio régio.

Compellido a sair do reino, por motivo da invasão franceza, d. João VI fixou a séde do seu govêrno no Rio de Janeiro.

Diz Mello Moraes, *Independencia do Brasil*, que "O Brasil, colonia portugueza, sentiu nos tempos coloniaes a maior oppressão e vexames possiveis, porque até dotava as filhas dos reis, quando se casavam, a título de donativo voluntario, e era obrigado a cobrir-se de lucto pesado, quando qualquer pessoa da familia real perecia, vindo da metropole a indicação do estofo que se devia usar, sem exceptuar o mendigo.

O Brasileiro não passava de soldado, frade, marinheiro ou agricultor. Na milicia não passava de tenente, porque nesse posto não se dava patente.

Os fidalgos e os magistrados pobres eram mandados para o Brasil para enriquecerem á custa de casamentos vantajosos, ou por meio de extorções, que faziam.

As artes, as sciencias eram prohibidas, como era prohibida a entrada de livros que pudessem instruir os talentos e os genios brasileiros.

Em todos os nascidos no Brasil havia ardente desejo de liberdade, porque a Europa olhava para o Americano como de superior para inferior.

O odio ás metropoles era geral na America, e por isso, as colonias, conspirando contra as vexações européas, se fôram emancipando em repúblicas.

O Chile viveu em tentativas para emancipar-se, o Mexico conseguiu emancipar-se, e bem assim Buenos Aires e a Columbia.

O Mexico sonhou com a realza, mas teve que pagar esse atrevimento com o sangue de Agostinho Iturbide; o mesmo se deu no Haiti.

No Brasil, continúa Mello Moraes, obra citada, a physionomia carregada e sombria da sociedade colonial expandiu-se com a transferencia da côrte portugueza de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 8 de Março de 1808, e a realza para se firmar em um terreno virgem teve a cautela de crear na colonia brasileira uma extensa aristocracia sem merito, embebedando-lhe os vicios da velha monarchia portugueza; e essa distincção li-senjeou tanto a vaidade dos Brasileiros, que se todos pudessem ser duques, marquezes, condes e barões, não haveria na sociedade brasileira um só plebeu.

A transferencia da côrte portugueza para o Rio de Janeiro foi excessivamente vexatoria para o povo fluminense, porque se praticaram tantos abusos e violencias, que parece incrível referir-se ao acontecido.

Portugal na Europa tinha pouca importancia como potencia politica, e não figurava no congresso de Vienna sinão como estado de segunda ordem, e por isso não assistiam os seus plenipotenciarios ás discussões do congresso.

Convem que se diga que no Brasil eram desastrosos os effeitos dos costumes e das tradições do absolutismo luzitano.

Esses costumes, como nos pintam os historiadores, não legitimam de modo algum os principios fundamentaes da organização social e politica de um povo.

E' principio corrente em assumpto de leis de ordem social que a liberdade privada se torna completa quando os costumes privados estão na altura de todas as condições da liberdade pessoal, civil e religiosa.

A monarchia absoluta portugueza daquella época nos mostra o maior desprêso pelos bons costumes, e retrata no colorido de sua téla o mais perigoso estado de uma civilização decadente.

Era, portanto, quasi impossivel pensar-se na liberdade politica daquella extincta monarchia, porque o governo estava corrompido, e nestas condições não é possivel a realização da liberdade politica.

Doutrinam os publicistas que as monarchias temperadas, e não as absolutas, devem a sua glória e a sua duração á sabedoria das leis que estabelecem, á sua moderação no exercicio dos poderes, á sua solicitude em pról do bem estar material e moral do povo, algumas vezes tambem a instituições que attri-

buem aos cidadãos, em certos limites, uma parte no exercício dos direitos de soberania.

Os cortezaões do principe soberano persuadem-no que *sua vontade é a regra suprema da justiça*.

Os cortezaões do povo usam exactamente da mesma linguagem.

D. João VI não ligou o seu nome ás maiores glorias de Portugal e nem tampouco do Brasil. Representante do governo absoluto das côrtes portuguezas, com a acquiescencia do povo, zeloso das prerogativas da sua corôa, e senhor de Portugal e do Brasil, precisou sempre de um cortejo de aulicos e cortezaões para solidificar a sua realleza.

Portugal foi o paiz classico do absolutismo, e para prova disso vejamos o que dizem os historiadores a respeito:

D. João V, filho de d. Affonso VI, occupou o throno de Portugal a 20 de Dezembro de 1706, com a tenra idade de 19 annos. Era um rei absoluto, na extensão da palavra. Jamais convocou as côrtes, ludibriava a soberania nacional, e se pôde affirmar que foi, em Portugal, o rei que inaugurou o systema absoluto. Relatam os historiadores que, todas as dissipações fôram practicadas no reinado de d. João V.

Mello Moraes doutrina que foi no reinado de d. João V que se fez a offerta a Benedicto XIV, pelo título vaidoso e fanatico de rei fidelissimo, cuja bulla foi passada em 23 de Dezembro de 1748, e por uma patriarchal em Lisboa, em dinheiro de ouro, 115.509.132 cruzados; em ouro de lei em barra, 6.417 arrobas; em prata de lei, 324 arrobas, em cobre para liga 15.679 arrobas, em diamantes, 2.308 quilates. Estes valores, na nossa moeda, sommam, 277.530:000\$000.

Todo esse ouro, diz Mello Moraes, *A Independencia e o Imperio do Brasil*, o prodigo d. João V mandou para Roma e saiu das minas do Brasil, e para justificar o que digo basta lembrar que, durante um seculo, fôram para Portugal só de quatro provincias do Brasil, em ouro em barra, 63.417 arrobas; e de 1751 a 1769 fôram, em moedas cunhadas no Brasil, 29.265:352\$692, sem mencionar 325 oitavas de diamantes...

Para mostrar que d. João VI pouco fez em beneficio do Brasil, é bastante dizermos que Max Fleiuss, *Os Centenarios do Brasil*, V, escreve:

Pretendem alguns que o papel de d. João VI, em negocios de beneficio ao Brasil, foi *mais obra de seus ministros*, e entre estes o conde da Barca (Antonio de Araujo de Azevedo),

Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal e o marquez de Aguiar, do que dos cuidados e sollicitudes do rei.

D. João VI, que sempre revelou pelo Brasil um grande zêlo, pois que precisava augmentar a *sua riqueza propria*, em data de 12 de Agosto de 1816, creou no Brasil a eschola real de sciencias, artes e officios. Damos a integra do referido decreto, para o conhecimento dos leitores: "Attendendo ao bem commum que provem aos meus fieis vassallos de se estabelecer no Brasil uma eschola real das sciencias, artes e officios, em que se promovia e diffunda a instrucção e conhecimentos indispensaveis aos homens destinados, não só aos empregos publicos da administração do Estado, mas tambem ao progresso da agricultura, mineralogia, industria e commercio, de que resultam a subsistencia, commodidades e civilização dos povos, maiormente neste continente, cuja extensão, não tendo ainda o devido e correspondente numero de braços indispensaveis ao caminhar e aproveitamento do terreno, precisa dos grandes soccorros da statica para aproveitar os productos, cujo valor e preciosidade podem vir a formar do Brasil o mais rico e opulento dos reinos conhecidos: fazendo-se, portanto, necessario aos habitantes os exercicios mechanicos cuja practica, perfeição e utilidade dependem dos conhecimentos theoreticos daquellas artes; e diffusivas luzes das sciencias naturaes, physicas e exactas: e querendo para tão uteis fins aproveitar desde já a capacidade, habilidade e sciencia de alguns estrangeiros que tem buscado a minha real e graciosa protecção para serem empregados no ensino e instrucção publica daquellas artes: Hei por bem, e mesmo emquanto as aulas daquelles conhecimentos, artes e officios não formam a parte integrante da dita eschola real das sciencias, artes e officios, que houver de mandar estabelecer, se pague annualmente por quartéis a cada uma das pessoas declaradas na relação inserta neste Meu Real Decreto, assignado pelo meu ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, a somma de 8:003\$000, em que importam as pensões de que por effeito da Minha Real munificencia e paternal zelo pelo bem publico do Reino lhes faço mercê para a sua subsistencia, pagos pelo Real Erario, cumprindo desde logo cada um dos ditos pensionistas com as obrigações, encargos e estipulações que devem fazer base do contracto, que ao menos pelo tempo de seis annos hão de assignar, obrigando-se a quanto for tendente ao fim da proposta instrucção nacional das Bellas artes applicadas á industria, melhoramento e progresso das outras artes, e officios nacionais. O Marquez de Aguiar, Paço do Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1816."

D. João VI refere-se, neste decreto, á falta de braços, aos exercicios mechanicos, a conhecimentos theoreticos, e parece irrisorio, pois que no Brasil, nesse tempo, só cuidavam de introducção de escravos da costa d'Africa, não se cogitava de immigração estrangeira, e mui poucos ilhéos portuguezes aportavam ao Brasil com o fito de dedicar-se á agricultura.

Ninguem conhece os resultados dessas luminosas providencias do rei, em materia de colonização, de artes mechanicas e dos fallados conhecimentos theoreticos. A história não nos dá conta dêsse progresso em 1816.



CAPITULO X

D. Pedro I

Nasceu d. Pedro I a 12 de Outubro de 1798.

Foi-lhe dada para dama dona Maria das Dôres de Mello, filha do marquez de Sabugosa, que era muito joven e não veio para o Brasil.

D. Maria I, senhora virtuosa e apta para a direcção do principe, encarregou-se da sua educação até a vinda da côrte para o Brasil.

Maria Genoveva consagrava verdadeira amizade a d. Pedro e delle tudo conseguia.

Narram as chronicas o seguinte: que, na occasião da morte de d. Maria, o principe a abraçou chorando e ella disse: que sentia morrer por causa delle, porque, embora os seus conselhos lhe não servissem para a política, as advertencias de uma mãe, como ella se considerava, lhe poderiam servir para a vida domestica.

Pediu-lhe que fôsse bom filho, e que nunca conspirasse contra seu pae e sua mãe; e que estimasse as suas ermãs; que fôsse bom marido e bom pae; e que elle, sendo uma creança, começava apenas a sua vida, e ia governar povos, que Deus lhe confiava, e se lembrasse que aquelles que a Providência destinava para mandar os outros tinham obrigações restrictas de os proteger.

Outra assafata de d. Pedro foi d. Francisca de Castello Branco, senhora feia e por isso valida da princeza dona Maria Leopoldina.

O imperador elevou-a a viscondessa de Itaguahí e depois marquezia.

Falleceu tres annos depois da abdicação de d. Pedro e, abandonada, falleceu na pobreza, sendo sepultada por esmola.

A história relata factos curiosos acêrca da vida e costumes de d. Pedro.

O conde da Barca declarou que d. João VI não cuidava seriamente da educação dos filhos. Teve cuidado com d. Pedro até a idade de 10 annos, sendo certo que o seu preceptor, frei Antonio de Arrabida, não o obrigava a estudar.

Dizem os chronistas que d. Pedro levava a vida nas cocheiras e cavallariças, tractando os cavallo, ferrando-os, sangrando-os quando doentes; que era commum ve-lo com os picadores, em completa intimidade com os lacaios.

Nesse estado viveu sempre, depois de casado, e é para notar-se que sua esposa o acompanhava.

Neste meio baixo, dizem os historiadores, d. Pedro adquiriu maus costumes, era grosseiro.

D. Pedro tinha boa alma, não era vingativo, bom amigo, conciliador, inimigo de desavenças, não tomando o partido de ninguém.

Mello Moraes, *Chronica Geral*, diz que d. Pedro tinha phisionomia insinuante, tractava a todos com familiaridade, rindo, dizendo chalaças, contando aneddotas, porém ás vezes se irritava e proferia expressões grosseiras.

Ninguém sabia quando elle estava de bom ou mau humor.

O marquez de Jacarépaguá, seu grande amigo, uma vez lhe disse:

Vossa magestade é o melhor homem do mundo, quando se não lembra quem fôram os seus antepassados; mas torna-se insupportavel si se lembra que é filho de d. João VI, porque então apresenta toda a soberba da sua familia.

D. Pedro facilmente se ria e zangava-se; e logo depois dava satisfações, abraçando as pessoas e pedindo desculpas.

Relata-nos a história que a 26 de Fevereiro de 1821, no Rio de Janeiro, é que teve idéa de governar, e trahi u o seu pae.

D. Pedro, dotado de qualidades regulares, como nos diz a história da fundação do Imperio, era vazio de conhecimentos scientificos, e o seu preceptor frei Arrabida não o obrigava a estudar.

Passou o tempo da infancia em torneios grosseiros e improprios de um principe, na mais completa intimidade com os famulos e os homens da plebe, adquiriu por isso maus costumes, era dado a alguns vicios de desregramento, e não conseguiu a fama e a aureola brilhante do seu filho Pedro II, do-

tado de uma vida exemplar, bem como de uma educação moral e scientifica aprimorada.

Sagrou-se d. Pedro I, e foi coroado imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil a 1 de Dezembro de 1822, tendo sido nessa data creada a ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, para recompensar os benemeritos da independencia.

Governou d. Pedro o Brasil, e, si nada poudé conseguir para este povo, sinão a sua independencia política, foi por ter sido educado na eschola da ostentação e do luxo, por ter cuidado mais de si do que do interesse geral da nação.

D. Pedro formou para o seu imperio uma côrte aristocratica, nada fez para o povo, descuidou-se da agricultura, do commercio, da indústriá, das sciencias e das artes. Não corrigiu os maus costumes, a corrupção geral.

A história diz que d. Pedro concebia excellentes planos, mas era versatil, superficial, tudo ansaiava e nada fazia, porque não era perseverante.



CAPITULO XI

As monções

As monções denotam o poder de resistencia, de empreendimento, de arrôjo da raça paulista, nos primordios da civilização nacional.

Não pensavam os homens que se embrenhavam nas matas, em outra cousa além do que sonhavam: si era o ouro ou qualquer outra riqueza que para longe os impellia.

E' por isso que o estylo grandiloquo do celebrado escriptor patric Affonso d'Escragnolle Taunay, na sua *Glória das Monções*, diz:

"Fôram os filhos da colonia, os de São Paulo, incomparavelmente mais que os outros, a quem coube tornar enorme este Brasil que as bullas e tractados haviam condemnado a ser mesquinho, apertado entre o Atlantico e o meridiano pouco generoso de Tordesilhas.

Haveria de valer a este Brasil mutilado a arrancada paulista, trazendo-lhe milhões de kilometros quadrados, tomados ao espanhol, através da selva ignota e mysteriosa, cheia de espanto e terror.

No conjuncto das vias de penetração do Brasil selvagem e desconhecido, nenhuma tem a significação historica que sugger de longe se approxime da que empresta ao Tietê tão notavel realce.

Está o nome do grande rio de São Paulo indestructivelmente ligado á história da construcção territorial do Brasil.

Inçado o seu curso de difficuldades e perigos de todos os momentos, como que a Providência propositadamente lhe tornára aspero e penoso o vencimento da navegação dilatada para manter exercitadas as qualidades de resistencia e de capacidade aos soffrimentos dos seus navegadores rudes."

As monções eram escolas de valentia, de bravura e commettimentos arrojados dos Paulistas e são descriptas por notaveis historiadores, taes como: O visconde de Taunay, dr. Cesario Motta, Hercules Florence, Manuel Euphrasio, Machado de Assis, conde de Azambuja e outros.

Hercules Florence descreve a partida da monção:

“Apparecia o vigário paramentado com as suas vestes sacerdotaes, afim de abençoar a viagem, como é costume, e rodeado de grande número de pessoas.

Os parentes e amigos se abraçavam, despediam-se uns dos outros.”

O conde de Azambuja tambem descreve a partida da monção, como se depreheende da *Revista do Instituto Historico do Brasil* de 1846, pags. 473-475.

As *noticias das Minas do Cuiabá e Goiaz*, §§ 16 e 17, trazem as descripções das luctas dêsses sertanejos, e encontramos o nome paulista aureolado, pois que se faz referencia ao chefe de uma expedição de nome Antonio de Almeida Lara, brigadeiro e paulista.

São portanto, incontestavelmente, os Paulistas, como dizem os historiadores, que figuram pelas suas façanhas nos annaes da camara de Cuiabá.

Foi uma cabocla de Jacarehi, que combatia ao lado do seu marido, por entre uma chuva de flexas dos selvagens, carregando as espingardas e passando-as aos combatentes, que derrotou os Indios Paiaguás e Guaicurús.

CAPITULO XII

Bandeiras paulistas, descobrimentos de ouro

Azevedo Marques, *Chronologia dos Acontecimentos*, diz que em Agosto de 1602 partiu de São Paulo uma numerosa bandeira.

Citando o inventario de Ascensô Ribeiro, um dos membros da expedição, declara que esta foi commandada pelo capitão Nicolau Barreto e que tomou a direcção de Mogy das Cruzes com o fim de descobrir ouro.

Pedro Taques de Almeida Paes Leme, em manuscripto na Bibliotheca Nacional, refere que o governador d. Francisco de Sousa fez entrar para o sertão, para a procura de prata, a tropa de André de Leão.

Rezam as chronicas que os resultados dêsses primeiros bandeirantes fôram todos negativos, pois que fôram annuciados e registados, tendo sido sepultadas as informações nos archivos da época.

Orville Derby, na *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, tractando dos primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes, diz:

Nas escassas referencias e tradições relativas ás primeiras explorações, ou *entradas* effectuadas durante quasi seculo e meio no vasto sertão que hoje constitue o Estado de Minas Geraes, das quaes se tem conservado noticia, vem quasi sempre uma sôbre descobrimento de metaes e pedras preciosas.

Em parte imaginarios, em parte verdadeiros, estes descobrimentos não lograram o effeito de chamar para o territorio em questão nenhum morador permanente, até que, nos ultimos annos do seculo XVII, descobriram-se as ricas jazidas

de ouro dos correjos da vizinhança da actual cidade de Ouro Preto.

Capistrano de Abreu, *Ephemerides Mineiras*, volume I, pag. 372, diz que a primeira *entrada* de que se tem conservado noticia foi organizada em 1552 ou 1553, pelo governador Thomé de Sousa, e commandada por Francisco Bruza de Spinosa.

E' mesmo de presumir que esta *entrada* fôsse a primeira de todas, a não ser que penetrasse, como é muito provavel, no territorio mineiro a mal conhecida expedição mandada do Rio de Janeiro por Martim Affonso em 1531.

Não é nosso intuito tratarmos profundamente da materia que se relaciona com o descobrimento do ouro no Brasil, mas sim apenas mostramos com positivos dados que os Paulistas fôram sempre os homens mais fortes e emprehendedores, avidos do seu prestigio, das suas idéas de fôrça, de liberdade patria, e que jamais se conservavam em estado de indolencia, o que serfa mui natural em clima tão propicio, como é o do paiz.

Elles sacudiam o jugo da inercia e da indolencia com as empresas arrojadas, desbravavam os sertões, distanciavam-se dos povoados, deixavam as suas familias, e propriedades, para a conquista do ouro, da riqueza que tinham em vista para consolidar a sua fôrça, e assim, tambem, a autonomia da região e do solo patrio. Isto tudo era o preparo para a independencia nacional, eram as fôrças que se congregavam em tôrno das *bandeiras*, das *entradas*, como poderiam tambem se congregar para a lucta sangrenta nos campos de batalha, em prol da liberdade da patria.

Fôram os Paulistas sempre fortes em sustentar os bons principios, em desposar as causas de patriotismo, e o seu nome fulgura na história, com geral applauso e admiração.

Fôra Antonio Rodrigues Arzão, paulista, taubateano (Taubaté), homem eminentemente intrepido, o primeiro descobridor do ouro no Brasil, quando, em 1693, devassava pela primeira vez os sertões de Caheté.

Façamos a descripção dos factos historicos como nos relata o dr. Francisco de Paula Toledo, membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, em sua *História do Municipio de Taubaté*, tractando dos descobrimentos de ouro pelos Taubateanos.

Antonio Rodrigues Arzão era então o sertanista de uma bandeira que se compunha de cincoenta homens, e procurava na guerra contra os Indios reduzi-los á escravidão.

Feliz com o seu descobrimento, dirigiu-se á capitania do Espirito Sancto, e apresentou ao capitão-mór regente da villa tres oitavas de ouro.

A camara recebeu Arzão e seus intrepidos companheiros com affago, e lhes subministrou, não só os viveres de que careciam, como tambem vestuarios de que se achavam quasi desprovidos, executando assim, com fidelidade, as ordens régias que tinha.

Do precioso metal, diz o dr. Paula Toledo, fundiram-se duas medalhas: uma coube a Arzão e outra tomou-a para si o capitão-mór.

Arzão buscou em vão ajunctar na villa do Espirito Sancto a gente que lhe era necessaria para de nôvo penetrar nos sertões. Passou-se, pois, ao Rio de Janeiro e dahi para São Paulo, sua terra natal.

Estava cansado das fadigas por que passara, e seu corpo dobrou-se aos soffrimentos.

Ainda assim poudes escrever o roteiro de seus descobrimentos.

Sentindo em 1696 approximar-se a morte, chamou seu cunhado Bartholomeu Bueno, confiou-lhe o seu manuscrito, e pediu-lhe muito que proseguisse em suas pesquisas.

Arzão Filho. Antonio Rodrigues Arzão, descendente do primeiro, e como elle taubateano, afoito e destemido, foi um dos descobridores das minas do Serro Frio, conhecido então por Hivituruhi. Fazia parte da bandeira dirigida por Antonio Soares, natural de São Paulo.

Bartholomeu Bueno, continúa o dr. Paula Toledo, *História do Municipio de Taubaté*, natural da villa de Taubaté, donde saíam as bandeiras para o sertão, achava-se em 1696 assás arruinado em sua fortuna, por have-la arriscado e perdido em jogos, quando o seu cunhado Antonio Rodrigues Arzão, o descobridor do ouro no Brasil, o chamou para juncto do seu leito, de onde a morte o ia pouco a pouco despeinhando no sepulchro, e lhe fez presente de um manuscrito precioso.

Era o roteiro dos seus descobrimentos.

O velho sertanista expirou nos braços de seu parente e amigo, que lhe cerrou os olhos embaciados pelo sopro da morte.

Homem dotado de ânimo, e de resolução energica, Bartholomeu Bueno leu o manuscrito de seu velho amigo, e para logo se sentiu elevado de novo pela propria fortuna que o havia abatido.

Convocou os seus amigos, e com elles levantou uma bandeira, com a qual se internaram pelos sertões, saindo de Taubaté no anno de 1697.

Guiava-se pelo roteiro, que consultava todos os dias, e rompendo os matos geraes e bravios, servia-lhe de norte o pico das serras elevadas, até que depois de grandes e enfadonhas marchas saíram sôbre a Itaberaba, a Pedra Brilhante, e distante do sitio onde depois se ergueu Villa Rica, pouco mais de oito legoas.

Ahi semeou meio alqueire de milho, e passando a gente para o sertão do Rio das Velhas, muito mais abundante de caça, esperou que amadurecesse a pequena sementeira para poder continuar em seus descobrimentos.

Já no anno de 1696 estavam elles de volta na Itaberaba, em busca dos fructos da sua lavoura, onde por acaso se encontraram com outra bandeira dirigida pelo coronel Salvador Fernandes Furtado e o capitão-mór Manuel Garcia Velho, que não só corriam as mattas em procura de Indios, como ajudados delles se davam ao trabalho rude, e ainda imperfeito da mineração, sem os instrumentos necessarios, e apenas servindo-se de paus aguçados para cavar a terra.

A história, diz o dr. Toledo, é muda a respeito das riquezas encontradas por Bartholomeu Bueno; sabe-se, porém, que um de seus companheiros, Miguel de Almeida, negociara com o celebre Manuel Garcia Velho, pagando-lhe em ouro que este cedera depois tão generosamente a Carlos Pedroso da Silveira; mas as datas não combinam. Carlos Pedroso da Silveira apresentou no Rio de Janeiro, em 1695, o ouro que lhe dera Manuel Garcia Velho, e fôra por este obtido de Miguel de Almeida em 1697.

Bartholomeu Bueno ainda é hoje aponctado como o descobridor de Itaberaba.

Carlos Pedroso da Silveira. O capitão-mór Manuel Garcia Velho acabava de chegar de seus descobrimentos á villa de Taubaté, sua patria. O chefe de bandeira viu-se para logo rodeado de curiosos, e teve de narrar suas aventuras. Carlos Pedroso da Silveira enthusiasinou-se com a pintura que lhe fazia o seu comprovinciano dos sertões que atravessara, e ainda mais com as amostras de ouro que lhe apresentara o sertanista.

Homem de recursos, dotado do dom de persuadir facilmente, e sabendo tirar partido de suas insinuações, Carlos Pedroso da Silveira acabou por convencer o capitão-mór Manuel Garcia Velho que aquelle ouro lhe devia pertencer e houve a si as doze oitavas que possuia o capitão-mór.

Immediatamente transpoz a serra, e achou-se dentro em breve na cidade do Rio de Janeiro, onde foi muito bem recebido do governador Antonio Paes de Sande.

Corria então o anno de 1695, e Carlos Pedroso da Silveira apresentou-se como trabalhador incessante que busca promover o interesse do real serviço, e offereceu como testemunho de suas palavras as doze oitavas de ouro.

Antonio Paes de Sande foi surpreendido pela morte; coube a Sebastião de Castro Caldas, que o succedeu no governo, a glória de ser o primeiro a remetter para a côrte as primeiras amostras de ouro, pela qual a metropole tão ambiciosa se mostrava recommendando e incitando as pesquisas necessarias para o seu descobrimento.

Carlos Pedroso da Silveira recolheu-se depois a sua patria premiado com a patente de capitão-mór da sua villa natal.

Nôvo Americo Vespuccio, logrou da glória de Christovão Colombo. Nem mesmo as recompensas deveriam recair no capitão-mór Manuel Garcia Velho. Essa glória pertence a Antonio Rodrigues Arzão, que o precedeu nesse descobrimento.

Antonio Dias, natural de Taubaté, foi um dos descobridores das minas de Ouro Preto nas serras e vizinhanças do mesmo nome, pelos annos de 1699, 1700 e 1701, que para logo se tornou então populoso arraial.

O general Albuquerque elevou em 8 de junho de 1711 a villa, com a denominação de Rica, pela abundancia do ouro, a hoje cidade de Ouro Preto, assim chamada por ser esse metal ligado com prata que lhe dava uma côr escura.

Os Aimorés, que estavam de posse do terreno, defenderam-no animosamente, e os Paulistas tiveram ainda mais de se guerrear com os emboabas que affluíam; retiraram-se a São João d'El-Rei a esperar reforços, onde fôram atacados, e o rio recebeu o nome de rio das Mortes.

O facto, relatado pelo dr. Francisco de Paula Toledo, acerca de Arzão, tem a sua consagração historica na narração feita pelo insigne Orville Derby, conforme se vê dos documentos constantes da *Revista do Instituto Historico de São Paulo*.

Quando o dr. Toledo escreveu a *História do Municipio de Taubaté*, ainda Orville Derby não havia feito a sua narração sôbre identico assumpto. O trabalho do primeiro é de 1877 e do segundo é de 1901.

Ouçamos Orville Derby: "Em 1693, conforme uma tradição apanhada a cerca de meio seculo depois, uma destas expedições atrás dos Indios do sertão do rio Doce saiu na Capitania do Espirito Sancto, onde o seu chefe, Antonio Rodrigues Arzão, apresentou ao capitão-mór e á Camara tres oitavas de ouro, das quaes foram feitas duas medalhas, ficando uma com o descobridor e a outra com as auctoridades locais.

A tradição do descobrimento de ouro por Arzão, que parece ter sido corrente tanto em Minas como em São Paulo, teve entrada na história escripta por intermedio do poeta Claudio Manuel da Costa, que a dá na introdução intitulada *Fundamento Historico* do seu poema *Villa Rica*, que parece ter sido acabado no anno de 1773.

Conforme a declaração do auctor, as suas informações relativas aos primeiros descobrimentos eram em grande parte devidas ao coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça, fallecido poucos annos antes, mas confirmadas por correspondencia com o historiador paulista Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Esta ultima circumstancia da troca de informações entre Claudio Manuel e Pedro Taques explica a concordancia relativamente perfeita entre os escriptos dos dous historiadores.

Recentemente appareceram nas paginas da *Revista do Archivo Publico Mineiro* (vol. II, pag. 126, e vol. IV, pagina 83) dous escriptos ineditos, que tambem estão em quasi completo accôrdo com os dous acima citados.

O primeiro, sem data nem nome do auctor, tem sido attribuido ao engenheiro José Joaquim da Rocha, com a data approximada de 1778, mas, pela identidade da linguagem em muitos paragraphos, como o *Fundamento Historico*, de Claudio Manoel e pela discordancia no modo de contar as longitudes com o mappa de 1778 (publicado sem data ou nome do auctor na *Revista do Instituto Historico* em 1852), que é indubitavelmente de José Joaquim da Rocha, conforme se vê pelo original assignado no Archivo Militar do Rio de Janeiro, é, antes, de presumir que este seja tambem de Claudio Manuel.

O estylo da memória attribuida ao coronel Bento Fernandes accusa antes um litterato do que um sertanejo, e, tendo em vista as relações conhecidas entre o velho mineiro e o poeta, é de suspeitar que a redacção deste documento fôsse tambem de Claudio Manuel.

A história dos descobrimentos de ouro pelos bravos e des-

temidos Paulistas continûa dando a primasia aos Taubateanos, conforme vamos descrever:

Pedro Taques, na *Revista do Instituto Historico*, cita a Carta Régia, concebida nestes termos: Governador da Capitania do Rio de Janeiro. Amigo, Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Viu-se a carta que escreveu Sebastião de Castro Caldas, a cujo cargo estava este governo, a 16 de junho deste anno; em que me deu conta de umas novas minas, que se haviam descoberto no sertão da villa de Taubaté e de que haviam trazido cinco oitavas de amostras, que remetteu, com a noticia de que ainda se haviam descoberto mais ribeiros, como lhe haviam representado em suas petições os descobridores Carlos Pedroso da Silveira, (conforme Pedro Taques, Carlos Pedroso da Silveira tinha sido ouvidor por parte do donatário e foi nomeado provedor de uma casa de fundição estabelecida em Parati e depois removida para Taubaté) e Bartholomeu Bueno de Siqueira, a quem proveu nos officios dellas, por ficar duzentas legoas das de Paranaguá, e não poderem os officiaes dellas acudir as novas minas chamadas de Cata-guazes. Datada esta carta de 16 de dezembro de 1695.



CAPITULO XIII

A guerra dos emboabas

Ainda são uma brilhante pagina da história paulista os episodios desta celebre guerra, travada entre os Paulistas e os emboabas, como passamos a relatar.

Prendem-se intimamente á história da independencia patria os feitos gloriosos dos Paulistas, pois este povo em 1822 era a raça vigorosa do imperio, que tanto contribuiu para o estabelecimento do regime de liberdade no nosso paiz.

O respeito que este povo mereceu em todas as phases da formação da nossa nacionalidade, a sua pujança, o seu character moral e de independencia, conquistaram a benemerencia geral.

O respeito é como um raio do céu que deposita uma aureola em todas as cousas, fazendo como que descobrir algum elemento divino; o respeito é uma religião universal da qual nós somos ao mesmo tempo os ministros e os deuses: elle se estende ás pessoas e ás cousas, aos individuos e aos povos.

Nós podemos respeitar uma idéa, uma opinião, uma regra: nós respeitamos um homem, muitos homens, uma familia, um paiz inteiro.

Vejamos como os Paulistas tornaram-se respeitados pelos seus feitos valorosos:

No principio do seculo XVIII travou-se em Minas a afamada guerra entre Paulistas e forasteiros, conhecida com o nome de guerra dos emboabas, capitaneados estes pelo Portuguez Manuel Nunes Vianna.

Depois de muitos desastres e perdas das forças paulistas, estes appellaram para os brios e tradições gloriosas dos Tati-

bateanos, por causa do massacre e grandes atrocidades praticadas pelos forasteiros no capão da Trahição.

Em o anno de 1708 fez-se em Taubaté a última reunião entre Paulistas e Taubateanos, e, ahi, depois de jurarem defender a causa que os congregava, partiram para Minas, tendo á frente o neto de Amador Bueno da Ribeira, que se subtrahiu á aclamação de rei quando a corôa de Portugal foi transferida a d. João IV.

Este periodo historico é succintamente descripto pelo brigadeiro Machado de Oliveira em sua *Geographia da Provincia de São Paulo*.

Na obra, porém, do padre Belchior de Pontes vem a descripção da viagem, derrota, acampamentos e combates dos confederados contra os emboabas; sua descripção é feita algumas vezes com tanta inverosimilhança, que apenas mais adeante transcrevemos integralmente alguns topicos dessa descripção.

Entretanto é facto historico e veridico — a intervenção dos Taubateanos nessa guerra, e dêsse tempo em diante foi que se congrassaram os ânimos de Taubateanos e Paulistas; estabeleceu-se amizade entre os mesmos, exquecendo-se assim os antigos odios e rivalidades.

Ouçamos o historiador Fonseca a respeito desta famosa guerra, denominada, na história patria, sob o nome “guerra dos emboabas”.

Sendo de ordinario as guerras civis o açoute, com que Deus castiga os povos, não será muito de extranhar que aos peccados dos moradores das minas se attribuiam as guerras que entre si tiveram, tão celebres e decantadas, com o appellido do levante dos emboabas contra os Paulistas.

Havia dez annos. que se tinham descoberto aquelles thesouros da natureza, e com a fama do ouro tinha concorrido tanto povo, não só de São Paulo como de todo o Brasil, mas, passando além do mar a noticia de tão precioso metal, se abalaram tambem os Europeus com tal empenho, que nestes breves annos se achavam já naquelles até então incultos sertões, só habitados por feras e gentios, grandes povoações de Portuguezes.

Não havia entre elles lei que os obrigasse a viver sujeitos, e só com uma branda escravidão se sujeitavam todos aos seus vícios.

Reinava entre tanta abundancia de ouro a luxuria e estava estabelecida como lei inviolavel a pena de morte a todo aquelle que, sem attenção ao máu estado do seu proximo, se atrevesse a violar o thalamo da concubina, bastando para a

execução de tão iniqua lei pequenos indícios; e quando o offendido se presava de pio, chegava a condemnar a açoutes o transgressor, como si fôra escravo, tendo a fortuna de escapar alguns por justos respeitos.

Accompanhavam a este monstro os continuos roubos, o homicidio, as injustiças, e finalmente tudo aquillo que costumava haver naquelles logares onde ha falta de homens virtuosos, que com o seu exemplo excitam os mais a viverem como christãos, e temor das justiças, que como castigo determinado pelas leis obriguem, sinão a obrar bem, ao menos a fugir do mal.

Não faltavam contudo alguns poderosos que, usurpando a jurisdicção, que não havia naquelles logares, se intromettiam a fazer justiça, prendendo em um circulo, que com um bastão faziam ao redor do delinquente, impondo-lhe logo a pena de morte, si sãisse delle sem satisfazer á parte que o accusava.

A mesma pena se impunha muitas vezes aos devedores, para que pagassem: e si acaso entre o juiz e o réo havia contas, exquecia-se o juiz de diminuir, querendo receber por em cheio o que lhe pertencia, reservando para occasião de melhor commodo a satisfacção do que lhe pediam de desconto; e o peor era que dêsses juizes não havia appellação, ainda que havia tanto aggravo.

Eram os cúmplices mais frequentes dêstes delictos os Paulistas, porque como viviam abastecidos de Indios que tinham trazido do sertão, e de grande número de escravos que com ouro tinham comprado, se fizeram notavelmente poderosos, chegando alguns a tanta soberania, que fallando com os forasteiros, os tractavam por vós, como si fôsem escravos, e por isso eram delles maiores as queixas ainda que em grande parte nasciam dos *mamelucos*, que tinham em casa sem que talvez chegasse a noticia dos seus desmandos.

Dava occasião a estes insultos o ordinario modo de viver daquelles tempos, porque como o intento de muitos, principalmente Europeus, era adquirir naquelles logares o que haviam de gastar nos povoados, entravam como Jacob peregrinos encostados a um bordão, o qual, ainda que lhes servisse para o allivio do corpo, de nada servia para reputação da pessoa, a qual só pendia em tempos tão mal ordenados do estrondo das armas e multidão dos pagens.

Divertiram neste descuido algumas pessoas, entre ellas um religioso Trino, cujo solar era a illustrissima casa de Aguas Bellas, e, condoidos dos muitos aggravos, com que viam ultrajados muitos homens de bem, começaram a persuadir os su-

jeitos, que tomavam o officio de conduzir escravos que dalli por diante entrassem com elles armados; para que, indicando o lustroso das armas o esplendor da pessoa, se evitassem os desatinos, que sem remedio tanto se lamentavam.

Como esta doutrina se fundava na experiencia, pois se tinham por grandes, e de respeito, os que tinham quem os fizesse respeitados, começaram dalli por diante a andar armados, e a fazer-se poderosos adquirindo com os cabedaes o respeito, de que tanto necessitavam.

Neste miseravel estado se achavam aquellas povoações, vivendo todos misturados, mas desunidos; e querendo Deus castiga-los, permittiu que no arraial do Rio das Mortes matasse um Paulista a um forasteiro, que vivia de sua pobre agencia.

Como os animos estavam mal dispostos, e eram continuos os agravos que recebiam os forasteiros determinaram unidos vingar com o titulo do morto as proprias injurias; e ainda que com diligencia procuraram o matador, contudo elle ou estimulado da propria consciencia ou porque o reservara o céo para algum destino da Altissima Providencia, se ausentou com tal pressa, que o não puderam alcançar.

A este, ao parecer, pequeno accidente se ajunctou outro, com o qual se perturbavam as minas, porque estando no adro da egreja do arraial do Caheté Jeronymo Pedroso e Julio Cesar, naturaes de São Paulo, succedeu passar acaso um forasteiro com uma clavina, e, querendo elles tomar-lhe, o descompuzeram, brotando naquellas palavras, que subministra a cholera, falta de razão.

Bem sei que o auctor da America Portugueza, informado deste caso, escreveu que elles a queriam furtar; mas eu não me atrevo a pôr este labéo em sujeitos a quem o nascimento deu os mais altos brios.

Bem póde ser que na casa de alguns delles faltasse alguma clavina, que fôsse em tudo semelhante, e que o forasteiro a comprasse ao mesmo, que a furtou; mas de qualquer sorte que fôsse o caso, o certo é que, estando presente áquelle acto Manuel Nunes Vianna, forasteiro poderoso, e conhecendo a innocencia do injuriado, lhes extranhou o meio, e o modo, com que queriam haver a arma.

Como estavam alterados os animos, seguiram-se os desafios de parte a parte, ainda que então, por alguns pretextos, se tornaram a rejeitar pelos dous aggressores.

Mas, como ficou mal apagada aquella faísca, começaram os dous a ajunctar armas e a convidar os parentes, para que com desafio nôvo satisfizessem á cholera e ao desar, com que ao seu parecer tinham ficado.

Fez-se esta junctã com tão pouco segredo que chegou logo a noticia aos forasteiros, que habitavam aos arraiaes do Caeté, Sabarabucú e Rio das Velhas, os quaes, julgando a offensa de Manoel Nunes Vianna, a quem tinham por protector, como injúria commum, e suppondo que com a sua vida perigava a de todos, caminharã a soccorre-lo armados e dispostos para qualquer assalto; e bastando esta determinação, para que os contrarios mudassem de opinião, e mandassem dizer a Manuel Nunes Vianna que queriam viver em paz e boa correspondencia com os forasteiros; contudo, passados poucos dias, um nôvo accidente os tornou a perturbar, de sorte que nunca mais se uniram porque, matando um mameluco a um forasteiro que vivia com a agencia de uma taberna, acoutou na casa de Joseph Pardo, Paulista de respeito, e poderoso, o qual ainda que teve logar para dar fuga ao matador, não poude socegar a cholera dos que o buscavam enfurecidos, que não attendendo, nem ás razões com que os quiz persuadir que não estava em sua casa o matador, nem á lembrança da concordia pactuada naquelles dias, lhe tiraram a vida.

Por este máo successo se tornaram a unir os Paulistas ajunctando armas, escravos e parentes; e feita uma assembléa pelos fins do mez de Novembro de 1708, se espalhou uma voz, a qual affirmava que nesta se tinha determinado passar a ferro em o dia 15 de Janeiro do anno seguinte a todos os forasteiros que vissem em qualquer arraial pertencente ás minas.

Apenas correu esta voz quando os moradores do Caeté, Sabarabucú e Rio das Velhas, sem mais averiguação da verdade, fundados sómente nos desastres passados, se uniram entre si, e, buscando a Manuel Nunes Vianna, o elegeram por governador de todas as minas, enquanto sua majestade não mandava sujeito que exercesse aquelle cargo.

Acceitou elle o posto e não tardaram enviados das Minas Geraes, Ouro Preto e Rio das Mortes, os quaes, saudando-o com o mesmo appellido de governador, lhe pediram soccorro, porque naquellas partes se achava com muitas fôrças o partido dos Paulistas e não deixavam de executar as mesmas insolencias, com que até então tinham vivido.

Partiu para Minas Geraes o nôvo governador, e com a sua chegada poz em segurança aquelle partido: mas, tendo noticia que no Rio das Mortes eram continuos os insultos, por viverem naquelles arraiaes poderosos Paulistas, e que os forasteiros tinham chegado já quasi á ultima miseria, estando reduzidos a um pequeno reducto da Faxina, e terra, que para

sua defesa tinham fabricado, lhes enviou Bento do Amaral Coutinho, natural do Rio de Janeiro, com mais de mil homens valentes e bem armados.

Executou elle a ordem, e bastou chegar ao Rio das Mortes para que ficassem livres do perigo aquelles miseraveis.

Aquartelou-se no mesmo logar com gente que levava, e, tendo noticia que pelos logares vizinhos vagueavam alguns Paulistas com ânimo de vingança, fez diligencia para collhe-los ainda que sem effeito, porque elles a toda pressa se retiraram para São Paulo.

Sabendo, porém, que em distância de cinco legoas se achava um troço de Paulistas destemidos e bem armados, mandou contra elles um destacamento de muitos homens á obediencia do capitão Thomaz Ribeiro Cortez, o qual ainda que chegou a ve-los, contudo, receiando o choque por julgar o partido contrário com força superior ao seu, voltou a dar conta a Bento do Amaral.

Era este sujeito pouco soffrido, e cheio de cholera partiu logo a busca-los. Divertiam-se elles naquella occasião com o exercicio da caça em uma dilatada campina, que cercava um capão ou pequena matta, onde tinha os seus alojamentos, e suppondo que o cabo era o mesmo Amaral, e que elles conheciam por bravo e cruel, se retiraram á matta com ânimo de resistir á furia dos forasteiros, que os buscavam.

Tanto que estes os viram recolhidos, cercaram a matta, mas fôram recebidos com uma descarga das clavinas, que, empregando a sua violencia nos sitiadores, mataram logo um valente negro e muitas pessoas principaes deixaram feridas.

Como os forasteiros os não podiam offender e só pretendiam tirar-lhes as armas, e não as vidas, persistiram no cerco uma noite e um dia, despachando logo para o arraial os feridos para serem curados.

No dia seguinte mandaram os cercados um boletim com bandeira branca, pedindo bom quartel e promettendo entregar as armas.

Concedeu-lhes Bento do Amaral o que pediam, mas, faltando como perfido e cruel, tanto que os viu sem armas, deu ordens em altas vozes, para que os matassem; e sem mais conselhos, acompanhado dos escravos, e animos mais vis daquelle exército ainda que com pena e reprehensão das pessoas de maior supposição e qualidades, que nelles se achavam, fez tal estrago naquelles miseraveis, que, deixando o campo coberto de mortos e feridos, foi causa de que ainda hoje se conserva a memoria de tanta tyrannia, impondo áquelle logar o infame título de Capão da Traição.

Governava nesse tempo a praça do Rio de Janeiro dom Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro, o qual, tendo notícia dos disturbios de Minas, determinou ir em pessoa socgera-los, elegendo para sua guarda quatro companhias pagas.

Chegou ao rio das Mortes, onde se deteve algumas semanas, e como neste tempo se mostrasse inclinado ao partido dos Paulistas, tractando mal os forasteiros, deram logo aviso aos outros arraiaes, dizendo que o nôvo governador, carregado de correntes e algemas, vinha castiga-los, provando o seu pensamento com as companhias que para sua guarda tinha levado.

Alteraram-se tanto com estas vozes os forasteiros, que, unidos, buscaram a Manuel Nunes Vianna, para se opporem á entrada do seu legítimo governador.

Com esta determinação fôram espera-lo ao sítio das Congonhas, distante de Ouro Preto quatro leguas, e avistando a casa, onde estava, se lhe apresentaram em um alto em fórmula de batalha, pondo a infantaria no centro e a cavallaria nos lados.

Tanto que os viu d. Fernando, despachou um capitão de infantaria com algumas pessoas mais, para que soubessem de Manuel Nunes Vianna, que capitaneava o exército, qual era o intento áquella acção.

Recebeu Manuel Nunes Vianna o enviado, e depois de ter com elle algumas conferências, foi, acompanhado de alguns homens do seu partido, fallar a d. Fernando; e extendendo-se a prática a uma larga hora, voltou para o posto que tinha deixado.

Desta conferência seguiu a dar volta ao Rio de Janeiro.

D. Fernando e Manuel Nunes, continuando com os seus governos, crearam os ministros e officiaes, que julgaram necessários para o exercicio das armas e justiçaes.

Mas julgando os homens de maior capacidade que aquelle govêrno não era seguro, nem podia durar muito, enviaram a frei Miguel Ribeiro, religioso de Nossa Senhora das Mercês, com cartas para Antonio de Albuquerque Coelho, que tinha chegado de Lisbôa com o govêrno do Rio de Janeiro, pedindo-lhe que os fôsse governar e pôr em paz.

Enquanto elle faz essa viagem, demos uma volta a São Paulo, para darmos notícia do que lá se obrava.

Escandalizados os Paulistas da mortandade que por ordem de Amaral se tinha feito no Capão da Trahição, se recolheram a São Paulo com ânimo de se despicarem: e convo-

cados os moradores, lhes propuzeram a desgraça succedida, as fazendas e reputação perdidas; e declarando-lhes juntamente com graves razões a attenção que tinham de se vingarem, lhes pediram adjutorio, animando-os a empresa com efficacia que costuma administrar a honra gravemente offendida.

Fôram ouvidos com attenção, e em breve tempo alistaram mil e trezentos homens, os quaes por commum consentimento elegeram para governar a todo o exército a Amador Bueno da Veiga, dando a outras pessoas de maior supposição os postos inferiores.

Fomentaram a empresa alguns theologos, dando por justo o título de guerra, e não faltou quem, exqucido da paz que deixou Christo em patrimonio á sua Igreja, do mesmo pul-pito os animou a jornada.

Não se obrava isto em São Paulo com tanto segredo, que não chegasse logo ao Rio de Janeiro a noticia dessa desordem, e querendo atalha-las Antonio de Albuquerque Coelho, que já tinha tomado posse do govêrno, despachou a toda pressa ao padre Simão de Oliveira, da Companhia de Jesus, para que com a auctoridade de religioso e patricio grave pacificasse os animos e desfizesse as tropas que já estivessem alistadas, armando-o para isso com umas cartas, que dizia serem de el-rei, nas quaes se prohibia aos Paulistas o sairem de São Paulo armados.

Quiz tambem com os raios da censura impedir o caminho e atallar os damnos que se temiam o grande prelado dom Francisco de São Jeronymo, mandando publicar um monitorio, pois não era bem que deixasse de concorrer a igreja para a desejada paz.

Mas como todas estas diligencias acharam os animos tão mal dispostos, só puderam esfriar o fervor de alguns, que, mais tementes a Deus, e reverentes ao rei, deixaram de seguir as bandeiras dos apaixonados, os quaes antes de emprehenderem a jornada, imitando os bons catholicos, quizeram implorar o favor divino, mandando cantar uma missa, á qual assistiu o nôvo governador e seus sequazes.

Partiram finalmente em direitura a Taubaté para se incorporarem com mais algumas tropas, que de outras partes esperavam, e caminharam com tanto vagar, que em quasi vinte dias só venceram o caminho, que em cinco commodamente se pôde andar.

Nesta villa se detiveram largo tempo, esperando que se unisse a gente que pouco a pouco ia correndo, e querendo Deus dar-lhes a conhecer o pouco que lhes agradava a jornada, permittiu que se abrisse no convento de São Fran-

cisco uma sepultura, na qual se achou um cadaver incorrupto, com postura de quem atira, porque tinha um joelho em terra, o braço esquerdo extendido, e o olho direito aberto.

Ao horror se seguiu logo a noticia, de que o sujeito fôra de tão má vida, que, perdendo o respeito a Deus, e aos ministros, com uma bala ferira o braço de um sacerdote, deixando primeiro ferida uma imagem de Christo, que elle tinha nas mãos.

Mas, como este successo não abrandasse animos tão bravos, de Taubaté caminharam para Guaratinguetá, gastando nas viagens mais de um mez.

Enquanto o exército marchava, não descansava, no Rio de Janeiro, Antonio de Albuquerque; antes, julgando que com a sua presença se applicariam os animos e desfariam as inimizades, caminha para as minas, encontrando no caminho a frei Miguel Ribeiro, que com as cartas dos moradores o procuravam, se alegrou muito, festejando como era em aquella offerta.

Chegou, finalmente, acompanhado de dous capitães, dous ajudantes e dous soldados ao Caeté, onde estavam as pessoas de maior supposição das minas, compondo umas discordias, que entre Manuel Nunes e os moradores do rio das Velhas se tinham originado.

E, sendo logo reconhecido por governador, retirou-se Manuel Nunes com beneplacito seu para suas fazendas do rio de São Francisco, continuando Antonio de Albuquerque, que com o seu govêrno creou ministros de justiça e officiaes de guerra, confirmando a maior parte dos que tinha creado o seu antecessor; e tanto que fez o que julgou necessario para a paz, e bom govêrno daquelles povos, caminhou para São Paulo, com ânimo de pacificar tambem os Paulistas.

Mas antes de chegar a Guaratinguetá, onde já havia cinco ou seis dias, que se detinha o exército, correu voz que, tendo o nôvo governador visitado as minas e deixado em paz os forasteiros, caminhava para São Paulo; e como necessariamente havia de encontrar com elles, determinaram recebe-lo cortezmente: e tanto que ouviram apuraram as leis da bôa policia.

Animado com tanta benevolencia, tractou da paz: mas elles a não admittiram, persuadindo-se de que aquelle tractado nascia do medo, que o seu exército tinha causado já nos animos dos emboabas.

Escandalizado Antonio de Albuquerque com a repulsa, lhes disse que fossem; mas que advertissem que eram poucos para o que intentavam.

Não falta quem diga, que elles o quizeram prender, e quê, tendo aviso secreto, deixaram de ir a São Paulo como intentavam, mas ou fosse esta notícia verdadeira, ou falsa, o certo é que elle por Parati se retirou para o Rio de Janeiro, de onde a toda pressa fez aviso pelo caminho nôvo aos moradores de Minas, que viviam em um total descuido do perigo que começava.

Marchou o exército para o rio das Mortes, que era o alvo para onde se dirigia a sua primitiva vingança, encontrando no caminho com alguns dos contrarios que desciam das Minas a Parati, com as suas fazendas, não só os deixaram ir livres, mas ainda houve tal, que sabendo que um seu escravo tinha roubado a um dêstes viandantes, o castigou asperamente, obrigando-o a restituir tudo o que lhe tinha tomado.

Depois de dezeseis dias de marcha, chegaram aos Pousos Altos, onde fizeram conselho de guerra; e, com o fim a que se restaurasse a reputação perdida, e as fazendas, que nas minas tinham deixado, assentaram não fazer damno a todo emboaba que livremente rendesse as armas, julgando que com uma tão humilde acção se satisfaziam cabalmente tantos agravos.

Chegaram, finalmente, ao rio das Mortes os forasteiros avisados por Albuquerque, tinham formado para a sua defesa em uma eminencia que distaria das casas da povoação um tiro de pedra, um fortim, no qual estavam recolhidos, e, avistando estes as primeiras fileiras do exército que descia de uma serra, saíram a recebe-las com ânimo determinado á paz e á guerra: e, como não admittiram os Paulistas as condições da paz, travaram uma brava escaramuça, que apartou a noite, sem mais perda de parte a parte, do que a de alguns cavallos, ficando os Paulistas senhores das casas, e os emboabas recolhidos no seu fortim, o qual cercaram logo os Paulistas, continuando por quatro dias e noites as baterias com varios successos, e talando os gados, mantimentos e tudo que podia satisfazer a sua ira e causar damno ao partido contrário.

Cercado o fortim, mandou o governador Amador Bueno guarnecer as casas com alguma gente, e, para que melhor pudessem attender ás necessidades dos cercadores, se retirou á uma atalaya com o resto das tropas.

De noite tentaram os cercados queimar as casas, e não faltaram logo emboabas, que, fingindo-se Paulistas fugidos do forte, se animassem á empreza, e pegassem o fogo, mas com tão máo successo que, conhecendo os Paulistas o engano, lhes tiraram as vidas; e para evitarem nôvo accidente se conservaram por diante ambos os partidos em vigia,

Ao amanhecer, tornaram ás armas e mostrou o successo que na mesma noite tinham o cuidado os Paulistas em queimar tambem as casas do forte; porque de manhã viram uma guarita fabricada por João Falcão em um lugar, que descortinava o interior do forte, donde lhes lançaram tantas flexas accesas sôbre as casas, que eram de palha, que, ateando-se o fogo, foi muito difficil apaga-lo.

Mandou tambem Ambrosio Caldeira saír ao fortim: dezeseis cavallos, os quaes, encontrando ao saír aos Paulistas, lhes deram uma valente carga e os obrigaram a buscar as casas juncto ás quaes se travou escaramuça, ainda que com um partido muito desigual, porque os emboabas pelejavam em campo raso, e a peito descoberto com alguns Paulistas, que, dando a conhecer o seu valor, se deixaram ficar no campo, retirando-se os mais ás casas donde a peito coberto e com pontaria certa damnificaram muito os emboabas.

Vê-se, portanto, que os Paulistas são bellicosos, fortes, valentes e capazes de enfrentar qualquer perigo nas mais difficeis emergencias; as suas tradições historicas são as mais honrosas possiveis, o brilho que elles lançaram em todos os feitos valorosos os destacam de todos os outros povos.

Foi o Paulista que tanto se immortalizou na guerra dos emboabas, como acabamos de relatar, pela bocca do illustre historiador que nos guia neste importante capítulo da história patria; a elle estava ainda reservada a glória dura-doura da proclamação da nossa independencia nacional.

Fôram os Paulistas os descobridores do ouro nos sertões, que de commum accôrdo formaram um govêrno provisorio para nelle tractarem das bases da nossa independencia. Nesse celebre partido estava José Bonifacio de Andrada e Silva, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, e tantos outros distinctos homens, que luctaram e conseguiram para os Brasileiros uma patria livre.

Continuando sôbre a guerra dos emboabas, diz o historiador citado que se signalou nessa occasião Francisco Bueno, a quem accompanhava seu filho de poucos annos, cujo valor mereceu especial memória, porque, ferido com uma bala em um braço, respondeu ao pae, que o reprehendia de ter saído ao campo, *que para tão generoso successo tinha entrado na peleja.*

Signalaram-se tambem Luis Pedroso e outros, e finalmente, chegada a noite, e mortos quasi todos os emboabas, apartou o escuro a contenda.

Acabado o choque, mandaram os Paulistas, que guarneciam as casas, pedir munições a Bueno que estava na atalaya com a maior parte do exército.

Mas, achando-o os mensageiros com ánimo de levantar o cêrco e retirar-se, ou porque o médo incitava aquella resolução ou porque se tinha mettido entre elles a discordia, voltaram para as casas, desanimando muito com esta notícia aos que as defendiam.

Não faltaram logo alguns, a quem parecesse bem a resolução, e quizessem seguir o exemplo; mas Luis Pedroso, sentindo o desmaio, lhes fez uma práctica, dizendo que, estando a victória nas mãos, seria cobardia deixar o inimigo já prostrado e quasi rendido; e que, ausentando-se os companheiros, caberia maior glória aos poucos que vencessem: que para elles vencerem não eram necessarios mais, pois os tinham até então pelejado, e reduzido o inimigo ao miseravel estado em que se achava, e que podendo elles só resistir a tantos, porque não poderiam agora render-se aos poucos que restavam.

E, finalmente, que no caso em que elles tambem quizessem pôr nodoa na sua fama, deixando cobardes a batalha, que elle o não faria, pois lhe seria melhor ficar morto como valente no campo do que apparecer com o desar de fugitivo em São Paulo.

Eis ahi como os Paulistas eram denodados, como sabiam eumprir rigorosamente, heroicamente, o dever. Lançavam affirmações dessa natureza: *Seria melhor ficar morto como valente no campo do que apparecer com o desar de fugitivo em São Paulo.*

Animados com estas razões, investiram ao fortim com tal furia, que, fazendo muito fogo, e mettendo grande espanto, determinaram render-se os cercados.

Houve treguas para se ajustarem as capitulações da entrega, offerecendo os cercados com as armas tudo o que se achasse no forte, contentando-se com que lhes permittissem os vencedores as vidas: mas como houvessem alguns Paulistas, que, lembrados da mortandade do Capão, e exquecidos do assento, que tinham feito em Pouso Alto, de não fazerem mal aos emboabas, que livremente rendessem as armas, não quizessem acceitar mais condição do que tirarem a todos as vidas, não foi possível ajustar-se nada.

Por cartas que lhes lançaram em flechas os Paulistas, que estavam nas casas, sabiam os exilados a má vontade, que havia em alguns do arraial inimigo, e ainda assim continuaram a propor algumas condições; mas como uns lhes

concedessem as vidas, e outros lhes respondessem com os tiros das escopetas, pediram, finalmente, que ao menos deixassem sair livres as mulheres e os meninos; mas era tal o orgulho e má vontade dos que já se suppunham victoriosos, que nem isto quizeram admittir.

Passados dous dias, movidos os cercados com a última desesperação, determinaram morrer antes pelejando no campo como valentes, do que perder as vidas como cobardes no recinto do forte, e, para darem mostras da sua determinação, amanheceu arvorado no terceiro dia um estandarte branco no mais alto da muralha.

Persuadiram-se os Paulistas que era aquella côr signal de entrega, e com as salvas de mosquetaria tractaram logo de festeja-la; mas com os cercados com os seus mosquetes e clarins declararam a tenção que tinham de pelejar; e, fazendo primeiro um ensaio dentro do forte, saíram armados de espadas e pistolas, investindo com grande furia aos Paulistas que os receberam mettidos nas casas.

Vejamos como nos descreve o celebre historiador os bravos feitos dos Paulistas, que tanto se distinguiram nesses combates renhidos contra os emboabas, tanto quanto era costume sempre distinguir-se em todas as luctas em prol da causa da liberdade patria. Fulgurou o nome Paulista nos brilhantes feitos da história, e as passagens assignaladas em tantos commettimentos, bem demonstra o renome desta raça predestinada.

Persistiram algum tempo no campo, mas, como do seu valor não tiravam mais fructo do que perderem, como valentes, as vidas, porque os Paulistas, com pontaria certa, e sem risco os acabavam, tocaram a recolher sem mais fructo, do que deixarem no campo alguns mortos.

Recolhidos, continuaram até á noite a peleja com as armas de fogo, tendo até então perdido os emboabas oitenta homens e os Paulistas sómente oito, e não poucos feridos, de que perigavam tambem alguns.

Foi a causa desta notavel desigualdade a vigilancia que havia da parte dos Paulistas e a destreza com que usavam das escopetas, pois apenas apparecia sôbre a muralha alguma cabeça, quando logo com o pelouro a faziam víctima da sua ira; e como obrigavam assim aos sitiados a pôr a bocca das suas clavinas sôbre o muro, e a disparar sem pontaria, evitavam os damnos, que tanto lamentavam os seus contrarios.

Vendo, finalmente, os emboabas que sem remédio perdiam as vidas, resolveram-se ao último exfôrço, determinando saírem todos no dia seguinte.

Prepararam-se toda a noite, e deixando sôbre a muralha uma imagem de Sancto Antonio, saíram do forte ao amanhecer de um sabbado com tal fortuna, que já não acharam com quem pelejar; porque os Paulistas ou discordes entre si, ou temerosos com a notícia de mil e trezentos homens, que de Ouro Preto marchavam a soccorrer os sitiados, tinham fugido naquella noite sem serem sentidos.

Foi voz constante que ao voltarem os emboabas para o forte acharam o Sancto Antonio em outro lugar, com uma bala engastada no cordão, e a uma imagem de Nossa Senhora com um milagroso suor, e que, agradecidos ao seu bemfeitor, o levaram em procissão, e o collocaram com grande jubilo no seu antigo lugar.

Enquanto, porém, se celebrava no forte a não esperada liberdade, caminhavam para São Paulo os desertores com tal pressa, que, chegando pouco depois as tropas, que vinham soccorrer os sitiados, já não os encontraram, ainda que levados da furia militar lhes seguiram por oito dias os alcances.

Com este máu successo não desmaiaram os Paulistas, antes como valentes Antheus, cuidaram em alistar soldados e eleger novos cabos: mas, estando já em bons termos a empreza, appareceu Antonio Albuquerque com o governador de São Paulo, e apertadas ordens de el-rei, para que fossem os Paulistas habitar pacificamente as minas, impondo graves penas aos que primeiro violassem a paz; e entendendo o soberano que animos generosos se deixam vencer com qualquer afago lhes enviou pelo nôvo governador um retrato seu, que ainda hoje se conserva na casa da camara, para que entendessem que, visitando-os daquelle modo, já que pessoalmente o não podia fazer, tomara os Paulistas debaixo da sua real protecção.

Com este singular favor se satisfizeram os Paulistas, e, esquecidos dos agravos passados, depuzeram as armas...

Eis a narração de um escriptor Portuguez acêrca da memoravel guerra dos emboabas.

Transcrevemo-la toda para que o leitor ajuize daquelles successos, e certifique-se da parte activa e importante que nelles tiveram os Paulistas taubateanos.

A' história patria do Brasil sempre estará ligada como parte integrante este periodo em que tanto se distinguiram os Paulistas.

As familias que nesses tempos mais figuraram fôram os Pires, os Camargos, os Pedrosos, os Magalhães, os Carvalhaes, os Cardosos, os Paes Leme, os Toledos e os Furtados.

CAPITULO XIV

Aspiração á independencia do Brasil

Foi o Brasil o paiz da America latina que se mostrou retardatario ao movimento de independencia, na libertação de toda a America Central em 1821.

Portugal e Espanha, libertos das invasões francezas, visto ter Napoleão caído prisioneiro em Waterloo, tractaram, a Espanha de reconquistar as colonias sublevadas, e Portugal de rehaver a familia real e de recollocar o *Brasil no estado de feitoria explorada até o martyrio em proveito da metropole.*

Mas as idéas de liberdade e o horror ao govêrno absoluto e despotico, acalentadas por aquellas duas nações, sob o influxo da Revolução Franceza, ou das colonias americanas, dominaram por completo estes Povos, e o que é verdade é que em 1820, Portugal e Espanha revolucionaram-se para que se implantasse na Peninsula Iberica o systema liberal, para ser adoptado o regime constitucional.

Estes factos têm significativa importancia no tocante á nossa independencia, porquanto, estando o Brasil ligado á metropole portugueza, o influxo das idéas que partissem dali, necessariamente havia de repercutir no dominio dêste povo.

O ideal egalitario daquellas duas nações, Portugal e Espanha, despertara entre os Brasileiros o desejo da sua independencia patria.

A revolução do Porto em 1820, e a adopção de um projecto de constituição, acceito e jurado no Brasil, vieram reanimar o espirito dos paulistas, e cuidar da organização de um nôvo govêrno, mais de accôrdo com o estado político da sociedade brasileira, que reclamava um regime mais humano e menos arbitrario.

Os brasileiros cuidavam seriamente dos meios apropriados á sua independencia, e, patriotas, decididos á realização dêsse *desideratum*, moviam-se em todos os angulos do paiz, formando partidos, organizando as fôrças, e dispondo as cousas de modo a levar ao fim a idéa vencedora da independencia do Brasil.

Foi então que um Brasileiro illustre, José Innocencio Alves Alvim, liberal extremado, realizou essa idéa, pregando a necessidade da proclamação de um govêrno provisório.

Essa medida era reclamada como sendo uma necessidade inadiavel no sentido de formar-se em São Paulo, provincia adeantada, e dominada de puro liberalismo, um centro para onde convergissem todos os esforços em prol da causa sancta da liberdade da patria.

São Paulo tornou-se o baluarte fôrte para fazer triumphar nas margens do Ipiranga a proclamação da independencia do Brasil.

Foi devido a esse glorioso partido, dirigido moral e intellectualmente por José Bonifacio de Andrada e Silva, que a idéa libertadora tomou vulto na consciencia nacional, movimentando as fôrças que mais tarde deram aso á vinda do principe ao territorio paulista, onde foi alçado o brado da independencia.

Relatemos os factos como elles são realmente narrados pelos historiadores:

José Bonifacio de Andrada e Silva, tendo regressado de Portugal, estava de residencia fixa na cidade de Sanctos, e então fôra convidado a presidir a reunião dos revolucionarios para formar o govêrno provisório.

Reuniram-se no Paço da Camara Municipal, e alli José Bonifacio é recebido com applausos delirantes do povo que lhe dava vivas. O enthusiasmo tornou-se geral, e os paulistas tinham plena confiança no insigne patriota que chefiava o govêrno provisório de São Paulo.

Correspondendo á confiança do povo, que na occasião victoriava José Bonifacio, este viu-se obrigado a arengar em público, para demonstrar a sua completa solidariedade com o sentimento geral dos paulistas.

Elle assumiu a presidencia do govêrno provisório e disse:

“Senhores.

Eu sou mui sensivel á honra que me fazeis, elegendo-me para presidente da eleição do govêrno provisório que pretendeis installar.

Pela felicidade da minha patria eu farei os mais custosos sacrificios até derramar a última gota do meu sangue.

Esta eleição só pôde ser feita por unanime aclamação: descei e eu farei a proposta dos que me parecem dignos de ser eleitos."

Neste poncto, diz a história da nossa independencia, José Bonifacio foi interrompido por alguns cidadãos, que protestaram contra a entrada no nôvo govêrno, que devia ser liberal e generoso, de alguns homens que se tinham tornado antipathicos ao povo, por terem sido partes dos govêrnos tyrânicos anteriores.

José Bonifacio, dotado de invejavel talento, conhecedor dos homens e habil no manejo dos meios que deveria empregar para conseguir o fim almejado, entendeu que este alvytre era prudente, porém elle, que jamais havia se envolvido em luetas políticas, absorto mais em seus trabalhos seientificos e litterarios, não sentia em seu coração de patriota os mesmos impulsos que então dominavam o coração do povo.

Respondeu o patriota nestes termos:

"Senhores.

Este deve ser o dia da reconciliação geral entre todos, desapareçam odios, inimizades e paixões. A patria seja a nossa unica mira.

Completemos a obra da nossa regeneração política com socego e tranquillidade, imitando a gloriosa conducta dos nossos irmãos de Portugal e do Brasil.

Persuadido de que haveis posto em mim vossa confiança, acceitei o convite que me fizestes e aqui estou prompto a trabalhar pela causa pública.

Si de facto confiaes em mim e estaes resolvidos a portar-vos como homens de bem, então eu me encarrego de procurar a vossa felicidade, expondo a propria vida: mas, si outros são os vossos sentimentos, si o vosso fito não se dirige somente ao bem da ordem, si pretendeis manchar a glória que vos pôde resultar dêste dia e projectaes desordens, então eu me retiro, ficae e fazei o que quizerdes."

Convém relatar minuciosamente os factos que nessa occasião se passaram, para bem se avaliar da importancia dos paulistas na proclamação da independencia do Brasil. São Paulo foi o theatro do acontecimento e os paulistas os actores principaes.

Ouçamos os historiadores a respeito:

Desceu o povo ao largo, onde se mixturou com a tropa alli estacionada. O ouvidor, o juiz de fóra e os vereadores, com o estandarte da Camara, tomaram posição em uma janella, enquanto José Bonifacio assomava á outra e dictava ao povo, agglomerado no largo, os nomes das pessoas que entendia estarem no caso de servir no govêrno que se ia organizar.

O primeiro nome lembrado por elle e acceito pelo povo foi o do ex-capitão general João Carlos de Oyenhausen para presidente, exigindo em seguida a massa popular que elle proprio acceitasse o logar de vice-presidente, ao que José Bonifacio annuiu.

Acceita essa quasi imposição e combinados os outros nomes, ficou o govêrno composto do seguinte pessoal:

Presidente, general João Carlos Augusto de Oyenhausen; vice-presidente, José Bonifacio de Andrada e Silva; secretário da guerra, coronel Lazaro José Gonçalves; secretário da marinha, chefe de esquadra Miguel José de Oliveira Pinto; deputados pelas armas, coroneis Antonio Leite Pereira da Gama Lobo e Daniel Pedro Müller; deputados pela agricultura, dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e coronei Antonio Maria Quartim; deputados pelo commercio, brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão e Francisco Ignacio de Sousa Queiroz; deputados pelas sciencias e educação, padre Francisco de Paula e Oliveira e professor André da Silva Gomes; deputados pelo ecclesiastico, padres Felisberto Gomes Jardim e João Ferreira de Oliveira Bueno.

Feita esta escolha do pessoal, que devia compôr o govêrno provisório de São Paulo e presidir ao início de uma nôva éra que todos esperavam que fosse de paz, de liberdade e de progresso, lavrou-se alli mesmo, em livro da Camara Municipal, um termo da eleição acclamada que se acabava de fazer, do juramento das bases da Constituição, de religiosa observancia das leis e de preito e vassalagem a d. João VI, rei constitucional de Portugal, Brasil e Algarves, e á dymnastia de Bragança.

No meio do maior enthusiasmo, seguiram os vereadores e alguns dos novos eleitos accompanhados de muito povo, tropa e musica, todos cantando o hymno constitucional, para a casa do general João Carlos a communicar-lhe a sua eleição.

Tendo este acceito o cargo de presidente do nôvo govêrno, trouxeram-no para o paço municipal, onde o general prestou o competente juramento nas mãos do bispo d. Matheus de Abreu Pereira, com toda a solennidade e em presença de muito povo.

Passou-se dalli para a egreja da Sé, onde foi cantado *Te-Deum* em agradecimento de tantos beneficios.

A' noite, foi illuminada a cidade e houve espectaculo de gala no theatro, que era mesmo em frente ao palacio, sendo representado o drama *Disciplina Militar no Norte* e o Hymno Constitucional, cantado por senhoras, dos camarotes, acompanhadas pelo povo em côro na platéa.

Pensavam os paulistas terem dêste modo, sem derramarem uma só gotta de sangue, sem o minimo incidente desagradavel, quebrado para sempre os ferros da escravidão e completado a obra da sua organização política: porém os factos se incumbiram de demonstrar que a obra estava ainda muito em começo e que só dahi a cinco annos é que elles entrariam na vida normal dos povos livres e independentes.

CAPITULO XV

A idéa do espirito de Independencia do Brasil entre os Pernambucanos

A dedicação e heroismo dos Pernambucanos sustentaram uma lucta heroica contra os hollandezes. Aquelles, abandonados pela metropole, em guerra contra a Espanha, viviam dos seus recursos proprios, e a metropole, desanimada, pretendeu deixar ao inimigo todo o territorio por elle occupado no Brasil — *que só por milagre pôde ser restaurado* — como affirma o padre Antonio Vieira,

Antonio Joaquim de Mello, *Biographia dos Homens Ilustres de Pernambuco*, relata que o espirito de independencia germinou sempre nos Pernambucanos, desde a restauração do dominio hollandez, e cita este historiador, em seu apoio, o conflicto havido entre o general André Vidal de Negreiros e o general Francisco Barreto de Meneses, oppondo-se aquelle ao cumprimento das ordens dêste, e a sublevação denominada — Nobreza de 1710 — originada do antagonismo especial entre os naturaes e os Portuguezes, factos estes que provam tanto ou quanto os votos da independencia.

Theophilo Braga, commentando o facto do advento da República no Brasil, diz: Ella deriva inteiramente da criação da patria brasileira, nascida nas grandes luctas defensivas contra os invasores e conquistas dos Hollandezes, a qual deu aos individuos esse espirito de autonomia que em 1822 se affirmou pela independencia nacional.

Na correspondencia official entre os governadores de Pernambuco e os reis de Portugal (seculo XVII), se vê germinada a idéa de independencia na mente dos Pernambucanos.

Dessa correspondência em 1690 a 1693, no governo do marquez de Monte Bello e também do governador Sebastião de Castro Caldas, na guerra de 1710, vê-se que as queixas manifestadas pelos governadores contra a altivez e orgulho dos Pernambucanos eram consideradas como que ameaças de independência.

Essa idéa, dizem os historiadores, já predominava no ânimo dos Pernambucanos, vindo manifestar-se mais tarde na revolução dos Mascates, em 1710.

Em um congresso realizado em Recife, Bernardo Vieira de Mello, que sonhava sacudir o jugo portuguez, com o auxílio dos mascates, propoz em um discurso para que se declare a fôrma de governo republicano.

Este acto de Vieira de Mello deu em resultado ser elle prêso, tendo morrido patrioticamente na cadeia do Limoeiro.

E' incontestavel, dizem os historiadores, que a revolução de 1710 foi um facto realizado, com o fito unico de plantar na patria brasileira a independencia e a liberdade.

O dia 10 de Novembro de 1710 assignala na história do Brasil, e, principalmente, para Pernambuco uma data memoravel, porque foi a provincia que teve a primazia de tentar a independencia nacional e a fôrma democratica de governo.

Rezam as chronicas que a 6 de Março de 1817 o brado da independencia foi erguido em sólo pernambucano por Pedro da Silva Pedroso, no quartel do seu regimento.

O movimento republicano encontrou adeptos em Parahiba, Rio Grande do Norte e Alagôas.

Elegeu-se um governo provisório em Pernambuco e nas provincias que alheriram ao movimento; creou-se exército e armada para defesa da patria, inutilizaram-se as cordas portuguezas, foi abolido o tractamento de *excellencia* por *vós patriota*; estabeleceram-se novas bandeiras para a República.

Esta revolução succumbiu, e os seus heróes fôrão todos executados.

A independencia nacional e fôrma de governo republicano no Brasil constam de factos históricos narrados por varios historiadores, e deu-se a 10 de Novembro de 1710. Este acto, como dizem, acarretou o massacre de 722 victimas, e está authenticado por documentos constantes da Bibliotheca Nacional.

O dr. Ramiz Galvão, conforme assevera o major Codeceira, na *Idéa Republicana no Brasil*, tendo de fazer um com-

pêndio de história patria, dissera que nelle mencionaria caber essa glória a Pernambuco, visto ter lido o trabalho de Codeceira.

Tambem o sr. José Egydio Garcez Palha, lente cathedratico de Tactica Naval, dissera que iria proclamar do alto da sua cathedra, essa verdade historica a seus discipulos.

CAPÍTULO XVI

Manifestação da independência do Brasil em Minas Geraes

Os historiadores não são contestes a respeito das primeiras manifestações da independência patria; uns referem-se a Pernambuco, como acabamos de vêr, dando-o como precursor do acontecimento; outros, como Moreira Pinto, dizem que a idéa partiu de Minas Geraes.

Narram os historiadores que, no reinado de d. Maria I, appareceram as primeiras manifestações de independência no Brasil.

Dous estudantes brasileiros que estudavam em França, animados com os principios de independência e maximé com os factos dos Estados Unidos, que tinham conquistado a sua liberdade nacional, entenderam de libertar o Brasil do jugo portuguez, mas, desanimados, abandonaram a idéa.

Lavrava intensamente a revolução em Minas Geraes, com o fito de proclamar-se a república no Brasil. O fermento revolucionario estava mui forte em Minas, e appareceu em breve a celebre conspiração mineira da qual foi a principal víctima o alferes Joãoquim José da Silva Xavier, conhecido geralmente por Tiradentes. Este foi executado como martyr da liberdade, mas não foi o primeiro precursor da nossa independência em Minas Geraes, porquanto nesta mesma provincia já tinha havido um movimento revolucionario do qual era chefe Sebastião da Veiga Cabral que foi prêso, acorrentado e posto incommunicavel.

CAPITULO XVII

Carta de d. Pedro a d. João VI sôbre o govêrno provisório de São Paulo, e conceito do principe a respeito de José Bonifacio

De uma carta escripta por d. Pedro a seu pae d. João VI, em data de 17 de Julho de 1821, se depreheende o seguinte:

“Em São Paulo houve uma concussão para o juramento das bases da Constituição, e formaram uma juncta provisoria, obedecendo-me, menos no que toca a mandar dinheiro, e que querem para a juncta as mesmas auctoridades que tinha o governador, que ficou presidente, e vice-presidente, José Bonifacio de Andrada, a quem se deve hoje o socêgo de São Paulo.”

Dos termos expressos desta carta, d. Pedro reconhece juncto do govêrno da metropole a influêcia benefica de José Bonifacio, o precursor da independencia do Brasil.

No periodo de maior agitação nacional, quando as provincias, ambicionando a independencia patria, agitavam-se formando governos locaes para agirem de accôrdo com os partidos, disseminados por todo o territorio nacional, d. Pedro, como se deduz desta carta, em que elle faz referencia á junta provisoria de São Paulo, *que não lhe queria mandar dinheiro*, declara que José Bonifacio era a garantia da paz e do socego de São Paulo.

Este facto demonstra, á luz da história, que José Bonifacio encaminhou os homens e os partidos na sua provincia, de modo a realizar as aspirações nacionaes, no tocante á sua liberdade e independencia patria.

O proprio José Bonifacio foi o portador das representações dirigidas á sua alteza real o principe regente do Brasil, pelo govêrno, senado da camara e clero da provincia de São Paulo. Nessa representação pediam a d. Pedro para ficar no Brasil,

e ahí os Paulistas fazem sentir ao principe as suas queixas contra o govêrno da metropole, ameaçando o paiz de luctas sangrentas, si nessa occasião não annuisse aos desejos do povo.

Em tom energico, dizia a representação: "Praza aos Céos que vossa alteza real, cheio de prudencia e sabedoria annua a nossos votos, pois de outra sorte rios de sangue têm de innundar este bello paiz, que de certo não lhe merece a sorte que lhe pretendem 'destinar'".

José Bonifacio que era dêsse mesmo partido, que commun-gava das mesmas idéas de independencia patria, não quiz comprometter a causa nacional, e aguardou os acontecimentos para provar, á face da nação, que elle, á frente dos Paulistas, para onde attrahira mui propositalmente o principe regente, havia de conseguir, como conseguiu, o brado da independencia, nas margens do Ipiranga.

A linguagem de Pedro I, declarando, em carta, a seu pae, que o socêgo de São Paulo era obra exclusiva de José Bonifacio, revela o gráo elevado de conceito, de fôrça moral e absoluta confiança do principe na pessoa de José Bonifacio de Andrada e Silva.

E', portanto, fóra de dúbida que os conselhos dêste ao principe eram de ordem e de paz, de modo a influir no ánimo daquelle, para a realização do grande commettimento nacional da proclamação da independencia do Brasil.

Estes factos demonstram cabalmente contra o conceito dos historiadores que pretendem negar a glória da realização da idéa emancipadora a José Bonifacio.

A formação do govêrno provisorio de São Paulo, a ascendencia que nelle exercia José Bonifacio, os factos que se passaram no seio dêsse partido, e a representação feita por elle ao principe, evidenciam, perfeitamente, o papel principal e patriótico de José Bonifacio na proclamação da independencia.

Como já ficou dicto em outra parte desta obra, José Bonifacio não foi o unico Brasileiro, em cujo cerebro despertou a idéa de independencia nacional, outros, como fizemos sentir, já haviam antes proclamado a república, como se deu na Bahia com o padre Roma, em Minas Geraes com Tiradentes, em Pernambuco, e em outras mais provincias do Brasil.

O povo brasileiro sempre pensou na liberdade da patria, em todos os angulos do nosso territorio surgiram muitos martyres clamando pelo sacrificio em prol da independencia, mas a glória da realização da idéa coube a José Bonifacio de Andrada e Silva.

A história do Brasil jámais poderá deixar de registrar em suas gloriosas paginas o nome do insigne Brasileiro, credor da gratidão nacional, dêsse Paulista immortal nos destinos livres da nossa patria, honra e admiração a todos quantos se compenetrarem da causa sancta da liberdade, e da constituição do Brasil em nação livre e independente do govêrno de Portugal.



CAPITULO XVIII

Exbôço biographico de José Bonifacio, extrahido da “Revista do Instituto Historico e Geographico Bra- sileiro”, fundado no Rio de Janeiro

“O conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva nasceu na villa de Sanctos, provincia de São Paulo, aos 13 de Junho de 1763, de uma familia nobre daquelle provincia, ramo dos antigos senhores de Bobadella, hoje condes, e dos senhores D'Entre-Homem e Cávado, na provincia do Minho, que tiveram outrora o título de condes de Amaraes, e marquezes de Montebello; familia illustrada na república das lettras pelos drs. José Bonifacio de Andrada e Tobias Ribeiro de Andrada e o padre João Floriano Ribeiro de Andrada, tios do conselheiro; o primeiro dos quaes se distinguio nas sciencias physicas e médicas, como se mostra das obras manuscriptas que delle existem; e o segundo, thesoureiro-mór da Sé de São Paulo, primou como grande canonista jurisconsulto.

O terceiro, o padre João Floriano, dotado de imaginação a mais rica, foi um poeta celebre; delle ainda existem diversos fragmentos poeticos, entre elles *A vida de São João Nepomuceno*, testemunho de seus cabedaes de litteratura, e da fôrça de sua razão.

O amavel menino, em quem desde então se distinguiam suas qualidades futuras, recebeu a primeira instrucção na mesma villa do seu nascimento, sob os olhos de seu pae, o coronel Bonifacio José de Andrada, homem assás instruido para o seu paiz e classe, e de sua mãe d. Maria Barbara da Silva, matrona exemplar por suas virtudes, zêlo com que educou seus filhos, e caridade para com os pobres, e que alli mereceu o nome de mãe da pobreza, cuja memoria nunca se perderá en-

tre os seus patricios e cujo nome é ainda recordado com saudade e respeito por toda a sua yilla.

Finda sua instrucção primaria, passou o menino para a cidade de São Paulo a fazer o seu curso de logica, metaphysica e ethica, e de rhetorica e lingua franceza nas escholas que, á sua custa, o bispo deocesano d. frei Manuel da Resurreição, nome caro ás sciencias, erigira naquella capital; e alli o moço José Bonifacio tanto se distinguiu, que o bispo, que era ligado com sua familia, e desejava a glória do estado ecclesiastico, fez os maiores esforços para conseguir que elle se dedicasse á egreja, ao que, porém, nem o joven nem a sua familia, que tinha sôbre elle outras vistás, annuiram.

Foi em São Paulo que elle começou a amontoar o cabedal de litteratura em que tanto se avantajou depois; a litteratura propriamente dicta, a philologia e linguistica captivaram seus momentos; o uso da bibliotheca escolhida que para o público franqueara o sabio bispo d. frei Manuel da Resurreição, enriqueceu sua memória, desenvolveu o seu entendimento e razão, e fortificou o seu juizo; alli pela primeira vez sentiu a inspiração poetica, de que ha amostras na collecção de fragmentos poeticos que imprimiu em Bordéos, debaixo do nome de Americo Elysio.

Passou depois o joven José Bonifacio a Portugal a ultimar sua educação litteraria na Universidade de Coimbra; e alli, além de estudar a jurisprudencia, se distinguiu no estudo das sciencias naturaes, mormente da chimica, que tinham reformado Lavoisier e outros sabios da eschola franceza, tomou os graus de bacharel formado em direito civil e de bacharel em sciencias naturaes, e se fez senhor do empirismo francez, a que desgraçadamente tinham dado voga as obras de Condillac e outros ideologistas, e adquiriu nevas riquezas em litteratura geral e linguistica.

Acabada a sua educação litteraria, foi o joven Andrada para Lisboa, onde, apresentado ao duque de Lafões, foi escolhido para socio da Academia Real das Sciencias, que então se organizava, e depois, por proposição della, despachado para viajar a Europa, como naturalista e mineralogista. Foi então que tomou estado, casando-se com d. Narcisa Emilia Olcary, senhora amavel, de origem irlandeza, e que foi assás conhecida nesta corte pela sua amabilidade e amenidade de character e docura de costumes. Partindo José Bonifacio para a Europa, dez annos a correu, desde os verdes campos da Lombardia até a gelada Suecia e Noruega; sequioso de instrucção e conhecimentos, tudo observou e notou com a perspicacia e penetração do sabio; do que podem fazer fé os jornaes de suas viagens, que ainda existem, manuscritos.

Merceu o conceito da Europa culta; foi aggregado a muitas sociedades sábias; e suas memórias, escriptas nas linguas portugueza, franceza e alemã, são provas irrefragaveis do seu aproveitamento; as doutrinas mais abstrusas das eschololas critica e transcendental, as locubrações dos Kants, Fichtes, Bouterweks e Schelings se lhe tornaram familiares.

A sociedade philomatica, a dos naturalistas em Pariz, a Lineana, de Iena, a dos investigadores da natureza, de Berlim, a Academia Real das Sciencias, de Stockolmo, a de Copenhagen, e muitos outros institutos litterarios da Italia e Alemanha o chamaram ao seu seio.

Os sabios mais distinctos do Norte e Sul da Europa o honraram com sua amizade.

Rico, enfim, de conhecimentos adquiridos, tendo desprezado offerecimentos vantajosos e honrosos de estabelecimentos em paizes estrangeiros como por exemplo o convite pelo principe real da Dinamarca para inspector das minas da Noruega, recolheu-se a Portugal, onde, pelo conde de Linhares, ministro amigo das lettras, foi mandado a crear a cadeira de mineralogia na Universidade de Coimbra, nomeado intendente geral das minas do reino e desembargador da Relação do Porto, e mais tarde encarregado do encanamento do rio Mondego, logares que encheu com honra e zêlo, e onde fez todo o bem que se podia esperar de suas vastas luzes e probidade; e, creada a sociedade maritima de Lisbôa, fez della parte.

Chegados a este ponto, façamos uma consideração necessaria, afim de mostrarmos a sem razão dos historiadores que censuram José Bonifacio, por ter os seus interesses economicos presos á causa da nossa independencia. Chegam a dizer que elle, na qualidade de intendente geral das minas do reino, e, não querendo perder o emprêgo, era contrário á independencia do Brasil, e que, si o fazia, era contrariado em seus interesses. Isto não é verdade, porque a história nos diz o contrário; como acabamos de vêr, elle desprezou offerecimentos vantajosos e honrosos em paizes estrangeiros; recusou o convite do principe real da Dinamarca, e recolheu-se a Portugal, e alli o conde de Linhares pediu-lhe para crear na Universidade de Coimbra a cadeira de mineralogia; fez parte da sociedade maritima de Lisbôa; e com zêlo, honra a probidade, fez sempre todo o bem que poude.

Um homem collocado em posição tão lisonjeira não podia absolutamente vêr-se contrariado em seus suppostos interesses, pois que maiores elle os tinha devidos á sua vasta illustração, á sua provada capacidade, admiração e clevadissima posição de destaque em toda a parte. A sua glória, em

todos os tempos e logares, tinha muito mais valor do que os mesquinhos interesses nos empregos que occupava.

Sobreveio a invasão franceza, que forçou a retirada de d. João VI para o Brasil, e o nobre Andrada foi sempre surdo ás palavras assucaradas, com que o govêrno intruso buscou allicia-lo; e quando, por fim, o povo, cansado de soffrer e inspirado de patriotico enthusiasmo, ergueu o pendão da independencia e liberdade, e buscou enxotar do sólo portuguez os invasores, foi José Bonifacio um dos primeiros que correram ás armas, e no posto de major, e depois no de tenente-coronel commandante do batalhão academico, prestou á causa portugueza relevantes serviços, e recebeu honrosos testemunhos nas ordens do dia do tempo. Expulsos os Francezes, o conselheiro Andrada, nomeado intendente da policia do Porto, açaimou o exaggerado desejo de castigo contra os afrancezados, e soube conciliar o que exigia a justiça contra os verdadeiros inimigos de sua patria com a indulgencia que se devia mostrar á simples seducção e aos erros de entendimento, que cumpre tolerar.

Finda a grande lucta portugueza, a latente saudade do Brasil, que a azafama dos negocios tinha como abafado no coração patriotico do conselheiro José Bonifacio, lançou novas labaredas: vir ainda acabar os seus dias na terra abençoada de Sancta Cruz, onde a fortuna o fez nascer; respirar antes de morrer as frescas virações peneiradas por entre os esbeltos coqueiros e copadas mangueiras que aformoseiam o risonho Brasil, era o pensamento que sempre o occupava e que então, mais do que nunca, o occupava. Conseguiu pois licença do govêrno e veio apresentar-se nesta côrte ante o monarcha.

Fallava-se então da creação de uma universidade no Brasil; e era natural escolher-se para seu creador e primeiro reitor um sabio abalisado e encyclopedico como o conselheiro Andrada, o unico capaz de erguer este estabelecimento ao par dos mais perfeitos da Europa; mas a amarella inveja, que já o espiava, para roubar-lhe a glória, fez mangrar o projecto. Descontente, porém sem despeito, indemnizado apenas com a metade de que perdera na Europa, e com o título de conselho, retirou-se para Sanctos, seu berço natalicio, e alli nas suas terras dos Outeirinhos, nôvo Cincinato, occupou-se na cultura do seu terreno, bem como na communicação de alguns amigos, e na conversação dos amigos velhos, os sabios de outrora, em que abundava sua escolhida livreria, e esquecido do mundo e seus barulhos, e das ambições e invejas pequenas de uma côrte em tudo o mais pequena, grande, porém, em corrupção, venalidade e desmoralização, e de uma ineptia e incapacidade além de toda a concepção. Já de então a ingratitude

dos reis o ensinava a preparar-se para a da nação, que depois devia sentir.

No remanso da paz corriam eguaes seus dias, quando o brado da liberdade que em Portugal soara echoou até ao Brasil, e em São Paulo se creou um govêrno provisório, no qual tiveram assento o conselheiro Andrada e seu ermão Martim Francisco, e aos seus exforços foi devida a honrosa escolha dos dignos deputados daquella provincia ao congresso de Lisboa, avantajando-se entre elles outro ermão do conselheiro Andrada, Antonio Carlos, que, secundado por seus collegas, á excepção de um, soube conservar a dignidade do Brasil, e traçar o caminho para a sua independencia. Uma facção no congresso queria arteiramente, a coberto de palavras sonoras de egualdade e liberdade, refazer no Brasil o antigo regime colonial; decretou pois a retirada do príncipe regente, joven esperançoso, bem que desleixadamente educado, e que parecia, cousa rara em príncipes, amar as instituições liberaes.

Ao ouvir tamanha trahição, levantou-se o Brasil em massa, e o nobre príncipe abraça a nossa causa, e chama para seu lado o conselheiro Andrada, que parte para a côrte, deixando em São Paulo seu ermão para dirigir o govêrno da provincia. Chegado á côrte, anniquila as vistas trahidoras da tropa lusitana e a força a embarcar; enquanto em São Paulo seu ermão aprompta fôrças para debella-las, e as faz marchar; e outro seu ermão nas côrtes troveja contra as violencias portuguezas, e prediz a independencia do Brasil, si não mudarem de conducta.

CAPITULO XIX

Dados historicos, fornecidos pelo dr. Martim Francisco a respeito da familia dos Andradas

O dr. Martim Francisco R. de Andrada, distincto advogado em Sanctos, figura de destaque na politica nacional, e herdeiro das tradições honrosas da familia dos Andradas, proporcionou (com os seus aponctamentos) elementos de subido valor para o nosso trabalho sôbre a proclamação da independencia do Brasil.

Esses aponctamentos nos fôram offerecidos, gentilmente, pelo sr. Leopoldo de Freitas.

“O Apostolado foi associação maçonica substituta doutras, creou-a José Bonifacio, veneravel, para dalli dirigir o movimento da independencia.

Nos primitivos tempos, seu órgão na imprensa foi o *Reverbero*, redigido pelo adjuncto Gonçalves Ledo, Januario, Sampaio etc.

De accôrdo com José Bonifacio, diz o dr. M. Francisco, o *Reverbero* não pedia claramente a independencia com a separação; o receio de prisão dos deputados brasileiros em Lisboa; o fracasso da tentativa da capitulação do general Madeira, na Bahia, para a causa nacional; a circumstancia de estar no govêrno de São Paulo (não na população) em maioria o elemento luzitano (Francisco Ignacio, Daniel, Müller, Oliveira Pinto etc.); e muito especialmente o facto de ser portuguez o capitalismo da época: aconselhava prudencia e relativa discreção. Mas o que é certo é que, desde Junho de 1822, o Apostolado deliberara a independencia do Brasil.

Pedro I fôra admittido maçon, tomando o nome de Guatimozin. E' caso normal esse de prenderem-no, no momento da filiação maçonica.

Receberam os Andradas o Brasil colonia; deixaram-no independente.

O mez de Outubro de 1822 foi para o govêrno de José Bonifacio o de maiores embarços. Além das difficuldades já aponetadas, assediado pela inveja, intrigado pelo elemento portuguez, adoentado, aconteceu-lhe o caso do Apostolado. Aproveitando-lhe a ausencia, o vacillante José Clemente, o venal Gonçalves Ledo, o medroso Januario e o sonhador Sampaio obtiveram de Pedro I tres assignaturas em papel em branco.

Até hoje não se desvendou o intuito determinante do facto. Plano de reconciliação? Tentativa republicana? Simples ataque aos Andradas? Ignora-se.

Os Andradas largaram do poder; fôram nelles repostos por movimento popular; as tres assignaturas fôram retornadas, e fôram desterrados, com passaportes e garantias, os auctores da perfidia.

Um delles, ao voltar, e encontrando a independencia solidificada, declarou por escripto que o seu destêrro fôra com acêrto, pois José Bonifacio foi o único homem que dispunha de prestigio para realizar a independencia, e Martim Francisco o único capaz de arrecadar, na occasião, as rendas públicas.

De facto, durante a administração dos Andradas — 18 mezes — só as Provincias da Bahia (pequena parte), Espirito Sancto, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul pagavam impostos.

A independencia foi feita sem emprestimo externo, apenas houve um emprestimo interno de tres mil contos, mas, ao deixar a administração, Martim Francisco deixou em valores essa quantia em caixa.

Os Andradas caíram após a consolidação da independencia. Deviam cair; haviam abalado innumeross interesses. Demais, suas idéas abolicionistas eram conhecidas.

Em 1803, Martim foi publicamente reprehendido por ter, em momento público, pedido um limite ao castigo dos escravos: mais ou menos o que, no segundo seculo, o imperador Adriano (*Hadrianus*, aliás) reclamava: a correccão dos escravos pela lei e não pelos senhores.

Os Andradas não fôram contemplados na distribuição das vantagens; couberam ellas a todos os que se oppuzeram, mais ou menos, á independencia.

Antonio Carlos só conseguiu ser senador (por Pernambuco), em 1845, poucos mezes antes de morrer. José Bonifacio

e Martim nunca! Nem um delles foi conselheiro de Estado ou titular.

Não ha, em toda a história, outro exemplo de tres irmãos, que se completassem tanto e com tantos traços de similitude: José Bonifacio, a capacidade larga de sabio da Renascença; Antonio Carlos, o talento; Martim Francisco, a intelligencia. Os tres, a vontade, a pobreza, a honestidade. Phrase errada, de Evaristo da Veiga, citada pela lei do menor esforço: "Os Andradas eram violentos no governo e demagogos na opposição".

Factos? Não derramaram uma gotta de sangue nacional por motivo partidario. Os artigos do *Tamoio* são de uma brandura innocua.

Para dizer da epocha 1821-1823, é necessario suppor-se nella: conhece-la.

As proprias communicações eram raras. O exército era portuguez. O povo lembrava com saudade o governo bondoso do rei, que foi contra a horrorosa administração do conde de Rezende.

Alfredo Varella, que só elogia o elemento espanhol, qualifica os Andradas de ferozes, ineptos e rasteiros; Alberto Rangel censura-os por não haverem concordado com a marquezia de Sanctos; Barbosa Lima, esse, exige que José Bonifacio, 14 dias depois de haver rebentado a revolução de 1817, e quando ninguem disso sabia em Portugal, discursasse, apoiando-a. Não podem gostar dos Andradas; questão de indole.

Em São Paulo, as tres familias collaboradoras effectivas da Independencia fôram Andrada, Jordão e Prado. Só se separaram em 1842, quando Diogo Feijó, contra os intentos de Raphael Tobias, fez rebentar a revolução. Então essas duas familias últimas se ligaram a Monte Alegre e tomaram o rumo do partido conservador.

Continúa o dr. Martim Francisco e diz: em 1821, em São Paulo, no collegio eleitoral, por occasião da eleição de deputados á Constituinte de Lisboa, sendo Nicolau Vergueiro um dos candidatos, disse-lhe o conselheiro José Bonifacio, um dos eleitores:

— Sabe de uma cousa, dr. Vergueiro? Nego-lhe o meu voto.

— Porque? Inquiriu, sorrindo, o candidato.

— Porque fóra do Brasil, lá em Lisboa, o dr. vae nos fazer falta no inevitavel movimento para a nossa independencia, dentro de um anno, não mais.

E os dous patriotas apertaram significativamente a mão.

A eleição era de dous grãos; as respectivas instrucções fôram redigidas pelo talentoso estadista portuguez Manuel Fernandes Thomaz, e ainda hoje podem modelar varios aspectos da legitimidade da representação em política.

A' deputação paulista, além das recommendações (hoje conhecidas, porque fôram muito publicadas) redigidas por Martim Francisco, foi feita a especial *determinação* de acompanhar com emendas o projecto de constituição, deixando porém, de, á última hora, assigna-lo.

Foi o que fizeram os deputados paulistas, acompanhados nesse procedimento por Patrone, Cypriano Barata e mais alguns, aliás.

Vergueiro, esse, esteve sempre firme ao lado do Brasil.

A proposito da deputação paulista ás côrtes de Lisboa, cumpre, como pondera o dr. Martim Francisco, corrigir o erro do dr. Eugenio Egas, dando como presente Paula e Sousa, que lá não foi por doente.

Cumpre, ainda, recordar a figura do joven Antonio Manuel da Silva Bueno, que fôra, aqui, em São Paulo, em comêço do seculo XIX, um dos discipulos de Martim Francisco, de latim, philosophia e mathematicas, nomeado, em 1812 lente de latim em Sanctos, sem concurso, por não haver *quem com elle pudesse competir*, dizia o título de nomeação.

Não revelara habitos de tribuna; quando, porém, em sessão tumultuosa, as côrtes tentaram mandar processar a juncta governativa de São Paulo, saltou como uma fêra em defesa do seu antigo professor e fez brilhante defesa dos direitos do Brasil.

Furiosos os Portuguezes, com o procedimento de Vergueiro, começaram a assoalhar não ser elle o Nicolau Vergueiro de verdade, mas um creado a um patrão em viagem de volta para o Brasil.

A calumnia, porém, não fez caminho, e tanto no passado como no presente, só obteve successo de hilaridade. Original que um creado soubesse direito constitucional como Vergueiro, um dos maiores constitucionalistas do seu tempo!

Por occasião da dissolução da constituinte brasileira, em 12 de Novembro de 1823, Vergueiro foi prêso. Não o recolheram, porém, á fortaleza da Lage como aos tres irmãos Andradas, mas foi conservado incommunicavel alguns dias, em prisão no Rio de Janeiro, sem lhe darem a minima satisfação. O que lhe provocou a seguinte ironia: "Fui prêso, porque estava solto, e fui solto, porque estava prêso".

A' última hora, no momento da desgraça, Pedro I, que se lembrara de José Bonifacio para lhe entregar os filhos, lembrou-se de Nicolau Vergueiro, para lhe entregar a organização do ministerio. Segrêdo indecifrável de 5 a 7 de Abril de 1831, Vergueiro não poudo ser encontrado. Não acceitou o poder. Não recusou o poder. E' interessante! Nem elle, nem um historiador explica o mysterio de semelhante anomalia.

Revolucionario em 1842, processado e prêso, como cabeça de rebellião, foi desterrado para o Espirito Sancto; desembarcado nas proximidades da cidade da Victoria, poudo dirigir-se a Itapemerim, onde, em companhia de Diogo Feijó, recebeu hospedagem do seu amigo coronel Joaquim Marcellino da Silva Lima, na fazenda Muqui.

Fazendeiro abastado, liberal, andradista fanatico, chefe de partido, em 1835 incluiu Joaquim Marcellino numa lista triplice para senador, o coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Irritado, desmontou-o Feijó de posições e influência política.

Septe annos depois, triumphante contra a democracia e predominio de Bernardo de Vasconcellos, o organizador do partido conservador em 1837, Feijó e Vergueiro, os vencidos da revolução de 1842, amigo um e inimigo outro do abastado coronel Joaquim Marcellino, encontram nelle egual allivio aos seus dissabores políticos.

A desgraça commum, significada na derrota da democracia e no desfavor do destino, unificara aquelles tres corações de liberaes vencidos, mas sempre liberaes!

Na legislatura de 1826-1829, e á qual deve o Brasil a criação do parlamentarismo, especialmente pela chamada de ministros a debate e prestação de contas, por meio de relatorios e interpellações, a acção de Vergueiro foi preeminente e determinante. Bom orador e optimo discutidor.

Finalmente, o dr. Martim Francisco diz em seus aponctamentos historicos: "José Bonifacio foi tutor, de graça, de Pedro II.

Quando em 1819, Julho, pela última vez, fallou na Real Academia das Sciencias de Lisboa, despedindo-se *da sua patria adoptiva*, accrescentou que em breve a monarchia do Brasil faria época na história do universo.

Requereu e obteve aposentadoria dos seus empregos, que exercera, desistindo de reclamar por varios serviços, que declarou gratuitos; por lei, lhe foi marcado o ordenado de 800\$ por anno; 50 % do que recebia em Portugal."



CAPITULO XX

José Bonifacio de Andrada e Silva e a independencia do Brasil

Em 1808, já o Brasil se achava independente de Portugal e em 1817 a Bahia e Pernambuco revolucionaram-se com o fim de tornar o Brasil livre da metropole portugueza.

José Bonifacio, político sagaz, sem ser violento, tornou-se o chefe do partido independente no centro do Brasil, e, com habilidade, conseguiu expulsar d. João VI do territorio nacional.

Oliveira Martins, em sua obra *O Brasil e as colonias portuguezas*, tractando da independencia do Brasil, diz: "O merecimento pessoal e a preponderancia que esses factos deram a José Bonifacio na história da separação brasileira, concorreram com todas as causas anteriores para dar á nova nação uma physionomia propria, entre as nações sul-americanas.

Tractando da pessoa de José Bonifacio, que tantas censuras mereceu de alguns historiadores brasileiros, diz que José Bonifacio era homem de sciencia, espectador visual dos peores desvarios da revolução franceza, maduro em idade, forte em experiencia dos homens e das cousas.

A revolução brasileira para a proclamação da independencia patria, tomou nas mãos d'este sabio brasileiro uma direcção diversa da que teria tido, si caminhasse ás ordens de algum genuino representante do antigo espirito paulista."

José Bonifacio de Andrada e Silva não foi um homem vulgar; a sua intelligencia robusta, o seu preparo scientifico, a sua alma de puro patriota, prepararam-no para ser o fundador do Brasil.

E, de facto, elle o foi, pondo ao serviço da patria toda a sua força, toda a dedicação constatada pelos innumerables factos historicos que se prendem á independencia do Brasil.

Foi José Bonifácio contemporaneo da revolução franceza, e bebeu inspiração nas lições prácticas das cousas e dos homens dêsse tempo.

Viu e sentiu os horrores do despotismo régio; persegutou na alma dos povos o prurido da liberdade, ouviu de perto os gemidos da escravidão, as torturas das prisões e o rebaixamento do homem ao nivel da besta feroz.

O sabio, o naturalista, o jurisconsulto, não podia amoldar-se aos crimes de então; revoltou-se a sua alma de patriota decidido, e o Brasil foi o theatro da sua gloriosa epopéa.

Já elle havia conquistado no estrangeiro os louros da estrondosa victória, viajando, observando, seguindo os mais afamados cursos nos centros sciêntificos, firmando dêsse arte o nome brasileiro de modo brilhante nas páginas de história universal.

E' Oliveira Martins, *História da Independencia*, que nos diz que José Bonifácio ouviu em França as célebres lições de Chaptal, de Fourcroÿ, de Jousseu e de Haüy, o mineralogista, da companhia do qual passou á Alemanha, a frequentar Werner, o geologo de Freyberg, Lempe, Kohler, Koltzsch, Freiesbén e Lampadius.

Visitou José Bonifácio as minas da Alemanha, do Tyrol, da Styria, da Corinthia, ouvindo em Pavia as lições de Volta; não satisfeito com o brilho dèstes célebres sábios europeus, foi ainda percorrer o norte da Europa, aprendendo em Upsala, na afamada universidade, com Bergman, em Copenhague, com Abilgaard.

Por tudo isto, obteve José Bonifácio um saber profundo, e firmou na culta Europa o renome, a reputação invejavel de um verdadeiro sabio.

Descobriu, como nos attestam os historiadores, na mineralogia, a petalite, a spodumene, a kryolite, a scopotite e outros mineraes importantes.

Após esta viagem tão proficua no estrangeiro, auxiliada pelo então duque de Lafões, José Bonifácio regressou a Portugal e ahi, admirado pelo seu saber profundo e orientação de um verdadeiro propheta, foi encarregado de todas as cousas.

Portugal era pequeno demais para accommodar o grande sabio nos seus descortinos de aguilã. Paiz acanhado e somnolento, não possuia os elementos necessários que o sabio reclamava. A miseria, o depauperamento de Portugal, a corrupção

dos costumes, obrigaram o sabio a regressar ao Brasil em 1819.

Era a Providencia quem guiava os passos do patriarcha, para mais tarde, no sólo patrio, consolidar a obra do seu saber, do seu sonho almejado, do seu patriotismo admirado.

A história nos diz que Pedro I foi apenas um protagonista na scena da independencia, sem outra importancia, além da sua pessoa, que trazia consigo a desmoralização da metropole, a indecisão e a fraqueza do seu pae, d. João VI.

O principe era mais passivo do que preponderante na obra delicada da consolidação patria. Além disso, a idéa libertadora já havia tomado vulto no ánimo popular, era um facto necessario e, portanto, não dependia tanto da vontade do principe; a sua intervenção foi mais passiva, de obediencia aos conselhos de José Bonifacio e dos patriotas brasileiros.

Ninguém, em boa fé, acreditava na sinceridade da causa que o principe se propunha a abraçar.

D. Pedro era o depositario da ambição, da glória em possuir o throno do paiz descoberto e apossado pelos Portuguezes, onde a riqueza era e é inexgotavel.

D. João VI quiz governa-lo sob o influxo de um governo despotico e reacçionario, e o filho dissimulou os sentimentos paternos, coagido pelas circumstancias dos acontecimentos.

Não era d. Pedro I um homem educado, como José Bonifacio de Andrada e Silva, não possuia o talento, a visão do estadista consummado, era, além disso, violento e de pouca intelligencia, de modo a tornar-se instrumento nas mãos dos homens de saber e de experiencia.

O historiador Oliveira Martins, na obra citada, fazendo a critica do governo de Pedro I, diz que o character do principe condemnava-o a ser mais um instrumento do que um agente, um chefe importante da independencia brasileira.

O povo brasileiro, avido de liberdade, cansado do despotismo da metropole e do governo absorvente e inepto da corte portugueza, apenas acquiesceu ás idéas emancipadoras de d. Pedro, sem, contudo, acreditar na sinceridade dos seus apregoados sentimentos de patriotismo.

José Bonifacio teve a visão completa dos factos, conhecia elle, melhor do que ninguem, o character, a natureza íntima dos Portuguezes dessa época, e liberal, educado na Europa, e vendo a impossibilidade da implantação do regime absoluto no Brasil, tractou de desfazer-se de d. João VI, e favonear o amor proprio, o prestígio e a glória do principe d. Pedro, instrumento passivo da causa redemptora brasileira.

Sérias difficuldades surgiram para a consolidação da independencia patria. De um lado, São Paulo e Minas Geraes luctavam pela implantação do regime constitucional representativo, e, de outro, os Estados da Bahia e Pernambuco, filiados ao ideal republicano, democratico, queriam a proclamação da República no Brasil.

José Bonifacio trabalhou efficazmente no sentido de conseguir a permanencia no Brasil de d. Pedro, de modo a poder encaminhar a independencia com o regime liberal, constitucional.

D. Pedro foi docil á representação do govêrno provisório de São Paulo; ficou no Brasil para defender o rei d. João VI, mas não as côrtes portuguezas.

Mostrou patentemente a sua intenção, declarando-se adepto do absolutismo, e convertido, compromettido, vencido e conquistado á causa brasileira da emancipação. E que remedio! José Bonifacio havia encaminhado com os Paulistas a causa sancta da independencia, sem os abalos e os horrores de uma revolução nacional.

Accommodaram-se os democratas, e, satisfeitos com a independencia, encaminharam os factos para o estabelecimento do regime monarchico constitucional e representativo.

D. Pedro, por mais que acalentasse no íntimo de sua alma o desejo de conservar a glória do throno brasileiro, não podia illudir-se com o pronunciamento dos nacionaes que se congregavam fortemente em prôl da separação e da independencia completa do Brasil.

Os empregados publicos, magistrados, tribunaes superiores revoltaram-se e tornaram-se pela separação.

D. Pedro recebeu, em penhor nacional, a corôa imperial brasileira, com a perda da portugueza. Os Brasileiros, porém, não estavam satisfeitos com a simples independencia nos campos do Ipiranga, queriam-na de facto e de direito, e não a independencia idealizada pelos manejos de um principe docil á vontade alheia.

São Paulo, o paladino da liberdade, o fóco em agitação nos destinos da patria, não podia calar-se sem obter a consagração práctica da liberdade nacional.

Não queria deixar-se quedar na inercia para mais tarde ver-se agrilhoadado ao despotismo régio, sem autonomia propria e sem liberdade possivel. Soltou o grito de alarma e quiz a separação.

Não podia conformar-se com o regime de compressão, elle, que havia se revelado sempre a alma nacional, o aliecerce solido dos primeiros elementos do futuro imperio.

D. Pedro, após a independência, revelou o seu character indisciplinado, mostrou-se apaixonado, irrequieto, mantinha na côrte um serrallo, dissolvia a seu talante as assembléas, expulsava os Andradas, cercava-se de favoritos e aduladores.

Nesse afan de tudo destruir e anarchizar, fôram-se nove annos de reinado esteril, e consumiram-se as melhores seivas do Brasil.

Abdicou d. Pedro, declarando que saía do imperio, desejando aos Brasileiros felicidade na *sua patria*.

Tinha elle razão dizendo: a *sua patria*, pois que elle era portuguez e o Brasil não era sua patria, mas sim de José Bonifacio de Andrada e Silva, a alma pura, o patriota genuino, que guiou d. Pedro como instrumento emprestado para a independência do Brasil.



CAPITULO XXI

Opinião de historiadores a respeito de José Bonifacio de Andrada e Silva

O marquez de Sapucahi, a este respeito, faz as seguintes considerações: "O sr. José Bonifacio cooperou para a independencia do Brasil. Sabido é que já ninguem pôde se arrogar á glória, não digo só de ter feito, mas nem mesmo de ter apressado a declaração da emancipação politica do Brasil; este acto operou-se tão acceleradamente, e por tal unanimidade dos votos de *todos os Brasileiros*, que se pôde dizer com verdade que os factos encaminharam os homens e não os homens os factos.

O grito da independencia foi repercutido em todos os angulos da terra de Sancta Cruz, em geral espontaneidade e pouca differença de tempo, sem que precedesse seducção, porque os animos estavam naturalmente preparados e muito mais quando se viu que as côrtes de Lisboa, por seus actos hostis, tendiam a recolonizar o Brasil.

Commenta-se este facto, dizendo que esta é a verdade historica, que convém estabelecer, porque existe provada nas differentes pegas officiaes daquella época memoravel, nos periodicos impressos avulsos, que então circulavam, lidos avidamente pelos Brasileiros, que amavam ver desenvolvidas as razões para a sua de ha muito desejada independencia.

Tres factos principaes, dizem os historiadores patrios, existem, pelos quaes o povo brasileiro se declarou independente de facto e de direito:

1º, a ficar d. Pedro no Brasil, contra as ordens terminantes da metropole portugueza;

2º, a convocação da Assembléa Constituinte Brasileira;
3º, o brado de 7 de Setembro, no Ipiranga.

Todos estes factos tiveram causa, e esta deve ser attribuida a agentes diversos.

Vejamos o que relatam os historiadores a respeito.

O facto de ter a juncta de São Paulo dirigido ao principe a carta de 24 de Dezembro de 1821, redigida por José Bonifácio, mostra ter este tomado parte saliente no acontecimento, pertencendo ao grupo de iniciadores do movimento nacional da independencia.

A iniciativa, segundo a opinião de alguns, partiu do Rio de Janeiro e pertence a José Mariano de Azevedo Coutinho e José Joaquim da Rocha.

Estes homens, de combinação com outros, enviaram proprios a São Paulo, pedindo a cooperação da juncta provisoria daquela provincia, e, ao mesmo tempo, abriram correspondencia com a de Minas.

Preparados os animos e irritados os Brasileiros com a metropole, a cooperação foi efficaz no sentido da independencia.

A declaração para a mensagem fôra tomada muito antes de 9 de Janeiro.

O sr. José Clemente Pereira, presidente do Senado, foi o auctor responsavel pela demora, porquanto não quiz se deliberar a obrar sem que houvesse certeza da cooperação das Provincias de São Paulo e Minas, considerando arriscado, si ellas não assentissem, o que era de recear, attenta a distancia em que estavam e a presença da tropa portugueza, que antes se havia pronunciado de modo hostil, até com ameaças.

Estes factos, considerados veridicos, e que incriminam José Clemente Pereira na bernarda de 30 de Outubro, acham-se satisfactoriamente explicados no processo que contra elle corre impresso.

Os commentadores da nossa história dizem que, por acto de 3 de Junho de 1822, que convocou a assembléa constituinte, o Brasil fez declaração do direito da sua independencia, já de facto não obedecendo ao govêrno de Lisboa.

As providências começaram, então, a mostrar pouca confiança no govêrno do Rio de Janeiro, e os patriotas a perceber o empenho da metropole em dividir as provincias para domina-las, e, assim, fracas, embarçar a sua independencia.

Em Maio de 1822, José Clemente Pereira communicou a Joaquim Gonçalves Ledo e Januario da Cunha Barbosa o receio que tinha que a revolução do Brasil, já começada, tomasse má direcção, á vista dos symptomas de divergencias que manifestavam as provincias, devido em grande parte ás razões

aponetadas, e, encontrando na egualdade de sentimentos dêsses amigos, distinctos pelos muitos serviços prestados á causa do Brasil, ficou assentado que elles se encarregariam de redigir o manifesto em nome do povo fluminense, que tivesse por fim pedir ao principe regente a convocação de uma assembléa geral no Brasil, como meio adequado de chamar todas as provincias a um centro commum; de remover as suspeitas que de dia a dia mais se avultavam; e de satisfazer os desejos e necessidades de todos os Brasileiros, que nada mais esperavam das côrtes de Lisbôa.

Esta idéa era luminosa e digna de applausos por parte de todos os Brasileiros; o seu fim exclusivo era apressar a declaração da independencia do Brasil, dar-lhe uma constituição e manter a sua integridade e união.

Tractou-se de realizar uma importante conferência, para se assentarem as bases capitaes do projectado manifesto.

Cidadãos patriotas, conhecidos pelas suas idéas e sentimentos, taes como o padre João Antonio de Lessa, brigadeiro Luis Pereira da Nobrega, e João Soares Lisbôa, fôram então convidados e convocados para redigirem o manifesto.

A história nos declara que estes tres vultos nacionaes eram inimigos e perseguidos por José Bonifacio, e que, depois de redigidas as bases do manifesto e communicada a deliberação ao govêrno, respondeu José Bonifacio que fizessem o que quizessem na intelligencia de que não convinha nem apressar nem impedir a convocação da assembléa geral.

No dia 1º de Junho chegaram representações de Minas, dos povos de Serro do Frio, eguaes ás do Rio de Janeiro, e o principe, instado, fez a installação do conselho de procuradores geraes das provincias, no dia 2 de Junho e conveio na convocação da assembléa geral constituinte.

A idéa da independencia nacional já estava enraizada na consciencia nacional, já as provincias mais adeantadas, como Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco, tinham se batido em pról da liberdade e independencia nacional, e não mais podiam os homens do govêrno obstar a realização dêsse glorioso acontecimento.

Ninguém poderá contestar o papel saliente de José Bonifacio, já como patriota, já como fazendo parte do govêrno no facto da independencia do Brasil.

Si elle não o foi o único auctor de facto da proclamação, entretanto cooperava efficazmente com os demais; era ministro de d. Pedro I, expediu, como consta dos actos officiaes e publicos, diversas ordens em pról da independencia nacional.

A imprensa opposicionista não poupava José Bonifacio, e, em varios jornaes, que se publicavam no Rio de Janeiro, encontravam-se artigos violentos contra elle.

Dizem que até o anno de 1832 não se fallava em patriarchado da independencia brasileira, porque os que tinham concorrido efficazmente para ella não chamavam a si a glória e diziam que era a idéa suprema de todos os Brasileiros.

Mello Moraes, historiador brasileiro, em conversa com o marechal Henrique de Beaurepaire Rohan, quando estudante de engenharia em 1832, ouvira d'elle que, em companhia de outros pela rua do Ouvidor, vira em uma loja um quadro contendo varios bustos e no centro d'elle o de José Bonifacio, com uma inscripção que dizia ter sido elle o patriarcha da independencia, o que até essa época nunca tinha ouvido fallar.

O jornal *Aurora* fez uma publicação, dizendo que fôram poucas as vozerias dos representantes do povo, dando vivas a José Bonifacio, obsequiado heróe da independencia.

Mello Moraes affirma que os Andradas nutriam grande sentimento, por não serem contemplados para a regencia; e daqui partiu o constituirem-se restauradores exaltados.

A regencia permanente, considerando os graves males que devem resultar de que o conselheiro José Bonifacio continue no exercicio da tutela de sua magestade imperial o sr. d. Pedro II e suas augustas ermãs, ha por bem, em nome do mesmo augusto sr. d. Pedro II, suspende-lo do indicado exercicio, enquanto pela assembléa legislativa se não determinar o contrário.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, ministro e secretário dos negocios do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, 14 de Dezembro de 1833, duodécimo da independencia e do imperio.

Francisco de Lima e Silva. — João Bráulio Muniz. — Antonio Pinto Chichorro da Gama.

Para esse elevado cargo foi nomeado pela regencia permanente o marquez de Itanhaen.

O *Correio Official* n. 149, pag. 585, de 23 de Dezembro de 1883, traz uma refutação formal e histórica, sobre quem foi o verdadeiro auctor da independencia, e deelara que a modestia conservava em silencio os nomes de algumas pessoas

que mais efficazmente concorreram para esta grande obra, ou contentes de a gozarem em communhão, com os seus concidadãos, ou esperando que a posteridade lhes faça a justiça.

O *Jornal do Commercio* de 16 de Julho de 1841 declara que José Clemente Pereira, ministro da guerra, provou na sessão de 14 de Junho de 1841, na camara dos deputados, que José Bonifacio teve parte muito secundaria no movimento da independencia do Brasil.

Os seus rivaes chegam a affirmar que elle não queria o desmembramento do Brasil do de Portugal, porque, rezebendo do erario 18 mil cruzados, não lhe convinha a incerteza com a nova ordem de cousas politicas.

O decreto de 14 de Maio de 1821 assim dispõe:

"Tomando em consideração os bons serviços practicados com muita intelligencia pelo dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, do conselho de el-rei meu senhor e pae, nos empregos que occupa em Portugal, de intendente geral das minas e mattas do reino, superintendente do rio Mondego e obras públicas da cidade de Coimbra: hei por bem fazer-lhe mercê da metade dos vencimentos que justificar percebia pela real fazenda em Portugal, sendo-lhe paga a quarteis a título de pensão pela juncta da fazenda da provincia de São Paulo. O conde de Louzã, d. Diogo de Meneses, etc. Paço, 14 de Maio de 1821. Com a rubrica do principe regente."

No meio de tantas opiniões contrárias, convem que o espirito do historiador, indicando-as, sem ampliar e nem restringir a verdade, mostre os factos como elles são narrados, as suas circumstancias, a sua verosimilhança e o testemunho seguro que nos dão os homens, os acontecimentos e os dados officiaes, isentos de toda e qualquer dúbida.

Os historiadores patrios são unanimes em affirmar que o padre Diogo Antonio Feijó foi um terrivel adversario de José Bonifacio. A figura de Feijó era imponente no scenario politico do Brasil. Paulista, honrado, energico, elle podia rivalizar-se com os Andradas. Feijó residia na cidade de Itú, reducto do liberalismo paulista, e, com Paula Sousa, formava alli o centro onde eram acatados como chefes do partido.

Feijó oppoz-se ao projecto de constituição de d. Pedro I, de 25 de Março de 1824, e teve coragem de mandar a camara de Itú dar parecer contra varias disposições daquelle projecto.

Este facto, em nada alterou a disposição régia e nenhum effeito produziu para o fim collimado. Entretanto, d. Pedro

experimentou as disposições do povo ituano, no tocante ao espirito de liberalismo e independencia.

No anno de 1821, Feijó foi eleito deputado por São Paulo ás côrtes portuguezas e fôrão seus companheiros Antonio Carlos de Andrada, José Ricardo de Andrada, Vergueiro, Paula Sousa e Fernandes Pinheiro.

De volta de Lisboa, Feijó separou-se politicamente dos Andradas, porque, embora fossem accôrdes sôbre a idéa da independencia do Brasil, todavia, estava em desaccôrdo sôbre o methodo, processo ou modo de agir de José Bonifacio (que então era ministro), e com o qual Feijó não combinava.

Este facto deu causa a ser Feijó considerado por José Bonifacio e pelo seu ministerio como homem sedicioso, anarchico, digno de ser conservado debaixo da mais severa vigilancia para se evitar a sua perniciosa influéncia entre os seus comarcões.

Feijó offendeu-se com o proceder dos Andradas e pensou seriamente na situação do paiz, que se resentia da sua independencia e de não possuir uma constituição garantidora dos direitos sociaes.

Dizia Feijó que o regime era o da dictadura do principe e dos seus ministros despoticos.

Intelligente e arguto, viu que o govêrno dictatorial iria certamente considerar a opposição como sendo anarchizadora e o adversario político como verdadeiro inimigo.

A idéa da independencia tinha adversarios, não só entre Portuguezes, como entre Brasileiros, dominados por interesses de ordem economica, e mesmo por affeição ao regime colonial, sob cuja tutela viviam.

Feijó, durante a minoridade de Pedro II. foi violento, para não dizer energico, contra os que suppunha inimigos da ordem e não extranhava que, na occasião da independencia, José Bonifacio o mandasse espiar, como sendo homem perigoso e para o socego público e independencia nacional.

Em 1823, dissolvida a assembléa constituinte e deportados os Andradas, jurada a constituição de 25 de Março de 1824, d. Pedro governou dictatorialmente o paiz e Feijó, que era contrario aos processos dos Andradas, deixou-se ficar por annos em silêncio, nada protestando, como liberal e altivo, contra d. Pedro, dictador.

Nesse tempo, houve os fusilamentos de Pernambuco, a tentativa de govêrno absoluto, etc.

Diz a história que José Bonifacio, no regime da dictadura, sem ter Constituição, usou da espionagem e da devassa, que tanto irritou Feijó, mas não usou da fôrça e nem mandou

fusilar ninguém. José Bonifácio, diz o historiador patrio, usou daquelles meios energicos, como meios de govêrno, para assegurar a independência do Brasil.

E' certo que existem avisos e portarias assignados por José Bonifácio, quando ministro, mas todos elles são referentes á ordem e segurança pública, em periodo de tanta agitação nacional.

Vemos, por exemplo, a ordem assignada por José Bonifácio, em data de 10 de Abril de 1822, em que elle diz que, sendo um dever sagrado nas actuaes circumstancias vigiar siodadamente todos os malvados que machinam contra a tranquillidade, segurança pública, para fins sinistros e criminosos etc.

Outros avisos e ordens fôrão expedidos por elle nesse mesmo teôr e o fazia na qualidade de ministro, encarregado de zelar pela ordem e segurança pública. Isto, qualquer outro ministro, que não estivesse affectado de tibieza, o faria, porque atravessava o Brasil um periodo de commoção, não havia uma constituição, baseada em moldes de completa liberdade, não havia independência nacional, o povo em lucta com a metropole degladiava-se fraternalmente, pois que os Portuguezes estavam immiscuidos nas luctas contra os Brasileiros, e estes povos éram todos os que habitavam e compunham a população do paiz.

Ora, nestas condições, ministro como elle era do principe regente, e responsavel pela ordem pública nacional, era obrigado ás medidas energicas, constantes das reiteradas ordens: que d'elle emanavam constantemente.

A história de um paiz, em periodos de luctas politicas e de agitações nas camadas sociaes, não póde ser architectada sob a impressão dêsses acontecimentos, guiando-se o historiador sómente pelas notícias das gazetas, dos pamphletos e das impressões dos partidos politicos.

Um criterio superior, um princípio de justiça e de inteira imparcialidade, deve dominar por completo o ánimo calmo e sereno do observador, e, factos que impressionam, que são adrede preparados, não poderão tomar o logar que os acontecimentos principaes determinam.

A's vezes, é o effeito pela causa e vice-versa, outras, a illusão completa dos sentidos, o enthusiasmo, a obsecção partidaria, a admiração pessoal, e todas as causas que suggestionam os sentidos e obunbram a verdade.

O proprio Feijó, como relata a história, viu no campo da Força, em São Paulo, a execução do Chaguinhas, e o facto é tido e havido como sendo inverosimil, porque Feijó viu o

Chaguinhas só, quando a verdade historica affirma que elle estava em companhia de outros condemnados, podendo-se citar como verdadeiro o facto de alli se achar, nessa mesma occasião, Joaquim Colindiba, seu cumplice na sedição de Sanctos.

Eis a razão por que affirmamos que não devemos dar crédito a tudo quanto se diz, que a história veridica dos acontecimentos está sujeita ao criterio da observação, aos dictames da razão, e o espirito não póde e não deve ser suggestionado por processos que escapam ás regras do bom senso e ao testemunho rigoroso da verdade.

Não é bastante fazer-se referencia a um homem da estatura de Feijó, para ficar-se obrigado a crer em factos inverosímeis, uma vez que esses mesmos factos sejam absolutamente impossiveis.

Si o Chaguinhas estava em companhia de outros condemnados, si esse facto está bem constatado, bem averiguado pelo testemunho historico dos homens, como poderia Feijó ve-lo só? Não é isso uma lenda, uma farça ou cousa que o valha?

O que Feijó diz ter visto com seus olhos, diz a história, parece ser mais o effeito de uma illusão optica, sobre um espirito fortemente impressionavel, do que um facto real, ou tambem póde ser consequencia de exquecimento de um facto pouco importante em relação a tantos outros factos gravissimos do agitado periodo de 1821 a 1832, porque é incrível que os factos se dessem como fôram narrados por elle, porque a história dos Andradas não justifica tanta perversidade e porque nenhum chronista jámais mencionou taes circumstancias.

E' por esse motivo, como acabamos de vêr, que muitas vezes a história adultéra os factos; narra-os como são apparentemente apresentados, e, mais tarde, na apreciação dos acontecimentos, na apuração geral da verdade historica, é que elles vão ter a devida e justa consagração, sem as illusões transitorias, sem as impressões deturpadoras, que desvirtuam o testemunho do observador, fazendo crer o inverosimil pelo verdadeiro.

José Bonifacio, com as ordens que baixava, não tinha em mira outra cousa mais do que pedir o respeito á ordem, ás auctoridades constituidas, para o effeito patriotico de não revolucionar o paiz e aguardar o momento opportuno da sua independencia.

Isto, porém, não acreditam alguns historiadores, como Mello Moraes, que affirma ter sido José Bonifacio um desputa

e que todas estas providencias elle as dava em character de despota.

Affirmam alguns que José Bonifacio era contrario á independencia do Brasil, com receio que perigassem os seus interesses como pensionista do Estado, e que tudo quanto fez em prol do movimento nacional, no sentido da independencia, foi por conselhos e instigação do seu irmão Antonio Carlos, que de Lisboa lhe escrevia constantemente.

Não parece ser fundada essa razão, de que José Bonifacio era aconselhado pelo irmão, pois que elle era mais velho, mais illustrado e tão habil como Antonio Carlos, não sendo de presumir que agisse simplesmente por conselhos do irmão.

Vejamos o que a esse respeito dizem os escriptores, isto é, sobre a pessoa de José Bonifacio, como sendo um vulto proeminente, na galeria dos homens celebres do Brasil:

Fausto Barreto e Carlos de Laet, *Anthologia Nacional*, 8ª edição, pag. 519, tractando de José Bonifacio, dizem:

“José Bonifacio de Andrada e Silva, patriarcha da independencia do Brasil, nasceu em Santos, no anno de 1765 e falleceu na ilha de Paquetá, em 1838. Bacharelou-se em direito e philosophia natural na Universidade de Coimbra e, mediante a intervenção do duque de Lafões, fundador da Academia Real de Sciencias, a que fôra admittido o joven Brasileiro, viajou 10 annos pela Europa, cultivando as sciencias naturaes, em que logrou distinguir-se a ponto de ser nomeado, quando voltou, intendente geral das minas e lente de geologia em Coimbra.”

Sabe-se que em 1821 desempenhou José Bonifacio o mais importante papel político, altamente contribuindo para a independencia da nossa patria.

Exilado annos depois, quando se dissolveu a assembléa constituinte de 1823, permaneceu em França até 1829, e foi durante esse periodo que estampou em Bordéos as suas *Poesias Avulsas*, de Americo Elysio.

Depois da abdicção de Pedro I assumiu, por escolha do imperador, o cargo de tutor de d. Pedro II e de suas ermãs. emprêgo de que foi logo privado, sendo até mettido em processo.

Como poeta, foi o veneravel Brasileiro fidelissimo seguidor das fórmas classicas portuguezas, imitando a Garção e principalmente a Filinto Elysio.

Assim sendo, José Bonifacio, que era um talento de escól, muito mais habil e illustrado do que o seu irmão Antonio

Carlos, não se deixaria certamente influenciar por este, para ser levado a tractar da independência do Brasil.

Além disso, a história nos diz que Antonio Carlos estava em viagem para Lisboa, em Janeiro de 1822, quando José Bonifacio partiu para o Rio, levando consigo a representação, afim de convencer o principe que ficasse no Brasil, e este pedido importava de alguma forma em um primeiro passo para a independência, que era consequencia logica daquella rebeldia do principe contra os decretos das côrtes constituintes de Lisboa.

José Bonifacio, como político e estadista notavel, era chefe de um grande e importante partido na Provincia de São Paulo, e não conseguiu impor o seu prestigio a todos os Paulistas, porque encontrava emulos da Estatura de Feijó e de outros vultos, que tambem dominavam na politica da provincia, e contrariavam os planos e as idéas de José Bonifacio.

Opinavam todos pela independência do Brasil, mas, como já dissemos, divergiam dos methodos e meios adequados, pelo que se degladiavam em luctas de intrigas, perfidias e perseguições, armas postas em practica no terreno da politica.

Os adversarios de José Bonifacio dizem que elle era despota e que não escolhia os meios para alcançar os fins, era amante da lisonja, e acerrimo perseguidor dos seus inimigos.

Dizem mais que o orgulho, a vaidade e a ambição do mando levaram os Andradas a commetter desatinos e por isso deixaram em meio o que todos queriam ver consolidado, isto é, fundar no Brasil um imperio modêlo.

Estas accusações contra José Bonifacio vêm todas insertas e periodicos da época, taes como *O Brasileiro* e *Aurora*, *O Carijó*, *Espectador Brasileiro*, *Correio do Rio de Janeiro*, e outros muitos que eram publicados no Rio de Janeiro.

Todos estes periodicos encerram linguagem acre e censuras graves contra José Bonifacio, e se vê mesmo o tom de despeito e de rancor que dominava o espirito dos que se arremettiam contra o ministro do regente imperial.

Chega-se mesmo a dizer cousa que suppunham ser verosímeis, mas que não têm base documentada, pois são affirmativas vagas, méros boatos, como se costuma dizer vulgarmente — *diz que diz que*.

Atribuem a José Bonifacio o ter elle escripto a dom Pedro, dizendo que "tudo aqui no Rio caminha tranquillo, excepto alguns fallatorios de pessoas de cabeças esquentadas, que brevemente iriam indo pela barra fóra".

Ô *Correio do Rio de Janeiro* era redigido por João Soares Lisboa, pertencente ao então partido liberal.

Lisbôa usava de linguagem violenta contra o govêrno, censurava fortemente os actos de José Bonifacio, e, por isso, dizem os chronistas, foi prêso e intimado para sair do Brasil.

Accusam por este facto a José Bonifacio de intolerante e máo, assim como accusam-no por ter mandado deportar de São Paulo trinta e tantas pessoas por se oppôrem a seu ermão.

Estes factos, considerados isoladamente, impressionam o espirito, mas, attendendo-se que elles eram reclamados como providencias necessarias aos negocios públicos, ao bem estar e segurança da patria, em periodo de tanta agitação, quando podiam essas luctas e agitações degenerar em tremenda revolução, é bem de ver que José Bonifacio tinha razão no emprêgo das medidas extremas de que por vezes fez uso, na qualidade de ministro do regente imperial.

Em todos os povos do mundo existiram os partidos organizados uns contra os outros, e as luctas foram sempre as mesmas: não dar treguas ao adversario, porque — “quem o inimigo poupa nas mãos lhe morre”.

Ninguém deve extranhar, portanto, as ordens emanadas das auctoridades, em prôl do seu programma de govêrno; ellas obedecem a um princípio superior, e não podem e não devem ficar á mercê dos caprichos daquelles que as contrariam por systema ou por espirito de partidarismo.

Foi o que aconteceu com José Bonifacio: vulto proeminente na politica brasileira, Paulista distincto pelas suas excelsas virtudes, espirito illuminado pela sciencia, portador de um diploma scientifico de Coimbra, estimado pelo principe regente, tendo até ascendencia em seu ânimo, ministro e chefe liberal no paiz, naturalmente seria o depositario de enorme somma de influencia e ao mesmo tempo de responsabilidade no alto govêrno do paiz.

A elle attribuiam todos os males que se suppunha existirem no paiz, era o alvo principal da calamidade pública, das luctas, das perseguições, dos processos movidos em todo o Brasil, contra tudo e contra todos, porque José Bonifacio era amigo do principe, era o seu conselheiro, o precursor da independencia do Brasil.

E' preciso que se note, que, nesse tempo, dous partidos existiam no Brasil: um, que mantinha *totis viribus*, o dominio da metropole, e outro, que queria a independencia nacional.

Dahi as luctas e as intrigas que alimentavam contra os homens do governo, chegando-se mesmo a accusar José Bonifacio de traidor, porque se dizia pela independencia, quando de facto elle era pelo govêrno absoluto de Portugal, superintendente do rio Mondego e obras públicas da cidade de Coimbra e lente da cadeira de metallurgia na Universidade de Coimbra.

José Bonifacio, cuja individualidade está mais do que adorada na alma nacional, character adamantino, virtuoso até o extremo, incapaz, portanto, de qualquer acto ignobil, não seria capaz de preterir os sagrados interesses da sua estremecida Patria, de abafar a voz nacional que clamava a independencia, por interesses de pequena monta, de remunerações que a metropole lhe havia concedido, por serviços que prestava como profissional ao govêrno de Portugal.

Não é crível que elle procedesse por essa fórma, postergando as mais elementares regras do decêro, da honra e do seu character impolluto.

Ninguém poderá acreditar que José Bonifacio, a alma da independencia do Brasil, traisse a causa nacional, sob a influencia de tão pequenina suggestão.

Por espirito de partido, dominados pela emulação, inveja ou qualquer outro sentimento inconfessavel, attribuem a José Bonifacio males que, entretanto, não merecem ser tidos em linha de conta.

Conhecem-se muitos factos comesinhos a respeito da vida privada e pública de José Bonifacio, mas, ninguem tracta de penetrar no dominio puro da verdade, generalizando sociologicamente, philosophicamente o poncto de vista politico e social dos acontecimentos.

Muitas vezes tomam o effeito pela causa, outras vezes suggestionam-se por intrigas de partido, de nacionalidade, e muitas outras cousas, que são attribuidas ao glorioso patriota, mas não se pensa nos factos geraes, na attitudo patriotica do nosso illustre compatriota, a alma principal, sinão uma das principaes na causa da nossa independencia nacional.

E' por isso que diz um sabio escriptor francez: "E' preciso, para se chegar á verdade, conhecer não muitos factos porém os factos essenciaes e verdadeiramente influentes, encara-los sob todas as suas faces, sobretudo tirar delles consequencias justas, assegurar-se de que o effeito que se lhe attribue vem realmente d'elle e não de outra parte".

Factos aliunde colhidos, sem relação, ou dos quaes nada resulte, são conhecimentos sem importancia e jámais poderão

constituir elementos para a história, serão apenas considerados — erudição de almanak.

A questão da nacionalidade livre brasileira, por vezes, trouxe agitada a mente dos nossos homens publicos, cada qual chamava a si a primasia da idéa, ou todos desejavam ser participantes da glória, e, assim, foi que José Bonifacio foi exquecido por uns, e censurado por outros, mas a história não olvidou a glória que, com tanta justiça, é attribuida a José Bonifacio de Andrada e Silva, Paulista distincto, e um dos maiores Brasileiros do seu tempo.

A lucta estabelecida em tórno da idéa da independencia é mais uma questão de glória pessoal, de egoismo, de vaidade, do que um direito que se pretende reivindicar.

Em todas as cousas humanas, isto mesmo observamos.

Si fôrmos perquirir quem foi, ou quaes fôrão os homens no Brasil, que mais luctaram pela proclamação da República, teremos que escrever volumosas obras, e, no fim, não teremos talvez a verdade historica do facto.

A Bahia vaé reclamar para si essa glória, dirá que no dia 6 de Março de 1817 appareceu a conjuração com o fito de proclamar-se a República, organizando-se o Governo Provisorio de cinco membros, no dia 7, mas fôrão perseguidos por fôrças reaes, e a primeira victima foi o padre José Ignacio Ribeiro Roma, que foi fuzilado a 29 de Março de 1817 no campo da Polvora, ás 10 horas da manhã.

Ora, ahi temos que a República proclamada a 15 de Novembro de 1889, pelo marechal Manuel Diodoro da Fonseca, já havia antes, em 1817, sido proclamada pelo padre José Ignacio Ribeiro Roma, na Bahia!!!

A glória da primasia coube, portanto, ao padre Roma, e não ao marechal Diodoro da Fonseca.

Beckman, que tantas glórias obteve em Pernambuco, na lucta pela liberdade: em 1720, Felipe dos Sanctos que, no patibulo, cheio de heroismo, confessou o seu crime pela liberdade da Patria.

Como este, o legendario Pernambucano Bernardo Vieira de Mello, que acabou os seus amargurados dias na prisão, longe da Patria, dos amigos e da familia, martyr da liberdade.

Minas, tambem continha o fermento da revolução com a pretensão de estabelecer no Brasil o governo republicano.

Os conspiradores para a realização dêsse *desideratum* eram: o coronel Ignacio José de Alvarenga Peixoto, festejado poeta. Este cidadão era o encarregado, dentre os conspiradores, de redigir os decretos que deviam logo ser pro-

mulgados; Claudio Manuel da Costa, advogado e celebre litterato; o desembargador Thomaz Antonio Gonzaga, poeta e ouvidor de Villa Rica; o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por Tiradentes; os tenentes-coroneis Domingos de Abreu Vieira e Francisco de Paula Freire de Andrade; os padres Carlos Corrêa de Toledo e José da Silva Oliveira Rolim.

Em 1714, o Brasil foi elevado a vice-reino, e o governador de Minas nesse tempo era Luiz de Vasconcellos (visconde de Barbacena), que conservava o título de vice-rei do Brasil.

Dominava a revolução nas idéas de quasi todos os Brasileiros.

O imposto do quinto do ouro era repugnado pelo povo, e esse facto, segundo affirmam os historiadores patrios, influuiu poderosamente para que a insurreição tomasse vulto e irrompesse impetuosamente.

Reuniram-se os conjurados e Tiradentes propoz para que o lemma da bandeira fôsse — *Libertas quæ sera tamen* — (liberdade embora tarde).

Ficou tambem resolvido que se mudasse para São João d'El Rei a capital, e as outras medidas fôram tomadas para o fim collimado.

Tiradentes foi ter ao Rio de Janeiro, com o fito de obter proselytos e munir-se de armas para os adeptos da revolução.

Passavam-se assim os factos, quando o visconde de Barbacena recebeu denúncia dada pelo coronel portuguez Joaquim Silverio dos Reis, de que existia de facto a conspiração.

Tiradentes e seus companheiros fôram presos, e tractaram de devassas contra os conspiradores.

Fizeram muitos interrogatorios e Tiradentes, com a coragem de um martyr, reclamou para si toda a responsabilidade dos factos. Não quiz por fórma alguma comprometter os seus companheiros, e, com serenidade de espirito, aguardou a hora de expiar as suas culpas, si culpas eram os gemidos da liberdade no peito daquelle grande patriota brasileiro.

No dia 18 de Abril de 1792, os ministros da alçada e os demais adjunctos, em relação extraordinaria, sob a presidencia do vice-rei, reuniram-se e, em seguida, depois de muita discussão, passadas 18 ou mais horas, resolveram condemnar os conspiradores, em penas differentes, sendo uns á morte, e outros a desterro.

D. Maria I a 15 de Outubro de 1790, por carta régia, commutou em degrêdo a pena de morte para todos da conjuração, com excepção do alferes Tiradentes, que com baraço e pregão devia ser conduzido pelas ruas públicas ao logar da forca e soffrer morte natural; e que depois de morto lhe seria cortada a cabeça e levada a Villa Rica, onde, em logar bem público, se elevaria sôbre um poste até que o tempo a consumisse.

Seu corpo, esquartejado, pregar-se-ia em postes pelo caminho de Minas, nos sitios da Varginha, Cebolas e outras povoações, até tambem a consummação.

Declarar-se-ia infame e infames seus filhos e netos; seriam seus bens applicados para o fisco e camara real; a casa em que vivera seria arrazada e salgada, erguendo-se no chão um padrão pelo qual se conservasse em memória a sua infamia.

Com todo esse cortejo de formalidades e ignominia, foi o martyr executado no dia 21 de Abril de 1792. O nome de Tiradentes desde então tornou-se popular na nossa historia, symbolizando para os famigerados do absolutismo a infamia, e para os paladinos da liberdade, a immortalidade, a glória desse nome sagrado pela Patria e para a humanidade.

Foi a maior barbaridade que se poderia ter commettido no Brasil, e de que não ha outra igual.

Rodrigo Octavio, nas suas *Festas Nacionaes*, assim descreve o quadro horroroso dessa scena selvagem:

Da enorme massa popular que havia attendido o convite do vice-rei para o desagravo da realza e que se achava no logar do supplicio e transida de dôr e de commoção, ao ver a fria calma imperturbavel do martyr patriota, ergueu-se um grito de horror no momento em que o corpo se balançava no ar, prêso da forca pelo braço esticado...

O rufar dos tambores marciaes e o vozear dos clarins abafaram, porém, essa explosão espontanea do coração popular.

Em seguida, ante o morto, enquanto os carrascos ultimavam a execução, procedendo ao torpe esquartejamento do corpo ainda quente, frei Raymundo de Penaforte, para aproveitar o scenario e para conforto do povo, fez uma pregação solenne dissertando sôbre o seguinte trecho do *Ecclesiastes*:

"Nem por pensamentos trairás o teu rei, porque as mesmas aves levarão a tua voz e manifestarão o teu juizo.

In cogitatione tua regi, ne detrahas... quia et avis cœli portabunt vocem tuam.

Entre os condemnados contavam-se Claudio Manuel da Costa, que se suicidara na prisão; Alvarenga Peixoto, que foi degredado para Ambaca; o dr. Maciel para Maçangano; o desembargador Gonzaga para Moçambique.

Os degredados partiram do Rio de Janeiro para Angola e Moçambique a 22 de Maio de 1792.

Os commentadores da nossa história patria dizem que a punição imposta aos condemnados foi tão grande como o prémio conferido ao traidor Silverio dos Reis.

Por decreto de 4 de Outubro de 1794 foi s. m. servida, em attenção aos distinctos serviços prestados com exemplar lealdade pelo coronel Joaquim Silverio dos Reis, fazer-lhe mercê, por princípio de remuneração, do Habito da Ordem de Christo, com 200\$ de tença, pagos effectivamente, e no dia 20 do corrente o principe n. s. houve por bem lançar-lhe o hábito pela sua real mão.

Por decreto de 13 de Outubro do mesmo anno foi s. m. servido levantar o sequestro feito e entregar a Joaquim Silverio todos os seus bens (que se achavam apprehendidos pela Real Fazenda pelo alance de 167:553\$770, como um testemunho da real approvação pelo fiel e louvavel comportamento com que honrou o nome portuguez).

Por decreto de 20 de Dezembro ainda de 1794 foi s. m. servido honrar o coronel Silverio com o título de fidalgo da sua real casa em fôro e moradia, e fazer-lhe mercê da thesouraria-mór da bulla de Minas, Goiazes e Rio de Janeiro.

Não pararam ahí as honrarias. A 24 de Fevereiro de 1795 os exmos. marquez mór e o conde de Rezende, presidente do conselho ultramarino, armaram cavalheiro da Ordem de Christo o coronel Silverio, sendo egualmente seus padrinhos.

Traetando da história da independencia do Brasil, precisamos relatar todos esses factos que se prendem ao acontecimento historico da formação da nossa nacionalidade, e, então, temos de estudar na evolução sociologica os factos connexos, as manifestações no tempo e no espaço, dos sentimentos de patriotismo revelados na alma do povo, as luctas travadas em torno da idéa libertadora, os embaraços que os Brasileiros encontraram na pertinacia dos governantes, e enfim da victória alcançada contra os refractarios, inimigos da formação da nossa nacionalidade.

Acabamos de demonstrar com os subsidios da história, que em Minas houve a conjuração promovida para o estabelecimento do regime da nossa completa liberdade política, e diremos que em Minas ainda Sebastião da Veiga Cabral disputara a glória de ter sido elle o primeiro que proclamou a República no Brasil.

Diz a história que já havia em Minas um movimento revolucionario, quando era governador d. Pedro de Alcantara. Foi planejada uma conspiração e ficou combinado que Sebastião da Veiga Cabral seria o chefe temporario da República.

Ahi temos um outro Brasileiro reclamando para si a primasia da proclamação da República no Brasil.

Estes factos demonstram evidentemente que, em todos os tempos e entre todos os povos, houve pruridos de independencia.

Os governos absolutos que comprimiam a liberdade tiveram que lutar contra os homens, que resistiam á tempestade da prepotencia, do odio e do exterminio, e, muitos heróes figuram na história cheios de benemerencia e adorados pela sublimidade de seus actos, immolados em prol da causa sancta da liberdade.

Foi o que aconteceu no Brasil. Os Portuguezes, de accôrdo com os Brasileiros, cansados do govêrno usurpador da metropole, vendo que esta só queria arrebatar a riqueza do sólo brasileiro, e, sem esperanças de obter a sua liberdade política pelo atrazo em que se achava o Brasil naquella época, despovoado, sem agricultura desenvolvida, privado de vias de comunicação facil, pois que não possuia sequer uma estrada de ferro (a primeira concessão de estrada de ferro que houve no Brasil foi a de 18 de Março de 1836, dando o govêrno privilegio exclusivo á Companhia de Aguiar, Viuva Filhos & Companhia) tractaram da independencia do Brasil, de modo a ser elle completamente separado do govêrno portuguez.

São Paulo, que tinha homens politicos experimentados, tractou logo de organizar um partido forte, no sentido de agir pela independencia patria.

José Bonifacio poz-se á frente do govêrno provisorio e levou para elle homens de valor, taes como Martim Francisco Ribeiro de Andrada, irmão e genro de José Bonifacio.

Martim Francisco é natural de Sanctos, nascido em 1774, e formado em Coimbra em mathematicas. Foi um profundo conhecedor de sciencias e de economia política e um dos mais abalisados financeiros da época.

Era um Brasileiro patriota e illustrado, muito altivo, honesto e propenso, como José Bonifacio, á idéa da independencia do Brasil.

Mantinha perfeita união de idéas e de vistas com José Bonifacio, e essa solidariedade era o penhor da força política em prol da independencia do Brasil.

Essa união fraternal, esse connubio de idéas sublimes pela Patria, oriundos de uma mesma familia, de uma provincia commum, architectada em dous cerebros intelligentes e dotados de vasta cultura scientifica, havia naturalmente de despertar o odio, o ciume, o desespero na classe dos partidarios do regime colonial.

O brigadeiro Manuel Rodrigues Falcão era amigo particular de Martim Francisco e solidario com as suas idéas políticas.

O coronel Lazaro José Gonçalves, militar distincto que prestou relevantes serviços ao Brasil. Falcão marchou para o Rio de Janeiro para defender d. Pedro, contra as forças portuguezas.

Foi um servidor da Patria e dedicado aos Andradas no sentido da independencia.

O coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo era adepto da independencia e esteve presente na occasião da sua proclamação, no Ipiranga.

O padre Francisco de Paula Oliveira era membro tambem do govêrno provisório e acompanhou os seus collegas, votando as medidas reclamadas pelo partido em benefício da independencia.

André da Silva Gomes e o conego João Ferreira de Oliveira Bueno eram companheiros do govêrno, e o padre Bueno era liberal e o seu voto pesava nos conselhos do partido, pois que era erudito, escreveu as *Memorias*, publicadas na *Revista do Instituto Historico Brasileiro*.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, portuguez de origem, porém casado com d. Maria Angelica de Vasconcellos, paulista, foi um político importante, tendo tido occasião de representar São Paulo no Congresso da Metropole e no Rio de Janeiro, onde tomava parte nas questões de maior relevancia política.

O senador Vergueiro foi senador do Imperio, e representou papel saliente na causa da independencia.

Vergueiro era um agricultor intelligente, e cuidou seriamente dos problemas da agricultura, estudando os pro-

cessos modernos da época, da immigração e de tudo que diz respeito á riqueza agricola do sólo paulista.

Cultivou a canna de assucar em larga escala, e as suas opiniões em materia de agricultura eram acatadas.

Cooperou efficazmente para a independencia do Brasil, e ha quem affirme que a maior glória da idéa emancipadora cabe-lhe por direito, porquanto elle agia em todos os terrenos politicos com os seus amigos, e não dava treguas aos adversarios.

A estatura de Vergueiro não se distanciava da dos Andradas, pois elle era illustradissimo, optimo orador, muito intelligente, muito práctico e formado em Coimbra.

Foi o senador Vergueiro uma verdadeira glória nacional, e o seu nome fulgura nos brilhantes annaes da nossa Patria com honra e grande orgulho para todos.

Havia tambem um partido retrogrado, formado não só de Portuguezes, mas tambem de Brasileiros, que visava embaraçar no espirito público a idéa de independencia.

O chefe dêste partido era o general João Carlos Augusto de Oyenhausen, nascido em Portugal, filho de um conde alemão.

João Carlos era intelligente, porém pusilanime. Foi elle quem encarregou Martim Francisco de ir ter com Pedro I, para que ficasse no Brasil, mas, á última hora, mudaram de opinião, e quem levou a representação ao principe foi José Bonifacio. Este partiu para o Rio de Janeiro, e, no dia 16 de Janeiro, é nomeado ministro e nessa occasião tractou das medidas tendentes a assegurar a independencia que foi proclamada a 7 de Setembro de 1822.

Oyenhausen era intrigante e procurava attrahir os Andradas. Incompatibilizado com a *bernarda*, e com os Paulistas partidarios da independencia, partiu João Carlos para o Rio de Janeiro, deixando a provincia na maior anarchia e cheia de odios.

Nessa occasião, Porto Feliz, Campinas, Mogi-Mirim, Sorocaba, Itú, Itapetininga, e outros municipios desmembraram-se de São Paulo, e formaram uma confederação em armas a favor da independencia.

Em Itú, então Villa, Paula Sousa e Feijó resistiram a João Carlos com as armas nas mãos.

Cortaram os confederados todas as relações com João Carlos para entenderem-se directamente com d. Pedro e os Andradas e isto deu motivo á vinda de d. Pedro para São

Paulo, afim de conciliar os animos e reunir os partidos sob uma só bandeira.

Chegando o principe a São Paulo, a 25 de Agosto, demittiu o resto do governo provisório e lançou no exilio os revoltosos.

Quando voltou de Sanctos, nos campos do Ipiranga, recebeu os celebres despachos de Lisboa e ahi soltou o grito de — *Independencia ou morte*.

Neste poneto, façamos a descripção da independencia do Brasil, tal como nos é narrada pelo venerando e immortal Paulista barão e conselheiro Ramalho.

No anno de 1822, quando o principe regente d. Pedro, accedendo aos conselhos de seus ministros, deliberou vir a esta Capital para restabelecer a ordem pública alterada pelos movimentos sediciosos de 23 de Maio e 19 de Julho, deixando a princeza real presidindo os conselhos d'estado e de ministros, graves acontecimentos se desenrolaram no sólo paulista, como vamos descrever:

Trazendo consigo, por seu ministro itinerante, Luis de Saldanha da Gama, depois marquez de Taubaté, a sua guarda de honra, e dous criados de sua casa, partiu da côrte no dia 14 de Agosto: chegou á freguezia da Penha de França, legua e meia distante da cidade, a 24 do mesmo mez, e dahi expediu um decreto dissolvendo o governo provisório e ordenando que saíssem da capital os principaes auctores da sedição.

Fez no dia seguinte a sua entrada solenne, que foi deslumbrante: o povo, formando alas, desde a Penha até a cidade, o recebeu com grande applauso e contentamento.

A sua estada na capital foi assignalada com varios actos administrativos: além de outras providências, a bem da ordem pública, chamou á guarnição da capital os milicianos de Itú e de Sorocaba que, por seu patriotismo, na emergência de 23 de Maio, inspiravam plena confiança.

Restabelecida a ordem, encarregando do expediente ao ministro, no dia 5 de Setembro, dirigiu-se á praça de Sanctos para examinar as fortificações, ver a casa em que nascera o patriarcha José Bonifacio de Andrada e Silva e conhecer as outras pessoas desta illustra familia.

Demorou-se alli um só dia e voltou á Capital no dia 7 de Setembro.

No lugar denominado Meninos ordenou que sua guarda o precedesse e o esperasse ás portas da cidade, deixando apenas consigo os cidadãos Joaquim Maria da Gama Freitas

Berquó, João Carlota, João de Carvalho e Francisco Gomes da Silva.

A guarda, cumprindo as ordens recebidas, segue e faz alto ás margens do Ipiranga, em uma casa pequena, situada ao lado esquerdo do corrego, propriedade do alferes Joaquim Antonio Mariano.

Nesse mesmo dia, 7 de Setembro, chegaram á capital o major Antonio Ramos Cordeiro, guarda de honra, e Paulo Bregaro, official da secretaria do supremo tribunal militar, trazendo ao principe novas da côrte; e, sendo informados de que sua alteza estava em Sanctos, partem immediatamente.

Nas margens do Ipiranga, sabendo que a guarda de honra o esperava a todo o momento, seguem a toda a brida para encontra-lo. Pouco terreno havia ganho, assoma o principe ao alto da collina do Ipiranga.

Vendo elle um facto tão extraordinario, pára e espera o exito.

Approximam-se os mensageiros (eram quatro horas da tarde) e, mal se apeiam, beijam reverentes a dextra ao principe, entregando-lhe uma carta da serenissima princeza, e um officio de José Bonifacio.

A carta e o officio contêm um aviso dos decretos tyrannicos das côrtes portuguezas, chamando o principe a Portugal para viajar incognito, e declarando nullas e irritas as medidas por elle tomadas no govêrno do Brasil.

Comprehendeu o principe o alcance dêstes decretos e exclamou: "Não cessam de cavar a nossa ruina".

Então desembainha a espada e segue a todo o galope com direcção á sua guarda de honra e mais pessoas de sua comitiva que adeante o esperavam, proclamando resolutamente: *Independencia ou morte*.

Em breve a sentinella o avista e brada ás armas. Enquanto apressados correm os guardas a seus postos, chega o principe, suspende o corcel, e assim lhes falla: — Camaradas, as Côrtes de Portugal querem mesmo escravizar o Brasil; cumpre declarar já a sua independencia... Laços fóra.

Todos arrancam o laço portuguez que trazem ao braço esquerdo, e muitos guardas o dilaceram a fio d'espada.

Continuou d. Pedro: — D'ora avante traremos todos outro laço de fitas verdes e amarellas; e estas serão as cores bra-sileiras.

A guarda de honra se põe no largo, debaixo de fóрма, e o principe, elevando a espada, proclamou solennemente: — *Independencia ou morte*.

A guarda toda repete entusiasticamente por longo tempo, as palavras do príncipe: palavras sublimes, diz o historiador, que elevaram o Brasil á categoria de nação livre e independente, e o príncipe á glória de ser fundador de um vasto imperio e de uma nova dynastia.

Sem mais detença dirige-se o príncipe á capital.

Relata o barão de Ramalho com muita fidelidade os factos que então se passaram, quando foi proclamada a independencia em São Paulo.

O barão de Ramalho era homem daquelle tempo, liberal e espirito mui culto, e mais tarde occupou com brilhantismo a cadeira de lente da Faculdade de Direito de São Paulo. Foi um notavel jurisconsulto, deixou escriptas muitas obras de direito, e um nome admirado de todos os Paulistas.

Não tomou parte activa no acontecimento da independencia, porém, ligado aos homens da época na idéa da independencia do Brasil, muito se interessava pelas cousas que se relacionavam com o facto.

Após a proclamação da independencia, e muito depois, encarregou-se o barão de Ramalho de planejar a erecção de um monumento commemorativo da independencia patria, e foi então que se tractou da concessão de uma grande loteria em beneficio da construcção do monumento.

Levado a termo final este commettimento, possúe o Estado de São Paulo, no local do grito da independencia, um bello monumento, que presentemente é destinado ao Museu do Estado.

O govérno de São Paulo, na data do centenario da independencia do Brasil, cogita de grandes festejos, e tracta do embelezamento de uma grande extensão de terreno que, da varzea do Carmo, pelas margens do Ipiranga, vai ter ao local da scena historica, onde está exactamente o imponente monumento.

Outros monumentos serão levantados no sólo paulista, outros symbolos representarão no torrão paulista a idéa mater da nossa patria, e, duradouros como o tempo, hão de perpetuar aos posterios a firmeza de ánimo do povo brasileiro, o carinho pela liberdade nacional e a grande lição de uma história mais que brilhante na vida de um heroico povo.

Continúa o barão de Ramalho:

Pela entrada e ruas da cidade que passavam, vieram todos com o mesmo enthusiasmo, repetindo incessantemente, em altas vozes: — *Independencia ou morte.*

Ao chegar o principe á capital, espalha-se com a velocidade do raio a notícia de tão extraordinario acontecimento.

A' noite, illumina-se espontaneamente a cidade toda, e o povo com alegria nunca vista, percorre as ruas levantando estrondosos vivas á liberdade da patria e ao seu libertador.

Accrescenta o barão de Ramalho que, para melhor manifestar-se o jubilo público, a companhia Zacheli annuncia abrir o theatro e repetir o *Convidado de Pedra*. Foi extraordinario o concurso de espectadores Brasileiros e Portuguezes, querendo todos com o principe tomar parte na primeira festa da independencia.

Conhecedor profundo dos factos que se desdobraram na occasião, o barão de Ramalho, com a sua perspicacia, e firmado em testemunho de pessoas competentes, além de valiosos documentos em poder, declara tudo como de facto succedeu.

Assim diz elle: Em um dos camarotes do theatro (o de número onze) estava reunida essa mocidade talentosa, cheia de vida e de patriotismo, que, attrahida pelas esperanças do futuro, seguia as inspirações dos Andradas; e ahi elaboravam a idéa que depois se revelou.

Era grande a anciedade por ver o principe, quando elle, em grande gala, mostra-se á frente do camarote do govêrno, com seus gloriosos companheiros do Ipiranga, e já todos trazendo ao braço esquerdo o laço nacional.

Causou a presença do principe os mais vivos transportes de contentamento e de alegria.

Nessa occasião, affirma o barão de Ramalho, fôram elaboradas muitas poesias adequadas ao commettimento da independencia, recitadas opportunamente, artigos de jornaes da época eram escriptos em linguagem vibrante, e o rego-sijo popular foi levado ao extremo.

O brigadeiro Martiniano, o dr. Chichorro, secretario, e o capitão Thomaz de Aquino e Castro repetem poesias, sob o mote — Independencia ou morte.

O padre Ildefonso Xavier Ferreira, por unanime accôrdo, tomando na platêa uma posição conveniente a ser bem ouvido, proclama por tres vezes em alta voz e bem intelligivel: "Viva o primeiro rei do Brasil".

O principe fez signal de acquiescencia e o povo applaudiu com estrondo, repetindo o mesmo viva durante todo o espectáculo da noite.

A todo o instante, um côro unisono entôa esse estribilho do hymno portuguez, tão admiravelmente aproveitado

à occasião, como a traducção fiel do brado levantado no Ipiranga:

Por vós, pela Patria
O sangue daremos;
Por glória só temos:
Viver ou morrer.

Assim, diz o historiador patrio, na capital de São Paulo, os Paulistas festejavam a liberdade e a independencia da Patria, quando as outras provincias ainda desconheciam que formavam parte de um estado livre e independente e que o Brasil já não era uma colonia portugueza.

No dia seguinte, 8 de Setembro, ainda os Paulistas tiveram nôve assumpto de regosijo, lendo a proclamação que o principe publicara, sendo afixada em todos os logares da cidade:

Honrados Paulistas. O amor que eu consagro ao Brasil em geral, e á vossa Provincia em particular, por ser aquella que, perante mim e o mundo inteiro, fez conhecer, primeiro que todos, o systema machiavelico, desorganizador e faccioso das côrtes de Lisboa, me obrigou a vir entre vós consolidar ou fazer consolidar a fraternal união e tranquillidade que vacillava e era ameaçada por desorganizadores, que em breve conhecereis, fechada que seja a devassa, a que mandei proceder.

Quando eu mais contente estava juncto de vós, chegam notícias de que em Lisboa os trahidores da nação, os infames deputados, pretendem fazer atacar o Brasil e tirar-lhe de seu seio seu defensor: cumpre-me, como tal, tomar todas as medidas que a minha imaginação me suggeriu; e para que estas sejam tomadas com aquella madureza que em taes crises se requer, sou obrigado, para servir o Brasil, a separar-me de vós (o que muito sinto), indo para o Rio de Janeiro ouvir meus conselheiros e providenciar sobre tão alta monta.

Eu vos asseguro que cousa nenhuma poderia me ser mais sensivel que o golpe que a minha alma soffre, separando-me dos meus amigos paulistanos, a quem o Brasil e eu devemos os bens que gosamos e esperamos gosar de uma constituição liberal e judiciosa.

Agora, Paulistanos, só vos resta conservardes união entre vós, não só por ser o dever de todos os Brasileiros, mas tambem porque a nossa Patria está ameaçada de soffrer uma guerra, que não só nos ha-de ser feita pelas tropas que de Portugal

fôrem mandadas, mas egualmente pelos seus servis partidarios e vis emissarios, que entre nós existem atraídoando-nos.

Quando as auctoridades vos não administrarem aquella justiça imparcial, que dellas deve ser inseparavel, representai-me que eu providenciarei.

A divisa do Brasil deve ser — Independencia ou morte.

Sabei que, quando tracto da causa pública, não tenho amigos e válidos em occasião alguma.

Existi tranquillos, acautelai-vos dos facciosos sicarios das côrtes de Lisbôa e contaí em toda occasião com o vosso — Defensor Perpetuo.

Paço, 8 de Setembro de 1822. — *Principe Regente.*

Na segunda-feira, 9 de Setembro, o principe entregou as redeas do govêrno a um triumvirato, de que fizeram parte o bispo diocesano, d. Matheus de Abreu Pereira, o ouvidor da Camara, dr. José Corrêa Pacheco e o commandante da praça de Sanctos, marechal Candido Xavier de Almeida e Sousa.

Dadas esta e outras providencias indispensaveis á ordem pública, retirou-se o principe para a Côrte, na madrugada de 10 de Setembro.

Assim foi proclamada a Independencia do Brasil.

CAPITULO XXII

Apreciações a respeito da pessoa do principe d. Pedro I no scenario politico do Imperio do Brasil em 1822

A história constata firmemente que d. João VI, ao deixar o Brasil, dissera a seu filho, o principe d. Pedro: "*Antes que algum aventureiro queira tomar conta do Brasil, Pedro, põe a corôa em tua cabeça*".

Completa solidariedade ou interdependencia de ideaes, fecundo cálculo de consolidação patrimonial, na aquisição de um vasto e riquissimo territorio, cuja posse mansa e pacifica estava, de facto e de direito *absoluto*, nas mãos de uma dynastia portugueza.

Não convinha que a prêsa saísse das mãos ferreas do detentor, a continuação da posse era um processo já estabelecido pelo consenso da longanimidade dos Brasileiros, e ainda pela força das circumstancias, de que o Brasil, descoberto e povoado pelos Portuguezes, a estes pertencia e estava de facto em sua posse.

Como pois illudir essa situação adrede preparada? Como seria possivel romper esses vinculos tão apertados da metropole portugueza? O pae saíndo barra fóra do Brasil, em colloquio com o filho amado e adorado, segredava em seu ouvido: "Pedro, eu vou e tu ficas na posse dêste vastissimo Imperio; convem conserva-lo para glória de Portugal e nosso regalo". D. João VI entregou ao filho o amado e querido Brasil, mas deixou plantada no solo patrio a semente daminha do absolutismo régio.

D. Pedro, educado nos picadeiros, na intimidade dos famulos, e, travesso, como nos diz a história dos costumes

nacionais, havia por força do hábito e da educação superficial que recebeu de frei Arrabida, de continuar no regime do pae, pouco se importando com o progresso das idéas, com o esplendor da civilização, que conduz, em suas fortes azas, o dominio das grandes cousas, mudando inesperadamente a face do mundo.

Julgou que o pensamento portuguez era a *ultima ratio*, que o absolutismo era doutrina classica, e que o throno do Brasil jámais lhe escaparia das mãos.

Não sabia d. Pedro e o seu illustre pae que no Brasil já havia um ninho de apostolos, que na Bahia, em Minas, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande e muitos outros estados, antigas provincias do Brasil, já o fermento estava se agitando na alma popular, com pruridos de liberdade nacional.

O absolutismo régio era incompativel com a natureza americana, as nossas aves não gorgeam como as de Portugal, o rouxinol alegre, cujos canticos enternecem a alma luzitana, não tem as palmeiras onde possam cantar ao lado dos nossos famosos sabiás. O *habitat* da nossa raça é um mundo á parte: nem o *yankee* dos Americanos, que nos póde imitar, nem tampouco os ouropeis do fausto luzitano da monarchia absoluta que nos ha de supplantar.

Os enunciados do padre Roma, na Bahia, os sonhos de liberdade de Tiradentes, a visão sublime de José Bonifacio, os gemidos de Vieira de Mello, em Pernambuco, as preces dos martyres da liberdade, na hora tremenda do castigo, eram legiões de soldados que se preparavam para o combate sublime da liberdade contra a tyrannia, da luz contra as trevas, do direito contra a força.

D. Pedro era impotente para conter em suas mãos o throno que pretendia para si e para a glória do seu nome e de sua dynastia.

Encontrou no povo brasileiro a disposição de ánimo tolerante, amou as qualidades d'este mesmo povo, reinou tranquilamente com o consentimento geral da nação, aqui deixou a sua semente viçosa, mas os factos, que traduzem os acontecimentos, productos das idéas amadurecidas na alma do povo, enveredaram por caminhos divergentes, e ruiu por terra o monumento que se pretendeu levantar.

Nem mesmo o seu illustre filho, o sr. d. Pedro II, de saudosissima memória, Brasileiro notavel por todos os titulos, imperador que foi do nosso Brasil, poudo conter a impetuosidade da corrente das idéas, que tudo destróe, tudo

avassala, rasgando sulcos medonhos no caminho da humanidade.

E a vertigem provocada pelo sonho do ideal é a corrente fluidica que perpassa velozmente por sobre a cabeça dos povos, que nos traz em sobresalto, e, por vezes, assistimos os mais burlescos espectaculos, dominados por esses factores, inevitaveis no curso dos acontecimentos da história. E' por isso que Gustave Le Bon diz que a idéa representa alguma cousa de invencivel e seus effeitos se propagam com a violencia de uma torrente, que nenhum dique póde conte-la.

Voltemos a Pedro I. Tractemos da independencia do Brasil, e vejamos o papel que representou este principe no scenario politico do paiz.

D. Pedro, não poderia ter sido infenso a independencia do Brasil, por dous poderosos motivos:

1º. Elle gosava das regalias de principe e de successor no throno.

2º. Não encontrava opposição por parte dos politicos influentes do paiz e estes eram conciliadores, patriotas, não desejavam ver o Brasil desmembrar-se, e combinavam então com o principe.

Si Pedro I era de facto o successor de d. João VI, si tinha em suas mãos o dominio do Brasil, gosando pacificamente de todas as prerogativas régias, não haveria razão para se oppôr á independencia, com a annuencia completa do povo que solicitou do principe a sua permanencia no Brasil.

A independencia deveria ser o seu anhelos principal, de modo a poder d. Pedro consolidar o seu throno. Politicamente, elle deveria, como o fez, lutar pela idéa, executa-la e fazer disso o maior reclame possivel.

Foi *magna pars*, a mór parte, no acontecimento, si bem que os preparativos fossem de José Bonifacio e outros conselheiros de d. Pedro, que prepararam a independencia no espirito do povo, e depois conseguiram faze-la adoptar por d. Pedro, que a executou.

Não seria como não foi difficil conseguir de d. Pedro a proclamação da independencia, porque o fim dos nossos estadistas, dos nossos homens politicos, não era implantar no paiz o governo republicano. José Bonifacio e outros, taes como o senador Vergueiro, Antonio Carlos, senador Feijó, Oyenhausen, José Clemente Pereira e demais politicos da epocha, dominados do espirito do liberalismo monarchico,

acreditavam que para o progresso social e político não havia necessidade da mudança de regime.

Accommodavam-se perfeitamente com a fórma monarchica, e com os partidos rotativos, succedendo-se continuamente, para assim tirarem da política a maior somma de proveitos.

D. Pedro accommodava-se perfeitamente a esse processo, e tornava-se docil e sympathico a esses homens, com os quaes vivia e luctava na direcção dos negocios publicos.

O seu natural pendor, a sua dedicação principal era para com José Bonifacio de quem se dizia amigo íntimo, e de quem recebia conselhos no governo do Brasil.

Ouçamos a este respeito o que doutrina Mello Moraes, *Independencia do Brasil*, pag. 105, "Relações do principe dom Pedro com José Bonifacio":

"Depois da partida de Jorge de Avilez para Lisbôa, e da entrada de José Bonifacio para o ministerio, em 16 de Janeiro de 1822; o principe regente, d. Pedro de Alcantara, estava, quasi todos os dias, em casa de José Bonifacio, indo ás oito horas da manhã, com a princeza sua esposa, e alli almoçavam. A princeza ficava conversando com a mulher de José Bonifacio e com os satellites d'este, que desgraçadamente era gente abjecta, que não fazia honra a quem os admittia tão familiarmente em sua casa, e principalmente a um homem decente, como José Bonifacio, os apresentar ao principe regente e a sua esposa."

Mello Moraes continúa em sua obra demonstrando a familiaridade de José Bonifacio com o principe, e faz critica severa aos costumes de então. Pinta o quadro negro dos costumes abjectos de vilania e adulação que reinava na Côrte, e de fórma severa e persistentemente vae accusando já o principe, já a José Bonifacio, como responsaveis por todos os males da política nacional. Dar máo exemplo, alimentar sentimentos de baixeza, formar por assim dizer uma eschola de dissolução dos nossos costumes, era preparar o Brasil para a ruina e decadencia completa.

José Bonifacio era tão íntimo do principe d. Pedro que, refere Mello Moraes, abusava da preponderancia que exercia sôbre um mancebo de 22 annos, sem educação e sem experiencia do mundo, para o envolver em alguns casos que são bem vergonhosos para o mentor e para o discipulo.

Em sua obra citada, continúa elle: eu os poderia referir todos aqui; mas os que investigarem como eu a história dêsses tempos nos jornaes, nos escriptos particulares e

na tradição, com imparcialidade conhecerão que José Bonifácio concorreu com suas palavras desabridas, seus conselhos e seus exemplos, para os actos inconsiderados e revoltantes que se praticaram nesses tempos, que deveriam ser de reorganização e patriotismo.

Temos o dever de apresentar ao leitor as opiniões pró e contra, analysando os factos da nossa independencia, pois, como declaramos no começo desta obra, observaremos rigorosamente o testemunho dos homens da época, as tradições, os documentos e a verdade historica, para que a história da independencia do Brasil não degenere em mytho ou panegyrico.

Procuraremos, com psychologia da história, penetrar nos acontecimentos, vejamos o papel dos nossos homens publicos, a posição do principe no scenario político do paiz, e, então, poderemos ter o conceito exacto das cousas e conhecer perfeitamente a história da independencia do Brasil em 1822.

D. Pedro, principe portuguez, era ávido de governar, de mandar, mas, era habil em contemporizar para não desgostar os politicos do Brasil, e, assim, accommodou-se aos conselhos e orientação dos que o rodeavam.

Ouviu o seu pae d. João VI, não saiu do Brasil, e conseguiu, como era desejo do pae, collocar a corôa na cabeça. Procurou manter o dominio da metropole no Brasil, para governar com os Portuguezes, mas, vendo que era impossivel deter o sentimento libertador que, no paiz, se tornava intenso em excesso, não resistiu os desejos do povo, e acceptou ficar no Brasil, para não mais contrariar o povo que queria um Imperio livre e independente.

D. Pedro era accommodaticio, ambicioso, affirmando alguns historiadores que tambem desleal, e, na situação em que se achou no Brasil, não era possivel representar papel differente do que representou.

Os homens devem encaminhar os factos, mas, com Pedro I, deu-se o contrario, fôram os factos que o encaminharam. A sua physionomia na política nacional é a re-produção de tudo quanto se queria e se projectava.

José Bonifacio e outros pensavam pelo principe e este agia de perfeito accordo, e a independencia nacional nada mais é do que a realização da vontade geral, encaminhada por José Bonifacio que então exercia grande ascendencia no espirito de d. Pedro.

CAPITULO XXIII

A independencia do Brasil no conceito dos historiadores patrios

No Brasil, diz Mello Moraes, a independencia politica foi antes uma farça, que deu em resultado comprarmos, sem resistencia armada, a nossa liberdade politica por dous milhões de libras esterlinas, ficando o Brasil com dous imperadores, um de facto na Europa e o outro de direito no Brasil, como se vê nos arts. 1º e 2º do Tractado de Reconhecimento de 1825, que dizem assim:

“Sua Magestade Fidelissima reconhece o Brasil na categoria de Imperio independente e separado dos Reinos de Portugal e Algarves, e a seu sobre todos muito amado e pressado filho d. Pedro, por Imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito Imperio ao mesmo seu filho e a seus legitimos successores.

S. M. Fidelissima toma sómente e reserva para a sua pessoa o mesmo titulo.

Art. 2º. S. M. Imperial, em reconhecimento de respeito e amor a seu augusto pae, o Sr. d. João VI, annue a que Sua Magestade Fidelissima tome para a sua pessoa o titulo de Imperador.”

Pela convenção da mesma data estabeleceu-se o seguinte:

“Em nome de S. S. e indivisivel Trindade — Havendo-se estabelecido no art. 9, do Tratado de Paz e Alliança, firmado na data desta, entre o Brasil e Portugal, que as reclamações de um e outro governo seriam reciprocamente recebidas e discutidas ou com a restituição dos objectos reclamados, ou com uma indemnização equivalente, convindo-se em que para

o ajuste dellas, ambas as altas partes contractantes fariam uma convenção directa e especial:

E, considerando-se depois ser o melhor meio de terminar esta questão o fixar-se e ajustar-se desde logo em uma quantia certa, ficando extinto todo o direito para as reciprocas e ultteriores reclamações de ambos os governos:

Os abaixo assignados, o Exmo. Sr. Luiz José de Carvalho e Mello, Conselheiro de Estado, Dignatario da Imperial Ordem do Cruzeiro, commendador da Ordem de Christo e Conceição, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Etrangeiros, o Exmo. Sr. Barão de Santo Amaro, Grande do Imperio, do Conselho de Estado, Gentilhomem da Imperial Camara, Dignatario da Imperial Ordem do Cruzeiro, e Commendador das Ordens de Christo e da Torre e Espada; e o Exmo. Sr. Francisco Villela Barbosa, do Conselho de Estado, Gran Cruz da Ordem do Cruzeiro, Cavalheiro da Ordem de Christo, Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e Inspector Geral da Marinha; e o illustrissimo e excellentissimo cavalheiro Sir Carlos Stuart, Conselheiro privado de S. M. Britannica, grão cruz da Ordem de Torre e Espada. Plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil, e de Sua Magestade Fidelissima, El-Rei de Portugal e Algarves debaixo da mediação de S Magestade Britannica, convieram em virtude dos seus plenos poderes respectivos em os artigos seguintes:

Art. 1º. Sua Magestade Imperial convém, á vista das reclamações apresentadas de governo a governo, dar ao de Portugal a somma de dous milhões de libras esterlinas, ficando com esta somma extincta de ambas as partes toda a indemnização desta natureza.

Art. 2º. Para o pagamento desta quantia toma Sua Magestade Imperial sobre o Thesouro do Brasil um emprestimo que Portugal tem contrahido em Londres, no mez de Outubro de 1823, pagando o restante para prefazer os sobreditos dous milhões esterlinos, no praso de um anno a quarteis, depois da ratificação e publicação da presente convenção.

Art. 3º. Ficam exceptuadas da regra estabelecida no primeiro artigo desta convenção as reclamações reciprocas sobre transporte de tropas e despesas feitas com as mesmas tropas.

Para a liquidação destas reclamações haverá uma commissão mixta formada e regulada pela mesma maneira que

se acha estabelecida no artigo oitavo do Tratado de que acima se faz menção.

Art. 4º. A presente convenção será ractificada, e a mutua troca das ractificações se fará na cidade de Lisbôa, dentro do espaço de cinco mezes ou mais breve se fôr possível.

Em testemunho do que nós abaixo assignados, Plenipotenciarios de S. M. El-Rei de Portugal e Algarves, e de Sua Magestade o Imperador do Brasil, em virtude dos nossos respectivos plenos poderes, assignamos a presente convenção, e lhe fizemos pôr os sellos das nossas armas.

Feita na cidade do Rio de Janeiro, em vinte e nove dias do mez de agosto de mil oitocentos e vinte e cinco, do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, Luiz José de Carvalho e Mello, Barão de Santo Amaro, Francisco Villela Barbosa, Carlos Stuart.

Illustrissimo e Exmo. Sr. Tenho a honra de remetter a V. Ex. os documentos, que encontrei na correspondencia, que existe nesta Secretaria de Estado, de Sir Charles Stuart, relativos ás reclamações que elle faz, como plenipotenciario de S. S. Magestade Fidelissima aos plenipotenciarios Brasileiros, que negociaram o tratado e convenção de 29 de agosto de 1825, afim de que V. Ex. possa responder ao quesito da Camara dos Deputados, que deseja obter uma relação muito circunstanciada de todos os objectos, porque o governo do Brasil se constituiu devedor ao de Portugal de dous milhões de libras esterlinas.

Por aquelles documentos verá V. Ex. o que o dito plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima reclamou.

“Os abaixo assignados plenipotenciarios de Sua Magestade o Imperador do Brasil se dirigem a S. Ex., o cava-lheiro Sir Charles Stuart, plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima, para trazer á memoria e attenção de S. Ex., ás observações e declarações que fizeram, segundo as quaes foram estipulados os artigos da convenção assignada nesta data, para fixar de uma vez as restituições, ou indemnizações reclamadas por parte de Sua Magestade Fidelissima.

Declararam os mesmos plenipotenciarios a S. Ex. que na somma convencionada e ajustada de dous bilhões de libras esterlinas, a que se obrigou o Governo do Brasil, entravam e ficavam incluidas:

1º. A somma de vinte e cinco mil libras esterlinas para indemnisação das propriedades particulares que S. Magestade Fidelissima deixou no Brasil, a qual indemnisação o

imperador augmentará quando S. Magestade Fidelissima entenda que não preenche o justo valor das ditas propriedades.

O que tudo se entenderá como arranjo de familia, por carta dos mesmos soberanos.

2º. As indemnisações aos donatarios de capitánias do Brasil, e as pessoas que tiveram mercês de officios conferidas por Sua Magestade Fidelissima antes de sua partida desta Córte para a de Lisbôa no anno de 1821, ficando inteiramente a livre disposição de Sua Magestade Fidelissima designar e fixar estas indemnisações como bem quizesse e entendesse por melhor ao seu serviço.

E os serventuarios dos officios que não são mencionados aqui poderão dirigir as suas reclamações á commissão, para a indemnisação dos particulares, tudo reciprocamente. Os abaixo assignados, esperam de S. Ex. o plenipotenciario Portuguez, e mediador, uma resposta em conformidade destas declarações, e pore ellas ficará entendida a convenção a que se referem.

Palacio do Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1825.— Luiz José de Carvalho e Mello, Barão de Santo Amaro, Francisco Villela Barbosa, Na ausencia do Official Maior, Bento da Silva Lisbôa.”

Ainda faz Mello Moraes considerações philosophicas a respeito dos factos referentes á monarchia portugueza.

Parecem exaggerados os conceitos do eximio historiador, mas elle faz a critica severa dos homens, estudando os costumes da epocha, as suas instituições anachronicas, os males provenientes dêsses multiplos factores, e, com estylo que lhe é peculiar, verberando abusos, aponctando erros gravissimos dos maus governos absolutos, tira illações dêsses factos do modo seguinte:

“Este mal da monarchia, desta data, 1822, provém de que os homens que promoveram a separação politica e governamental do Brasil, sem conhecimentos praticos da administração, e sem experiencia do governo dos homens, fascinando-se pelos enlevos das posições sociaes, dos titulos de grandeza, e das fitas, procurando viver dos cofres da nação, e não da industria e do trabalho, que ennobrecem o individuo, pela independencia, se humilharam com o fim de subsistirem á sombra do poder magestático que dos dinheiros da nação lhes mata a fome.

Entrando nas luctas, que entre nós chamam politica, chegam ás altas posições sociaes, sem se importarem com

os meios, sendo o caminho seguro para tudo conseguirem, as urnas eleitoraes, embora sem meritos e sem titulos que os recommendem mais, que o patronato, apparecem logo depois estadistas, financeiros, grandes politicos, os quaes tendo entrado para as urnas eleitoraes pobres como os donatos de São Francisco, tempo depois percorrem as ruas da cidade em carruagens ou automoveis, salpicando lama no povo que transita.

Quanto mais falastrão é o deputado ou mais capácho ou manhoso, mais depressa consegue o seu fim.

Entram para a politica sem uma idéa sequer do proveito ao bem público: o que visam é o thesouro da nação: sem se lembrarem que o grande cidadão é o que lega á sua patria o fructo dos seus trabalhos, e os beneficios que fez a ella e á humanidade.

O Brasil, continúa o historiador, o mais opulento continente da terra, pôde ser hoje considerado o mais infeliz possível, porque, estragado pelos vicios e pela corrupção, vivo luctando com a pobreza, ou antes miseria, chegando a nossa infelicidade além do mais, importarmos tudo ou quasi tudo do Rio da Prata, porque os homens exquecem-se do bem geral da nação.

O corpo legislativo entre nós não tem feito o bem que delle se deveria esperar.

A nascente independencia principiou sem necessidade por um desastrado emprestimo feito em Londres. Não obstante a côrte Portugueza ter levado todo o dinheiro que havia nos cofres publicos e ter antes de 1820 remettido para o erario de Lisbôa 400 contos, por intermedio da casa Samuel Felipps, de Londres, com o fim de acalmar os animos da antiga metropole, estavam os cofres das provincias exhaustos pelas remessas que faziam para o erario do Rio de Janeiro.

Em Maio de 1823, Eduardo Oxenford veio da Europa offerecer ao govêrno o plano para um emprestimo de dous milhões e 600 mil libras esterlinas.

Não era necessario similhante emprestimo, observa Mello Moraes, em sua história da independencia do Brasil, entretanto, entendendo-se Oxenford com o govêrno, este acceitou a offerta."

Continúa o mesmo historiador, tractando da independencia do Imperio do Brasil:

"O governo do Brasil, além dos rendimentos tirados das fôrças da nação desde 1822, que montam a uma somma fa-

bulosa, tem tomado empréstimo em nome do Brasil, até o anno de 1875, a quantia de 672.450:614\$ e de que a nação está pagando juros.

Para informar ao leitor com segurança, a respeito da divida pública, procurei o homem mais competente que temos nesta materia, o dr. Sebastião Ferreira Soares, encarregado da Estatística do Commercio Maritimo, e pondo á minha disposição a sua importante obra — *As Finanças ou a história e analyse das rendas e despesas do Imperio do Brasil desde 1822 até 1875*, extrahi o seguinte resumo:

“Os empréstimos externos do Brasil, comprehendendo o de Portugal de 1823, que pela convenção de 28 de Agosto de 1825, tomou a si o governo do Brasil pagar, foram 13 empréstimos, no valor de libras 310.027.000.000 com o cambio ao par 275.792:700\$000.

Amortizações e conversões 11.322.900 (cambio ao par).

Divida pública em fins de 1874 a 1875 orçava em 19.704.100 = 175.143:400\$000.

Divida interna em fins de 1874 a 1875. Divida fundada (apolices) 283.989:900\$ — Papel moeda 158.327:624\$ — Letras do Thesouro 19.022:400\$000. Depósitos e outras dividas 35.967:290\$000. Total 497.307:214\$000.

Somma total da divida pública interna 672.450:614\$000.

Além dessa divida que o govêrno contrahiu, o sr. Wandlerley, barão de Cotegipe, este anno de 1877, mandou vender 38.000 apolices de conto de réis, segundo consta por muito menos do seu valor, estando ellas com 35\$ ou 40\$ de prémio sobre cada conto de réis. Aqui o escriptor faz uma consideração, conforme se vê de uma nota na obra referida e diz: “Além do que está devendo a nação, o ministro actual da Fazenda está recolhendo no Thesouro dos particulares todas as quantias que entram com o premio de 6 %, cujo premio paga a vista das mesmas quantias que vae o Thesouro recebendo, e Deus sabe em quanto já monta o dinheiro recebido.”

Estas operações escandalosas se têm feito entre nós com grande damno do Thesouro público, e foi por isso que o ministro da Fazenda do Gabinete de 29 de Septembro de 1870. saiu do Ministerio com triste fama.

O ministro da Fazenda, do Gabinete de 7 de Março de 1871, contrahindo no estrangeiro o empréstimo de réis 7.500:000\$ os entregou por sua conta ao Banco Mauá, casa onerada de compromissos insolvaveis, cuja quantia

consta estar-se amortizando com a venda de embarcações podres.

Entre os escandalos do tempo foi a compra que o ministro da Guerra, do gabinete de 7 de Março, fez á casa Mauá, do cortume de Mello Sousa, por mil contos de réis, para quartel de soldados. Esse cortume foi avaliado em 300 ou 300 e tantos contos.

O sr. Jaguaribe não o quiz comprar, consta que por muito menos, attendendo ás grandes despesas que tinha de fazer: mas enfim a casa Mauá era casa amiga, e a compra se fez e o quartel alli está.

O dr. Mello Moraes, historiador patrio e independente, continúa as suas considerações sôbre os homens e os factos realizados no Brasil, e procura com habilidade e descortino analysar o paiz em phases diversas da sua vida política e economica.

Não poupa os homens e seus erros, e com assento em bases documentadas, aponctadas em sua história, descreve o estado pouco lisonjeiro do Brasil, como acabamos de vêr.

Incontestavelmente, erros e graves existiram no periodo monarchico antes e depois da independencia do Brasil, mas não se poderá negar os beneficios resultantes e actos que os nossos governantes praticaram em prol da prosperidade nacional.

O conselheiro Drummond, como pondera Mello Moraes, é de opinião que o proprio d. João VI teve defeitos imperdoaveis, devidos ao seu egoismo, mas nem por isso se lhe deve negar que foi elle o fundador do Imperio do Brasil.

O proprio Mello Moraes em sua obra, *Independencia do Brasil*, sob a epigraphie: FUNDAÇÃO DO IMPERIO BRASILEIRO, menciona os decretos regios em beneficio do Brasil.

Menciona a carta de lei de 28 de Janeiro de 1808, franqueando desde logo as costas maritimas do Brasil ao commercio do mundo. O estabelecimento de uma casa de seguros; a organização do gabinete ministerial luzo-brasileiro (o 1º no Brasil) no Rio de Janeiro, para fundar com elle o seu nôvo Imperio e a sua Independencia. Creou tres secretarias de Estado. Creou o Banco do Brasil; creou a imprensa régia; elevou a Relação do Rio de Janeiro á categoria da Casa de Supplicação; determinou que fôsem privilegiadas as propriedades rurais dos senhores de engenho, mandou canalizar as aguas do Rio Comprido e traze-las ao campo de Sanct'Anna; celebrou com a Inglaterra o tractado de commercio e navegação e deu o primeiro passo para o acabamento da escravidão no Brasil. Revelou d. João VI grande desejo de me-

lhorar a sorte dos Brasileiros, si bem que as medidas tomadas não tivessem sido todas executadas, devido ás agitações politicas que perturbaram sempre a realização das mesmas.

Pouco tempo permaneceu d. João VI no Brasil, e, devido ás idéas absolutistas da metropole portugueza, em lucta com a reforma constitucional, combatendo aquella, contra o despotismo régio, em procura de um nôvo código político mais consentaneo com as suas necessidades, facto esse que repercutiu fortemente no Brasil, foi elle obrigado a retirar-se coagido pelas circumstancias, entregando o govêrno do paiz a seu filho d. Pedro I.

Este principe, depositario da confiança da metropole portugueza, viu-se embaraçado deante das idéas que então dominavam no Brasil para a independencia.

Não poudé portanto d. João VI realizar o seu programma, limitando-se a saír do Brasil que tanto o amou, como elle mesmo declarou.

D. João VI, apesar da boa vontade que revelou pelos negocios do Brasil, não era um rei dotado de energia e illustração bastante para dirigir os destinos dêste povo. A sua educação incompleta, o seu cortejo corrompido de aulicos e aduladores, imbuído de idéas absolutistas, que dominavam na metropole portugueza, com o delirio das grandezas, a ambição de possuir unido a Portugal este grande Imperio, o impossibilitavam de consolidar a obra que tinha em mente realizar. E assim aconteceu, retirou-se deixando o paiz em luctas politicas, em preparativos para a sua independencia completa e perdeu a occasião de ser o dominador absoluto dêste vasto Imperio, que temporariamente passou ás mãos de d. Pedro I.

O regime Portuguez estabelecido no Brasil, desde os tempos coloniaes, o govêrno absoluto que então dominava nesse tempo e a cobiça pela riqueza dêste territorio, naturalmente, haviam de despertar no ânimo dos habitantes do paiz o desejo ardente de sua liberdade, de sua independencia nacional.

E' por isso que a sciencia nos diz que o corpo social, quaesquer que sejam as causas de sua unidade politica, é por sua natureza uma entidade organica e não uma simples aggragação de pessoas submettidas ao mesmo poder.

Nacionalidades formadas sob as bases da communhão de origem, de crenças e de tradições resistem os poderes que pretendem arrebatá-lhes a independencia e a soberania.

A unidade do poder, a communhão de leis e de instituições, só imperfeitamente substituem a fôrça de cohesão resultante do facto historico de uma nacionalidade communi.

Estes factos devem ser estudados á luz da sciencia, para bem apreciarmos a nossa independencia nacional, como consequencia natural da vontade livre do povo.

Por fôrça das leis portuguezas, mais do que pela vontade livre dos Brasileiros, d. João VI transportou-se de Portugal para o Brasil, unindo em laço de communhão os destinos dos dous povos.

Não pensou d. João VI que as leis e a fôrça material eram os unicos laços que prendiam estes dous povos, o portuguez e o brasileiro, á submissão de um mesmo poder central e social, que, portanto, esta unidade politica e social do Estado era puramente artificial e não organica e vital.

As nacionalidades submettidas ao mesmo poder eram diferentes, embora houvesse identidade de lingua, e, por isso, as rivalidades e as luctas travadas em tórno de ideaes diversos haviam necessariamente de acarretar as opposições e o enfraquecimento destas duas nacionalidades, facilitando assim o govêrno de ambas por um poder commum. Foi o que se realizou. D. João VI governou o Brasil, mas não poude governar os Brasileiros, as leis portuguezas não satisfaziam ás aspirações dos habitantes do tropico, dotados de paixões mais vivas e mais ardentes que dos habitantes do clima portuguez, mais temperado.

As modificações operadas na constituição da ordem social correspondem sempre ás transformações operadas nas condições physicas e economicas.

Para que os interesses das duas nacionalidades se combinassem, era de mistér que se realizasse perfeitamente e de modo completo a communhão das origens da raça, das tradições, das crenças, dos costumes, da mesma lingua, do direito, das instituições, como causas naturaes da formação da nacionalidade.

Esses factores falharam por completo. A raça brasileira, conquanto esteja mais ou menos ligada á dos Portuguezes, entretanto constitue, sob o ponto de vista ethnico, uma raça differente, bastante modificada, formando uma raça separada no Continente Americano. Da fusão com os proprios Portuguezes, Espanhóes, Francezes, Italianos, Holandezes, mestiçados com Africanos e outros povos differentes, os Brasileiros adoptaram habitos e costumes proprios, têm tradições originaes, uma litteratura propria, a nossa lingua está completamente modificada, como verificamos da sua história, pos-

suimos uma quantidade immensa de vocabulos indigenas, outros importados da Africa. Nesse sentido, dizem os mestres na materia, não somos nem europeus e nem africanos: somos uma raça americana, que já está afastada dos seus progenitores do Velho Mundo, brancos e africanos e que, no futuro, ha-de ficar ainda mais afastada.

O nosso direito foi sempre o de Portugal, mas imposto dictatorialmente, e um direito tão anomalo, que ninguém explica o facto da nação portugueza reger-se em outros tempos por novas leis, e o Brasil, em pleno regime constitucional, adoptar, como adoptou, o Direito das Ordenações do reino de Portugal.

Portanto, o direito que regulava as normas do nosso viver social não era o resultado das nossas necessidades, não traduzia na realidade o nosso querer e sentir, e, sim, fórmulas obsoletas, vasadas em principios de puro absolutismo.

E' corrente entre os escriptores que povos que differem de raça, de lingua, de costumes e de crenças conservam o typo de sua nacionalidade com uma tenacidade que augmenta em razão dos meios empregados para a sua destruição e resistem a toda fusão que a fôrça material, as instituições politicas e o direito experimentam produzir.

Foi exactamente o que se deu com o Brasil no dominio portuguez, povo differente em raça, em lingua identica, em costumes, em aspirações, não podia supportar o jugo de uma monarchia centralizadora que absorvia toda a sua seiva.

A nacionalidade resume os effeitos da influencia collectiva da raça, do solo, do clima, dos factos historicos, das crenças, do estado de cultura, das leis e das instituições: ella é a expressão organica, ou antes, a pressão da unidade organica e pessoal do corpo social.

E' por isso que a sciencia affirma, e com muita razão, que a nacionalidade é para os povos o que o character é para os individuos.

O Brasil, governado por d. João VI, foi tolerante, até que mais tarde se desmembrou da metropole, em virtude de leis fataes, que mais cedo ou mais tarde haviam de influir nesse acontecimento.

Mello Moraes, *História da Independencia do Brasil*, página 59, diz:

“Os Brasileiros, desde os primitivos tempos coloniaes, educados sob o regime monarchico despotico, em virtude de constituição physiologica do clima, amavam a liberdade e

detestavam o despotismo: mas sendo de indole pacifica, toleravam o abuso do poder, para não transtornarem a tranquillidade geral.

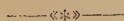
Entretanto os Brasileiros se fôram educando e illustrando nos direitos do homem, do cidadão, para mais tarde proclamarem a independencia do seu paiz.

Os principes portuguezes, si não fizeram tudo em beneficio de sua causa, tambem não fomentaram revoluções no solo patrio.

D. João VI saiu do Brasil em completa paz, voltando novamente para Portugal, de onde viera para governar aquelle paiz. Si a história não lhe dá fóros de rei magnanimo, tambem não o increpa de revolucionario; si o seu reinado, no Brasil, não passou de simples villegiatura, fecundo em peripecias burlescas, sem resultado para o progresso da nação, apenas se torna digno de lastima, de censura geral, de condemnação, de prejuizo moral e economico, mas não de crime, por ter ensanguentado o paiz com revoluções.

A mesma cousa deu-se no govêrno de d. Pedro I, este submetteu-se á vontade do povo, ficou no Brasil, a pedido de todos, e jámais se aventurou a fazer revoluções para conseguir os seus intentos.

Ou por calculo, de se tornar amado pelo povo, ou por interesse de consolidar o throno em territorio descoberto e apossado por Portuguezes, para assim perpetuar a fama da Casa de Bragança, d. Pedro tudo tolerava, e vivia em perfeita harmonia com os Brasileiros.



CAPITULO XXIV

Brado da Independencia

O historiador Mello Moraes, para bem elucidar os pontos principaes acêrca da independencia do Brasil, dirigiu uma carta ao sr. Manuel Marcondes de Oliveira Mello, barão de Pindamonhangaba, companheiro de viagem do príncipe regente, procurando saber *minuciosamente* das circumstancias que se deram antes, durante e depois do grito da *independencia ou morte*, na margem do Ipiranga, para o que escreveu ao nobre barão, especificando os pontos que convêm á história.

O barão de Pindamonhangaba respondeu ao dr. Mello Moraes nos seguintes termos:

"Illmo. sr. dr. A. J. de Mello Moraes.

Tenho presente a carta de V. S., em que pede-me alguns esclarecimentos sôbre o acto da nossa independencia, no Ipiranga, afim de exara-los na *Historia do Brasil*, de que é V. S. digno auctor.

Com todo o prazer, satisfação a exigencia de V. S., narando-lhe aquillo de que tenho lembrança e que presenciei, como testemunha occular, e que o espaço de quarenta annos não tem apagado de minha memoria.

Seguirei a ordem dos quesitos propostos por V. S.

Quanto ao primeiro:

A que horas foi o príncipe em passeio ao Ipiranga, em cuja occasião deu o brado: *Independencia ou morte*.

Respondemos:

Que, indo o príncipe em regresso de um passeio, que tinha feito á cidade de Santos, depois que subiu a serra,

acompanhado sómente por mim, recebeu nessa allura officios ou cartas por um proprio, parando e lendo-os, disse-me que as côrtes de Portugal queriam massacrar o Brasil, continuando logo depois a sua viagem para a capital de S. Paulo; foi alcançado logo pela guarda de honra, que havia ficado um pouco atraz, a quem o principe ordenou que passasse adeante, e fosse seguindo, e isso, creio, que em consequencia de achar-se o mesmo principe affectado de uma dysenteria, que obrigava-o a todo o momento a apêar-se para provêr-se; meia legoa distante do Ipiranga, encontrou-se a guarda de honra com Paulo Beregaro e Antonio Cordeiro, que, perguntando á mesma pelo principe, dirigiram-se ao seu encontro, para entregar-lhe officios, que traziam do Rio de Janeiro.

A guarda de honra parou no Ipiranga, a espera do principe, que, como já ficou dicto, ficou atraz e com quem foram encontrar-se Paulo Beregaro e Cordeiro.

Após pouco tempo, chegou o principe ao Ipiranga, onde o esperava a sua guarda de honra, a quem disse, e aos demais de sua comitiva, que as côrtes portuguezes queriam massacrar o Brasil, e pelo que se devia immediatamente declarar a sua independencia, e, arrancando o tope portuguez, que trazia no chapéo, e lançando-o por terra, soltou o brado de *Independencia ou morte!* O mesmo fez a sua guarda, e comitiva, a quem o principe ordenou que trouxessem uma legenda com a inscripção *Independencia ou morte.*

Segundo quesito:

Se foi em consequencia de uma carta de José Bonifacio ou de Martim Francisco, que dizia: "o que se tem de fazer tarde, que se faça logo", o que resolveu o principe a dar o brado? Respondemos: Que ignoramos quaes os motivos a dar o brado do Ipiranga, e só sabemos que foi em consequencia das cartas e officios que recebeu da côrte, e que dizia-se serem da imperatriz e de seu ministro José Bonifacio.

Terceiro quesito:

Se o principe, depois que acabou de lêr a carta, a deu ao padre Belchior Pinheiro de Oliveira ou a outra pessoa, e consultou o que devia fazer?

Respondemos:

Ignoramos completamente o que se passou nesse acto, porque, quando o principe recebeu as cartas ou officios de que foram portadores Paulo Beregaro e Cordeiro, nos achavamos, como já fica dicto, adeante do principe, porém é de

suppôr que este consultasse com o padre Belchior a respeito, por isso que era o seu confidente e mentor.

Quarto quesito:

Quaes os verdadeiros motivos que levaram o principe a São Paulo ?

Respondemos:

Que apenas sabemos que esses motivos foram politicos.

Quinto quesito:

Quem foram os causadores das perturbações da Provincia?

Respondemos:

Que, supponho que os causadores da perturbação da Provincia foram alguns membros do govêrno provisório, por isto que apenas o principe chegou a São Paulo, deportou-os mesmo dentro da provincia.

Sexto quesito:

Quaes os membros do govêrno provisório que se deshouveram, e perturbaram a marcha dos negocios publicos?

Respondemos:

Que dos membros deshavidos, e que perturbaram a marcha dos negocios públicos, apenas lembro-me do vulto mais eminente, e de quem muito se fallava, do coronel Francisco Ignacio de Souza Queiroz, que foi deportado para Santos.

Setimo quesito:

Em companhia de quem veio preso Martim Francisco para o Rio de Janeiro e em que logar fóra da Provincia de São Paulo o deixaram?

Respondemos:

Martim Francisco dirigia-se para o Rio de Janeiro, preso, e sob a guarda do major de milicias, José Fernandes, e foi solto logo que transpoz as raias da Provincia de São Paulo, sendo preso o major que o conduzia.

Oitavo quesito:

Quantos dias o principe demorou-se em São Paulo, depois do dia 7 de Septembro de 1822?

Respondemos:

Que apenas demorou-se o principe um dia.

Nono quesito:

Como ia vestido o príncipe, e em que cavalgava?

Respondemos:

Que o príncipe ia vestido com fardado de policia, e, se a memoria não nos é infiel, cremos que cavalgava em uma besta baia gateada.

Decimo quesito:

O que houve em São Paulo, na volta do passeio do Ipiranga?

Respondemos:

Que na volta do Ipiranga para São Paulo, que foi no mesmo dia que soltou o brado de *Independencia ou morte* o príncipe, o que houve de notavel e singular foi de ser nessa noite, no theatro, onde se achava, o príncipe aclamado rei do Brasil, por um individuo de sua guarda de honra, que se achava sentado junto ao coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, coronel João de Castro Ganto e Mello, o creado particular João Carlota.

No dia seguinte, o príncipe apresentou-se com uma legenda no braço em que estava inscripto: *Independencia ou morte*.

Creio ter satisfeito o quanto em mim coube o pedido que V. S. faz-me; resta-me o pezar de ter a mão do tempo riscado de minha memoria muitos outros factos e circumstancias que porventura ladeassem o acto de nossa independencia, porque quarenta annos se têm passado, e seria preciso grande fertilidade de reminiscencia para não esquecer todas as minuciosidades que se deram por essa occasião.

Aproveito o ensejo para, respeitosamente, saudar e cumprimentar a V. S., offerecendo-lhe igualmente o meu insignificante e limitado prestimo neste poneto.

Sou com toda estima e consideração, de V. S. seu venerador Barão de Pindamonhangaba.

14 de Abril de 1862."



CAPITULO XXV

A guarda de honra que acompanhava o príncipe, em sua volta de Sanctos

Esta guarda compunha-se dos seguintes cidadãos: coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, primeiro commandante; capitão Manuel Marcondes de Oliveira Mello, segundo dicto; sargento-mór Domingos Marcondes de Andrade, tenente Francisco Bueno Garcia Leme, e dos guardas Miguel de Godoy Moreira e Costa, Manuel de Godoy Moreira, Adriano Gomes Vieira de Almeida, Manuel Ribeiro do Amaral, Antonio Marcondes Homem de Mello, Bento Correia Salgado, Francisco Xavier de Almeida, Vicente da Costa Braga, Fernando Gomes Nogueira, João José Lopes, Rodrigo Gomes Vieira, Bento Vieira de Moura, Flavio Antonio de Andrade, Salvador Leite Ferraz, José Monteiro dos Santos, Custodio Leme Barbosa, sargento-mór João Ferreira de Sousa, Cassiano Gomes Nogueira, Floriano de Sá Rios, Joaquim José de Sousa Breves, Antonio Pereira Leite, sargento-mór Antonio Ramos Cordeiro, José da Rocha Correia, David Gomes Jardim, Eleuterio Velho Bezerra e Antonio Luis da Cunha.

Tambem testemunharam o acto da acclamação da independencia os seguintes cidadãos:

Guarda-roupa, João Maria da Gama Freitas Berquó, depois marquez de Cantagallo; os creados particulares João Carlota e João de Carvalho Raposo, o ajudante Francisco Gomes da Silva, o padre Melchior Pinheiro, o brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão e o official da secretaría do Suprêmo Tribunal Militar, Paulo Beregaro.

CAPITULO XXVI

O partido retrogrado, contrário á independencia

Havia em São Paulo um partido, que embaraçava a independencia do Brasil, não deixando desenvolver e fortificar na alma nacional o sentimento de patriotismo. Este partido era composto de elementos varios, entrando em sua formação Portuguezes e Brasileiros.

Dentre os Brasileiros, contavam-se verdadeiras notabilidades, homens de talento e de serviços prestados á patria.

Era chefe dêsse importante partido o general João Carlos de Oeynhausén, de origem portugueza e alemã, illustrado, intelligente, insinuante, aspero para apparentar energia, cousa que não possuia, versatil, jámais enfrentando o perigo; ao contrário, diz a história, procurava sempre ladea-lo.

João Carlos serviu em Matto Grosso e no Ceará como capitão-general, e nesse tempo não se cogitava com enthusiasmo a respeito da independencia patria. Conseguiu o elevado posto de senador do imperio pelo Ceará.

Governava Oeynhausén a Provincia de São Paulo, onde exercia o poder absoluto, quando de um momento para outro viu-se na contingencia de tornar-se o presidente do govêrno provisório de São Paulo, para ahi tractar com os seus companheiros correligionarios das fórmulas e processos politicos attinentes a independencia do Brasil. Convém que se saiba que a alma dêsse partido era José Bonifacio de Andrada e Silva e a familia dos Andradás.

Os Andradás eram em todos os sentidos muito superiores a João Carlos e a todos os seus companheiros politicos. Ambicioso como era, João Carlos não quiz retirar-se para o Rio de Janeiro, juncto de d. Pedro, onde estaria melhor collocado,

e accceitou a presidencia do govêrno que lhe foi dada por José Bonifacio.

Este facto contribuiu fortemente para a perda do seu prestígio e fôrça moral.

Demais, cercado de individuos que o accompanhavam politicamente, e gente de pouco valor, só tractou de intrigar e machinar contra os Paulistas, que se moviam fortemente em prol da independencia nacional.

Propenso aos homens que o veneravam no partido retrogrado, foi levado a abraçar a bernarda de Francisco Ignacio, em 23 de Maio de 1822.

Revelou, como dizem os historiadores, a mais formal hy-pocrisia, e, não podendo enfrentar lucta contra José Bonifacio e os seus partidarios, e sendo contrario ás idéas de liberdade patria, usou da arma da intriga, do enredo e de outros vis instrumentos para desmoralizar o trabalho dos Paulistas, que eram patriotas e não cansavam de agir pela liberdade e independencia nacional.

Diz o historiador patrio que, quando houve necessidade de se enviar um delegado ao Rio de Janeiro com o pedido dos Paulistas para que d. Pedro ficasse no Brasil e se fizesse seu imperador, visto que a independencia era já inevitavel, foi o general João Carlos quem se lembrou que esse delegado deveria ser um dos Andradas, dando elle preferencia a Martim Francisco para essa commissão, porque entendia que Martim era mais para se temer do que seu irmão, visto que conhecia melhor a Provincia, estava familiar com as condições politicas e sociaes dos Paulistas, achava-se mais identificado com elles por uma convivencia de mais de 20 annos, e era egualmente homem de muita energia e de muita acção.

Foi, portanto, Martim Francisco o encarregado de desempenhar essa importante commissão politica, devendo levar como seu companheiro o seu collega do govêrno, coronel Gama Lobo; porém, á ultima hora, quando tudo estava prompto, a representação a d. Pedro estava escripta e até o discurso que Martim Francisco devia pronunciar deante do principe, já tinha sido approvado pelos membros do govêrno, os Andradas descobriram o secreto movel do general João Carlos e combinaram que Martim cedesse a José Bonifacio a tarefa de ir ao Rio de Janeiro entender-se com o principe regente.

José Bonifacio partiu effectivamente para o Rio de Janeiro, onde chegou a 9 de Janeiro de 1822, afim de dar conia da elevada missão de que estava investido.

Conseguiu José Bonifacio desempenhar a sua missão e a 16 dêsse mesmo mez foi nomeado ministro e, nesse posto elevado, tractou de pôr em prática as medidas que deveriam assegurar a independencia, que effectivamente veio em 7 de Setembro de 1822.

José Bonifacio, que exercia grande influencia no espirito do principe, julgou de conveniencia mandar chamar para o Rio de Janeiro o general João Carlos, pois conhecia perfeitamente o character dêsse homem leviano, desleal, intrigante e, portanto, muito capaz de crear serios embaraços em todos os negocios politicos de São Paulo. D. Pedro acquiesceu ao pedido do seu ministro, e João Carlos seguiu para o Rio de Janeiro, sem, entretanto, demittir-se do cargo de presidente do governo provisorio, fazendo crêr ao povo que José Bonifacio o perseguia, mandando deporta-lo de São Paulo.

Fez João Carlos crêr que o fim dos Andradas era arredar todo e qualquer elemento contrário á sua politica de mando absoluto na Provincia, para que elles, Andradas, pudessem obter o dominio exclusivo da provincia de São Paulo.

Já em outro logar desta obra, fizemos referencia a João Carlos, incompatibilizado com os adeptos da independencia. Seguindo para o Rio, a chamado do principe regente, deixou São Paulo envolvido na mais desenfreada intriga, completamente anarchizado, numa atmosphera de odio e de paixão, sendo certo que, nessa occasião, separaram-se de São Paulo os municipios de Itú, Porto Feliz, Sorocaba, Campinas, Mogi-Mirim, Itapetininga e outros, que se tinham desmembrado de São Paulo, para se constituirem em uma verdadeida confederação armada em defesa da independencia.

Estes acontecimentos deram logar á formação do prestigioso partido liberal da provincia, chefiado pelo grande Feijó em companhia de Paula Sousa e outros.

Este partido resistiu denodadamente aos desmandos e desatinos dos retrogrados, chefiados por João Carlos, e José Bonifacio estava filiado a esse grande partido de Feijó e outros liberaes, que cortaram as relações com o governo dos facciosos.

Foi nessa occasião que d. Pedro veio para São Paulo, afim de conciliar os animos, apaziguar os odios e reunir os partidos debaixo de uma só bandeira, de um programma unico, que visasse a liberdade, a independencia do Brasil. E, de facto, os acontecimentos fôrão ter ao seu fim collimado, e a independencia foi proclamada a 7 de Setembro, nas

margens do riacho denominado Ipiranga, na então provincia de São Paulo.

Passemos a dar uma notícia acêrca dos membros do partido denominado retrogrado, na provincia de São Paulo.

Para esse fim, seguiremos a ordem estabelecida por um distincto historiador patrio, que, baseado em informações officiaes, dá os traços de todos elles.

Este trabalho de natureza simples, quanto ao seu objecto principal, isto é, independencia nacional, entretanto, está rodeado de factos e homens que se relacionam intimamente com o acontecimento, e é de inteira necessidade que para aqui sejam trazidos para exclarecimento da história.

Francisco Ignacio de Sousa Queiroz. Foi membro do govêrno provisório de São Paulo, pelo commêrcio, era paulista, filho de Portuguezes. Possuia fortuna proveniente de herança, e era negociante em São Paulo. Em Portugal, diz a história, illustrou-se em idéas retrogradadas; era coronel de milicias em São Paulo.

Era reaccionario, contrário ás idéas liberaes e adversario dos Andradas, tendo se unido ao político José da Costa Carvalho, que o guiava em assumptos politicos.

Nesse character de homem de acção e ligado a Costa Carvalho, Francisco Ignacio chamou a si a responsabilidade da reacção de 23 de Maio, contrária aos liberaes Paulistas, que pugnavam pelas idéas de liberdade e independencia patria. Foi elle o auctor da denominada bernarda, conhecida na história por *bernarda de Francisco Ignacio*. Francisco Ignacio foi vencido nas suas idéas reaccionarias e deportado para o Rio de Janeiro; foi amnistiado com os seus companheiros. Conformou-se com os factos consummados e serviu como chefe da repartição dos descontos de São Paulo, e, indo para Portugal, lá falleceu.

Outro companheiro de Francisco Ignacio, pertencente ao govêrno provisório, foi Antonio Maria Quartim, de nacionalidade espanhola e servia como almoxarife nesta capital. Quartim não possuia elementos para que pudesse ser sympathico aos patriotas que se envolveram no movimento da independencia do Brasil.

Era um titere de Francisco Ignacio, e fazia o que este mandava, tendo sido deportado, mas, amnistiado, voltou a occupar o seu logar de almoxarife.

Coronel Daniel Pedro Müller, oriundo de familia alemã, era mais ou menos instruido, e casou-se em São Paulo. Prestou bons serviços na repressão da revolta militar de Sanctos.

Por interesse, ligou-se a João Carlos, tomou parte saliente na bernarda. A reacção dos Andradas o fez deportar para Atibaia, onde ficou pouco tempo.

Acceitou depois a independencia, prestou bons serviços ao governo provincial e morreu com 60 annos, na qualidade de marechal de campo.

Estes companheiros de João Carlos não representaram papel conspicuo no movimento da independencia, apenas estavam ligados por interesses de ordem economica, e presos por laços de camaradagem a João Carlos, que os levava para onde queria.

E' bastante que se considere que Pedro Müller, como Antonio Quartim, pertencia ao partido retrogrado, e ambos viviam com os olhos fitos no elemento official da metropole, consciuos de que o Brasil jámais poderia conseguir a sua independencia, e, assim sendo, é natural que accompanhassem os do partido retrogrado.

Não eram filiados ao partido de José Bonifacio e seus companheiros, que derramariam o sangue pela causa da liberdade patria, não tinham as mesmas idéas, os mesmos sentimentos, e lobrigavam o interesse em vêr o Brasil prêso a Portugal, para assim conservarem os seus direitos e perpetuarem a influência de que poderiam gozar ao lado dos retrogrados.

Estes homens representaram perante a história do Brasil o papel secundario: eram meramente passivos, obedeciam ao mando e ás ordens dos seus chefes e só serviram para crear difficuldades aos patriotas, como de facto aconteceu.

Já dissemos que o presidente dos retrogrados, no governo provisorio, era desleal e conspirador, e assim os demais membros dêsse partido.

Miguel José de Oliveira Pinto. Residia em Sanctos, era chefe de esquadra, portuguez, estava em Sanctos como intendente de marinha, e foi aproveitado por José Bonifacio para secretário da marinha do governo provisorio, distinguindo-se pelas suas idéas retrogradadas, e propenso ao anarchismo. Representou na bernarda de Francisco Ignacio papel saliente, chegando a ser secretário do general João Carlos, e mais tarde foi presidente com Daniel Pedro Müller e Quartim.

Miguel Pinto e seus companheiros foram demittidos, tendo sido Pinto chamado ao Rio 'de Janeiro, e desaparecendo assim da política paulista.

Os historiadores assignalam dous grandes inconvenientes, que se realizaram nesses factos, e ponderam o seguinte: que

estes individuos, por todos os principios, pelas idéas, por nas-
cimento e outras causas, eram contrarios á liberdade do povo
e á independencia do Brasil, e que, compondo-se o governo
de muitos homens, havia grande inconveniente, porque não
havia harmonia de vistas e unidade de acção, que deveriam
presidir os primeiros passos que os Paulistas davam para con-
seguir a liberdade e independencia do paiz.

Diz a história que Oliveira Pinto foi nomeado ministro
da marinha e isto sem a menor necessidade porque o paiz
não possuia esquadra que reclamasse a nomeação de um
ministro.

Compreende-se perfeitamente que Oliveira Pinto, par-
tidario do elemento retrogrado, e na pasta da marinha, só
serviria para entorpecer a marcha triumphante dos paladinos
da liberdade, que se reuniam em tórno de José Bonifacio e
dos seus companheiros de política.

José Bonifacio e os seus adeptos eram sagazes demais
para inutilizarem todos os planos dos reaccionarios, e não
deixaram que estes realizassem os seus intentos anti-liberaes,
entorpecendo e quiçá inutilizando a causa sancta da inde-
pendencia patria.

Via-se o Brasil em sérias difficuldades para conquistar
a sua independencia: de um lado, o partido retrogrado, reac-
cionista, empecendo a marcha dos libertadores, que sonhavam
com a independencia nacional, que luctavam na luz e nas tre-
vas contra os adeptos ferrenhos do absolutismo da metro-
pole portugueza; de outro lado, a metropole favoneava a causa
dos retrogrados, e protegia o elemento contrario á indepen-
dencia nacional. O governo do Brasil estava com a sua sede
em Lisboa, e dalli vinham todos os planos architectados para
inutilizar a causa nacional. Era necessario que na direcção
suprema dos destinos da patria se achassem homens pre-
parados e reconhecidamente patriotas, que tomassem aos seus
hombros a árdua e espinhosa tarefa de fazer abortar todos
os planos tendentes a paralisar e illudir a emancipação na-
cional.

A história brasileira nos diz que a familia Andrada en-
carregou-se dos destinos do Brasil e José Bonifacio de An-
drada e Silva luctou, e encaminhou a nossa emancipação de
modo brilhante, tornando-se o nosso verdadeiro patriarcha,
a alma principal da execução da grandiosa e sancta idéa.

Não consentiu elle que os retrogrados estabelecessem as
bases fortes de um partido nacional capaz de embaraçar a
nossa liberdade patria; nem tampouco entregou-se á vontade

soberana dos reis de Portugal e do Brasil. Foi elle quem dominou a vontade de Pedro I; foi elle quem soube dar os sábios conselhos de arguto estadista a este principe, suggestionando-o a desposar a causa emancipadora e, afinal, conseguiu d'este principe a proclamação da independencia do Brasil.

José da Costa Carvalho. Este cidadão foi deputado, senador, ministro e regente do Imperio, era bahiano, formado em Coimbra.

Formado, veio ter a São Paulo, onde era juiz de fóra, e mais tarde foi ouvidor. Casou-se Costa Carvalho com d. Genebra de Barros Leite, senhora de fortuna e já edosa. Possuía muitos bens e uma importante loja nesta capital. Não era contrário á idéa da independencia, apesar de ser filiado ao partido conservador, e travou lucta no terreno da política com os Andradas, que eram muito fortes em todos os sentidos.

Uma pleiade illustre de homens estava ao lado de José Bonifacio, taes como Antonio Carlos, Feijó, Paula Sousa, Vergueiro, São Leopoldo e Costa Carvalho precisou de unir-se aos reaccionarios para enfrentar os Andradas.

Dizem os historiadores que Costa Carvalho ligou-se secretamente aos reaccionarios do govêrno provisório, sendo considerado alli a cabeça pensante e o chefe do movimento retrogrado, unido a João Carlos Oeynhausén e demais companheiros, considerado o auctor da bernarda, da qual Francisco Ignacio tornou-se o verdadeiro responsavel.

Foi Costa Carvalho eleito deputado pela Bahia e tornou-se opposicionista violento ao govêrno de José Bonifacio e de Martim Francisco.

A. M. V. Drummond, *Anotações*, volume XIII, dos *Annaes da Bibliotheca*, tractando da dissolução da Constituinte, diz: "Figurava á testa do chamado partido republicano um moço sem talento, mas activo e rancoroso, era filho da Província da Bahia e nascido de paes humildes e pobres.

Exercendo um cargo subalterno da magistratura na Província de São Paulo, ahi casou-se com uma viuva rica. A riqueza lhe augmentou a actividade, e não sei si a violencia do character tambem. Ligado com pessoas da familia de sua mulher, procurou influir e ser o arbitro da provincia em que residia.

As suas idéas o levaram para o republicanismo, mas os seus interesses não permittiam que se separasse dos Portuguezes. Era, portanto, até certo poncto republicano e portuguez ao mesmo tempo. Depois ficou exclusivamente republicano. Nesta posição trabalhou e contribuiu para a abdicção

do primeiro imperador. Foi por isto elevado depois della a membro da regencia trina. Nas horas do perigo desertou o posto e voltou para São Paulo, recebendo sempre os proveitos delle. Logo que alcançou posição, elevado pelos seus amigos, que entre si distribuíam os altos empregos do Estado e as condecorações honorificas, mudou de parecer.

Marquez, grã-cruz, conselheiro de estado, senador e ministro por varias vezes, inclinou-se mais para o absolutismo do que para a monarchia constitucional...

Drummond faz referencia a uma carta que a imperatriz Leopoldina escreveu a José Bonifacio e que diz:

E' para mim caso averiguado porque vi, li com os meus olhos, uma carta escripta por uma mão augusta em que isto assim se relatava (tractando da dissolução da Constituinte, em que a celebre Domitilla, recebera doze contos de réis para esse fim e para a prisão e deportação de adversarios politicos).

Era uma carta escripta pela excelsa e virtuosa imperatriz Leopoldina a José Bonifacio de Andrada e Silva, em Novembro ou Dezembro de 1824.

Foi tal e tão grande o prestígio de Costa Carvalho, que, occupando todas as posições de destaque no scenario politico brasileiro, quando presidente da provincia de São Paulo, em 1842, esmagou a revolução liberal, capitaneada por Tobias, Feijó, Gabriel Rodrigues dos Santos e Vergueiro.

Os historiadores patrios dêsse periodo dizem que Costa Carvalho deixou a vida activa na politica em 1860, já edoso, com 65 annos, deixando uma reputação honrada e proba, muito dedicado e generoso para com os amigos e parentes.

Conseguiu, como diz a história, uma posição extraordinariamente elevada, apesar de ser destituido de dotes oratorios, e de qualidades intellectuaes, que sobravam nos Andradas, que não conseguiram a felicidade de Costa Carvalho..

A familia dos Andradas soffreu amargamente pela independencia e liberdade do Brasil, porque, como sabemos, eram todos dotados de puros e elevados sentimentos de patriotismo, não lhes faltava o talento, a illustração vasta, as qualidades oratorias, e a belleza de character, que tanto distinguu esta tradicional familia brasileira.

O character algum tanto leviano de d. Pedro I, a sua ignorancia e outros defeitos que o caracterizavam, fizeram com que os Andradas, depois das glórias conquistadas, em prol da nossa emancipação, fóssem expiar no exilio o crime de terem sido immensamente patriotas, brasileiros lidimos, ho-

nestos em demasia, até o ponto de não pactuarem com os defeitos e os vícios reaes ou imperiaes.

Honra seja feita ao glorioso territorio paulista, que possuia filhos como os Andradas e Feijó, que eram modêlos na alta governação do Brasil, patriotas sem jaca, dotados das mais peregrinas virtudes civicas.

Feijó foi a encarnação do espirito alevantado dos Paulistas, foi eleito deputado, senador, chegou a ser regente, ministro e morreu alquebrado e pobre.

Raphael Tobias e Gabriel Rodrigues dos Sanctos, filhos de São Paulo, ao lado de Vergueiro, que nasceu em Portugal, mas que se casou em São Paulo e adoptou esta antiga provincia como sua estremecida patria, todos estes vultos immortaes da nossa cara patria são dignos da gratidão nacional.

Vergueiro era a prova mais eloquente do character e da circumspecção, o seu nome aureolado valia certamente por uma legião, foi eleito deputado, senador, regente e um dos maiores batalhadores das liberdades públicas e apaixonado pela agricultura nacional.

Vergueiro e Feijó symbolizam duas grandes forças na grandiosa obra da integração da nossa patria. Si os Andradas fizeram a independencia do Brasil, aquelles dous patriotas tambem cooperaram fortemente com as suas idéas, com o seu trabalho infatigavel, com a sua intelligencia lúcida, com o seu patriotismo inegalavel, para a victória estrondosa da mesma causa nacional.

Ouçamos o que a história relata sôbre Feijó:

“Feijó, esse homem extraordinario, que por entre as torrentes revolucionarias de 7 de Abril escoara o throno e salvara a ordem pública, provara na regencia que os grandes homens, os maiores genios, não são mais do que instrumentos passivos da Providencia, que os eleva acima das multidões, e depois, como que os abate, segundo os seus imperscrutaveis designios sôbre a sorte das nações, e sôbre a marcha geral da humanidade.

Víctima sacrificada pelo patriotismo aos habitos desnaturalados que imprimem no espirito público os principios liberaes do govêrno representativo; soffrendo resignado uma opposição violenta, acintosa, malevola; julgando impropria de sua posição elevada angariar votos nas Camaras, e assalariar a imprensa, Feijó revelava o character singular do sacerdote christão, deixando passar a torrente do desvario, sem lhe oppôr mais do que a plenitude de sua paciencia, a firmeza de sua vontade, a magnanimidade de seu coração e a indestrui-

etivel barrreira de seu patriotismo. Levado ao último grau de desespero, porque a guerra civil rebentava em mais de um ponto do Imperio, resigna o poder nas mãos do senador Pedro de Araújo Lima (marquez de Olinda), dando assim a entender que devia elle e seus amigos da opposição facciosa das camaras realizar a politica que, da tribuna e da imprensa, tentavam impôr-lhe.

Admiravel consciencia do dever cumprido religiosamente, sancta resignação da virtude desconhecida e ultrajada. O manifesto de Feijó teve um echo doloroso e por todo o imperio.

Outro membro do partido retrogrado de João Carlos era Francisco Alves Ferreira do Amaral, paulista, coronel de milicias e representou papel de importancia na bernarda de Francisco Ignacio, foi deportado para fóra de São Paulo, para onde mais tarde voltou amnistiado.¹

Joaquim José Pinto de Moraes Leme era paulista e fidalgo. Diz a história que este retrogrado pertenceu a uma das mais illustres familias paulistas, que vinham fazendo brilhante figura na história da capitania desde o século XVI, e foi militar distincto que prestou relevantes serviços ao governo colonial.

Dizem os historiadores patrios que Moraes Leme era retrogrado por gosto e por educação, orgulhoso de si proprio e de sua ascendencia, sufficientemente abastado para a sua pequena familia, acostumado a mandar despoticamente e a obedecer passivamente, era um genuino representante do espirito colonial e como tal era ardente adversario dos Andradas e das idéas por elles representadas. Foi deportado para a Parnahiba, porém obteve amnistia e retirou-se da politica.

Pedro Taques de Almeida Alvim. Este membro do partido retrogrado era filho do guarda-mór Manuel Alves Alvim e neto do historiador Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

Rezam as chronicas paulistas que este homem era ruggento, fanatico em materia de religião e mui aferrado às idéas absolutistas.

Contrastava Pedro Taques com o modo de pensar de seus irmãos José Innocencio Alves Alvim e Joaquim Alvim, que adoptavam idéas muito liberaes.

Tão extremados eram estes dous, que chegaram a depôr João Carlos Oeynhausen do governo provisório, elegendo para o lugar d'este um outro de mais confiança politica.

Apesar disso, isto é, de serem os seus irmãos liberaes, Pedro Taques não os quiz imitar, lutando pelas idéas de

liberdade e de independencia e enveredou para o partido retrogrado, fazendo parte da bernarda de Francisco Ignacio.

Este homem retrogrado salientou-se no partido de Francisco Ignacio por seu character mau, seu genio exaltado e chegou, como dizem, a andar pelas ruas e pelas casas dos cidadãos, armado de espingarda, convidando e obrigando mesmo as pessoas da cidade, afim de assistirem a reuniões revoltosas, com o fim de assignar termos de accusação contra Martin Francisco e o brigadeiro Jordão, que eram do partido da independencia, orientados por José Bonifacio de Andrada e Silva.

Este poncto da nossa história é importante para confirmar o que *aliunde* dissemos a respeito de José Bonifacio e dos seus irmãos, que tanto fizeram pela independencia do Brasil.

Quando defendemos José Bonifacio da censura irrogada ao seu character sem jaça, ao seu patriotismo sem rival na história, provando que fôra elle o patriarcha da independencia, fizemos sentir, como principal argumento, a paixão da imprensa licenciosa, o odio dos seus adversarios e citámos os jornaes que se occupavam da pessoa de José Bonifacio, attribuindo-lhe factos que absolutamente não podiam se coadunar com o seu character e a sua aprimorada educação.

Aqui neste poncto está a comprovação do facto, porquanto a história de São Paulo é bem clara e evidente, dizendo que o capitão de milicias Pedro Taques de Almeida Alvim, abusando da posição que occupava de capitão de milicias e de membro do governo provisório de São Paulo, saiu *armado, intimando pessoal para ir assignar, á força armada, termos de accusação contra os Andradas.*

Eis ahí por que dissemos que a história, relatada por historiadores pouco sympathicos aos Andradas, fazia-lhes accusações injustas, chegando mesmo a negar a influência destes no facto da independencia do Brasil.

Mello Moraes nega em absoluto a parte saliente de José Bonifacio na proclamação da independencia e adduz argumentos, quasi todos tirados de provas constantes de jornaes da época, que accusavam José Bonifacio como accusariam, qualquer outro que estivesse em seu lugar, na qualidade de ministro do rei. Não levou em conta Mello Moraes as perseguições, as injustiças, os maus conceitos e até os phantasticos crimes que sempre attribuiam a José Bonifacio e aos Andradas, para desmoraliza-los no conceito público e, assim, enfraquecer a influência real e benéfica dos Andradas nos destinos da nossa patria.

A história, contada por alguns historiadores, afirma que José Bonifácio nada fez em prol da independência do Brasil, que o partido do governo provisório de São Paulo não foi o único a trabalhar pela independência, e não teve a primazia na celebre representação do *fico* de d. Pedro.

Fôram os Fluminenses os primeiros a representar ao príncipe a necessidade de ficar no Brasil. "O pronunciamento franco do Rio de Janeiro, em que tomaram parte os Brasileiros e Portuguezes em Dezembro de 1821, deu em resultado as representações para a resolução expressa do príncipe regente d. Pedro de Alcantara ficar no Brasil, o que teve lugar no dia 9 de Janeiro de 1822".

São Paulo moveu-se por pedido do Rio de Janeiro, e sendo, por circunstâncias, chamado José Bonifácio para o ministério do reino, o seu primeiro cuidado foi crear um partido seu, que o sustentasse no poder.

O historiador esqueceu-se de mencionar os grandes e relevantes serviços prestados pelos Andradas, no governo provisório de São Paulo, onde elles e os seus companheiros agiam efficazmente para a proclamação da independência; esqueceu-se de relatar que José Bonifácio tinha nesse partido como presidente o sr. João Carlos Oeynhausén, homem perigoso pelas suas reiteradas intrigas e deslealdade, e alli José Bonifácio conseguiu triumphar, obtendo a representação de que elle proprio foi o portador a d. Pedro, pedindo para ficar no Brasil. E tão decisiva foi a força dessa representação, que José Bonifácio conseguiu logo ser o ministro da inteira confiança do príncipe, vindo este a São Paulo, a pedido de José Bonifácio para acalmar os animos agitados da Provincia, e aqui proclamou a independência do Brasil.

Em vista desses factos, todos verosímeis, e relatados uniformemente pelos historiadores, não se poderá, em boa fé, negar a José Bonifácio a parte principal e saliente no facto da proclamação da independência do Brasil.

Os trabalhos feitos por politicos de partidos organizados em todo o territorio brasileiro concorreram muito para o commettimento, honram e immortalizam os patriotas, representam forças vivas e poderosas do paiz, mas não podem absolutamente negar os grandes serviços dos Andradas, e, principalmente, a parte directa, immediata, official, natural e grandemente patriótica de José Bonifácio de Andrada e Silva, como sendo a alma da acção e dos meios de execução da proclamação da independência patria.

Querer dizer que José Bonifacio formou partido no Rio de Janeiro para sustentar-se no poder, que era violento e perseguidor, que os jornaes do Rio lhe eram infensos, tudo isso pode ser exacto, porque José Bonifacio era político e todos esses processos são consequencias fataes da política.

Entretanto, esses factos, narrados assim, não tiram a José Bonifacio a glória de ter sido o patriarcha da nossa independencia. Elle era o representante de uma idéa, formou com Feijó, com Vergueiro, Paula Sousa tantos outros, um partido forte para cuidar de libertar o Brasil do absolutismo portuguez. No desdobramento dos factos, na organização dos processos, na disposição das fôrças para a realização da grandiosa idéa, naturalmente havia de encontrar embaraços e grandes, porque o Brasil estava sub o jugo exclusivo da metropole, existia no paiz um póderoso partido portuguez, que se oppunha *totis viribus* á separação, e este partido precisava combater contra José Bonifacio e contra os seus adeptos, por todos os meios licitos e até mesmo illicitos, de modo a não enfraquecer as fôrças da metropole.

Dahi a virulencia da linguagem da imprensa, os doestos, as infamias, as perseguições, as injustiças, o odio e todo o cortejo de males humanamente architectados para o fim collimado.

A história de todos os povos consagram longos capitulos acêrca dos martyres da liberdade e seria um nunca acabar si quizessemos demonstrar as perseguições, as injustiças e o horror causado pelos contrarios á idéa.

Continuemos na descripção dos retrogrados á independencia do Brasil:

José Rodrigues Pereira de Oliveira. Este homem era paulista, lavrador, fez parte activa do partido retrogrado e era comparsa de Pedro Taques nas arbitrariedades praticadas contra o partido dos Andradas.

Nos annaes das chronicas paulistas se diz que a 23 de Maio de 1822 Pereira de Oliveira andava pelas ruas, de arma em punho, intimando o povo para assignar termo de accusação contra José Bonifacio e os Andradas. Era este o genuino representante da idéa absolutista, do espirito de ignorancia e obscurantismo o mais ferrenho, pois que obrigava o povo com a arma na mão a dar denúncia contra o patriarcha da nossa independencia.

Cactano Pinto Homem. Este membro do partido retrogrado era portuguez, casado com uma senhora paulista e era commerciante em São Paulo.

Era capitão de milicias e subordinado ao coronel Ferreira do Amaral, tendo tomado parte na bernarda de Francisco Ignacio.

Caetano Pinto foi deportado para Araçariguama.

Jayme da Silva Telles. Era paulista e figura apagada na política de então; era homem ambicioso de posição e agradava os outros para tirar partido, não cogitando de ideal algum em beneficio público. Foi deportado para Piracicaba, porém foi amnistiado e voltou para São Paulo, onde, mais tarde, exerceu o cargo de empregado do Thesouro.

Antonio de Siqueira Moraes. Era capitão de milicias, amigo e íntimo de Francisco Ignacio e de Ferreira do Amaral, tendo tomado parte saliente na bernarda, pelo que foi deportado para Nazareth, tendo sido, mais tarde, amnistiado, deixando a política para sempre.

Estes cidadãos fôram os personagens que se congregaram para a obra da resistencia ás idéas de independencia do Brasil. Machinaram, portanto, contra os interesses mais vitaes do povo, conquistaram para si um nome pouco lisonjeiro, passaram o tempo em serviços antipatrioticos e mereceram da história as justas censuras, taes como vão descriptas aqui, pelas chronicas da época.

Fôram instrumentos preparados para luctar contra os Andradas, conservadores das regalias e privilegios coloniaes, dirigidos por outros, que delles tiravam proveitos, mas ficaram exquecidos nos annaes da história, como auxiliares das grandes idéas, amigos do bem, da liberdade e da grandeza da patria.

Esta é a história da formação do liberalismo paulista, com estes dous partidos, um de pura resistencia ás idéas de liberdade e de independencia, chefiado pelo poderoso João Carlos Oeynhausén, o chefe da bernarda com Francisco Ignacio, e outro chefiado por José Bonifacio de Andrada e Silva e os demais Andradas, tendo ao lado as figuras salientes de Feijó, Vergueiro, Paula Sousa e outros, que os acompanhavam no puro liberalismo.

Fôram estes os que mais luctaram para a implantação do regime da liberdade patria.

CAPITULO XXVII

Factos historicos a respeito da independencia do Brasil

Conceito de diversos historiadores

D. João VI fôra convidado por M. Thorton, diplomata inglez, para voltar á Europa. Entendia o gabinete inglez que era mais facil o monarcha portuguez governar Portugal do que o Brasil, tanto mais que o Govêrno inglez antevia a separação do Brasil de Portugal.

D. João, porém, vendo o limitado territorio portuguez, e habituado ao vasto e rico dominio brasileiro, recusou-se, manifestando repugnancia em voltar para a Europa.

Propuzeram em conselho mandar o principe para Lisbôa, devendo permanecer d. João VI no Brasil. D. João se oppôz a esta deliberação, pois que era contrária aos desejos da Nação Portuguesa, que insistia pela sua volta á metropole.

Além disso, a medida não agradava a d. Pedro, que antevia seguramente poder tornar-se o árbitro supremo do Brasil.

O conde de Arcos, íntimo amigo de d. Pedro, foi o auctor do decreto de 7 de Março, e este tinha por fim estabelecer o govêrno do principe com a auctoridade suprema daquelle conde.

A 26 de Abril d. João VI partiu para Portugal, e aconselhou ao filho d. Pedro de conservar a corôa do Brasil, afim de não cair em mãos de aventureiros.

Com a retirada do conde dos Arcos para a metropole, e outros acontecimentos de gravidade, os homens dotados de penetração combinaram na expulsão immediata de d. Pedro, caso não consentisse na completa independencia do Brasil.

D. Pedro, que acompanhava todas as evoluções dos partidos nacionaes, que via o fermento agitado no sentido da independência, e comprehendendo que deveria tirar para si o maior proveito, conscio de que os Brasileiros não queriam a República e sim a continuação da monarchia, desfez-se de Portugal, para ligar-se aos Brasileiros, e novamente ligar-se a este paiz, quando aclamado pelos Brasileiros, para recuperar o poder absoluto.

Ninguém desconhece, portanto, o intuito destes dous governantes. O pae, d. João VI, ambicionando para si o throno de um vasto e rico imperio, queixando-se dos limites estreitos do territorio portuguez, e o filho, d. Pedro, aguardando o momento para tambem proclamar-se imperador do Brasil.

As manobras de d. João VI e de d. Pedro fôram todas ellas tendentes a conservar o Brasil sob o dominio da Casa de Bragança.

D. João ambicionava, como ponderam os historiadores, o throno, porém, vendo a ambição do filho e as luctas continuas na metropole, tomou a deliberação de aconselhar o filho a collocar a corôa na cabeça.

Entretanto, d. Pedro não poderia satisfazer os desejos do pae, e o *seu proprio*, sem muita lucta por parte dos partidos que então existiam na occasião. A maior lucta era contra os seus proprios patricios; os Portuguezes não queriam o desmembramento do Brasil, e contrariavam os que trabalhavam para isso.

Teve d. Pedro de conciliar os animos e esperar os acontecimentos, até ver o fim da lucta para verificar o seu resultado.

Soube dissimular o ânimo absoluto de governar, mostrou-se sempre conciliador e bondoso, confiante nos seus ministros, na influêcia, no talento e prestígio de José Bonifacio.

Diz-nos a história que d. Pedro, cheio de energia e voluntarioso, fôra solicitado por alguns Brasileiros para assumir o governo absoluto do Brasil, e o fizeram com o intuito de agrada-lo para obter grande somma de beneficios.

Um magistrado de nome Azeredo Coutinho — juiz de fôra — fez lavrar ás camaras de Taubaté, Pindamonhangaba e São Luis actas em que offereciam ao imperador o poder absoluto, declarando estarem promptas a aclama-lo, logo que a capital da provincia o fizesse.

Asseveram que esta era a opinião geral. A offerta foi devida a verem no principe o desejo de governar discrecio-

nariamente, continuando com o absolutismo da metropole, sem attender a preceitos constitucionaes.

Lord Cochrane, *Narrativas de Serviços no libertar-se o Brasil da dominação portugueza*, declara que d. Pedro "*se suppunha manifestar inclinação pelo partido brasileiro*". Não diz o historiador que d. Pedro era manifestamente pela independencia do Brasil. *Se suppunha*, é uma expressão duvidosa, não é positiva e categorica.

D. Pedro, que devia estar mais propenso ao partido portuguez, cujo fim era impedir a separação da mãe patria, optava pela *supposição* de estar mais ao lado do Brasil.

O governo da metropole, sabedor de que machinavam pela separação, ordenou se convidassem as municipalidades do Brasil a repudiar a auctoridade do principe regente no Rio de Janeiro.

Isto deu em resultado a formação de pequenos grupos de verdadeiros governos provinciaes.

A attitude do povo brasileiro deante dos acontecimentos era a expressão da sua vontade inabalavel em separar-se de Portugal.

Ou d. Pedro havia de annuir aos desejos da nação que se propunha a libertar-se, ou teria de unir-se aos Portuguezes que se oppunham á separação.

Por inspiração propria, ou aconselhado por homens eminentes no governo do paiz, d. Pedro reflectiu sobre as duas hypotheses, e convenceu-se de que o povo brasileiro, occupando um vasto territorio, com habitos, costumes, tradições, interesses, todos contrarios aos da metropole, avido de autonomia e independencia, jámais poderia submeter-se ao governo de Portugal, como simples colonia, escravizado.

Calculou d. Pedro que precisaria travar lucta com os nacionaes, para que o Brasil não se separasse de Portugal, e vendo a expansão que iam tomando os sentimentos libertadores do povo, e sentindo a difficuldade em contrariar as aspirações nacionaes, ensanguentando o paiz em medonha revolução, optou, naturalmente, pela independencia do Brasil, adoptando o programma dos estadistas que nesse sentido agiam de perfeito accôrdo.

Confiante no prestígio absoluto de José Bonifacio, espirito liberal, e adepto sincero da independencia, d. Pedro deixou-se levar nessa corrente poderosa, e desposou a causa nacional.

Calculadamente, ou coagido pelas fôrças das circumstancias, o principe não podia desviar-se da norma que adoptou,

e forçosamente, mais cedo ou mais tarde, teria de alçar o brado da independência.

O partido portuguez não queria absolutamente a separação da mãe patria, e, nesse sentido, lord Cochrane, declarou que este partido merece censura, porque, vendo prevalecer a desordem mais ou menos por toda a parte, não poupava meio algum de augmenta-la, esperando com isso paralisar ultteriores esforços para a independência, expondo assim provincias inteiras aos males da anarchia e confusão.

A opinião de Cochrane é que a lealdade dos Portuguezes participava mais de interesse proprio que de apêgo á supremacia de Portugal, porque, formando as classes commerciaes a verdadeira força da facção portugueza, esperavam, preservando a auctoridade da mãe patria em suas distantes provincias, obter por esse meio em recompensa o restabelecimento dos antigos monopolios de commercio, que doze annos antes haviam sido abolidos, dando tal abolição logar aos negociantes inglezes — a quem cordialmente aborreciam — de vir sobrepuja-los em seus proprios mercados.

No conceito dêste illustrado historiador (“encarregado de atacar os Portuguezes por ordem de sua magestade imperial, como consta da seguinte ordem, do então ministro da Marinha, Luiz da Cunha Moreira:

“Manda sua magestade imperial, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, que o primeiro almirante Lord Cochrane, commandante em chefe da Esquadra, se faça amanhã á vella deste porto, levando debaixo das suas ordens os navios da esquadra que quizer, e vá demandar a Bahia, pondo aquelle porto em rigoroso bloqueio, destruindo, ou tomando todas as forças portuguezas, que encontrar, e fazendo todos os damnos possiveis aos inimigos deste Imperio; ficando finalmente á disposição do mesmo Primeiro Almirantado obrar como fôr conveniente contra as forças inimigas, salvando aquella cidade da escravidão a que está reduzida pelos inimigos da causa do Brasil, e entendendo-se para esse fim com o general Labatut, commandante do Exercito do reconcavo, prestando-se com a força que leva á sua disposição para o bom exito da commissão, e gloria das armas nacionaes e imperiaes.

Palacio do Rio de Janeiro, 30 de Março de 1823”), os Portuguezes, por interesses commerciaes, desejando o monopolio para a classe dos commerciantes, moviam toda a guerra ao Brasil, e praticavam desordens que o príncipe não poderia

tolerar para não perder a corôa do Imperio, ordenando as medidas constantes desta ordem citada.

Estes factos demonstram que os interesses dos Portuguezes eram puramente economicos; elles pretenderam a união do Brasil por motivos particulares, de ordem commercial, pouco se importando de liberdade e de independencia patria no Brasil.

Assim procedeu Pedro I, na proclamação da Independencia; o seu movel não foi commercial, porque elle não era commerciante, mas foi baseado em calculos seguros de consolidação dynastica, sendo elle d. Pedro genuino representante da casa de Bragança, e continuador da posse real do seu pae, d. João VI.

Vejamos o que nos relata a história pela palavra de lord Cochrane — *Narrativas para libertar-se o Brasil da dominação portugueza*.

Em Julho de 1821, passaram decreto ás côrtes de Lisboa, para que dora em diante os exércitos portuguez e brasileiro formassem um só corpo, tendo por objecto embarcar tropas brasileiras para Portugal, e mandar para o Brasil tropas portuguezas, assegurando por tal meio a sujeição deste.

O regente d. Pedro teve ordem de voltar a Portugal.

Estes inconsiderados procedimentos irritaram fortemente os Brasileiros nativos, que nelles viam a subversão da sua esperada nacionalidade.

Com inconsideração apenas menor, publicaram da sua parte proclamações declarando o Brasil independente, com d. Pedro por imperador; *mas elle repudiou similhante acto*, e se preparou para deixar o Brasil obedecendo ás ordens.

A partida proxima do regente causou fermentação geral e então se ergueu uma cabeça popular, na pessoa de José Bonifacio de Andrada e Silva, vice-presidente da Junta Provisional de São Paulo, e uma representação energica declarava que desapossaria d. Pedro, si as Côrtes procedessem como estavam procedendo.

Ora, d. Pedro que era o regente de Portugal no Brasil, e que estava prompto para se submeter ás ordens do governo da metropole, não o fez, coagido pela attitude energica dos Brasileiros que o desapossariam do elevado cargo, si não commungasse com os do paiz, em trabalhar pela independencia nacional.

De um lado, a história nos diz, que os Portuguezes fôram movidos, no Brasil, a repellir a idéa da independencia, por interesses de ordem commercial, e por outro, d. Pedro,

que era docil aos manejos da metropole, queria conservar para si o monopolio da dynastia, e *suppôz*, como diz lord Cochrane, *manifestar inclinação pelo partido brasileiro*.

Está bem averiguado, á luz da história, que o movei da nossa independencia nacional foi o interesse dos Portuguezes, conjugado com a pretensão de mando e de posse de uma dynastia que tambem tinha interesse em conservar-se no poder, sob a inspiração patriótica e energica de José Benifacio de Andrada e Silva e de outros illustres Brasileiros que tomaram parte activa na grandiosa causa da emancipação do Brasil.

Não fôsssem esses patriotas, não fôsssem as agitações da alma nacional, clamando pela liberdade do sólo patrio, o Brasil, por muito tempo, estaria submettido ao govêrno da metropole portugueza.

CAPITULO XXVIII

Factos que se relacionam com a independencia do Brasil, em 1822

Representação do povo do Rio de Janeiro

Senhor — A natureza, a razão e a humanidade, este feixe indissolúvel e sagrado, que nenhuma força pôde quebrar, gravam no coração do homem uma propensão irresistível para, por todos os meios e com todas as forças, em todas as épocas e em todos os logares, buscarem ou melhorarem o seu bem ser.

Este principio tão sancto como a sua origem e de centuplicada força quando applicado ás nações, era de sobra para que o Brasil, esta porção preciosa do globo habitado, não accedesse á inerte espectação de sua futura sorte, tal qual fôsse decretada longe de seus lares e no meio de uma potencia que elle devia reconhecer inimiga da sua glória, zelosa da sua grandeza, e que bastante deixava ver, pelo seu manifesto ás nações, que queria firmar a sua resurreição politica sobre a morte do nascente imperio luso-brasileiro, pois que baseava as razões da sua decadencia sobre a elevação gloriosa d'este filho da America.

Si a esta tão obvia e justa consideração quizesse ajunctar a dolorosa experiencia de trezentos e oitenta annos, em que o Brasil só existira para Portugal, que motivos não encontraria na cadeia tenebrosa de seus males para chamar a attenção e vigilancia de todos os seus filhos, a usar da soberania que lhe compete e dos mesmos direitos de que usara Portugal, e por si mesmo tractar da sua existencia

e representação política, da sua prosperidade e da sua constituição? Sim, o Brasil podia dizer a Portugal: "Desde que o sol abriu o seu tumulto e delle me fez saltar, para apresentar-me ao dictoso Cabral, a minha felicidade, a minha riqueza, a minha prosperidade, tudo te sacrifiquei, tudo te dei; e tu que me déste? Escravidão e só escravidão. Cavava o seio das minhas montanhas, penetrava o centro do meu sólo, para té mandar o ouro com que pagavas ás nações estrangeiras a tua conservação e as obras que decoram a tua magestosa capital; e tu, quando a soffrega ambição devorou os thesouros, que sob mão se achavam no meu terreno, quizeste inipôr-me o mais odioso dos tributos, a capitação.

Eu mudava o curso de meus caudalosos rios para arrancar do seu leito os diamantes que brilham na corôa do monarcha; despia as minhas florestas para enriquecer a tua Marinha e sustentar a tua grandeza, que todavia deixavas cair das enfraquecidas mãos...

E tu que me déste? Oppressão e vilipendio!... Mandavas queimar os filatorios e teares, onde minha nascente industria beneficiava o algodão para vestir os meus filhos; negavas-me a luz das sciencias, para que eu não pudesse conhecer os meus direitos, nem figurar entre os povos cultos; acanhavas a minha indústria para me conservares na mais triste dependencia da tua; desejarias até diminuir as fontes da minha natural grandeza, e não querias que eu conhecesse do universo mais que o pequeno terreno que tu occupas.

Acolhia no meu seio os teus filhos a quem dourava a existência; e tu mandavas-me em paga tyrannos indomaveis, que me laceravam; agora é tempo de reempossar-me da minha liberdade; basta de offerecer-me em sacrificio ás tuas interessadas vistas: assás te conheci, demasiado te servi."

Todavia o generoso Brasil no momento mesmo em que via parar a roda de uma bem começada e bem merecida prosperidade; no momento em que se abalava o edificio que no seu projecto extasiara a Europa, e fizera tombar o colosso da França; no momento em que se procurava invalidar a maior, a unica idéa verdadeiramente sublime que um Europeu tem concebido das colonias da sua patria; no momento em que, desatadas todas as antigas fórmulas do governo, tinha o indisputavel direito e a invencivel necessidade de declarar, escolher e estabelecer o que lhe conviesse, dormiu descansado sobre o leito da esperanza, tudo confiando na ingenuidade do seu procedimento e no tão proclamado

liberalismo de seus irmãos, que ainda quiz julgar instruídos pela lição fatal da experiencia, pelas luzes dos seculos, pelo movimento actual do globo, e pela independencia da America espanhola, que era o acto decisivo da emancipação de todas as colonias, e o signal formidavel que marcava ter soado a hora da sua virilidade.

Pela mais negra, porém, das perfidias, Portugal ou o congresso, que receioso a principio ia palpando as trevas por onde marchava, mal que ellas se dissiparam pela acquiescencia franca e generosa do Brasil e volta do rei á antiga capital, tomou repentinamente a attitudo senhoril, e passando de representante do povo de Portugal a soberano de toda a nação, faltou áquelles mesmos princípios universaes que proclamara, e sobre que estribara o seu procedimento, perjurou as bases que estabelecera, trahiou os direitos da natureza e das gentes, intentou votar um grande reino ao exterminio de seus direitos em nome dêsses mesmos direitos e lançar nessa tão preponderante parte da monarchia portugueza os ferrões que elle pendurava no templo da liberdade, e ou submergir-nos na voragem de males peores que esses de que elle buscava surgir, ou quando muito dar-nos por favor uma liberdade comparativa com o nosso primeiro estado de colonia; fazendo assim um ataque solenne á razão, um insulto manifesto ás nações da Europa, e dando ao Brasil o mais inquestionavel motivo de indignação e represalia.

Si o congresso, examinando a fôrça irresistivel das cousas, tivesse deante dos olhos a necessidade imperiosa da quêda de uns e da elevação de outros imperios, que deverão tambem ser tragados pelo abysmo dos seculos, para fazer logar a novos apparecimentos; si na marcha de seus trabalhos conhecesse radicalmente que o verdadeiro interesse de Portugal, e a unica ancora que poderia sempre salva-lo do naufragio na voragem do tempo, como já o salvara em 1807, era a felicidade progressiva e a grandeza do Brasil, si, pondo de parte um ciume ridiculo aos olhos da philosophia, e um amor de precedencias incompativel com a marcha augusta da liberdade, que só encara os objectos pelas suas relações com a felicidade dos homens, extendesse os limites dessa liberdade e multiplicasse as nossas relações commerciaes, nem desafiaria o nosso resentimento, a nossa indignação e a nossa insolúvel desconfiança, nem apresentaria ao mundo o chimerico espectaculo de querer sem capitaes, industria e marinha, unicas e grandes alavancas com que só se póde sustentar e mover a machina das colonias, elevar sobre a recolonização do Brasil o des-

mantelado edificio da sua grandeza; pelo contrário, apresentaria factos unicos na história dos homens, e dera uma verdadeira lição de politica e philosophia, e o Brasil, reconhecido por isto, beijaria as mãos dos semi-deuses modernos.

Vimos, porém, com horror menoscabada e até fulminada de exterminio a nossa cathogoria e a nossa representação; enrubesceram por muitas vezes as nossas faces pelos sarcasmos contra nós lançados com o maior dos escandalos; vimos as lagrimas das nossas provincias desprezadas; acolhidos, elogiados os monstros que as dilaceravam; vimos cohortes pretorianas sairem do centro do mesmo congresso, embarçando o escudo da fraternidade, virem enterrar em nossos peitos aquellas armas que a patria só lhes podia confiar para defesa da patria; vimos o sangue brasileiro banhar por diferentes vezes o nosso sólo, e não encontrar vingança; é pouco: não vimos uma só providencia adequada e peculiar ás circumstancias formidaveis dêste paiz, que, tendo sido necessitado a alargar, sem preparativos anteriores, o seu seio para receber a inundação de 1807, a viu retroceder e abandona-lo de uma maneira ainda mais ruinosa que a da sua entrada.

Ouvimos a todo o instante resoar no congresso a linguagem do despotismo ou do patrocínio: Concedemos ao Brasil; que mais quer o Brasil? Extremecemos, quando o decreto de 18 de Abril do anno passado atirou entre nós o pomo da discordia, e prometeu o titulo de benemeritos da patria áquelles que melhor assanhassem as serpes na cabeça da furia.

Frio suor correu por nossos membros ao ler a infernal proposição do mais attendido dos deputados de Portugal: Que nos importa que os Brasileiros se degollem uns aos outros? E' pouco: prevalecendo-se do nosso juramento, abusou da boa fé; aproveitou a falta dos nossos defensores, e sem esperar o voto e approvação dos nossos representantes, que só podiam expressar-lhe a nossa vontade, e por consequencia sem estar completa a soberania da nação, para ser valido o que se decretasse, dividiram a tunica inconsutil do Brasil em diferentes secções, crearam multidões de pequenos centros, sem relação nem coadjuvação entre si, enfraquecidos em todos os seus pontos, contradictorios em todos os seus movimentos, cuja somma de productos não podia dar sinão anarchia e guerra civil; é pouco: nomeou novos Verres, para mais retalhar o nosso coração, lançou-nos á face das nações um prégão de deshonra, exquecendo, e até mesmo apartando os Brasileiros dos empregos de confiança

e consideração, e por uma animosidade mais ardente e fanática do que reflectida e necessaria, atacou a nossa cathedra, postergou a nossa integridade, quiz apropriar-se do producto dos nossos trabalhos, prohibir a nossa communicação com o universo, fazer enfim retrogradar nossa marcha para o antigo estado, não podendo fazer retrogradar o mundo e as luzes ao estado em que estava, quando com bem poucas fôrças poude dominar tão vastas e tão ricas possessões.

Que vinhamos portanto a ser no systema que seguia o congresso? Ermãos ou vassallos? Homens ou automatos? Escravos ou cidadãos e filhos da mesma nação? Que vinha a ser o congresso? O soberano despotico, para quem era feita a nação, ou o representante da soberania desta, proposto e reunido para deliberar e firmar em solida base a felicidade de todas as partes integrantes da monarchia? O congresso faltou para com o Brasil (e talvez para com a nação) aos principios da moral e da egualdade, e da natureza, e da política e da razão; a política, a natureza, a egualdade e a moral, mandavam que elle reassumisse a sua dignidade, que defendesse os seus direitos, e que dêsse ao mundo um grande testemunho de que merece gosar do inauferivel jús que tem de figurar como nação livre.

Ligaram-se então as provincias do meio dia do Brasil. O Rio de Janeiro que, na expressão do seu historiador inglez, verá primeiro uma revolução geral no mundo, do que cesse de ser o emporio de um commércio universal; Minas e as interessantes provincias do seu centro, cujo sólo favorito ao astro do dia alimenta e guarda os representantes da riqueza e a força dos Estados; São Paulo, a patria do valor, que só espera o elasterio da liberdade para assasoar os grandes germes de uma grandeza indefinida; o Rio Grande e Montevidéo, as chaves do sul e os nossos inextinguiveis celleiros, deram-se as mãos e convidaram com o seu exemplo as outras provincias suas ermãs, fecharam dentro de invencivel muro o principe real, a quem, debaixo do especioso pretexto de viajar em paizes estrangeiros, mandaram os hierophantes abandonar o Brasil, fazendo anteriormente partir para Lisbôa as náos, os petrechos e as munições que ainda existiam em nossos portos e arsenaes, deixando o esqueleto do Brasil reduzido á deploravel sorte da Asia Menor.

Seja qual fôr o modo por que os inimigos da associação brasilica encarem o procedimento memoravel do dia 9 de Janeiro, aos olhos da Europa justicosa e política, o principe

real será considerado um heróe e o salvador da realza do Brasil; e o povo das provincias colligadas um modelo de fidelidade á dynastia de Bragança, de zêlo pelo systema constitucional, franco e liberal, qual deve ser, e não machiavelico e astuto, como se lhe antolhava; e de presciencia palitica dos seus verdadeiros interesses, porque abraçou desde já o systema que ha de um dia dominar em toda a America, por ora, em muitos logares, encantada com os prestigios da democracia.

O écho desta nossa resolução soou pelas septe montanhas de Lisbôa, que o repercutiram nos salões do congresso; o perigo instava, urgia o remedio... a franqueza aponctava a confissão dos erros, o machiavelismo só lembrou o disfarce e a injúria; junctou-se o escarneq ao opprobrio e a irrisão á desgraça.

Por entre a arrastada supposição de que talvez outro genero de govêrno conviesse ao Brasil, apparecem bem pronunciadas expressões de imperio ou de favôr, adubadas de indignos sarcasmos e da gratuita mercê de venalidade aos que rasgaram o véo da impostura; ousa-se mesmo dizer que a confiança e a bôa fé do Brasil deram nascimento á perfidia; susta-se interinamente a saída do principe real, mas conserva-se a isolação das provincias deixando-o no incompativel character de governador do Rio de Janeiro; fazendo preceder uma mentira, reconhecem a necessidade de um centro político, mas em dons que não duvidam *conceder*; e na liberdade de entender-se cada provincia com o de Portugal, si quizer, faz-se bem claro, augmenta-se mesmo o espirito de discordia e o seu antigo conato de dividir-nos e enfraquecer-nos, e chamar uma parte do Brasil a guerrear com a outra; submettem os pretores luzitanos ao govêrno provincial, mas ficam membros natos dêsse govêrno, com a fôrça das legiões que commandam e que se deixam persistir; estão promptos a *conceder* ao Brasil quanto lhe convenha, mas só para o seu govêrno interno, e salvo o poncto essencial da união, isto é, reduzido o seu commercio ao exclusivo de Portugal, que tão nocivo foi a ambos os hemispherios portuguezes, e nenhum desempenhou dos objectos por que fôra estabelecido; interdictadas as discussões sôbre os seus grandes interesses politicos, circunscripto o seu patriotismo, privado de uma legislação sua, e para rematar a sua dobrez e criminalidade dos seus procedimentos, prohibe-se officialmente a remessa de petrechos e munições de guerra da Europa para o Brasil, o que confirma, da maneira

a mais solenne, todas as nossas desconfianças, nem pôde ser tomado sinão como premissas de uma declaração de guerra, pela nossa reluctancia contra o systema de recolonização; e marchando sempre de horror em horror, intentaram ceder Montevidéo a Buenos Aires, com escandalosa violação dos direitos daquella provincia e dos principios que elles mesmos tanto assoalharam, *de que os povos não são propriedade de ninguém*, só com o fim de puni-la da sua adhesão ao reino do Brasil; e, *si vera est fama*, negociam a coadjuvação da França para a reconquista dêste, cedendo-lhe a parte da Guyana portugueza.

A' vista de todas estas considerações, as provincias collegadas do Brasil têm reconhecido quanto seja impossivel persistir na expectação de que, a mais de 2.000 leguas de distancia dellas, se tractem com verdadeira egualdade os seus direitos e a justiça da sua causa; á sua custa aprenderam a pôr limites á sua confiança, e sabem já quanto é indigno do character magestoso de povos já educados estar fazendo requerimentos, esperando despachos que, quando voltam no fim de longos prazos, já trazem consigo novos motivos para serem retorquidos.

Talvez o congresso no devaneio de sua furia dará (e será uma nova inconsequencia) o nome de rebellião ao passo heroico que vão dar as provincias do Brasil, á re-assumição da sua soberania desprezada; mas, si o fizer, deverá primeiro declarar rebelde a razão, que prescreve os homens não se deixarem esmagar e arruinar pelos outros homens; será mistér declarar rebelde a natureza, que ensinou os filhos a separarem-se de seus paes, quando tocam á epocha da sua virilidade; é mistér declarar rebelde a justiça, que não auctoriza usurpações nem perfidias, é mistér declarar rebelde a Portugal, que encetou a marcha da monarchia portugueza; é mistér enfim declarar rebelde a si mesmo, porque, si a fôrça irresistivel das cousas promettia a futura desunião dos dous reinos, os seus procedimentos acceleraram esta epocha, sem dúvida, fatal para a parte da nação que queria engrandecer.

Quando uma nação muda o seu modo de existir e de pensar, não pôde nem deve tornar a ser governada como era antes dessa mudança.

O Brasil, elevado á categoria de reino, reconhecido por todas as potencias e com todas as formalidades que fazem o direito público da Europa, tem inquestionavelmente jús a reempossar-se da porção de soberania que lhe compete,

porque o estabelecimento da ordem constitucional é um negócio privativo de cada povo.

Si cada cidadão tem o direito de exigir que a sociedade faça mais vantajosa a sua situação, quanto maior não será o da união de grandes e ricas provincias? Si o Brasil accedeu á causa da nação foi para a cooperação da felicidade geral, mas sem mingua, sem quebra, sem sacrificio de sua propria felicidade; e nunca devia esperar que uma fracção della quizesse, a titulo de melhoramento, derriba-lo do logar de consideração e de glória que já tinha, e por tantos titulos lhe pertence.

O Brasil convém que as leis, tractados e convenções, que os homens fazem, reunindo-se entre si, são as regras de seus direitos e de seus deveres; mas elle quer que o mundo e Portugal convenham que, si alguns homens fizeram convenções absurdas, si estabeleceram um governo incapaz de proteger as leis, si procurando a felicidade seguiram um caminho opposto, si desgraçadamente se deixaram extraviar por conductores perfidos ou ignorantes, não deve a razão ser sacrificada ao êrro, nem a felicidade ao capricho.

Si o estado de retrogradação é sempre doloroso para o individuo, de quanta violencia, de quanto horror não será elle para um povo grande e rico, fortificado pela idade, instruido pelas suas communicações com os outros povos, e já participante de nova fôrça motriz, que parece aggregada ás fôrças do universo?

Portugal, sem consultar o Brasil, antes reconhecendo por uma lei fundamental o direito que este tinha de acceder, si quizesse, ao seu movimento, estabeleceu o seu nôvo pacto, quebrando todas as antigas relações, até as que prendiam ao Brasil; e quem negará ao Brasil o direito de reclamar e retirar a sua accessão, quando se vê trahido e illudido na esperança de ser feliz?

Nomeou, é verdade, deputados, concedendo-lhes os necessarios poderes para representarem a sua soberania; mas recommendou-lhe por esse mesmo acto a conservação de sua integridade e de quanto fôsse a bem de sua existencia politica; logo ou si ha de conceder que o outorgante que concede poder fica sendo para sempre um ente passivo, seja qual fôr a aberração do seu mandatario, ou este lhe dê poderes de reassumir a qualidade activa e escolher novos procuradores que zelem melhor os seus direitos, expressem mais solennemente a sua vontade, para evitar o receio de cair em novos perigos.

E donde veio a um congresso imperfeito, donde aos representantes de uma fracção da nação soberana, o direito de decidir soberanamente de outra, a mais consideravel fracção da mesma nação ?

Donde, a um congresso que assim obra, e a alguns deputados do Brasil que assim o subscreveram, o poder de exigir a obediencia e a confiança do Brasil desprezado ?

Que lei, divina ou humana, se conhece, que nos mande progredir no soffrimento do mal e na indigna expectação de um futuro deshonroso ?

O character do nosso espirito e das nossas paixões, diversificando muito em diversos climas, ensina que as leis devem ser relativas á differença destas paixões e deste character. E' esta uma verdade eterna !

O Brasil, portanto, composto de elementos tão diversos dos de Portugal, carece de uma administração propria, de uma legislação bebida na natureza de suas necessidades e circumstancias, e não de uma legislação versatil, sem base e sem interesse, como são todas aquellas que se operam de longe, e debaixo da inspiração poderosa de legisladores parciaes, sem adhesão ao logar para que legislam, e sem medo do raio vingador da pública opinião, que daqui não póde feri-los sinão frio e sem vigor.

Uma similhante legislação trará consigo o germe mortifero que ha de minar a felicidade brasileira; pelo contrario, o govérno, a política, a instrucção, os costumes, as artes, o commércio, a navegação, a cultura, a população, tudo experimentará o benigno influxo de uma administração e legislação locaes.

Portanto, senhor, em nome nosso e no das provincias colligadas, cuja causa e sentimentos são os mesmos, pretendemos e requeremos com a maior instancia e com a mais justa esperanza no título que vossa alteza real acceitou de defensor constitucional e perpétuo do Brasil, que a bem da prosperidade dos habitantes dêste reino, da salvação, integridade e grandeza da monarchia luso-brasileira, da nossa constitucionalidade e de vossa alteza real, que se convoque já nesta Córte uma assembléa geral das provincias do Brasil, representadas por um número competente de deputados, que não poderão ser menos de cem, nomeados por novos eleitores parochiaes, eleitos pelo povo, com poderes especiaes para este fim, cujas attribuições sejam: deliberarem em sessão pública sôbre as justas condições com que o Brasil deve permanecer unido a Portugal; examinar si a Constituição que se está fazendo nas côrtes geraes de Lisboa, é

no seu todo adaptada ao Brasil; e sôbre as bases alli decretadas e aqui juradas, estabelecer as emendas, reformas e alterações com que a mesma constituição deve ser recebida e jurada no Brasil.

E porque este não está seguro, e menos pôde prosperar sem um corpo legislativo brasileiro, a mesma assembléa geral entrará, apenas installada, no exercicio do poder legislativo, que lhe é essencial e inseparavel da soberania do Brasil.

A assembléa geral se installará logo que estiverem reunidas nesta côrte duas terças partes dos deputados das provincias colligadas.

A respeito das provincias do Brasil ainda não colligadas, e pelas quaes esperamos, fica em inteiro vigor o art. 24 das bases. A mesma assembléa tractará de se comunicar, por escripto, com as côrtes de Lisboa, afim de se manter a união com Portugal, que o Brasil deseja conservar.

A assembléa marcará, depois que estiver plenamente reunida, o logar onde deve reunir a séde da soberania brasileira.

A independencia, senhor, no sentir dos mais abalisados politicos, é innata nas colonias, como a separação das familias o é na humanidade; e a independencia assim modificada é de honra ao Brasil, é de utilidade a Portugal, e é de eterno vinculo para a monarchia em geral.

A natureza não formou satellites maiores que os seus planetas. A America deve pertencer á America, a Europa á Europa; porque não debalde o grande architecto do Universo metteu entre ellas o espaço immenso que as separa.

O momento para estabelecer-se um perduravel systema, e ligar todas as partes do nosso grande todo, é este; despreza-lo é insultar a divindade, em cujos decretos elle foi marcado, e por cuja lei elle appareceu na cadeia do presente.

O Brasil, no meio de nações independentes, e que lhe fallam com o exemplo da felicidade, exemplo irresistivel, porque tem por si o brado da natureza, não se pôde conservar colonialmente sujeito a uma nação remota e pequena, sem fôrças para defende-lo e ainda menos para conquista-lo.

As nações do universo têm sôbre nós e sôbre ti os olhos, ou cumpre apparecer entre ellas como rebeldes, ou como homens livres e dignos de o ser.

Tu conheces os bens e os males que te esperam e a tua posteridade. Queres? ou não queres? Resolve, senhor!
Rio de Janeiro, 20 de Maio de 1822.

CAPITULO XXIX

Carta de d. Pedro I a d. João VI

Meu pae e meu senhor — Tenho a honra de remetter á vossa magestade a falla a mim hoje feita pela deputação de Minas Geraes, para eu ficar, exigindo a mesma fórmula de govêrno que São Paulo; e igualmente participo a vossa magestade, que soube pela mesma deputação que Minas não manda os seus deputados de côrtes sem saber a decisão de tudo, e que seja qual fôr a decisão sôbre a minha retirada, ella sempre se opporá a que eu regresse a Portugal, custe-lhe o que lhe custar.

Estimarei que vossa magestade faça constar isto tudo ao soberano congresso, para que elle assim como ia, por uma precipitada deliberação, acabando a monarchia, tome em consideração as representações justissimamente feitas, e agradeça a salvação da nação aos briosos Paulistas, Fluminenses e Minciros; escrevo assim, porque em mim só verdade se encontra, e como a todos é permittido expôr os seus sentimentos ou vocal ou por escripto, razão por que o faço, esperando que vossa magestade o faça constar taes quaes ao soberano congresso.

Sou constitucional, e ninguem mais do que eu; mas não sou louco nem faccioso.

Deus guarde a preciosa vida e saude de vossa magestade, assim como todos os Portuguezes o hão mistér, e igualmente este seu subdito fiel e filho obedientissimo, que lhe beija a sua real mão.

Rio de Janeiro, 15 de Fevereiro de 1822. — *Pedro,*

CAPITULO XXX

Representações dirigidas a sua alteza real o principe regente do Brasil, pelo govêrno, Senado da Camara e Clero da provincia de São Paulo

Senhor — A vossa alteza real se hão de apresentar com esta o conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva, vice-presidente dêste govêrno e o membro do mesmo, o coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, os quaes já annunciámos a vossa alteza real, que ficavam a sair para essa còrte, como deputados do govêrno, a pedirem a vossa alteza real se demore e não deixe a este reino em misera orphandade, até que as còrtes geraes e constituintes da nação, mais bem accordadas dos interesses geraes da mesma nação, e depois de terem no seu gremio todos ou a maior parte dos deputados dêste reino, resolvam, com pleno conhecimento de causa, e despidos de toda a prevenção, o que convier á utilidade geral do reino unido.

O govêrno pede novamente a vossa alteza real attenda aos seus deputados, como esta provincia tem direito a esperar pelos longos e notorios serviços que ella tem feito ao estado, e, sobretudo, pela sua fidelidade e adherencia á serenissima real casa de Bragança.

A pessoa de vossa alteza real guarde Deus muitos annos. Palacio do govêrno de São Paulo, 3 de Janeiro de 1822. — *João Carlos Augusto Oeynhausen*, presidente. — *Francisco Ribeiro de Andrade*, secretário. — *Lazaro José Gonçalves*. — *Miguel José de Oliveira Pinto*. — *Manoel Rodrigues Jordão*. — *Francisco de Paula e Oliveira*. — *Daniel Pedro Müller*. — *Antonio Leite Pereira da Gama Lobo*. — *Antonio Maria Quartim*. — *João Ferreira de Oliveira Bueno*. — *André da Silva Gomes*.

Senhor — Si é indubitavel que a Nação Portugueza, por seus feitos immortaes, tem sido em todas as épochas conside-

rada como uma nação de heróes; si é certo que nenhum povo da terra lhe póde disputar virtudes sublimes, que tanto a ennobrecem, taes como a adhesão e fidelidade a seus reis, entusiasmo pela glória e patriotismo exaltado, tambem é incontestavel que ella é sempre a mesma, que os mesmos sentimentos a animam, quer habite um ou outro hemispherio. A historia do Brasil attesta esta verdade.

As heroicas proezas dos Pernambucanos, por espaço de sette annos, contra os seus tyrannicos invasores, os Hollandezes; os gloriosos e felizes esforços dos Bahianos, Fluminenses e outros povos, repellindo por vezes aggressões estrangeiras, são exemplos que assás evidenciam quanto os Portuguezes, nascidos no Brasil, prezaram sempre a sua independencia, ainda quando agrilhoados pelo barbaro despotismo.

Era impossivel, pois, real senhor, que os Brasileiros de hoje, herdeiros dos nobres sentimentos e valor dos seus antepassados, e illustrados pelas luzes do seculo, não vivessem possuidos do amor da glória, e cada vez mais inflammados no desejo de ver livre e independente o seu paiz natal; era impossivel que, depois de tão lisonjeiras esperanças de uma melhor sorte, elles não tremessem agora de horror e indignação, prevendo desde já o medonho futuro que os ameaça, si se realizarem os planos de escravidão, que lhes preparam os Portuguezes da Europa.

Com effeito, o generoso Brasil, que tão francamente se prestou a fazer causa commum com Portugal, vendo illudida a sua boa fé e ultrajado o seu decôro nacional, reconhece hoje o seu erro, e á vista de procedimentos nunca esperados, parece jazer amadornado, podendo apenas acreditar tão absurdas disposições a seu respeito.

Os Paulistas, porém, não podendo por mais tempo disfarçar seu justissimo resentimento, são os primeiros que busam levantar a sua voz e protestar contra actos inconstitucionaes, com que se pretende illudir e escravizar um povo livre, cujo crime é haver dado demasiado credito a vãs promessas e dôces palavras.

Desnecessario seria narrar, aqui, por extenso, todas as causas de nosso descontentamento; vossa alteza real bem as conhece. Sim, real senhor, parece que um destino fatal pugna por arrastar ás bordas do precipicio a esses mesmos Portuguezes, que na sua regeneração politica attrahiram sôbre si a admiração do mundo.

Depois de haverem conseguido o principal objecto do seu plano, o arrancar do Brasil o precioso deposito que o Céu lhe confiara em 1808, depois de haverem recebido dos Brasileiros

as mais decisivas provas de uma confraternidade sem igual, mudaram inteiramente de tom a respeito destes mesmos sinceros Brasileiros, a cuja indiscreta cooperação devem em grande parte o feliz resultado de sua perigosissima empresa,

Os representantes de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, começaram a discutir um projecto de constituição, que devia ser commum a ambos os reinos, projecto em que, a cada página, se descobre o machiavelismo com que, com douradas cadeias, se intenta escravizar este riquissimo paiz e reduzi-lo a mera colonia.

Os representantes de Portugal, depois de haverem, pelo art. 21 das bases, reconhecido o direito que só competia aos representantes do Brasil, de fazer a lei para o seu paiz, repentinamente se arrogaram esse mesmo direito e começaram a legislar sobre os mais sagrados interesses de todo o Brasil; elles lhe prescreveram governos provinciaes, organizados de tal maneira, que só parecem destinados de proposito para enfraquecer-nos, dividir-nos em partidos e desligar as provincias, afim de melhor inperarem sobre cada uma.

Elles nos têm enviado tropas, sob pretextos especiosos, sem que houvesse inimigos externos a combater ou dissensões intestinas a suffocar. Mas, que homem tão estúpido, que não penetre o verdadeiro fim de taes expedições?

Os Brasileiros, real senhor, estão persuadidos de que é por meio de bayonetas que se pretende dar a lei a este reino; muito se enganam, de certo, os seus inimigos, que intentam pôr em prática tão errada política; o Brasil conhece perfeitamente toda a extensão dos seus recursos.

A notícia da extinção dos tribunaes do Rio de Janeiro, a da retirada dos vasos de guerra e os decretos de 29 de Setembro, vieram pôr o cumulo á nossa desesperação. Ordenam que vossa alteza real vá quanto antes para Portugal, deixando o reino do Brasil sem centro commum de govêrno e união, e tornando-o dependente de Lisbôa em todas as suas relações e negocios, qual vil colonia sem contemplação.

Esta medida, a mais impolitica que o espirito humano podia dictar, tomada sem se consultar os representantes do Brasil, é o maior insulto que se podia fazer a seus habitantes, e sua execução, nós o ousamos dizer, será o primeiro signal da desunião e da discordia, será o principio das desgraças incalculaveis que têm de arruinar a ambos os reinos.

A ameaçadora perspectiva de tantos males convenceu os habitantes desta capital da necessidade de se reunirem, para obrarem de commum accôrdo e tractarem das medidas que as circumstancias exigem a bem da patria.

A camara e os cidadãos abaixo assignados, persuadidos de que da resolução de vossa alteza real dependem os destinos d'este reino, resolveram enviar á augusta presença de vossa alteza real uma deputação composta de tres cidadãos, o conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva, o coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo e o marechal José Arouche de Toledo Rendon, cujo objecto é representar a vossa alteza real as terriveis consequencias que necessariamente se devem seguir de sua ausencia, e rogar-lhe haja de differir o seu embarque até nova resolução do congresso nacional, pois é de esperar que elle, melhor illustrado sôbre os reciprocos e verdadeiros interesses dos dois reinos, decrete outro systema de união, fundado sôbre bases mais justas e razoaveis, a principal das quaes será certamente a conservação de vossa alteza real neste reino, sem a qual jamais os Brasileiros consentirão em uma união ephemera.

A deputação terá a honra de expressar a vossa alteza real os puros sentimentos de seus Paulistas e a firme resolução em que se acham de preferirem a morte á escravidão, de não pouparem sacrificios até exgotarem a ultima pinga de sangue, para sustarem seus direitos.

Praza aos céos que vossa alteza real, cheio de prudencia e sabedoria, annúa a nossos votos, pois de outra sorte rios de sangue têm de inundar este bello paiz, que de certo não merece a sorte que lhe pretendem destinar.

A' augusta pessoa de vossa alteza real guarde Deus muitos annos, como havemos mistér. São Paulo, em vereação de 31 de Janeiro de 1821. (Seguem-se as assignaturas.)

CAPITULO XXXI

Representação do bispo e cabido de São Paulo

Senhor. — O bispo de São Paulo e o cabido da sua sé e o clero do seu bispado, pelo seu procurador o padre Alexandre Gomes de Azevedo, vigario collado da freguezia de Mboy daquelle bispado, com a maior submissão e respeito se apresenta na real presença de vossa alteza real, da augusta senhora princeza real e de toda a augusta e real familia.

Senhor, foi para nós e para todo o povo de São Paulo e de todo o Brasil, como uma setta que atravessou os nossos corações, o decreto das côrtes geraes de Portugal, que manda que vossa alteza real seja recolhido a Lisbôa, deixando-nos orphãos sem pae.

Este decreto tão longe está de fazer a felicidade dos povos a que se devem dirigir todas as leis, que só servem de fazer a sua infelicidade e fomentar desordens e partidos, que infalivelmente se hão de seguir da ausencia de vossa alteza real, apartando-se dêste continente do Brasil.

Pensam muito mal as côrtes se julgam querer reduzir o reino do Brasil a uma provincia captiva de Lisbôa, para ellas dominarem com um poder despotico e servil.

Pretendem illudir a vossa alteza, com o pretexto de ir viajar pelos reinos de Castella, França e Inglaterra; este intento não é sinão afim de terem a vossa alteza real como captivo, si se apartar do Brasil para Lisbôa.

Vossa alteza real é um principe religioso e de alta comprehensão, não tem necessidade de viajar nos reinos estrangeiros; no seu reino e dominios tem muito que observar viajando nelles.

Não se aparte vossa alteza real do reino do Brasil, onde todos os Brasileiros estimam, amam e reverenciam a vossa al-

teza, sobretudo os honrados Paulistas; todos elles, eu e o meu clero, estamos promptos a dar a vida por vossa alteza real e pela real familia.

Vossa alteza real em consciencia deve ficar neste reino do Brasil governando, para evitar as consequencias funestas, que da ausencia de vossa alteza real infallivelmente se hão de seguir, pois os Brasileiros são honrados e estão com os olhos muito abertos para vêr o que lhes convém; se vossa alteza real seguir o que pretendem as côrtes, ha de arrepender-se e sem remedio.

Siga vossa alteza real o dito de Cesar, que dizia: Que valia mais ser o primeiro em uma aldeia, que o segundo em Roma.

Rogamos pois a vossa alteza real que para bem seu e nosso, saeisfaça as nossas súplicas, tão bem fundadas na religião, que tambem padecerá da ausencia de um principe tão religioso e formado conforme o coração de Deus, segundo se explicam as sagradas escripturas; não nos deixe vossa alteza orphãos, sujeitos a tantos infortunios.

Governe vossa alteza real este reino do Brasil com aquella mesma caridade, prudencia e sabedoria com que até agora tem governado e attrahido os corações dêste povo brasiliense, e o povo de Portugal se contente com a presença de sua magestade fidelissima que é de superabundancia, pois elles antes, segundo diziam, se contentavam só com a presença de uma pessoa real.

Deus guarde a vossa alteza real, a augusta senhora princeza real, e a toda a augusta real familia, por muitos e dilatados annos.

São Paulo, 1 de Janeiro de 1822. De vossa alteza real, o mais humilde subdito. — *Matheus*, bispo. (Seguem-se as assignaturas.)

Nesta representação dirigida pelo então clero brasileiro ao principe d. Pedro, vemos e sentimos as expressões do verdadeiro sentimento patriotico, que dominou esta distincta classe que, incontestavelmente, agiu de accôrdo com os brios e sentimentos do povo brasileiro, no periodo agitado da sua independencia nacional.

Este documento é importante sob todos os ponctos de vista; elle traduz a vontade expressa do clero brasileiro, na constituição de uma nacionalidade, vazada em moldes de puro liberalismo, impregnada de um bello sentimento democratico.

Foi talvez a inspiração da Provincia divina sôbre os destinos do Brasil, que fez recair no coração dos lidimos sacerdotes, a pureza dêsse elevadissimo sentimento de amor da patria, e que, naturalmente, vibrou fortemente nos substan-

ciosos termos da representação que em bôa hora o clero de São Paulo dirigiu ao príncipe real.

E' uma página da história consagrada ao clero nacional, e que eternamente glorificará, no coração do povo, os serviços assignalados por esta respeitavel classe, participante das rossas tradições e das innumeras victórias alcançadas na conquista do bem, da verdade e da justiça.



CAPITULO XXXII

Protestos dos Brasileiros a d. Pedro I

O partido da independencia era mui numeroso em São Paulo, e tinha por chefe a familia dos Andradas, distincta por talentos, instrucção e ávida de poder.

José Bonifacio facilmente conseguiu uma representação, em que manifestava os verdadeiros sentimentos do partido, si bem que ainda disfarçados por hypocritas protestações de submissão a d. João VI e ás côrtes de Lisbôa.

Cópia textual dèste documento historico:

“Senhor, tinhamos já escripto a v. alteza real antes que pelo ultimo correio recebessemos a *Gazeta Extraordinaria do Rio de Janeiro*, de 11 do corrente, e apenas fixamos nossa attenção sobre o primeiro decreto das côrtes, acerca da organização dos govêrnos das provincias do Brasil, logo ferveu em nossos corações uma nobre indignação, porque vimos nelle exarado o systema de anarchia e d’escravidão; mas o segundo, pelo qual v. alteza real deve regressar para Portugal, afim de viajar incognito, somente pela Hespanha, França e Inglaterra, causou-nos um verdadeiro horror.

Nada menos se pretende do que desunir-nos, enfraquecer-nos, e até deixar-nos em uma misera orphandade, arrancando do seio da grande familia brasileira o unico pae common que nos restava, depois de terem esbulhado o Brasil do benefico fundador deste reino, o augusto pae de vossa alteza real.

Enganam-se, assim o esperamos em Deus, que é o vingador das injustiças: elle nos dará coragem e sabedoria.

Si pelo artigo 21 das Bases da Constituição, que approvamos e juramos, por serem principios de Direito Publico Universal, os deputados de Portugal se viram obrigados a determinar que a Constituição que se fizesse em Lisbôa só obri-

garia por ora aos portuguezes residentes naquelle reino, e quanto aos que residem nas outras tres partes do mundo, ella somente se lhe tornaria commum, quando seus legitimos representantes declarassem ser esta a sua vontade; como agora esses deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, ousam já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada provincia, e de um reino inteiro! Como ousam roubar a v. alteza real a lugar tenencia que seu augusto pae, nosso rei lhe concedera?

Como querem despojar o Brasil do Desembargo do Paço, e Mesa de Consciencia e Ordens, Conselho de Fazenda, Junta do Commercio, Casa da Supplicação, e de tantos outros estabelecimentos novos, que já promettiam futuras prosperidades? Para onde recorrerão os povos desgraçados a bem de seus interesses economicos e judiciaes? Irão, depois de acostumados por 12 annos a recursos promptos, a soffrer outra vez, como vis colonos, as delongas e trapaças dos Tribunaes de Lisboa, através de duas mil leguas do Oceano, onde os suspiros dos vexados perdiam todo o alento e esperanza?

Quem o creara, depois de tantas palavras meigas mas dolasas de reciproca igualdade e de felicidades futuras!!

Na sessão de Agosto passado disse o deputado das Côrtes, Pereira do Carmo, que a Constituição era o pacto social em que se expressavam e declaravam as condições pelas quaes uma nação se quer constituir em corpo; e que o fim desta Constituição é o bem geral de todos os individuos que devem entrar neste pacto social.

Como, pois, ousa agora uma mera fracção da nação portugueza, sem esperar a conclusão desse solemne pacto nacional, attentar contra o bem geral da parte principal da mesma, qual o vasto e riquissimo reino do Brasil, despedaçando-o em miseros retalhos e pretendendo arrancar, por fim, do seu seio, o representante do poder executivo, e anniquillar de um golpe de penna, todos os tribunaes e estabelecimentos necessarios á sua existencia e futura prosperidade!

Este inaudito despotismo, este horroroso prejuizo politico de certo não o merecia o bom e generoso Brasil. Mas, enganam-se os inimigos da ordem na Côte de Lisboa, se se capacitam que podem ainda illudir com vans palavras, e ôcos phantasmas o bom sizo dos honrados portuguezes d'ambos os mundos.

Note v. alteza real que, se o reino de Irlanda que faz uma parte do reino unido da Gran Bretanha, apesar de ser infinitamente pequeno em comparação do vasto reino do Brasil, e estar separado da Inglaterra por um estreito braço de mar, que se atravessa em poucas horas, todavia conserva um governo geral ou vice-reinado, que representa o poder executivo

do Reino-Unido; como poderá vir á cabeça de ninguem, que não seja, ou profundamente ignorante, ou loucamente atrevido, pretender que o vastissimo Brasil haja de ficar sem centro de actividade, e sem representante do poder executivo, como igualmente sem uma mola de energia, e direcção das nossas tropas, para poderem obrar rapidamente, e de mãos dadas a favor da defeza do estado, contra qualquer imprevisito ataque d'inimigos externos, ou contra as desordens e facções internas, que procurem atacar a segurança publica, e a união reciproca das provincias!

Sim, augusto senhor, é impossivel que os habitantes do Brasil que forem honrados, e se prezarem de ser homens, e mormente os paulistas possam jamais consentir em taes absurdos e despotismos.

Sim, augusto senhor, vossa alteza real deve ficar no Brasil quaesquer que sejam os projectos das côrtes constituintes, não só para nosso bem geral, mas até para a independencia e prosperidades futura de mesmo Portugal.

Se vossa alteza real estiver (o que não é crível) pelo deslumbado e indecoroso decreto de 29 de setembro, além de perder para o mundo a dignidade de homem e de principe, tornando-se escravo de um pequeno numero de des-organizadores, terá tambem que responder perante o Céu, dos rios de sangue, que de certo vae correr pelo Brasil com a sua ausencia; pois seus povos, quaes tigres raivosos, acordarão, decerto, do somno amodorrado, em que o velho despotismo os tinha sepultado, e em que a astucia de um novo machavelismo constitucional os pretende agora conservar.

Nós rogamos, portanto, á vossa magestade, com o maior fervor, ternura e respeito haja de suspender a sua volta para a Europa, por onde o querem fazer viajar, como um pufillo rodeado deaios e de espias; nós lhe rogamos que se confie corajosamente no amor e fidelidade dos seus brasileiros, e mormente dos seus paulistas, que estão promptos a verter a ultima gotta do seu sangue, e a sacrificar todos os seus haveres, para não perderem o principe idolatrado, em quem tem posto todas as esperanças bem fundadas da sua felicidade, e da sua honra nacional. Espere, pelo menos vossa alteza real pelos deputados nomeados por este govêrno, e pela Camara desta capital, que devem levar quanto antes á sua augusta presença nossos ardentes desejos e firmar resoluções, dignando-se acolhel-os e ouvil-os, com o amor e attenção que lhe devem merecer os seus Paulistas.

A' augusta pessoa de v. alteza real, guarde Deus muitos annos.

Palacio do govêrno de São Paulo, a 24 de Dezembro de 1824. (Assignado.)

Apesar das censuras irrogadas contra os termos desta expressão e positiva representação, não resta a menor dúvida que ella encerra o ânimo deliberado dos Paulistas, e o sentimento profundo do patriotismo de José Bonifacio, personificação da força, da coragem e do descortino de um heróe, que pela independencia do Brasil estava disposto a derramar o seu sangue e perder a sua vida.

As palavras de José Bonifacio equivalem ao brado: Independencia ou Morte, proferidas por d. Pedro nas margens do Ipiranga. D. Pedro foi o órgão da palavração, mas José Bonifacio foi a alma da concepção.

O papel saliente de José Bonifacio, dèste Paulista genuino, nos annaes da nossa história política, é admirado por todas as gerações, e somente espiritos egoistas e invejosos, querem ridiculariza-lo, affirmando que outros estadistas, e não elle, concorreram com mais efficacia para a independencia do Brasil.

Não se poderá contestar o auxilio efficaz e poderoso de uma pleiade de heróes e martyres da liberdade em prol da nossa independencia política; este facto é complexo, envolve muitas peripecias, anteriores e concomitantes; o sentimento nacional foi sempre dominado pelas idéas de liberdade, isto mesmo se deprehende das guerras, nas diversas provincias do Brasil, oriundas do espirito de independencia que caracterizavam aquelles povos.

O Brasil, repleto de riquezas naturaes, cobiçado por todos, foi invadido pelos povos da Europa, taes como: os Hollandezes, Francezes, Espanhóes, Inglezes e os nacionaes tiveram de arcar com as maiores difficuldades para repellir as continuas invasões dèsses povòs.

Dominava no espirito nacional o sentimento da sua independencia e, não podiam os habitantes do Brasil consentir nas conquistas arrojadas daquellas nações, contra a integridade do territorio nacional, e adaptação obrigatoria do seu povo, ás leis dos conquistadores.

Zelosos da sua liberdade, ciosos da sua raça, do seu estremecido Brasil, jamais olvidaram os sentimentos que nutriam em prol da sua autonomia, da sua independencia nacional.

A história nos relata factos, taes como os de Minas Geraes, a inconfidencia mineira; de São Paulo, o govêrno provisorio, os factos de rebelião em Pernambuco; da Bahia e de outras provincias do Brasil, que se sublevaram contra o espirito de despotismo do govêrno da metropole, e ainda mais, contra o esbulho que soffriam por parte dos povos estrangeiros, que visavam arrebatatar do sólo patrio tudo que era objecto de sua cobiça.

Estavam, portanto, os Brasileiros, educados e treinados na eschola — *pela lucta da liberdade* — e, de todos os pontos do Brasil, o anhelio pela independencia nacional era o objecto de maior alcance para todos.

José Bonifacio, o senador Vergueiro, Feijó e tantos outros, agiram efficazmente, para que as aspirações nacionaes se traduzissem em realidade, e conseguiram esse *desideratum*, cada um nos limites dos seus exforços e pelo modo que a história nos relata.

O manifesto dos Paulistas ao principe d. Pedro foi de effeito extraordinario. O principe havia recebido ordens da metropole para ausentar-se do Brasil e estava disposto a cumpri-la, porém, animado com a representação de São Paulo, resolveu o contrario e decidiu a não sair do Brasil.

José Clemente Pereira, em vibrante discurso, manifestou ao principe d. Pedro os sentimentos unanimes da Camara e do povo; o Rio Grande do Sul, pela voz do coronel Fontoura, declarou ser essa a vontade do povo.

Estas declarações produziram grande agitação na tropa portugueza, muito indisposta contra os Brasileiros.

D. Pedro ordenou que esta tropa fôsse embarcada immediatamente para Portugal e a tropa recusou-se, mandando d. Pedro que lhe fôsem cortados os viveres, mas os Portuguezes negociantes fizeram subscrições em favor da tropa.

Nessa occasião d. Pedro, irritado com o procedimento dos Portuguezes, estava disposto a proclamar a independencia do Brasil.

Nomeou um ministerio, composto de José Bonifacio de Andrada e Silva, para os negocios do reino, Joaquim de Oliveira Alvares, para a Guerra, Caetano Pinto de Miranda, para a Fazenda. Estes Brasileiros eram todos partidarios da independencia.

O movimento revolucionario surgiu em todos, ou quasi todos os pontos do Brasil.

As tropas portuguezas persistiam em não se embarcar, e d. Pedro ordenou que se dirigisse o fogo contra os seus compatriotas.

A Bahia e o Maranhão, onde era grande o prestigio dos Portuguezes, recusaram reconhecer a auctoridade de d. Pedro, e protestaram obediencia ao govêrno da metropole. Pernambuco rompeu contra os portuguezes.

A 21 de Fevereiro, d. Pedro promulgou um decreto em virtude do qual declarava que nenhuma lei emanada das côrtes de Lisboa seria dalli em deante executada no Brasil, sem primeiro ser submettida a seu exame.

Os acontecimentos, por esta fórma, se encaminharam para a independencia, e a esquadra portugueza, commandada por Francisco Maximiano, se appproxima das costas do Brasil.

A 9 de Março chegou a divisão auxiliadora á barra do Rio de Janeiro e foi tractada de modo hostil. O governador da fortaleza de Sancta Cruz lhe intimou que dêsse fundo além do alcance da artilharia, e pouco depois veio a seu bordo um official de marinha, e lhe intimou por ordem de sua alteza que fizesse adeantar os navios até o sitio da Boa Viagem e que não fundeasse ao lado da fragata *União*, abaixo da ilha de Villegaignon; ordenando aos commandantes da esquadra e ao da tropa embarcada fizessem uma declaração formal das suas intenções.

Executadas estas ordens, entra a esquadra, e vio na fortaleza e nos navios de guerra os soldados a postos e com morrões accesos.

Alguns dias depois entrou o resto da expedição, e o principe d. Pedro teve a audacia de propôr aos dois commandantes que promettessem cega obediencia á sua auctoridade, assignando o seguinte protesto:

"Nós infra assignados protestamos obedecer em tudo ás ordens que nos forem dirigidas por sua alteza real, pois tal é o nosso dever, assim como de em nada nos embarçarmos, nem tomarmos parte nas disposições do govêrno, salvo sendo-nos ordenado pelo mesmo augusto senhor.

Paço do Rio de Janeiro, 9 de Março de 1822."

Rezam as chronicas que d. João VI dera instrucções secretas aos commandantes para que elles nada fizessem contra os desejos do principe d. Pedro.

Dizem ainda que d. João VI não cessava de combinar com o filho, aplainando as difficuldades que pudessem apparecer, e que para esse fim illudiu o ministerio e as côrtes portuguezas.

D. Pedro encontrou resistencia em todas as provincias, pois os Portuguezes e mesmo os nacionaes diziam que tinham-se compromettido com juramento solenne para com d. João VI e oppunha-se por essa fórma á desunião do Brasil e Portugal.

Queixavam-se todos de d. Pedro, sob pretêxto de ser elle atrevido e dado ao despotismo.

A história nos diz que os Brasileiros estavam cansados do govêrno absoluto, não só de d. João VI, como do seu filho o sr. d. Pedro I.

Não se descuidavam da organização de um govêrno mais garantidor de suas liberdades, de um regime consentaneo com os principios constitucionaes, porque viam em d. Pedro a as-

tucia e os artificios de que elle usava para escravisar o povo, cansado do absolutismo da metropole e das luctas em que se empenhava para a sua completa independencia.

Pediram a d. Pedro para que convocasse uma assembléa de todas as provincias, representadas por deputados em numero de cem, para deliberar sobre as condições em que Portugal devia ficar unido ao Brasil, e, mais ainda, para resolver si a Constituição disculda nas côrtes portuguezas era ou não util e conveniente aos interesses do Brasil.

Além de muitas outras medidas de interesse geral, a Assembléa tractaria de marcar o logar para a séde do govêrno central do Brasil.

Dispostas as cousas por esta fórma, o príncipe d. Pedro ponderou que ficava sciente do occorrido. O seu fim, conforme declararam os historiadores da época, era contemporizar o mais possivel, de modo que pudesse ir prolongando a posse do poder discripcionario de que usava para com os Brasileiros.

O povo, que percebia no ánimo de d. Pedro o desejo de tornar-se auctoridade absoluta, illudindo os projectos do partido democratico, recebendo, como elle recebia, as instrucções da metropole para proclamar a independencia, não se desenganou da idéa de que no Brasil jamais se poderia fundar um govêrno ou monarchia absoluta.

A prova dêsse facto, vemos nas desordens que appareceram em Pernambuco, em que os habitantes daquella provincia insultavam, maltractavam e até trucidavam os Europeus.

No dia 1º de Junho, a tropa e o povo, de commum accôrdo, enviaram uma representação ao govêrno, pedindo instante e solennemente o reconhecimento da auctoridade de d. Pedro, independentemente das ordens e determinações do govêrno da metropole.

O presidente do govêrno de Pernambuco jurou obediencia a d. Pedro, na qualidade, porém, de chefe do poder executivo no Brasil. Esta declaração do govêrno pernambucano não visava entretanto nullificar o juramento que havia feito a d. João VI, e ás côrtes portuguezas.

Pernambuco via em d. Pedro a pessoa do delegado do seu augusto pae e nada mais.

Viu-se o pronunciamiento das principaes cidades do Brasil no sentido de separar-se de Portugal.

Na provincia de São Paulo appareceram manifestações geraes em prol das côrtes portuguezas, em virtude do que d. Pedro viu-se obrigado a seguir para alli afim de acalmar o ánimo do povo.

Tal era a marcha dos acontecimentos quando d. Pedro, no dia 3 de Junho, reunido ao congresso de procuradores das

provincias, declarou que o voto geral era a favor da convocação de uma assembléa constituinte que redigisse uma constituição para o Brasil.

E o Congresso, attendendo ao que o principe havia declarado, assim se pronunciou:

“O Brasil reconhece os direitos de Portugal, mas com magua vê que Portugal recusa reconhecer os seus: o Brasil quer o mesmo soberano, mas nunca reconhecerá por soberanos os membros do congresso de Lisbôa; quer a sua independencia fortalecida por uma união bem entendida com Portugal.

Em uma palavra, este paiz aspira a formar, com seus irmãos da Europa, duas grandes familias governadas cada uma por leis em harmonia com os seus interesses particulares e regidas ambas pelo mesmo sceptro.”

Este manifesto dos Brasileiros mostra evidentemente que elles não queriam se separar de Portugal, o desejo era o de contemporizar o mais possível, para que os acontecimentos, por si, se encarregassem da independencia do Brasil, sem abalo, sem commoção.

Nesse mesmo sentido se manifestou d. Pedro I que, no dia 1º de Agosto, lançou um manifesto ao povo Brasileiro, declarando que ia convocar uma assembléa destinada a firmar a independencia do Brasil, sem entretanto romper os laços paternaes que o ligavam a Portugal.

O manifesto era fertil em queixas e estas injustas contra o govêrno da metropole.

D. Pedro fez crer aos Brasileiros que a sua intenção era fazer leis justas, liberaes, no sentido do progresso e prosperidade geral.

Dizia d. Pedro: a minha glória é governar uma nação generosa e livre. Pedro I publicou um outro manifesto aos govêrnos das nações alliadas e amigas, em data de 6 de Agosto, declarando que jamais alimentou o desejo de romper o laço de amizade e união entre o Brasil e Portugal.

Os nossos historiadores commentam este facto, dizendo que Pedro I não foi leal, que firmava protestos solennes, lançava manifestos declarando que era amigo e ligado á metropole, mas, trabalhava para fazer-se proclamar imperador do Brasil.

As côrtes portuguezas agiam fortemente contra as pretensões de d. Pedro I, percebiam perfeitamente o seu intuito de proclamar-se imperador, desmembrando o Brasil de Portugal e agitavam os meios de conciliar os interesses de ambos.

Dirigiram as côrtes de Lisboa uma representação ao governo do Brasil, acêrca da nova constituição da monarchia, procurando demonstrar as vantagens que resultariam para as duas nações a adopção da constituição.

A metropole portugueza ordenava:

1°. Que o principe se conservasse no Rio de Janeiro até estar concluida a organização de todo o Brasil.

2°. Subordinavam a auctoridade militar em cada provincia á juncta provincial, concedendo ao governador das armas voz deliberativa em negocios militares.

3°. Propunham um plano relativo ás relações mercantis entre os dous paizes, que seria communicado ás provincias do Brasil, e posto immediatamente em discussão.

Procuravam as côrtes portuguezas por todos os meios nulificar a independencia do Brasil. O governo da metropole cogitava de medidas todas tendentes a entibiar no ânimo dos Brasileiros a idéa da sua emancipação política.

Decretos sobre decretos eram constantemente expedidos, com ameaças contra o governo do Rio de Janeiro.

D. Pedro se achava em situação difficil: precisava temporizar, obedecendo ás ordens emanadas do seu progenitor, pelo órgão do seu governo, mas o povo no Brasil, que já estava cansado das ameaças da metropole; da compressão que esta exercia no espirito do principe, encarregado da execução de todas as medidas extremas, não podia mais tolerar esse estado de cousas.

D. Pedro, no manifesto que lançou a 6 de Agosto, declarou que d. João VI era violentado pelos facciosos de Lisboa, e procurava dar satisfação aos Brasileiros, de modo a poder accommodar os animos e ao mesmo tempo satisfazer aos desejos da metropole.

Queria conciliar os interesses, e aguardar o momento opportuno, para vêr a idéa da independencia realizada, ao sabôr dos seus interesses, e sem desgostar a metropole.

A história da Constituição de todos os povos, nos attesta que em tempo algum se poudé abalar o sentimento de liberdade no coração dos homens que se propunham, por um laço de união indissolúvel, formar uma nação livre e independente.

Em vão os estadista e chefes de estado decretavam estado de sitio, prisão e toda sorte de torturas e perseguições contra os individuos.

Quanto maior era o número de martyres, mais intenso se tornava o sentimento de liberdade. Estes factos são innumerous e o exemplo mais frisante da história é o da revolução franceza, proclamando os direitos do homem, fazendo da liberdade,

egualdade e fraternidade, a bandeira commum da humanidade.

E, assim, no Brasil, o povo que já tinha a consciencia nítida do seu esplendor, da sua riqueza e do futuro grandioso que lobrigava deante dos olhos, não podia mais vêr o machiavelismo da metropole offerecer-lhe todas as regalias, sob o govêrno de um principe, filho do rei d. João VI, portuguez de origem e ligado aos interesses dêste, sinão *par droit de conquête* ao menos *par droit de naissance*.

Outro decreto da metropole foi o que fulminou a convocação feita por d. Pedro para uma assembléa dos procuradores das provincias.

O govêrno portuguez não se conformou com a representação da juncta de São Paulo, de 24 de Dezembro de 1821, e com os demais actos que julgou contrarios á auctoridade das côrtes constitucionaes de Portugal e em data de 20 de Setembro promulgou um decreto nos seguintes termos:

1º. O edicto de 3 de Junho, que convocou uma assembléa de côrtes constituintes no Brasil, é nullo.

2º. Os secretarios de estado do Rio de Janeiro, responsaveis de um acto tão illegal como arbitrário, serão demittidos e castigados.

3º. O govêrno estabelecido no Rio, recusando obedecer ás ordens das côrtes, e tendo-se declarado independente, é govêrno de facto e não de direito, cuja auctoridade seria criminoso obedecer.

4º. O poder confiado ao principe lhe será immediatamente retirado, e el-rei nomeará em seu logar uma regencia.

5º. O principe voltará a Portugal um mez depois da notificação que lhe será intimada por este decreto.

6º. Será considerado e tractado como traidor todo o chefe de fôrça de terra ou de mar, que voluntariamente obedecer ao govêrno do Rio de Janeiro.

Não satisfeito com este decreto, ainda baixou outro em data de 23 de Setembro, regulando a delegação do poder executivo no Brasil.

Esta delegação deveria compôr-se de uma regencia do cinco membros, havendo um presidente e tres secretarios nomeados pelo rei, ouvido o conselho de estado. Ahi eram determinadas as suas attribuições, e deixava ao arbitrio da regencia o logar da sua residencia, isto é, no poncto do Brasil que fôsse mais conveniente.

D. Pedro, no desdobramento dêstes factos, ancioso para tomar as redeas do govêrno do Brasil — na qualidade de seu unico imperador —, aguardava o momento opportuno para fazê-lo.

Era filho de d. João VI, portuguez, educado em sua eschola, seu comparsa em todos os acontecimentos que se realizaram no Brasil, e, para que a corôa dêste grande imperio não lhe fugisse da cabeça, era preciso annuir aos pedidos dos patricios patriotas que insistiam pela independencia.

CAPITULO XXXIII

Decreto de d. João VI, reconhecendo o Brasil Imperio independente e separado dos reinos de Portugal e Algarves

Este tractado foi ratificado em 15 de Novembro de 1825, e dispõe por esta fórma:

Art. 1º. S. M. F. reconhece o Brasil, na cathegoria de Imperio Independente, e separado do reino de Portugal e Algarves; e a seu sôbre todos muito amado e prezado filho d. Pedro, por imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade, a soberania do dicto imperio ao mesmo seu filho, e a seus legitimos successores. S. M. F. toma sómente e reserva para a sua pessoa o mesmo titulo.

Art. 2º. S. M. I., em reconhecimento de respeito e amor ao seu augusto pae, o sr. d. João VI, annue a que S. M. F. tome para a sua pessoa o titulo de imperador.

Art. 3º. S. M. I. promette não acceitar propostas de quaesquer colonias portuguezas para se reunirem ao Imperio do Brasil.

Art. 4º. Haverá de ora em deante paz, alliança e a mais perfeita amizade entre o Imperio do Brasil e os Reinos de Portugal e Algarves, com total esquecimento das desavenças passadas entre os povos respectivos.

Art. 5º. Os subditos de ambas as nações, brasileira e portugueza, serão considerados e tractados nos respectivos Estados, como os da nação mais favorecida e amiga; e seus direitos e propriedades religiosamente guardados e protegidos, ficando entendido que os actuaes possuidores de bens de raiz serão mantidos na posse pacifica dos mesmos bens.

Art. 6º. Toda a propriedade de bens de raiz ou moveis

e acções, sequestrados ou confiscados, pertencentes aos subditos de ambos os soberanos, do Brasil e Portugal, serão logo restituídas, assim como os seus rendimentos passados; deduzidas as despesas da administração, ou seus proprietários indemnizados reciprocamente pela maneira declarada no artigo oitavo.

Art. 7°. Todas as embarcações e cargas apreçadas, pertencentes aos subditos de ambos os soberanos, serão semelhantemente restituídas ou seus proprietários indemnizados.

Art. 8°. Uma comissão nomeada por ambos os governos, composta de portuguezes e brasileiros, em numero igual, e estabelecida onde os respectivos governos julgarem por mais conveniente, será encarregada de examinar a materia dos artigos 6° e 7°; entendendo-se que as reclamações deverão ser feitas dentro do prazo de um anno, depois de formada a comissão, e que no caso do empate no voto, será decidida a questão pelo representante do soberano mediador. Ambos os governos indicarão os fundos por onde se hão de pagar as primeiras reclamações liquidadas.

Art. 9°. Todas as reclamações públicas de govêrno a govêrno serão reciprocamente recebidas e decididas, ou com a restituição dos objectos reclamados ou com uma indemnização do seu justo valor. Para o ajuste destas reclamações, ambas as altas partes contractantes convieram em fazer uma convenção directa e especial.

Art. 10. Serão restabelecidas desde logo as relações de commercio entre ambas as nações, brasileira e portugueza, pagando reciprocamente todas as mercadorias quinze por cento de direitos de consumo, provisoriamente, ficando os direitos de baldeação e reexportação da mesma fôrma que se praticava antes da separação.

Art. 11. A reciproca troca das ratificações do presente tratado se fará na cidade de Lisboa, dentro do espaço de cinco mezes, ou mais breve possível, contados do dia da assignatura do presente tractado.

Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 1825.

Por um alvará de 15 de Novembro, reconheceu formalmente d. João VI seu filho primogenito principe real de Portugal e Algarves, e imperador do Brasil.

CAPITULO XXXIV

Carta de lei de 27 de Julho de 1822, mandando procesar e julgar alguns dos membros da juncta provisoria da Provincia de São Paulo

D. João, por graça de Deus e pela constituição da monarchia, rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, d'aquem e d'além mar, em Africa, etc. Faço saber a todos os meus subditos que as côrtes decretaram o seguinte:

As côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza decretam o seguinte:

1°. Serão processados e julgados os membros da juncta provisional do govêrno da Provincia de São Paulo, que assignaram a representação enviada ao principe real, em data de 24 de Dezembro de 1821, e bem assim os quatro que assignaram a representação enviada ao principe real, em data de 24 de Dezembro de 1821, e bem assim os quatro que assignaram o discurso dirigido a sua alteza no Rio de Janeiro, em o dia 26 de Janeiro do presente anno, para o que se envia ao govêrno a mesma representação e discurso, afim de se transmittir ás auctoridades competentes.

2°. Não será exequivel alguma sentença condemnatoria sôbre o referido objecto, sem prévia decisão das côrtes.

3°. Contra nenhuma outra pessoa, além das indicadas no art. 1°, se procederá pelos documentos que nelle se referem e factos a que elles alludem.

Paço das côrtes, em 23 de Julho de 1822.

Pelo que mando a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução do referido decreto pertencer, que o cumpiram e executem tão inteiramente como nelle se contém.

Dada no palacio de Queluz, aos 27 de Julho de 1822 — Eu, el-rei, com guarda — *José da Silva Carvalho*

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade manda executar o decreto das côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, de 23 do corrente mez, que determina que sejam processados e julgados os membros da junta provisoria do govêrno da Provincia de São Paulo, que assignaram o discurso dirigido á sua alteza, no Rio de Janeiro, em o dia 26 de Janeiro do presente anno; tudo na fórma acima declarada. Para Vossa Magestade ver. — *Thomaz Prisco da Motta Manso*, a fez.

CAPITULO XXXV

**Cárta de lei de 26 de Septembro de 1822, declarando
nullo e irritó o decreto de 3 de Junho do corrente
anno sôbre a convocação das côrtes no Brasil**

D. João, por graça de Deus e pela Constituição da monarchia, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, d'aquem e d'além mar, em Africa, etc. Faço saber a todos os meus subditos que as côrtes decretaram o seguinte:

1°. E' nullo o decreto de 3 de Junho do presente anno sôbre a convocação de côrtes no Brasil, e bem assim quaesquer outros actos legislativos emanados do govêrno estabelecido no Rio de Janeiro.

2°. Verificar-se-á a responsabilidade do secretario ou secretarios daquelles govêrnos, que houverem assignado ou referendado qualquer dos referidos actos.

3°. O mencionado govêrno, desobedecendo a el-rei e as côrtes, e constituindo-se independente, é govêrno de facto e não de direito.

Será considerado como traidor o commandante da fôrça de terra ou mâr, e como criminosa qualquer outra auctoridade que desde a publicação do presente decreto obedecer ao sobredicto govêrno actual, salvo se mostrarem que foram obrigados por força.

4°. Visto haver cessado a delegação do principe real, será logo nomeada a regencia, que deve exercer o poder executivo, delegado no Brasil, em os termos da Constituição.

5°. O principe real embarcará em direitura a Portugal, no termo de um mez, contado desde a intimação, sob pena de se proceder do mesmo modo que a Constituição prescreve para o caso em que el-rei ou o successor da corôa, tendo

sai do Reino de Portugal e Algarves, com licença das côrtes, se não recolhe, sendo chamado, findo o prazo concedido.

6º. O governo, por todos os meios de que possa dispôr, fará executar as disposições do presente decreto, ficando revogadas quaesquer outras na parte em que lhe forem contrarias.

Paço das côrtes, em 24 de Setembro de 1822.

Portanto, mando a todas as auctoridades deste reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, e mais pessoas a quem o conhecimento do presente decreto pertencer, que o cumpram e o guardem tão inteiramente como nelle se contém.

Dado no palacio de Queluz, aos 26 dias do mez de Setembro de 1822. — El-rei, com guarda — *Filippe Ferreira de Araujo e Castro*.

Carta de lei por que Vossa Magestade manda executar o decreto das côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, que declara nullo o decreto de 3 de Junho do corrente anno, sôbre a convocação das côrtes no Brasil; e bem assim quaesquer outros actos legislativos emanados do governo estabelecido no Rio de Janeiro, tudo na fôrma acima declarada.

Para Vossa Magestade vêr, — *Gaspar Feliciano de Moraes* a fez.



CAPITULO XXXVI

O monumento do Ipiranga

São Paulo não podia deixar passar o facto glorioso da independencia nacional sem que o attestasse materialmente, por um symbolo, monumento ou outro meio commemorativo do acontecimento.

O Brasil, livre e independente de Portugal, precisava perpetuar a história da sua independencia e nesse sentido os paulistas reuniram-se e resolveram levantar, no local onde d. Pedro alçou a voz libertadora, um monumento grandioso e ahi foi installado o Museu do Estado.

As obras do grande edificio, que é o monumento do Ipiranga e que foi inaugurado a 7 de Setembro de 1895, tiveram começo a 18 de Julho de 1885.

Fôram executadas pelos engenheiros Luiz Pucci e Thomaz Bezzi, sendo aquelle na qualidade de empreiteiro e este na de architecto, conforme contractos assignados com ambos em 25 de Maio de 1882, e 23 de Março dèste ultimo anno, sendo que a primeira pedra daquelle edificio foi collocada, na collina, no dia 10 de Dezembro de 1882, pela commissão.

O mesmo edificio onde está o Museu Paulista foi para commemorar o facto historico que, á margem do Ipiranga, marcou a data da nossa emancipação politica, construindo com o producto da extracção de tres loterias, concedidas pela lei provincial n. 49, de 6 de Abril de 1880, havendo o conselheiro Laurindo Abelardo de Brito, então presidente da Provincia, expedido, em data de 16 de Junho do mesmo anno, o respectivo regulamento, e por acto de 26 do referido mez, nomeou o barão de Tatuhi, dr. Brasilio Machado de Oliveira e dr. Er-

desto Mariano da Silva Ramos para, conjunctamente, com o conselheiro barão de Ramalho (dr. Joaquim Ignacio Ramalho), e dr. Diogo de Mendonça Pinto, formarem a commissão encarregada da extracção da primeira daquellas tres loterias, a 26 de Fevereiro do anno de 1881.

O Museu Paulista, que, antes, teve o nome de Museu Sertorio, pertenceu ao coronel Joaquim Sertorio, fallecido a 5 de Dezembro de 1905, e foi, em 1890, adquirido, por compra, de seu proprietario, pelo conselheiro Francisco de Paula Mayrink, que fez doação do referido museu ao Estado, em data de 23 de Dezembro de 1890.

Em uma das salas do antigo palacio do govêrno, foi, a 11 de Julho de 1877, inaugurado, na presença do conde D'Eu, conselheiro dr. Thomaz José Coelho de Almeida, ministro da agricultura; dr. Sebastião José Pereira, presidente da Provincia; visconde do Rio Branco e outros cavalheiros, o Museu Provincial, que foi organizado pela Sociedade Auxiliadora do Progreso da Provincia de São Paulo, da qual era presidente o dr. Rodrigo Augusto da Silva; secretário, dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, e directores do mesmo museu os drs. Raphael de Aguiar Paes de Barros, Americo Brasílio de Campos, José Luciano da Silva Barbosa, Elias Fausto Pacheco Jordão e Antonio Lobo Peganha, havendo fallado, por occasião da mesma inauguração o dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, fallecido, e o dr. Augusto Cesar de Miranda Azevedo.



RIO-BRANCO, URARICUERA E PARIMA

(Excerpto do trabalho sob o titulo acima,
publicado pelo dr. A. Hamilton Rice, inserto no "Geographical
Journal" de Fevereiro, Março e Abril de 1928)

RIO-BRANCO, URARICUERA E PARIMA

Existem, no norte do Brasil, duas das linhas de direcção do Continente sul-americano, que manifestam fôrças exteriores contribuintes para o seu perfil continental e feições topographicas. Essas linhas de direcção são o rumo da serra Parima e o curso do Amazonas.

A depressão do mar Caribeo e do Pacifico assignala as regiões onde provavelmente se originaram as fôrças causadoras da compressão horizontal.

Duas feições characteristics de relêvo do grande "peneplano" amazonico são representadas pelos planaltos guiano e brasileiro, respectivamente ao norte e ao sul do rio.

O planalto guiano é um "anticlinorium", ou uma serie de dobras paralelas que rumam 150°-330°. Truncado nos cumes e de recortamento maduro, apresenta um platô desnudado, de erosão, sôbre cuja superficie fracturada "hogbadas" e lombadas correm paralelas e duplas, phenomeno este que caracteriza as fôrmas oriundas de erosão nas anticlinaes, posteriormente complicadas por synclinaes sobrevenientes.

De Esmeralda para oêste, subindo o Orinoco, para o macisso de Parima, as serras Duida e Maranaca apresentam escarpas ingremes para lêste, ou para dentro, mergulhando, com grandes encostas, gradualmente, para oêste, ao passo que a serra Manaviche, opposta á Duida, é lombada monoclinal de uma anticlinal partida, que agora margeia um valle, anticlinal pela qual o Orinoco corre desde a fôz do Umauaca até Esmeralda. Exactamente a lêste da serra Manaviche, paralela a ella, fica a serra de Guiana, lombada esta em fôrma de "hogbaks", que enfrenta o seu complemento, a serra Pa-

rima. Vinte e sete milhas a oeste de Esmeralda está o canal Cassiquiare, um escoadouro do Orinoco, que deve a sua origem a uma falha da monoclinal da serra Duida. O declive obliquo da descensão da falha que separa a serra Duida ao sul de Esmeralda tem sido tal que permite o rio menor, chamado Cassiquiare, desviar-se num angulo de 120° do primitivo rio consequente (1).

O Uraricuera é um rio consequente da aba oriental da anticlinal guiana e formado pelo encontro de dous rios subsequentes — o Aracasa e o Parima, vindos, respectivamente, do norte e do sul, seguindo o escoamento paralelo aos eixos das dobras anticlinaes. Subindo o Uraricuera, a partir da foz juncto á velha fortaleza — hoje em ruínas — de São Joaquim, onde os rios Uraricuera e Takatú se reúnem para formar o Rio-Branco, a impressão que se recebe é a de uma topographia ondulada com frequentes restos de erosão, ou “monadnocks” que, em certos pontos, se elevam consideravelmente acima do nível geral, porém não indicam as verdadeiras difficuldades para a navegação de canoas nas condições hydrographicas dominantes.

O Uraricuera, em todo o seu curso, é quasi uma contínua serie de cachoeiras e corredeiras, devido ao facto de percorrer esse rio, atravessando-as transversalmente, as lombadas monoclinaes, cujos eixos rumam parallelos aos da serra Parima.

Durante muitas milhas, o Uraricuera não segue leito mui bem definido; mas espalha-se sobre a planicie de erosão numa rede de conductos que se atropelam por cima das beiras agudas das camadas erodidas. Forçar caminho através desse labyrintho de cursos é extremamente difficil, com aguas baixas e impracticavel nos tempos da cheia. Com aguas baixas, os recifes, simulando diques lateraes, produzem encurralamentos e lageados razos; quando, porém, o rio traz muita agua, faz surgir troncos fluctuantes, correntes contrárias e rodoinhos dentro e fóra do rio, que parecem dar passagem, mas pelos quaes as aguas se atropelam. O rio, em muitos pontos, corre entre innumeradas ilhas e ilhotas e é um turbilhão de espuma e bolhas a ferver, precario para a navegação, e rio acima, intransitavel para canoas. Extendendo-se em direcção obliqua do Roraima para a serra Parima, atravessando

(1) Ver G. G. November 1921, pag. 323 — *The Rio Negro Cassiquiare Canal and Upper Orinoco R. Rios*

o Uraricuera, na longitude 63°-30' oeste e latitude 3°-40' norte, aflora arenite (2), que jaz discordante sobre a antiga rocha metamorphica e granito. Devido a esse envolvimento pelos schistos e os gneiss, o arenite foi protegido de completa remoção e erosão. Do macisso de arenite formaram-se montanhas synclinaes, de perfil tabular, marginadas por valles monoclinaes.

Na latitude 3°-15' norte e longitude 62° oeste, o rio alarga-se em forma de sacco e um archipelago interior fica contido entre suas ribanceiras. Dalli em diante, para leste, o rio é, por 40 milhas, bipartido. As duas divisões (furos) (3), partindo para norte e sul, respectivamente, são chamadas furo de Sancta Rosa ou do norte, e furo de Maracá ou do sul. Do reconhecimento feito por hydroplano, desde Boa-Vista, em principios de Novembro, resultou a informação de o furo de Sancta Rosa ser via mais favoravel para navegação em canôa que o furo de Maracá.

O tenente Walter Hinton, dos Estados Unidos, e o capitão Albert Stevens, da secção aerea do mesmo paiz, respectivamente piloto e observador, unanimemente affirmam-no e ambos duvidavam da possibilidade de poderem subir de qualquer geito pelo furo meridional, devido aos innumerous obstaculos physicos que ameaçam a navegação.

No furo Norte, oito milhas abaixo do seu inicio e milha e meia acima da confluência do rio Uraricapara, está a cachoeira Purumame, a maior quêda da Guiana brasileira, catarata de impressionante belleza e bravura indomavel.

A cachoeira de Purumame deve sua existencia a uma flexura monoclinal que atravessa a região em grande extensão, parallela ao eixo longitudinal da serra Parima. Purumame é uma escarpa de falha obsequente de 95 pés de altura, com tres degraus formados por falhas. As camadas da aba superior são de schistos; as camadas expostas na ladeira descendente do degrau mais alto são de rocha ignea plutonica altamente alternadas e duma rocha de origem sedimentaria, mas inteiramente crystallizada, a saber: uma fina arenite argillosa.

(2) Na foz do Parima, o arenite é volithico, o que suggere uma possível correlação com depositos sedimentares de ferro mais para o sul, em Minas Geraes, que se julga serem pre-colombianos, da mesma Edade que o minerio de ferro do lago Superior. Os depositos nesses dois districtos não são volithicos, mas existem diversas camadas de ferro volithico no paleozoico inferior da America do Norte.

(3) — Furo, estreito canal, ligando dous cursos de agua.

Abaixo do segundo degrau aflora quartzo diorítico, sendo base de quéda formada de rocha granítica altamente metamorphoseada com um schisto biotético de grão fino. A rocha sedimentaria crystalizada pertencia, provavelmente, á camada de arenite, macissa, depositada sobre a planície de erosão, que hoje existe, e de que são "testemunhas" as serras de Marútanie Uaimiti, talhadas de um platô de accumulacão de arenites mesozoicas. O restante Purumame era tão dobrado que foi impedido de completa remoção e a invertida na conformidade de seu contacto com leitos mais velhos foi produzida por movimentos como de empurrão transversal. Mais tarde, quando a compressão tangencial foi alliviada, ocorreu a falha normal com os resultantes degraus sobre os quaes o rio hoje se despenha.

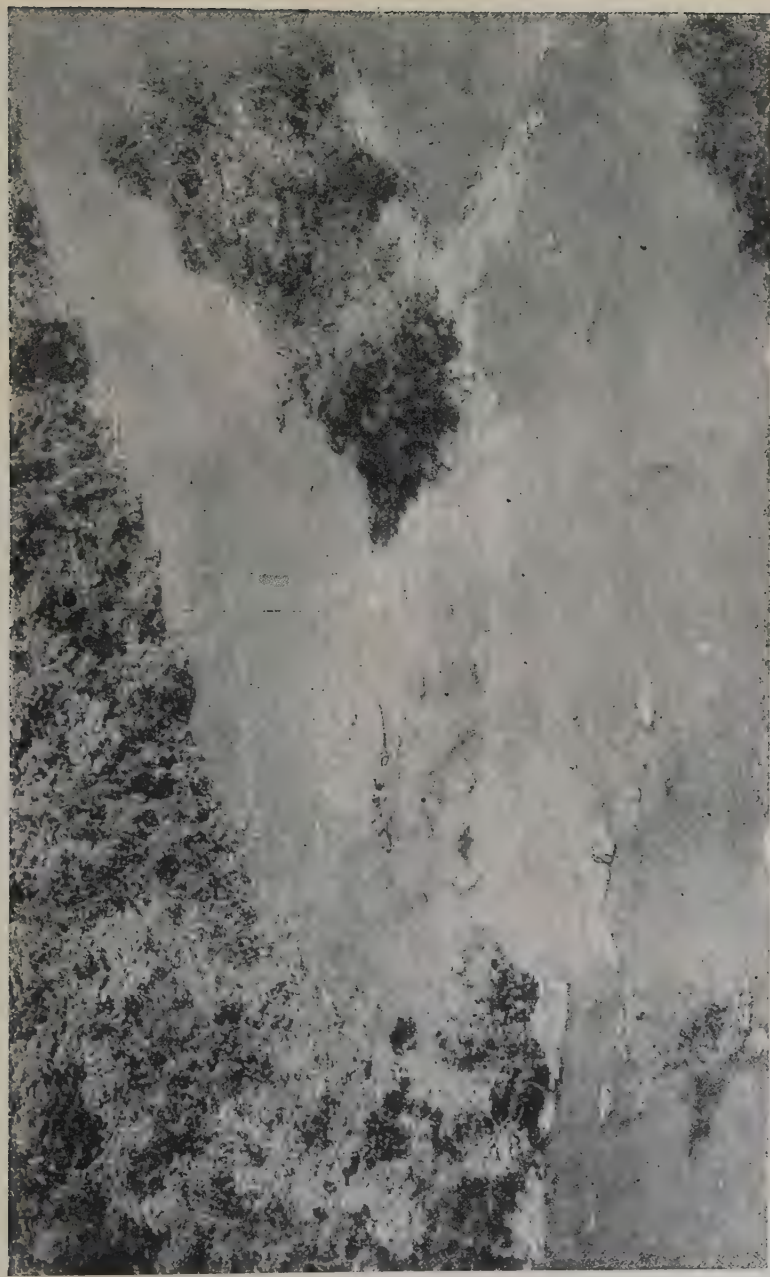
O rio Parima é curso de agua subsequente, passando para o rio Uraricuera, vindo do sul e correndo por um valle longitudinal, que foi transformado por erosão de uma dobra antielinal, cujos espinhaços monoclineos, formados por fractura anticlinea, marginam o valle subsequente, espinhaços e valle seguindo parallelamente ao eixo do Parima.

As successivas series de cachoeiras que caracterizam o rio são devidas á convergencia das monoclinaes com o declive da antielinal fracturada, pertencendo as duras bordas que formam as quédas á mesma camada, que constitue as monoclinaes. No curso inferior, o rio precipita-se por entre duas profundas gargantas cortadas no arenito superjacente discordantemente sobre schistos que apparecem na parte superior da mais alta garganta chamada Kulaihia pelos Makús. A partir da Kulaihia, o rio corre para norte cerca de mais nove milhas até Tokixima, onde deflecte para léste, precipitando-se, estrepitoso, pela garganta Tokixima, para vir a ser finalmente o rio Uraricuera.

Entre Kulaihia e Tokixima, o rio Parima é cercado pelas monoclinaes constituidas pelas abas erguidas de duas series de anticlinaes e synclinaes erodidas, cujos flancos escarpados dão frente ao rio, formando as gargantas em cada extremidade e ligando-as por longas linhas de escarpas de arenite, occupando o rio um valle antielinal, margeado por lombadas anticlinaes. Encontra-se arenite, novamente, a oeste das anticlinaes da serra Parima, formando as serras chamadas Imeri e Tapira-pecú, extendendo-se o arenite desde além das cabeceiras do rio Padaurí até o alto Rio-Negro, onde é substituido por granito. Mais adeante, a oeste, desde a lon-



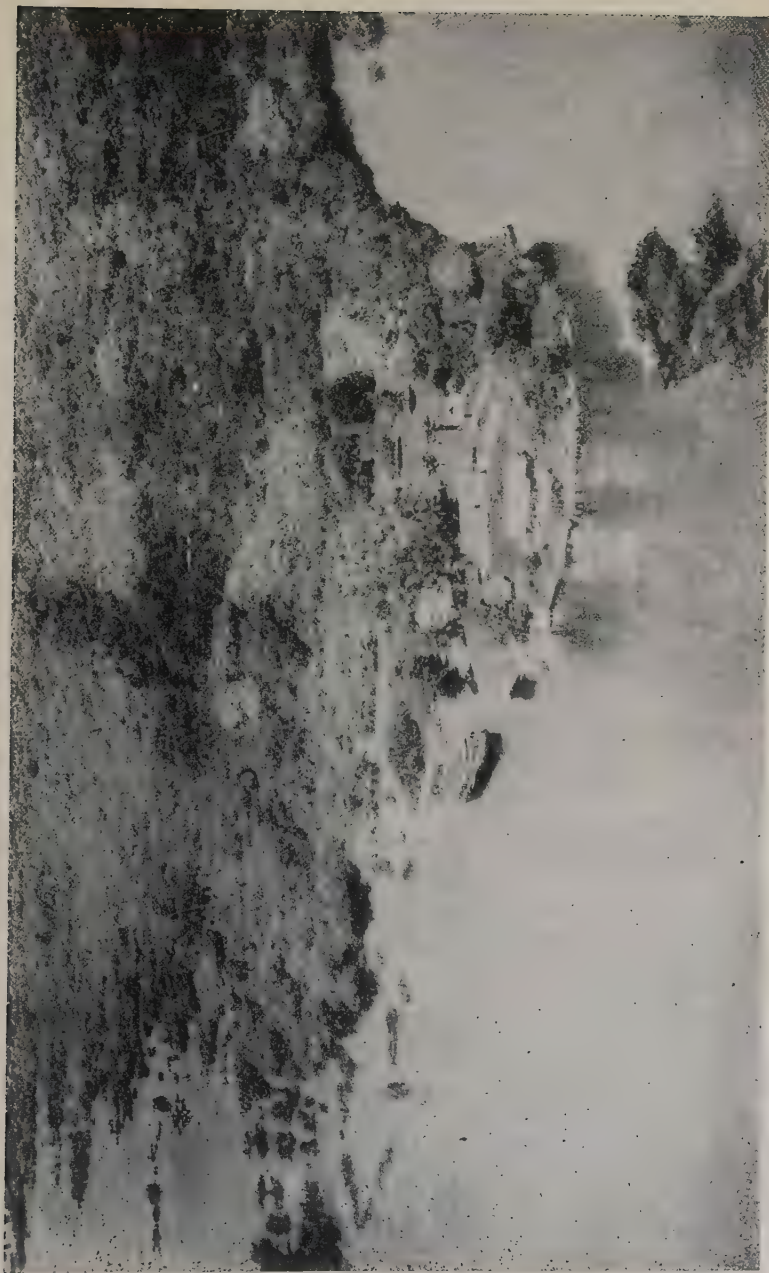
Characterística floresta rio-branquense no baixo Rio Branco,
inundada pela cheia



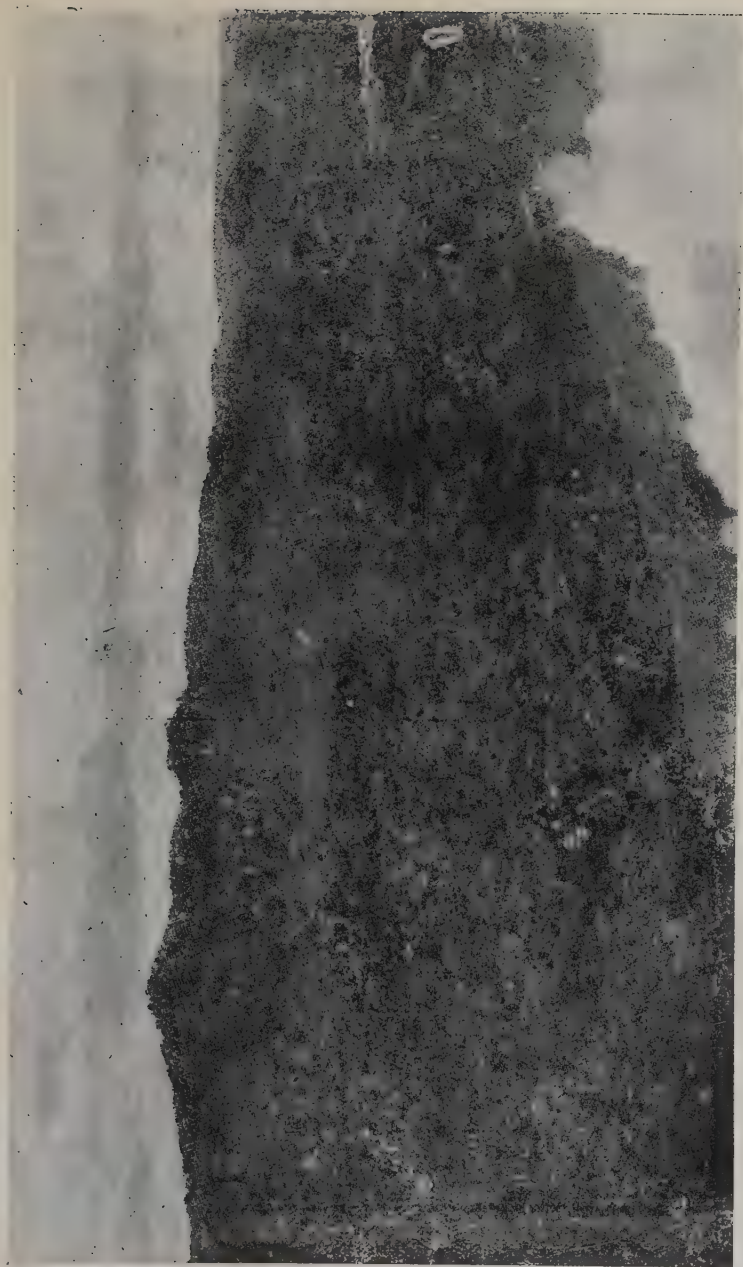
Grupo expedicionario em canôa, sôbre rocha, a espera do abastecimento por hydroplano



Mattas debruando as margens e clareira cultivada no rio Takatu
acima da confluencia com o Uraricuera



Carvoeira á margem direita do Rio Negro, acima das bocas do Rio Branco



Foz do rio Aracasa abaixo de Kujuma, rio Uraricuera



Serra T'aimiti vista do sul — Serra Maiougong na distancia

gitude 70° oeste até aos Andes, reaparece o arenite, formando com macissos tabulares o scenario selvagem e phantastico dos rios Alto Cairí-Uapés, Guaviare, Inirida e Içana. A secção Tapira-pecú e Imeri, ou Imei, é *enechelon* relativamente ás secções léste e oeste, lançando a sua projecção para o sul.

Justamente acima da garganta Kulaihia o rio Auari entra no Parima pelo noroeste. O Auari é o curso de que se servem os Maquiritares, Maiongongs e Makús quando passam do Orinoco para o Uraricuera, ou vice-versa, existindo uma vereda da cabeceira do Auari ao Padamo, que desagua finalmente no Orinoco algumas milhas acima de Esmeralda. Foi por esse caminho que Robert Schomburgk atravessou a serra Parima, avançando para o Orinoco em 1838.

Professor José Ribeiro do Amaral

PELO

Dr. Justo Jansen Ferreira

PROFESSOR JOSÉ RIBEIRO DO AMARAL

Ha mais de quarenta annos comecei a ter noticia minuciosa sobre o já notavel educador maranhense, José Ribeiro do Amaral, a quem conhecia de vista, por intermedio de um collega de lyceu, o meu grande e inolvidavel amigo Raimundo Nina Rodrigues, então estudante no Collegio São Paulo.

Fechando-se em 1876 o afamado Collegio da Immaculada Conceição, geralmente conhecido por Collegio dos Padres, fundado, perfeitamente installado á rua de São Pantaleão, e dirigido pelos preclaros sacerdotes Raimundo Alves da Fonseca, Raimundo da Purificação dos Sanctos Lemos e Theodoro Antonio Pereira de Castro, a conselho do primeiro, de quem era amigo, creou o professor Amaral, servindo-se da mobilia e material escholar dêsse estabelecimento de ensino, o Externato São Paulo.

Installou-o na casa terrea n. 35, á rua dos Afogados, actualmente rua José Bonifacio.

Animado pela grande frequencia que logo alcançou, passou a ser tambem Internato e a occupar o sobrado, n. 31, na mesma rua em frente á antiga travessa da Passagem. Bem perto dalli, no trecho entre a rua do Sol (hoje rua Nina Rodrigues), e a rua José Bonifacio, nasceu o professor Amaral, em 1853.

Logo que se abriu o Collegio São Paulo, entre muitas outras pessoas respeitaveis que lhe seguiram o exemplo, o conselheiro Gomes de Castro ahi matriculou os seus filhos Francisco Augusto Viveiros de Castro e Augusto Olympio Viveiros de Castro, que se tornaram dous Brasileiros notaveis.

Para inteiramente se dedicar aos misteres do Collegio pouco tempo depois de fundado, em Janeiro de 1877, pediu o professor Amaral demissão do cargo que exercia na Repartição dos Correios de São Luiz.

Eram professores nesse instituto de ensino, além de outros, o padre Fonseca, José Augusto Corrêa, Henrique Eduardo Costa e Antonio Joaquim de Moura e Silva.

Quanto aos dous primeiros, nada accrescentarei á justa nomeada que ainda subsiste no meio intellectual maranhense; dos outros, adduzirei rapidas referencias.

Henrique Eduardo Costa, que nasceu em Portugal, leccionou em São Luiz, durante mais de 25 annos, as linguas portugueza, franceza e ingleza.

Publicou, sob o titulo — *Opusculo da lingua franceza*, conciso e methodico trabalho, tão apreciado que teve nove edições.

Antonio Joaquim de Moura e Silva, contemporaneo de José Ribeiro do Amaral, ensinava varios preparatorios, distinguindo-se no cultivo da lingua latina. Mudou-se, mais tarde, para o Rio de Janeiro, onde inteiramente se entregou ao ensino primario e secundario.

Teve numerosos alumnos.

A sensata direcção do Collegio São Paulo, conforme assinalava a imprensa em 1878, e o bom nome dos professores, grangearam tal credito, que a concorrência dos alumnos reclamou o augmento do corpo docente, de accôrdo com as disciplinas exigidas nos estabelecimentos de instrucção superior, mantidos pelo Imperio.

Assim é que, reformado e ampliado o predio, resolveu o professor Amaral fundar um curso de humanidades, escolhendo, como garantia de aproveitamento seguro, professores competentes: Professava a lingua portugueza, José Augusto Corrêa; a latina, Antonio Joaquim de Moura e Silva; a franceza e a ingleza, Henrique Eduardo Costa; arithmetica, algebra e geometrica, o dr. Antonio José Muniz; geographia, Themistocles Maciel da Silva Aranha; rhetorica, o dr. João Henrique Vieira da Silva; philosophia e história, o padre Raimundo Alves da Fonseca; instrucção primaria, José Ribeiro do Amaral; desenho, Domingos Tribuzy; musica, Leocadio Alexandrino dos Reis Raiol.

Os exames annualmente levados a effeito demonstravam quer a applicação dos alumnos, quer a excellencia dos methodos de ensino.

A 25 de Janeiro, data em que se commemora a conversão do grande apostolo São Paulo, havia a festa annual.

Em fins de 1880, adquiriu o professor Amaral o predio da rua Grande n. 49, hoje rua Oswaldo Cruz, para onde se

mudou em Janeiro de 1882, depois de concerta-lo e adapta-lo convenientemente.

Conservou-se nesse predio, onde fixou residencia até o anno de 1927, em que veio a fallecer, a 30 de Abril.

O Collegio São Paulo, obedecendo a competente e zelosa direcção, dispondo de professorado habilitado, e havendo funcionado durante muitos annos, relevantissimo auxilio prestou á instrucção.

Ainda o podem certificar os muitos alumnos, hoje brasileiros distinctos e que occupam posição culminante em que honram o nome maranhense. Cito o eximio ophthalmologista, talentoso professor dr. José Antonio de Abreu Fialho, actualmente director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o qual, embora não tenha nascido no Maranhão, ahi completou os seus estudos primarios; o illustrado general Tasso Augusto Fragoso, que muito se distinguio na chefia do Estado Maior do Exército Nacional; o desembargador dr. Arthur Quadros Collares Moreira, provecto magistrado, na Côrte de Appellação do Districto Federal; o dr. José Pereira da Graça Aranha, diplomata e litterato, e os dous irmãos drs. Henrique e Alberto Couto Fernandes, habeis engenheiros.

Na casa da rua Oswaldo Cruz, mais de perto conheci o professor Amaral, justamente quando não me escasseavam o tempo e a saúde para attender, com solicitude, aos affazeres da clinica e do professorado.

Ainda na rua Oswaldo Cruz se patenteou a inclinação bibliophila do professor Amaral, colleccionando com afan e desvêlo, documentos, cartas, jornaes, livros, mappas, photographias e desenhos, concernentes principalmente ao passado do Maranhão e conseguindo reunir, depois de muitos annos de perseverante estudo e paciente indagação, uma bibliotheca que muito lhe realça a intelligencia e constante operosidade.

De posse dêsse excellente material, onde se contam exemplares raros de obras importantes, quer referentes ao Maranhão, quer ao Brasil, e uma collecção quasi completa dos jornaes do Maranhão, tornou-se o professor Amaral summa auctoridade, em cujos ensinamentos encontravam solução as dúvidas relativas ao passado maranhense.

Sempre um sorriso lhe alegrava a physionomia affavel ao fallar nas raridades que zelosamente guardava nessa bibliotheca que, certamente, era para elle uma das estancias da felicidade.

Serena e carinhosamente, annuadas vezes, manuscava esses livros de onde hauriu elementos para compôr varias

obras, engrandecendo o patrimonio geographico e historico do nosso paiz.

Ao referir-me ao amor e á dedicacão á bibliotheca, onde colheu os fructos que o levam á posteridade, vem a ponto citar a eloquente passagem que, a proposito de saudosas recordações, escreveu o primoroso escriptor Julio Dantas, ao apreciar um livro de Latino Coelho.

Ei-la:

“Folhear estas collecções é evocar a Lisboa dos nossos avós. Confesso que nunca o faço sem um vivo sentimento de ternura, quasi saudade, — dessa vaga e penetrante saudade, toda intellectual, só conhecida daquelles que, á força de reconstituir na imaginação e no sonho as imagens e as cousas do passado, chegam a crear-se a illusão de que viram, de que as sentiram, de que as viveram.”

O primeiro livro, que deu a público, intitolou-se *O Estado do Maranhão, em 1896*. Veio interromper o eclipse quasi total, que se havia projectado nas contribuições ao desenvolvimento da geographia e história do Maranhão, depois da intensa luz com que as esclareceram, entre outros, João Lisboa, Candido Mendes, Cesar Marques e Vieira da Silva.

Proclamada a República no Brasil, tornando-se o Maranhão um Estado federado, importava que surgisse um livro, patenteando a amenidade do nosso clima a despeito da média thermica, a constituição do sólo, tão susceptivel de variada cultura, e outras riquezas que já estariam exploradas, com um systema de viação aperfeiçoada, conforme se exprimiu o provector engenheiro dr. Fabio Hostilio de Moraes Rego, no juizo com que prefaciou o livro que acabo de mencionar.

Pouco tempo depois, concorrente á *História da revolução da Balaiada, na provincia do Maranhão*, baseado nos melhores trabalhos, apoiado na leitura de periodicos dos mais conceituados de São Luiz, e em documentos ineditos, publicou minuciosa obra.

Em 1912, commemorando-se a passagem do tri-centenario da fundação da cidade de São Luis, pelos Francezes, deu á publicidade o interessante livro, *Fundação do Maranhão*, onde não só memora a acção dos Francezes, que se estabeleceram na ilha do Maranhão e a importancia das obras de Ives d'Evreux e de Claude de Abeville, descrevendo os primeiros lineamentos de São Luis, destinada a ser a metropole da França Equinoxial, mas ainda os logares por onde se ex-

tendeu a conquista, exclarecendo varios factos, differentemente interpretados pelos nossos historiadores.

Em 1913, deu a lume outro trabalho, occupando-se da vida e obras do senador Candido Mendes de Almeida. Foi mais outra prova do merecimento intellectual do professor Amaral.

Em 1914, publicou o trabalho didactico e elementar *História do Maranhão*, que cabalmente preencheu o objectivo a que se destinava.

Em 1915, accentuando-se a divergencia antiga de limites entre os municipios de São Vicente Ferrer e Vianna, foi Amaral designado pelo governador do Estado, dr. Herculano Parga, para elucidar essa secular questão.

Escrevendo o parecer com que dirimiu a divergencia, á luz de copiosos documentos, teve a oportunidade de assignalar as difficuldades que se deparam a quem pretenda tractar de limites inter-municipaes. De facto, já existindo ellas, na data em que Candido Mendes traçou o mappa do Maranhão, dividindo-o em comarcas, assim como o fez no concernente a todas as provincias do Imperio, muito e muito mais se accentuam actualmente quando os marcos antigos, não obedecendo a accidentes physicos, já excedeiam á vista das transformações successivas que o tempo vai operando.

Geralmente a linha confinante passava por fazendas, situações e casas que mudam continuamente de dono, e, segundo muito bem salientou o professor Amaral, “vão pouco a pouco desaparecendo, convertem-se em tapéras, e, meio seculo depois, com a morte do último dos seus habitantes, ninguém mais sabe dizer, ninguém conhece o logar tal ou qual, a que se referia o antigo limite”.

As divisões de municipios e de comarcas, infelizmente, quasi sempre, obedeceram a um criterio atrasado, arbitrario e deficiente. Candido Mendes que assim pensava, em 1856, accrescentou: “só vemos *símile* nos Estados Asiaticos ou de civilização a mais atrasada”.

Em 1919, desempenhando honrosa commissão de que fôra encarregado pelo govêrno do Maranhão, depois de intelligente e minuciosa investigação nos Archivos Públicos desta capital, da Camara Municipal de Tutoia e de Belém, no Pará, entregou aos prêlos a substanciosa obra a que deu o título *Limites do Maranhão com o Piauí, ou a Questão da Tutoia*.

Em verdade, tal publicação veio tirar do esquecimento e talvez livrar do aniquilamento a que estavam condemnados pela acção do tempo, documentos valiosos, reanimados, col-

ligidos, ordenados e fundamentados pelo professor Amaral. Os documentos, já o disse Ferrero, citado nas instructivas páginas da História de São Paulo, de Eduardo Prado, "nada elucidam si o espirito humano não os liga, não os encadeia e os faz fallar".

Em 1922, pela Commissão Geral do Congresso Internacional de História da America, foi unanimemente escolhido para escrever a seguinte these: *As revoluções do Segundo Imperio e a Obra Pacificadora de Caxias*.

O professor Amaral iniciou o trabalho, com que deu conta dessa missão, occupando-se da terceira phase da *Balaiada*, em que salienta a acção energica, decisiva e proficua de Caxias, então coronel Luis Alves de Lima e Silva, que, depois de pacificado o Maranhão, foi premiado com o posto de brigadeiro e o título de barão de Caxias, recordando a cidade maranhense, onde a lucta foi mais intensa e onde os rebeldes fôram dominados.

Em seguida, tracta das revoluções de São Paulo, e de Minas e do Rio Grande do Sul.

Ainda em 1922, escreveu no *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, publicado sob o patrocínio do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, a noticia referente ao Estado do Maranhão, a qual foi muito apreciada e despertou visivel satisfacção entre os proceres dessa utilissima e conceituada instituição scientifica.

Em 1923, deu a público o livro *Ephemerides Maranhenses*. 1ª parte — *Tempos coloniaes*.

Deixou concluidas as seguintes obras: *O Tricentenario de Belém, 1616-1916*, e *O Maranhão, no centenario da Independencia — 1822-1922*, em dous vilumes, tendo o segundo o título de *História e Biographia de homens notaveis*.

Deixou ainda preparada para entrar no prélo a segunda parte das *Ephemerides Maranhenses*, respeitante ao Imperio e á República.

Para apressar a vinda a lume dessas obras, e para mais accentuar a gratidão e os applausos dos contemporaneos ao professor Amaral, exemplo edificante de amor ao Maranhão, cuja prosperidade sempre lhe vibrou no espirito, proponho que, em cada sessão, dêste INSTITUTO, se leia á semilhança do que se usa no INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, consoante á leitura das *Ephemerides Nacionaes*, pelo barão do Rio Branco, o facto historico relativo á data, consignado nas *Ephemerides Maranhenses*, já publicadas, attinentes ao pe-

riodo colonial, e, mais tarde, ao periodo imperial e republicano.

O culto que o professor Amaral consagrava ao passado, no intuito de engrandecer o presente e levar ao futuro o testemunho de nossa civilização, muito o enaltece e jámais deve ser exquecido pelos Maranhenses.

Denotam as obras do professor Amaral o valor da bibliotheca que formou e desenvolveu e de onde não revelou ao público todas as joias que ainda ahi se guardam, devido a pertinaz soffrimento ocular.

Entrega-las á publicidade é missão utilissima que pede um continuadór.

Importa notar que o tempo empregado pelo professor Amaral, na feitura dos trabalhos aponctados, jámais impediu que, successivamente, com assiduidade e dedicação, exercesse os cargos seguintes: empregado na Repartição dos Correios, director do Collegio São Paulo, deputado provincial, director da Bibliotheca Pública, proprietario e dirigente de uma livraria, thesoureiro do Thesouro do Estado, director e redactor do *Diario Official*, presidente da Academia de Lettras, vereador da Camara Municipal de São Luis, professor de História e Geographia no Lycêu Maranhense, presidente da assembléa geral do Instituto de História e Geographia do Maranhão.

Aposentou-se, contando mais de meio seculo de bons serviços prestados ao paiz e especialmente a seu torrão natal.

Espero que os mais competentes, superando-me no conhecimento do passado, melhor lhe tracem a biographia, para a qual coopero com os aponctamentos que acabo de consignar.

Ao terminar, reproduzo uma idéa interessante do imaginoso e original philosopho belga Mauricio Maeterlinck, desenvolvida num dos adoraveis capitulos do livro que surgiu a lume com a suggestionante denominação *A intelligencia das flôres*.

Refere esse empolgante estylista e pensador que a maior parte das plantas soffre a lei subjugadora que consiste na sua prisão indissolúvel ao sólo, por meio das raizes.

Cumprindo essa lei que a immobiliza do nascimento á morte, contra ella a planta se insurge, na necessidade de movimento e na ansia de espaço, offerecendo o espectaculo incomparavel de receber das trevas da raiz, esse órgão que lhe é essencial á nutrição, a energia da sua idéa fixa para se organizar e desenvolver na luz da sua flôr.

Applica-se perfeitamente esse singular e bello pensamento ao professor Amaral, que, prêso por utilissima inclinação ás salas e aos livros de sua bibliotheca, absolveu a luz que diffundiu em varios assumptos da História do Maranhão, e as flôres que espalhou em differentes trabalhos, memorando a vida e os feitos dos grandes vultos que constituem as maiores tradições da terra maranhense.

REFORMA

ADMINISTRATIVA E MUNICIPAL

PARECER E PROJECTOS

DO

SENADOR

AFFONSO CELSO

RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA NACIONAL

1883

Aos varios trabalhos do visconde de Ouro Preto reproduzidos na “Revista”, por se acharem esgotadas as respectivas edições, junta-se agora um que, officialmente publicado, teve reduzida tiragem. E’, entretanto, de grande valia, pois encerra tudo quanto se tentou no Imperio relativamente a reforma da organização administrativa provincial e municipal. Interessa assim, tanto a estadistas e politicos como a historiadores, isto é, a consideravel parte dos leitores da “Revista”.

Nos primeiros dias de Novembro proximo passado tive a honra de receber a seguinte communicação:

"1ª Directoria. — Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1882. — Illm. e Exm. Sr. — E' uma necessidade geralmente reconhecida a reforma da administração provincial e municipal, e pretendendo o Governo Imperial promover-a na proxima sessão legislativa, resolvi nomear duas commissões, uma composta de V. Ex. e dos Deputados Antonio Alves de Souza Carvalho e Antonio de Siqueira Cavalcanti, e outra dos Senadores Lafayette Rodrigues Pereira, Antonio Candido da Cruz Machado e Deputado Antonio Ferreira Vianna; a primeira incumbida de organizar um projecto de reforma provincial e a segunda de reforma municipal.

Depois de concluirem seus trabalhos, as duas commissões se reunirão para conferenciarem sobre os projectos, harmonizando-os sob a base de uma razoavel e conveniente descntralização administrativa e autonomia do municipio.

Contando que V. Ex. não recusará ao Governo o valioso concurso de suas luzes, e prestará mais este serviço, rogo-lhe me permitta lembrar a conveniencia de se achar concluido o trabalho em tempo de ser estudado e submettido ao parlamento no começo da sessão.

Da Secretaria de Estado dos Negocios a meu cargo terão as commissões os esclarecimentos e subsidios que possam precisar, e aquella repartição esteja habilitada a ministrar.

Deus Guarde a V. Ex. — *Pedro Leão Velloso.* — Sr. Senador Affonso Celso de Assis Figueiredo."

Conferenciando com os meus illustrados companheiros de commissão sôbre o melhor meio de satisfazermos as patrioticas vistas do sr. ministro do Imperio, deliberámos que cada um de nós apresentasse seu voto escripto sôbre varias questões attinentes á reforma cujo projecto deveríamos or-

ganizar, afim de servir de base á discussão e elaboração do trabalho definitivo.

O que se vae ler é o parecer que apresentei, em consequencia daquelle accôrdo.

Publico-o, não por descobrir nelle o menor merecimento, sinão por julgar que todo o homem politico deve manifestar francamente seu modo de pensar ácerca do que interessa ao serviço público.

E' a minha opinião individual sôbre a materia sujeita. A da Commissão será o que se vencer.

Tendo colligido e examinado todos os projectos formulados, quer nas duas casas do parlamento, quer no Conselho de Estado, sôbre reforma administrativa e municipal, julguei de utilidade um resumo das suas principaes disposições. Servirá como que de *introducção* ao meu trabalho.

Rio, 1 de Janeiro de 1883.

AFFONSO CELSO.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A lei de 12 de Maio de 1840 deu, como é sabido, os primeiros golpes no código das franquezas provinciais — o *Acto Adicional* á Constituição Política do Imperio.

Si desde então até 1860, principalmente, não parou a obra de reacção, antes cada vez mais se aperfeiçoou, por outro lado de espaço a espaço reproduzinram-se tentativas mais ou menos pronunciadas para afrouxar os laços de extrema centralização administrativa, a que serviu de alicerce aquelle celebre acto legislativo, tão impropriamente denominado de — *interpretação*.

E — cousa notavel — não provieram esses esforços sómente do seio do partido que o combatêra com a maior energia, sinão tambem dentre os seus mais auctorizados propugnadores ! Os *Annaes Parlamentares* ahi estão para o attestar.

Infelizmente, todos esses projectos de reorganização das provincias e municipalidades fôram abandonados no nascedouro, sem embargo de reiteradas instancias do Govêrno em occasiões solennes. (1).

Elle proprio sentia que do seu immenso poder lhe advinha responsabilidade tremenda e grave perigo.

O primeiro tentamen de descentralização foi dos deputados Rodrigues dos Santos e Ernesto França, que, ao discutir-se o projecto da receita geral, offereceram-lhe, em 31 de Agosto de 1848, o seguinte additivo :

“Art. 1º. Os empregos de inferior categoria, cujo provimento pertence ao Govêrno Imperial, poderão ser pro-

(1) Fallas do throno de 1851, 1853, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864 (Janeiro e Maio), 1865, 1868, 1869 e 1870.

vidos nas provincias pelos respectivos presidentes, que darão os titulos aos nomeados, ficando, porém, a demissão dependente do mesmo Govêrno.

Art. 2º. O Govêrno designará em regulamentos os empregos a que deva ser applicada a disposição do artigo antecedente."

A Camara approvou-o, mas foi destacado para formar projecto especial. Submettido ao estudo da commissão de constituição e poderes, opinou ella, em seu parecer de 5 de Julho de 1852, que se substituisse o art. 1º por outro, auctorizando o Govêrno a delegar aquella attribuição aos presidentes, pelo tempo que julgasse conveniente.

O Senado rejeitou-o em 1853.

O marquez de Monte-Alegre, ministro do Imperio em 1850, cuidou de reunir elementos para reorganização da administração provincial, e, si nada iniciou, todavia o assumpto foi recommendado á solicitude das Camaras, no discurso da corôa do anno seguinte.

No mesmo anno de 1850, e na sessão de 31 de Maio, o deputado Magalhães Castro fundamentou um projecto creando conselhos presidenciaes, compostos de seis vice-presidentes, que deviam ser consultados em todas as questões importantes. Outras providências consagrava o projecto, attinentes á administração provincial. Os presidentes não serviriam por mais de dous annos, podendo ser reconduzidos depois de haverem administrado por igual tempo outras provincias, ficando incompatíveis, nas que deixassem, para os cargos de senador e deputado, salvo sendo demittidos um anno antes da eleição primaria. Teriam a faculdade da propositura de leis provinciaes, elaborados os respectivos projectos em conselho, apresentados á assembléa e ali discutidos, por qualquer dos conselheiros. Os membros do conselho perceberiam, quando reunidos, por dia de serviço tanto e mais metade do que vencessem os deputados provinciaes e seriam, de direito (*sic*), assim como os seus secretarios, *aspirantes ás presidencias de provincias*, segundo o grau de idoneidade. O projecto creava tambem uma cadeira de direito administrativo na capital de cada uma das provincias de 1ª ordem, afim de preparar-se pessoal habilitado para as presidencias, conforme declarou o seu auctor.

Nada providenciava sobre a substituição de vice-presidentes, que assim *presupunha* residirem todos na capital.

Sendo ouvida a secção de fazenda do Conselho de Estado sobre a representação do procurador fiscal do thesouro, contra o aviso de 22 de Setembro de 1853, que declarou competente o juizo dos feitos da fazenda para conhecer das causas relativas a indemnizações, que não versassem sobre prezas, e emitindo a esse respeito a consulta n. 354, de 4 de Julho de 1854, aproveitou o ensejo para demonstrar a necessidade urgente, que entendia haver, da ereação do contencioso administrativo, e concluiu formulando o respectivo projecto de lei.

Estabelecia este a conhecida distincção entre questões puramente administrativas e contenciosas, e indicava como da competência da justiça administrativa contenciosa — *todas as discussões, que, tendo por base actos da auctoridade administrativa e interesses privados fundados em direitos pre-existentes ou adquiridos, não pertencessem ás faculdades constitucionaes, ou de mero imperio, nem á ordem das discussões civis ou penaes.* (2).

Creava em cada provincia um tribunal do contencioso administrativo composto de tres ou cinco membros. Para a provincia do Rio de Janeiro serviria o Tribunal do Municipio Neutro.

A segunda instancia seria o Conselho de Estado pleno, augmentando-se-lhe uma secção especial.

O governo determinaria em regulamento os termos para os recursos, fixaria as multas, custas etc.

Creava o projecto tambem 12 adjunctos e 12 referendarios para serem aggregados ás diversas secções do Conselho, e cujas funcções seriam egualmente definidas em regulamento.

Dava, por fim, ao Conselho de Estado a attribuição de conhecer das causas puramente administrativas dos Bancos, consultar sobre o exercicio da *alta policia* do Estado e sobre a intelligencia doutrinal da lei civil, acêrca de que divergissem duas Relações do Imperio, ou a cujo respeito representasse o Supremo Tribunal de Justiça.

Seu voto prevaleceria com força obrigatoria, até que o corpo legislativo dêsse a interpretação authentica.

Submettido ao exame do Conselho de Estado pleno, impugnaram-no com valiosissimas razões os conselheiros marquez de Olinda, visconde de Albuquerque e visconde de Maranguape; propuzeram-lhe modificações o marquez de Monte-

(2) O conselheiro de Estado marquez de Mont'Alegre muito acertadamente observou ser isso puramente doutrinal e improprio de uma lei.

Alegre e o visconde de Sapucahi; e approvaram-no sem restricções o visconde de Jequitinhonha, relator, Rodrigues Torres e visconde de Caravellas, signatarios da consulta, e o visconde de Magé.

Não consta a resolução, que a respeito tomou o Governo. (3).

Em 1856 (4) o deputado Candido Borges offereceu um projecto de reforma municipal, cujas principaes disposições eram:

1ª. Augmento do numero de vereadores para a côrte e capitaes das provincias, 22 no maximo e 12 no minimo;

2ª. Renovação parcial das camaras no fim do 1º quadriennio;

3ª. Nomeação, pelo presidente nas provincias e pelo Governo na côrte, de um administrador municipal e seu suplente, escolhidos entre os vereadores, demissiveis e retribuidos, a cargo de quem ficasse a execução das deliberações da camara, que poderia convocar ou adiar;

4ª. Reunião ordinaria das camaras annualmente durante 15 a 30 dias, e extraordinariamente quando negocios urgentes o exigissem.

Remettido ás commissões reunidas de constituição e camaras municipaes, e por ellas combatido vigorosamente em parecer que só teve um voto discordante, (5) foi discutido em uma unica sessão, e immediatamente retirado da ordem do dia. (6)

No anno seguinte, outro projecto sôbre camaras municipaes apresentou o deputado Athaide. (7)

Tractava principalmente do modo práctico da eleição das camaras, que serian de 21, 17 ou 11 vereadores, conforme ás localidades; só permittia tres reuniões ordinarias por anno, e, quanto a attribuições, conferia-lhes, além das mencionadas no art. 24 e seguintes da lei de 1 de Outubro de 1828:

1ª. Promover a colonização dos municipios;

2ª. Incorporar companhias agricolas e industriaes;

(3) Consultas do conselho de estado na secção de fazenda, vol. 3º, pag. 285.

(4) Sessão de 19 de Junho.

(5) Parecer n. 42, de 27 de Junho de 1856.

(6) Sessão de 28 de Junho de 1856.

(7) Projecto n. 96, de 31 de Junho de 1857.

3ª. Contrahir empréstimos;

4ª. Celebrar contractos com emprezarios ou companhias para construcção e conservação de *estradas de rodagem*, garantindo-lhes um minimo de interesse que não excedesse a 10 %, contanto que não fôsse além de $\frac{4}{5}$ do total do imposto arrecadavel durante o anno;

5ª. Estabelecer imposições directas e indirectas por tempo definido;

6ª. Contractar, com as municipalidades limitrophes, ainda de provincia diversa, acêrca das estradas que a ellas igualmente interessassem.

Todas estas funcções dependiam da approvação do presidente da provincia, de cujas decisões concernentes a contractos haveria recurso para o Govêrno Imperial.

A criação de impostos dependeria das assembléas provinciaes.

Aos presidentes das camaras, nos respectivos municipios, conferia ainda o projecto attribuições policiaes e judicarias. Formariam autos de corpo de delicto, prenderiam criminosos em qualquer juizo, e julgariam definitivamente as contra-venções de posturas municipaes e os crimes a que não estivesse imposta pena maior que multa até 100\$, prisão, degredo ou destêrro até seis mezes e tres de casa de correcção ou officinas públicas.

Não chegou a entrar em discussão.

Nesse mesmo anno, o ministro do Imperio, marquez de Olinda, commetteu a uma commissão composta dos senadores e deputados visconde de Uruguai, J. A. Pimenta Bueno, d. Manuel de Assis Mascarenhas e Zacharias de Goes e Vasconcellos o estudo e solução das seguintes questões:

“1ª. Convém crear um conselho de presidencia de provincia ?

Como organiza-lo ?

Quaes suas funcções ?

Quaes os objectos em que deverá ser ouvido ?

2ª. Convirá crear auctoridades administrativas centraes, subordinadas aos presidentes de provincia ?

Estas auctoridades, obrando segundo as instrucções dos presidentes, convirá que tenham poder para por si resolverem negocios, muito embora dependentemente de approvação dos presidentes ?

Convirá determinar os casos em que os presidentes poderão commetter suas vezes a estas auctoridades ?

Convirá determinar os casos em que ellas poderão resolver por si?

Estas auctoridades exercerão estes poderes em territorio dado?"

O relator da commissão, visconde de Uruguai, formulou extenso parecer, no qual, depois de discutir as questões propostas, concluiu opinando pela criação dos conselhos, attentas as seguintes razões:

"Convem crear um conselho de provincia?"

Sim, porque:

1º. A primeira auctoridade de uma provincia, com attribuições tão variadas e complexas, deve ter a quem possa, e, em certos casos, a quem deva pedir conselho;

2º. A existencia dêsse conselho, quando bem composto, póde ser um correctivo dos inconvenientes que traz a instabilidade dos presidentes, sendo o dicto conselho depositario das tradições, contribuindo para haver na administração coherencia e seguimento;

3º. Esse conselho póde fazer sobresair o erro e a prevaricação e tornar mais efficaz a responsabilidade, quando não fôr seguido;

4º. E' uma garantia para os administrados, principalmente nas questões administrativas contenciosas."

Reconhecendo, porém, a difficuldade de constitui-los, já por falta de consolidação da nossa legislação administrativa, má divisão territorial, dispersão da população, pessimas communicações, e já pela deficiencia de pessoal habilitado em todas as provincias, aconselhava que se fizesse um ensaio nas de maior importancia.

Seriam compostos de tres a cinco membros, nomeados por decreto imperial, funcionariam sob a direcção do presidente da provincia, devendo-se escolher de preferencia pessoas da capital e suas proximidades, que pudessem servir gratuitamente.

Quanto ás suas attribuições, além das que a nova lei conferisse, seriam quasi todas as dos presidentes de provincia, das quaes, por esparsas em diversas leis e regulamentos, era mister fazer-se a competente classificação.

Tambem aconselhava o relator que se ensaiasse a criação de auctoridades administrativas centraes, ou agentes dos presidentes nos logares mais distantes das capitães das provincias, e onde fóssem convenientes, extendendo-se a sua

jurisdição a um ou mais municípios para decidirem certos negocios, por auctoridade propria, e outros por delegação do presidente, segundo as suas instrucções, e definidas as diversas especies em regulamentos do govêrno.

Estes agentes ou commissarios poderiam ser nomeados interinamente pelos presidentes e em definitiva por decreto imperial; não poderiam accumular funções judicarias e seriam passíveis de suspensão e demissão. Em regra, deveriam ser preferidos os que se prestassem a servir gratuitamente, mas poderiam perceber vencimentos, não colhendo a seu respeito o argumento de augmento de despesa, porque — aperfeiçoada assim, na opinião do relator, a organização administrativa, menos dispendiosa ficaria a judiciaria.

Do relatorio vê-se que os pontos essenciaes dêste parecer fôram approvados em conferências presididas pelo ministro do Imperio e sobre elles tractara o govêrno de formular um projecto de lei, que todavia não chegou a apresentar. (8)

No anno de 1859 o deputado Sergio de Macedo propoz:

“1º. Que os officios de justiça de 1ª instancia e os logares de secretarios de policia seriam providos pelo govêrno geral na côrte e pelos presidentes nas provincias, observadas as fórmulas estabelecidas nas leis e regulamentos geraes.

2º. Que, feita a nomeação, seria submettida á approvação do govêrno geral, que a confirmaria ou annullaria.” (9).

Approvado pela Camara em 29 de Julho, foi remettido para o Senado o qual o rejeitou na sessão de 27 de Julho de 1861, considerando-o, na phrase de um senador — *pleonasmio legislativo* — nada melhorando do que estava já estabelecido pela legislação em vigor.

Discutindo-se em 31 de Maio de 1859, na Camara dos Deputados, a creação da secretaria da agricultura, o deputado Saraiva apresentou um projecto substitutivo, passando para os presidentes da provincia a attribuição de nomear os seguintes funcionarios:

1º. Secretarios das provincias;

(8) Relatorio do ministro do Imperio de 1859 — Annexo A —
Bases para melhor organização das administrações provinciaes.

(9) Sessão de 27 de Maio de 1859.

2º. Empregados do Correio e Saude Publica que não fôsssem chefes de repartição;

3º. Todos os de quaesquer estabelecimentos de instrucção pública, creados pelas leis geraes, com excepção dos lentes, professores e directores;

4º. Todos os do Ministerio da Justiça, excepto os ecclesiasticos, desembargadores, juizes de direito, juizes municipaes e de orphãos e chefes de policia;

5º. Todos os do Ministerio da Guerra e Marinha, que não fôsssem militares ou chefes de serviço;

6º. Os de fazenda não sujeitos a accesso, nem chefes de repartição.

Na votação do projecto inicial, foi este substitutivo adiado para entrar posteriormente em discussão, que não se abriu. (10)

Em 1860, coherente com as idéas que expendêra em seu relatorio, o ministro do Imperio, deputado Almeida Pereira, planejou vasta reforma na administração provincial e para esse fim submetteu á Camara um projecto que se propunha aos seguintes pontos capitaes:

1º. Crear a carreira administrativa, dando aos presidentes de provincia direito á disponibilidade e aposentadoria, áquella fendo já seis annos de serviço com um terço ou metade do ordenado, e a esta ao cabo de dez, com ordenado proporcional, e, ao cabo de vinte, com a totalidade do ordenado;

2º. Ampliar a esphera de acção dos presidentes, dando-lhes, além das attribuições das leis de 12 de Agosto e 3 de Outubro de 1834, e mais disposições em vigôr, competencia para prover definitivamente os officios de justiça, nomear e demittir, sob proposta dos chefes ou independente della, os empregados subalternos das diversas repartições geraes, existentes nas provincias, faculdades de direito e medicina e tribunaes do commercio;

3º. Crear em todas as provincias conselhos de presidencias de seis e quatro membros, conforme a classe de cada uma, e compostos a metade por pessoal de livre nomeação do Govêrno e a outra metade dos seguintes funcionarios que serviriam na ordem em que são mencionados:

Arcebispo ou bispo, na provincia em que tivesse residencia, o 1º vice-presidente, o presidente do Tribunal da Relação, o procurador da Corôa, o presidente do Tribunal do Commercío, o commandante das Armas, o chefe de Policia, o inspector da Thesouraria Geral, os directores das faculdades de Medicina e de Direito, os juizes de Direito da capital pelas suas antiguidades.

Para a nomeação de conselheiros deveriam ser preferidos os presidentes em disponibilidade, não podendo, porém, servir na provincia, que tivessem administrado, sinão tres annos depois.

Reunir-se-ia o conselho pelo menos duas vezes por mez e seria ouvido pelo presidente da provincia, quando tivesse de usar da attribuição de suspender a publicação das leis provinciaes e sobre todos os negocios que entendesse submitter ao seu exame.

Nestes casos teria o conselho voto meramente cónsultivo e deliberativo nos negocios de natureza contenciosa, competindo ao presidente o de qualidade com recurso para o Conselho de Estado, feita a devida especificação por decreto do Governo.

Nunca entrou em discussão este projecto, que apenas foi impresso. (14).

Na sessão do Senado de 31 de Maio de 1861 (lê-se nos *Estudos practicos sobre a administração das provincias* — pag. XXIV) — apresentou o sr. visconde de Jequitinhonha o seguinte requerimento:

“Requeiro que se convide a Camara dos Srs. Deputados para nomear uma commissão especial, que, reunida com outra do Senado, de igual numero de membros, tome a seu cargo examinar o art. 1º, §§ 1º, 5º e 6º, art. 11, § 9º, e arts. 15, 16 e 19 do Aeto Addicional, e propor um projecto de interpretação, cuja discussão principiará na Camara dos Srs. Deputados, resolvendo, além de quaesquer outros suggeridos pela sabedoria das commissões reunidas, os seguintes pontos:

1º. Si as assembléas provinciaes, legislando sobre a divisão civil, judiciaria e ecclesiastica, cujos empregados têm

de ser pagos pelos cofres geraes, o podem fazer definitivamente, sem o accôrdo expresso do governo geral ?

2º. Si a materia já contribuinte para a renda geral pôde ser onerada de novo imposto para a renda provincial ?

3º. Si as assembléas provinciaes podem crear impostos de exportação ?

4º. Si podem lançar impostos nos generos importados de outras provincias, sejam ou não de producção destas ?

5º. Si, encontrando o presidente nas resoluções da assembléa provincial disposições sôbre objectos não comprehendidos nos arts. 10 e 11, ou sôbre aquelles ácerca dos quaes lhes é prohibido expressamente legislar nos arts. 12 e 16, os deve separar e proceder ácerca delles de conformidade com o disposto no art. 9º do mesmo Acto Adicional e arts. 81, 83, 84, 85, 86, 87 e 88 da Constituição ?

6º. Não se achando definido no art. 171 da Constituição nem em nossa legislação fiscal o que seja contribuição directa e sendo differente o modo como classificam os administradores e economistas o imposto directo, o que é que se deve entender por contribuição directa, cuja repartição pelos municipios das provincias é uma das attribuições das assembléas provinciaes, na fôrma do art. 1º, § 6º, do Acto Adicional ?

7º. Como se devem contar os dous terços dos votos exigidos pelos arts. 15, 16 e 19 do Acto Adicional ?

8º. Si, resolvidos pela negativa o 2º, 3º e 4º ponctos deste requerimento, convem fixar quotas de renda geral ás provincias, em proporção ou não á renda total arrecadada nas estações fiscaes e geraes de cada uma das provincias ?

9º. Si o direito que os presidentes têm de suspender a execução das leis provinciaes, nos casos do art. 16 do Acto Adicional, é extensivo áquellas leis que não dependem de sancção dos mesmos presidentes ?

10. Qual o poder competente para estabelecer a fôrma do processo, segundo a qual deve ser decretada pelas assembléas provinciaes a suspensão e demissão dos magistrados ?

Approvado pelo Senado este requerimento, foi remettido á Camara dos Deputados, que o approvou tambem. A Camara dos Deputados nomeou na sessão de 7 de Julho de 1861, para resolverem de accôrdo com a commissão do Senado sôbre a necessidade da interpretação, os deputados Pedreira, Zacharias, Villela Tavares, Costa Pinto e F. Octaviano. O Senado nomeou, em sessão de 16 do mesmo mez e anno, os senadores

Penna, Vasconcellos (F. D. Pereira), viscondes de Sapucahi e de Jequitinhonha e Souza Franco. (12).

Não apresentou trabalho algum esta commissão.

Na sessão de 30 de Agosto de 1862, offerceou o marquez de Olinda á consideração do Senado um projecto de reorganização das camaras municipaes, tendo por fim principal, segundo declarou, *separar* as attribuições *administrativas* das *deliberativas*. Inspirando-se no mesmo pensamento capital do que em 1857 formulara o então deputado Candido Borges, este projecto constituia a camara municipal da corte com 21 membros, as das capitães das provincias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas, São Paulo com 15; com 13 as do Pará, Maranhão, Ceará, Parahiba, Alagoas e Rio Grande do Sul; com 11 as demais; nove as das cidades, e sete as das villas em geral.

O governo economico das cidades e villas seria exercido, no que concerne á parte deliberativa, pelas camaras, em corporação, e no tocante á parte executiva pelo vereador que designasse na corte o governo e nas provincias o presidente, para *administrador municipal*.

O administrador municipal e seus supplentes, tambem escolhidos pelo governo ou presidentes de provincia, poderiam ser demittidos quando conviesse ao serviço; e teriam todas as attribuições precisas não só para execução das deliberações das camaras, como para cumprimento das ordens do mesmo governo geral e provincial e mais as de nomear, demittir e suspender os empregados municipaes, fiscalizar e arrecadar as rendas, inspecionar escolas de instrucção primaria, casas de caridade e fabricas protegidas pelo Estado, quando taes estabelecimentos não estivessem a cargo de outras auctoridades; e, finalmente, recorrer suspensivamente para o governo das deliberações das camaras, que fôsem illegaes ou manifestamente contrárias aos interesses do commercio.

Seriam remunerados na corte e grandes capitães das provincias e de suas decisões haveria recurso para o governo, na corte, e para os presidentes, nas provincias.

Quanto ao mais, continuava a immediata subordinação das camaras, quer á assembléa geral, quer ao poder executivo

(12) Vide *Annaes do Senado*, de 31 de Maio, 1 de Junho e 16 de Julho de 1861. *Annaes da Camara dos Deputados*, sessões de 27 e 28 de Junho, 1, 2, 4, 5, 8 e 9 de Julho do mesmo anno de 1861.

e seus delegados provinciaes. Regulamentos especiaes determinariam — relativamente ás camaras em geral: as formalidades e segurança de que devessem ser revestidos os seus contractos; o modo por que devessem proceder os agentes municipaes no caso de infracção de posturas, a fórma dos recursos e seus effeitos.

E relativamente á da côrte: a fórma e casos da nomeação, suspensão e demissão dos empregados municipaes, o modo como devessem organizar o orçamento da receita e despesa e a reforma de sua secretaria, contadoria e repartições dependentes.

Entrando em discussão, na sessão de 5 de Fevereiro de 1864, foi este projecto retirado a pedido de seu auctor, porque, disse elle, — *no estado actual das cousas parecia-lhe melhor não ser submettido á discussão.*

Os deputados Saraiva, Sousa Carvalho e Tavares Bastos reproduziram, na sessão de 24 de Janeiro de 1864, o projecto do ex-ministro Almeida Pereira, iniciado em 1860, no tocante ao provimento de certos empregos pelos presidentes de provincias.

Na discussão formulou o deputado Silveira de Sousa varias emendas, já no sentido de completar as suas disposições, abrangendo outros empregos de igual cathegoria, já tornando mais clara a sua intelligencia.

Approvado pela Camara (13) seguiu para o Senado em 7 de Abril do mesmo anno, sob o n. 26.

Nem sequer teve parecer de qualquer commissão.

No correr do anno de 1867 e sem embargo das difficuldades que então assoberbavam o govêrno, obrigado a cuidar quasi exclusivamente dos meios de dirigir e concluir com honra a guerra que sustentavamos em regiões longinquas, preocupava-se elle acuradamente de medidas referentes á reorganização da administração local. O conselheiro de Estado visconde de São Vicente submettera á apreciação do mesmo govêrno dous projectos instituindo conselhos de presidencia e reorganizando o conselho de Estado.

(13) Vide sessões da Camara dos Deputados de 29 de Fevereiro e 2, 3 e 31 de Março de 1864.

Resolvera o gabinete sujeita-los primeiro ao estudo do conselho de Estado pleno, que para esse fim reuniu, em successivas conferências, no paço de São Christovam.

Mandava o projecto crear um conselho de presidencia não em todas as provincias desde logo, mas só naquellas, em que a instituição pudesse ser convenientemente estabelecida, e nas outras quando fôsse possível realiza-la. Devia compor-se de cinco membros nas maiores, e de tres nas de menor importancia, nomeados pelo govêrno imperial, para servirem por quatro annos, podendo, entretanto, ser antes dispensados, assim como reconduzidos no fim daquelle prazo.

Em materia puramente administrativa não teria senão voto meramente *consultivo*; poderia ser ouvido sobre todos os negocios em que o presidente o julgasse conveniente, mas deveria se-lo necessariamente, salvo o caso de urgencia, em certas e determinadas questões.

Nas questões contenciosas da administração, o conselho serviria de tribunal de 1ª instancia para julga-las, podendo annullar os actos ou decisões provinciaes e municipaes, quando padecessem de incompetencia, excesso de poder, e violação de fórmulas substanciaes, reformando-as si infringissem preceito de lei ou regulamento, ou mal os applicassem. Das suas decisões haveria recurso para o conselho de Estado.

Nas provincias em que não fôsses estabelecidos taes conselhos, constituiriam os proprios presidentes a 1ª instancia do contencioso administrativo, ainda com recurso para o conselho de Estado.

No municipio da côrte o ministerio constituiria a 1ª instancia.

Os conselhos de presidencia não podiam firmar arestos, mas tão sómente resolver as questões submettidas á sua apreciação. Permittia mais o projecto que o govêrno estabelecesse nas provincias, e onde entendesse acertado, delegados administrativos das presidencias, a quem se conferiria em regulamento maior ou menor somma de attribuições.

Vivamente impugnado no fundo e na fórmula, quer sob o poneto de vista da sua constitucionalidade, quer pelo merecimento de suas disposições, por conselheiros de Estado, de ambos os credos politicos, deliberou o govêrno não fazer obra por esse projecto, cuja discussão só terminou nos primeiros dias de Janeiro de 1868.

Tomando como base da reorganização administrativa *a da parochia*, mais vasta e vasada em moldes inteiramente di-

versos dos até então empregados, foi a reforma que se propoz fazer o então ministro do Imperio Paulino de Sousa com o seu projecto de 18 de Julho de 1869, tendo como fins principaes, segundo declarou:

1º. Estimular a vitalidade local, dar liberdade e acção á municipalidade no que interessa só ao municipio;

2º. Crear, pela intervenção do cidadão nos negocios da localidade, elementos de educação politica.

Não usara o auctor do projecto, — foi ainda elle que o disse, da liberdade e latitude que vulgarmente se attribuem os reformadores, por entender que não podia te-las, cumprindo-lhe regular-se e limitar a reforma pelo estado da educação pública, pelas condições e costumes do paiz, e pelas necessidades cuja satisfação reclamava e podiam ser attendidas, no momento; não fez o que, em absoluto, julgaria melhor, sinão o que lhe pareceu possivel na occasião. Con victo de que em nenhum paiz regularmente organizado o elemento municipal se achava tão acanhado, impotente e oprimido como entre nós — não excluida a propria França, onde a administração geral tudo concentra em suas mãos, tudo dirige, tudo regula, tudo chama constantemente a si, o ex-ministro pretendia dar ás localidades os meios de administrarem seus negocios peculiares e aproveitar os elementos de prosperidade de que porventura dispuzessem.

Os municipios haviam sido sacrificados pelos sustentadores do elemento governamental, que, a contar de 1837, sómente se preoccuparam de consolidar o principio da auctoridade e assegurar a unidade politica; era, pois, o projecto uma *obra de reparação*. E nesse intuito, começava por estabelecer o typo assim das parochias como dos municipios, que novamente fôsem creados, fixando a população livre, a renda, os edificios publicos, e a quantidade de terreno para logradouro, que cada circunscrição devesse ter para os effeitos não só do projecto como das leis geraes! Ainda mais: designava os empregados que as camaras poderiam ter, e commettia ao govêrno a declaração, em regulamento, dos livros a escripturar para os serviços municipaes! As attribuições municipaes seriam exercidas, no que se referisse á deliberação, pela Camara Municipal, e no tocante á execução pelo presidente da Camara, como órgão da administração municipal e pelos vereadores especiaes ou regedores da parochia. As attribuições parochiaes incumbiam, quanto á deliberação, á juncta administrativa, e á acção do regedor da

parochia. As camaras compor-se-iam, além de nove vereadores nas cidades e de sete nas villas (o mais votado dos quaes seria o presidente), de mais tantos vereadores municipaes quantas as parochias do municipio. A juncta administrativa da parochia compor-se-ia do vereador especial, ou regedor, seu presidente, e mais quatro membros, o juiz de paz mais votado, o parocho e dous proprietarios da parochia, designados pela Camara no principio de cada anno. Haveria ainda em cada parochia uma commissão da fabrica parochial e em cada municipio uma assembléa municipal. A commissão da fabrica, composta do parocho e de dous proprietarios, que professassem a religião do Estado, competia prover ás necessidades temporaes do culto.

A assembléa municipal constituir-se-ia com:

Os vereadores em exercicio;

Os membros das juntas administrativas de tođas as parochias do municipio.

E os cidadãos residentes no municipio, que pagassem maior somma de impostos directos provinciaes, geraes ou municipaes, convocados pelo presidente da Camara, em número igual ao dos vereadores e membros da juncta municipal.

A assembléa municipal julgaria as contas da administração da parochia e organizaria o orçamento parochial, deliberaria sobre a construcção de qualquer obra extraordinaria de interesse municipal ou creação de estabelecimentos de instrucção e beneficencia, e votaria os meios para sua execução, que consistiriam em imposto directo proporcional ás posses do contribuinte. As deliberações da assembléa municipal poderiam ser suspensas pelo presidente de provincia e do acto deste haveria recurso para o govêrno geral. Todas as funcções municipaes e parochiaes seriam obrigatorias, salvo motivo especificado de escusa, sob pena de multa e, em certos casos, de eliminação da representação e inhabilitação temporaria para qualquer cargo parochial, excepto o de eleitor.

As camaras municipaes reunir-se-iam ordinariamente nos primeiros dias de Janeiro, Abril, Junho e Setembro, celebrando as sessões diarias que exigisse o andamento dos negocios, e poderiam ser extraordinariamente convocadas pelo presidente ou por ordem superior, ou a requerimento de tres vereadores. As juntas parochiaes funccionariam na última dominga de cada mez. A assembléa municipal reunir-se-ia annualmente em o 1º de Novembro na séde do municipio.

Si bem proclamasse o projecto a independencia das auctoridades locais, collectivas ou individuaes, no exercicio de todas as attribuições a ellas conferidas, todavia, de facto, as subordinava quer á assemblea geral, quer aos presidentes de provincia, e ao proprio governo geral nos negocios mais importantes, do municipio ou da parochia. Assim é, por exemplo, que as deliberações da assemblea municipal, além de poderem ser suspensas pelos presidentes, havendo do acto destes recurso para o governo geral, não poderiam, no que respeitasse aos impostos parochiaes, exceder do maximo previamente autorizado pelas assembleas provinciaes. Assim é ainda que, entre outras restricções, o lançamento e cobrança do imposto parochial deveriam ser regulados por acto do governo, e de licença ou approvação do presidente dependia a alienação, aforamento, ou subrogação tanto dos proprios municipaes e parochiaes como dos bens de uso commun de cada uma dessas circunscriptões. Tambem do seu beneplacito dependia a cobrança do pedagio estabelecido para o pagamento de empréstimos autorizados pela assemblea provincial.

A administração do municipio da corte recebia do projecto uma organização especial e diversa das demais municipalidades e parochias.

Competia á sua camara municipal fixar as despesas municipaes e decretar os impostos necessarios, que nunca poderiam recair sobre objectos já tributados para os cofres geraes; decretar o modo da sua arrecadação e fiscalização, e as medidas de economia e policia municipal; crear e supprimir empregos; estabelecer as condições de seu provimento, aposentadoria e demissão; regular o ensino primario e secundario nos seus estabelecimentos; crear novas parochias; aucto- rizar empréstimos, em uma palavra — exercer todas as attribuições, que, relativamente ás camaras das provincias, têm as assembleas provinciaes. A execução, porém, tanto do orçamento como de quaesquer estatutos ou resoluções da Camara, dependeria da approvação do governo. Reunir-se-ia a Camara duas vezes por anno, em Janeiro e Junho, e suas sessões durariam um mez em cada reunião, salvo prorogação resolvida pelo Ministerio do Imperio.

Haveria na corte um prefeito nomeado por decreto imperial e que, ás funções de character geral, reuniria as de encarregado da administração activa do municipio, em cuja qualidade:

Nomearia, demittiria, suspenderia, licenciaria os empregados e promoveria sua responsabilidade;

Executaria e faria executar as deliberações da Camara; ordenaria as despesas e pagamentos auctorizados;

Organizaria a proposta do orçamento municipal, o balanço e as contas.

Inspeccionaria e dirigiria as diversas repartições e empregados municipaes.

Em cada parochia haveria um conselho de fabrica da matriz, composto do vereador especial, do juiz de paz mais votado, do parcho, dos dous prepostos mais graduados de cada uma das irmandades e confrarias da matriz e seis proprietarios da parochia.

A este conselho incumbiria regular a administração dos bens da fabrica. Elle nomearia dous dos seus membros, um para thesoureiro e outro para mordomo da egreja, os quaes, junctamente com o parcho, constituiriam a commissão administrativa da fabrica, que providenciaria sobre todos os assumptos concernentes á parte temporal do culto.

Sobre este projecto deram parecer as commissões reunidas de constituição e poderes, assembléas provinciaes e camaras municipaes, em data de 16 de Agosto de 1869, concluindo pela conveniencia de ser convertido em lei.

Foi approvedo em 2ª discussão na sessão da Camara de 10 de Setembro do mesmo anno, mas não chegou a entrar em 3ª.

Ainda no anno de 1869, na sessão de 2 de Setembro, o deputado João Mendes de Almeida offereceu um projecto transferindo para os presidentes de provincia o provimento de todos os officios de justiça, com excepção apenas dos de registo de hypothecas e escrivão dos feitos da fazenda.

Determinava mais que: a suppressão de qualquer officio de justiça, decretada pela assembléa provincial, não se tornaria effectiva sinão por morte do respectivo serventuario, ou pela perda do emprêgo em virtude de sentença.

Por último creava na côrte mais quatro tabelliães.

Ouidas as commissões reunidas de constituição e poderes e de justiça civil, emittiram ellas o parecer n. 233, que só entrou em discussão no anno seguinte, sendo approvedo em 1ª e 2ª discussões a 9 e 10 de Junho de 1870.

Redigido sob o n. 223, de 31 de Agosto, para entrar em 3ª, reduziu-se á metade os prazos marcados pelas leis para

o concurso dos officios, e comprehendeu-se o provimento de todos os cargos, inclusive os de porteiros dos auditorios, promotores e solicitadores de capellas e residuos, curadores geraes de orphãos e ausentes, e depositarios publicos.

Não teve, porém, andamento.

A ordem de idéas expressas no projecto de 1869 filia-se o que na sessão de 15 de Julho de 1870 apresentou o ex-ministro Paulino de Sousa, interpretando varios artigos do Acto Adicional, no intuito de sanar as dúvidas levantadas sôbre sua verdadeira intelligencia.

As commissões reunidas de assembléas provinciaes e constituição e poderes produziram a respeito longo parecer, que não chegou a ser discutido. (14).

No dizer de seu illustre auctor, esse projecto "entendia as attribuições das assembléas provinciaes *restrictamente* no que se refere ou póde avassalar os interesses geraes, e *ampliativamente*, em toda a latitude, no que é por sua natureza provincial."

Em 1870 o senador João Alfredo, então ministro do Imperio, submetteu-o ao exame da secção dos negocios do Imperio do Conselho de Estado, que em varias conferências o analysou artigo por artigo, muitos dos quaes fôram impugnados pelo conselheiro visconde de Sousa Franco.

Abandonado depois disso, é licito concluir não ter elle merecido a approvação do gabinete, que então geria os negocios públicos.

Em 1871 promulgou o govêrno o decreto n. 4.668, de 5 de Janeiro, auctorizando os presidentes de provincia a proverem provisoriamente os officios de justiça, e a acceitarem as desistencias dos respectivos serventuarios, ficando, porém, as nomeações dependentes da approvação do govêrno geral.

A contar dêsse anno até 1879, os *Annaes Parlamentares* não registam outro trabalho de modificação siquer no regime das provincias, sinão o projecto que na sessão de 11 de Junho de 1877 offereceu o deputado J. J. Ferreira de Aguiar, reproduzindo, em termos geraes, as idéas da proposição de 1869.

A commissão de justiça civil opinou pela sua approvação no parecer n. 114 A, de 26 dêsse mesmo mez e anno.

(14) Parecer n. 262, de 1870.

Effectivamente, votado em 1.^a e 2.^a discussões a 13 de Julho e em 3.^a a 20, additando-se-lhe então a faculdade aos presidentes de provincia de nomearem e demittirem os agentes e ajudantes do Correio, foi enviado ao Senado em 3 de Agosto.

Alli entrou em discussão nas sessões de 3 e 4 de Outubro, em que foi approved com uma emenda de redacção do conde de Baependi.

Submettido á 3.^a em 5 dêsse mesmo mez, foi remettido á commissão de constituição a requerimento do senador Nabuco. A 8 deu a commissão parecer, sustentando a constitucionalidade do projecto e a conveniencia de sua approvação.

Proseguindo a discussão a 10 de Outubro, foi adiada pela hora, e só continuou a 3 de Janeiro de 1879, sendo então submettido ás commissões reunidas de constituição e legislação, que ainda não deram seu parecer.

Cumpre advertir que, tendo sido redigida em separado a parte do projecto que conferia aos presidentes de provincia competencia para a nomeação e demissão dos agentes e ajudantes do Correio, foi approved pelo Senado e é hoje a lei n. 2.794, de 20 de Outubro de 1877.

Reunindo-se em 1879 uma Camara em sua unanimidade liberal, era de prever que a descentralização administrativa ali encontraria decididos propugnadores, ainda que todas as attentões e esforços convergissem sobre a eleição directa, medida indispensavel para que a opinião se manifestasse sobre quaesquer outras reformas.

E, com effeito, logo no comêço das sessões, a 3 de Fevereiro, o deputado Silveira de Sousa reproduziu o pensamento dos projectos de 1860 e 1864 ácerca do provimento, pelos presidentes de provincia, de alguns empregos geraes.

Em logar, porém, de especificar os cargos, estabelecia o projecto a regra geral de que a competencia para essa nomeação seria determinada pelos vencimentos, marcados em lei ou decreto.

O provimento de qualquer emprêgo, cujo ordenado e gratificação não excedessem de 1:500\$, pertenceria ao presidente da provincia — excepto:

1.^o Aquelles cuja nomeação já competisse por lei a outras auctoridades ou funcionarios das provincias;

2.^o Os de chefes e seus immediatos, secretarios, contadores, thesoureiros, pagadores, procuradores fiscaes, conferentes das alfandegas ou outras repartições geraes;

3°. Os de simples commissão temporaria ou de confiança do governo;

4°. Os de direcção, pessoal tecnico ou fiscalização de serviços, obras, estabelecimentos ou empresas que por sua natureza e importancia devessem ficar sob a inspecção do governo;

5°. Os juizes e magistrados;

6°. Os que pudessem ser preenchidos por militares do exército ou da armada.

Ao contrário dos projectos anteriores, porém, a demissão desses mesmos empregos, quando amoviveis, ficava reservada ao governo geral, assim como o direito de declarar os que devessem ser supprimidos ou continuar vagos.

Determinava mais o projecto que, excepto nos municipios da côrte e capitães de provincias, seriam feitas sôbre proposta das camaras municipaes as nomeações de delegados e sub-delegados de policia e seus supplentes, reduzidos a tres.

Outro projecto apresentou o referido deputado na mesma sessão de 3 de Fevereiro, regulando a nomeação dos presidentes de provincia.

Seriam nomeados por quatro annos, durante os quaes só poderiam ser demittidos a pedido, por abandono do cargo, impossibilidade physica ou moral, pronúncia ou processo por crime commum ou de responsabilidade, e, finalmente, quando deixassem de responder, nos prazos devidos, ás queixas ou denuncias sôbre que fôsem ouvidos.

Estabelecia o projecto algumas garantias em favor dos presidentes de provincia, taes como o direito á aposentadoria; incompatibilizava-os para as funcções legislativas, importando a perda do cargo a eleição para deputado ou senador.

Remettidas as duas proposições á commissão de constituição e poderes, não chegaram a ter parecer.

A primeira Camara eleita pelo regime directo não deixou tambem de contar o seu projecto, inspirado no pensamento da descentralização administrativa.

Tal foi o que apresentou em sessão de 2 de Outubro de 1882 o deputado Bezerra de Menezes.

As tendencias e principaes characteristics dêsse projecto fôram assim manifestados na exposição de motivos que o precedeu:

“A primeira condição de força e de moralidade para a instituição é sua completa autonomia, é sua libertação da

tutela do govêrno, é o restabelecimento de suas universaes e seculares attribuições e de sua plena liberdade de acção dentro do círculo daquellas attribuições.

O meu projecto tem essa base.

Dou á camara o govêrno economico e administrativo do municipio em toda a sua plenitude, sem dependencia de poder algum, salvo quanto á prestação de suas contas, que sujeito á Camara dos Deputados, e quanto ás suas resoluções offensivas dos direitos de terceiros, o interesse público e das leis do paiz, que sujeito, em caso de recurso, no primeiro caso aos tribunaes judiciais, e nos outros á Camara dos Deputados.

Para exercer as attribuições que lhe cabem, a Camara dividir-se-á em tres secções: a deliberativa, composta de todos os vereadores e do presidente; — a administrativa, composta de commissões por ella nomeadas e do presidente, — e a executiva, exclusivamente a cargo dêste.

A *deliberativa* resolve sôbre todos os negocios de interesse geral do municipio — sôbre os que lhe vierem, em grau de recurso da administrativa — e sôbre os que esta não puder resolver por unanimidade de seus membros.

“Além disso, é ella que approva as posturas — os balanços de contas — os orçamentos — que decreta a revisão dos impostos municipaes — e que toma contas ao executivo.

“A *administrativa* despacha o expediente — resolve os negocios de interesse particular e confecciona as posturas, os balanços e os orçamentos.

“Esta secção compõe-se de quatro commissões, pelas quaes se reparte todo o trabalho administrativo da Camara, resolvendo cada uma, separadamente das outras, uma certa ordem de negocios, como sejam: os que entendem com as finanças municipaes — os que entendem com a policia e legislação municipal — os que se referem á instrucção a cargo da municipalidade — e os que se referem a todos os mais serviços.

“Para que as resoluções de qualquer commissão, que se comporá de dous membros eleitos pela Camara e do presidente, tenham valor como si fôsem tomadas pela propria Camara, é preciso que os tres membros sejam accordes; no caso negativo o negócio será deferido á secção deliberativa para resolve-lo, assim como das resoluções, tomadas por unanimidade, pôde haver recurso da parte interessada para a Camara e desta para os tribunaes.

"A *executiva* é exclusivamente exercida pelo presidente, que para isso tem a seu cargo a direcção das repartições municipaes, e o direito de *vêto* ás resoluções da Camara, quando ferirem o interesse público, as posturas municipaes e as leis do paiz.

"O *vêto* só ficará subsistente si a Camara, em sessão especial, não rectificar a resolução impugnada por dous terços do número dos vereadores do municipio.

"Por esta reforma dá-se a maior liberdade de acção á Camara, com as precisas garantias do público interesse, que é o que constitue a primeira necessidade da instituição.

"Sôbre a segunda necessidade essencial ao reerguimento do elemento municipal — os recursos para a satisfação dos serviços a seu cargo — parece-me efficaz o que proponho.

"A Camara tem, relativamente á decretação de impostos, os mesmos poderes que têm as assembléas provinciaes.

"Dahi resulta que fica com os meios de occorrer ás necessidades do municipio, assumindo perante seus municipes a responsabilidade do uso que fizer de tão importante prerogativa.

"Creio ter mostrado que a organização da nossa municipalidade, sôbre as bases expostas, é o verdadeiro e unico remédio contra o mal que todos accusam.

"Consiste simplesmente em dar-se-lhe liberdade de acção no governo administrativo e economico do municipio.

"E creiam os nossos tímidos estadistas, que não vêm sinão abusos — e que não sabem corrigi-los sinão sopitando a liberdade; creiam que, quanto mais livre fôr a corporação popular, tanto maior estímulo terão seus membros, tanto maior interesse terá o eleitor.

"Nas condições actuaes, em que dominam as restricções, a desconfiança e a consecutiva superintendencia do governo, a Camara sente-se manietada e collocada em baixo nivel.

"O vereador não tem poder nem animação; e, não tendo meios de colher glórias, amesquinha-se e cae em apathia.

"E o eleitor, nada esperando da corporação que não tem fôrça, tracta-a como a quem não presta e dá seu voto ao primeiro que lh'o pede.

"Nas condições do projecto, em que a Camara assume a exclusiva competencia para resolver sôbre todos os negocios do municipio, a scena muda.

"O vereador sentir-se-á dominado pela nobre ambição de conquistar a estima de seus concidadãos, tendo para isso á sua disposição os meios precisos.

“E o eleitor, compenetrado de que sua municipalidade é o unico poder de que depende o bem do municipio, sentirá o dever, e terá o maior interesse de escolher com todo escrupulo homem moral e intellectualmente digno do importante cargo.

“E, si assim não acontecer; si, apesar de ter franca a estrada da glória, o vereador a despresar, e, si o eleitor, apesar de ter em seu voto a chave de seu maior interesse, preferir exquece-lo, então é o caso de dizer-se:— para tal sociedade não ha expediente, não ha meios, não ha lei que aproveite.”

Tambem no Senado alguma cousa iniciou-se durante a última sessão a respeito da reforma administrativa.

O senador Carrão propoz que as assembléas provinciaes elejam de quatro em quatro annos um prefeito, que exercerá quasi todas as funcções dos actuaes presidentes e mais algumas, que lhe são conferidas.

Continuam, porém, os presidentes incumbidos, além das poucas faculdades de que não são privados, de apresentar á assembléa o relatorio do prefeito sôbre os negocios provinciaes e municipaes, e a prestar ao mesmo prefeito a fôrça policial, quando elle a requisitar.

— Tal é, em resumo, o projecto offerecido na sessão de 23 de Outubro de 1882.

Eis o que se encontra nos *Annaes Parlamentares* acerca da reforma administrativa — ou, pelo menos, o que nelles poudo descobrir cuidadosa investigação.

Embora longa e enfadonha, não me pareceu esta resenha inutil, sinão proficua para o desempenho do encargo commettido á commissão.

Além de que nesses tentames assim renovados a trêchos no seio de escholas politicas adversas alguma cousa ha, sem dúbida, a aproveitar para a melhor solução do assumpto; encontra-se ahi, de par com a demonstração irrecusavel de quanto urge melhorar a organização e jogo dos poderes provincial e municipal, — bem assignaladas as pegadas do caminho percorrido pela opinião nesse terreno.

O marco final indica até onde será preciso ir para contenta-la hoje.

Em 1850 o marquez de Mont'Alegre já se propunha a retocar a obra reaccionaria de 1840, não para attenua-la, restituindo ás provincias parte das franquezas que lhes fo-

ram arrancadas, sinão para fortificar a centralização. Notava elle as difficuldades que traz aos presidentes a falta de agentes especiaes, por cujo intermedio se recebiam de todos os pontos as informações necessarias á marcha da administração e dizia:— “na actualidade fazem este officio as Camaras Municipaes; mas a defeituosa organização e a *fraca acção que sobre ellas exerce o govérno* (!) põe patente a necessidade de crear novos agentes administrativos, por meio dos quaes mais promptamente se transmitta a toda parte a acção do Govérno.” (15)

Volvidos 12 annos, o principal auctor da mutilação do Acto Adicional, o visconde de Uruguai, signatario do parecer da commissão das assembléas provinciaes da Camara dos srs. deputados, que foi o germen da lei de 1840 (16), assim se pronunciava ácerca das camaras sobre as quaes *tão fraca acção* dizia o marquez de Mont’Alegre exercer o Govérno: “Ha vicios e grandes vicios na organização das nossas municipalidades, as quaes não têm acção, *nem meios sufficientes e estão em demasia peiadas pela estreita tutela em que vivem* (17). E mais explicito foi ainda no seu precioso livro — *Administração das provincias*, observando:— “Ficaram as camaras municipaes, pelo Acto Adicional, mais peiadas que antes e á tutela em que estavam dos presidentes de provincia accresceu a rigorosissima das assembléas provinciaes. O Acto Adicional descentralizou do poder geral completamente, com razão, o que era puramente provincial *sobre muitos pontos*, centralizou, porém, vigorosa e completamente, o que era puramente das camaras municipaes.

“Na minha opinião o que existe hoje não admite simples remendos. Exige completa reforma. E’ preciso reformar o Acto Adicional na parte que diz respeito ás municipalidades. E’ preciso sair do systema e da base sobre a qual as assentaram entre nós. *E’ preciso dar-lhes liberdades, e que não sejam meras pupillas no que lhes é mais peculiar*. E’ preciso adoptar a base e o systema inglez e o americano, com outras cautelas, para segurar a instituição em seus principios. E’ preciso fazer voltar para os municipios um poder que delles tiraram e centralizaram nas capitaes das provincias, nas as-

(15) Relatório do ministro do Imperio de 1850.

(16) Parecer n. 74, de 1837 assignado por Paulino José Soares de Sousa, Miguel Calmon du Pin e Almeida e Honorio Hermeto Carneiro Leão.

(17) Ensaio sobre direito administrativo, preambulo, pag. 21.

sembléas provinciaes. E' preciso fixar e definir bem o que é puramente municipal e sómente póde prejudicar os municipios. O Acto Addicional, como veremos, matou as liberdades municipaes! Que liberalismo! Que progresso! (18).

Sobeja razão tinha o finado estadista ao assignalar por esta fórma a nullificação do elemento municipal; nenhuma, porém, lhe assistia para attribuir tão lamentavel êrro e tão grande mal ao Acto Addicional, e quem vae demonstra-lo é o proprio herdeiro do seu nome, o actual chefe da opposição conservadora da Camara dos Deputados, que alli teve esta linguagem: "Attribue-se ao Acto Addicional ter aniquilado o municipio, *manietando as assembléas provinciaes*, que o deixaram em abandono, substituindo a iniciativa local pela ausencia de direcção. Ha razão, *mas só apparente, nessa accusação*. O systema do Acto Addicional, seu espirito, suas tendencias descentralizadoras, as intenções dos seus auctores, não justificam a intelligencia que com relação ás municipalidades se lhe tem dado na práctica.

"Espero demonstra-lo na discussão dêste projecto. A má execução do Acto Addicional da qual não se póde fazer carga sómente a este ou áquelle partido; a necessidade de attender a interesses políticos importantes de occasião, o exquecimento da administração nos tempos de grandes luctas, fôram, além de outras, as causas de ter-se quasi de todo annullado a municipalidade em nosso paiz." (19).

A confrontação dêste excerpto do filho com o do pae dispensar-me-ia de fazer a defesa do Acto Addicional nesta parte. Voltarei, porém, ao assumpto em logar opportuno.

(18) Urugual. Administração das provincias, pags. 8, 9 e 10. Prologo.

(19) Discurso do conselheiro Paulino de Sousa, na sessão da Camara dos Deputados de 19 de Junho de 1869.

REFORMA PROVINCIAL MUNICIPAL

REFORMA PROVINCIAL MUNICIPAL

Seus intuitos

No programma que em 1869 adoptou o partido liberal para alvo de seus esforços na opposição, como no poder, está consagrado o seguinte preceito:

“A *descentralização* no verdadeiro sentido do *self government*, realizando-se o pensamento do acto adicional, quanto ás franquezas provinciaes, dando ao elemento municipal a vida e a acção de que carece, garantindo o direito e promovendo o exercicio da iniciativa individual, animando e fortalecendo o princípio de associação e restringindo o mais possivel a interferencia da auctoridade.”

O actual sr. presidente do conselho de ministros é um dos signatarios dêsse importante documento político. Basta recorda-lo para comprehender-se, em toda a sua plenitude, o pensamento do govêrno, commettendo á commissão nomeada por aviso da secretaría do Imperio de 4 de Novembro último a elaboração de um projecto de reforma provincial e municipal, a tempo de ser estudado e submettido ao parlamento, logo em comêço da proxima sessão.

Demais, quaesquer dúvidas desapareceriam ante o proprio texto do aviso, quando recommenda que esse trabalho tenha pôr base (textual) *razoavel e conveniente decentralização administrativa e a autonomia do município*.

Entende, pois, o govêrno ser chegada a oportunidade de realizar aquelle compromisso do partido em que se apoia, inspirando-se nos bons principios do systema representativo e na opinião do paiz, que hoje, sem distincção de crenças, considera indeclinavel e urgente a reforma administrativa no sentido indicado. Os acontecimentos impoem-na e não ha illudi-la.

O pensamento expresso no acto do sr. ministro do Imperio, como na alludida these do programma de 1869, resume a bôa doutrina sôbre descentralização administrativa, a qual só existe quando a acção do poder central se circunscreve aos interesses geraes do Estado, respeitando e estimulando a livre expansão das fôrças individuais e locaes.

Transferir do poder central para o provincial ou local maior ou menor número de attribuições, não é *descentralizar*, mas remover para outrem a tutela administrativa, mantendo-a em toda a sua extensão.

Facilita-se dess'arte o *expediente dos negocios*, mas o que importa é—commette-los a quem naturalmente incumbe sua direcção, deixando aos cidadãos, á parochia, ao município e á provincia o direito de regerem-se a si proprios, conforme entenderem mais conveniente ás suas necessidades, e lh'o permittirem seus recursos.

Naquella deslocação de attribuições, que mais de uma vez se tentou entre nós, especialmente acêrca do provimento de certos cargos (faltando apenas o voto do senado a um projecto assim concebido), ha vantagens que não são para desprezar-se, antes convem assegurar;—mas não está ahi a verdadeira descentralização administrativa, qual a concebeu a reforma constitucional de 12 de Agosto de 1834.

Não é de certo, indifferente ao habitante do interior ou dos confins do Imperio depender da Côrte, da capital da provincia, ou da séde da comarca, para obter decisão de insignificante negóciq e provimento de modesto emprêgo, que mesmo indirectamente não pôde influir em qualquer interesse nacional.

Mas, nem por ficar-lhe mais proxima e accessivel a auctoridade competente deixará de haver *centralização administrativa*, absorpção da iniciativa individual ou local pela auctoridade, tão prejudicial a quem a exerce, como á nação, si essa auctoridade é, ainda que em grau inferior de hierarchia, representante do poder central, que não deve immiscuir-se, e é incapaz de bem gerir o que só interessa a limitada porção do territorio, a um grupo, ou ao cidadão.

Discriminar o que pertence ao Estado, á provincia, ao município e á parochia ou ao individuo; entregar a cada uma dessas entidades a gerencia do que lhe seja peculiar; respeitar a independencia de cada uma dellas na sua legítima esphera de acção, de modo que, vivendo e agindo livremente, preencha cada qual sua missão, sem que se contra-

riem, antes concorrendo todas para a harmonia geral e integridade da nação, fortalecendo sua unidade política, — eis a descentralização que o paiz reclama, e não póde dispensar sem compromettimento do futuro.

E' só pôr meio della que o govêrno (e por govêrno entendo aqui os que fazem e os que executam as leis), verá diminuir sua immensa responsabilidade, e não o seu poder, tanto mais forte e efficaz quanto se limitar a cuidar dos grandes interesses da communhão, desenvolvendo-se ao mesmo tempo no cidadão o sentimento do valor pessoal, o espirito de iniciativa, a consciencia da propria responsabilidade, a aprendizagem administrativa e política, e o zêlo pela causa pública, sem os quaes nenhuma nação póde ser grande e feliz.

“Quanto mais entrado em annos, dizia Gladstone em 1872, maior importancia ligo ás instituições locaes. Graças a ellas, adquirimos a intelligencia, o criterio e a experiencia politicas, e tornamo-nos aptos para a liberdade; sem ellas *não poderíamos ter conservado as nossas instituições centraes.*”

“Os resultados extraordinarios, accrescentava o mesmo estadista, que a raça anglo-saxonia tem alcançado, são em grande parte devidos ao systema das instituições locaes e ao *self government*, que incessantemente impõe a cada um responsabilidades e deveres publicos.”

Quando, naquelle mesmo anno, se reformou na Prussia a administração local, Friendenthal, relator da lei respectiva, assim lhe explicou os intuitos: — “Não se póde proteger mais efficazmente o reino, levantar diques mais fortes contra os perigos do dia e especialmente contra a demagogia, do que organizando como membros activos do Estado os grupos sociaes, que hoje se *annullam no isolamento e na inercia*. Não se poderá melhor incutir nesses grupos a consciencia da solidariedade, que existe entre seus interesses privados e os interesses geraes, do que *constituindo-os órgãos da vida pública*. Tracta-se de obrigar a nação inteira a servir *effectivamente ao Estado.*”

O fim que visava o deputado prussiano exprime nossa principal necessidade. A causa primordial das difficuldades com que arcamos é que a grande massa da nação deixa de servir ao Estado, e, mais ainda — de interessar-se por elle. Observa-se entre nós um facto singular! Espera-se tudo do Estado, ou melhor — do govêrno que o representa; a instrucção, a moralidade, a hygiene, a assistencia,

a segurança públicas, as exigencias do culto religioso, a protecção á industria, o desenvolvimento do commércio, o auxilio á lavoura, o progresso intellectual e material em suas multiplas manifestações, tudo, em uma palavra, — tudo aguarda-se do Estado, exigindo-se que o promova e realize.

Entretanto, parece esquecerem-se todos de que, em última analyse, não é o Estado uma entidade á parte, um *extrangeiro poderoso a quem tudo pertence e que se chama govêrno* (20), sinão o complexo das individualidades que compõem a Nação, sua consubstanciação e representação politicas, não dispondo de outros recursos, de outras aptidões e poder, que não sejam os resultantes dos exforços communs do contingente com que cada qual concorre para a causa de todos !

O proloquio inglez diz — os negocios publicos são os negocios privados de qualquer cidadão — *public business is private business of every man* — o que acarreta para todos o dever de reflectir nelles, idear, discutir sua melhor solução, contribuindo cada um por sua parte para que seja acertada e proficua. Todos a querem por sentir-lhe a necessidade, mas ninguem se cança em descobri-la; o *Estado Providencia* deve te-la preconcebida e prompta !

Mas. donde vem que, assim, aos circulos officiaes exclusivamente se reserve conceber e applicar remédio adequado aos males, que todos compartem ! Do stoicismo com que os supporte a massa geral, certo não é, pois tanto insta e clama pela sua reparação; menos ainda de natural incapacidade, que, si não prima pela instrucção, a nenhum outro povo cede o brasileiro em intelligencia e atilamento.

Resulta esse facto, que enormemente aggrava e diffulta a já de si melindrosa tarefa do Govêrno, da acção atrophiadora e enervante do systema centralizador sob que vivemos. Si nada valem as leis sem os costumes, não menos verdade é que para a formação dos costumes muito concorrem as leis, por seu influxo diuturno e permanente.

Habituuou-se o povo a ver o govêrno *allivia-lo do encargo* de pensar e deliberar sôbre os negocios, que mais de perto e immediatamente lhe dizem respeito, e por isso concentra-se nas exigencias do seu bem estar, na satisfação de seus interesses domesticos. (21)

(20) Tocqueville — *Democracia na America*.

(21) Vivien — *Estudos administrativos*.

Outro fôra o systema, bem diversas seriam as consequências. As instituições locaes, no dizer de publicistas, são a escola primaria do cidadão; ahi formam-se os costumes administrativos e politicos do povo. Abstenha-se a auctoridade de intervir no que, por assim dizer, está sob os olhos do cidadão e particularmente o interessa, como a rua pela qual transita, a fonte pública e o mercado, onde vae abastecer-se, a escola que os filhos frequentam, a igreja que lhe ministra os soccorros espirituaes, o cemiterio em que irá descansar ao lado dos seus, e elle não se poupará a esforços nem sacrificios para que sejam regularmente administrados, porque dahi lhe advem vantagens ou incommodos directos e pessoas. Ha de reflectir e combinar nos meios de trazer-los bem ordenados e dispostos; fará de bom grado o que de si depender, terá especial cuidado em escolher bons mandatarios, a cuja direcção entregar-se-á cheio de confiança, não regateando o que exigirem em nome de interesses que não são seus exclusivamente, mas do vizinho, do parochiano; de todos aquelles em cuja intimidade vive, de quem se approxima, com quem tracta todos os dias, adquirindo, assim, insensivelmente, os habitos de cordialidade e tolerancia, e os fecundissimos estimulos do civismo. (22)

Os interesses da localidade, accrescentam os escriptores, são o diminutivo, a miniatura dos do Estado, de modo que, iniciando-se em dirigi-los, prepara-se o cidadão para administrar os daquelle, habilita-se a julgar e decidir as mais altas questões. Por essa fórma, pouco a pouco as diversas classes ir-se-ão elevando, educar-se-ão os costumes constituiçãoaes, aprendendo a nação a governar-se a si mesma. Ao contrário, si os negocios locaes são regidos por delegados do poder central, tudo se resume nesses delegados: — a sciencia e a experiencia do govêrno, a faculdade de prestarem serviços, de serem ouvidos, de exercerem influencia. Obrigados, porém, a tudo prevenir e regular por si, assumindo uma responsabilidade immensa, alvo de todas as esperanças e despeitos, constantemente assediados de solicitações e empenhos, aggredidos por todos, e a proposito de tudo, impotentes para o bem, são incapazes de encaminhar a nação para a felicidade, tendo-a, aliás, impossibilitado de promover-la por si propria. (23)

(22) J. Ferrand — *Instituições administrativas*.

(23) J. Ferrand — *Ob. cit.*

E' o que entre nós succede, póde-se affirma-lo, creando-se dest'arte uma situação incómoda e perigosa, da qual urge sair, e que subsistirá, aggravando-se e accumulando difficuldades sôbre difficuldades, si nos ativermos á *descentralização de mero expediente*, a que alludi, a qual, si tem vantagens, como reconheço, todavia não deixa de offerecer alguns inconvenientes. A altura e distancia em que se acha a auctoridade para quem se recorre, são, por vezes, garantias de acêrto das decisões — não eivadas das paixões, que se debatem nos pequenos nucleos de população.

Não se desvirtue, entretanto, um bom princípio, levando-o aos extremos da exaggeração. Si os mais valiosos interesses do paiz pedem a maxima descentralização administrativa, si instam para que á provincia e ao municipio sejam restituídas a autonomia e independencia, que o Estado absorveu; não menos imperiosamente reclamam, que a este se não prive de uma só das faculdades precisas para conservar e fortalecer a unidade política do Imperio. Sejam livres o municipio e a provincia, mas não se desconjunte o Imperio; tenhamos a descentralização da Belgica, da Hollanda, da Alemanha, da Italia, a descentralização que o Acto Adicional accentuou, desenvolvendo-o em seus justos limites, como as circumstancias do paiz permitem, — mas não o *federalismo*, que si em 1834 teve alguns adeptos, não prevaleceu ante o patriotismo e alto criterio daquella brilhante geração.

“Reformar não é, não póde ser copiar a organização de um outro paiz. O que é necessario é obter os mesmos resultados proficuos, e assegurar a práctica dos mesmos principios salutaes, aproveitando para esse fim os elementos de que se dispõe; aliás, compromette-se a idéa nova, em vez de a implantar e tornar fecunda. Ora, nós não temos os elementos democraticos dos Estados Unidos em que se estriba a sua organização federativa.” (24)

Toqueville, entusiasta da extrema descentralização administrativa e governamental norte-americana, que magistralmente descreveu, observa que, si é invejavel a sorte daquella nação, admiravel o modo como alli funcceionam os poderes publicos, poucas poderão imita-la, porque se origina tudo isso de circumstancias especialissimas — uma das quaes, não o esqueçamos — é a grande fraqueza dos seus vizinhos, e faz a seguinte reflexão: “os Americanos isola-

(24) Lobo d'Avila — *Estudos administrativos*.

ram quasi inteiramente a administração do governo, e nisto parece-me que *fôram além dos limites da boa razão*. A auctoridade que representa o Estado, ainda que não administre, *deve inspecionar a administração local*. (25)

A meu ver, não corresponderá a projectada reforma nem ás vistas do governo, nem ás conveniencias públicas, sinão propondo-se a:

1°. Fortalecer a autonomia das provincias, restaurando e ampliando o Acto Adicional, no tocante aos interesses provinciaes; e, conseguintemente, dando todo o elasterio ao elemento municipal;

2°. Descentralizar a acção do governo em todos os ramos do serviço que o permittam, sem quebra da unidade política do Estado.

Para determinar o que deva e possa fazer-se sob esse duplo poncto de vista, é mistér considerar detidamente varias questões principaes, que dominam o assumpto, e são:

I. Convem modificar a actual divisão administrativa do Imperio, e, na affirmativa, em que sentido?

II. Cumpre alterar a actual organização das provincias? Como?

III. E' necessario dividir o poder legislativo provincial em duas camaras?

IV. E' preciso organizar o contencioso administrativo provincial?

V. Que attribuições faltam ao governo provincial, para que haja razoavel descentralização administrativa?

VI. Qual o meio práctico de effectuar-se a reforma?

Exporei a minha opinião sôbre cada um destes ponctos, tractando-os em separado, e tão succintamente quanto me seja possivel.

CAPITULO I

Convem alterar a actual divisão administrativa do Imperio; e, na affirmativa, em que sentido ?

Quasi a mesma das antigas capitanias do govêrno colonial é ainda hoje a divisão das provincias do Imperio.

Teve aquella por base a primitiva distribuição do territorio completamente desconhecido por donatarios felizes, arbitraria, sem systema, determinando apenas o maior ou menor valimento dos beneficiados a área dos respectivos quinhões.

Esta só consideração basta para convencer de que similhante divisão é defeituosissima e não póde convir a um paiz que se tem desenvolvido sob todos os pontos de vista.

A necessidade de melhora-la é manifesta, e por vezes tem preoccupado a attenção dos poderes públicos, já creando duas nóvas circunscripções, e projectando outras, já alterando os limites de algumas das actuaes.

Uma bôa divisão territorial é essencial para a administração, e, portanto, não póde ficar em olvido quando se trata de reforma-la. Mas, si em toda a parte foi esse sempre um problema difficilimo de resolver-se, pela grande somma de interesses, que põe em jogo, desloca e contraria, muito mais o é no Brasil, onde aos embaraços naturaes vem juntar-se a falta absoluta de seguros dados estatisticos.

Demais, uma revisão geral, como seria mistér para que todas as provincias reunissem os precisos requisitos (pois a parcial, removendo apenas alguns dos inconvenientes por todos sentidos, outros acarretaria de não pequena monta), —exigiria accrescimo de despesa, que as circumstancias não comportam.

Mal divididas como fôram e acham-se as nossas provincias, é todavia certo que o tempo nellas produziu seus naturaes resultados. Não se constituíram pela identidade de interesses agrupados, de habitos ou tradições, nem tão pouco tendo-se em vista as condições topographicas e economicas; creou-as a vontade disericionaria do governo. Esses elementos naturaes de aggregação, que não preexistiam, formaram-se no correr dos annos e fôram estabelecendo entre ellas differenças já sensiveis, e no seio de cada uma multiplos élos de cohesão, que será acertado respeitar, e não sería facil destruir.

A reforma encontraria ahi talvez seu principal obstaculo; geram sempre grandes descontentamentos, despertam pretensões e acham ordinariamente grandes resistencias medidas desta ordem.

Não desconheço que alguma criação de provincia, ou alteração de divisas, poder-se-ia realizar, sem que chocasse justas susceptibilidades, ou prejudicasse os interesses radicados, que devem ser attendidos em tal assumpto. Adeantarei mesmo que, nestas condições, parece-me estar a projectada provincia de São Francisco, já approvada pela Camara dos Deputados, assim como uma ou outra, pelo menos, das indicadas pelo senador Cruz Machado na *Memoria* que publicou em 1873. (26)

A's considerações expostas, porém, accrescem duas, que, no meu conceito, aconselham nada iniciar-se por enquanto a tal respeito, e tornam inopportuna qualquer tentativa nesse sentido.

A construcção de estradas de ferro tem ultimamente recebido vigoroso impulso em todo o Imperio, sendo poucas já as provincias que não as tenham em tráfego ou em andamento. O movimento continúa; novas empresas organizam-se, e é licito esperar que em proximos annos vejamos cobrindo o paiz extensa rêde de viação accelerada. Essas novas linhas ferreas e o desenvolvimento das existentes, hão de necessariamente trazer não só a deslocação de interesses, de relações commerciaes e de população, mas crear novos nucleos, novas conveniencias industriaes e mercantis, administrativas e politicas, que forçoso será attender ao dividir-se o territorio. Circunscripção que hoje parecerá

(26) Propunha a criação de quatro provincias: a de *Santa-Cruz*, *Entre-Rios*, *Sapucahi* e *Araguaia*.

acertada em face das circumstancias da actualidade, deixará de sê-lo mais tarde, concluidas as estradas de ferro, ora em via de construcção ou prolongamento.

E', pois, de bom conselho esperar que algumas das principaes linhas ao menos cheguem a seu termo, para levar a effeito aquelles ou outros projectos, porque ellas virão indicar as raias mais convenientes para as novas provincias e a melhor séde dos respectivos govêrnos.

A segunda consideração prende-se ao proprio principal motivo com que se justificaria o augmento das provincias, a saber: — tão vastas são algumas, que ás suas extremidades não chega, ou pouco se faz sentir, a acção administrativa, e, portanto, della não podem receber vida e animação,

E' exacto; mas qual a administração cujo influxo não pôde estimular os elementos de prosperidade nos extremos das nossas grandes provincias, nem satisfazer suas primeiras necessidades? Justamente o organismo que se reconhece defeituoso e se procura substituir por outro, dotado de maior elasticidade e energia, afim de que a sua acção possa exercer-se mais efficazmente em todos os pontos do territorio. Logo, o que convém não é montar em algum canto remoto maior número de mecanismos eguaes aos que mal funcionam, sinão pôr em seu logar outro mais aperfeiçoado.

Si a reforma, como todos a desejam, tem por fim emancipar as localidades da tutela central, dar-lhes vida propria, constituindo-as de modo a bastarem-se a si mesmas, para satisfação de suas necessidades peculiares, desaparece a razão invocada para a criação de novas provincias.

Nas mais distantes parochias de Minas, Bahia ou Matto-Grosso, para tudo que diga respeito aos interesses geraes ou da provincia, e careça receber a acção do govêrno, não faltam a este, mesmo na actualidade, meios e instrumentos de exerce-la. No que ella é improficua e esteril é quanto aos interesses e necessidades locaes, que não podem ser satisfeitos, nem comprehendidos de longe. Póde-se governar á distancia, mas administrar só de perto, dizia Napoleão III.

Si essas localidades dispõem de elementos naturaes de vida e progresso, o unico meio de aproveitá-los é libertá-las da sujeição em que vivem do centro; si, ao contrário, não os têm, não poderá crea-los, salvo á custa de sacrificios immensos para o Estado, a proximidade em que ficarem de um presidente de provincia e alguns chefes de repartições. Em tal caso, a organização de novas provincias apenas far-se-ia notar

pelo crescimento de algumas verbas nos orçamentos geral e provinciaes.

Aguardemos, portanto, que as circumstancias do thesouro melhorem, que se complete a viação ferrea iniciada e se manifestem os effeitos da reforma. Então será opportuno e util cuidar de uma nova divisão territorial. Esta para ser bem ajustada e duradoura depende de um complexo de condições, alheias á vontade dos homens e á alçada dos poderes públicos. Nem a phantazia, nem o arbitrio devem determina-la.

Desconhece-lo seria reincidir no êrro do govêrno colonial, cujos inconvenientes, embora attenuados pelo decurso dos annos, ainda hoje estamos sentindo. O proprio tempo remove-los-á completamente, desenvolvendo os interesses já hoje existentés, e que pela ordem natural das cousas se irão consolidando.

Antes de concluir nesta parte, releva ponderar que não me inclino nem para os que entendem constituir grandes provincias, unindo as actuaes conforme a identidade ou analogia de suas zonas, producções, etc., como Amazonas e Pará, Bahia e Sergipe, Sancta Catharina e Rio Grande do Sul, nem para os que se propõem subdividi-las todas em pequenas circunscripções.

No primeiro pensamento, que outro não é sinão o das *regiões*, que para a Italia concebeu um de seus estadistas, antolha-se-me um perigo para a integridade da patria, e no segundo, que no *departamento* francez encontra seu typo, — uma ameaça á liberdade.

O espirito reaccionario e nivelador da revolução de 1789 destruindo as antigas provincias, para crear aquellas subdivisões, anniquilou os centros naturaes de resistencia, e reduzindo-os á *poeira communal* (27) facilitou grandemente o attentado de 18 *Brumaire*, que enthronizou o peor de todos os despotismos, — o *despotismo da espada*.

(27) Royer Collard.

CAPITULO II

Cumpre alterar a actual organização das provincias ? na affirmativa, como ?

Na solução dêstes quesitos é preciso considerar a provincia sob dous ponctos de vista: — subdivisão do Estado, sujeita aos poderes geraes, em tudo o que diz respeito aos interesses tambem geraes; — entidade distincta, com vida propria, interesses peculiares, subordinada a um poder diverso daquelles, e independente na sua esphera de acção.

Sob o primeiro aspecto, e quanto ás medidas que porventura sejam necessarias para que o influxo do poder central possa exercer-se efficazmente nas provincias, divirjo da opinião dos que entendem haver ahi grandes lacunas a preencher.

Penso não ser necessario, nem conveniente: 1º, organizar a carreira administrativa, formando os presidentes de provincia uma classe distincta de funcionarios, com tirocinio, condições de exercicio, accessos, direitos e regalias que hoje não têm; 2º, tornar dependente de eleição a sua nomeação; 3º, dar-lhes agentes nas circunscripções territoriaes da provincia e crear conselhos nas capitaes que lhes sirvam de auxiliares.

Cada uma destas idéas tem sido advogada por estadistas de incontestavel auctoridade, que muito respeito, mas dos quaes discordo pelos motivos que passo a expôr.

Carreira administrativa. — Sua necessidade é proclamada por duas razões principaes: preparar o viveiro dos

homens habilitados pela prática dos negócios administrativos para o governo das provincias: conveniencia de maior estabilidade no exercicio das funcções presidenciaes. Assim procurou-se justificar os dous projectos apresentados na Camara dos Deputados pelos conselheiros Almeida Pereira e Silveira de Souza, aos quaes já me referi na primeira parte dêste trabalho.

Ninguém contestará a vantagem de serem escolhidos para o governo das provincias homens prácticos na gerencia dos negocios, versados na administração e que não tenham de fazer sua aprendizagem exercendo attribuições tão importantes e elevadas. O que se não comprehende, porém, é como esse traquejo ou experiencia possa ser adquirido em qualquer especie de funcções públicas ainda não existentes, ou em estudos e trabalhos especiaes, desconhecidos entre nós. Em outros termos: cuido eu não ser possivel organizar escholas, ou *viveiros*, si o quizerem, de bons presidentes diversos e mais proveitosos do que já contamos em grande número, isto é — o magisterio, as repartições públicas, o fôro, o parlamento, a imprensa, o escriptorio do industrialista ou commerciante, o gabinete do pensador, onde quer, enfim, que o espirito se esclareça e aprenda a conhecer os homens, as instituições do paiz, suas necessidades e os meios de remedia-las.

Não por falta de excellentes *escholas*, mas de boas *escolhas* não teremos tido, ou não poderemos ter optimos administradores. Admira mesmo, que se cogite na necessidade de crea-las no seculo actual, que tem visto homens de todas as classes elevados, sem tirocinio, á magistratura suprema de nações poderosas, corresponderem dignamente á confiança de seus concidadãos!

Em todo caso conviria ser logico: si para os presidentes de provincia fôra precisa uma eschola, por maioria de razão seria mister monta-la tambem para ministros de Estado. Ora, não é preciso assignalar... as incongruencias prácticas, a inutilidade e até a violação de principios cardeaes do systema representativo, que semelhante instituição envolveria. Custoso, sinão impossivel seria conciliar a *carreira presidencial* com a liberdade, que tem o Governo na nomeação e destituição daquelles, que vão realizar nas provincias o seu pensamento politico.

O proprio auctor do projecto de 1860 condemnou-o nesta parte, quando, em seu relatorio, reconhecendo a difficuldade dessa conciliação, escreveu: "é necessario que os principios

que ficam estabelecidos, quanto ao accesso dos presidentes, segundo seu merecimento e serviços, não tenham sempre uma *execução rigorosa*. Attendendo a tudo quanto fica ponderado, organizei um projecto de lei com o fim não só de garantir o futuro dos presidentes de provincia, como de conciliar as providencias tomadas em seu beneficio com a *faculdade ampla, da qual não pôde ser inhibida a administração suprema do paiz, na escolha de seus delegados.*"

A proposito, pondera mui judiciosamente um commettador da lei de 3 de Outubro de 1834: — "ou essa faculdade deixa de ser ampla e ha de ser restringida, si se quizer constituir uma carreira especial com o cargo de presidente, ou então para ser mantida a faculdade em sua amplitude, os principios do projecto, segundo declarou mesmo o sr. Almeida Pereira, não pôdem ter execução rigorosa, reduzindo-se afinal em um *augmento de despesas e de pensionistas.*" (28).

Quanto á conveniencia de maior estabilidade nas administrações provinciaes, não ha nega-lá tambem. A causa principal de sua esterilidade está nas frequentes mudanças de presidentes, que mal pôdem conhecer o pessoal das provincias, são logo substituidos por outros, votados á mesma sorte. Mas, além de que os inconvenientes da instabilidade são em parte attenuados pela permanencia das repartições auxiliares, a duração dos presidentes resultará do progresso do espirito público e do melhoramento dos costumes politicos. Elles hão de, forçosamente, seguir o destino dos ministerios de que são órgãos. Quando não tivermos gabinetes ephemeros, seus delegados terão tempo de estudar os homens e ás necessidades das provincias entregues á sua gestão, e de iniciar e executar serviços que os recommendem. Antes disso resignemo-nos a um mal, que é resultante — não direi do nosso systema mas do modo como executamos o nosso systema. Debalde tentar-se-á remove-lo por leis especiaes, que em parte alguma do mundo pôdem ter na phrase do ex-ministro Almeida Pereira — *rigorosa applicação*.

Elegibilidade dos presidentes — Foi aventada esta idéa na época em que maior predominio exerceram as theorias liberaes — 1832 a 1834 —, mas não vingou nem na legis-

latura que resolveu a reforma constitucional, nem na que a realizou. Foram rejeitados por grande maioria de votos os projectos que a consagravam. (29)

Como que por uma transacção com seus propagandistas, vigorou, porém, o principio relativamente aos vice-presidentes na lei citada de 3 de Outubro de 1834, que deu novo regimento ás presidencias. Determinou-se que as assembléas provinciaes nomeassem, de dous em dous annos, seis cidadãos para servirem de vice-presidentes, designando o imperador a ordem em que devessem entrar em exercicio. Era uma modificação do pensamento da lei de 20 de Outubro de 1823, segundo o qual o vice-presidente seria o conselheiro mais votado. (30)

A contar daquella data, de nenhum exfôrço serio tenho noticia em favor dessa pretensão, a não ser o que se encontra em um livro notavel pela fórma e pelo fundo, fructo de uma intelligencia privilegiada, precocemente perdida para o serviço e lustre da patria. O dr. Tavares Bastos restaurou na *Provincia* a esquecida idéa, sustentando-a com o brilhantismo que lhe era proprio.

Nessa como em outras questões debatidas no mencionado livro, o finado publicista inspirou-se no systema norte-americano, que em grande parte desejava vêr implantado no paiz. No seu conceito, devendo existir sempre a maior harmonia entre a assembléa provincial e o presidente, dous poderes que se completam, não podiam elles provir de origens oppostas, sob pena de subordinarem-se um ao outro, ou de viverem em permanente conflicto, o que anarchisaria a provincia. Indicava, por isso, que fôsse o presidente eleito. ou pela provincia, ou pela representação provincial — acceitando assim, com este segundo alvitre, um expediente já repudiado pela propria nação que adoptara por mo-

(29) Dos deputados Paula Albuquerque, 26 de Maio de 1832, e Fernandes da Silveira, 9 de Julho, e 4 de Agosto de 1834. Estabelecia um a nomeação sôbre lista triplice organizada pelas camaras municipaes, e outro pelas assembléas provinciaes, ou pelos eleitores, como para a escolha de senadores. Em 1835, 27 de Junho, o deputado Cornelio França, propoz que fôsem nomeados sôbre proposta de tres cidadãos feita pelos eleitores, por occasião de elegerem os deputados provinciaes.

(30) A lei de 1834 foi revogada pelo decreto n. 207, de 18 de Setembro de 1841.

delo (31), e onde, aliás, seja dicto de passagem; a *identidade* da origem dos dous poderes legislativo e executivo não consegue, como o attestam factos ainda recentes, que entre elles reine sempre a desejada harmonia.

Cohérente com a sua doutrina, tirava o auctor da *Provincia* ao presidente todo o character de delegado, ou representante do poder central, constituindo-o exclusivamente funcionario provincial. Os negocios geraes, que nas provincias se tratassem, teriam por administradores os chefes das respectivas repartições, que se corresponderiam directamente com os ministros de Estado.

Sem discutir si a grandeza e prosperidade dos Estados Unidos resultam do systema federativo; si este alli funciona com toda a perfeição e regularidade; e si de nenhum perigo proximo ou remoto ameaça a União; concedendo, ao contrário, que seja esse systema a última palavra da sciencia política e da sabedoria das nações, — antes de tudo recordarei que lá mesmo o *Poder federal* (central) se acautelou contra o que os Estados pudessem practicar em damno da unidade nacional, reservando-se o direito de intervir nos seus negocios internos, quando elles a compromettam ou prejudiquem por medidas imprudentes.

E cumpre notar que, depois da guerra da seccessão, essa intervenção tornou-se effectiva por tal modo nos 11 Estados do Sul, que durante annos fôram governados por generaes da União, privados de concorrer á eleição presidencial, de nomear deputados e senadores, e, o que mais é, obrigados a modificar sua constituição interna á vontade do vencedor. Que restava, pois, pergunta um escriptor, do principio federativo, que era o cimento da constituição de Washington? A que ficara reduzido o contracto sygnallagmatico, que 80 annos antes celebraram por sua livre vontade as colonias soberanas? Desde 1866, segundo o testemunho de Claudio Jannet, o Congresso encaminha os Estados Unidos para a *republica unitaria*, não sendo já os Estados sinão provincias, que vivem sob larga descentralização. (32).

Mas, se a elegibilidade dos governadores se conforma com a natureza do systema norte-americano, não póde convir a

(31) Os governadores da União Americana eram ao principio eleitos pelas respectivas assembléas legislativas, mas hoje o são por escrutinio popular.

(32) Du Bled — *Introducção á Historia da Monarchia de Julho*.

uma monarchia, como a nossa, que não é *federativa*, e sim *unitaria*, constitucional e representativa. Cabe aqui repetir com o publicista portuguez: não temos a mesma organização social e politica, os mesmos costumes, a mesma vigorosa e vasta organização judicial, o mesmo grau de civilização, a mesma indole, a mesma raça, e o que alli fructifica, póde, transplantado para o nosso paiz, exterilizar-se e definhar. (33).

Presidente de provincia electivo é instituição que não só a Constituição expressamente condemna, conferindo o direito de nomea-lo ao imperador, e fazendo-o amovivel quando convier ao serviço público (art. 166), mas tão incompativel com ella, como seriam, em uma confederação, governadores de Estados, escolhidos pelo poder central.

Fazendo-os representantes do poder supremo, a Constituição foi logica e attendeu sabiamente a uma das necessidades capitae do systema. Estabelecendo a separação dos interesses geraes e locaes, e com ella a descentralização administrativa, teria deixado grande falha na sua obra, si não creasse uma auctoridade como o presidente e não lhe desse a origem que ella tem. A provincia não é só uma entidade autónoma, mas ao mesmo tempo fracção de um todo politico, subdivisão do Estado, ao qual se prende intimamente, não por um laço de *alliança* ou *federação*, como os Estados Norte-Americanos, mas de subordinação, e, desde logo, de necessidade é que em seu seio exista quem véle e represente o poder supremo, e exerça sua acção.

Independente e livre na gestão de seus negocios, não é a provincia uma soberania em face do Estado; delle recebeu direitos e regalias para usa-los em proveito seu e da communhão, e nunca em damno desta. Daqui vem que não podia o Estado abdicar, antes devia reservar-se a attribuição de inspecção-la e fiscaliza-la, — não para embáraça-la no gozo das prerogativas outorgadas, mas para impedir que abusasse, prejudicando a nação.

Para isto é obvio que não póderia ser agente efficaz, órgão legitimo, quem recebesse o mandato de outra origem, quem não estivesse na dependencia immediata dos representantes do Estado, não fôsse seu delegado, creatura sua, revestida das faculdades precisas para resguardar os direitos magestáticos.

Presidente electivo, de origem identica á do poder legislativo provincial, ou d'este mesmo procedente, não seria o mantenedor da unidade nacional, sim — n'ovo elemento de resistencia e secessão. (34). Assim o reconheceram e praticaram todos os paizes de instituições analogas ás nossas, onde o systema constitucional e a descentralização administrativa receberam mais largo desenvolvimento e funcçãoam com a maior regularidade.

Na Inglaterra, a patria do *self-government* não só o *scherif*, como *juiz de paz* (*magistrate*); primeiras auctoridades do condado, recebem sua investidura do poder central.

Na Belgica, o *governador*, primeira auctoridade da provincia, o *commissario*, que é o intermediario entre as communes e a administração superior, o *burgomestre* e o *collegio dos almotacés* (*des échevins*), funcionarios da communa, são todos de nomeação régia.

Na Hollanda, nomeia o rei não só o *commissario* (*commissaris des konings*), que é o representante do governo juncto aos Estados provinciaes, e o presidente d'esses mesmos Estados, assim como da sua deputação permanente (*Gedeputeerde Staten*) cumulativamente com a qual exerce o poder executivo, — mas também o *burgomestre* (*Burgemester*), membro e presidente do conselho municipal e collegio dos almotacés. (*Voethouders*.)

Em Portugal, o *governador* do districto, o *administrador do conselho* e o *regedor da parochia* são delegados do poder central, e por elle nomeados.

Na Espanha é de nomeação régia o *governador* da provincia, e o *alcaide* nas communes principaes (*termino-municipal*).

E, finalmente, na Italia, que hoje gosa de maxima descentralização administrativa, e graças a ella tantos progressos ha realizado, são nomeadas pelo rei as primeiras aucto-

(34) Vem a pello recordar o que disse o senador Vergueiro ácerca dos vice-presidentes electivos: "Estabeleceu a citada lei (20 de Outubro de 1823) que fôsse vice-presidente o conselheiro mais votado. Esta disposição implica dous graves inconvenientes: o 1º é fazer recair muitas vezes a administração da provincia em pessoa menos idonea, pois a sabedoria para bem aconselhar nem sempre está unida á energia para obrar; o 2º é chamar á administração pessoa que talvez não goze de toda a confiança do governo: condição esta tão essencial e necessaria, que a mesma lei fez os proprios presidentes discricionariamente amoviveis.

ridades da provincia, do districto (*circondario*) e da comuna: — *prefeito, subprefeito e syndico*.

Estes exemplos provam que não é impossivel a coexistencia de dous representantes de poderes diversos, derivados de origens differentes, realizando a descentralização administrativa na provincia autonoma, porém subordinada ao Estado, quanto aos interesses geraes.

O proprio escriptor reconhece a impossibilidade de ser um presidente eleito orgão legitimo do poder central, quando propõe priva-lo de todas as attribuições de character geral, ficando o serviço tambem geral a cargo dos diversos chefes de repartições, inspector de fazenda, de alfandegas e arsenaes, commandante das armas etc.

E seria accetavel a solução? Não creio. Si o presidente funcionario geral, é um elemento de conflictos, acaso não o seriam aquelles empregados, tambem geraes? Não poderiam embaraçar ou ser contrariados pela acção do poder provincial? O mal, pois, aggravar-se-ia, augmentado o numero dos agentes antagonicos, tanto mais quanto por sua posição subalterna não offerecem as mesmas garantias de illustração, criterio e elevação de vistas, que se deve suppôr em um alto representante do poder público.

Por outro lado, ou resolveriam elles definitivamente os negocios relativos ás suas repartições, sem recurso para o govêrno, ou limitar-se-iam a processa-los, e transmitti-los aos ministros, proferindo quando muito decisões provisórias.

No primeiro caso, não é difficil prever a desordem e anarchia que em pouco tempo apresentariam os negocios geraes, solvido cada um segundo a opinião individual do chefe da repartição, sem pensamento unico, director, sem plano assentado. No segundo caso, sendo meros preparadores de processos, ou tendo uma auctoridade incompleta, dependente de approvação — claro é que, longe de fazer-se o serviço com maior celeridade, mais lenta seria a sua marcha, affluindo tudo para o *Centro* e apertando-se assim ainda mais os laços, que tanto urge afrouxar.

Convertidos os chefes de serviços geraes em agentes directos e immediatos do poder central, deveriam ter a mesma sorte dos representantes dêsse poder, tão frequentemente substituidos, — o que seria da maior inconveniencia, já não permittindo que se formem especialidades e se mantenha a tradição administrativa, já sujeitando aquelles funcionarios ao vai-vem da politica.

Conferir amplas e altas attribuições é dar facilidades, sabe-se, sinão estímulos para o abuso. Practicado pelos funcionarios políticos de ordem elevada, o abuso encontra sufficiente correctivo na destituição do cargo, que só por si dispensa, por via de regra, qualquer outra pena. Applique-se o principio, admittido hoje como verdadeira maxima no systema representativo, aos chefes de repartições, investidos das attribuições actualmente exercidas pelos presidentes, e vêr-se-á que haveria ahi grande embaraço para o Estado e grave inconveniente para o empregado. Embaraço para o Estado, pois que taes cargos exigem conhecimentos profissionaes, technicos, que só limitadas classes reúnem. Inconveniente para o funcionario, porque só ao cabo de longos annos chega ordinariamente áquella posição, depois de percorridos os diversos graus da carreira que abraçou para ter um meio de vida, e que perderia quando já incapaz de ganhá-la por outro modo.

Não parece, portanto, acertado o alvitre proposto. Um presidente de provincia, delegado do poder central, por elle removido e demittido *ad nutum*, é entidade necessaria, corollario forçado da nossa fórma de govêrno.

Os Estados Unidos podem ter os seus governadores eleitos, applaudindo-se mesmo de possuí-los, mas, repetilo-ei, — sua fórma de govêrno é diversa, accommodada ás suas circumstancias, e o mesmo auctor da *Provincia* advertiu, que não era licito offerecer-nos para modelo o complexo da organização federal daquelle paiz, porque o estado actual do systema norte-americano é o producto de reformas successivas, a manifestação de uma democracia vigorosa, que se affirma, que tem consciencia do seu valor moral e do seu poder. (35).

Conselhos e agentes locaes, auxiliares dos presidentes de provincia. Vem dos primeiros tempos de nossa organização política a idéa de conselhos e agentes auxiliares dos presidentes.

A lei de 20 de Outubro de 1823, que aboliu as junctas provisórias de govêrno, estabelecidas por decreto de 29 de Setembro de 1821, creou os conselhos de presidencia. Deviam compôr-se de seis membros, eram eleitos como os deputados á Assembléa Geral, e o mais votado servia de vice-presidente. Suas attribuições eram importantes (art. 24),

(35) Parte 1ª, cap. 5º, pag. 58.

abrangiam quasi todos os ramos do serviço, sendo de notar que um delles era (§ 10): *promover o bom tractamento dos escravos e propôr arbitrios para facilitar a sua lenta emancipação*. Reuniam-se ordinariamente uma vez por anno, durante dous mezes, mas podiam ser extraordinariamente convocados, ou sómente uma parte delles, sempre que ao presidente aprouvesse. O presidente despachava só os negocios que não eram da competencia do conselho (art. 8º) e ainda estes (excepto a suspensão dos magistrados e do commandante da força militar), não se achando elles reunidos, mas convocando-os immediatamente para submeter-lhes o seu acto (art. 26). Fôram supprimidos estes conselhos pela lei n. 38, de 3 de Outubro de 1834.

O projecto de reforma da Constituição, apresentado na sessão da Camara dos Deputados de 7 de Junho de 1834, art. 22, mandava que os presidentes nomeassem dentre os deputados provinciaes, até seis conselheiros a quem ouvissem na sancção das leis e em todos os negocios graves. Este artigo não foi approved. Posteriormente tentaram crêar a instituição os deputados Magalhães Castro em 1850, Almeida Pereira em 1860 e o conselheiro de Estado marquez de São Vicente em 1867 nos projectos que mencionei na *Introdução*.

Em 1876 a assembléa provincial do Rio Grande do Sul promulgou a lei n. 1.116, de 19 de Maio, creando uma comissão provincial, para collaborar com o presidente da provincia, consultando sôbre os negocios geraes, que por elle lhe fôsses apresentados, e deliberando sôbre os provinciaes. Negou-lhe sancção o presidente da provincia e tendo sido approveda novamente pelos dous terços de votos, foi submettida á Assembléa Geral. Dessa lei occupar-me-ei adeante mais de espaço.

Quasi ao mesmo tempo que a dos conselhos de presidencia, surgiu a idéa dos agentes locaes. Creava-os o projecto de Constituição da Assembléa Constituinte, e no anno de 1826 Feijó, no da *Administração e Economia das Provincias* (11 de Junho) mandava, que as camaras municipaes apresentassem ao presidente uma lista triplice, afim de ser por elle escolhido quem fôsse no municipio seu delegado, sob a denominação de *commandante ou sub-presidente*. Vergueiro, no projecto sôbre *Administração Municipal*, apresentado em sessão de 2 de Setembro dêsse mesmo anno, estabeleceu o *intendente e vice-intendente* do municipio, esco-

lhidos, em lista de quatro nomes organizada nas camaras, pelo presidente, a quem seriam immediatamente subordinados. No seu relatorio como ministro do Imperio em 1833 insistiu sôbre a necessidade dêsses agentes secundarios da administração.

No projecto de reforma constitucional de 1831 creava-se em todas as cidades e villas um *intendente* e *vice-intendente*, competindo áquelle, entre outras attribuições, *executar e fazer executar, sob as ordens do presidente da provincia, as leis geraes e provinciaes*; mas na resolução approvada pela Camara e remettida para o Senado alterou-se o pensamento dizendo-se ahi que o *intendente seria no municipio o mesmo que o presidente na provincia*.

Em 1835, a assembléa de São Paulo votou a lei n. 18 de 11 de Abril, que estabelecia um *prefeito* na capital e em cada uma das villas da provincia, nomeados pelo presidente para servirem *dum bene gesserint*, podendo escusar-se findos quatro annos. Suas funcções eram; cumprir as ordens do govêrno, ser o seu intermediario para com as camaras municipaes, executar as respectivas posturas, inspecção todos os empregados do municipio, dirigir a fôrça policial, manter a ordem, prender os criminosos. O prefeito proporia ao presidente um *sub-prefeito* para cada freguezia ou capella curada do municipio. Tinham sob suas ordens, o prefeito, — o fiscal do municipio e os inspectores de quarteirão; e os sub-prefeitos, — estes últimos (os inspectores), sendo todos os cidadãos obrigados a obedecer-lhes para execução de ordens e auxilia-los no desempenho de suas attribuições.

Por acto de 25 de Agosto daquelle mesmo anno, a presidencia da provincia expediu instrucções para a execução da lei, dando mais attribuições aos prefeitos e fixando as dos sub-prefeitos, como auctorizava a mesma lei nos arts. 4º e 8º. Assim, devia o prefeito dar seu parecer sôbre quaesquer representações das camaras ao presidente, e fiscalizar o estado da viação, propondo o que conviesse. O sub-prefeito seria o auxiliar e executor das ordens do prefeito no Districto. (36).

Estes actos do Govêrno de S. Paulo pareceram tão acertados e conformes á indole da reforma recentemente votada, que a Regencia, expedindo o decreto de nove de dezembro de 1835, no qual dava instrucções para sua boa execução, os apontou como typos dignos de serem imitados

por todas as Províncias. Talvez em virtude dessa recomendação crearam outras assembléas, como a de Pernambuco, em 14 de abril de 1836, Sergipe, Parahiba do Norte, Maranhão e Alagôas, leis analogas, conferindo aos seus prefeitos — attribuições mais ou menos largas, especialmente em materia de policia. Não me foi possível conhecer-lhes o texto, nem tão pouco o da lei do Ceará, de 4 de Junho de 1834, que também creou aquella auctoridade. (37)

Além destes precedentes não mencionam os *Annaes* outras tentativas no sentido de dar aos presidentes de provincia agentes nas localidades, além dos projectos do visconde do Uruguai, marquez de Olinda, marquez de São Vicente e dos deputados Paulino de Sousa e senador Carrão, já indicados.

Feito este estudo retrospectivo, que não é sem vantagem para a solução da questão proposta, isto é, si convém a criação de conselhos e agentes locais auxiliares dos presidentes de provincias, pois recorda as opiniões que a respeito têm vogado, e passando a emittir o meu parecer, distinguirei ainda uma vez entre o presidente, representante do poder central, exercendo uma simples delegação; e o presidente, chefe do governo provincial, exercendo funções proprias — pois penso que a solução não pôde ser identica sob os dous pontos de vista.

Em absoluto não é contestavel a vantagem de ter o presidente de provincia um conselho, que o esclareça e auxilie no desempenho do cargo, quer seja simples órgão de consulta, quer collabore na deliberação. De intuitiva necessidade é que a acção seja precedida da consulta, tanto mais util quanto, pela collectividade, permitta o confronto de opiniões e alvitres diversos.

Mas, todas as instituições têm vantagens e inconvenientes, que o legislador deve sopesar e comparar, para decidir-se conforme sobrepujarem estes a aquellas, ou *vice-versa*. São obvios os inconvenientes dos conselhos de presidencia: augmento do funcionalismo, entorpecimento da marcha dos negocios, eventualidade de conflictos; e, mais que tudo isso — a divisão e o enfraquecimento da responsabilidade no grau superior da hierarchia administrativa provincial.

(37) *A Provincia*, parte 2ª, cap. 5º, § 2º. V. de Uruguai, *Adm. das provincias*, tom. 1º § 316 e seguintes.

Ora, parece que não os contrabalançam, e menos excedem, a necessidade e utilidade da instituição. Orgão do poder central, o presidente não inicia, não crea; põe em prática o pensamento do Govêrno; transmite o impulso que recebe; executa e faz executar as leis e ordens, em cuja elaboração não toma parte; vigia que não sejam sacrificados na provincia os interesses nacionaes, inspecciona, fiscaliza os funcionarios e serviços geraes. Por muito importantes que sejam taes encargos, e na realidade são, para desempenha-los não carece de conselhos um homem de intelligencia esclarecida e experimentado, como deve ser aquelle a quem foi confiado tão eminente posto.

E' verdade que mesmo na simples execução ha que deliberar, reflectindo-se nella a prudencia ou precipitação, o êrro, ou acerto com que se resolveu; é verdade ainda que em todos os ramos do serviço ha especialidades, minudencias, difficuldades prácticas, só conhecidas e apreciaveis pelos que longamente os manejaram. Mas, nos chefes das diversas repartições, por onde correm taes serviços, encontrarão os presidentes os conselheiros que possam guia-los; nas suas informações e pareceres, escriptos ou verbaes (pois nada impede que os reúnam afim de debaterem o assumpto em sua presença) terão os dados precisos para bem julgar. São elles os mais habilitados, por seu espirito de ordem e habitos de trabalho, a encarar a questão sob todas as suas faces, aponctar as difficuldades, suggerir o remedio adequado; aconselhar, em uma palavra. Accresce que isemptos, em regra geral, de paixões políticas e animados dêsse sentimento, que denominarei *zêlo profissional*, commum aos que consumiram a melhor parte da vida occupando-se de uma certa ordem de trabalhos, esses funcionarios offerecem garantia sufficiente de imparcialidade e devotamento aos interesses da administração.

Affigura-se-me, pois, que o conselho presidencial, quanto aos negocios geraes não é uma necessidade desattendida em nossa organização administrativa, e nem doutra sorte poderia ser satisfeita com vantagem para o serviço público. E tanto mais assim penso, quanto vejo que os seus propugnadores mais auctorizados, — os conselheiros de Estado Uruguai e São Vicente propunham-se a estabelece-los apenas em algumas provincias, *como ensaio*.

E' certo que visavam os dous estadistas um outro fim com essa creação: devia ella constituir o contencioso administrativo de primeira instancia.

Por methodo e maior clareza reservo-me para tractar depois desta face da questão, cumprindo, porém, advertir desde já que não me leva á conclusão diversa da que deixo exposta.

Si os conselhos presidenciaes são desnecessarios e inconvenientes mesmo, a meu vêr, roda inutil em nosso mechanismo administrativo geral, identico juizo fórmo dos agentes locaes.

Sôbre que ordem, ou classe de interesses geraes, civil, fiscal ou militar, deixará o presidente de fazer sentir a sua acção, na localidade, por falta de órgãos apropriados? Não a descubro, nem creio que m'a possam aponctar, quando lhe são subordinados todos os funcionarios e auctoridades existentes nas provincias, e nem lhe é vedado, em alguma necessidade especial, appellar para o civismo dos bons cidadãos, commettendo-lhes qualquer incumbencia. Acaso só por intermedio de quem recebeu a investidura official é o serviço público bem desempenhado? A prática tem demonstrado o contrário. Tão amortecido não se acha o civismo entre nós, que na comarca ou no municipio não encontre o presidente um homem de confiança, a quem possa encarregar de alguma commissão, certo de que a executará promptamente, até com sacrificio proprio.

Seja o serviço de verdadeira utilidade, saiba-se escolher, goze quem escolha do prestigio que sempre rodeia a auctoridade que se respeita, e nunca lhe faltarão agentes desinteressados e fieis, appellando para o patriotismo dos homens sérios. Elles acolherão a tarefa, antes como distincção honrosa, do que como onus. E' preciso desconhecer a indole dos brasileiros para duvidar disto.

Si para satisfação de cada uma das multiplas necessidades públicas fôra mistér crear um funcionario especial, o crecido número dos que já existem avultaria por modo que a nação se dividiria em duas classes eguaes — agentes officiaes e administrados, si mais numerosos não fôsem os primeiros! O funcionalismo é o nosso grande mal; não o augmentemos. Essa tendencia amorteca insensivelmente o espirito público pela convicção de que a causa do Estado é alheia á da população, e que serviço público só incumbe a empregados públicos. E' a convicção contrária que cumpre radicar e desenvolver despertando e occupando a actividade individual, chamando-a a contribuir para o bem da causa commun. Praticando esse principio em larga escala, alguns

países, especialmente a Inglaterra, conseguem resultados es-pantosos. A somma de serviços de utilidade pública, desem-penhados gratuitamente por commissões de particulares, na metropole, nos condados e nos burgos, não é inferior á que corre por conta dos funcionarios, tambem em grande número não retribuidos.

Dahi, graças ao concurso efficacissimo dos particulares, resulta que na ordem de trabalhos em que a Inglaterra conta apenas um funcionario, a Allemanha, Austria, Belgica, Italia e Hollanda quatro, a França, o nosso modelo favorito, conta 10 ! Já de sobra temo-la imitado em materia de adminis-tração; não cheguemos ao extremo que já alli se viu de não ser cumprida uma lei, mandando publicar a relação de todos os empregados retribuidos pelo Estado, os departamentos, e as communes, porque *não exigiria menos de 50 volumes em 4º de 600 paginas e uma despesa de 500.000 francos !* (38)

Encarada a questão sob o poncto de vista das attribuições dos presidentes, como poder provincial, chego a uma con-clusão contrária pelo que toca aos conselhos presidenciaes. Razões de outra ordem a determinam, e os inconvenientes da instituição cedem ás vantagens que realizará.

Assim, julgo que é conveniente e urge crea-los, já em vantagem da administração, e já para que tenha afinal plena execução um dos mais salutaes preceitos constitucionaes. E esses conselhos, unicos admissiveis, deverão consistir em *commissões permanentes ou delegações das assembléas pro-vinciaes*, que collaborem activamente com os presidentes na gerencia dos negocios provinciaes.

Do mesmo modo que a Regencia em 1835 não duvidou recommendar como digna de ser adoptada por todas as pro-vincias a lei paulistana dos *prefeitos*, eu não hesitaria, si tivéra auctoridade, em apresentar-lhes para igual fim a lei do Rio Grande do Sul de 19 de Maio de 1876. Salvo ligeiras modificações, está alli o typo que convém generalizar, no intuito de fortalecer a autonomia das provincias e tornar uma verdade a descentralização administrativa, sem que to-davia se desatem os laços da união polftica.

Para que haja descentralização é mistér que em cada circumscripção territorial se deixe o *maximum* de attribui-

(38) Ferrand, *ob. cit.* Vide mais a este respeito, Hesse, *Adminis-tração provincial e communal na França e na Europa*, 1785, 1870, capitulo final.

ções que ali possam ficar, não se lhe tirando sinão a parte indispensavel á manutenção da sociedade em geral, e que, transportada para o centro, constitua o govêrno do Estado. A assembléa do Rio Grande do Sul realizou este pensamento, tanto quanto é possível e desejavel, nas circumstancias actuaes do paiz.

Prescreveu essa lei como disse já que, além das commissões estabelecidas em seu regimento, nomeasse a assembléa uma outra de quatro membros, denominada — *Commissão Provincial* —, para funcceionar durante as sessões e intervallos. Suas attribuições seriam: 1º, consultar sôbre os negocios geraes que lhe fôsem submettidos pela presidencia da provincia; 2º, deliberar sôbre os interesses da administração diaria regida por leis provinciaes, inclusive a nomeação e demissão dos empregados da provincia; 3º, fiscalizar a execução das leis e a applicação dos dinheiros da fazenda provincial; 4º, representar a provincia em juizo.

Seriam seus trabalhos dirigidos pelo presidente da provincia, que teria voto deliberativo e executaria as suas decisões e leis da assembléa como agente unico. Accumularia a commissão funcções de tribunal de contas, presidida pelo relator, e nessa qualidade examinaria e fiscalizaria as das camaras municipaes e dos exactores provinciaes, e procederia á liquidação do exercicio findo, depois de processadas na thesouraria, formulando a respeito um relatorio para ser presente á assembléa provincial, onde seriam definitivamente julgadas todas as contas. A commissão seria eleita annualmente, funcceionando até á escolha da que devesse substitui-la, si não fôsse reconduzida.

Taes são as principaes disposições da alludida lei, que o presidente da provincia não quiz sancceionar. Devolvida á assembléa, confirmou-a esta por dous terços de votos, submettendo-a então o presidente á assembléa geral, em cujos archivos ainda jaz.

As razões de não sancção, cuja integra, assim como o texto da lei constam dos annexos (39), resumem-se na inconstitucionalidade della, porque:

1º. Legislou a assembléa sôbre assumpto geral, que não é de sua competencia, subordinando os interesses geraes a um poder de creação provincial;

2º. Mutilou a auctoridade do presidente da provincia, que desapareceu como entidade administrativa, ficando sem valor nem importancia;

3º. Alterou a forma da administração da provincia, dando-lhe uma dualidade em que predomina o elemento democratico, e tirando ao presidente uma parte da administração;

4º. Violou os principios da divisão dos poderes públicos.

Dêstes fundamentos da recusa de sanção — apenas um procede, em parte, como demonstrarei, analysando-os.

Para affirmar que a assembléa provincial legislára sôbre *assumpto geral*, subordinando seus interesses a um poder de criação provincial, invoca o presidente o artigo que incumbiu á commissão o dever de consultar sôbre negocios geraes. Nessa consulta, em seu conceito, ainda que a resolução caiba ao presidente, ha intervenção em questões, que não são da alçada da assembléa provincial.

Esta, porém, não legislou sôbre negocios geraes, nem subordinou um poder geral a outro de origem provincial; legislou, sim, para funcionarios provinciaes, e, longe de contrariar, respeitou disposições de lei geral. Não impoz ao presidente o dever de consultar á commissão, como dá a entender o presidente; impoz, sim, á commissão o de aconselha-lo sôbre assumptos geraes, *quando elle o exigisse*, o que é cousa inteiramente diversa. As palavras da lei são: “consultar sôbre os negocios geraes, *que pelo presidente da provincia lhe fôrem submettidos*. Recae, portanto, o preceito sôbre funcionarios provinciaes os — membros da commissão — sujeitos á auctoridade da assembléa..

E ao que se reduz tal preceito? Observancia de lei geral: a de n. 38 de 3 de Outubro de 1834, art. 1º, diz: “o presidente da provincia é a *primeira auctoridade* desta; *todos os que nella se acharem* lhe serão *subordinados*, seja qual fôr a sua *classe ou graduação*”; e no art. 5º, § 9º, accrescenta: “ao presidente compete *commetter a empregados geraes, negocios provinciaes e vice-versa*.” Si a argucia, apegando-se á palavra *empregados*, me objectar, — que o não são — representantes da provincia, embora membros de um tribunal de contas, — replicarei que em todo caso não ha como po-los fôra de outra phrase da lei: — *todos os que se acham na provincia são-lhe subordinados* (ao presidente) seja qual fôr sua *classe ou graduação*.

A consulta sobre negocios provinciaes não é obrigatoria para o presidente; depende de arbitrio seu; dar-se-á quando elle quizer; e ninguem seguramente pôde ver cerceamento de suas attribuições naquillo, que nada mais é do que confirmação de faculdade que já possui, e exercerá ou não, si lhe approuver. Consequentemente, não procede o primeiro motivo de inconstitucionalidade.

Tambem não é de todo procedente a segunda razão allegada: "mutilou a assembléa a auctoridade do presidente da provincia, que *desappareceria como entidade administrativa*, ficando sem valor, nem importancia." Desde que a lei reconheceu o presidente como agente unico da execução das leis provinciaes e das deliberações da commissão, cuja direcção lhe confia, com voto deliberativo; — não é licito dizer que elle desaparece como entidade administrativa, ficando sem valor, nem importancia, tanto mais quanto não o priva de nenhuma das elevadas attribuições que lhe conferem leis geraes, sobre negocios provinciaes. "Compete á commissão, diz o art. 3º, deliberar sobre os interesses da administração diaria, *regidos por leis provinciaes*. Logo, é ainda o presidente quem convoca, prorroga e adia a assembléa, quem suspende a publicação e sanciona as leis provinciaes, o que só por si representa consideravel somma de influencia e poder.

Incontestavel é, porém, que a lei *mutila* a auctoridade do presidente, repartindo-a com a commissão, que delibera sobre os interesses da administração diaria, regidos por leis provinciaes, prevalecendo o voto da maioria.

Não ha, entretanto, ahi, como suppoz o presidente do Rio Grande do Sul, infracção do art. 165 da Constituição do Imperio, por ter ella estabelecido a *unidade* da administração provincial, entregando-a a um presidente.

A Constituição não o fez, antes reservou a uma lei ordinaria o regular suas *attribuições, competencia e auctoridade*, sendo de notar que não revogou a lei de 20 de Outubro de 1823, a qual, commettendo a administração da provincia a um presidente *em conselho*, subsistiu ainda por onze annos, e só foi revogada pela de 3 de Outubro de 1834. art. 12. A coexistencia do *conselho* e do presidente por tantos annos, depois de promulgada a Constituição, e sem embargo de ter ella estabelecido os conselhos geraes de provincia, depois convertidos em assembléas legislativas, evidencia que

a Constituição não repugna a *dualidade* (40) na administração, visto que o conselho de presidência administrava, *governava* (art. 2º da lei de 1823) conjuntamente com o presidente da provincia, que á sua approvação deveria submeter os actos que praticasse sem o seu accôrdo, convocando-o immediatamente para esse fim (art. 26). (41).

A *unidade* da administração provincial foi estabelecida por uma lei ordinaria, a já citada de 3 de Outubro de 1834, que instituiu o presidente como primeira auctoridade da provincia, encarregado de executar e fazer executar as leis (arts. 1º e 9º, § 10) e aboliu o conselho, seu cooperador.

E' certo que essa lei é posterior ao Acto Adicional, que já não contou, ou si o quizerem — prescindiu do conselho de presidência ao conferir ao *presidente só* attribuições importantissimas, como suspender a publicação das leis provinciaes, sanciona-las ou não (arts. 13 a 20 e 24, § 3º), expedir ordens, instrucções e regulamentos adequados á sua boa execução (art. 24, § 4º).

Deve-se, porém, dahi concluir que o Acto Adicional não admite senão o executivo *unitario*, e que outra qualquer combinação que lhe dê character colectivo ou collegial é com elle incompativel?

Seguramente não. O estudo do seu systema, o exame attento da letra e espirito de seus differentes artigos convencem de que tanto se harmoniza o Acto Adicional com a actual instituição do executivo provincial, como com a da lei sul-rio-grandense.

Tambem a Constituição no art. 165 referiu-se ao *presidente só*, não alludiu sequer aos conselhos que, já funcionavam em todas as provincias, e nem por isso os supprimiu, tanto que continuaram por muitos annos.

(40) No dizer do presidente da provincia do Rio Grande do Sul.

(41) Lei de 2 de Outubro de 1823, da assemblêa constituinte, art. 2º; "Será o *governo da provincia* confiado provisoriamente a um presidente e conselho." Art. 24: "Tractar-se-ão pelo *presidente em conselho* todos os objectos que demandarem exame e *juizo administrativo*, tões como etc." Art. 26: "Não estando o conselho reunido, o presidente proverá como for justo, em todas as materias comprehendidas no art. 24 (*as attribuições exemplificadas nos paragraphos do artigo*) á excepção das de que tractam os ns. 13 e 14 (*suspensão de magistrados e do commandante militar*), submettendo depois o que houver feito á *deliberação* do conselho, que *imediatamente convocará*."

Não é antagonico nem com a Constituição, nem com o Acto Adicional o executivo provincial *unitario*; não o é, porém, egualmente a *collectividade* quando se institua de modo a ser collaborador activo do presidente, auxiliar prestimoso — o que estava longe de ser o antigo conselho de presidencia, verdadeira inutilidade. Concilia-se com o Acto Adicional a unidade na parte executiva do govêrno provincial; mas o organismo que mais se adapta á sua indole e melhor satisfaz os seus intuitos é inquestionalmente a delegação da assembléa, sob a direcção do presidente.

Ora, conhecer si o Acto Adicional comporta ou exclue o conselho executivo, declarar até onde pódé ir a intelligencia de suas disposições, não incumbe ás assembléas provinciaes, á vista dos arts. 10 e 11, e sim ao Poder Legislativo Geral, nos termos do art. 25.

Razão, pois, teve o presidente do Rio Grande do Sul, negando sancção á lei de que me occupo pelo segundo motivo invocado,, aliás, só em parte concludente, como julgo ter demonstrado.

O terceiro fundamento — “alterou a lei a fórma da administração da provincia, dando-lhe uma dualidade, em que predomina o elemento puramente democratico, e tirando ao presidente uma parte da administração” não é em substancia diverso do que acabo de analysar, antes sua reprodução.

Envolve, porém, uma censura, que convem apreciar: — na opinião do presidente peccava a lei por tornar predominante, na administração provincial, o *elemento puramente democratico*. Revela ponderar que não estaria ahi seu defeito, mas justa conformidade com o Acto Adicional, que outra cousa não fez sinão estabelecer a influencia decisiva dêsse elemento no govêrno das provincias.

Não ha nega-lo, desde que, no tocante a interesses provinciaes, *prevalece afinal*, sem recurso algum, o voto da assembléa, encarnação do principio democratico, sôbre a opinião do presidente, representante do principio adverso.

Reconcentrando-se as assembléas provinciaes no terreno dos interesses puramente provinciaes, são nelle *soberanas*, diz o visconde do Uruguai. (42).

(42) *Administração das Provincias*, tomo 2º, § 615.

Não violou a lei rio-grandense o principio de divisão de poderes, como articulou o presidente da provincia em quarto e ultimo logar.

Fazer coparticipante da execução das leis provinciaes, do govêrno da provincia a uma commissão permanente da assembléa, não é confundir o poder legislativo com o executivo; é simplesmente alterar o organismo dêste último, torna-lo collegial, colectivo, em vez de unitario. Nem a procedencia dessa commissão importa semelhante confusão, pois que não se confundem o legislativo e executivo geraes, apesar de ser este, e dever ser, constituído por membros do parlamento.

Assim, uma só das razões da não sanção é acceitavel, e essa mesmo em parte apenas, o que todavia basta, em minha opinião, para justifica-la como já ponderei. O presidente cumpriu o seu dever, impedindo que a assembléa exorbitasse.

Mas, ainda quando o pensamento da assembléa do Rio Grande do Sul fôsse antagonico ao do Acto Adicional, o que contesto, não seria obstaculo insuperavel á reforma, que de reforma tambem elle é susceptivel. As leis constitutivas não devem ser consideradas de ferro, antes de aço de boa tempera, amoldando-se a todos os progressos e indicações da razão politica. (43). Em 1834 o Acto Adicional satisfiz ás necessidades da época; a reacção deu-lhe profundos golpes mas mesmo assim, tão fecundo era! — o paiz caminhou, e hoje quer e precisa mais. Não se contentará com a sua simples restauração, exige o seu natural desenvolvimento. Além do livre jogo das instituições provinciaes e locaes, reclama que o cidadão nellas intervenha mais directa e efficazmente, animando-se o espirito de iniciativa individual, de modo que seja por toda a parte um fóco de movimento, de esforços e agitação sã, que constituem o verdadeiro exercicio da liberdade, a vida real, a força e belleza, do systema representativo.

O presidente do Rio Grande do Sul viu na maior preponderancia que ia ter na administração da provincia o elemento democratico, motivo para não sanccionar a lei. Exactamente por isso devem os altos poderes do Estado promover que seja ella generalizada, desde que se propõe a realizar entre nós conveniente e razoavel descentralização administrativa, tornando-se por fim uma realidade practica o art. 71 da Constituição, que reconhece e garante a todo o cidadão o

(43) Palavras do senador Octaviano.

direito de intervir nos negocios de sua provincia, immediatamente relativos aos seus interesses particulares.

Para que essa intervenção não seja illusoria, como tem sido até hoje, é mister que na gestão dèsses interesses não predominem a vontade e influencia do Estado, ao qual não podem affectar sinão indirectamente, mas sim as da assembléa provincial e das camaras municipaes, por cujo intermedio quiz a Constituição (art. 72) que se exercitasse aquelle importante direito, tão solennemente affirmado.

Uma vez que as leis provinciaes dependam, como é indispensavel, da sancção presidencial, sejam, nos casos expressos no Acto Adicional, annullaveis pela assembléa geral legislativa, e ao presidente se confira voto deliberativo na administração, bem accentuada ficará a autonomia das provincias, sem que ao Estado se prive da superintendencia, que deve ter para desempenho de sua missão.

Soccorrer-me-ei uma vez mais á opinião do auctor da lei de 12 de Março de 1840. Meio de preservação e defesa, *remedio effecacissimo*, qualifica o visconde de Uruguai o direito, que têm os presidentes de provincia de não sancionár as leis provinciaes, que offendam o interesse do Estado, e de appellar para a assembléa geral, accrescentando: "si os presidentes tivessem sabido ou querido servir-se a tempo, na devida occasião, da *arma de boa tempera* com que os armou o art. 16 do Acto Adicional, de outro modo teriam as cousas corrido. (44).

Ao Estado compete não a tutela, que é a ingerencia nos actos do *menor*, fazendo-os depender do seu consentimento, mas a *inspecção*, que consiste em deixar aos poderes locaes o exercicio de suas attribuições, só intervindo quando prejudiquem a communhão, pois os interesses de alguns não podem sobrepujar o geral, que é o de todos.

Nada mais pretendia a assembléa do Rio Grande do Sul, e admira que até hoje se resignassem as provincias á falta de uma instituição, como a delegação permanente da assembléa, para intervir no respectivo govêrno.

Ella existe em todas as nações que se regem por instituições analogas ás nossas (pelo que podem ser com proveito invocados seus exemplos) e já a possuem mesmo outras em cuja organização aliás influe principalmente o elemento auctoritario.

(44) Obra citada, tom. 2º, § 612, cap. 20; epigraphe, e § 630.

Em cada uma das nove provincias da Belgica, onde a constituição consagrou, como a nossa, a separação dos interesses geraes e locaes, e consequente divisão dos respectivos poderes, ao lado e conjunctamente com o governador da provincia, funciona a *deputação do conselho* (assembléa provincial), deliberando sobre tudo o que concerne á administração, e supprindo o conselho nos negocios que lhe são reservados. E convem notar que o conselho belga não é um poder legislativo tão independente como as nossas assembléas provinciaes. Suas deliberações sobre despesas da provincia e os meios de fazer-lhes face carecem da approvação do rei, para serem executadas, sendo que quaesquer outras podem ficar sujeitas ao *placet* régio, si o governador para elle recorrer.

Na Hollanda o commissario real é assistido dos *Estados deputados* (*Gedeputeerde Staten*), delegação ou commissão permanente dos Estados Provinciaes; na Italia o executivo pertence á *commissão provincial*, eleita pelo *conselho* (assembléa) e presidida pelo prefeito (45); na Prussia a Dieta Provincial elege uma commissão permanente (*Provinzial Ausschuss*), que executa as leis, nomeia os empregados, expede os negocios diarios, administra. Não tem o representante do rei (*Ober Præsident*) outra missão sinão impedir que o interesse geral seja prejudicado (46); o mesmo acontece na Espanha, em Portugal, na Austria Hungria e até na Russia, cujas assembléas territoriaes e de districto têm as suas commissões executivas (*Zemskaia Ouprava*), que compartilham com os órgãos do govêrno imperial a administração local. (47).

Si por toda a parte, pois, a administração local funciona regularmente entregue ao elemento electivo, applicando-se o mesmo principio ás subdivisões ainda menores do territorio, o que deixo de exemplificar por brevidade, por que não será possível adopta-lo entre nós? Oppor-se-me-á a classica objecção de que a acção deve pertencer a um só

(45) O que aliás não satisfazia a Minghetti, que em 1861, propoz ficasse exclusivamente a cargo da deputação, sem nenhuma ingerencia do prefeito, para que tivesse a provincia, disse elle, — verdadeira *autonomia administrativa*. (Sessão da Camara dos Deputados Ital. de 13 de Março de 1861.)

(46) Lei prussiana de 29 de Junho de 1875.

(47) Demombynes, *Constituições europeas*. Ferrand, *Ob. cit.* Hesse, *Adm. prov. e comm. na França e na Europa*.

e a deliberação a muitos — idéa errónea que Røederer poz em voga em 1799, e graças á influência das doutrinas francezas tem passado por axioma no direito administrativo? Os exemplos citados mostram quão longe da verdade está a inculcada maxima, admiravelmente apropriada para o regime que o primeiro consul visava então fundar; e si de outro argumento precisasse, bastar-me-ia a natureza do Poder Executivo entre nós, que não é unitario, mas multiplo em sua organização. A prática, portanto, condemna aquelle principio; e, ao contrário, "tem-se observado que os melhores executores das deliberações são aquelles que as tomam, pois que lhes conhecem melhor o sentido e o alcance, e são os mais intressados em que ellas produzam resultados beneficos, que acreditem seus auctores. Isto desvanece attritos e faz com que as providencias resolvidas se realizem com boa vontade. (48).

Não hesitaria, pois, torno a dizer-lo, em promover, pelos meios práticos de que adeante tractarei, a consagração em lei geral do pensamento rio-grandense, com as seguintes alterações:

1.^a O art. 5.^o dessa resolução da assembléa dispõe que nenhuma deliberação será validamente tomada, si não se reunirem pelo menos tres membros da commissão, afóra o presidente, e neste caso quando houver empate transferir-se-á o negocio para ser decidido em commissão plena.

Eu accrescentaria, para evitar o adiamento indefinido de questões talvez importantes,— que não se reunindo a Commissão plena na sessão seguinte, desempatará o presidente pelo voto de qualidade.

E como é preciso prevenir o caso de pretender a commissão embarçar a marcha dos negocios — e impedir que o presidente use dessa prerogativa, faltando propositadamente a sessões consecutivas, determinaria que se deliberasse, em tal hypothese, qualquer que fôsse o número dos membros presentes, resolvendo o presidente por si só, si nenhum comparecesse.

2.^a Não permite a lei que façam parte da commissão provincial: 1.^o, os empregados remunerados provinciaes ou geraes; 2.^o, os magistrados não aposentados; 3.^o, os vereadores das camaras municipaes; 4.^o, os concessionarios de pri-

(48) L. D'Avilla, *ob. cit.*

vilegios e os arrematantes de obras provinciaes ou geraes; 5º, os deputados geraes; 6º, os membros do clero.

Algumas destas classes estão já incompatíveis, pela legislação eleitoral vigente, para membros das assembléas provinciaes, e seria por isso uma redundancia na lei esta disposição. A exclusão do clero em geral é odiosa, e não assenta em motivo attendivel. Manteria eu, pois, as incompatibilidades que já não estão decretadas por lei geral, excluiria a do clero, e applicaria aos senadores do imperio o impedimento que a lei estabelece para os deputados geraes, não permittindo mesmo que fôsses eleitos para a assembléa provincial. E isto pela razão de bom senso que fez adoptar na Belgica igual principio, isto é, afim de que não levem para o seio da representação provincial essa tendencia de discutir politica, tão assignalada nas grandes assembléas legislativas, e que a desviaria de sua natural missão, a tutela dos interesses provinciaes, e por outro lado, pelo receio de que, ligando-se estreitamente aos interesses locaes, não queiram faze-los prevalecer sôbre os geraes.

3ª. Tornaria gratuitas as funcções dos membros da commissão provincial. Retribuidos, serão outros tantos empregos publicos a despertar ambições, cujos inconvenientes não é mistér aponctar. Nem se receie que isso afaste das commissões os bons cidadãos. Quem conhece as nossas prácticas sabe que não ha negócio ou questão a resolver na administração provincial (e tambem na geral), a que seja indifferente o respectivo deputado; por todos se interessam, procurando que sejam decididos conforme sua opinião. Pois bem; essa tendencia *intervencionista* não se attenuará, por certo, ante a contingencia de converter-se em dever do cargo, e sua correspondente responsabilidade — correctivo que aquella não tem.

Eis o que me parece reclamar, nesta parte, o desenvolvimento logico e natural da Constituição e do Acto Adicional, o que necessita e quer o paiz, e ao proprio govêrno geral mais convêm para libertar-se da tremenda responsabilidade consectaria do immenso poder que absorveu.

Exposto assim o meu modo de pensar ácerca dêste ponto, acresceptarei que não supponho sejam á administração provincial mais necessarios, que á geral, órgãos ou agentes secundarios nas localidades. A esse respeito, confirmo o parecer já emittido. Em todo caso, questão é essa da exclusiva competencia das assembléas provinciaes, que poderão solve-la como julgarem mais acertado.

CAPITULO III

E' necessario dividir o poder legislativo provincial em duas Camaras ?

Não tenho como conveniente a divisão do poder legislativo provincial em duas camaras, creando-se os senados provinciaes, segundo permittiu o Acto Adicional no art. 3º, mediante pedido das assembléas.

Ao discutir-se o Acto Adicional, propoz-se na Camara a instituição do Senado, desde logo, nas provincias do Rio de Janeiro, Minas Geraes, São Paulo, Pernambuco e Bahia, Mas tarde as assembléas de São Paulo e Pernambuco representaram, pedindo a creação da segunda Camara e não fôrão attendidas. A meu vêr, com razão. A divisão do poder legislativo repousa em uma necessidade de organização social ou politica, como na Inglaterra, cuja Camara dos Pares representa uma classe preponderante e a propriedade do sólo, e nos Estados Unidos onde o Senado é a expressão da egualdade e independencia dos Estados Federados; — ou na conveniencia de impedir os arrastamentos de uma Camara unica, dando-se á elaboração das leis maior garantia de madureza e reflexão, a exemplo nosso e da Belgica.

A primeira razão não actua a respeito das nossas provincias; quanto á segunda o systema do Acto Adicional preenche sufficientemente o fim a que se destinou a instituição. As camaras provinciaes não são assembléas politicas ás quaes o enthusiasmo de momento ou paixões partidarias possam dictar resoluções perigosas, capazes de mudarem a face da provincia, destruindo interesses firmados e creando

sérias complicações. Sua tarefa é legislar sôbre a administração local, e nesta esphera ainda o maior erro não pôde produzir logo males consideraveis, difficeis de remediar-se. Além de que a sanção presidencial e a attribuição que tem a assembléa geral de revogar suas leis, quando offensivas da Constituição, dos impostos geraes, direitos de outras provincias e dos tractados com as nações estrangeiras, dão salutaes garantias contra os mais graves abusos que possam practicar, — é outro correctivo aos seus desmandos a curta duração do mandato.

Ao cabo de dous annos, é de suppôr que ellas se compoñham de novo pessoal, devendo-se, portanto, esperar que não duvidem revogar qualquer lei prejudicial á provincia. Si, porém, esta reeleger os mesmos representantes, ou outros que entendam não reparar o desacerto de seus antecessores, então o que se deve concluir é — ou que a lei tem utilidade, ou que realmente a provincia a quer e nesse caso... *res sua agitur*. A lei, na sua missão de proteger e prevenir, não pôde ir ao poncto de amparar interesses que, tendo em si proprios recursos efficazes, não os aproveitam, ou delles não sabem fazer uso.

Por outro lado, a creação de uma segunda Camara traria grande augmento de despesa, a que não poderiam as provincias occorrer sem sacrificios, não compensados pelas vantagens provaveis da instituição.

Para os que julgam precisas novas garantias contra os desregramentos de uma camara provincial unica, ha meios menos dispendiosos e talvez dê maior efficacia. Prohibe o regimento interno da Camara dos Deputados que volte á téla da discussão nas sessões do anno o projecto rejeitado. Identica disposição encontra-se nos regimentos de algumas, sinão todas as assembléas provinciaes. E' tambem uma medida de cautela, que mais proficua será, prohibindo-se que possa ser tomada em consideração — na mesma legislatura — a materia contra a qual já se houver pronunciado a assembléa, ou não a approvando, ou annuindo á recusa de sanção presidencial.

O Acto Adicional já não permite que se reproduza, na mesma sessão, o projecto não sancionado e que não alcançou a votação dos dous terços. Amplie-se, pois, o pensamento a toda a legislatura. E, si mais quizerem, decreta-se que a faculdade de substituir a sanção pelos dous terços, sómente seja exercida na legislatura seguinte. O juiz dos motivos

da impugnação continuará a ser a assembléa, mas depois de consultada a provincia. Qualquer dêstes alvitres é preferível ao estabelecimento de uma segunda camara, que virá trazer mais uma roda inútil á nossa organização.

Julgo que de nenhum delles ha mistér. As assembléas provinciaes até hoje não abusaram de modo que tornassem sensível a falta de meios de defesa contra os seus desvairamentos. Por que receiar taes excessos no futuro? O espirito público vac-se erguendo e progredindo; — delle não se deve esperar o mal, que não se practicou em épochas de maior atrazo e exaltação partidaria.

— «*» —

CAPITULO IV

E' preciso organizar o contencioso administrativo provincial

Opino pela negativa. O contencioso administrativo é outra invenção franceza, que se procurou imitar entre nós, quanto aos negocios geraes, tentando-se por vezes estende-lo tambem ás provincias, especialmente no projecto do marquez de São Vicente, estudado no Conselho de Estado.

Devia-se, entretanto, ter em vista, que sómente razões de conveniencia política determinaram a criação dêssa instituição no paiz em que mais se desenvolveu — a França — tractando-se de justifica-la por meio de distincções subteis, sem base no terreno do direito.

Ao invéz de alguns estadistas nossos, Minghetti, que a achara já estabelecida em todos os Estados da Italia, cuidou logo de a ir abolindo para restituir aos tribunaes judiciarios as attribuições delles retiradas, afim de constituirem a competencia dessa jurisdição anormal, que converte em juiz a mais forte das partes litigantes. Taes fôram os intuitos do seu projecto de lei de 27 de Abril de 1861. (49).

Elle observava, com razão, que onde quer que a inamovibilidade dos magistrados é preceito da lei fundamental, a existencia de um tribunal do contencioso administrativo é attentado contra a Constituição.

Distinguir entre as funções judicarias e as contenciosas administrativas, accrescenta Fuzier-Herman — questão é de méra definição. Como responder á fórmula seguinte? — "O poder legislativo deve limitar-se a fazer as leis geraes;

(49) Minghetti — *Da organização administrativa do Reino da Italia*.

o executivo a garantir-lhes a applicação e só ao judiciario incumbe reprimir as suas infracções e julgar as contestações que se originem dessa applicação. *O destino proprio da administração é regular os interesses*; pertence-lhe, dentro dos limites fixados na lei, determinar até onde possam ir as concessões, que ao bem público deva fazer o cidadão. Mas, si em sua actividade offende, não um interesse, mas um *direito*, e colloca o cidadão em posição de poder dizer-lhe — apoiando-se em algum texto legislativo — “não irás além” —, a questão nada tem já de administrativa: duas partes reclamam que a lei seja applicada á especie sôbre que litigam; é a essencia de todo o processo. Ahi começa a missão do poder judiciario.” (50).

Para o contencioso nos negocios da fazenda nacional, regido entre nós pelo decreto n. 2.343, de 29 de Janeiro de 1859 (art. 23, §§ 1º e 2º), poder-se-á talvez encontrar fundamento no art. 170 da Constituição, que encarregou ao tribunal do thesouro a administração, arrecadação e contabilidade da receita e despesa do Imperio.

Mas, em questões de outra ordem e a respeito das quaes estabeleceu o regulamento de 5 de Fevereiro de 1842 recursos para o govêrno em conselho de Estado, ha obstaculo legal na propria Constituição, que creou um poder especial para distribuir justiça, e reiteradamente affirmou sua independencia nos arts. 9º e 179, § 12, reconhecendo como garantia da inviolabilidade dos direitos políticos e civis do cidadão a *igualdade perante a lei* (cit. art. 179, § 13). Não ha duas justiças, uma civil e outra administrativa. A jurisdicção administrativa contenciosa é uma usurpação da jurisdicção commum, unica competente para decidir das questões em que está envolvido o interesse privado — embora seu contendor seja a administração, que em tal caso não figura como poder, e sim como parte em perfeita equipollencia de direitos.

Relativamente ao contencioso provincial, pretende-se justifica-lo allegando não haver para quem se recorra das decisões do presidente, dada a offensa de direitos do particular.

Que o presidente da provincia, como poder provincial, não tem superior hierarchico competente para tomar conhecimento de seus actos e annulla-los ou modifica-los, é uma

(50) Fuzier Herman — *A separação dos poderes, segundo a história e o direito constitucional comparado*.

verdade derivada da nossa organização administrativa, sua consequencia logica e natural. Não é exacto, porém, que o direito privado por elle offendido não encontre abrigo contra qualquer excesso, desaggravo contra abuso seu. Ali estão os tribunaes judiciais para manterem e fazerem respeitar o contracto violado, si de contracto se tracta, e impôr-lhe a pena em que haja incorrido e a indemnização pecuniaria devida pelo damno causado.

Não; as provincias dispensam toda e qualquer jurisdicção excepcional e privilegiada, como deve dispensa-la o Estado em homenagem aos bons principios. O que convém é acabar com o que existe, sem real proveito para a causa pública. Funciona entre nós, ha mais de 40 annos já, o juizo dos feitos da fazenda, e póde-se affirmar que d'elle não têm colhido os interesses fiscaes vantagem alguma, e talvez, só prejuizo. E si vantagens houve, não são por certo superiores ás que lhes asseguravam as justiças ordinarias, tanto que, na segunda instancia, a ellas estão sujeitos como os de qualquer particular.

Não ha muitos annos mandou o govêrno proceder a exames no cartorio dos feitos desta côrte, e dos relatorios que apresentou a commissão encarregada desse trabalho colhe-se: 1º, que de Julho de 1867 a Julho de 1876 havia em juizo 101.545 execuções: destas 28.056 findas; 22.615 sem resultado pelas circumstancias dos devedores e 50.874 pendentes; 2º, que havia mais 74.488 mandados executivos, dos quaes 14.067 pagos, 9.397 incobráveis e 51.024 pendentes.

Ora, si na côrte, com os largos meios de acção de que dispõe a auctoridade, as execuções promovidas pelo juizo privativo têm produzido tão pouco resultado, o que se deverá esperar das provincias, onde as despesas adeantadas pelo thesouro para custeio dos processos, muitas vezes não são compensadas pelos exiguos pagamentos feitos pelos devedores?

Em 1877 tentou o ministro da Fazenda reformar o juizo dos feitos, no sentido de conceder-se quer aos juizes de direito nas cabeças das comarcas geraes, quer aos municipaes nos respectivos termos, competencia para processarem e julgarem as causas executivas na cobrança de impostos. Outras providencias tomava o respectivo projecto, que ainda pende de deliberação do Senado. (51). Ouvidas a respeito as commissões de fazenda e legislação, deram parecer a 2 de Outubro,

(51) Vide sessão do Senado de 17 de Julho de 1877.

propondo-lhe emendas. Nem o projecto, nem as emendas, porém, satisfazem á necessidade que todos sentem.

A verdadeira reforma a fazer-se é a suppressão do juizo privativo. O restabelecimento da competencia territorial, regulada pelo fòro do domicilio e da *situação* real, é o que convém. Nada ha que justifique a conservação de um privilegio odioso e prejudicial, que tanto tem de pesado como de inutil, por qualquer lado que seja encarado.

A instituição dos tribunaes contenciosos viria estabelecer mais um privilegio, igualmente injustificavel, sem nenhum proveito do paiz.



CAPITULO V

Que attribuições faltam ao govêrno provincial para que haja razoavel descentralização administrativa ?

Ficam em parte resolvidas as questões relativas a este quesito no que até aqui tenho exposto.

Pelo que respeita aos interesses geraes, penso que se terá feito bastante :

1°. Delegando aos presidentes de provincias as attribuições que lhes conferiam os projectos dos srs. Almeida Pereira e Saraiva, adoptando-se, porém, uma fórmula synthetica, qual a que apresenta o de 1859.

2°. Estabelecendo uma alçada dentro da qual resolvam definitivamente quaesquer questões, attinentes aos diversos ministerios e relativas a factos que nas provincias occorram.

Têm-na as thesourarias, alfandegas e mais estações fiscaes, não podendo suas decisões ser revogadas, salvo por motivo de nullidade, e não é admissivel, sôbre ser incommodo ás partes, e inconveniente ao serviço, que esteja privada de igual prerogativa a primeira auctoridade da provincia.

“Em vão conta o poder executivo em cada provincia, além do presidente, chefes particulaes dos differentes serviços publicos, o financeiro, o militar, o naval, o postal; são meros intermediarios da administração superior, não são administradores activos.

“Por que não se introduziria no nosso direito público a regra de que os agentes do poder central nas provincias são instituidos para plenamente representa-lo ? Assim, por exemplo, por que hão de vir resolver-se no Rio de Janeiro todas as questões concernentes ao dominio nacional e ás minas ? por que é que as thesourarias de fazenda não teriam competencia definitiva, mesmo nos assumptos do contencioso

fiscal? não são delegacias do thesoouro? Na propria França os prefeitos deliberam por si, independente de auctorização dos ministros, em materia de contribuições directas e questões de dominio público. Poder-se-ia consagrar a regra da competencia definitiva das repartições provinciaes, com uma ressalva sómente, que tudo previne: nos casos mais graves, seja a sua deliberação communicada á repartição central respectiva, para que a ratifique ou annulle, dentro de certo prazo; e si o não fizer, decorrido este, entende-se haver tacitamente approvado. A difficuldade consiste em indicar os casos a exceptuar, mas não será insuperavel para homens experimentados na administração". (52).

E' o que me parece sufficiente. Em outros paizes, ao realizarem-se reformas analogas, têm-se expedido extensos regulamentos, contendo numerosissima nomenclatura de serviços descentralizados. Sirvam de exemplo os dous decretos francezes de 25 de Março de 1852 e 12 de Abril de 1861, expedidos por Napoleão III, (53) que transferiram aos prefeitos e sub-prefeitos varias attribuições até então exercidas pelo governo central.

Mas não é a nomenclatura o melhor methodo a seguir-se, pelas omissões que sempre escapam; e as nossas circumstancias, ainda que não satisfactorias, todavia são superiores ás da França naquella época. Os serviços descentralizados pelos dous decretos citados eram departamentais e communaes, e correspondem entre nós aos municipaes e provinciaes, que já se acham felizmente fóra da acção do Estado.

No esbôço de projecto, annexo A, está comprehendido o que julgo dever adoptar-se.

Quanto aos negocios provinciaes, além da ingerencia que é indispensavel dar á assembléa provincial na administração, por meio de delegações ou commissões suas, cumpre não só restabelecer o Acto Adicional, restituindo ás mesmas assembléas as attribuições, que lhes fôram retiradas posteriormente á lei de 1840, como tambem resolver as dúvidas que algumas de suas disposições têm suscitado.

A reforma seria defectiva si não procurasse sanar alguns outros inconvenientes com que hoje lucta a administração pública.

(52) Tavares Bastos — *A Provincia*, parte 3ª, cap. 7º.

(53) Dalloz — *Recueil*, 1852, 3ª parte, pag. 29, e 4ª, pag. 90, e 1861, 4ª parte, pag. 49, not.

Um delles é a anomalia de influirem as assembléas provinciaes no orçamento geral, decretando despesas a que o Estado tem de occorrer, quando, no exercicio de suas attribuições relativas á divisão civil, judiciaria e ecclesiastica, ellas cream parochias, municipios e comarcas.

Para julgar quanto isso importa, basta ponderar que as justicas de primeira instancia custaram ao thesouro em 1869-70 — 936:000\$000 — para 1882-1883 pediu o govêrno 2.734:000\$, — algarismo que tende a crescer de anno a anno.

No regime do Acto Adicional não se daria facto tão anormal. A assembléa provincial decretava a despesa do mesmo modo, mas como tinha de prôver sôbre os meios de realiza-la, certo não poderia faze-lo com egual desembaraço, e ahi estava o correctivo contra o abuso.

O Acto Adicional foi nesta parte logico e cauteloso. Aquelle poder que crêa a despesa, deve tambem indicar as fontes donde sairá a respectiva receita, e desde que essa despesa se destina ao estipendio de cargos provinciaes, ao poder provincial compete provê-los. Por isso, modificando o Codigo do Processo, o Acto Adicional conferiu ao presidente da provincia a attribuição de nomear os juizes de direito (art. 10, § 7°), como anteriormente já lhe dêra egual competencia ácerca dos parochos a lei de 14 de Junho de 1831, art. 18, confirmada pelo Acto Adicional, art. 10, § 7°, e pela lei de 3 de Outubro de 1834, art. 12.

Promulgada a lei de interpretação, entendeu-se que, á vista dos seus arts. 2° e 3°, não podia ser de nomeação provincial o cargo de juiz de direito, e effectivamente assim determinou a lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 24, declarando-se que, quanto aos parochos e mais beneficios ecclesiasticos, cessara a competencia dos presidentes com a proclamação da maioridade do imperador, porque a lei de 1831 provera tão sómente para o caso da regencia. (Avisos de 11 de Setembro de 1840, 9 de Setembro de 1841 e 25 de Agosto de 1842.)

Não cogitaram, entretanto, de *regencia*, ou interinidade, antes de situação permanente e definitiva, o Acto Adicional e a lei de 3 de Outubro de 1834, concedendo ao poder provincial o provimento das parochias. Aquella absorpção, porém, passou em julgado, cômó sóe quasi sempre acontecer.

A reacção não se animou a ir mais longe, abolindo a attribuição das assembléas de crearem novas circumscripções

ecclesiasticas ou judiarias, e dahi resultou que ellas ficassem com o direito de impôr ao Estado as respectivas despesas, que a partir de 1841 e 1846 começaram a correr por sua conta. (54).

Os alvitres até hoje lembrados para remediar o mal, isto é — estabelecimento em lei geral das condições que deverão reunir as diversas circuncripções, a attribuição cumulativa da assembléa geral, a recusa de fundos, são inaceitaveis por manifestamente contrarios ao pensamento claro e expresso do Acto Adicional. A competencia é exclusivamente provincial, e, uma vez exercida, a negativa de fundos por parte do poder geral seria um meio indirecto de nullifica-la; e, portanto, um abuso.

O unico remedio efficaz e compativel com a lei constitucional seria voltarmos ao dominio do Acto Adicional, deferida ao poder provincial a nomeação dos magistrados de primeira instancia, attendendo-se assim tambem ao principio de que na localidade e pela localidade deve ser regido o que é de seu interesse. Na administração da justiça, o interesse geral consiste — na lei reguladora das relações privadas, nas formulas ou processo para sua applicação, que devem ser as mesmas em todo o paiz, — e na organização dos tribunaes superiores, que decidam em última instancia, e firmem por seus arestos a verdadeira intelligencia do direito. Tudo mais é secundario.

Não desconheço, que não é nem pôde ser indifferente ao Estado o modo como se organizem as justiças locaes, por isso que nos gráus inferiores da magistratura prepara-se o pessoal mais habilitado para os de maior gerarchia. Mas esse interesse ficará attendido desde que se adoptar a regra salutar dos concursos para provimento dos cargos judiarios, sem a qual nunca teremos magistratura verdadeira-mente independente e illustrada.

Propria, pois, que se restituisse ao poder provincial, a faculdade das nomeações de magistrados de 1ª instancia, e a propria organização da respectiva justiça, conforme as circumstancias especiaes de cada provincia, pois sob esse ponto de vista, como relativamente a muitos outros, a uniformidade não pôde funcceionar bem por toda a parte.

(54) Lels n. 243, de 30 de Novembro de 1841, n. 396, de 2 de Setembro de 1846 e n. 514, de 28 de Outubro de 1848.

Entretanto, é certo, que antes de chegarmos até lá, como convém, alguma cousa de mais urgente ha a fazer-se e a respeito da qual se pôde affirmar que existe accôrdo geral.

Graças á reforma judiciaria de 1871, posto que imperfeita e manca, temos já:

A separação das attribuições judicarias e policiaes;

O alargamento da fiança e do *habeas-corpus*;

A incompatibilidade da magistratura para os cargos de eleição;

O julgamento definitivo em primeira instancia por juizes vitalicios;

A generalização dos tribunaes de segunda.

Não é pouco; ao contrário, é quasi tudo quanto se faiz mistér para que tenhamos regular administração de justiça, esperando da evolução natural do tempo a remoção dos embaraços, que actualmente se oppõe, tanto á localização da justiça em 1º grau, como, ao que mais é — a electividade da magistratura.

E' quasi tudo; mas o que falta é tambem essencial: falta a independencia do magistrado, que não se consegue só pela inamovibilidade, sinão pelo modo práctico de sua admissão e accessos.

O 1º grau não deve ser concedido por méro favor do Governo, e sim mediante prova práctica de habilitações, isto é, o concurso: feito isto, o principio de antiguidade como base de organização dos tribunaes superiores perde o seu principal inconveniente.

Em 1861 disse o senador Nabuco: “Eu não quizera um noviciado tão acrysolado como é na Prussia, como é na Alemanha, onde se exigem tres exames rigorosos para que o candidato bacharel em direito seja investido das importantes funções da magistratura; o primeiro exame, o que confere o titulo de auditor, o segundo, que confere o titulo de referendario; o terceiro, o mais rigoroso, pelo qual ao bacharel ou candidato é conferido o cargo de magistrado. Mas para se conferirem os cargos de juiz municipal, de juiz de direito, é preciso exigir alguma provança, Nós temos para os juizes municipaes sómente o requisito de um anno de práctica; mas esse anno de práctica, vós o sabeis, é complemento illusorio. Esse anno de práctica deve consistir na frequencia das audiencias, em defesas perante o jury, em outras provanças que são essenciaes para serem conhecidos aquelles que têm de ascender ao cargo importante de magistrado.

Não ha concorrência para o cargo de juiz municipal: — pois bem, seja para esse cargo menos rigorosa a habilitação, ao menos por agora. Para o cargo, porém, de juiz de direito, ha muita concorrência, e, visto que ha muitos concorrentes, é preciso que haja toda a provança que dê garantia á nomeação. Que inconveniente havia em que terminando o juiz principal o seu quatriennio, fôsse sujeito a um exame ou concurso em que elle mostrasse com outros a sua capacidade? Esse exame ou concurso eu quizera que fôsse annual, e não para cada vaga ou para cada occasião.” (55)

Um publicista francez, fazendo considerações analogas sôbre falta do verdadeiro tirocinio para os cargos de magistratura em seu paiz — onde aliás se exige prolongado estagio, adduz a seguinte observação que nos é perfeitamente applicavel:

“O recrutamento dos tribunaes superiores deve resentir-se dessa falta, pois que a primeira instancia é o seu viveiro. Si um certo número de magistrados chega a revestir a toga encarnada pelo seu merito pessoal, quantos não devem a sua ascensão a situações particulares, a grandes influências ou ás circumstancias, que lhes permittiram dar provas de dedicação aos poderosos do dia? Era assim que as cousas se passavam no tempo do imperio. Todavia ha excepções, mas a regra geral é aquella.” (56)

E’ assim que as cousas se passam ordinariamente entre nós, podemos dizer-lo tambem!

O senador Nabuco descreveu perfeitamente a nossa situação, e indicou o que se pôde fazer desde já, restaurando-se ao mesmo tempo a attribuição do Acto Adicional, art. 10, § 7º, quanto á nomeação dos magistrados de primeira instancia pelos presidentes.

Conserve-se embora a uniformidade actual da organização da justiça de primeira instancia, mas restabeleça-se a attribuição e exija-se o concurso.

Indicar as regras que devem presidi-lo seria sair do círculo a que se restringe este trabalho; cabe isso ao projecto de reforma judiciaria, que consta achar-se em estudo.

Limite-me, portanto, a ponderar que não deve ficar ao arbitrio da legislação provincial, cumprindo que seja regulado

(55) Senado, sessão de 15 de Junho de 1861.

(56) Jousserandean — *Poder Judiciario*.

por lei geral, com as garantias precisas para não ser illusorio.

Pois que o magistrado do primeiro grau deve passar mais tarde aos superiores, entrando para os tribunaes do Estado, a este deve pertencer a designação das provas a exigir, não havendo nisto invasão de franquezas provinciaes, apenas conciliação de interesses communs.

Outro inconveniente grave, que entre nós se observa — é a frequencia com que se vão reproduzindo os crimes e sua quasi completa impunidade, em damno da segurança individual e da ordem pública.

Não é só o interesse social que reclama a cessação de semelhante estado de cousas; mas o proprio direito dos delinquentes. Em um dos ultimos relatorios do Ministerio da Justiça, denuncia-se o seguinte facto lamentavel: (57)

“Constou-me, diz o ministro, por informação confidencial prestada por um magistrado, em 19 de Agosto último, que existiam na comarca do Recife 460 réus pronunciados, *alguns dos quaes já tinham soffrido o dobro da pena* (1) Não obstante trabalhar o jury regularmente de dous em dous mezes, julgando 15 e 16 criminosos, o número dos processos, diariamente augmentado, era motivo para difficultar as decisões e tornaria ainda mais tardia a dos afiançados, cujo número orçava por 150, incluídos em 50 processos começados em 1858 a 1881!”

E' para mim inquestionavel que não chegaríamos a tão deploravel situação, si estivesse em pleno vigor o Acto Adicional.

Elle deixou ás assembléas o direito e o cuidado de instituir a policia local (art. 19, § 4º); mas exactamente o primeiro artigo da *lei da interpretação* cerceou-o completamente com a declaração de que a palavra *policia* não comprehendia a *judiciaria*!

Quiz dizer que, á excepção do pouco que a lei de Outubro de 1828, permittiu fôsse regulado pelas posturas municipaes, todos os demais pequenos delictos e contravenções ficariam sob a alçada da policia geral, donde resulta o facto contristador da comarca do Recife, officialmente declarado, e que é simplesmente a reproducção do que occorre por toda a parte!

(57) Relatorio apresentado á primeira sessão legislativa de 1882.

Nada mais contrario ao natural sentido da lei interpretada! Anteriormente ao Acto Adicional já as camaras e conselhos geraes podiam legislar sôbre policia judiciaria. A lei de 1º de Outubro de 1828, art. 71, determinava que as posturas versariam sobre *segurança* pública, e no art. 66, que cohibissem injurias e obscenidades. Isto é, policia judiciaria.

O art. 308, § 4º, do Codigo Criminal expressamente reconheceu uma policia judiciaria local, competente para conhecer de pequenos delictos. Nem outra cousa mais do que policia local judiciaria estabeleceu o Codigo do Processo, quando no art. 12 definiu as attribuições criminaes dos juizes de paz, entre as quaes figuravam as de proceder a auto de corpo de delicto, formar a culpa aos delinquentes (§ 4º) e julgar as contravenções ás posturas municipaes, os crimes a que não esteja imposta pena maior que a multa até 100\$, prisão, degredo ou desterro até seis mezes, com multa correspondente á metade desse tempo, ou sem ella, e tres mezes de casa de correcção ou officinas públicas, onde as houver.

No título 3º de seu projecto de organização dos Tribunaes Correccionaes, aponta o desembargador Araripe numerosos pequenos delictos, cuja penalidade não excede de seis mezes de prisão, cabendo naturalmente sua repressão á policia local, e que se acham incluídos na attribuição do art. 10, § 4º, do Acto Adicional.

E' indispensavel restaura-la, para que o paiz não se barbarize, commettendo ás assembléas provinciaes, conforme permittirem as circumstancias de cada localidade, a sua prevenção e repressão a juizes ou tribunaes populares.

No municipio neutro, compete provêr sôbre o assumpto aos poderes geraes, que difficilmente poderão melhor attende-lo do que esse projecto, que as provincias tomarão seguramente por modelo, no que fôr possível, respeitando, porém, a alçada do jury acerca de todos os delictos commettidos por meio da imprensa. (58)

A este assumpto prende-se outro de não somenos importancia. A melhor organização policial será improficua, sem fôrça em que se apoie, e a retribuida que as assembléas

provinciaes organizam, nos termos do art. 11, § 2º, do Acto Adicional. é em todo o Imperio insufficiente para o serviço, que lhe incumbem.

Os abusos a que deu logar a instituição da guarda nacional, depois que, falseada em seu modo de constituir-se e desviada de seu legitimo destino, se converteu em instrumento de compressão e corrupção, crearam no paiz a opinião unanime de que era preciso extingui-la.

E, de feito, pôde-se dizer que foi ella abolida pela lei n. 2.395, de 10 de Setembro de 1873, que a alliviou de todo o serviço, salvo nos casos extremos de guerra externa. rebellião, sedição ou insurreição, nos quaes pegar em armas é dever imposto a todos os brasileiros pela Constituição.

Excepção nos commandos superiores das fronteiras, submettidos, por motivos de ordem pública, ao regime especial do decreto n. 2.029, de 18 de Novembro de 1857, a guarda nacional já não existe no Imperio.

Restam as patentes dos officiaes, hoje verdadeiras distincções honorificas com que os partidos galardoam seus melhores cabos.

Não contesto por fôrma alguma as vantagens da lei de 1873, que libertou as classes menos favorecidas da nação de grandes onus, e quebrou perigosissima arma nas mãos do govêrno e das auctoridades. Mas, de par com esse beneficio, vieram — e era isso inevitavel —, tambem inconvenientes, que em certas emergencias podem assumir character de maxima gravidade.

Acredito que ninguem o negará; mas não é aqui logar proprio para explanar o assumpto sob um poncto de vista mais alto e mais geral. Considerado sob o aspecto unico dos interesses locaes, tenho por intuitivo que a lei de 1873 foi defectiva, deixando-os ao desamparo, quando poderia perfeitamente acautela-los.

Urge reparar o êrro. Ha necessidades de ordem muito inferior ás quatro acima indicadas, para cuja satisfacção não é licito recorrer hoje á guarda nacional, mas que não podem deixar de exigir o concurso gratuito de todos os cidadãos, que compunham e deviam compôr a milicia nacional.

Não os perdeu de vista, antes nelles cogitou o centro liberal, quando em seu programma de 1869, reclamando a abolição da guarda nacional, pediu sua substituição por uma guarda civica municipal, *qualificada na paróchia, para servir na paróchia*, auxiliando a policia nos casos urgentes e na

falta dos respectivos destacamentos, sem organização militar, e tendo por chefes cidadãos nomeados pela camara municipal.

As circumstancias de hoje são mui diversas das de 1869, e mais que nunca se faz sentir a falta de forças locais, destituídas de organização militar, capitaneadas por chefes de sua propria escolha, ou mesmo da dos immediatos representantes da localidade, e que de um momento para outro estejam habilitadas a prestar seu apoio á segurança das pessoas e da ordem pública.

A transformação social, que se vae operando, e que de dia em dia mais e inevitavelmente se accelerará, exige-o imperiosamente.

Si em 1869 era isso de conveniencia pública, na actualidade é imprescindivel.

A organização dessa milicia cidadã compete ás' assembleas provinciaes, como era preceito do Acto Addicional. Restaure-se, pois, tambem essa attribuição, contida no art. 1º, § 7º, mas nullificada pela lei de interpretação, e as assembleas provinciaes saberão della tirar immenso partido, que, aproveitando immediatamente aos municipios e ás provincias, poderá ser tambem de grande auxilio ao Estado, em algumas dessas eventualidades arriscadas, a que as nações, como os individuos, estão expostas.

Seja o onus extensivo a todos, ricos e pobres, sem selecção de classes, prescinda-se de qualquer distincção, que não provenha da espontanea confiança e livre escolha do cidadão; eximam-na de outra disciplina que não seja aquella a que voluntariamente se submettem todos, sempre que se tracta de conseguir o que depende do concurso accôrde de forças individuaes — alliviem-na de serviços dispensaveis e contínuos, ou frequentes — não se appelle para ella sinão quando a necessidade local o exigir e só para que se torne effectiva sua intervenção na propria localidade, e a guarda civica será para a lei, a auctoridade e o proprio cidadão, uma garantia de paz, de ordem e tranquillidade.

"A Guarda Nacional, dizia Benjamin Constant — será, a meu vêr, perfeitamente organizada, si a lei que nos fôr proposta restituir a esta instituição tão respeitavel e tão benefica sua antiga pureza e seu fim primitivo; si não houver nomeações arbitrarías que desnaturem este exercito de cidadãos incumbidos de manter a ordem, e, sendo preciso, de defender seus lares; *si não houver disciplina vexatoria* que transforme os cidadãos em instrumentos passivos, nem

depuração que faça desse baluarte nacional a manivella dos partidos; nem regulamentos minuciosos proprios para fatigar o zêlo, perturbar sem utilidade o exercicio da indústria, amesquinhar a dignidade de um dever público, e dar o character de favor á faculdade de renunciar um direito.”

No relatorio de 1870, reproduzindo este trecho, acrescentava o ministro da Justiça Alencar:

“Da massa dos cidadãos de que actualmente se compõe a Guarda Nacional tira-se uma guarda municipal destinada a auxiliar ou supprir a fôrça policial em cada municipio.

“Era este o pensamento de um de meus illustrados antecessores, que estudou acuradamente esta questão.

“Para substituir a Guarda Nacional nos serviços que ora presta com vexame para os individuos e para o trabalho é minha convicção profunda, que aconselham a prudencia e a justiça, a criação de uma milicia auxiliar localizada, que sem ameaça á liberdade ou á ordem pública seria instrumento util e proveitoso á regular administração do Estado para provêr á segurança pública e bem estar individual.”

“A fôrça da milicia auxiliar, limitada ao estricto necessario para em cada uma das freguezias substituir a Guarda Nacional no serviço ordinario, nem pela organização que deve ter, nem por seu número, póde prestar-se a ser instrumento de tyrannia.” (Relatorio de 1862).

“A’ primeira vista o serviço dessa guarda municipal equivale ao serviço ordinario e quasi permanente da actual Guarda Nacional. Mas a differença é profunda. A guarda municipal deve offerecer garantias efficazes á liberdade do cidadão.

“Fixando o serviço em dez annos, no fim dos quaes o cidadão liberta-se do onus; admittindo a isenção prévia mediante uma contribuição pecuniaria, graduada para a activa e a reserva; circunscrevendo o serviço ao municipio, salvo caso extraordinario; estabelecendo uma escala annual que alterne com regularidade a obrigação; e fazendo finalmente em certas circumstancias reverter em beneficio dos que concorrem pessoalmente o producto das contribuições pecuniarias, como uma compensação, creio que se alcançará uma instituição adequada ás nossas circumstancias e consentanea com a liberdade do cidadão.

“Melhor seria que pudesse o paiz dispensar mais este onus; porém, similhante resultado depende da criação de

grandes corpos regulares de policia, melhoramento que tão cedo não obteremos.

"A instituição da guarda municipal será sem dúvida um impulso naquelle sentido. Os pequenos nucleos dessa milicia, que se crearem nos diversos municipios, porventura virão a formar um dia os elementos da fôrça policial de cada provincia."



CAPITULO VI

Reforma municipal

Caberia aqui expendêr a minha opinião sôbre a reforma municipal, que tambem se propõe o govêrno realizar, em harmonia com a provincial.

Como, porém, essa tarefa foi incumbida a outra commissão, exporei apenas por alto algumas idéas geraes, aguardando para maior desenvolvimento a apresentação do respectivo projecto e o estudo conjuncto, que deve ter logar entre as duas commissões.

Devem as municipalidades ter plena liberdade na gestão dos seus negócios, sujeitas todavia á inspecção — do poder superior, a provincia, — pois, embora autonomas, são tambem fracções della, que por sua vez o é do Estado.

Esse intuito realizar-se-á, dando-se-lhes mais independencia do que lhes reservou o Acto Addicional. Não é exacto dizer-se, segundo ponderou com toda a justiça o ministro do Imperio em 1869, que o Acto Addicional *matou as liberdades* municipaes; mas a verdade é que mesmo sob a pureza do seu regime, escoimado da interpretação restrictiva que lhe deram innumeradas decisões do govêrno, não teriam as camaras a acção, fôrça e prestigio indispensaveis. Antes do Acto Addicional já não tinham ellas a antiga importancia, e, si com a promulgação dessa lei não melhorou muito a sua sorte, o pensamento do reformador constitucional foi favorecer-las. E, sinão, vejamos.

As camaras do tempo colonial, regidas pela Ord. do liv. 1º, tit. 66, tinham a administração dos bens do conselho, faziam obras, estabeleciam posturas, marcavam taxas, impunham *fintas*. Em virtude de outras ordenações e leis

posteriores nomeavam: os *juizes almotacés*; os *recebedores da siza*; os *depositarios publicos*; os *avaliadores dos bens penhorados*; os *alcaides*; *quadrilheiros*; *capitães-móres de ordenanças*; *sargentos-móres*; *capitães-móres de estradas e assaltos*, ou *capitães do matto*; os *juizes da vintena*, e os *thesoureiros menores* e intervinham no julgamento das injúrias verbaes (59). Além destas attribuições dadas por lei, arrogavam-se outras mais importantes e tambem mais perigosas: promoviam a guerra e a paz com os gentílos; decretavam a criação de arraiaes; convocavam junctas do povo para discutir e deliberar sôbre interesses da capitania; exigiam que os governadores comparecessem nos seus paços para tractar com ellas negocios publicos, e mais de uma vez os suspenderam e nomearam quem os substituísse, enquanto o governo não providenciasse a respeito.

A metropole reagiu; obrigou-as a restringirem-se ás suas attribuições, impôz-lhe formal obediencia aos governadores, permittindo-lhes apenas replicarem respeitosaente ás suas ordens, quando lhes parecessem illegaes, executando-as, si reiteradas, e representando ao govêrno de Lisbôa, para resolver como entendesse de justiça. Ficaram, portanto, reduzidas á expressão simples de corporações locaes, circumscriptas nos limites traçados pela legislação vigente. (60)

Promulgada a Constituição, que manteve a sua competencia ácerca do govêrno economico e municipal das cidades e villas (art. 167) e reservou para uma lei regulamentar a determinação do modo como o exerceriam, deu-lhes novo regimento a lei de 1º de Outubro de 1828.

Declarando-as corporações meramente administrativas (art. 24), subordinadas aos presidentes de provincias (artigo 78), prohibindo-lhes reunirem-se para tractar de quaequer negocios nella não especificados (citado artigo), essa lei reconhece-lhes, é certo, o direito de gerir os dinheiros municipaes, applicando-os como julgarem mais conveniente; — mas subordinadas sempre á auctorização e approvação do presidente em conselho e dos conselhos geraes, ou do ministro do Imperio e Assembléa Geral na côrte; deu-lhes o direito de nomear empregados, mas não os que julgassem necessarios, e sim os que a propria lei designara: — secretário,

(59) Cortines Laxe — *Commentarios sôbre a lei de 1º de Outubro de 1828*.

(60) Pereira da Silva — *História da Fundação do Imperio*.

procurador, porteiro, seus ajudantes e fiscaes (arts. 79 a 88); permittiu que deliberrassem sôbre a tranquillidade, segurança, saude, commodidade dos habitantes; asseio, bôa construção e elegancia externa dos edificios e ruas etc. etc., mas sempre na dependencia da auctoridade superior, sem cujo *placet* não teriam vigor por mais de um anno as suas deliberações, enquanto não fôsssem confirmadas, e que ella poderia alterar e annullar (art. 72).

Porventura o Acto Addicional aggravou de alguma fórma a tutela, em que assim viviam as camaras municipaes, tão meticulosa, tão exigente que foi necessaria uma auctorização expressa do govêrno para que a edilidade do Rio de Janeiro nomeasse um empregado incumbido da sua contabilidade? (61) Ninguem o dirá; ao contrario, creando as assembléas provinciaes, a lei de 1834 removeu a tutela para quem podia desempenha-la com menos vexame das camaras municipaes. Antigamente era essa tutela exercida principalmente pelos conselhos geraes, e sendo certo que estes nada resolveriam definitivamente por si, dependendo suas decisões de approvação do poder geral, em última analyse era este o verdadeiro tutor.

Ora, não é preciso demonstrar que o govêrno e a Assembléa Geral não estavam no caso de apreciar melhor as condições locaes, do que as assembléas legislativas provinciaes, em cujo seio deviam ter assento os melhores homens da provincia nellas residentes, immediatamente interessados no seu bem estar e progresso, conhecendo pessoalmente suas necessidades, conveniencias e recursos.

Os redactores do Acto Addicional suppuzeram que as assembléas provinciaes seriam como que o congresso das summidades municipaes, que as constituiriam os cidadãos mais influentes dos diversos municipios, habilitados por isso a resolverem com acerto todos os seus negocios, e dahi veio confiarem-lhes as importantes attribuições que exercem com relação aos municipios, isto é: legislarem sôbre: 1º, os casos de desapropriação por utilidade municipal; 2º, polícia e economia municipal; 3º, fixação das respectivas despesas, e os meios de occorrer a ellas; 4º, a repartição da contribuição directa; 5º, fiscalização do emprego da renda; 6º, tomada de contas, e 7º, creação, suppressão e retribuição de empregos. (Art. 10, §§ 3º a 10.)

(61) Resolução de 4 de Outubro de 1830, arts. 1º e 2º.

E releva notar duas circumstancias importantes: a primeira é que o Acto Adicional garantiu a iniciativa das camaras em tudo o que dissesse respeito á policia e economia municipal, incluindo a fixação da despesa e a criação da receita; a segunda, que as resoluções das assembléas provinciaes referentes a interesses municipaes, não dependem de sancção dos presidentes de provincia, o que é menos restrictivo do que o systema da lei de 1828. Actualmente a vontade que deve predominar ácerca dos negocios locais é a dos seus immediatos representantes no municipio ou na provincia; — o poder geral não tem já o direito de intervenção de que estava armado e mais de uma vez exerceu. (Acto Adicional, art. 13, 2ª parte.)

Não se diga, portanto, que o Acto Adicional *matou o elemento municipal*, pois se não lhe deu toda a animação e fôrça que convinha ter, e era consequente com o principio descentralizador que o domina, não tornou mais precaria a sua sorte, antes procurou melhora-la. Si o não conseguiu deve-se imputa-lo não ás suas intenções, mas á imperfeição de que se resentem todas as cousas humanas. Elle não exprimiu a todos os respeitos a última palavra da sã razão politica na sua época; e menos póde satisfazer as necessidades actuaes.

Cumpra reforma-lo tambem na parte — relativa ás camaras municipaes. E preciso, porém, não esquecer que a nova lei se deve limitar aos principios geraes da reorganização das municipalidades, no que concernir aos interesses de ordem mais elevada que ahi possam estar em jogo, afim de salvaguarda-los. Quanto ao mais, pertence ás assembléas provinciaes, que o regularão conforme as circumstancias especiaes de cada localidade, evitando o vicio capital da instituição de hoje — a *uniformidade*, verdadeiro absurdo em um paiz vastissimo, e onde as condições variam de provincia a provincia e de municipio a municipio, como variam o clima, o sólo, as produções naturaes.

Ainda aqui repetirei que é mistér não comprometter pela exaggeração um bom principio. Si a emancipação do municipio é uma idéa fecunda, ella não deve ir ao ponto de permittir-lhe a liberdade de prejudicar os interesses da provincia e do Estado, descurando dos seus proprios, abandonando os que lhe fôrem peculiares.

Este inconveniente remove-se facilmente, por meio da designação de despesas obrigatorias a que as camaras muni-

cipaes devam necessariamente occorrer para beneficio dos seus jurisdicionados, destinando-lhes recursos sufficientes, sob pena de manda-las as auctoridade superior incluir no orçamento e faze-las por conta da municipalidade. E' o systema adoptado pela lei belga, e que o projecto de 1869, do conselheiro Paulino de Sousa, procurou applicar entre nós.

Outra idéa de grande vantagem, que convem desde logo consagrar, é a das associações municipaes (*consorcios* na Italia), consentindo-se, assim, que as camaras possam combinar entre si um regime commum, para satisfação de qualquer necessidade ou preenchimento de algum fim de utilidade tambem commum, que exceda aos recursos de cada uma isoladamente.

Na organização do municipio neutro, a acção dos poderes geraes é tão completa como a das assembléas provinciaes sôbre as respectivas camaras, e ainda que deva ser peculiar ás condições especiaes da côrte, poderão ficar nella plantados os bons principios, que as assembléas provinciaes não deixarão de applicar, como fôr possível, nas localidades para que houverem de legislar.

O projecto apresentado pelo conselheiro Paulino de Sousa, em 1869, offerece um typo adoptavel para a organização das parochias, excepto quando inclue nos conselhos de fabricas um elemento extranho á electividade, que deve ser o principio sempre dominante: — seis proprietarios de parochias designados tres pelo ordinario e tres pelo prefeito. Eu os admittiria, mas por eleição popular que recaísse sôbre a classe.

Algumas idéas uteis contempla o projecto, ácerca da municipalidade propriamente dicta, e que podem ser acceitas; mas são para mim defeitos capitaes — a existencia de um prefeito, nomeado pelo govêrno, e ao qual confere o executivo municipal, annullando assim completamente a camara, e a dependencia da approvação do govêrno, para que sejam executadas as resoluções della, o que a conserva sob a coacção em que vive.

O executor das deliberações da camara deve ser a propria camara, por si, ou por delegado seu, ou ainda por seu presidente, expressamente eleito pelos muncipes. Tudo o que não fôr isso é desvirtuar a instituição. A approvação do govêrno, para que suas deliberações se tornem effectivas, importa nullifica-la; o govêrno converte-se dessa arte em verdadeiro administrador do municipio, como actualmente

é. Tenha elle o direito de impedir que a camara abuse, em detrimento do Estado; é quanto basta e nem outra coisa lhe póde competir.

A esse respeito, o projecto do deputado Bezerra de Menezes, offerecido em o anno passado, consulta melhor a indole da instituição e as conveniencias do serviço. A *secção executiva* por elle ideada, é o que me parece acceitavel, desde que o presidente collabore com os vereadores especiaes ou de parochia, propostos no projecto n. 1.809.

Por último direi, que nenhuma reforma da municipalidade da côrte póde prescindir da reivindicação de algumas taxas de character puramente local, hoje arrecadadas pelo thesouro, como receita do Estado, exonerado este, em compensação, dos serviços municipaes que estão a seu cargo.

Quando aos poderes geraes não sobram tempo, nem recursos, para se dedicarem a importantes questões de interesse nacional, é inexplicavel que se preocupem com outros de ordem secundaria e que immediatamente dizem respeito á localidade!

Assistimos impassiveis á devastação dos seringaes do Amazonas e Pará, pertencentes ao Estado, que porventura nelles encontraria meios sufficientes para se libertar de pesadissimos encargos e iniciar grandes melhoramentos; precisamos de braços e nenhum exfôrço serio empregamos para chamar ao trabalho e á civilização as dezenas de milhares de indigenas que vagam pelas mattas; não conhecemos ainda as melhores communicações do nosso interior; não possuímos estatística; — mas o ministro do Imperio tem de provêr sobre aluguel de casas para escolas de instrucção primaria no municipio neutro e a conservação dos jardins da cidade, como o da Justiça tem a seu cargo o corpo de *municipaes* permanentes, e o da Agricultura o de bombeiros, a canalização das aguas, a limpeza dos chafarizes e esgotos, a illuminação das ruas e a viação urbana da capital, serviços que pertencem á edilidade!

Isto é uma anomalia. Conserve-se cada qual na sua esphera natural de acção, que é o meio unico de concorrerem todos para o bem commum. Entregue-se á camara o que á camara compete e restituam-se-lhe tambem os recursos, que indevidamente percebe o thesouro, para applica-los em parte ás despesas de character geral. Bem sei que me hão de oppôr a classica objecção, de que, entregues á camara municipal, todos esses serviços se desorganizarão.

Não desconheço que até certo ponto procede o argumento, pois são notorios alguns abusos commettidos. Mas tambem o govêrno abusa, e póde abusar em maior escala.

Não sei porque se ha de averbar préviamente de incapacidade para bem exercer certas funcções a camara municipal, quando, aquelles a quem, em outras posições hierarchicas, não se dúvida confia-las, sem equal receio — não pertencem a nenhuma classe privilegiada, e nem são de proveniencia diversa dos que constituem, ou podem constituir as camaras municipaes ! E' certo que as respectivas eleições correm, em geral, no meio da indifferença de todos, e dahi resulta que algumas vezes a escolha deixa de ser a mais acertada. Mas a esse mal não póde a lei dar outro remedio sinão elevando as funcções, tornando-as efficazes, convertendo-as em meios de fazer-se alguma cousa de util para o bem público, de modo a despertar a nobre ambição de todos aquelles que aspiram e estão no caso de prestar reaes serviços ao paiz.

Enquanto as camaras municipaes fôrem o que hoje são, sem iniciativa, sem recursos e sem auctoridade, seguramente não póde despertar grande interesse a sua eleição. Elevem-nas, porém, e o seu nivel moral e intellectual ha de subir tanto como o das mais graduadas corporações do paiz.

CAPITULO VII

Receita provincial e municipal

Práticas administrativas

Tratando-se de reformar a administração das provincias e municipalidades, surge naturalmente uma questão maxima: — a de receita. O que val liberta-las da tutela que as atrophia, si, por deficiencia de meios, fôrem condemnadas a vegetar?

Embora melhorasse relativamente ao que era ha alguns annos passados, nada tem de lisonjeira a situação das provincias, e, revogados que sejam os impostos inconstitucionaes, de que quasi todas fôram obrigadas a lançar mão, muito mais precarias serão suas circumstancias, vendo-se talvez o Estado na necessidade de auxilia-las para suas despesas particulares, como aconteceu no periodo de 1836 a 1848.

Si ás provincias falham recursos, muito mais encarecem os apuros das municipalidades, constituindo sua penuria uma das causas do desprestigio em que caü tão util e patriótica instituição.

Impõe-se, portanto, como urgente reclamo, tomar providencias que removam semelhante conjunctura, da qual podem advir as mais sérias perturbações na marcha dos negocios publicos; e taes medidas não podem ser outras sinão as que, ha mais de 25 annos, solicita o govêrno do Corpo Legislativo: — uma nova distribuição de receita e despesa, alterada a anachronica lei de 31 de Outubro de 1835.

O natural complemento do presente trabalho seria a indicação de um plano nesse sentido, tanto mais quanto, da adopção do que proponho, para realizar-se entre nós a descentralização administrativa, resultará inevitavelmente accrescimento de encargos á fazenda provincial, a que deverá corresponder augmento dos respectivos cabedaes.

Julgo-me, porém, dispensado dessa tarefa, aliás muito superior á minha minguada capacidade, já insufficiente para menos complicados assumptos — por duas considerações de valor.

A primeira é a falta de base essencial para qualquer combinação a respeito. Ignora-se quaes são os impostos provinciaes que incorreram na censura de inconstitucionalidade, e, conseguintemente, qual o desfalque que seria mistér preencher na receita de cada provincia, revogados os mesmos impostos. Até o encerramento das Camaras e segundo as declarações do govêrno, não tinha elle ainda informações completas. E' provavel que as haja colhido já, mas não fôram publicadas, de modo que conceber o plano a seguir-se seria caminhar nas trevas.

Em segundo lugar, é notorio que desse trabalho incumbiu o Ministerio da Fazenda a uma commissão de altos funcionarios do Thesouro Nacional, constando achar-se quasi concluido. Seguramente, ninguem poderá melhor desempenha-lo, attendendo a todas as condições que cumpre ter em vista.

Certo, pois, de que as necessidades da reforma sob este aspecto serão perfeitamente consultadas, limitar-me-hei a fazer votos para que, quanto antes, seja o paiz dotado de um systema tributario digno dêsse nome, capaz de fornecer ao Estado os recursos de que carecer, sem gravame da população.

E', realmente, para lamentar que ainda hoje figurem como avultadas verbas da receita em nossos orçamentos taxas condemnadas pela sciencia e pela práctica, como, por exemplo, as de exportação e siza de bens de raiz, cuja abolição, por obstem ao desenvolvimento da riqueza, postergando todos os princípios de economia e de administração (62), já pediam, em 1828 e 1843, homens como Abrantes e Saturnino de Oliveira.

(62) Vide Saturnino de Sousa e Oliveira. — *Projecto para a supressão de alguns impostos e amortização de parte da dívida pública fundada.*

Antes de concluir nesta parte, ponderarei que a descentralização administrativa não produzirá todos os fructos, si a par da reforma das instituições, não fizermos tambem a das nossas práticas de govêrno, na expedição dos negocios.

A questão mais simples não se decide sem passar pelas mãos de numerosos funcionarios e por um processo morosissimo, em que as informações se accumulam sobre as informações, os pareceres sôbre os pareceres, não resultando aliás maior esclarecimento, e sim que tudo se complique e confunda, retardando-se providencias muitas vezes urgentes e que só tomadas de prompto poderiam aproveitar.

Nem são estes os unicos obices a que a acção governamental opere com efficacia. Dahi vem não organizar-se repartição sem grande pessoal, o que onera os cofres públicos, e, subdividindo a responsabilidade, torna-a completamente nulla. Não ha talvez paiz, em que a administração se acerque de tantos exames e conselhos, de tão minuciosa *prevenção*; e nem por isso podemos applaudir-nos da perfeição com que seja entre nós desempenhado o serviço publico e menos da severidade de sua fiscalização.

Mais acção e menos palavra, fallada ou escripta, é uma necessidade imperiosa entre nós. O expediente, — a *papelada*, assume proporções enormes, sem nenhuma vantagem. Em breve será preciso providenciar sôbre os archivos das diversas estações, ou levantando vastos edificios em que se accommodem, para attestarem aos vindouros o nosso acanhado senso práctico, ensinando-os a não nos imitar, ou consumindo-os — para que de nós melhor ajuizem!

Simplifique-se o expediente e o serviço correrá melhor, marcando-se a cada funcionario a esphera em que se deva desenvolver livremente, mas com a responsabilidade efectiva de seus actos. Menos desconfiança antes e maior fiscalização, consummado o acto; poucos empregados, bem retribuidos e que tenham passado por provas severas de habilitação, repetidas á proporção que as cathegorias se elevem; — taes são os bons princípios a seguir.

A este respeito, escrevia o ex-ministro Alencar, no já citado relatorio de 1869, o seguinte:

“A centralização excessiva que domina ainda em nossa administração, empece de uma maneira muito prejudicial a marcha do serviço público.

"O ministro é chamado a occupar-se de cousas minimas que não deveram por fórma alguma distrahi-lo de outros estudos de summa importancia. Consome-se com essa parte material do expediente um grande cabedal de tempo e intelligencia.

"Por outro lado, a necessidade de colher das provincias informações para resolver qualquer pequeno assumpto relativo a ellas, muito concorre para a demora das decisões. Accumulam-se na secretária grandes rumas de papeis á espera dos esclarecimentos exigidos das presidencias e dahi provém não só excesso, como confusão e irregularidade do trabalho para os empregados.

.....

"Ha sobretudo a notar no methodo actual o grande emprêgo do papel, em que se despende o tempo e muita somma de actividade dos empregados. As mais simples cousas se reproduzem frequentes vezes com alteração de fórma, amontoando assim palavras e folhas.

"O actual regulamento tractou de restringir essa superfluidade; porém não conseguiu de todo.

"Na prática tenho dispensado parte desses tramites inuteis; mas, para obter resultado completo, era necessario prescrever regras não sómente internas, como relativas á correspondencia geral do ministerio; hesitei, pois, faz-lo antes de vossa deliberação a respeito do regulamento.

"Julgo indispensavel que os empregados de certa ordem tenham uma responsabilidade directa, afim de, por sua vez, usarem da iniciativa precisa em objecto de sua competencia. Nesta classe comprehendo, além do director geral, os directores de secção.

"Tudo quanto fôr preparatorio da questão submettida á decisão do ministro, como informações e esclarecimentos ou preenchimento das fórmulas essenciaes, de assignatura, data, sello e outras, deve competir áquelles auxiliares do ministro, que responderão pela demora e irregularidade do processo.

"Bastará então que o ministro, duas ou tres vezes na semana, despache na secretaria, em juncta com os directores, os negocios a cargo de cada um, aproveitando assim promiscuamente as luzes e experiencia de todos."

CAPITULO VIII

Qual o meio práctico de effectuar-se a reforma ?

As circumstancias facilitam o desempenho dessa tarefa, que, a não serem ellas, se protrairia longamente, attentos os nossos habitos parlamentares.

De duas ordens são as medidas a decretar: — as que dizem respeito aos interesses geraes, e as que se referem á administração provincial.

Quanto ás primeiras, temos meio caminho andado: pendende de decisão do Senado, desde o anno de 1864, a proposição da Camara dos Deputados, que, conferindo aos presidentes a faculdade de proverem certos empregos, trará ao govêrno geral grande redução de trabalho, e ao mesmo tempo muito concorrerá para a mais prompta expedição dos negocios.

Julgo acertado faze-lo entrar em discussão logo em comêço da proxima sessão, completando-o por meio de emendas.

Por essa fórma, ter-se-á mais de uma vantagem.

Em primeiro logar não é de erer que encontre muita opposição na camara vitalicia, vista a conformidade de opiniões em que a respeito se acham os dous partidos. Approvado por uma camara liberal, mereceu tambem o voto de uma camara conservadora, quando em 1860 apresentou o deputado Almeida Pereira o seu projecto, sôbre o qual foi calcada a dicta proposição.

Accresce que se limita elle apenas a converter em definitivas attribuições que já exercem os presidentes provisoriamente.

Em segundo lugar, poder-se-á tractar da reforma, simultaneamente em ambas as Camaras. Enquanto o Senado discutir essa proposição, a Camara dos Deputados occupar-se-á da parte mais importante, que se prende ao Acto Adicional.

Aqui surge uma questão preliminar: a criação das comissões permanentes das Assembléas Provinciaes poderá ser decretada por uma lei ordinaria, ou pelos tramites constitucionaes?

Para os que não reconhecem no presidente da provincia e nas respectivas assembléas nenhum character politico, e sustentam exercerem elles apenas funcções meramente administrativas (e desta eschola são os mais autorizados estadistas conservadores), a questão nenhuma difficuldade offerece.

Pois que não se vae alterar attribuições de poderes politicos, claro é que a reforma póde effectuar-se pelos meios ordinarios.

Para os que pensam, porém, de modo contrario, vendo tanto no presidente como na assembléa verdadeiros poderes politicos, é mistér considera-la mais de espaço, para bem resolve-la. E que o são, parece fóra de toda a dúvida. A respeito do presidente, para reconhece-lo, basta a faculdade que lhe foi conferida de dar ou negar sancção aos actos da assembléa, faculdade *retirada* do imperador e da Assembléa Geral Legislativa, aos quaes a tinha concedido a Constituição, no título do *Poder Legislativo*.

Relativamente á assembléa provincial, ahi está entre outras, a attribuição de exercer cumulativamente com o govêrno geral, nos casos e pela fórmula estabelecida no § 35 do art. 179 da Constituição, o direito que esta concede ao mesmo govêrno geral de suspender as garantias do cidadão (Acto Adicional, art. 11, § 8º). Não póde haver attribuição mais substancial e altamente politica.

Dever-se-á, porém, concluir que uma lei ordinaria não possa decretar a reforma projectada, por isso que faz cumulativas as funcções que o presidente exerce só, e por outro lado dá á assembléa coparticipação que hoje não tem no executivo provincial?

A conclusão não seria verdadeira. Quanto ao presidente, o art. 166 da Constituição deixa-o bem claro. Elle dispõe que suas attribuições, competencia e auctoridade seriam reguladas por uma lei ordinaria, a qual proveria

tambem sobre tudo o que conviesse ao melhor *desempenho da administração provincial*. E, de feito, uma lei ordinaria, a de 3 de Outubro de 1834, deu regimento aos presidentes, e outros actos posteriores regularam as suas attribuições (63). Logo, por esse meio pôde ser effectuada a alteração de que se cogita, porque outra cousa não é sinão provêr sobre o *desempenho da administração provincial*.

Pelo que toca ás Assembléas Provinciaes, a reforma não restringe, ao contrario, alarga, amplia sua esphera de acção. Mas como o consegue? Conferindo-lhe attribuições novas? Não; collocando-as em situação de melhor desempenhoem as que já têm. O govêrno, a administração da provincia, no que é exclusivamente provincial, pertence-lhes. Os arts. 10 e 11 do Acto Adicional attribuiram-lhes todas as funcções, que constituem o govêrno e a administração. "O Acto Adicional, diz o visconde de Uruguai, teve por fim, e transpira de todo o seu contexto, estabelecer nas provincias, nos negocios que considerou de mero interesse provincial, o *self government* pelas mesmas provincias." (64)

Sendo assim, e si a respeito dos interesses provinciaes legislam ellas soberanamente, prescrevendo as regras a que se deve sujeitar o presidente, evidente é que para a execução dessas regras estão em seu direito, dando-lhe auxiliares ou collaboradores.

Cada faculdade que serve de meio para levar a effeito um poder conferido, considera-se comprehendida na concessão original desse poder. E' uma consequencia e inevitavel deducção do acto de constituir um govêrno e de o revestir com certos e especificados poderes. (65)

Dir-se-á: no exercicio de suas faculdades está a assembléa subordinada ás leis geraes, não pôde contraria-las, e uma lei geral estabeleceu a unidade na administração da provincia. O principio é falso; no que é provincial a lei geral

(63) Eis ahi alguns. A lei de 3 de Dezembro de 1841, que os privou, arts 13 e 24, da nomeação dos juizes de direito e municipaes, a qual lhes competia pelo Código do Processo; o decreto n. 399, de 2 de Julho de 1844, art. 14, § 13, revogando o de n. 330, de 2 de Julho de 1843, que lhes conferiu a approvação de carteiros e agentes do Correio; o de n. 2.821, de 21 de Agosto de 1861, alterando o de n. 2.171, de 10 de Maio de 1858, sobre militares, etc.

(64) Story — *Com. da Const. dos Estados Unidos*, n. 434.

(65) *Ob. cit.*, § 555.

não pôde embaraçar a acção do poder legislativo provincial; todavia, concedendo-o, direi, sim, não pôde a assembléa provincial contrariar uma lei geral, mas é exactamente por isso que se procura consagrar a derogação da lei de 1834 em outra lei geral.

Compete á Assembléa Geral elabora-la, tanto mais livremente quanto lhe incumbe declarar o que se conforma ou não com o Acto Adicional, como devem ser entendidas as suas disposições, seu sentido e alcance. (Acto Adicional, art. 25.)

Assim, entendidos em sua lettra e espirito, chega-se á conclusão de que — a Constituição permite que uma lei ordinaria substitúa o *executivo provincial* unitario pelo collegial ou colectivo, cooperando com o presidente um conselho (art. 166); e o Acto Adicional, confirmando-a, exige que esse conselho se componha de membros da assembléa por ella propria escolhidos. (Arts. 10, 11 e 25.)

Ha, porém, uma attribuição que não pôde ser partilhada e deve ficar exclusivamente entregue ao presidente — o direito de sancionar ou não as leis provinciaes.

E' a *arma de fina tempera*, na phrase do visconde de Uruguai, com que defende os direitos do Estado, e, portanto, só ás suas mãos pôde ser confiada.

A decretação desta medida pôde e convem realizar-se, por meio de additivo ao projecto de interpretação do Acto Adicional do conselheiro de Estado Paulino de Sousa, sôbre o qual deram já parecer duas commissões da Camara — Constituição e Poderes e Assembléas Provinciaes, — e está no caso de entrar immediatamente em discussão, adoptando-se algumas de suas disposições e emendando-se outras, que contrariam a bôa doutrina e os intuitos do govêrno. Exemplificarei:

1°. O art. 1° declara que a attribuição de fixar as circumscripções territoriaes da provincia, está *subordinada ás condições estabelecidas nas leis geraes* de organização civil, judiciaria e ecclesiastica.

Entregar-se-ia por essa fórma a divisão civil, judicial e ecclesiastica nas provincias ao govêrno geral, quando o Acto Adicional a reservou ao poder provincial.

2°. O art. 2° torna indispensavel a audiencia do ordinario para a creação, suppressão e alteração de divisas das

parochias, o que vae de encontro á doutrina já estabelecida e fixada no Imperio. (66)

3°. O art. 3° prohibe crear impostos provinciaes e municipaes que recáiam sôbre materia já tributada por lei geral. Torna absoluta uma restricção ao direito da assembléa, que o Acto Addicional (art. 10, § 5°) só estabeleceu condicionalmente, e póde priva-la dos meios indispensaveis para occorrer ás despesas.

4°. O art. 6° restringe incompetentemente a disposição do art. 10, §§ 7° e 77, do Acto Addicional, aggravando a disposição inconstitucional do art. 2° da lei de 12 de Maio de 1840.

5°. O art. 17, dispondo que os dois terços de que tracta o art. 15 do Acto Addicional são dos membros presentes na assembléa, precisa maior clareza. Ou é o número que se apresentar a trabalhar na sessão legislativa, ou o número do dia da sessão em que se delibera.

6°. O art. 18 faz depedentes de sancção presidencial resoluções que a ella não estão sujeitas.

7°. O art. 22, última parte, é inutil, supprimido, como deve ser, o art. 3°.

Nos annexos junctos *A* e *B* offereço o esbôço das emendas e additivos a formular em ambas as camaras, para se chegar ao intuito desejado, como julgo mais conveniente em minha humilde opinião.

A sabedoria do govêrno, porém, adoptará o melhor alvitre.

E' indispensavel entrar no periodo da acção. Que todas as opiniões se pronunciem e necessariamente prevalecerá a que fôr mais acertada e melhor servir ás necessidades do paiz. O progresso não se realiza sem trabalho e sem sacrificios, e a causa da liberdade ganha sempre na agitação sã do debate, ao choque energico das idéas, e quando os governos e os partidos cumprem o seu dever. A inacção é o marasmo, prenúncio infallivel de morte.

Estabeleça-se francamente a lucta no terreno dos princípios e dahi virá o bem.

Ainda uma observação. Disse em princípio que exprime apenas minha opinião individual quanto deixo escripto, e

(66) Compilação de consultas do Conselho de Estado, sôbre negocios ecclesiasticos — *Consulta da Secção de Justiça de 26 de Janeiro de 1846, vol. 1°.*

não a da commissão nomeada pelo govêrno, a qual terá de se pronunciar sôbre o assumpto.

Não se conclúa dahi, porém, que se limitam ás medidas propostas as unicas reformas que entendo uteis e necessarias no govêrno das provincias e municipios. Ao contrário, muito mais desejava para o collocar em condições de satisfazer plenamente a todas as conveniencias públicas.

Proponho simplesmente aquillo que em meu apoucado conceito se poderia alcançar desde já nas actuaes circumstancias do paiz, sem provocar grandes resistencias, sem produzir abalo ou transtorno na ordem das cousas existentes.

Nenhum govêrno, nenhum partido, por forte que se julgue, e menos nenhum homem politico, póde pretender hoje realizar suas idéas, a despeito da opinião de adversarios. Organizadas como se acham as duas casas do parlamento e — ainda bem ! — ou os partidos hão de se inutilizar mutuamente, tornando estereis os respectivos governos, ou só por meio de concessões reciprocas, mas reclamadas e obtidas na tribuna, á luz do debate, e em face do paiz, respeitadas os dogmas cardeaes que distinguem as escholas contrárias, conseguir-se-á alguma cousa de proveitoso e duradouro para a nação.

Demais, ahi está a história de todos os povos mostrando que o verdadeiro progresso não se realiza aos saltos, sinão gradativamente, passo a passo. Disse um grande ministro inglez. que a principal qualidade do homem de Estado é ter paciencia, muita paciencia, e eu accrescentarei que o mais trivial dever do homem politico e dos partidos, é saber esperar, não na inercia ou no retrahimento, mas na actividade prudente que não segue a erronea maxima do — *ou tudo ou nada* — e, contentando-se com o que é possivel no momento, tracta de consolidar a conquista feita, proseguindo a um tempo em esforços indefessos para alcançar mais.

Os antagonistas declarados e reconhecidos de uma boa idéa não a prejudicam tanto como os seus adeptos impacientes. E para que impaciencias si o triumpho da democracia é infallivel e fatal como todas as leis providenciaes ? Só haveria um meio, não de evita-lo, mas de o demorar — quebrar todas as machinas, a primeira das quaes é a imprensa, amordaçar a sciencia, envolver a sociedade em trevas, e isto é impossivel. “Não devem os impacientes

receiar que á democracia escape a victória final e sim, diz Laveleye, que realizando a egualdade suprema, não comprometta a liberdade. Não é impossivel que faça a todos perfeitamente eguaes, mas egualmente escravizados. Na Grecia antiga os tyrannos surgiram do excesso da demagogia; na França de nossos dias viu-se o cazarismo fundar-se no suffragio universal."

Qual o meio de se conjurar tamanho perigo?

Illustrar todas as classes, elevar o nivel intellectual da nação, não antecipar os acontecimentos, porque no mundo moral como no physico a grande lei do aperfeiçoamento é — a evolução.

Relevem os mais exclarecidos as imperfeições dèste trabalho. Si nada aproveita para os patrioticos designios do govêrno, manifesta que desejo concorrer com o que posso para sua realização.

ANNEXOS

ANNEXO A

Substitutivo da proposição da Camara dos Deputados n. 26, de 7 de Abril de 1864, pendente do Senado

ARTIGO 1º

Compete aos presidentes de provincia, além das attribuições que lhes conferem as leis de 12 de Agosto de 1834 e 3 de Outubro do mesmo anno e mais disposições em vigor:

§ 1º. O provimento de todos os officios de justiça e suspensão dos respectivos funcionarios, guardadas as formalidades prescriptas pelas leis geraes e as provinciaes existentes;

§ 2º. A nomeação, suspensão, demissão e aposentadoria dos empregados subordinados aos diversos ministerios que nas provincias tenham exercido, excepto:

1º. Os membros das relações e tribunaes superiores;

2º. Os chefes de repartição, não comprehendendo, porém, o secretario do governo;

3º. Os militares da marinha e exército;

4º. Os chefes de serviços technicos, como estradas de ferro, empresas de navegação, estabelecimentos agricolas ou industriaes custeados pelo Estado;

5º. Os que dependerem de accesso;

6º. Os directores, lentes e professores de estabelecimentos de instrucção superior creados pelo Estado;

7º. Os commandantes superiores da Guarda Nacional;

8º. Os bispos e arcebispos.

ARTIGO 2°

A disposição do artigo anterior não comprehende os empregados, cuja nomeação, suspensão e demissão pertençam, por lei ou regulamentos geraes, a auctoridades ou funcionarios subalternos.

ARTIGO 3°

No exercicio das attribuições, conferidas pelo art. 1° desta lei, deverão os presidentes cingir-se ás disposições das leis geraes, e dos regulamentos ou instrucções, expedidas pelo governo Imperial.

ARTIGO 4°

Fica marcada aos presidentes de provincia a alçada de 10:000\$, dentro da qual julgarão definitivamente todas as questões relativas a pagamentos que tenham de ser feitos em virtude de lei, ou de contractos que na provincia recebam execução. A decisão será immediatamente communicada ao respectivo ministro, que só poderá modifica-la, ou revoga-la, por motivo de incompetencia, inobservancia de lei, ordens, ou instrucções expedidas, e do estipulado nos mesmos contractos.

Parapho unico. A' parte interessada é licito recorrer da decisão para o ministro competente, o que não prejudica o seu direito de litigar perante o poder judiciario, sempre que se tractar da última especie dêste artigo.

ARTIGO 5°

Revogadas as disposições em contrario.
Rio, 1 de Janeiro de 1882.

ANNEXO B

**Substitutivo ao projecto de lei de interpretação do
Acto Additional, apresentado na sessão de 19 de
Septembro de 1870, pelo sr. deputado Paulino
José Soares de Sousa**

ARTIGO 1º

Logo depois de installadas, no primeiro anno de cada legislatura, as assembléas legislativas provinciaes elegerão uma comissão de seu seio, denominada — delegação provincial.

Compete á delegação provincial:

- 1º. Deliberar sôbre os actos da administração provincial, regidos por leis provinciaes;
- 2º. Fiscalizar a execução dessas leis e a applicação dos dinheiros da fazenda provincial;
- 3º. Consultar sôbre os negocios geraes, que pelo presidente da provincia lhe forem submettidos.

ARTIGO 2º

A delegação provincial compôr-se-á de quatro membros, eleitos por maioria de votos, considerados seus supplentes os quatro que immediatamente se seguirem aos mais votados; funcionará durante as sessões, e no intervallo, sendo seu presidente o da provincia, como agente e executor unico de suas deliberações e das resoluções da assembléa. O presidente da provincia, além de voto deliberativo, terá o de qualidade na fórma do art. 3º.

ARTIGO 3°

Nenhuma deliberação será tomada não se reunindo pelo menos tres membros da delegação provincial, além do presidente, e nesse caso, havendo empate, será a questão adiada para a sessão seguinte. Si nesta não se reunir a delegação plena, decidirá o presidente pelo voto de qualidade.

Não concorrendo em duas sessões consecutivas número sufficiente para deliberar, o presidente da provincia convocará tantos supplentes quantos forem os não comparecentes. No dia da sessão para que forem os supplentes convocados, deliberar-se-á qualquer que seja o número dos presentes, e si ninguem comparecer, resolverá o presidente por si as questões a decidir, que deverão ser summariamente indicadas no officio de convocação.

ARTIGO 4°

O relator da commissão servirá de secretário e lavrará a acta das sessões, mencionando o nome dos delegados presentes, e declarando como votaram. A acta será por todos assignada.

Paragrapho unico. Na hypothese da última parte do artigo antecedente, o secretário do govêrno lavrará um termo do occorrido.

ARTIGO 5°

Na fiscalização dos dinheiros da fazenda provincial, a delegação provincial funcionará como tribunal de contas, presidida então pelo relator.

Nesta qualidade, incumbe-lhe:

1°. Examinar e verificar as contas das camaras municipais e as dos exaectores da fazenda provincial, depois de processadas nas repartições competentes;

2°. Proceder á liquidação do exercicio provincial findo;

3°. Formular sôbre as contas e a liquidação relatorios circunstanciados e apresenta-los á assembléa provincial, para serem definitivamente julgados por lei.

ARTIGO 6°

O membro da delegação que ausentar-se sem participação, por mais de 15 dias, não comparecer durante 30, ou

acceitar emprêgo retribuido será considerado como tendo resignado o cargo.

ARTIGO 7º

Não podem fazer parte da delegação provincial empregados retribuidos geraes ou provinciaes, nem os membros da representação nacional.

ARTIGO 8º

A delegação provincial organizará o seu regimento interno, apresentando-o á assembléa provincial para ser approvedo.

ARTIGO 9º

As delegações provinciaes eleitas, logo que seja promulgada a presente lei, servirão pelo tempo que faltar para completarem as respectivas legislaturas provinciaes, não cessando, porém, as suas funcções enquanto não fôrem nomeadas as que deverão substitui-las, e assim successivamente. E' permittida a reeleição de seus membros.

ARTIGO 10

Os membros da delegação provincial são responsaveis por seus actos, e sujeitos nessa qualidade á mesma jurisdição que os presidentes de provincia.

ARTIGO 11

A palavra *policia* do art. 10, § 4º, do Acto Adicional comprehende tambem a policia judiciaria preventiva e repressiva relativamente aos delictos e contravenções, a que, pelas leis geraes, não esteja imposta pena maior de multa até 100\$, prisão, degredo, ou desterro até seis mezes, com multa correspondente á metade dêsse tempo ou sem ella, e tres mezes de casa de correcção, em officinas públicas, onde as houver, guardada sempre a ordem do processo estabelecida pelas leis geraes.

ARTIGO 12

Na attribuição do citado art. 10, § 4º, do Acto Adicional comprehende-se egualmente a instituição da milicia civil, obrigatoria, e gratuita, para auxilio da policia local da parochia e municipio, sem organização militar, e commandada por officiaes eleitos pelos proprios milicianos.

ARTIGO 13

A attribuição conferida pelo art. 10, § 7º, do mesmo Acto Adicional comprehende a nomeação de juizes de primeira instancia, temporarios ou vitalicios, devendo, porém, racair sobre pessoas que se mostrarem habilitadas, segundo as provas estabelecidas em lei geral.

ARTIGO 14

A attribuição conferida ás assembléas provinciaes pelo art. 10, § 5º, do Acto Adicional envolve o direito de designar o juizo pelo qual devam ser processadas e decididas as causas da fazenda provincial, guardadas, porém, as formalidades estabelecidas pelas leis geraes.

ARTIGO 15

Na attribuição conferida ás assembléas provinciaes de legislar sobre os assumptos mencionados nos §§ 2º, 5º, 6º, 7º, 8º e 11 do art. 10 do Acto Adicional, comprehende-se a faculdade:

§ 1º. De comminar penas administrativas em relação aos dictos assumptos;

§ 2º. De estabelecer o processo e a competencia dos funcionarios provinciaes para conhecimento e decisão das questões administrativas.

ARTIGO 16

No exercicio da attribuição que lhes pertence pelo art. 10, § 9º, do Acto Adicional, devem as assembléas provinciaes guardar as disposições das leis geraes concernentes ás especies de prisão, natureza das penas e modo do seu cumprimento.

ARTIGO 17

Em virtude da attribuição conferida pelo art. 11, § 2º, do Acto Adicional, podem as assembléas provinciaes:

§ 1º. Legislar sôbre a organização, distinctivos e disciplina da força policial;

§ 2º. Determinar o modo de preencher o número fixado de praças, respeitado o préceito do art. 36 da Constituição.

ARTIGO 18

O processo para demissão e suspensão dos magistrados pelas assembléas provinciaes, nos termos do art. 11, § 7º, do Acto Adicional e arts. 4º, 5º e 6º da lei de 12 de Maio de 1840, deve ser estabelecido por lei geral.

ARTIGO 19

Nas attribuições das assembléas provinciaes, fixadas nos arts. 10 e 11 do Acto Adicional não se inclue o direito:

§ 1º. De legislar sôbre assumptos especialmente concernentes á industria, salva a concessão de favores tendentes á sua promoção e desenvolvimento;

§ 2º. De conceder privilegios que não se refiram strictamente aos objectos especificados no § 8º do mencionado art. 10, sem prejuizo de quaesquer obras ou empresas, que pertencerem á administração geral do Estado.

ARTIGO 20

A palavra *importação* do art. 12 do Acto Adicional comprehende tanto a dos paizes estrangeiros como a de umas para outras provincias do Imperio.

ARTIGO 21

Inclue-se na prohibição do art. 12 do Acto Adicional, para os effeitos declarados no art. 16, os projectos que importarem derogação de lei geral, sôbre assumpto de interesse geral.

ARTIGO 22

A palavra *sanccionar* do art. 15 do Acto Adicional significa que o projecto de lei, reenviado ao presidente em qualquer das duas hypotheses no mesmo artigo figuradas, deve ser publicado e mandado executar nos termos do art. 18.

ARTIGO 23

As palavras *nova discussão* do art. 15 do Acto Adicional querem dizer que a assembléa provincial deliberará de novo sobre o objecto em uma só discussão.

ARTIGO 24

A clausula do art. 15 do Acto Adicional *si fôr adoptada tal qual ou modificada no sentido das razões pelo presidente allegadas* obsta a que a assembléa provincial modifique o projecto, a não ser para conforma-lo em tudo com as razões do presidente da provincia.

Si, porém, o presidente negar a sanção, fundando-se ao mesmo tempo no art. 15 e no art. 16 do Acto Adicional, póde a assembléa provincial, modificando o projecto no sentido das razões deduzidas do art. 16, reenvia-lo ao presidente na fôrma e para os effeitos do art. 15.

ARTIGO 25

Denegada a sanção no caso do art. 15 do Acto Adicional, não póde o presidente da provincia reconsiderar o projecto, quando lhe fôr reenviado para recusar-lhe a sanção, por motivos deduzidos do art. 16.

ARTIGO 26

Os dous terços de que tracta o art. 15 do Acto Adicional são dos membros presentes na sessão em que se deliberar sobre a lei não sancionada.

ARTIGO 27

Incumbe ao presidente da provincia publicar as leis e resoluções de que tracta a segunda parte do art. 13 do Acto

Addicional, salvo sempre o remédio estabelecido no final do art. 19. Abrangendo, porém, essas leis e resoluções objectos não comprehendidos na excepção do art. 13, procederá o presidente nos termos dos arts. 15 e 16.

ARTIGO 28

A faculdade conferida ao presidente da provincia no art. 24, § 3º, do Acto Adicional não é applicavel a leis e resoluções já sancionadas, mas ás mencionadas na excepção do art. 13.

ARTIGO 29

A attribuição que pelo art. 24, § 3º, do Acto Adicional compete ao presidente de provincia, não póde ser exercida sobre parte sómente do projecto de lei.

ARTIGO 30

Só depois do corrido o prazo do art. 19 do Acto Adicional póde a assembléa provincial ordenar a publicação da lei, como dispõe o final do mesmo artigo.

ARTIGO 31

Ficam revogadas as disposições em contrário.

— «*» —

ANNEXO C

Lei paulistana creando os prefeitos e suas instrucções

N. 18

Rafael Tobias de Aguiar, presidente da provincia de São Paulo, faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1°. Haverá nesta cidade e em cada uma das villas um prefeito, que durará enquanto bem servir, contudo, passados quatro annos, poderá escusar-se do emprêgo, e só depois de outros quatro poderá ser constrangido a tornar a servir. O prefeito, que deixar de o ser, não será mais obrigado a exercer qualquer outro encargo municipal, salvo si fôr emprêgo de jurisdição.

Art. 2°. A sua nomeação, suspensão e demissão será feita pelo governo, **precedendo** informação da camara respectiva, quer sôbre a idoneidade das pessoas de maior consideração do municipio, em que possa recair tal emprêgo, quer sôbre os defeitos ou crimes do que o estiver exercendo, que o torne inhabil de continuar no exercicio.

Art. 3°. O prefeito usará de farda semelhante á do secretário do governo, e em todos os actos publicos terá as considerações devidas á importancia do seu emprêgo e ó lugar de maior distincção, excepto concorrendo a camara municipal ou o juiz de direito, que terão preferencia.

Art. 4°. Ao prefeito compete:

1°. Executar e fazer executar todas as ordens do governo, que lhe forem transmittidas por portarias e instrucções, as quaes o devem dirigir no exercicio do seu emprêgo.

2°. As instrucções que o govêrno der ao prefeito serão por aquelle remettidas á camara, para que esta as faça publicar por edital; e só desde então obrigarão aos cidadãos do municipio á obediencia ao prefeito sôbre o objecto dellas.

3°. Inspeccionar todos os empregados do municipio, excepto os que residirem na capital, para certificar-se si cumprem com os seus deveres, exigindo delles informações sôbre os objectos de que houver queixa ou denúncia; recomendando-lhes a execução da lei quando haja reconhecida negligencia ou determinando ao promotor público que promova a sua responsabilidade, remettendo-lhe para isso os documentos e informações que tiver; ou participando documentalmente ao govêrno, como entender mais conveniente.

4°. Participar cada mez ao govêrno, ou ainda antes, si fôr necessario, tudo quanto convenha que elle saiba sôbre a conducta dos empregados publicos, estado de segurança e tranquillidade do municipio.

5°. Ter debaixo do seu commando e ordem a guarda policial, nomeando para ella os commandantes necessarios, distribuindo o serviço com egualdade e justiça, ordenando o número de patrulhas policiaes, dando-lhes instrucções afim de que a tranquillidade e segurança se conservem segundo as leis e posturas.

6°. Cumulativamente com as auctoridades policiaes fazer prender os delinquentes quando a lei o determinar e tomar conhecimento das pessoas que de nôvo entrarem para o municipio. Sendo estas suspeitas, e aquelles presos, os remetterá á auctoridade policial competente com a necessaria informação.

7°. Executar e fazer executar todas as posturas confirmadas, e as deliberações da camara, que não forem manifestamente contrárias ás leis e suas attribuições. Para este fim lhe serão transmittidas officialmente, e com termos não imperativos, pela camara as suas posturas e deliberações; ficando ella na intelligencia de que sómente lhe compete deliberar e nunca executar; mas fiscalizar a boa execução de suas posturas e deliberações, pedindo informações ao prefeito; e, no caso de responsabilidade, dirigindo representações documentadas ao govêrno para que este a faça effectiva quando ella tenha logar.

8°. Servir-se do procurador da Camara, seu secretário e officiaes, quando não estejam legitimamente impedidos, nos negocios relativos ás posturas e deliberações da mesma;

e, estando impedidos, pedir á Camara que nomeie quem interinamente os deva substituir.

9°. Assistir á abertura de cada sessão trimensal da Camara, e nella propôr as medidas que julgar conveniente á commodidade, segurança e tranquillidade do municipio, e participar a execução que tem promovido das posturas e deliberações, que lhe fôram communicadas, os obstaculos ou inconvenientes que tiver encontrado, e os meios de os remover. Nesta occasião será recebido á porta da rua pelo secretario e á porta da sala das sessões por mais dous camaristas, levantando-se todos ao elle entrar pela sala; terá assento igual e á direita do presidente; fallará sentado e será despedido com as mesmas formalidades. — Não podendo, porém, comparecer pessoalmente por motivo legítimo, remetterá com officio o seu relatorio para ser lido pelo presidente da Camara.

10. Receber da Camara em aberto, para remetter á auctoridade superior, as posturas, contas e orçamentos que ella dirigir, dando sobre todos esses objectos sua informação e parecer, que remetterá conjunctamente á auctoridade superior.

11. Exigir de qualquer auctoridade do logar os esclarecimentos e informações que precisar, tendentes ao serviço público, que se lhe não poderão recusar.

Art. 5°. O prefeito não poderá conjunctamente exercer qualquer outro emprêgo, excepto si este tiver jurisdição.

Art. 6°. O prefeito proporá ao govêrno tantos sub-prefeitos quantos fôrem as freguezias e capellas curadas do municipio; sendo pessoas de probidade e que gozem de consideração no districto.

Art. 7°. Os sub-prefeitos depois de confirmados pelo govêrno, serão juramentados e empossados pela Camara. Sua duração, suspensão e demissão serão na fórma dos arts. 1° e 2°, com differença de não ser necessaria informação da Camara, mas a do prefeito, a quem serão subordinados e por quem poderão ser suspensos interinamente, nos casos de negligencia habitual, ou manifesta prevaricação, até que o govêrno delibere definitivamente, a quem o prefeito dará parte na primeira occasião opportuna.

Art. 8°. Terão das attribuições do prefeito aquellas que o govêrno marcar nas instrucções que lhes der, e que devem ser publicadas por edital da Camara. Terão a mesma farda e

gosarão da mesma consideração e preferencia dentro do seu districto.

Art. 9º. O sub-prefeito da freguezia cabeça de termo não terá exercicio sinão na falta, ou legítimo impedimento do prefeito; e então gosará de todas as attribuições, prerogativas e considerações devidas a este.

Art. 10. Faltando qualquer sub-prefeito, ou achando-se legitimamente impedido, o prefeito designará quem o deva substituir interinamente.

Art. 11. Os inspectores de quarteirão são subordinados aos prefeitos e sub-prefeitos para cumprirem suas ordens dentro do quarteirão; e todo o cidadão é obrigado a obedecer-lhes quando fôr chamado para auxilia-los ou cooperar para a execução de ordens ou sôbre objecto de suas attribuições.

Art. 12. Os prefeitos e sub-prefeitos, sendo injuriados ou desobedecidos, procederão na fórma do art. 204 do Codigo do Processo Criminal.

Art. 13. Os fiscaes do municipio serão livremente nomeados e demittidos pelo prefeito e serão os executores de suas ordens relativamente ás posturas e deliberações da Camara Municipal.

Art. 14. Ficam revogadas todas as disposições em contrario.

Mando, portanto, etc.

Dada no Palacio do Govêrno de São Paulo, aos 11 dias do mez de Abril de 1835, — (L. S.) *Rafael Tobias de Aguiar*.

Publicada nesta Secretaríá do Govêrno em 11 de Abril de 1835 — *Joaquim Floriano de Toledo*.

INSTRUCCÕES

O vice presidente da provincia, auctorizado pelo art. 24, § 4º, do decreto de 9 de Agosto de 1834; e lei provincial de 11 de Abril dêste anno, art. 4º, § 2º, e art. 8º, ordena:

Art. 1º. Compete ao prefeito:

1º. Aceitar, dar o seu parecer e remetter ao presidente quaesquer officios que a Camara Municipal remetter-lhe com aquelle destino.

2º. Remetter por cópia ao presidente da provincia os discursos pronunciados nas aberturas da camara municipal.

3º. Participar ao presidente, quando julgar conveniente, o estado das estradas públicas, dar a sua opinião sôbre os concertos precisos e os melhoramentos que ainda possam ter; propôr a abertura de novas, mostrando suas conveniencias.

Art. 2º. Compete-lhe tambem observar com toda a attenção para que sejam exactamente cumpridos, pelos sub-prefeitos, os seguintes paragraphos:

1º. Executar, distribuir e fazer executar as ordens dos prefeitos ou por elles transmittidas; satisfazer no que fôr de sua competencia as requisições de outras auctoridades.

2º. Ter á sua disposição a guarda policial, e commanda-la.

3º. Inspeccionar as auctoridades do seu districto, excepto dentro da capital da provincia, certificando-se do cumprimento de seus deveres e lembrando-lhe no caso de omissão ou transgressão, e dando conta do bom ou mau serviço ao prefeito.

4º. Velar na segurança e tranquillidade públicas, empregando a força policial em prevenir e dissipar motins, ajuntamentos illicitos ou aggressões, e na prisão dos delinquentes de quem fará immediata entrega á auctoridade policial, e tomando conhecimento das pessoas que de nôvo entrarem no

seu districto, prendendo-as quando suspeitas, entregando egualmente á auctoridade policial com informação dos motivos da suspeita.

5°. Velar egualmente na policia material da povoação e das estradas, promovendo a execução das leis e das posturas a este respeito.

6°. Dar immediatamente parte ao prefeito de todos os casos occorrentes que demandem prompta providencia, e dar semanalmente uma parte geral de todos os acontecimentos do districto que interessem á boa ordem do estado da administração policial e economica das providencias por elle dadas, e informação das que as circumstancias exigirem.

Art. 3°. As instrucções dadas por este govêrno em 12 de Dezembro de 1834 continuarão a ser observadas com as seguintes alterações:

1°. As attribuições conferidas aos juizes de paz pelos §§ 4°, 9° e 20; ás juntas de paz pelo § 17; e ás camaras municipaes pelos §§ 22 e 27 serão exercitadas pelos prefeitos.

2°. No fim do § 8°, depois das palavras — juizes de paz — se accrescentará — e prefeitos.

3°. As partes que, em virtude do § 18, os diversos comandantes da guarda policial são obrigados a remetter ao presidente serão remettidas agora aos prefeitos e estes formarão uma geral em conformidade daquelle paragrapho, que remetterão ao presidente da provincia.

Palacio do Govêrno de São Paulo, 25 de Agosto de 1835.
— *Francisco Antonio de Sousa Queiroz.*

ANNEXO D

Lei Sul Riograndense creando uma commissão provincial permanente e as razões de não sanção

N. 1.116

A assembléa legislativa da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul decreta:

Art. 1°. Além das commissões ordinarias creadas no cap. 4°, art. 38, do regimento da assembléa, haverá mais uma que se denominará comímissão provincial e será permanente, exercendo suas funcções durante as sessões e no intervallo dellas.

3°. As partes que, em virtude do § 18, ou diversos commissarios e dous supplentes annualmente nomeados pela assembléa dentre os seus membros.

Os supplentes entrarão em exercicio, por sua ordem, na falta absoluta de algum membro da commissão.

Art. 3°. São attribuições da commissão provincial:

1°. Consultar sôbre os negocios de interesse geral que pelo presidente da provincia lhe forem submettidos;

2°. Deliberar sôbre os interesses da administração diaria regida por leis provinciaes, ainda mesmo sôbre a nomeação e demissão de empregados da provincia;

3°. Fiscalizar a execução das leis e a applicação dos dinheiros da fazenda provincial;

4°. Representar a provincia em julzo.

Art. 4°. O presidente da provincia, como agente unico da execução das leis da assembléa e das deliberações tomadas pela commissão provincial, presidirá a commissão e terá voto deliberativo.

Art. 5º. Nenhuma deliberação poderá ser validamente tomada, si se não reunirem pelo menos tres membros da commissão afóra o presidente, e neste caso, quando houver empate, deve ser transferido o negócio para ser decidido por commissão plena.

Art. 6º. O relator da commissão servirá de secretário e lavrará uma acta minuciosa de todas as reuniões, mencionando o nome de cada um dos membros que compareceram, resumindo o que disseram e declarando como votaram.

A acta deverá ser assignada por todos os membros da commissão, inclusive o presidente.

Art. 7º. Não podem fazer parte da commissão provincial:

1º. Os empregados remunerados quer provinciaes, quer geraes;

2º. Os empregados não aposentados;

3º. Os vereadores das Camaras Municipaes;

4º. Os concessionarios de privilegio e os arrematantes de obras, quer provinciaes quer geraes;

5º. Os deputados geraes;

6º. Os membros do clero.

Art. 8º. O membro da commissão que se ausentar sem participação, por mais de 15 dias, e, sem licença por mais de 30, e o que acceitar emprêgo retribuido, qualquer que seja a sua natureza, será considerado como tendo resignado o cargo; em qualquer das duas hypotheses si não estiver funcionando a assembléa, o supplente mais votado, ou que a sorte tiver collocado em 1º lugar, passará a commissario effectivo.

Art. 9º. Além destas attribuições, exercerá a commissão provincial as de tribunal de contas; funcionará na casa da directoria da fazenda provincial, sob a presidencia do relator, servindo de secretário o seu immediato em votos, e poderá requisitar do chefe da repartição qualquer empregado para auxilia-la no desempenho dos seus deveres.

Art. 10. Como tribunal de contas, compete á commissão:— examinar e verificar as das camaras municipaes e dos exactores da fazenda provincial, depois de preparadas pela directoria geral, e bem assim proceder á liquidação do exercicio findo, apresentando á assembléa um relatorio circunstanciado para que sejam discutidas e definitivamente julgadas por lei.

Art. 11. Ainda que a comissão provincial deva ser annualmente eleita, todavia seus poderes durarão até a eleição da que lhe deva succeder, si não fôr reeleita.

Art. 12. Os membros da comissão perceberão no intervallo das sessões a mesma diaria que perceberem como Deputados durante os trabalhos legislativos. A diaria não poderá ser abonada a nenhum commissario pelos dias em que faltar á sessão, qualquer que seja o motivo da falta.

Art. 13. A comissão fará o seu regulamento interno e o sujeitará á approvação da assembléa na sua 1ª reunião.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembléa Legislativa Provincial em Porto Alegre, 19 de Maio de 1876. — *Felisberto Pereira da Silva*, presidente. — *J. Ignacio Ferreira*, 1º secretario. — *Rodrigues Torres*, servindo de 2º secretario.

RAZÕES DE NÃO SANCCÃO

Volte á assembléa legislativa provincial.

Não sanciono o presente projecto, porque elle é inconstitucional.

Para conhecer a sua inconstitucionalidade, basta o ligeiro exame de duas de suas disposições. O projecto crea uma commissão permanente composta de quatro membros eleitos dentre — os deputados provinciaes —, a qual funcionará durante as sessões da assembléa provincial, e no intervallo dellas, tendo entre outras attribuições as seguintes:—1ª, consultar sôbre os negocios de interesse geral, que pelo presidente da provincia lhe foram submittidos; 2ª, deliberar sôbre os interesses geraes da administração regidos por leis provinciaes, ainda mesmo sôbre nomeação e demissão dos empregados da provincia.

A simples enunciação de taes proposições apresenta excesso de faculdades com que a assembléa as pretende decretar. Com effeito, dessas disposições resulta, como immediato corollario: — 1º, que os interesses geraes ficam subordinados a um poder de creação provincial; 2º, que o presidente da provincia desaparece como entidade administrativa, ficando sem valor nem importancia pela mutiação de sua auctoridade.

A primeira das ditas disposições fere a constituição politica do Estado, porque a assembléa provincial só pôde legislar sôbre assumptos provinciaes, definidos nos arts. 9 e 10 do Acto Addicional; no entretanto que, acceitando o projecto, passou a legislar sôbre negocios geraes, creando um corpo politico com ingerencia nesses mesmos negocios. Mas isto é expressamente prohibido pelo referido Acto Addicional, fonte de todas as attribuições das assembléas pro-

venciaes, o qual no art. 12 diz que ellas não poderão legislar sôbre objectos não comprehendidos nos dois supracitados artigos. O exame dos mesmos artigos mostra que não ha um só objecto geral incluido nas faculdades dessas corporações, que o legislador creou sómente para intervir nos negocios "que são immediatamente relativos aos interesses peculiares das respectivas provincias." (Const., artigo 71. Acto Additional, art. 1º).

Crear um corpo politico para consultar sôbre negocios geraes, é violar de frente tão formal disposição da lei fundamental do paiz. Embora possa dizer-se que a commissão permanente creada pelo projecto, apenas consulta sôbre esses negocios, ficando a resolução delles a cargo do presidente da provincia, todavia cumpre considerar que essa mesma consulta é uma interferencia nos negocios geraes, é, como tal, não o póde decretar a assembléa provincial, porque a lei sómente outorgou-lhe poderes para legislar sôbre os assumptos de peculiar interesse da provincia. A 2ª disposição do projecto tambem fêre a Constituição politica do Estado: 1º, alterando a fórma da administração da provincia; 2º, tirando do presidente da provincia parte da administração della; 3º, dando ao govêrno provincial na parte concernente aos negocios peculiares da provincia a fórma puramente democratica; 4º, dando ao mesmo govêrno provincial uma dualidade que as leis geraes não reconhecem; 5º, violando o princípio da divisão dos poderes publicos.

1º PONCTO. — A Constituição, no art. 165, crêa em cada provincia um presidente de nomeação imperial, para a sua administração. Si, porém, prevalecer o projecto, acontecerá que o presidente da provincia fica exautorado da sua autonomia estabelecida na mesma Constituição, e desenvolvida na subseqüente legislação geral do paiz, porque o projecto, nos negocios geraes, o constitue executor das deliberações da commissão permanente, dando-lhe apenas voto no conselho (art. 4º) e nos negocios provinciaes estabelece-lhe a necessidade da consulta (art. 3º); ora, a Constituição e a legislação geral do paiz, organizando a administração provincial, deram ao presidente de provincia liberdade de acção em materia administrativa, deixando-o resolver por si, e sem conselho. No entretanto o projecto em parte priva-o da deliberação, e em parte estabelece-lhe a consulta. Nos negocios provinciaes, a participação do presidente da provincia consiste em votar no conselho da commissão permanente, e executar as resoluções desta; e nos negocios geraes

cumpre-lhe ouvir a mesmia comissão, o que tudo está fóra do regime da lei constitucional e das normas que, em virtude della, hão os poderes geraes decretado. Logo, a fórmula da administração da provincia fica alterada pelo projecto.

2º PONCTO. — Conforme as determinações do projecto, a comissão permanente delibera sobre todos os negocios regidos por leis provinciaes. A consequencia é que o mesmo presidente da provincia não deliberará sobre elles, e por conseguinte também os não administrará, pois administra quem dirige e encaminha, e pelo projecto é a comissão quem administra, resolvendo e pondo em prática a resolução. Mas as leis geraes feitas para o bom desempenho da administração provincial, conforme a primeira parte do art. 166 da Constituição, conferem ao presidente da provincia a administração de todos os negocios della, quer geraes, quer peculiares. Si, porém, o projecto tira-lhe a deliberação dos negocios provinciaes, priva-o de administrar a maior parte dos negocios da provincia, quaes são os peculiares della, pois são estes mais consideraveis pela multiplicidade e immediata importancia para os interesses da mesma provincia do que os negocios geraes. Assim, com offensa da Constituição, que deu-lhe a administração de todos os negocios geridos na esphera provincial, o projecto supprime a auctoridade do presidente da provincia sobre partes desses negocios, e, portanto, sobre parte de sua administração.

3º PONCTO. — A Constituição determinou que o imperador fosse chefe do Poder Executivo, e a este poder conferiu as attribuições administrativas, como se vê do art. 102. Logo, quiz que a administração fosse attributo do elemento monarchico, representado na pessoa do imperador segundo a nossa fórmula constitucional. Para mais sensivel e practicavel tornar a idéa, pelo art. 165, já citado, determinou também a Constituição que a administração das provincias seria confiada a um presidente de nomeação do imperador, a quem representasse na administração local. Mas o projecto afasta-se dêste pensamento.

Segundo o mesmo projecto os negocios provinciaes ficam exclusivamente dependentes da acção da comissão permanente, que é eleita pela assembléa provincial, representante do elemento democratico. Ha, portanto, uma intervenção directa e immediata do elemento democratico na administração da provincia, tomando taes proporções essa intervenção, que a mesma provincia se dirigirá nos seus negocios peculiares pelo elemento democratico, com exclusão do elemento mo-

narchico. Em verdade, o presidente da provincia, que representa o elemento monarchico, fica annullado, porque, si tem voto nas deliberações, esse voto é supplantado por quatro da commissão permanente, representante do elemento democratico; si tem acção é meramente passiva, pois limita-se á execução das determinações da mesma commissão, como simples arauto e agente della. A provincia do Rio Grande do Sul, pois, viria a inaugurar um nôvo regime de administração, que a collocaria nos negocios provinciaes fóra de toda a acção e de toda a influencia real do Poder Executivo e do Govêrno Central. Com effeito, nenhuma influencia poderia exercer nos negocios da provincia um presidente que seria apenas espectador e executor de alheia vontade, sem poder realizar o pensamento do Govêrno de quem era delegado.

4º PONCTO. — Quiz o legislador constitucional que a administração das provincias fôsse uniforme e pautada por uma só regra. Para isso creou elle presidentes de provincia e mandou que as suas attribuições fossem reguladas por leis geraes. Sendo assim, é evidente que as assembléas provinciaes não podem regular essas attribuições, diminuindo-as, augmentando-as, ou supprimindo-as, princípio que acha-se estatuido na legislação patria que véda ás assembléas provinciaes legislar sôbre a natureza das funcções dos empregados regulados por leis geraes. (Acto Additional art. 9º, § 7º, L. de 12 de Maio de 1840, art. 2º). Mas, conforme o projecto, os negocios provinciaes são dirigidos pela commissão permanente com execução do presidente da provincia; os negocios geraes, porém, são dirigidos pelo mesmo presidente com consulta da referida commissão.

Daqui resultam duas regras diversas para os negocios da provincia: crea-se uma dualidade na administração della, quando as leis geraes, aliás, deram a essa administração completa unidade em todos os negocios. Imagine-se dous princípios activos em duas volições diversas, regendo negocios tão connexos e dependentes como são geraes e provinciaes, e ter-se-á idéa da confusão e consequente anarchia qué do projecto resultariam para a pública administração.

5º PONCTO — E' princípio cardeal consagrado na nossa lei fundamental, que os diversos poderes politicos sejam divididos, isto é, que um não exerceite attribuições confiadas a outro. (Const., art. 19.)

Entre os diversos poderes politicos, o legislador constituinte estabeleceu o Poder Legislativo e o Poder Executivo,

determinado que um faria a lei e outro a executaria (arts. 9º, 15 e 102). Mas o projecto não respeita este principio, porquanto manda que a assembléa provincial, que faz a lei, seja a mesma que depois a execute por meio da commissão permanente, que elege do seu seio. Aponctando apenas a manifesta inconstitucionalidade do projecto em suas principaes disposições, o devolvo á assembléa legislativa provincial do Rio Grande do Sul, que comprehenderá em sua sabedoria e criterio a desrodem a que dariam origem taes disposições e resolverá como mais acertado entender em seu zelo pelo bem público.

Palacio do Govêrno em Porto Alegre, 27 de maio de 1876.

Tristão de Alencar Araripe.



ANNEXO E

1848

Emenda offerecida ao projecto da Receita Geral do Imperio pelos deputados Rodrigues dos Santos e Ernesto França, na sessão de 31 de Agosto, como foi redigida em projecto separado para ser enviado ao Senado

PROVIMENTOS DE EMPREGOS GERAES PELOS PRESIDENTES DE PROVINCIA

“Art. 1º. Os empregos de inferior categoria, cujo provimento pertence ao Governo Imperial, poderão ser providos nas provincias pelos respectivos presidentes, que darão os titulos aos nomeados, ficando, porém, a demissão dependente do mesmo Governo.

“Art. 2º. O Governo designará em regulamento os empregos a que deva ser applicada a disposição do artigo antecedente.”

• 1850

Projecto do deputado J. A. de Magalhães Castro

ESTABELECE O CONSELHO DE PROVINCIA E DA' OUTRAS PROVIDENCIAS

“A assembléa geral legislativa resolve:

“Art. 1º. Haverá juncto a cada um dos presidentes das provincias do Imperio um conselho composto dos vice-presidentes, que deverão ser em número de seis.

“Art. 2º. Ao conselho compete ser consultado em todos os negocios dependentes de maduro exame, conhecimentos

theoricos e juizo práctico, salvos os despachos ordinarios que são expedidos diariamente.

“Art. 3º. O conselho funcionará em número nunca menos de quatro, reunidos os seus membros sob a direcção do presidente da provincia.

“Art. 4º. Elaborado em conselho algum projecto de lei provincial, ou de representação ao Govêrno Geral ou ao Corpo Legislativo do Imperio, poderá o presidente da provincia, por qualquer dos membros do seu conselho, exercer a proposição da lei ou projecto de representação, cuja formação lhe compete na qualidade de primeiro representante da provincia; mas só depois de examinada por uma commissão da assembléa provincial poderá ser convertida em projecto de lei a proposição do presidente da provincia.

Art. 5º. Os membros do conselho de provincia poderão estar presentes na assembléa provincial e tomar parte na discussão da proposta, depois do relatorio da commissão, até á sua votação exclusiva.

“Art. 6º. Os presidentes das provincias de primeira ordem receberão de ordenado 6:000\$, os das outras provincias 4:000\$000.

“Art. 7º. Os secretarios das provincias de primeira ordem vencerão de ordenado 3:000\$, os das outras provincias, 2:000\$000.

§ 1º. Os secretarios dos presidentes das provincias servirão tambem perante o presidente em conselho.

“Art. 8º. São consideradas de primeira ordem as provincias do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará; todas as outras continuam na segunda ordem.

“Art. 9º. Os membros do conselho de provincia por cada dia de serviço, quando reunidos sob a direcção do presidente da provincia, perceberão tanto e metade mais do que recebem os deputados provinciaes de suas respectivas provincias.

“Art. 10. Os vice-presidentes e membros dos conselhos de provincia, junctos a cada um dos seus presidentes, assim como os seus secretarios, são de direito aspirantes ás presidenciaes das provincias do Imperio, segundo o gráo da idoneidade.

“Art. 11. Os presidentes de provincia continuam a ser amoviveis *ad nutum*, e não permanecerão em cada uma dellas por mais de dous annos, podendo aliás ser recondu-

zidos sómente depois de haverem servido por outro igual tempo em provincia diversa.

“Art. 12. Os presidentes da provincia outrossim não serão eleitos deputados ou senadores pelas provincias que administrarem, salvo si tiverem deixado de ser presidentes um anno antes das eleições primarias.

“Art. 13. Haverá na capital de cada uma das provincias de primeira ordem uma cadeira de direito administrativo, que será provida pelo Governo geral, precedendo concurso perante o ministro do Imperio.

“Art. 14. O Governo Geral determinará em regulamentos o que fôr necessario para a execução desta lei, principalmente na parte relativa aos trabalhos do conselho de provincia.

“Art. 15. Ficam revogadas todas as leis em contrario.

“Paço da Camara dos Deputados, 31 de Maio de 1850.
— *José Antonio de Magalhães Castro.*”

1854

Projecto da Secção de Fazenda do Conselho de Estado

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

A Assembléa Geral Legislativa resolve:

Art. 1º As auctoridades administrativa e judiciaria são independentes entre si.

§ 1º. Da separação das auctoridades administrativa e judiciaria deriva a instituição da justiça administrativa. Esta se divide em puramente administrativa e contenciosa.

§ 2º. São de competencia da justiça administrativa contenciosa todas as discussões, que, tendo por base actos da auctoridade administrativa e interesses privados, fundados em direitos preexistentes ou adquiridos, nem pertencem aquelles actos ás faculdades constitucionaes ou de mero imperio, nem á ordem das discussões civis ou penaes.

O Governo, no regulamento que decretar para a execução desta lei, estabelecerá as excepções que o interesse público reclama.

§ 3º. Criar-se-á em cada uma provincia do Imperio um tribunal do contencioso administrativo, composto de tres ou cinco membros, segundo a importancia e graduação da

provincia. O Govêrno lhes dará regimento proprio e fixará a cada um dos seus membros o ordenado ou gratificação que devem perceber.

A estes tribunaes compete o primeiro gráo de jurisdição contenciosa administrativa.

§ 4º. O tribunal do contencioso administrativo creado para o municipio neutro será tambem o da provincia do Rio de Janeiro. O Govêrno em o competente regulamento fará na lei organica do tribunal do thesouro as modificações necessarias para pôr em harmonia o referido tribunal com as disposições desta lei.

§ 5º. O Conselho de Estado pleno e uma de suas secções para este fim creada constituirá a segunda instancia da jurisdição contenciosa administrativa, segundo a gravidade do negócio.

§ 6º. Os recursos interpostos das sentenças proferidas na primeira instancia serão sempre recebidos no effeito devolutivo sómente. O Govêrno determinará as excepções desta regra, e marcará as respectivas alçadas.

§ 7º. São improcedentes os recursos para o Conselho de Estado quando a materia não é contenciosa; e não tomará delles conhecimento, ainda sendo procedentes, si não forem interpostos até dez dias primeiros seguintes, contados da hora em que a sentença fôr publicada em deante, em tudo conforme ao que está disposto na Ord. liv. 3º, tit. 70, *in principio*.

O Govêrno, segundo as distancias, marcará os termos que devem ser assignados ás partes, para que appareçam com seus recursos perante a segunda instancia.

§ 8º. A natureza das causas administrativas é summarissima.

§ 9º. As sessões dos tribunaes contenciosos administrativos serão públicas.

§ 10. O Govêrno é autorizado a fixar as multas e custas em que devem ser condemnados os advogados pelos erros de processo e incompetencia dos recursos por elles intentados.

§ 11. As partes não poderão dar de suspeitos os Conselheiros de Estado. O Govêrno designará os casos em que o podem ser os membros dos tribunaes de primeira instancia, e o modo de serem elles greenchidos.

§ 12. O interesse que qualquer possa ter na causa é a medida do direito, que se julgará ter para ser parte na mesma causa.

§ 13. É incompatível com o exercício de Conselheiro de Estado não só qualquer emprêgo judiciário, como administrativo que, por suas funções, esteja sujeito á jurisdição contenciosa administrativa.

§ 14. Além das quatro secções creadas no regulamento de 5 de Fevereiro de 1842, haverá mais duas: uma do contencioso administrativo, outra de agricultura, commércio e obras públicas.

§ 15. Fica supprimida a designação de Conselheiros de Estado ordinarios e extraordinarios feita na lei n. 234, de 23 de Novembro de 1841. Continúa, porém, em vigor o artigo 56 do regulamento de 5 de Fevereiro de 1842.

§ 16. Os Conselheiros de Estado serão designados para as secções por decreto.

§ 17. O Conselho de Estado, sempre que aprover ao imperador, será presidido pelo presidente do Conselho e na falta pelo ministro do Imperio.

Art. 2º. Ao Conselho de Estado pertence conhecer das questões puramente administrativas dos bancos, consultar sobre o exercício da alta polícia do Estado, e sobre a intelligencia doutrinal da lei civil sobre que divirjam duas relações do Imperio em a mesma causa, ou ácerca della represente o supremo tribunal de justiça.

A intelligencia da lei assim decretada subsistirá e terá força de obrigar até que o Corpo Legislativo, a quem será presente na primeira sessão, a interprete authenticamente.

Art. 3º. Além dos Conselheiros de Estado, haverá até 12 adjuntos e 12 referendarios. Dêstes o Govêrno designará os que devem ser aggregados a cada uma das secções.

O Govêrno, em regulamento apropriado, lhes designará as funções, o ordenado ou gratificação e o tempo de serviço; e bem assim as qualificações de nomeação que devem ter.

§ 1º. Dentre os adjuntos, nomeará o Govêrno o que, na qualidade de secretário, deve dirigir os trabalhos da secretaria do Conselho de Estado, que por esta lei fica o Govêrno autorizado a crear.

§ 2º. Durante o exercício de secretário do Conselho de Estado vencerá o adjunto, que para este cargo fôr nomeado, uma gratificação de metade de seu ordenado.

Art. 4º. As funções das camaras municipaes são divididas em administrativas e executivas.

O Govêrno na côrte, e os presidentes nas provincias nomearão os empregados que devem ter a seu cargo o executivo municipal.

§ 1º. O Govêrno é autorizado a modificar as disposições da lei de 1º de Outubro de 1828 de modo que fiquem aquelles corpos administrativos inteiramente em harmonia com as disposições desta lei, e prestem aos seus respectivos municipios os beneficios para que foram creados.

§ 2º. Só podem votar para juizes de paz e vereadores os que podem ser eleitores na fórma da lei n. 387, de 19 de Agosto de 1846, art. 53, §§ 1º e 3º.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões do Conselho de Estado, 4 de Julho de 1854. — *Francisco Gé Acayaba de Montezuma.* — *Joaquim José Rodrigues Torres.* — *Manuel Alves Branco.*

1856

Projecto do deputado Candido Borges Monteiro

REORGANISA AS CAMARAS MUNICIPAES

A Assembléa Geral Legislativa decreta:

“Art. 1º. A lei de 1º de Outubro de 1828 será executada com as seguintes modificações:

“§ 1º. O número de vereadores da camara da côrte será elevado a 22; o das capitaes das provincias da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo a 16; Pará, Maranhão, Ceará, Parahiba, Alagôas e Rio Grande do Sul a 14, e a 12 o das outras.

“§ 2º. Na eleição de vereadores, que será feita na 2ª dominga do mez de Setembro, cada votante incluirá em sua respectiva lista o nome de um cidadão residente em cada uma das freguezias de que se compuzer o municipio, ficando-lhe livre distribuir o restante pelos que melhor entender.

“Si o número das freguezias exceder o de vereadores marcado no paragrapho antecedente, o municipio em que isso se der elegerá tantas quantas forem aquellas.

“§ 3º. Findo o quadriennio da primeira eleição, as camaras não serão eleitas na totalidade de seus membros: na

côrte quatro vereadores, nas capitães da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, tres; Pará, Maranhão, Ceará, Parahiba, Alagôas e Rio Grande do Sul, dois; e nas outras, um; todos designados pela sorte servirão mais quatro annos.

§ 4º. O cargo de vereador é incompativel com os seguintes empregos:

“Ministros e conselheiros de estado.

“Arcebispos, bispos, vigarios capitulares, provisores, vigarios da vara e parochos.

“Presidentes de provincias e seus secretarios.

“Officiaes maiores das secretarias.

“Magistrados e auctoridades policiaes em cujo número se não comprehendem juizes de paz, supplentes dos juizes municipaes, e os delegados e subdelegados do chefe de policia.

“Empregados fiscaes.

“Tabelliães, empregados e officiaes de justiça.

“Empregados das camaras municipaes.

“Militares de terra e mar em serviço activo.

§ 5º. O secretário da camara será eleito por ella dentre os seus membros e servirá um anno.

§ 6º. Dentre os vereadores eleitos o Govêrno na Côrte e o presidente nas provincias nomearão um, que se denominará — administrador municipal — a quem serão commettidas as funções executivas da municipalidade, bem como o dever de propor á camara e ao Govêrno todas as medidas que a experiencia lhe tenha demonstrado necessarias.

“Nos impedimentos do administrador será designado um outro membro da camara, que se denominará vice-administrador. Tanto um como outro poderão ser demittidos quando não preenchem os seus deveres.

§ 7º. O administrador municipal vencerá um ordenado que será pago pelo cofre municipal. Nas camaras em que a renda não exceda a 10:000\$, será elle na razão de 10 % da somma arrecadada; nas que excederem, o Govêrno geral ou provincial o fixará em relação ao trabalho.

“Este ordenado, uma vez fixado, não poderá ser alterado sinão em virtude de lei.

§ 8º. As camaras terão uma sessão annual que poderá ser de quinze a trinta dias; poderão, porém, ser prorogadas,

ou convocadas extraordinariamente pelo administrador municipal, quando negocios urgentes o exigirem. No primeiro caso deverá o administrador, no acto da installação, apresentar um relatorio circunstanciado do estado da administração e de suas necessidades; no último, indicar o objecto da convocação sobre o qual exclusivamente se deverá fixar o exame e deliberação da camara.

“§ 9º. Os vereadores que faltarem a duas sessões consecutivas sem motivo justificado, além das penas da lei, entender-se-ão que se demittiram: mas somente serão convocados os supplentes quando um terço dos vereadores tiver deixado de comparecer.

“Art. 2º. O administrador municipal é o agente executivo das deliberações da camara; essas deliberações lhe serão enviadas dentro do prazo de dez dias, e por elle remettidas ao Govêrno as que dependerem de sua approvação. Si neste último caso a resolução fôr importante, si a séde da camara estiver do Govêrno a uma distancia maior de dez leguas, e si da tardança de sua execução puderem resultar males irremediaveis ao municipio ou parte delle, o administrador a poderá pôr logo em execução sob sua immediata responsabilidade.

“Art. 3º. Nos casos em que as camaras excedam os limites de suas attribuições, envolvendo-se em negocios a ellas estranhos, o administrador municipal as poderá adiar, dando disso parte immediata ao Govêrno.

“Art. 4º. Compete á administração municipal o processo executivo para a cobrança de suas rendas, e os seus agentes ficam sujeitos, no caso de alcance ou extravio dos dinheiros a seu cargo, ás mesmas disposições relativas aos thesoureiros e exactores da fazenda nacional.

“Art. 5º. O Govêrno fica auctorizado:

“§ 1º. A approvar provisoriamente as posturas municipais, tanto durante, como nos intervallos das sessões do poder legislativo, sujeitando-as, porém, em ambos os casos, a seu conhecimento.

“§ 2º. A reformar as repartições da camara da côrte, e a aposentar com o ordenado por inteiro os empregados que tiverem mais de trinta annos de serviço effectivo, e com o ordenado proporcional os que tiverem menos de trinta, porém mais de doze.

“§ 3º. A dar o necessario regulamento para a boa execução desta lei.

Art. 6º. Ficam revogadas todas as disposições em contrario.

“Paço da Camara dos Deputados, 19 de Junho de 1856.
— *Candido Borges.*”

1857

Projecto do deputado Francisco de Assis Athayde

REORGANIZA AS CAMARAS MUNICIPAES

A Assembléa Geral Legislativa decreta:

Art. 1º. A lei de 1º de Outubro de 1828 será executada com as alterações seguintes:

§ 1º. A camara municipal da côrte constará de vinte e um vereadores.

§ 2º. As das cidades constarão de dezeseite.

§ 3º. As das villas de onze.

Art. 2º. Nos municipios das cidades, que contiverem 17 freguezias, e nos das villas, que contiverem 11, cada uma destas elegerá um vereador.

Art. 3º. Nos municipios das cidades que contiverem oito freguezias, a daquella elegerá tres vereadores, e cada uma das outras dous. Si contiverem somente quatro, a da cidade elegerá cinco vereadores, e cada uma das outras quatro.

Art. 4º. A mesma proporção se guardará a respeito dos municipios das villas que contiverem 11, cinco ou tres freguezias.

Art. 5º. Nos municipios que contiverem duas freguezias ou somente uma, observar-se-á o seguinte:

§ 1º. O número total dos votantes de uma ou das duas freguezias, sendo de cidade, será dividido em 17 turmas, tão eguaes entre si quanto ser possa, e o das villas em 11 turmas.

§ 2º. Esta divisão será feita pelo presidente da Provincia.

§ 2º. Esta divisão será feita pelo presidente da Procomeçando pelo districto da cidade ou villa, seguindo depois na outra freguezia si o municipio tiver duas.

§ 4°. Os quarteirões dos districtos tambem serão numerados, mas a sua numeração começará em uma das extremidades, de sorte que as turmas fiquem pela mesma ordem contiguas.

§ 5°. Quando em uma freguezia houver uma fracção de votantes excedente á quarta parte do número que deve formar uma turma, pertencerá á immediata da outra freguezia, e neste caso, serão os seus votos tomados em separado, pela mesa da freguezia a que pertencer essa fracção, lavrando-se uma acta especial de sua apuração. Quando esta fracção porém fôr menos que a quarta parte, pertencerá á última turma da mesma freguezia, não obstante a egualdade numerica exigida pelo § 1° do art. 5°.

§ 6°. No acto da eleição, as mesas parochiaes procederão ás chamadas dos votantes por turmas, guardada a ordem da numeração das mesmas; e, enquanto uma estiver votando, as outras não poderão ser chamadas.

§ 7°. Terminada a 1ª chamada, as cédulas recebidas serão contadas, na fôrma da lei regulamentar das eleições, emmassadas e lacradas em papel, com rotulo que designe o número da turma a que pertecerem.

§ 8°. O mesmo se practicará na 2ª e 3ª chamadas, as quaes serão feitas na fôrma da citada lei de eleições.

§ 9°. As mesas parochiaes, terminada a 3ª chamada dos votantes de todas as turmas, procederão á apuração das cédulas de cada uma das mesmas turmas, e só depois de escripta e assignada a respectiva acta procederão á apuração dos votos de outra, e em último logar aos da fracção a que se refere o § 5°.

Art. 6°. Os curatos independentes são em tudo egualados ás freguezias, uma vez que estejam reconhecidos por lei provincial.

Art. 7°. A cédula de cada um dos votantes deverá conter tantos nomes, quantos corresponderem ao número de vereadores que couber á respectiva freguezia, mas dentre estes nomes, um deverá ser de pessoa residente em outra qualquer das freguezias do municipio, e nella qualificado votante. Exceptua-se o caso de eleger a freguezia um só vereador.

Art. 8°. Na cédula em que não fôr observada a disposição do artigo antecedente, a mesa parochial deixará de apurar o nome que estiver escripto em último logar, e dentro do número de vereadores que corresponder á freguezia.

Art. 9º. Observadas pelas mesas parochiaes as disposições do art. 103 da lei regulamentar das eleições, as camaras logo que tiverem recebido todas as actas procederão:

§ 1º. A' apuração dos vereadores de cada uma das freguezias, curatos ou turmas incluindo os votos da fracção, de que tracta o § 5º do art. 5º, nos da turma de que fizer parte. Os mais votados até o número de vereadores que deve dar a freguezia, serão declarados membros da camara municipal.

§ 2º. De cada uma destas apurações parciaes se lavrará acta especial, assignada pela camara.

§ 3º. Terminada a apuração, de que tractam os §§ antecedentes, a camara formará uma relação nominal dos 21, 17, ou 11 vereadores, e procederá a uma apuração geral, adicionando aos nomes dos vereadores os votos que obtiveram nas diversas freguezias, turmas ou curatos.

§ 4º. Formada uma lista pela ordem da votação desde o número maximo até o minimo, o mais votado será declarado presidente, e os immediatos o substituirão nas faltas e impedimentos pela ordem em que estiverem seus nomes.

§ 5º. Identicamente se procederá a respeito dos suplentes no caso de falta ou impedimento dos vereadores.

Art. 10. As camaras enviarão a cada um dos vereadores eleitos cópias authenticas das actas das apurações, extrahidas pelo secretário, e assignadas pelas camaras, sendo uma da verificação e apuração da respectiva freguezia, curato ou turma, e outra da geral para presidente, com officio assignado pelo presidente convidando os mesmos eleitos a comparecerem no dia 7 de Janeiro para prestarem juramento e tomarem posse na fórma da lei.

Art. 11. Quando as camaras municipaes derem parte ao Govêrno, ou aos presidentes das provincias, em conformidade do art. 106 da lei de eleições, accrescentarão as informações que julgarem convenientes relativamente ás irregularidades que tiverem encontrado nas actas e processos da eleição.

Art. 12. As attribuições concedidas ao Govêrno e presidentes das provincias, pelo art. 118 da lei de eleições, serão exercidas pelo Govêrno no municipio da côrte dentro de 15 dias, e pelos presidentes dentro de 30 dias, contados da data em que forem recebidas as participações das camaras.

Art. 13. Da decisão do Govêrno, conforme o artigo antecedente, haverá recurso para o Senado; e da que fôr pro-

ferida pelo presidente da provincia haverá para o Conselho de Estado, em ambos os casos sem suspensão da decisão.

Art. 14. Quando fôr annullada a eleição de uma das freguezias, se mandará proceder novamente a outra; e a respeito desta se observará o seguinte:

§ 1º. Os votados para vereadores poderão ser todos residentes na mesma freguezia.

§ 2º. Não se procederá a respeito desta eleição á apuração para presidente da camara, conforme o § 4º do artigo 9º.

Art. 15. Só podem ser vereadores os que puderem ser eleitores, e tiverem a residencia exigida pela lei de 1º de Outubro de 1828. O exercicio de vereador não é incompativel com o de parocho.

Art. 16. As camaras municipaes reunir-se-ão em sessão ordinaria tres vezes em cada anno, mediando quatro mezes de uma a outra, devendo cada sessão durar 12 dias consecutivos, exceptuados os domingos e dias sanctos.

Art. 17. Não poderá haver sessão sem que estejam presentes metade e mais um dos membros da camara. Na falta dos vereadores, serão chamados os immediatos em votos pela respectiva freguezia.

Art. 18. Serão assignados pelo presidente e vereadores:

§ 1º. Todas as representações ou felicitações dirigidas á assembléa legislativa provincial, á Camara dos Deputados, ao Senado e ao Govêrno Imperial.

§ 2º. Todas as propostas contendo alteração de posturas, lei municipal e estabelecimento de novos encargos para os habitantes do municipio, e que devam ser submettidas á approvação da assembléa provincial.

§ 3º. As que no mesmo sentido forem dirigidas ao Govêrno na côrte e aos presidentes nas provincias, solicitando sua approvação para que tenham effeito por um anno.

Art. 19. Toda a correspondencia official, porém, contendo informações, consultas, participações, ou cousas semelhantes dirigidas ao presidente da provincia, bastará ser assignada pelo presidente e secretário.

Art. 20. As communicações, ordens, avisos, ou convocações em nome da camara e dirigidas ás auctoridades do municipio, serão assignados somente pelo presidente.

Art. 21. Na correspondencia official, as camaras, exceptuadas a da côrte, terão o tractamento de Illustre Camara Municipal.

Art. 22. Os secretarios das camaras municipaes serão por ellas nomeados dentre seus membros na primeira reunião, em escrutinio secreto, e por maioria absoluta de votos. Si no primeiro escrutinio ninguem obtiver aquella maioria, entrarão em segundo os dous mais votados no primeiro. Si neste segundo houver empate, decidirá a sorte. O vereador que fôr eleito secretário entrará logo em exercicio independentemente de novo juramento.

Art. 23. Além das attribuições mencionadas nos artigos 24 e seguintes da lei de 1º de Outubro de 1828, compete ás camaras municipaes:

§ 1º. Promover a colonização nos seus municipios, sobre as bases que julgarem mais convenientes, mas sempre por intermedio do presidente da provincia, do qual ficam as bases dependendo de approvação.

§ 2º. Promover a incorporação de companhias agricolas e industriaes, dependendo os planos de approvação na fórmula do paragrapho antecedente.

Art. 24. Para execução do que dispõe o § 6º do artigo 66 da citada lei de 1º de Outubro de 1828, as camaras municipaes poderão:

§ 1º. Contrahir empréstimos.

§ 2º. Estabelecer imposições directas ou indirectas por tempo definido.

Art. 25. As sommas conseguidas, na fórmula dos paragraphos antecedentes, serão exclusivamente empregadas na construcção e conservação de pontes e estradas adaptadas á rodagem. As regras sobre a direcção, declividade e systema das estradas, constarão de regulamento expedido pelo presidente da provincia.

Art. 26. A construcção e conservação das estradas de rodagem poderão ser:

§ 1º. Por administração.

§ 2º. Por arrematação.

§ 3º. Por contracto com quaesquer empresarios ou companhias, garantindo-lhes um minimo de interesse que não exceda a 10 %.

Art. 27. As camaras municipaes poderão manter correspondencia, e contractar com as dos municipios limitrophes, ainda de provincia diversa, uma vez que nos seus municipios devam passar, ou terminar as estradas de rodagem.

Art. 28. A garantia de juros, ou minimo de interesse de que tracta o § 3º do art. 26, só terá logar até uma somma que não exceda a $\frac{4}{5}$ do total do imposto decretado, e annualmente arrecadavel no municipio.

Art. 29. Quando fôr estabelecido o imposto, ou contrahido emprestimo para construcção de uma estrada, a arrecadação daquelle, ou das rendas destinadas aos juros e amortização dèste continuarão a ser arrecadados no territorio, até á cessação da garantia ou amortização, embora por leis posteriores parte do mesmo territorio fique pertencendo a diverso municipio.

Art. 30. Todos os contractos celebrados pelas camaras municipaes em virtude da presente lei só poderão produzir seus effeitos legaes depois de approvados pelo presidente da provincia, a quem deverão ser remettidas cópias authenticas dos mencionados contractos e das plantas e orçamentos respectivos.

Art. 31. Da denegação de approvação aos contractos, conforme o artigo antecedente, haverá recurso para o Governo Imperial, interposto pela camara, ou por qualquer das partes interessadas.

Art. 32. Aos presidentes das camaras municipaes, nos respectivos municipios, competem as attribuições seguintes:

§ 1º. Proceder a auto de corpo de delicto.

§ 2º. Prender os culpados ou sejam no seu ou em outro qualquer juizo.

§ 3º. Julgar definitivamente as contravenções ás posturas municipaes, e os crimes a que não esteja imposta pena maior que multa até cem mil réis, prisão, degredo, ou desterro até seis mezes, com multa correspondente á metade dêsse tempo ou sem ella, e trez mezes de casa de correccção, ou officinas públicas.

De taes sentenças dar-se-á appellação para o juiz de direito da comarca.

Pelos actos que praticarem no exercicio destas attribuições, vencerão as custas e salarios que competem aos delegados de policia.

Para escrever nestes processos, o presidente da camara poderá chamar qualquer dos tabelliães, ou escriptvães da subdelegacia, ou do juizo de paz.

Art. 33. As camaras municipaes, nas suas posturas, poderão comminar até o duplo das penas estabelecidas pelo art. 72 da citada lei de 1º de Outubro de 1828.

Art. 34. A multa de que fáz menção a referida lei no art. 28 fica elevada nas cidades a 8\$ e nas villas a 4\$000.

Art. 35. A decretação de impostos para os fins indicados nesta lei, será submettida á approvação da assembléa provincial, na fórma do Acto Adicional.

Art. 36. As camaras poderão nomear um official-maior, e até dous amanuenses, para o expediente e escripturação. Esses empregados vencerão os ordenados que lhes forem arbitrados pela respectiva camara. No impedimento do secretário, o official maior, e na falta dèste o amanuense, poderão passar as certidões que forem precisas.

Art. 37. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Camara dos Deputados, 31 de julho de 1857. —
Francisco de Assis Athaide.

1859

Projecto do deputado Sergio Teixeira de Macedo

PROVIMENTO DE OFFICIOS DE JUSTIÇA

A Assembléa Geral resolve:

Art. 1°. Os officios de justiça da primeira instancia e os logares das secretarias de policia serão providos pelo Govêrno Geral na côrte, e pelo presidente nas respectivas provincias.

Art. 2°. Para essas nomeações e provimentos continuarão a ser observadas as fórmulas estabelecidas nas leis e regulamentos geraes.

Art. 3°. Feita a nomeação, pela qual o nomeado entrará desde logo em exercicio, o presidente o communicará ao Govêrno Geral, transmittindo ao mesmo tempo as informações e documentos respectivos, para confirmar ou annullar a nomeação. Neste último caso mandará o Govêrno proceder a outra.

Art. 4°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Camara dos Deputados, em 27 de Maio de 1859. — *Sergio de Macedo.*

1850

Projecto dos deputados Saraiva, Brusque e Fernandes da
Cunha

ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL

"A Assembléa Geral resolve:

"Art. 1°. Aos presidentes de provincia fica pertencendo a nomeação dos seguintes funcionarios publicos:

"§ 1°. Dos secretarios das provincias.

"§ 2°. Dos empregados do correio e de saude publica que não forem chefes de repartição.

"§ 3°. De todos os empregados de quaesquer estabelecimentos de instrucção publica, creados por leis geraes, com excepção dos lentes, professores e directores.

"§ 4°. De todos os empregados dos ministerios da guerra e marinha com excepção dos que forem militares ou chefes de serviço.

"§ 5°. De todos os empregados do ministerio da justiça, com excepção dos empregados ecclesiasticos, desembargadores, juizes de direito, orphãos e municipaes, e chefes de policia.

"§ 6°. Dos empregados de fazenda, que não forem sujeitos a accesso ou chefes de repartição.

"Art. 2°. Fica o Governo autorizado a reorganizar o serviço ministerial, creando para isso mais uma secretaria de estado, e a rever a tabella dos vencimentos dos presidentes de provincia, de fôrma a evitar ajudas de custo extraordinarias.

"Art. 3°. O augmento de despesa annual com a execução desta lei não poderá exceder de 120:000\$, e só terá logar quando o Governo julgar bom o estado financeiro do paiz.

"Revogam-se as disposições em contrario.

"Paço da Camara, em 31 de Maio de 1859. — *José Antonio Saraiva*. — *Francisco Carlos de Araujo Brusque*. — *Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha*."

1860

Projecto do ministro do Imperio João de Almeida Pereira

REORGANIZA A ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL

A Assembléa Geral Legislativa resolve:

Art. 1º. Compete aos presidentes de provincia, além das attribuições, que lhes conferem a carta de lei de 12 de Agosto de 1834, a lei de 3 de Outubro do mesmo anno e mais disposições em vigor:

1º. Prover definitivamente os officios de justiça, observando as formalidades prescriptas na legislação geral. Nesta disposição estão incluídos os contadores, distribuidores e partidores.

2º. Nomear e demittir, sobre proposta dos respectivos administradores, os officiaes papelistas, escripturarios e praticantes, porteiros e agentes do mar, das administrações do correio e bem assim os agentes do correio e seus ajudantes.

As propostas de nomeação e demissão dos agentes e ajudantes do correio da provincia do Rio de Janeiro serão feitas pelo administrador do correio da côrte.

3º. Nomear e demittir, sobre proposta dos inspectores, os porteiros e continuos das thesourarias de fazenda.

4º. Nomear e demittir os empregados das repartições especiaes das terras publicas, á excepção dos respectivos chefes.

5º. Nomear e demittir, de conformidade com os regulamentos, os empregados das secretarias da presidencia, á excepção do secretario.

6º. Nomear e demittir, sobre proposta do chefe de policia, os empregados das secretarias de policia, cuja nomeação actualmente é da competencia do Governo, á excepção do secretario.

7º. Nomear e demittir os bedeis, continuos e porteiros das faculdades de direito e medicina; e bem assim os officiaes das respectivas secretarias, e os ajudantes dos bibliothecarios das mesmas faculdades.

8º. Nomear e demittir os seguintes empregados das diversas repartições dependentes do ministerio da guerra

— amanuenses, porteiros, ajudantes de porteiro, apontadores, guardas dos armazens, feitores, mestres e quaesquer outros jornaleiros, pedagogos, guardas, compradores, enfermeiros-móres, enfermeiros e ajudantes.

9º. Nomear e demittir os empregados dos tribunaes do commercio, excepto o official-maior.

10. Nomear e demittir os empregados da inspecção de saude do porto, excepto o inspector.

11. Nomear e demittir os seguintes empregados dependentes do ministerio da marinha: amanuenses e porteiros das secretarias das inspecções dos arsenaes, escreventes das direcções do patrão-mór e das officinas, desenhadores, professores de primeiras letras, porteiros e ajudantes dos arsenaes, mestres, contra-mestres, mandadores das officinas, mestres de musica e guardas das companhias de aprendizes artifices.

Art. 2º. As presidencias de provincia serão divididas em tres classes:

§ 1º. A 3ª classe comprehenderá as provincias de Santa Catharina, Paraná, Espirito Santo, Rio Grande do Norte, Piaui e Amazonas.

§ 2º. A 2ª classe comprehenderá as provincias de Sergipe, Goiaz, Matto Grosso, Alagôas, Parahiba e Ceará.

§ 3º. A 1ª classe comprehenderá as provincias de São Pedro do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Geraes, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará.

Art. 3º. Os presidentes de provincia de 3ª classe vencerão 4:000\$000 de ordenado, e 2:000\$000 de gratificação; os de 2ª classe 4:000\$000 de ordenado e 4:000\$000 de gratificação; e os de 1ª 4:000\$000 de ordenado, e 6:000\$000 de gratificação.

§ 1º. Além desses vencimentos, terão os presidentes transporte gratuito por mar para si e suas familias até á capital da provincia que forem administrar, e quando não lhes possa o Governo fornecer transporte por terra, terão uma ajuda de custo na razão de 10\$ a 20\$000 por cada legua de caminho.

§ 2º. Perceberão tambem como despesa de primeiro estabelecimento os presidentes de 3ª classe 2:000\$000, os de 2ª 3:000\$000 e os de 1ª 4:000\$000.

Art. 4º. Os presidentes de provincia que tiverem como taes servido effectivamente durante vinte annos, serão apo-

sentados com o ordenado por inteiro, e durante mais de dez annos com o ordenado proporcional; não tendo, porém, logar a aposentadoria com ordenado proporcional, sem que se prove inhabilitação de serviço por molestia ou idade avançada.

Será contado para a aposentadoria dos presidentes de provincia o tempo que tiverem servido: 1º, como ministro e secretario de estado; 2º, como secretario de provincia e membro do conselho de presidencia na razão de dous terços; 3º, como empregado publico geral na razão de metade; 4º, como empregado provincial na razão de um terço.

Art. 5º. Em qualquer hypothese não se poderá conceder a aposentadoria, sem que se tenha, pelo menos, cinco annos de serviço como presidente.

Art. 6º. Os presidentes de provincia, que forem exonerados por deliberação do Govêrno, serão considerados em disponibilidade passiva, vencendo um terço do ordenado si já contarem seis annos de serviço nessa qualidade; e perceberão metade do respectivo ordenado, si forem nomeados membros dos conselhos de presidencia; não devendo accumular este com outros vencimentos.

A disponibilidade passiva durará apenas por um anno, e a activa nunca mais de cinco successivamente.

Art. 7º. O presidente de provincia, que houver exercido esse logar por espaço de dez annos, terá direito á carta de conselho.

Art. 8º. Os secretarios de provincia perceberão a metade do ordenado e da gratificação dos presidentes das provincias, em que servirem.

Art. 9º. As secretarias das presidencias serão divididas em tres classes, conforme a categoria das provincias em que funcionarem, e terão regulamentos dados pelo Govêrno.

Paragrapho unico. As despesas com ordenados, gratificações e aposentadorias dos empregados das mesmas secretarias correrão por conta dos cofres geraes; e serão reguladas de maneira que o total dos ordenados e gratificações dos empregados das de 1ª classe não exceda a 30:000\$000 por anno, das de 2ª a 24:000\$000, e das de 3ª a 18:000\$000; e que a gratificação seja sempre correspondente a um terço do ordenado.

Art. 10. Será creado em todas as provincias um conselho de presidencia, que se comporá de seis membros nas provincias de 1ª classe, e de quatro nas de 2ª, e 3ª.

Art. 11. O conselho de presidencia será ouvido pelo presidente quando tiver de usar da attribuição que lhe confere o Acto Addicional, de suspender a publicação das leis provinciaes, e em todos os negocios sôbre que o mesmo presidente julgar conveniente; sendo nestes casos o seu voto meramente consultivo.

Nos negocios administrativos de natureza contenciosa terá o conselho voto deliberativo, havendo recurso de suas decisões para o Conselho de Estado.

O Govêrno especificará em decreto os negocios sôbre que deve o conselho ter voto deliberativo, competindo ao presidente o de qualidade.

Art. 12. A metade dos membros do conselho será de nomeação do Govêrno, e suas funcções durarão enquanto o mesmo govêrno entender conveniente.

O Govêrno tambem designará quem deva substituir estes funcionarios nos seus impedimentos.

Art. 13. A outra metade se comporá dos seguintes funcionarios, que servirão na ordem em que vão especificados: 1º, o arcebispo ou bispo da provincia, em que tiver residencia; 2º, o 1º vice-presidente da provincia; 3º, o presidente do tribunal da relação; 4º, o procurador da corôa; 5º, o presidente do tribunal do commercio; 6º, o commandante das armas; 7º, o chefe de policia; 8º, o inspector da thesouraria geral; 9º, os directores das faculdades de medicina e de direito; e 10º, os juizes de direito da capital pelas suas antiguidades.

Art. 14. Não se póde ser membro do conselho sem ter a idade de 25 annos completos.

Art. 15. Os serviços prestados pelos membros do conselho serão reputados relevantes; e darão direito á carta de conselho, uma vez prestados effectivamente por 15 annos.

Art. 16. Deverão ser preferidos na nomeação de membros do conselho de presidencia os presidentes que estiverem em disponibilidade; não podendo, porém, servir nas provincias que houverem administrado, sinão depois de tres annos da data em que deixarem o logar.

Art. 17. O conselho se reunirá pelo menos duas vezes por mez, não podendo porém funcionar sem metade e mais

um de seus membros. O presidente da provincia dirigirá os trabalhos.

Art. 18. Os pareceres do conselho serão dados por escripto.

Art. 19. Os membros do conselho de presidencia não perceberão, como taes, vencimento algum.

Art. 20. Quando o conselho de presidencia funcionar, nas provincias de 1ª classe com cinco membros, e nas de 2ª e 3ª com tres, o presidente da provincia terá voto deliberativo, além do de qualidade.

Art. 21. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço da Camara dos Deputados, em 20 de Junho de 1860. — *João de Almeida Pereira Filho.*

1862

Projecto do senador marquez de Olinda

REORGANIZAÇÃO DAS CAMARAS MUNICIPAES

A Assembléa Geral decreta:

TITULO I

Da formação das camaras municipaes

Art. 1º. A eleição dos membros das camaras municipaes será feita em todo o Imperio na última dominga do mez de Junho, qualquer que tenha sido o tempo de sua anterior eleição, pela fórma disposta no tit. 4º da lei n. 387, de 19 de Agosto de 1846, com as seguintes alterações:

§ 1º. Só podem ser vereadores os que tiverem as condições requeridas para eleitores de parochia, uma vez que seus nomes estejam comprehendidos na última qualificação de qualquer das parochias do municipio.

§ 2º. Não podem ser eleitos para o de vereador os ministros e conselheiros de estado, os bispos, juizes ecclesiasticos, membros dos cabidos, parochos, os presidentes de provincia e seus secretarios, os ministros do supremo tribunal de justiça e os das relações, os juizes de direito, municipaes e de orphãos, os chefes de policia e seus

delegados, os officiaes do quadro do exército e da armada; e nem os que substituirem aos individuos de qualquer das classes antecedentes nos impedimentos ou faltas, quando tenham estado no exercicio dos respectivos cargos dentro dos quatro mezes anteriores á eleição.

§ 3º. Além dos cargos, cujo exercicio é por lei declarado incompativel com o de vereador, não pôde ser accumulado este cargo com quaesquer outros, si da accumulção resultar a impossibilidade de serem bem desempenhadas as respectivas funcções.

Art. 2º. Não podem servir de vereadores conjuntamente na mesma camara pae e filho, irmãos ou cunhados enquanto durar o cunhadio, devendo, no caso de serem nomeados, preferir o que tiver maior número de votos.

Havendo empate entre dous ou mais eleitos a sorte decidirá.

Art. 3º. Os presidentes de provincias são competentes para conhecer, *ex-officio*, ou sôbre representação dos interessados, das irregularidades commettidas nas eleições das camaras municipaes e juizes de paz. As representações não lhes poderão ser apresentadas sinão até o dia vigesimo que se seguir ao do encerramento da assembléa parochial, guardando-se na sua remessa um prazo que corresponda a quatro leguas por dia, contadas do logar da reunião da assembléa parochial á capital, e de outro modo não serão recebidas.

Da decisão dos presidentes se admittirá recurso para o Govêrno no prazo fatal de oito dias.

Art. 4º. Quando forem annulladas, ou enquanto não se fizerem as eleições de vereadores, continuarão em exercicio os existentes, embora se ache findo o seu quadriennio, até que os novos eleitos tomem posse.

Art. 5º. Os vereadores poderão obter excusa do cargo sómente nos casos de enfermidade grave e prolongada, nos de mudança para fóra do municipio e nos de reeleição consecutiva em dous ou mais quadriennios.

Os que obtiverem excusa por estas causas não poderão mais entrar em exercicio durante o mesmo quadriennio.

Art. 6º. As disposições dos dous artigos antecedentes são applicaveis aos juizes de paz, que continuarão a ser eleitos junctamente com os vereadores.

Art. 7º. Os novos vereadores tomarão posse no dia marcado, qualquer que seja o número presente dos vereadores cujos poderes expiram. Si destes ultimos não com-

parecer nenhum, qualquer dos novos vereadores o participará ao juiz municipal do termo, remettendo-lhe o respectivo titulo; e o juiz, convocando-os, fará a chamada e lhes dará posse, com o que ficará inaugurada a camara.

Art. 8º. A camara municipal da côrte se comporá de 21 vereadores; as das capitães das provincias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, de 16; as das capitães do Pará, Maranhão, Ceará, Parahiba, Alagôas e Rio Grande do Sul, de 13; as das outras capitães, de 11; as das cidades em geral, de nove; e as das villas, de sete.

As camaras só poderão celebrar suas sessões estando presentes mais de metade de seus membros.

TITULO II

Das camaras municipaes

Art. 9º. O govêrno economico e municipal das cidades e villas será exercido, no que concerne á parte deliberativa, pelas camaras em corporação, sendo os respectivos negocios resolvidos em sessão por maioria de votos dos membros presentes, salva a disposição da última parte do artigo antecedente; e no que toca á parte executiva de suas funcções, por aquelle dos vereadores que fôr designado pelo Govêrno na côrte e pelos presidentes nas provincias, com a denominação de — administrador municipal.

Art. 10. As camaras municipaes proverão sôbre a policia e economia de seus municipios por meio de posturas, propostas e resoluções.

As posturas serão submettidas, para sua approvação, sem a qual não serão executadas, na côrte ao Govêrno, e nas provincias ás assembléas legislativas provinciaes, sendo-lhes remettidas pelos presidentes das provincias, com suas observações.

Quando o bem do municipio exija execução prompta de alguma postura, o presidente da provincia a approvará provisoriamente para que possa ser executada, enviando-a á assembléa provincial, logo que se reuna.

Art. 11. Poderão fazer propostas, na côrte á Assembléa geral legislativa e nas provincias ás assembléas legislativas provinciaes, sendo-lhes apresentadas pelo Governo, ou pelas assembléas provinciaes, com suas observações.

As propostas versarão:

1º. Sobre os meios de occorrer ás suas despesas, quer estas consistam na criação, supressão ou modificação de impostos, quer em operações de credito, ou na alienação do dominio util, ou direitos dos bens municipaes.

2º. Sobre o orçamento de suas despesas.

3º. Sobre a criação ou supressão de empregos municipaes, suas attribuições e vencimentos.

4º. Sobre a remissão, desconto ou concessão de moratorias da divida activa municipal.

Art. 12. Poderão tomar resoluções:

1º. Sobre a applicação de suas rendas aos varios ramos de serviço municipal, contemplados no respectivo orçamento.

2º. Sobre arrecadação e fiscalização de renda municipal.

3º. Sobre as obras públicas municipaes e respectivos empregos.

4º. Sobre a illuminação pública, o abastecimento, distribuição e asseio das aguas.

5º. Sobre a salubridade, limpeza e aformoseamento das povoações, segurança dos edificios, policia das ruas, praças e caminhos publicos.

6º. Sobre a construcção e conservação das estradas municipaes.

7º. Sobre os meios proprios para occorrer ao abastecimento do mercado, providenciando para que a alimentação pública seja sã e abundante, abstendo-se, porém, de taxar preço dos generos e de pôr quaesquer outras restricções ao direito de propriedade e á liberdade de indústria.

8º. Sobre theatros e logares de recreio para a população.

9º. Sobre o arrendamento ou administração dos bens do conselho.

10. Sobre a administração, ou arrematação das obras e rendas, e sobre o fornecimento dos objectos a seu cargo.

11. Sobre desapropriação por utilidade municipal, observando-se no respectivo processo a legislação em vigor.

12. Sobre a divisão do municipio em districtos. As resoluções sobre estes últimos §§ 9º, 10, 11 e 12 ficam dependentes de approvação do Govêrno na côrtee e dos presidentes nas provincias.

Art. 13. Compete ás camaras promover as eleições dos membros da assembléa geral legislativa e dos das assembléas legislativas provinciaes, do modo que fôr determinado na lei, salva a disposição do art. 17, § 2°.

Art. 14. As camaras municipaes poderão comminar em suas posturas penas até oito dias de prisão e 50\$000 de multa, as quaes serão aggravadas nas reincidencias até 30 dias de prisão e 100\$000 de multa.

A camara municipal da côrte, porém, poderá, quanto ás multas, comminar até 80\$000 na primeira infracção e o dôbro nas reincidencias.

Art. 15. Compete ás camaras municipaes o processo executivo para a cobrança das suas rendas; e seus agentes, ou empregados-fiscaes, serão sujeitos, no caso de alcance ou extravio dos dinheiros a seu cargo, ás mesmas disposições que forem relativas aos fiscaes, ou exactores de fazenda nacional.

Art. 16. Sempre que, por qualquer circumstancia, não se tenha fixado a receita e despesa municipal, vigorará o orçamento ultimamente decretado.

Art. 17. Aos presidentes das camaras compete:

1°. Convocar as sessões ordinarias e extraordinarias que julgar necessarias.

2°. Desempenhar, nos intervallos das sessões das camaras, as funcções que a estas tocam, relativamente ás eleições dos membros da assembléa geral legislativa e das assembléas legislativas provinciaes, conforme o art. 13.

3°. Reconhecer, nos mesmos intervallos das sessões, os titulos de todos os empregados que não tiverem superior no logar a quem compita esse reconhecimento, e faze-los registrar, tomar-lhes juramento e fazer publicar por editaes a sua posse.

Os presidentes das provincias que por quaesquer acontecimentos não puderem prestar juramento nas mãos do presidente da camara da capital, reunida ella, na fórmula do art. 10 da lei de 8 de Outubro de 1834, o poderá fazer sómente nas do seu presidente, ou nas do presidente de qualquer das camaras municipaes da provincia, ainda sem reunião da mesma camara, fazendo-se publicar essa posse, na fórmula declarada na mesma lei.

4°. Juramentar e empossar a juizes de paz nos intervallos das sessões das camaras. Si o presidente não se achar presente, e nem qualquer dos vereadores que o deva sub-

stituir, o administrador municipal, si o caso fôr urgente, o communicará ao juiz municipal do termo, o qual, recebendo o juramento do eleito, o empossará; sendo de tudo informada a camara, quando reunida, pelo administrador municipal.

5°. Tomar conhecimento das excusas legais dos juizes de paz eleitos e chamar os immediatos em votos para substitui-los, na fórma da lei. Quando o presidente não satisfaça essas funções em tempo conveniente, por qualquer causa que seja, o administrador municipal o participará ao juiz municipal do termo para os desempenhar, dando parte á camara, quando reunida.

6°. Receber, quando não estiver reunida a camara, as declarações e juramento dos estrangeiros que pretenderem naturalizar-se.

7°. Conceder licença aos vereadores, tomando sempre em consideração os interesses do serviço público e a urgencia dos motivos allegados.

As licenças de que necessitarem os presidentes das camaras serão concedidas pelo Govêrno na côrte e pelos presidentes nas provincias. Nos logares distantes da capital o presidente que se ausentar dará parte ao vereador que o deva substituir, participando-o immediatamente ao presidente da provincia.

TITULO III

Do administrador municipal

Art. 18. O Govêrno na côrte e os presidentes nas provincias designarão, dentre os vereadores, um ou mais supplentes para substituirem o administrador municipal nas suas faltas ou impedimentos. Assim, aquelles como este, quando em exercicio, serão substituidos na camara pelos vereadores que se lhes seguirem na ordem da votação.

O administrador municipal e seus supplentes poderão ser exonerados, quando assim convier ao serviço.

Art. 19. Compete ao administrador municipal:

§ 1°. Executar e fazer executar as posturas e deliberações das camaras municipaes.

§ 2º. Recorrer das deliberações que forem illegaes, ou manifestamente contrárias aos interesses do municipio, para o Govêrno na côrte e os presidentes nas provincias, ficando suspensa em caso de infracção de lei a execução das mesmas deliberações, até final decisão dos recursos.

§ 3º. Nomear, suspender e demittir os empregados municipaes.

§ 4º. Executar as ordens que lhes forem transmittidas pelo Govêrno e pelo presidente da provincia, communicando, com a precisa antecedencia, as que versarem sôbre eleições, ás auctoridades competentes, ás quaes fornecerão os livros, papel e tudo quanto fôr necessario para este serviço.

§ 5º. Publicar por editaes e pela imprensa, onde a houver, com as formalidades que forem prescriptas, as deliberações municipaes.

§ 6º. Prestar os auxilios que couberem em suas attribuições e que lhe forem requisitadas em beneficio da saude, da segurança e da tranquillidade do municipio.

§ 7º. Ordenar os pagamentos que se tiverem de fazer, na conformidade do orçamento e das deliberações da camara.

§ 8º. Dirigir e fiscalizar por si e por agente de sua immediata confiança a administração das obras do municipio, inspeccionando e fazendo inspeccionar, com a maior frequencia possivel, as que forem feitas por arrematação ou por empreza.

§ 9º. Inspeccionar as repartições e empregados municipaes e dar-lhes as instrucções necessarias para o bom andamento e regularidade do serviço, sujeitando-as á approvação da camara em sua primeira reunião.

§ 10. Inspeccionar as escholas de instrucção primaria, as casas de caridade, e as fabricas protegidas pelo Estado, quando a fiscalização e superintendencia de taes estabelecimentos não se achem, a cargo de outras auctoridades.

§ 11. Velar na conservação das servidões e caminhos publicos, fazendo-os repor no antigo estado, e não consentindo, por modo algum, que os proprietarios dos predios usurpem, tapêem, deteriorem, estreitem ou mudem a seu arbitrio as estradas.

§ 12. Redigir, fazer lavrar e assignar todos os contratos, que tiverem de ser celebrados com a camara, observando nelles as leis e as deliberações municipaes.

§ 13. Conceder licenças com ordenados, até um mez, aos empregados municipaes.

§ 14. Fiscalizar e activar a arrecadação das rendas municipaes e sua cobrança judicial.

§ 15. Fazer arrecadar e guardar todas as rendas e valores pertencentes á municipalidade, em cofre de tres chaves, das quaes estará uma sob a sua guarda, outra sob a do presidente e a terceira sob a do empregado da arrecadação.

§ 16. Conceder ou negar as licenças que forem requeridas, na conformidade das posturas, leis, ou deliberações municipaes, para edificações, reconstrucções ou concertos exteriores, ou outros objectos.

§ 17. Fazer por si, ou conjunctamente com peritos e pessoas competentes que designar, os exames e verificações que forem necessarias para o desempenho das funcções a seu cargo, quer no que fôr relativo a objectos do interesse do municipio, quer para fiscalizar o modo como os empregados municipaes preenchem as suas obrigações.

§ 18. Apresentar ás camaras no principio de cada sessão o relatorio da sua administração e prestar-lhes conta da receita e despesa do anno findo; o que tudo será acompanhado de documentos que as comprovem.

As contas, depois de examinadas pela camara, serão por ella directamente enviadas com o seu parecer ao Governo na côrte e aos presidentes nas provincias.

§ 19. Suspender administrativamente, até 15 dias, os empregados municipaes, omissos no cumprimento de seus deveres.

§ 20. Das decisões e mais actos dos administradores municipaes, que prejudicarem os interesses do municipio, ou os direitos de qualquer pessoa, haverá recurso para o Governo na côrte e para os presidentes nas provincias.

Art. 20. O administrador municipal poderá apresentar ao presidente da camara a necessidade de alguma convocação extraordinaria da mesma, expondo as razões que o exigem e o presidente resolverá. Si o presidente da camara se recusar a fazer a convocação ou si marcar um prazo tão longinquo que inutilize o fim que se queria alcançar, ou si não der resposta nenhuma dentro em seis dias, o administrador municipal recorrerá ao presidente da provincia, o qual resolverá como mais conveniente fôr ao serviço.

Poderá igualmente assistir ás sessões da camara e tomar parte nas discussões, observando as regras que forem prescriptas no respectivo regulamento.

Art. 21. Ao administrador municipal da côrte e aos das grandes capitães das provincias poderá ser arbitrada uma gratificação, a qual será fixada na côrte por decreto do Govêrno, não excedendo de 8:000\$, e nas provincias por lei provincial, attendendo-se para isso á multidão do trabalho, e á importancia de renda municipal, da qual é que deverá sahir.

TITULO IV

Disposições geraes

Art. 22. As camaras municipaes organizarão seus regimentos internos contendo disposições sôbre as solennidades de que devem ser revestidos o juramento e posse dos vereadores e administradores municipaes, a convocação de suplentes, o conhecimento das excusas de uns e de outros, a fôrma dos actos e correspondencia official, o logar que nas sessões deve occupar o administrador municipal, as épochas em que devem ter logar as sessões ordinarias, o regimento que nellas deve ser observado e o tempo de sua duração, as concessões de licenças aos vereadores e a imposição de multas aos que faltarem. Estes regimentos não serão executados sinão depois de approvados pelo Govêrno e provisoriamente pelos presidentes nas provincias, devendo ser uniformizados nos objectos communs a todas as camaras.

Art. 23. O Govêrno expedirá o regulamento e instruções necessarias para a execução desta lei, tendo especialmente em attenção determinar:

§ 1º. Quanto ás camaras municipaes em geral:

1º. As formalidades e seguranças de que devem ser revestidos os contractos que os administradores municipaes tiverem de celebrar.

2º. O modo por que devem proceder os agentes municipaes nos casos de infracção de posturas, afim de promoverem a effectiva punição dos infractores.

3º. A fôrma dos recursos das decisões dos administradores municipaes e os casos em que taes recursos devem ser no effeito devolutivo sómente, ou tambem no suspensivo.

§ 2º. Quanto á camara municipal da côrte:

1º. A fôrma e os casos da nomeação, suspensão e demissão dos empregados municipaes.

2º. A maneira por que deve ser organizado o orçamento de sua receita e despesa municipal.

3º. A reorganização, ouvida a camara, de sua actual secretaría e contadoria, e das repartições dellas dependentes, contanto que não exceda á despesa que ora se faz com taes repartições, assim como a categoria, o número, attribuições, vencimentos e aposentadoria dos respectivos empregados.

Art. 24. Logo que por lei forem marcadas para a camara municipal da côrte as rendas correspondentes ás despesas com os objectos sobre que lhe pertença deliberar segundo a legislação vigente, ficarão essas despesas exclusivamente a cargo da mesma camara.

Art. 25. Ficam em vigor as disposições da lei de 1 de Outubro de 1928, que não forem contrarias á presente lei.

Rio, 29 de Agosto de 1862. — *Marquez de Olinda.*

1864

Projecto dos deputados José Antonio Saraiva, Antonio Alves de Souza Carvalho e Aureliano Candido Tavares Bastos, como foi redigido para ser enviado ao Senado, onde se acha com o n. 26, de 1864

PROVIMENTO DE EMPREGOS GERAES PELOS PRESIDENTES DE PROVINCIAS

A Assembléa Geral resolve:

Art. 1º. Compete aos presidentes de provincia, além das attribuições que lhes confere a carta de lei de 12 de Agosto de 1834, a lei de 3 de Outubro do mesmo anno e mais disposições em vigor:

1º. Prover definitivamente os officios de justiça, observando as formalidades prescriptas na legislação geral. Nesta disposição estão incluídos os contadores, distribuidores e partidores.

2º. Nomear e demittir, sob proposta dos administradores do correio, os officiaes papelistas, escripturarios, praticantes, porteiros e agentes do mar das respectivas administrações; e bem assim os agentes do correio e seus ajudantes. As propostas de nomeação e demissão dos agentes

e ajudantes do correio da provincia do Rio de Janeiro serão feitas pelo administrador do correio da côrte.

3°. Nomear e demittir os porteiros e continuos das thesourarias de fazenda, sob proposta dos inspectores das mesmas.

4°. Nomear e demittir os empregados das repartições especiaes das terras públicas, á excepção dos respectivos chefes.

5°. Nomear e demittir, sob proposta dos chefes de policia, os empregados das secretarias de policia, cuja nomeação actualmente é da competencia do Govêrno, á excepção do secretário.

6°. Nomear e demittir os bedéis, continuos e porteiros das faculdades de direito e medicina; e bem assim os officiaes das respectivas secretarias, e os ajudantes dos bibliothecarios das mesmas faculdades.

7°. Nomear e demittir os seguintes empregados das diversas repartições dependentes do ministerio da guerra: amanuenses, porteiros, ajudantes de porteiros, apontadores, guardas dos armazens, feitores, mestres e quaesquer outros jornaleiros, pedagogos, guardas, compradores, enfermeiros-móres, enfermeiros e ajudantes.

8°. Nomear e demittir os empregados dos tribunaes do commercio, excepto o official-maior.

9°. Nomear e demittir os empregados da inspecção de saude do porto, excepto o inspector.

10. Nomear e demittir os seguintes empregados dependentes do ministerio da marinha: amanuenses e porteiros das secretarias das inspecções dos arsenaes, escreventes das direcções, do patrão-mór e das officinas, desenhadores, professores de primeiras lettras, porteiros e ajudantes dos arsenaes, mestres, contra-mestres, mandadores das officinas, mestres de musica e guardas das companhias de aprendizes artifices.

Art. 2°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Camara dos Deputados, em 7 de Abril de 1864.
— *Francisco José Furtado*, presidente. — *Tito Franco de Almeida*, 1° secretario. — *Pedro Luiz Pereira de Sousa*, 2° secretario.

1864

Projecto do deputado João Silveira de Sousa, emendando
o precedente

PROVIMENTO DE EMPREGOS GERAES PELO PRESI-
DENTE DA PROVINCIA

A Assembléa Geral resolve:

Art. 1º. Compete aos presidentes de provincia, além das attribuições que lhes conferem a carta de lei de 12 de Agosto de 1834, a lei de 3 de Outubro do mesmo anno e mais disposições em vigor:

1º. Prover definitivamente os officios de justiça, observando as formalidades prescriptas pela legislação geral. Nesta disposição estão comprehendidos os contadores, partidores e distribuidores.

2º. Nomear e demittir sob proposta dos chefes de policia os empregados das secretarias desta, á excepção do secretario.

3º. Nomear e demittir os empregados dos tribunaes ou juntas de commercio, á excepção do official-maior e os das relações, á excepção do secretario.

4º. Nomear e demittir, sob proposta dos administradores dos correios, os officiaes papelistas, os escripturarios, amanuenses, porteiros, continuos, carteiros e agentes do mar das respectivas administrações; e bem assim os agentes dos correios e seus ajudantes. As propostas de nomeações e demissões dos agentes e ajudantes dos correios da provincia do Rio de Janeiro serão feitas pelo administrador do correio da corte.

5º. Nomear e demittir os empregados das repartições especiaes das terras públicas, á excepção dos respectivos chefes.

6º. Nomear e demittir os empregados das colonias civis e militares, á excepção dos directores, e, nestas, dos mais que por lei ou regulamento devam ser officiaes militares do serviço activo.

7º. Nomear e demittir os porteiros, continuos e praticantes das thesourarias de fazenda e das mais repartições

que lhe são subordinadas, sob proposta dos inspectores das mesmas.

8°. Nomear e demittir os bedéis, continuos e porteiros das faculdades de direito e medicina, e das aulas preparatorias annexas; assim como quaesquer empregados das respectivas secretarias e bibliothecas, á excepção do secretario e bibliothecario.

9°. Nomear e demittir os empregados das inspecções de saude dos portos, excepto os inspectores.

10. Nomear e demittir os seguintes empregados das diversas repartições dependentes do ministerio da guerra: capellães, almoxarifes, escripturarios, escrivães, amanuenses, porteiros, ajudantes de porteiros, apontadores, agentes, guardas de armazens, feitores, mestres e quaesquer outros jornaleiros, pedagogos, guardas, compradores, enfermeiros-móres, enfermeiros e ajudantes, á excepção dos que estiverem no caso da parte final do § 6°.

11. Nomear e demittir os seguintes dependentes do ministerio da marinha, com a excepção acima indicada: amanuenses e porteiros das secretarias das inspecções dos arsenaes, escreventes das direcções, do patrão-mór e das officinas, desenhadores, professores, porteiros e ajudantes dos arsenaes, mestre, contra-mestre e mandadores das officinas e guardas das companhias de menores artifices ou marinheiros.

12. Nomear e demittir quaesquer empregados das capitania dos portos, á excepção do secretario, e bem assim os do serviço da praticagem das barras, dos pharões e dos telegraphos, seja qual fôr o ministerio de que dependam.

13. Finalmente, nomear e demittir, nas repartições acima declaradas, quaesquer outros empregados ahi não designados, e cujos empregos não sejam de categoria ou vencimentos superiores aos indicados em cada uma dellas.

Art. 2°. A competencia dos presidentes de provincia para as nomeações e demissões de que tracta esta lei, entende-se unicamente a respeito dos empregados na mesma indicados que são actualmente nomeados e demittidos pelo Governo; os que o sejam actualmente pelos chefes das respectivas repartições, continuarão a se-lo do mesmo modo.

Art. 3°. As attribuições do Governo relativas ás sobre-dictas nomeações e demissões, e a seu expediente, ficam igualmente pertencendo aos presidentes de provincia; e os

emolumentos das mesmas nomeações e seus titulos serão cobrados nas thesourarias de fazenda das respectivas provincias.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrario.
— *Silveira de Sousa.*

1867

Projecto do conselheiro de Estado José Antonio Pimenta Bueno

CONSELHOS DAS PRESIDENCIAS

A Assembléa Geral Legislativa resolve:

CAPITULO I

Da administração provincial

Art. 1º. O Govêrno creará um conselho de presidencia nas provincias, em que essa instituição puder desde já ser convenientemente estabelecida, e nas outras logo que ella possa ser realizada. O conselho será composto, nas provincias menores, de tres conselheiros, e nas maiores de cinco.

Art. 2º. Os conselheiros da presidencia serão nomeados pelo Govêrno Imperial dentre os cidadãos mais habilitados da capital da provincia ou das povoações vizinhas, que não exerçam empregos incompatíveis. Servirão por quatro annos, mas poderão ser antes dispensados do cargo, por decreto, ou reconduzidos no fim desse tempo.

Art. 3º. O Govêrno nomeará igual número de substitutos, os quaes serão chamados a supprir as faltas dos conselheiros effectivos, segundo a ordem de sua collocação na lista da nomeação, que annualmente poderá ser alterada ou modificada.

Art. 4º. Os conselheiros vencerão a gratificação annual, nas provincias menores de 1:200\$ a 1:800\$ e nas maiores de 2:000\$ a 2:400\$000. Elles usarão do uniforme que o Govêrno designar. Antes de entrarem em exercicio prestarão juramento perante o presidente da provincia de bem cum-

prirem os deveres do seu cargo. Seus bons serviços por mais de quatro annos dão-lhes direito a remuneração honorifica.

CAPITULO II

Da administração provincial activa

SECÇÃO I.

Das attribuições administrativas do conselho

Art. 5º. O conselho da presidencia em materia puramente administrativa não tem voto *sinão consultivo*; elle auxilia o govêrno provincial:

§ 1º. Preparando os trabalhos *que lhe forem commettidos* pelo presidente com os necessarios esclarecimentos.

§ 2º. Com seu parecer ou voto motivado em conselho todas as vezes que para isso fôr prevenido e convocado. O secretario da presidencia serve de secretario destas reuniões.

Art. 6º. O presidente da provincia *póde ouvir o conselho* sobre todos os negocios administrativos em que julgar conveniente conhecer o seu parecer. Elle deverá ouvi-lo necessariamente quando para isso *receber ordem do Govêrno Imperial*, ou assim estiver determinado em lei ou regulamento.

Art. 7º. Salvo o caso de evidente urgencia, o presidente da provincia ouvirá necessariamente o conselho sôbre os seguintes objectos:

§ 1º. Sôbre a convocação extraordinaria ou adiamento da assembléa legislativa provincial (Acto Adicional, art. 24, § 2º).

§ 2º. Sôbre a denegação de sancção ou suspensão da publicação de leis provinciaes (Acto Adicional, arts. 19 e 24, § 3º).

§ 3º. Sôbre regulamentos que tiver de expedir para a boa execução das ditas leis (Acto Adicional, art. 24, § 4º).

§ 4º. Sôbre os principaes assumptos para que em seu relatorio deva chamar a attenção da assembléa legislativa provincial (Acto Adicional, art. 8º).

§ 5º. Sôbre a bôa applicação das sommas destinadas para as estradas, navegação fluvial, ou outras obras, ou melhoramentos, em que haja discreto arbitrio.

§ 6º. Sôbre o systema da catechese e civilização dos indigenas, e da fundação de colonias provinciaes e seu regimen (Acto Adicional, art. 11, § 5º).

§ 7º. Sôbre os melhoramentos da instrucção pública, meios de desenvolver o progresso da agricultura, indústria, commércio e navegação provincial e de promover a instituição de conselhos locaes, ou associações que favoreçam esse desenvolvimento.

§ 8º. Sôbre soccorros publicos, que circumstancias extraordinarias da provincia possam demandar a bem de seus habitantes, e despesas correspondentes (lei de 4 de Outubro de 1831, art. 48 e decreto de 20 de Novembro de 1850, art. 70).

§ 9º. Sôbre o melhor modo de contrahir ou realisar empréstimos provinciaes autorizados (Acto Adicional, artigo 11, § 3º).

§ 10. Sobre a bôa administração dos bens provinciaes e seu aproveitamento (Acto Adicional, art. 11, § 4º).

§ 11. Sôbre a distribuição por municipios da quota do recrutamento que tocar á provincia.

§ 12. Sôbre a nomeação de supplentes de juizes municipaes, e suspensão desses juizes ou de vereadores (lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 19; regulamento de 31 de Janeiro de 1841, art. 55, e resolução n. 230, de 9 de Novembro de 1841).

§ 13. Sôbre a auctorização ou approvação de casas de empréstimos sôbre penhores (decreto n. 2.692, de 14 de Novembro de 1860, art. 2º); de monte-pios, sociedades de soccorros mutuos, de beneficencia ou litterarias, ou sobre sua dissolução (lei de 22 de Agosto de 1860, art. 2º, § 1º; decreto de 10 de novembro de 1860, art. 3º, e de 19 de Dezembro, arts. 27, 29 e 32).

§ 14. Sôbre a approvação de compromissos de irmandades ou confrarias (Acto Adicional, art. 10; decreto de 19 de Dezembro de 1860, art. 33; e aviso de 1 de Agosto de 1853).

§ 15. Sôbre a suspensão de provimentos dados em correição pelos juizes de direito (decreto n. 1.884, de 7 de Fevereiro de 1857).

§ 16. Sôbre a decisão provisoria das questões provenientes de usurpação de jurisdicção, e poder temporal por parte das auctoridades ecclesiasticas ou suas censuras contra empregados civis (decreto n. 1.191, de 28 de Março de 1887).

§ 17. Sôbre irregularidades commettidas no processo de qualificação dos votantes, ou necessidades de sua annullação por se terem infringido as formalidades essenciaes da lei.

§ 18. Sôbre a apreciação e andamento, que se deva dar ás queixas dirigidas á presidencia, para que mande responsabilizar as auctoridades por abusos que tenham commettido (Codigo do Processo Criminal, art. 153).

§ 19. Sôbre a fixação do número de eleitores que as parochias tenham o direito de nomear (lei de 19 de Agosto de 1846, art. 52; decreto de 18 de Agosto de 1860, art. 1º, § 10, e de 22 do dito mez e anno, art. 15).

SECÇÃO II

Disposições acêrca da administração activa das presidencias

Art. 8º. Das decisões ou actos do presidente da provincia em materia puramente administrativa, ouvido ou não o conselho, ha recurso para o ministerio respectivo, que tem o direito e dever de revoga-los ou modifica-los, na fórma das leis geraes ou provinciaes.

Art. 9º. O Govêrno poderá estabelecer nos logares das provincias em que as conveniencias públicas reclamarem, delegados administrativos das presidencia, a quem por seus regulamentos confiará maior ou menor delegação, para que sob a dependencia ou inspecção do presidente o coadjuvem na administração. Elle proporá os respectivos vencimentos, designará seus uniformes e provisoriamente arbitrá uma justa gratificação.

CAPITULO III

Da administração provincial contenciosa

SEÇÃO I

Das attribuições contenciosas do conselho

Art. 10. O conselho da presidencia serve de tribunal de 1ª instancia nas materias contenciosas da administração. Então é presidido pelo conselheiro mais antigo em exercicio, e, no caso de egualdade, pelo mais velho.

Art. 11. Servirá de secretário de seus trabalhos um dos primeiros officiaes da secretaria da presidencia e de agente do ministerio público, por parte do Govêrno e dos interesses fiscaes, o promotor público da capital ou o procurador fiscal, conforme a natureza dos recursos.

Art. 12. Nos negocios de sua competencia elle annulla os actos ou decisões provinciaes ou municipaes, quando viciados por causa de incompetencia ou excesso de poder, ou de violação de fórmastubstanciaes; e as reformas nos çasos de infracção ou falsa interpretação ou applicação do preceito da lei ou regulamento.

Art. 13. Salvas as limitações expressas nas leis ou nos regulamentos do Govêrno, o conselho conhecerá, como tribunal de primeira instancia, dos recursos interpostos por offensa de direitos contra qualquer dos seguintes actos administrativos:

§ 1º. Das decisões relativas a questões sôbre o sentido, execução, rescisão e effeitos das clausulas dos contractos, serviços ou fornecimentos publicos provinciaes ou municipaes, ou do dever de correspondente indemnização que se suscitarem entre a administração provincial ou municipal, e os respectivos empregados ou fornecedores.

§ 2º. Das reclamações ou reparações por motivos de prejuizos ou danos causados a terceiros pelos ditos empregados de obras, directores dellas, ou fornecedores, quando provenientes da execução de seus contractos, ou de ordens recebidas.

§ 3º. Das questões de servidões legaes instituidas a favor das estradas, canaes, navegação, aqueductos, obras ou outros serviços publicos provinciaes ou municipaes e indemnizações pretendidas por essa causa.

§ 4º. Das questões de uso ou gozo de bens communs provinciaes ou municipaes ou de sua distribuição.

§ 5º. Das questões de repartimento de encargos provinciaes ou municipaes que não forem da competencia de outras auctoridades.

§ 6º. Das questões de divisas territoriaes, municipaes ou parochiaes, procedentes de actos administrativos, ainda mesmo da presidencia ou de ordem della.

§ 7º. Das questões de incommodo, insalubridade ou perigos causados por estabelecimentos, fabricas, machinas ou officios que possam produzir taes resultados contra a vizinhança ou transeuntes.

§ 8º. Das questões provinciaes ou municipaes, relativas a privilegios, monopolios ou prohibições industriaes, ou das que versarem sôbre minas, mas só nos casos e termos expressamente previstos pelas leis e regulamentos geraes.

§ 9º. Da nullidade da eleição das camaras municipaes e dos juizes de paz, ficando assim modificado o art. 118 da lei de 19 de Agosto de 1846, e tambem das questões de incompatibilidade dos vereadores ou juizes de paz.

§ 10. Dos recursos de que tracta a lei de 1º de Outubro de 1828, arts. 20, 32 e 73, e da inscripção ou omissão na lista geral dos jurados, lei de 3 de Dezembro de 1844, artigos 101 e 102, que ficam assim transferidos.

§ 11. Das questões de administração contenciosa relativas a ermandades, confrarias, casas de caridade e estabelecimentos pios ou de beneficencia, que pelas disposições actuaes, ou regulamentos do Govêrno não pertencerem a outras auctoridades.

§ 12. De eguaes questões relativas ao estabelecimento ou regime policial dos theatros.

§ 13. Das reclamações de illegitima demissão ou preterição de empregados provinciaes ou municipaes.

§ 14. Das decisões dos conselhos de revista da guarda nacional, de que tractam os arts. 20 e 124 da lei n. 602, de 19 de Setembro de 1850, que ficam assim modificados.

§ 15. Das reclamações por illegitima ou injusta imposição de multas administrativas applicadas pela presidencia, ou outras auctoridades administrativas provinciaes ou municipaes, salvas as disposições das leis fiscaes.

§ 16. Das reclamações por illegalidade ou injustiça de recrutamento de terra ou mar.

§ 17. Em geral e salvas as limitações legais, o conselho conhecerá das reclamações sobre quaesquer actos da administração contenciosa provincial ou municipal. Ainda mesmo independente de disposição expressa, pertencem ao contencioso administrativo, salvo a lei ou regulamento em contrário, as questões, actos ou decisões da administração que firam direitos de ordem administrativa, e como taes garantidos por leis desta especie, ou posterguem obrigações legais da administração. As questões relativas a direitos de ordem civil, garantidos por leis civis, são da alçada judiciaria, salvas as excepções estabelecidas expressamente por lei.

§ 18. As questões contenciosas da fazenda nacional continuarão a ser julgadas nos termos das disposições vigentes, salvo as modificações do regulamento do Governo.

Art. 14. Os recursos para o conselho das presidencias podem ser interpostos em qualquer tempo, sobre os casos em que as leis ou regulamentos fixaram prazos para sua interposição.

Art. 15. Taes recursos têm effeito devolutivo sómente, exceptuados os casos de damno irreparavel, ou que forem mencionados presentemente por leis ou regulamentos.

Art. 16. Não poderá o conselho proferir solução sobre nenhum negocio sem que tenha precedido audiencia escripta e contradictoria das partes interessadas.

Art. 17. Nos casos em que a instrução de taes negocios possa ser esclarecida por informações das auctoridades locais, ou por exames de peritos, o conselho ordenará essas diligencias. Os peritos vencerão o que lhes competir, como si fossem feitas por mandato judicial.

Art. 18. Os accórdãos do conselho conterão o objecto da contestação, os nomes e as qualidades das partes, o extracto de suas allegações e a declaração dos motivos de equidade ou disposições de direito em que se fundarem.

Art. 19. A notificação das decisões dos conselhos será feita official e gratuitamente pelos agentes da administração.

Art. 20. Das decisões dos conselhos ha o recurso de appellação para o Conselho de Estado. Elle deve ser interposto dentro de vinte dias contados da notificação e mais o prazo que fôr designado no regulamento do Governo, em

atenção ás distâncias, e deverá ser apresentado dentro do tempo marcado no mesmo regulamento.

Art. 21. O effeito dêste recurso de appellação é sómente devolutivo, salvos os casos exceptuados expressamente pelas leis ou regulamentos.

Art. 22. O regulamento do Govêrno estabelecerá sôbre estas bases o modo pelo qual as partes e o ministerio público devem deduzir, justificar e seguir as suas reclamações e recursos; o processo de informação ou diligências, a audiência de terceiros interessados, si houver; a fôrma das decisões, recusações e mais incidentes ou trâmites necessários.

SECÇÃO II

Disposições ácêrca das attribuições contenciosas das presidencias

Art. 23. Nas provincias em que não houver conselhos das presidencias, os recursos contenciosos das auctoridades administrativas, de que tracta a secção antecedente, serão interpostos para a presidencia, que constituirá a 1ª instancia, salvos os casos em que a lei ou regulamento estabelecer limitações.

Art. 24. Ainda mesmo naquellas em que houver taes conselhos, os presidentes continuarão a conhecer em 1ª instancia dos recursos, que as leis ou regulamentos actuaes subordinam á sua decisão, e que por esta lei não são desde já commettidos aos conselhos das presidencias: o Govêrno, porém, em seus regulamentos poderá transferir para estes aquelles dentre esses recursos que devam ser transferidos.

Art. 25. Em um e outro caso elles observarão as disposições do art. 14 e seguintes, em tudo que lhes forem applicaveis, e de suas decisões proferidas em 1ª instancia ha o recurso de appellação para o Conselho de Estado, nos termos dos arts. 20 e 21.

Art. 26. Dos actos contenciosos da presidencia, quando ella não decida como tribunal de 1ª instancia, que não forem da competencia do conselho da presidencia, ainda quando exista, ha recurso para o ministerio respectivo, que nesse caso constitue a 1ª instancia, observando-se o art. 14

e seguintes, no que forem applicaveis. No municipio neutro o ministerio constitue tambem a 1ª instancia em relação ás auctoridades administrativas delle nos casos de que tracta esta lei.

Art. 27. Consequentemente ha esse recurso nas hypótheses previstas na secção antecedente:

§ 1º. Nas questões de que tractam os §§ 1º e 2º do art. 13 em relação aos contractos de obras, serviços ou fornecimentos celebrados pelo Govêrno Geral, ou por ordem sua.

§ 2º. Nas questões de servidões de que tractam os §§ 3º e 4º do mesmo artigo, quando geraes, ou relativas a fortalezas, praças de guerra, fronteiras ou outras de serviços militares.

§ 3º. Nas demais questões em que o conselho da presidencia, si existisse, conheceria de actos contenciosos do presidente, ou que excedem á competencia delle, mas que entram no contencioso administrativo geral.

Art. 28. Nos casos de conflictos ou outros quasi contenciosos, o presidente observará as disposições actuaes, até que sejam modificadas, pelas leis constitutivas do Conselho de Estado, ou pelos respectivos regulamentos do Govêrno, que fica para isso auctorizado.

CAPITULO IV

Disposições geraes

Art. 29. Os conselhos das presidencias não podem em caso algum estabelecer decisões por via de regra geral, e sim sómente quanto á questão submettida ao seu conhecimento. Elles não conhecem tambem dos incidentes, que não entrem em suas attribuições.

Art. 30. Os conselheiros são responsaveis pelos conselhos que derem contrarios ás leis, ou manifestamente oppositos aos interesses publicos. Elles são tambem responsaveis, como juizes, pelas decisões contenciosas que proferrirem. Esta disposição é applicavel aos presidentes das provincias nos casos em que forem julgadores, nos termos desta lei.

Art. 31. Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Conselheiro de Estado, *José Antonio Pimenta Bueno*.

1869

Projecto do ministro do Imperio Paulino José Soares
de Sousa

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A Assembléa Geral resolve:

PARTE I

DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DAS PROVINCIAS

Disposições geraes

Art. 1º. A parochia é a base da organização administrativa do Imperio.

§ 1º. A parochia, unidade administrativa, é a circunscrição territorial adoptada nas leis para os actos electoraes e ecclesiasticos.

§ 2º. As parochias são urbanas ou ruraes: urbanas as que se comprehendem pela maior parte de sua população dentro dos limites das cidades ou villas; ruraes todas as outras.

Sómente ás parochias ruraes são applicaveis as disposições do título 2º da presente lei.

A's parochias urbanas são applicaveis as disposições dos arts. 100 e seguintes da parte 2ª, título unico.

Art. 2º. O municipio constitue-se pela reunião de parochias formando outra circunscrição administrativa com direitos, interesses e obrigações distinctas: póde, porém, constar de uma só parochia.

A séde do municipio é a povoação nelle elevada á categoria de cidade ou villa: a séde da parochia rural a povoação onde estiver situada a igreja matriz.

Art. 3º. Todas as parochias, como partes integrantes de um municipio, são sujeitas á mesma administração municipal: cada parochia tem, no que se refere ao serviço de natureza parochial, organização e administração proprias.

§ 1º. O patrimonio das parochias não póde ser incorporado nos bens municipaes.

§ 2º. O municipio e a parochia terão receita e despesa distinctas.

§ 3º. As parochias e os municipios são pessoas juridicas para todos os effeitos que as leis determinarem.

Art. 4º. As attribuições municipaes serão exercitadas:

No que se refere á deliberação, pela camara municipal.

No que se refere á acção pelo presidente da camara, como centro e órgão da administração municipal, pelos vereadores especiaes (regedores) das parochias.

Art. 5º. As attribuições parochiaes serão exercitadas:

No que se refere á deliberação, pela juncta administrativa da parochia.

No que se refere á acção, pelo regedor da parochia.

Art. 6º. A assembléa municipal reúne attribuições de natureza municipal e relativas á administração parochial.

A assembléa municipal só se reunirá na fórma e para os fins indicados no título 3º.

Art. 7º. As camaras municipaes, seus presidentes, as junctas administrativas e regedores de parochia, considerados estes como agentes quer municipaes quer parochiaes, além das attribuições proprias municipaes e parochiaes, têm o dever de levar a effeito no municipio e na parochia todos os actos de administração geral de que forem encarregados pelas leis e regulamentos do Govêrno, e são obrigados a prestar as informações e esclarecimentos que pelas auctoridades superiores lhes forem pedidos a bem do serviço público.

§ 1º. No exercicio das attribuições de natureza municipal e parochial, as auctoridades, a que são ellas commettidas, salvo os recursos e excepções expressas, procedem independentemente da administração geral.

§ 2º. No exercicio das attribuições delegadas, são subordinadas ao presidente da provincia, e têm de cumprir as ordens legaes que receberem, sob pena de responsabilidade.

Art. 8º. Nos municipios que constarem de uma só parochia, o presidente da camara accumulará as attribuições de regedor, procedendo-se á eleição municipal pela fórma até hoje observada. Nestes municipios não haverá juncta administrativa de parochia, sendo suas attribuições exercidas pela camara: haverá, porém, comissão de fabrica da matriz.

Art. 9º. Dos actos não auctorizados das camaras, de seus presidentes, das junctas administrativas e regedores de parochias, que importarem violação dos direitos de qualquer

cidadão, pôde este pedir reparação ao poder judicial por meio da acção civil ou criminal que lhe competir contra aquelles que os tiverem resolvido e levado a effeito.

Reputam-se não auctorizados os actos exorbitantes das attribuições conferidas por lei.

Art. 10. Os cidadãos que se sentirem aggravados em seus direitos por qualquer acto administrativo da camara, de seu presidente ou das junctas e regedores de parochia no exercicio das attribuições municipaes ou parochiaes, poderão recorrer para o presidente da provincia no prazo de 20 dias, contados da publicação do mesmo acto ou de sua notificação quando se referir a individuo determinado.

O recurso será interposto perante o secretário da camara, que o tomará por termo, independente de despacho, devendo ás allegações da parte ser apresentadas dentro dos 15 dias immediatos, assignado em seguida por intimação judicial egual prazo para dizer o presidente da camara ou o regedor; depois do que fará o mesmo secretário remessa de tudo ao presidente da provincia.

Será punida a demora do presidente da camara ou do regedor na informação, e do secretário na remessa dos papeis, com as penas do art. 154 do codigo criminal, além de outrás em que possa ter incorrido.

Art. 11. O presidente da camara, quando entender que alguma deliberação desta é exorbitante de suas attribuições, offensiva da presente lei, de suas posturas ou do orçamento municipal, consultará o presidente da provincia, o qual, si julgar do mesmo modo, ordenará que não se execute, cabendo á camara recurso para o Govêrno nas duas primeiras hypotheses, e sendo o caso sujeito nas duas ultimas á resolução da assembléa legislativa provincial, em sua primeira reunião.

Art. 12. Não se consideram creados novos municipios e parochias para os effeitos estabelecidos nas leis geraes sem que reúnam as condições seguintes:

Os municipios:

- 1ª. População livre nunca inferior a 6.000 almas.
- 2ª. Renda municipal, calculada pela que até então pagavam os moradores da parte desmembrada, superior a 5:000\$000.
- 3ª. Existencia, na projectada séde do novo municipio, de edificios publicos para casa da camara e sessões do

jury, e para cadêa, com a capacidade e condições requeridas para os fins a que são destinados.

4ª. Destinação de 40.000 braças quadradas de terreno para logradouro commum dos municipios.

As parochias:

1ª. População livre nunca inferior a 2.000 almas.

2ª. Contribuição para a receita municipal com renda superior a 1:000\$000.

3ª. Existencia de edificio público apropriado para matriz, convenientemente construido, de casa para residencia do parcho e de terreno murado para cemiterio nas immedições da séde da parochia.

4ª. Destinação de 10.000 braças quadradas de terreno para logradouro commum dos moradores da parochia.

§ 1º. Feitos ou adquiridos á custa do cofre geral ou provincial, dos povos ou de particulares, por meio de loterias, subscrições, doações, deixas ou legados, ou por outra qualquer fórma licita, o edificio da cadêa é proprio provincial; a casa da camara é proprio municipal; a matriz, a casa do parcho e o cemiterio são proprios parochiaes.

§ 2º. Os terrenos de logradouro commum pertencem aos municipios ou ás parochias, conforme são destinados ao uso e gozo dos moradores das villas e cidades ou das parochias.

§ 3º. Quaesquer accrescimos, bemfeitorias ou concertos, feitos á custa de quem forem, seguirão, quanto á propriedade, a sorte dos referidos edificios, cemiterios e terrenos.

Art. 13. São despesas municipaes unicamente as destinadas a serviços da administração do municipio, e que devam ser feitas com objectos de utilidade, uso e gozo dos municipios. Continuam contudo a cargo dos cofres municipaes as despesas de que os têm encarregado as leis geraes, ficando, porém, revogado o art. 27 da lei n. 1.507, de 26 de Setembro de 1867.

Art. 14. São municipaes as estradas que communicam a séde do municipio com as das parochias do mesmo municipio, e as que communicam a séde do municipio com as estradas geraes ou provinciaes.

Art. 15. São estradas parochiaes as que communicam diversos districtos da parochia entre si ou com o da séde

da paróchia, e desta se dirigem ás estradas geraes, providenciaes ou municipaes.

Art. 16. São parochiaes as obras da egreja matriz, as de reconstrucção da casa do parochio, as do cemiterio, todas aquellas cujo uso e gozo ordinario é especial aos moradores da parochia, e que não estiverem a cargo dos cofres geraes, provinciaes ou municipaes.

Art. 17. Poderão dous ou mais municipios ou parochias vizinhas associarem-se, por accôrdo de suas respectivas camaras ou juntas administrativas, para construcção e conservação, a expensas communs, de estradas que os comuniquem entre si com qualquer estrada geral ou provincial, e para creação e manutenção dos estabelecimentos de beneficencia ou de instrucção pública que julgarem de utilidade para seus habitantes.

O modo de construcção e conservação das estradas, fundação e administração de taes estabelecimentos será regulado em commum pelas referidas camaras ou juntas reunidas, respeitada a legislação respectiva geral ou provincial. No termo que assignarem se marcará a quota com que entra cada municipio ou parochia e o mais que disser respeito ao desenvolvimento e realização do plano accordado.

Art. 18. Nas posturas municipaes se estabelecerá a sancção de sua infracção por comminação de penas de prisão até 15 dias e de multa até 50\$, as quaes poderão ser elevadas ao dobro nos casos de reincidencia.

§ 1º. A pena de prisão poderá ser commutada na de multa, sempre que o infractor assim o requerer. Para ter logar a commutação calcular-se-á o valor de cada dia de prisão, dividindo-se por 15 o maximo da pena pecuniaria fixada neste artigo.

§ 2º. As multas por infracção de posturas serão impostas administrativamente por despacho do regedor da parochia, proferido á vista do auto de infracção e ouvidas de plano as testemunhas do mesmo auto, o infractor, quando comparecer, e suas testemunhas, quando as quizer dar. O auto de inquirição e o resumo da defesa serão lavrados pelo fiscal.

Da imposição de multa superior a 10\$ terão as partes recurso para a camara municipal, que resolverá, dizendo o regedor.

§ 3º. O processo por infracção de posturas, de que tracta o art. 128 do regulamento n. 120, de 31 de Janeiro

de 1842, só terá logar quando a contravenção tiver de ser punida com pena de prisão.

Art. 19. O serviço nas camaras municipaes e nas junctas parochiaes é gratuito e obrigatorio, salvo havendo legítima causa de excusa.

Art. 20. Os serviços dos presidentes das camaras e dos regedores de parochia, prestados com zêlo, assiduidade e distincção em todo o periodo de seu mandato, são considerados relevantes.

TITULO I

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NAS PROVINCIAS

CAPITULO I

Da organização municipal

Art. 21. Haverá em cada municipio uma camara, que se comporá, além de nove vereadores nas cidades e de septe nas villas, dos quaes o mais votado será o presidente, eleitos pelos cidadãos activos de todo o municipio, na fôrma das disposições vigentes, de mais tantos vereadores especiaes quantas as parochias que o constituirem.

Art. 22. A eleição dos vereadores será feita em todo o Imperio de quatro em quatro annos, na 2ª dominga do mez de Setembro, qualquer que tenha sido o tempo de sua anterior eleição, pela fôrma disposta no tit. 4º da lei n. 387, de 19 de Agosto de 1846, com as alterações seguintes:

1º. Cada votante, além da cedula para juizes de paz de seu districto, entregará mais duas, das quaes uma conterá os nomes para vereadores de pessoas residentes em qualquer logar do municipio, e a outra unicamente o nome do vereador especial da parochia, nella residente. Aquella terá o rotulo — Vereadores do municipio — e esta — Vereador da parochia de... —

2º. Podem ser eleitos vereadores (salvas as excepções do art. 23) todos os que tiverem as condições requeridas para eleitor, uma vez que seu nome esteja incluído na última qualificação de votantes.

3°. Dentro de 48 horas, contadas da terminação dos trabalhos da eleição em cada parochia, deve ser remettido o livro das actas ao secretário da camara municipal, o qual lavrará logo em seguida termo de recebimento com designação do dia, hora e modo por que se effectuou a entrega, levando o mesmo secretário immediatamente o dito livro ao tabellião do logar, que transcreverá no livro de notas a acta da apuração, certificando qual o dia e hora em que lhe foi presente.

A' mesa parochial, que não cumprir esta disposição, será imposta a multa de que tracta o art. 126, § 5°, da lei n. 387, de 19 de Agosto de 1846: ao secretário da camara e ao tabellião a do mesmo artigo e § 4°.

4°. Quanto ao vereador especial da parochia, terminada a apuração, a mesa parochial lhe enviará cópia authentica da respectiva acta para servir-lhe de título.

5°. Não protestando qualquer membro da assembléa parochial durante o processo da eleição contra sua regularidade, deixará de haver direito de reclamar e considerar-se-á valida a mesma eleição. Não surte effeito o protesto si nos 20 dias subsequentes não fôr entregue no correio, dirigida ao presidente da provincia, reclamação fundamentada com as convenientes allegações e documentos comprobatorios, quando não se referir ás proprias actas.

Apresentada a reclamação na agencia do correio dentro do prazo indicado, ou na secretaría da presidencia dentro de 30 dias, mandará o presidente publicar na folha official os nomes dos reclamantes, e, em resumo fiel, os fundamentos da reclamação e provas adduzidas, marcando um prazo razoavel, conforme as distancias, mas nunca maior de 30 dias, para os interessados contestarem a reclamação. O presidente póde exigir das auctoridades locais e dos membros da mesa parochial as informações que julgar convenientes.

Só em casos de fôrça maior poderá o presidente, a requerimento da parte, prorogar por mais oito dias o prazo marcado, findo o qual proferirá a decisão a que se refere o art. 118 da lei n. 387, de 19 de Agosto de 1846.

Das decisões do presidente poderão as partes recorrer, no prazo de dez dias, para o Ministro do Imperio, que resolverá afinal, depois de ouvir a respectiva secção do Conselho de Estado. O recurso não tem effeito suspensivo.

Não havendo recurso, é definitiva a decisão do presidente da provincia.

6°. Contra as eleições suppostas poderá qualquer cidadão qualificado na parochia reclamar, independente de protesto, nos trinta dias que se seguirem á apuração das actas pela camara municipal.

Os vereadores assim eleitos tomarão posse no dia 7 de Janeiro seguinte á eleição.

Art. 23. Não podem ser eleitos vereadores:

Os ministros e conselheiros de estado;

Os arcebispos, bispos, vigarios capitulares, governadores dos bispados, provisoros, vigarios geraes e da vara, conegos effectivos e parochos;

Os presidentes de provincia, os chefes de policia e seus secretarios;

Os militares de mar e terra não reformados e os cidadãos alistados ou empregados nos corpos de policia;

Os directores geraes e officiaes maiores e mais empregados das secretarias de estado e das presidencias;

Os empregados fiscaes de qualquer categoria;

Os magistrados, promotores publicos, tabellião, escrivães e todos os que exercerem officios de justiça;

Os professores publicos de instrucção primaria;

Os empregados da camara municipal;

Os fallidos não rehabilitados e os civilmente interdictos.

Art. 24. Não exercerão o cargo de vereadores:

Os credores que não forem de emprestimos auctorizados e os devedores da camara;

Os delegados e subdelegados de policia e seus supplentes, quando em exercicio;

Os supplentes em exercicio dos juizes municipaes e de orphãos;

Os engenheiros incumbidos de serviço geral, provincial ou municipal;

Conjuntamente os ascendentes e descendentes, o sogro e genro, os ernãos e cunhados, devendo servir o mais votado, e havendo o mesmo número de votos, o mais velho.

Art. 25. Podem excusar-se do serviço da camara:

Os maiores de 60 annos;

Os que soffrerem infermidade chronica de que resulte impossibilidade ou grande difficuldade de concorrerem ás sessões;

O que tiver servido no quatriennio anterior;

O que transferir seu domicilio para outro municipio.

Art. 26. Apresentada a excusa do vereador, della tomará conhecimento a camara na primeira sessão, e, julgada procedente, expedirá diploma ao immediato em votos ao último vereador.

O vereador assim chamado em substituição do excusado poderá representar á camara contra a procedencia dos fundamentos da excusa, cabendo da decisão da camara recurso para o presidente da provincia.

Pela falta de cumprimento da primeira parte deste artigo incorrerão os vereadores, que para isso contribuirem, na multa de 100\$ cada um, imposta pelo presidente da provincia.

Art. 27. Os vereadores que não acceitarem ou sem motivo renunciarem o cargo, e deve-se entender que não acceitam ou renunciaram os que sem causa justificada deixarem de comparecer seguidamente a duas reuniões ordinarias da camara, pagarão a multa de 100\$ a 400\$, arbitrada pela camara.

Art. 28. Quando forem annulladas, ou enquanto se não fizerem as eleições de juizes de paz e de vereadores, continuarão em exercicio os existentes, embora se ache findo o seu quatriennio, até que os novos eleitos tomem posse.

Art. 29. As camaras municipaes podem ter os empregados seguintes:

Secretário e ajudante do secretário;

Procurador;

Porteiro;

Fiscaes;

Guardas municipaes.

§ 1º. Os empregados municipaes são de nomeação e demissão da camara, sem dependencia da confirmação e sem recurso, no caso de demissão, para auctoridade alguma.

§ 2º. No impedimento do secretário, procurador o porteiro, o presidente da camara nomeará quem os substitua interinamente. O regedor nomeará quem substitua os fiscaes e os guardas municipaes.

§ 3º. O número de empregados municipaes, necessarios para o serviço de cada camara, será fixado pela assembléa da respectiva provincia, e seus vencimentos votados annualmente no orçamento municipal.

Art. 30. Todas as vezes que o presidente se ausentar do municipio ou tiver algum impedimento, passará por officio a presidencia a seu immediato na ordem da votação.

CAPITULO II

Das attribuições e serviço municipal

Art. 31. O governo economico ou administração de cada municipio compete á respectiva camara municipal, sendo as attribuições deliberativas exercidas em corporação, e as executivas por seu presidente e pelos vereadores especiaes ou regedores de parochia, encarregados de levar a effeito as deliberações da camara em suas respectivas parochias.

Tanto os vereadores eleitos por todo o municipio, como os especiaes de cada parochia, terão nas deliberações da camara voto igual, e os mesmos deveres e attribuições. Os primeiros formarão tres commissões: de fazenda e estatística, de obras publicas e de posturas, as quaes poderão ser ouvidas no exercicio de suas attribuições pelo presidente da camara e pelos regedores das parochias.

Art. 32. O presidente é o orgão e representante da camara em todas as relações desta com as diversas autoridades, e como centro da administração municipal incumbem-lhe transmittir aos regedores as deliberações tomadas para lhes darem estes a devida execução na parochia respectiva.

Os empregados municipaes, excepto os de que tracta o art. 39, n. 12, lhe são subordinados, e cumprirão as ordens que d'elle receberem no desempenho do serviço municipal e dos encargos de interesse geral incumbidos á camara por lei ou regulamento do Governo.

Art. 33. A's camaras municipaes compete deliberar, ficando sujeitas taes deliberações á approvação das assembléas provinciaes, ás quaes serão presentes sob a fórma de propostas:

1°. Sôbre o orçamento da receita e despesa municipal.

2°. Sôbre os empréstimos que pretendam as camaras contrahir para obras municipaes, suas condições, fórma e meios de seu pagamento.

3°. Sôbre o augmento ou diminuição do número de emprêgos municipaes, cuja natureza e attribuições são determinadas pela presente lei.

4°. Sôbre a policia e economia municipal.

5°. Sôbre a concessão de moratoria da divida activa municipal.

As propostas das camaras serão redigidas na fórma de projectos de lei, em artigos concisos e numerados, concebidos nos termos proprios das leis, e além disto acompanhadas de uma exposição dos motivos em que se fundarem.

Art. 34. São objectos da policia e economia municipal que as posturas das camaras regularão:

1°. As medidas concernentes á salubridade, asseio e aformoseamento das povoações.

2°. As condições de architectura exterior das casas de habitação e de quaesquer outros edificios particulares.

3°. O alinhamento, nivelamento e calçamento das praças, ruas, cães e estradas.

4°. A commodidade, franqueza e segurança da viação pública.

5°. O abastecimento e distribuição de agua potavel nas cidades, villas e sédes das parochias; o asseio e a salubridade dos aqueductos, fontes, poços, chafarizes, tanques e depositos de agua.

6°. A illuminação pública das cidades e villas, onde este serviço não fôr feito á custa do cofre provincial.

7°. A boa ordem e commodidade das feiras, mercados e espectaculos publicos que as camaras manterão por meio de regulamentos adequados, desenvolvendo as regras estabelecidas nas posturas.

8°. Providenciar para que não sejam defraudados os consumidores, vendendo-se-lhes nas casas de negócio as mercadorias por medidas e pesos falsos; e para que não sejam expostos á venda generos de alimentação corrompidos ou nocivos á saude.

Nos casos de reincidencia, além do dobro das multas e pena de prisão que porventura imponham as posturas, poderá a camara ordenar o fechamento da casa de negócio

e proferir a inhabilitação do infractor para abrir outra no municipio.

9º. Promover por meios indirectos o supprimento do mercado dos artigos de alimentação pública de modo que seja esta sã e abundante, mantenha-se a concorrência e se evite o monopolio.

10. Prover sôbre os logares em que pouse o gado destinado ao córte, e sôbre o estabelecimento de matadouros por conta propria ou de particulares, com licença da camara, sob sua immediata inspecção e fiscalização.

Só nos matadouros estabelecidos pelas camaras ou por ellas auctorizados e fiscalizados por agentes seus se poderão nas povoações matar e esquartejar as rezes, sendo a carne entregue a seus donos, que não a poderão expôr e vender sinão em logares proprios, sujeitos á inspecção da camara e das auctoridades a quem competir velar sôbre a saude pública.

Devem as camaras, por meio de providencias adequadas, embaraçar o atravessamento dos gados e os artificios dos especuladores tendentes a evitar a concorrência nos mercados.

11. Garantir as povoações, por meio de muralhas e outras obras de arte, dos desmoronamentos e das inundações que tragam as enchentes dos rios.

12. O systema de esgoto das aguas servidas e da chuva nas povoações.

13. A conservação das mattas e arvoredos, sobretudo nas immediações das nascentes das aguas de uso das povoações.

14. Regularizar a caça e a pesca nas mattas e aguas interiores de dominio público, ficando auctorizada a prisão em flagrante dos que forem encontrados em acto de transgressão da prohibição de colher peixe e animaes silvestres em época não apropriada.

15. Regular o modo e logar do embarque e desembarque das pessoas e das bagagens e generos nos municipios situados á beira d'agua, salvo o disposto nos regulamentos dos portos e alfandegas.

16. Estabelecer regras e condições para concessão de licenças para abertura de casas de negócio, boticas, hospedarias, casas de confeição de bebidas e comestiveis, armazens e depositos de lenha e outros combustiveis, e para

quitandas e commercio ambulante de mercadoria de qualquer natureza.

17. Marcar os casos em que os regedores devem exercer as attribuições conferidas pelo art. 39, ns. 8, 13, 14, 15 e 16, as multas em que incorrem os contraventores e os direitos municipaes a que são sujeitas as licenças concedidas pela camara.

18. Declarar quaes as armas offensivas, cujo uso é vedado pelo art. 297 do codigo criminal, e quaes os casos em que as auctoridades policiaes as poderão permittir, e bem assim quaes as que será licito trazer e usar sem licença em razão da profissão.

Art. 35. Devem as camaras, quando julgarem necessario, representar a quem competir sôbre:

1º. O estado das prisões civis ou militares sitas no municipio, suas condições de asseio, salubridade, segurança e commodidade, e dos estabelecimentos de caridade, como hospitaes, casas de expostos, asylos de mendicidade e outros.

2º. A conservação dos proprios nacionaes quando precisem de reparos ou estejam se deteriorando.

3º. A necessidade e meios da propagação da vaccina e tudo quanto interessar ao estado sanitario do municipio.

4º. O estado das escholas de instrucção primaria e secundaria do municipio, indicando as providências tendentes ao seu progresso e desenvolvimento.

5º. As medidas necessarias para manutenção da tranquillidade pública e segurança individual, quando não as tomem as auctoridades policiaes.

6º. As necessidades da lavoura, industria e colonização do municipio e melhoramentos de que são susceptiveis.

7º. Os abusos e illegalidades practicadas por qualquer auctoridade no municipio, apresentando às provas de seus assertos.

8º. A urgencia de soccorros publicos fornecidos pelo Estado.

9º. A criação de novas parochias, colligindo e enviando às assembléas provinciaes os dados officiaes para prova de estarem preenchidas as condições exigidas no art. 12.

Art. 36. Compete ás camaras municipaes resolver, sôbre proposta do presidente ou de qualquer dos vereadores, ácerca dos seguintes assumptos:

1°. Providências sôbre a administração e conservação dos proprios municipaes, e bens de uso commum dos municipes.

2°. Aquisição de immoveis para fins de utilidade municipal.

3°. Venda, troca e aforamento dos bens de raiz que fizerem parte de seu patrimonio, não se lavrando os contractos sem approvação do presidente da provincia.

4°. As regras e modo de administração dos estabelecimentos publicos de interesse local mantidos pelo cofre municipal, como sejam museu, escholae, officinas públicas, casas de expostos, asylos de mendigos, etc.

5°. As obras mais necessarias ao municipio, quer novas quer de reparação e conservação das existentes, distribuindo a respectiva verba do orçamento municipal.

6°. Reparos ou demolição dos edificios que ameacarem ruina, sitos no alinhamento das ruas, praças, estradas e cáes, mandando-os fazer por conta dos proprietarios quando, depois de vistoria e intimação dos mesmos proprietarios, que será por edital no caso de ausencia, não o fizerem estes no prazo que lhes fôr marcado.

7°. Applicação de suas rendas aos varios ramos de serviço municipal contemplados no respectivo orçamento.

8°. Arrecadação e fiscalização de suas rendas e fornecimento dos objectos de que precisar para os serviços a seu cargo.

9°. Construcção e conservação das estradas municipaes, determinando seu plano, direcção, extensão, largura, leito e modo de separa-las dos terrenos lateraes.

10. Designação do logar ou logares onde serão lançados o cisco e as immundicies, e modo de sua remoção das ruas, praças e cáes e dos estabelecimentos e casas particulares.

11. Espectaculos publicos e logares de recreio para a população.

12. Denominação das praças, ruas e estradas.

13. Indicação dos logares em que podem ser situados, sem risco da saude e segurança dos municipes, os estabelecimentos e officinas insalubres ou perigosos, como

cortumes, fabricas e depositos de estrume, sebo, graxa e fogos artificiaes.

14. O peso e qualidade do pão, marcando o de cada um, mas sem lhe taxar o preço.

15. Nomeação dos empregados municipaes, sôbre proposta de seus presidentes e dos regedores, conforme servirem perante estes ou aquelles, guardadas as disposições das leis provinciaes respectivas; demissão dos mesmos empregados e promoção de sua responsabilidade.

16. Reclamação ao presidente da provincia de terrenos de marinha de que precisarem para logradouros publicos, como determina o art. 51, § 14, da lei de 15 de Novembro de 1831.

17. Pedido de concessão de terras reservadas, de que tracta o art. 2º, n. 2, da lei n. 601, de 18 de Setembro de 1850, não só para os fins na mesma lei aponctados, mas tambem fóra das povoações para cemiterios, pasto de gado destinado ao córte e outros misteres de utilidade do municipio ou das parochias.

18. Aceitação de doações, legados e heranças com ou sem condições.

19. Determinação de premios destinados a favorecer a extincção de animaes damninhos e animar a industria e lavoura no municipio.

20. Uso e gozo pelos municipes dos bens communs e logradouros publicos.

21. Locação e arrendamento dos proprios municipaes e suas condições.

Tacs locações e arrendamentos nunca serão por prazo maior de tres annos.

22. Organização de exposições de productos agricolas e industriaes do municipio, premiando os productores que mais sobresaírem.

23. As acções que tenha de propor ou sustentar a bem de seus direitos, ouvindo antes por escripto pessoa profissional em direito.

24. O estabelecimento de banhos e lavanderias públicas por sua conta, quando não apparecerem particulares que os queiram contractar.

25. Fixação de pedagio ou taxas de trânsito nas pontes, barcas, estradas e viaductos, quando as obras forem realizadas á custa de emprestimos, devidamente auctorizados, e até que sejam estes pagos, cobrando-se as ditas taxas com

approvação do presidente da provincia, até á primeira reunião da assembléa provincial.

26. Reclamações sôbre multas impostas pelo presidente da camara e regedores de parochia.

27. Favores tendentes a facilitar a introduccão e acceitação, no municipio, de machinas nelle desconhecidas e applicaveis ás industrias do logar, de processos para melhoramento da cultura e preparo dos productos, acquisição de novas sementeiras e de animaes que aperfeiçoem as raças de criação, mandando-os vir a camara por sua conta e distribuindo-os gratuitamente ou mediante embolso de seu custo.

28. As representações que lhes fizerem os chefes de policia e seus delegados sôbre as medidas cuja conversão em posturas julguem conveniente, na fórma do art. 4º, § 8º, da lei de 3 de Dezembro de 1841, promovendo sua adopção com as alterações que lhes parecerem, ou dando as razões por que as não acceitam, em respôsta ás mesmas representações.

29. Creação ou suppressão de quaesquer estabelecimentos municipaes.

30. Emprezas de serviços de natureza municipal.

31. O orçamento de construcção das obras municipaes.

Art. 37. As camaras poderão:

§ 1º. Contractar engenheiros para suas obras, medicos de partido, a quem encarreguem da vaccinação pública, de curar os indigentes, e de tudo o que interessar á saude pública no logar.

§ 2º. Estabelecer escholas de instrucção primaria e secundaria, sujeitas á sua auctoridade e inspecção, uma vez que não vão de encontro ás condições exigidas nos regulamentos das provincias, e casas de caridade para recolhimento de expostos, educação de orphãos pobres e tractamento de indigentes e pessoas affectadas de molestias contagiosas e incuraveis.

Art. 38. Compete ao presidente da camara:

1º. Dirigir os trabalhos das sessões da camara, proger as reuniões ordinarias e convocar extraordinarias nos casos do art. 48, § 2º.

2º. Reconhecer os titulos dos empregados publicos que não tiverem superior no logar, faze-los registrar, deferir

juramento e dar posse aos mesmos empregados, mandando publica-lo por editaes.

3°. Juramentar e empossar os vereadores, juizes de paz e mais auctoridades municipaes e parochiaes.

4°. Convocar, juramentar e empossar os supplentes de vereadores quando algum ou alguns dos do número estiverem com licença ou faltarem, por qualquer motivo justificado ou não, ás sessões da camara.

5°. Tomar juramento aos estrangeiros naturalizados.

6°. Propôr á camara nomeação, demissão e responsabilidade dos empregados municipaes que servirem em todo o municipio. Desde que o presidente tiver proposto a demissão de qualquer empregado, não sendo approvada pela camara, tornam-se responsaveis pelos damnos e prejuizes que das culpas, erros e omissões de taes empregados resultarem á camara os vereadores que tiverem votado pela conservação.

7°. Corresponder-se com quaesquer auctoridades ou particulares sôbre assumptos de sua competencia e por parte da camara.

8°. Publicar na séde do municipio, e por editaes e pela imprensa, onde a houver, e remetter aos regedores de parochia para o mesmo fim, as posturas e resoluções da camara.

9°. Ordenar o pagamento das despesas determinadas pela camara e das contas enviadas pelos regedores, si estiverem de accôrdo com o orçamento e deliberações da camara, e ouvindo a comissão de fazenda municipal, quando julgar conveniente.

10. Exercer a necessaria inspecção sôbre as repartições e empregados municipaes, dando-lhes as instrucções que julgar precisas para o bom andamento e regularidade do serviço.

11. Conceder licença aos mesmos empregados até tres mezes, e suspende-os administrativamente até 15 dias por falta de exacção no cumprimento de seus deveres.

12. Formular o projecto do orçamento da receita e despesa do municipio, depois de ouvir os regedores, cada um dos quaes indicará as necessidades mais urgentes do serviço municipal em sua parochia.

Ouvida a comissão de fazenda, a camara deliberará sôbre a organização do orçamento, remettendo o presidente da camara ao da provincia, para ser presente á

assembléa provincial, não só a proposta, qual tiver ficado afinal organizada, como parecer da commissão de fazenda municipal.

13. Apresentar na primeira reunião ordinaria de cada anno o balanço e as contas da receita e despesa do anno findo, que mandará organizar sob suas vistas pelo procurador, remettendo-as com os documentos justificativos, e depois de approvadas pela camara, ao presidente da provincia para serem levadas ao conhecimento da assembléa provincial.

14. Representar a camara em juizo nas causas civeis em que fôr autora, ré, assistente ou oppoente e na celebração dos contractos por ella deliberados, fazendo observar as solennidades para os mesmos estabelecidas.

15. Activar o procurador da camara na cobrança das multas e dos rendimentos provenientes dos bens da camara.

16. Promover o tombamento dos bens immoveis da camara e dos de logradouro commum dos muncipaes, depois de auctorizado pela camara e habilitado com os meios necessarios.

17. Reunir e fazer apurar pelo secretario os dados estatisticos e recenseamento da população que lhe forem enviados pelos regedores de parochia, dando sobre elles seu parecer e ouvindo a camara antes de o remetter, com os papeis que receber, á auctoridade encarregada dêsse serviço na capital da provincia.

18. Dar ao presidente da provincia todas as informações que exigir sobre negocios que interessem á administração pública geral e provincial ou municipal, e exigidas dos regedores de parochia, a quem transmittirá as ordens superiores.

19. Practicar todo sos actos de administração no interesse geral, que lhe forem incumbidos por lei ou regulamento do Govêrno.

Paragrapho unico. O presidente poderá delegar, com assentimento da camara, em algum dos vereadores, as attribuições constantes dos ns. 2, 3, 5, 13, 14, 16 e 17.

Art. 39. Os vereadores especiaes ou regedores são os representantes da camara nas suas respectivas parochias, e nellas desempenham todas as attribuições de policia e administração municipal activa, como são:

1°. Executar e fazer executar as posturas e deliberações da camara;

2°. Fazer afferir os padrões legaes, que as camaras deverão ter, os pesos e medidas em uso nas casas de negócio e em quaesquer estabelecimentos publicos;

3°. Dirigir e fiscalizar por si, pelos fiscaes e agentes particulares de sua confiança, mas neste caso sob sua responsabilidade, a construcção de estradas e quaesquer outras obras municipaes na parochia realizadas por administração;

4°. Inspeccionar com maior frequencia as que forem feitas por contracto, representando á camara quando os contractantes se afastarem dos planos e clausulas dos contractos, e impondo-lhes as multas nos mesmos contractos convencionadas ou estabelecidas na legislação respectiva;

5°. Velar na conservação dos bens municipaes e proprios da camara, sitos na parochia, e practicar todos os actos concernentes á sua administração, na fórma dos regulamentos municipaes e deliberações da camara;

6°. Fazer observar os regulamentos e deliberações da camara no que diz respeito ao uso e gozo dos bens communs e logradouros municipaes; á distribuição das aguas municipaes; á applicação dos proprios municipaes; ao serviço para que forem destinados; ás licenças concedidas para pastagem de animaes, córte de madeiras, lenha ou aproveitamento particular de quaesquer outros objectos existentes em terrenos de uso commum ou pertencentes á camara; á distribuição de soccorros prestados pela camara; á boa ordem e commodidade das feiras e mercados;

7°. Inspeccionar todos os estabelecimentos mantidos á custa do cofre municipal, e bem assim as escholas publicas, casas de caridade e fabricas protegidas pelo Estado, e quaesquer estabelecimentos cuja superintendencia lhes fôr confiada ou não estiver a cargo de outras auctoridades;

8°. Conceder as licenças que forem requeridas, na conformidade das posturas e deliberações municipaes, para edificações ou concertos no alinhamento das ruas, praças, cáes ou estradas, para abertura de casas de negócio e exercicio de certas industrias; para espectaculoõ e divertimentos publicos e outros objectos da competencia municipal, podendo as casar nos casos previstos nas posturas;

Da negação ou cassação da licença haverá recurso para a camara;

9º. Organizar por si, com o auxílio dos fiscaes, de pe-
ritos ou de pessoas competentes, o orçamento e plano das
obras municipaes na parochia, quando sejam de taes tra-
balhos encarregados pela camara, ou de exames e verifica-
ções para qualquer fim necessarios;

10. Velar na conservação das servidões e caminhos mu-
nicipaes, fazendo-os repor incontinenti no estado anterior ao
de qualquer usurpação, tapamento ou mudança que nelles
tenham feito os proprietarios dos predios ou terrenos adja-
cente por meio de collocação de enovos muros, cêrcas divisas,
ou obras de qualquer natureza que prejudiquem ou diffi-
cultem seu uso e gozo aos municipes.

Nestes casos, independente de processo, mandarão re-
mover os obstaculos, ficando aos interessados o direito de
usar dos meios que a lei lhes facultar;

11. Providenciar, como estiver a seu alcance, nos casos
imprevistos de epidemia, sêcca, inundaçāo, incendio, desmo-
ronamento e outros analogos;

12. Dar aos fiscaes e guardas municipaes as ordens
convenientes para execução das posturas e de todo o serviço
municipal na parochia;

13. Impedir que os moradores de predios sitos no ali-
nhamento das praças, ruas, estradas e caes tenham na frente
dos mesmos predios objectos pendentes que incommodem ou
ponham em risco a segurança dos que nellas transitam;

14. Mandar collocar signaes e divisas, que advirtam os
transeuntes, nos precipicios e logares perigosos sitos dentro
ou na vizinhanças das povoações;

15. Obrigar os particulares, por meio das multas esta-
belecidas nas posturas, a esgotar ou aterrar os pantanos dos
ou nas vizinhanças das povoações;

16. Fazer remover do centro dos povoados para os lo-
gares designados pela camara as officinas e estabelecimentos
insalubres ou perigosos;

17. Impedir que vaguem nas ruas, praças, estradas e
caes loucos e embriagados, impondo multas aos chefes das
familias a que aquelles pertencerem, e fazendo pôr estes em
custodia;

18. Obstar á divagação de animaes soltos pelos po-
voados, e providenciar sobre o destino que hão de ter os que
forem encontrados sem dono;

19. Nomear o fiscal ou fiscaes e os guardas municipaes
que deverem servir na parochia, sujeitando taes nomeações

á aprovação da camara. Quanto á demissão é applicavel o disposto no art. 38, n. 6;

20. Auxiliar o presidente da camara no tombamento dos bens municipaes sifos na parochia e na defesa dos direitos da camara sujeitos á discussão judiciaria;

21. Conceder licença aos fiscaes e guardas municipaes, provendo sobre a substituição;

22. Impor administrativamente as multas em que incorrerem os infractores das posturas (art. 18, § 2º), expedindo na mesma data aviso ao procurador da camara para effectuar a cobrança;

23. Distribuir os soccorros publicos dados pelo Estado ou pela provincia em casos de calamidade pública e os para esse fim entregues por particulares. No primeiro caso, dará contas ao presidente da provincia por intermedio do da camara municipal e no segundo á mesma camara em sessão;

24. Reclamar ao presidente da camara o pagamento do serviço municipal na parochia, declarando no officio qual a verba do orçamento por que corre o mesmo serviço e qual a deliberação da camara que o autorizou;

25. Velar na conservação dos monumentos artisticos, historicos e archeologicos, e impedir pelos meios autorizados nas posturas que sejam damnificadas as fontes de aguas mineraes e destruidas outras riquezas e bellezas naturaes, situadas em logar pertencente ao dominio público.

Art. 40. Ao secretário da camara incumbe:

1º. Redigir e escrever as actas das sessões, e todo o expediente da camara e de seu presidente;

2º. Guardar e arrumar em boa ordem os livros, autos, documentos e mais papeis pertencentes ao archivo;

3º. Passar, sem dependencia de despacho, certidões de tudo que constar do archivo da camara, recebendo por ellas e pelas buscas os emolumentos a que pelo regimento das custas judiciaes (decreto n. 1.569, de 3 de Março de 1855) têm direito os escrivães;

4º. Lavar os termos de fiança do procurador e os de juramento das autoridades que o prestarem perante a camara ou nas mãos de seu presidente;

5º. Passar alvará das licenças concedidas;

6º. Dar, precedendo despacho do presidente da camara, attestados de exercicio aos empregados municipaes e aos geraes que servem no municipio;

7°. Receber as declarações dos estrangeiros que pretenderem naturalizar-se e registar as respectivas cartas;

8°. Conferir e concertar as actas dos collegios eleitoraes, na fórma do art. 79 da lei n. 387, de 19 de Agosto de 1846.

Ao ajudante do secretário, nas camaras que o tiverem, incumbe auxiliar o secretario em todo o serviço a seu cargo, feito, porém, sob as vistas e responsabilidade deste.

Art. 41. Ao procurador incumbe:

1°. Arrecadar os rendimentos da camara, os impostos municipaes que não forem de arrematação, e as multas que entrarem na receita municipal, promovendo para esse fim, quando fôr preciso, o emprêgo dos meios judiciaes;

2°. Representar a camara em juizo nos processos a que se refere o n. 1, e requerer a instauração dos processos por infracção de posturas, os quaes todos intentará sem dependencia de ordem da camara, sendo responsavel pelos prejuizos que provierem de omissão no desempenho deste dever;

3°. Pagar, á vista dos attestados de exercicio passados pelo secretário, os vencimentos dos empregados municipaes, e, por ordem do presidente, as despesas, autorizadas no orçamento ou em leis especiaes, determinadas pela camara. Quaesquer despesas que pague fóra das condições acima estabelecidas não lhe serão creditadas nas contas que apresentar;

4°. Apresentar em cada sessão trimensal da camara um balancete da receita cobrada e das despesas pagas no trimestre anterior;

5°. Desempenhar os serviços economicos que lhe forem encarregados pela camara.

§ 1°. O procurador prestará fiança correspondente ao termo medio da receita da camara no último triennio. Entrando em exercicio, sem ter prestado fiança e por ordem do presidente ou da camara, entende-se que são fiadores o presidente e solidariamente os vereadores que o determinaram.

§ 2°. O procurador póde constituir á custa da camara, quando esta determinar, os mandatarios judiciaes ou *ad negotia* que julgar precisos, e nomear nas parochias, á sua custa, agentes de sua confiança que o auxiliem no desempenho de seus deveres, sob, porém, sua responsabilidade neste último caso como si os actos fôsem por elle practicados.

§ 3º. A camara proporá em seu orçamento á assembléa provincial o ordenado ou a porcentagem das cobranças que deve receber o procurador como retribuição de seu trabalho.

Art. 42. O porteiro é encarregado de receber e entregar a correspondencia, da guarda, asseio e serviço interno da casa das sessões.

Art. 43. Compete aos fiscaes:

1º. Vigiar a observancia das posturas da camara promovendo sua execução pela advertencia aos Interessados, quando se tratar de medidas que affectem unicamente a individuos ou classes determinadas, e, por meio de editaes, quando se tratar de medidas geraes;

2º. Cumprir na parochia as ordens que receberem do regedor, e dar-lhe parte de quanto correr que respeite a suas attribuições e ao serviço municipal;

3º. Lavar os autos de infracção de posturas, que assignarão com duas testemunhas;

4º. Visitar, sempre que não estiverem em correição, os diversos pontos da povoação, fazendo guardar as disposições de policia municipal;

5º. Saír em correição pela freguezia, ao menos uma vez por mez, visitando as casas de negocio para verificar si os generos de alimentação estão nas condições de consumo, e si são exactos os pesos e medidas de que se servem, percorrendo todas as estradas, na volta dando parte circumstanciada ao regedor de quanto observaram, e propondo-lhe as providencias convenientes. Sem attestado do regedor, do qual conste o cumprimento desta obrigação, não lhes dará o secretário o de exercicio, nem lhes pagará o procurador seus vencimentos.

Os fiscaes responderão pelos prejuizos que aos particulares resultarem de sua negligencia, e faltando ao cumprimento de seus deveres poderão soffrer multa de 5\$ a 20\$, imposta pelo regedor, e pela camara, dessa quantia para cima até 50\$000.

Art. 44. Os guardas municipaes são encarregados, sob a direcção do fiscal respectivo, de vigiar a execução das posturas nos districtos que lhes forem designados, communicando ao mesmo fiscal todos os factos relativos á policia e administração municipal que chegarem ao seu conhecimento.

Art. 45. As camaras poderão, por maioria de votos de toda a corporação, representar ao presidente da provincia

contra os actos de seus presidentes e dos regedores de parochia que julgarem contrarios ás suas posturas e deliberações. Si julgar fundada a representação, o presidente da provincia, ouvindo o accusado, autorizará a camara a cassar o acto arguido, tendo a mesma camara o direito de exigir, perante o poder judicial, as perdas e danos que do mesmo acto lhe tenham resultado e de promover a responsabilidade de seu auctor. Para taes fins, será a camara representada pelo vereador que fôr designado á pluralidade de votos.

Art. 46. O archivo das camaras continuará a cargo de seus secretarios, que o conservarão, assim como a correspondencia, titulos e mais papeis, em boa e devida ordem, sob a fiscalização do presidente da camara, franqueando-os no cartorio sob suas vistas aos vereadores e a quaesquer pessoas interessadas que os queiram examinar nas horas do expediente.

Não poderão, porém, os livros e papeis ser exhibidos em juizo, devendo os exames judiciaes, que nos mesmos livros tiverem de ser feitos por motivo de falsidade, effectuar-se no archivo e na presença do secretário ou de algum dos vereadores, si o secretário estiver ausente.

§ 1º. O govêrno declarará em regulamento quaes os livros que cada camara deve ter para os serviços da administração municipal e para os da geral encarregados ás camaras municipaes e quaes os livros a cargo de empregados geraes do municipio que devem ser recolhidos ao archivo das camaras.

§ 2º. Terão as camaras em seu archivo um exemplar das collecções das leis geraes e provinciaes, e serão assignantes da folha official da capital do Imperio e da provincia.

Art. 47. Não estando reunida a assembléa provincial, ou havendo qualquer embaraço a que o presidente da provincia preste perante ella juramento e tome posse do cargo, o presidente da camara municipal da capital convocará a camara para o dia que fôr designado, e, no caso de não se reunir, singularmente lhe deferirá juramento e dará posse.

No impedimento do presidente da camara da capital, é competente, sendo-lhe apresentada a carta imperial de nomeação do presidente da provincia, qualquer dos vereadores da mesma camara, o presidente ou vereador de alguma das camaras da provincia, independente de reunião de camara.

Art. 48. As reuniões ordinárias das camaras serão trimestraes, nos primeiros dias dos mezes de Janeiro, Abril, Julho e Setembro.

§ 1°. Cada camara estabelecerá em suas reuniões ordinárias o número de sessões diarias que exigir o andamento do serviço municipal.

§ 2°. Além das reuniões ordinárias, o presidente, por motivo urgente, em cumprimento de ordem superior ou a requerimento de tres vereadores, deverá convocar a camara extraordinariamente.

§ 3°. Para haver sessão é indispensavel a presença da maioria dos membros da camara.

§ 4°. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, tendo o presidente voto de qualidade para desempate.

§ 5°. As sessões serão públicas, começando ás dez horas da manhã.

§ 6°. No comêço de cada reunião os regedores das parochias darão parte do que tiver occorrido no serviço municipal a seu cargo, e proporão as providências que julgarem convenientes ao melhor andamento do mesmo serviço.

§ 7°. Qualquer dos vereadores, assim como o presidente, póde propor o que lhe parecer acertado com relação ao desempenho do serviço municipal de todo o municipio ou de qualquer das parochias.

As propostas serão por escripto com assignatura e data e transcriptas na acta.

§ 8°. Concluida a discussão de cada materia, o presidente submettel-a-ha á votação, podendo qualquer dos vereadores fazer na acta as declarações que julgar convenientes.

§ 9°. O presidente da camara poderá mandar sair da sala o vereador que não attender ás suas observações, depois de chamado duas vezes á ordem, suspendendo a sessão quando não fôr obedecido. Em tal caso, a camara deliberará na sessão seguinte por quanto tempo (nunca excedente de um mez) deve ficar suspenso o dito vereador, e chamará para substituil-o o supplente a quem competir.

Desta decisão póde o vereador recorrer para o presidente da provincia.

§ 10. A acta será lavrada pelo secretário e assignada pelo presidente e vereadores presentes. Nella se declararão

os objectos expostos á discussão, as propostas e emendas apresentadas e por quem, e o nome dos que votaram pró e contra.

§ 11. Nenhum vereador poderá votar em negocio de seu particular interesse, ou de seus ascendentes, descendentes, irmãos, cunhados, sogro ou genro. Igualmente não votarão aquelles que declararem ter suspeição.

§ 12. O vereador que faltar ás sessões sem motivo justificado, a juizo da camara, pagará por cada falta, nas capitães 20\$, nas cidades 10\$ e nas villas 5\$, que serão applicados ás obras do municipio. O secretário communicará logo ao procurador, que carregará em receita a importancia de taes multas, promovendo sua cobrança na fórma do art. 55, e ficando responsaveis por sua importancia quando deixarem de proceder na conformidade desta disposição.

§ 13. São justos motivos de não comparecimento:

1°. Ausencia do municipio, com prévia participação ao presidente da camara;

2°. Molestia justificada;

3°. Exercicio dos cargos de que tracta o art. 24.

§ 14. Na falta dos vereadores do número serão chamados, juramentados e empossados pelo presidente, ou por quem suas vezes fizer, tantos supplentes quantos os vereadores ausentes.

CAPITULO III

Da Fazenda Municipal

Art. 49. Os proprios municipaes serão inscriptos em um livro especial com indicação de suas divisas e confrontações, contendo o registo do titulo ou noticia de sua aquisição, referencia aos autos de seu tombamento, de que as camaras conservarão traslado em seus archivos, declarando-se quaes os sôbre que versa litigio.

Art. 50. Não poderão as camaras vender, trocar ou aforar bens immoveis sem autorização dos presidentes das provincias, aos quaes representarão, justificando os motivos e vantagens da proposta. As vendas serão feitas em hasta pública, com prévio annuncio em editaes affixados nos logares mais publicos do municipio, e impressos pelo menos na folha official da provincia.

São excluidos da concorrência á hasta publica os vereadores que então servirem, ou tiverem servido no tempo em que foi assentada a alienação e os empregados municipaes.

Art. 51. Os contractos de arrendamento, obras, fornecimentos e quaesquer outros da mesma natureza serão feitos mediante concurso de proponentes annunciado na fórma do artigo antecedente.

Art. 52. Como pessoas juridicas, as camaras podem demandar e ser demandadas, e respondem pelas perdas e danos que provierem aos municipios de culpa lata e de actos de má fé. Podem adquirir por actos *inter vivos*, *causa mortis*, e por testamento, sendo dispensadas, nas acquisições que fizerem, de pagamento dos impostos de transmissão de propriedade.

Art. 53. Não é licito ás camaras perdoar dividas activas, nem transigir sobre direito ou credito seu, salva a disposição do art. 33, n. 5. A infracção deste artigo, além da nullidade do acto, importa a pena de pagar o duplo do valor da divida perdoada ou da transacção, imposta administrativamente pelo presidente da provincia aos vereadores que della fôrem auctores.

Art. 54. Os bens municipaes não são sujeitos a execução por dividas passivas das camaras. Os credores devem pedir ás mesmas camaras seu embolso, e quando estas não os contemplem em sua proposta de orçamento, poderão, com o titulo de credito por ellas reconhecido ou com sentença passada em julgado, requerer á assembléa provincial que no respectivo orçamento consigne fundos para o pagamento do principal e juros da mora.

Art. 55. Compete ás camaras o processo executivo para cobrança das rendas municipaes, dos rendimentos de seus bens e das multas que lhes pertencerem. Seus agentes ou empregados fiscaes serão sujeitos, nos casos de alcance ou extravio dos dinheiros a seu cargo, ás mesmas disposições, que são ou forem relativas aos fiscaes ou exactores da fazenda nacional.

Art. 56. Sempre que, por qualquer circumstancia, se não tenha fixado a receita e despesa municipal, vigorará o orçamento último.

Art. 57. No caso de criação de novo municipio, ou desmembração dos actuaes, a divisão do patrimonio municipal se fará segundo a situação dos immoveis, pertencendo a cada camara os bens sitos no territorio do respectivo mu-

nicipio. Quanto aos moveis, direitos e acções, ficarão pertencendo á camara em cuja posse se achavam.

Art. 58. São proprios municipaes os bens immoveis incorporados no patrimonio da camara. Os bens de uso commum dos municipes são inalienaveis e imprescriptiveis. Podem, porém, ser subrogados mediante licença do presidente da provincia.

TITULO II

Da administração parochial nas provincias

CAPITULO I

Da organização, attribuições e serviço parochial

Art. 59. O regedor ou vereador especial encarregado da administração municipal nas parochias exercerá também as attribuições executivas da administração parochial.

Incumbe-lhe:

1º. Presidir á junta administrativa da parochia, tomando parte nas deliberações, com voto de desempate;

2º. Executar e fazer executar as mesmas deliberações;

3º. Administrar os bens da parochia;

4º. Representar a parochia nos contractos que celebrar e em todos os negocios administrativos e judiciaes;

5º. Propôr, de accôrdo com a junta administrativa, á assembléa municipal o orçamento da receita e despesa da parochia;

6º. Organizar, de accôrdo com a mesma junta, a exposição annual do estado da administração parochial, e as contas do anno anterior;

7º. Fazer observar o regulamento de policia do cemiterio parochial;

8º. Abrir, na ausencia do juiz provedor, os testamentos, que lhe forem apresentados, de pessoas fallecidas na parochia, autorizando desde logo o cumprimento das disposições que se referirem ao funeral, e remettendo ao mesmo juiz o testamento com o termo de abertura e autos da execução que tiver tido;

9°. Auxiliar o parochio no que interessar á decencia e asseio interior do templo, e á commissão da fábrica em tudo o que disser respeito á conservação, reparos e obras da egreja, e fornecimentos para o serviço do culto;

10. Vigiar a execução das obras parochiaes, quer feitas por administração, quer por contracto, verificandó si são fielmente cumpridas as clausulas estipuladas;

11. Corresponder-se sôbre assumptos que importem á parochia com todas as auctoridades;

12. Reunir e organizar os dados necessarios para o recenseamento e estatistica da parochia, submettendo-os á apreciação da juncta administrativa;

13. Propôr á mesma juncta e á assembléa municipal, quando reunida, as providencias que julgar a bem do progresso da parochia;

14. Fornecer sem demora ás auctoridades administrativas superiores as informações que exigirem sôbre qualquer objecto de serviço público geral na parochia;

15. Practicar no interesse do serviço público geral todos os actos que lhe forem encarregados pelas leis e regulamentos do govêrno.

Art. 60. A juncta administrativa compôr-se-á, além do regedor seu presidente, de mais quatro membros, que serão: o juiz de paz mais votado da parochia, o parochio e dous proprietarios da parochia que a camara municipal designar no principio de cada anno. Um dos membros da juncta, eleito na reunião de Janeiro, servirá de secretário.

A juncta trabalhará com maioria de membros presentes.

Art. 61. A' juncta administrativa compete:

1°. Resolver sôbre a administração dos bens da parochia;

2°. Promover e auxiliar pelos meios a seu alcance a fundação de escholas locaes sujeitas á inspecção das auctoridades administrativas da parochia, a creação de estabelecimentos de beneficencia para asylo de indigentes, doentes incuraveis, recolhimento de expostos, e quaesquer outros fins humanitarios, e como corporação official de beneficencia praticar os actos de que fôr encarregada pela lei;

3°. Superintender no modo de applicação do auxilio que der a parochia á fabrica da matriz;

4°. Regular o modo de fruição dos bens de logradouro commum dos moradores da parochia, concedendo licenças

para córtes de lenha, tirada de madeiras, colheita de fructos, etc.;

5°. Deliberar sobre os contractos para construcção de obras de interesse público parochial, e sobre a aquisição de immoveis para o serviço ou por motivos de utilidade parochial.

As alienações de immoveis parochiaes não poderão ser levadas a effeito sem approvação do presidente da provincia.

6°. Decidir sobre a acceitação de heranças, legados e doações feitas á parochia, cou ou sem condições;

7°. Auctorizar o regedor, depois de ouvida pessoa profissional em direito, para intentar acções em juizo, quando assim convenha á parochia;

8°. Verificar a exactidão e rectificar os dados apresentados pelo regedor para a formação do quadro do recenseamento e estatistica da parochia;

9°. Formular, ouvido o parochio, que dará parecer por escripto, o regulamento do cemiterio parochial, o qual só será executado depois de approvado pelo presidente da provincia.

As escholas estabelecidas pela parochia e fiscalizadas por suas auctoridades administrativas são sujeitas aos regulamentos provinciaes de instrucção pública.

Art. 62. As reuniões da juncta administrativa serão mensaes, na última dominga de cada mez, meia hora depois de terminada a missa conventual, e effectuar-se-ão sempre na séde da parochia, na casa do regedor, quando a tenha no lugar e queira presta-la, ou naquella que convencionarem os membros da juncta.

Não se accordando em outro lugar, prevalecerá como regra fazer-se a reunião no consistorio ou no corpo da egreja parochial.

§ 1°. As actas da juncta parochial serão assignadas pelos membros presentes, e dellas constarão todas as deliberações tomadas.

§ 2°. As excusas dos membros das juncas parochiaes, ás quaes é applicavel a disposição do art. 25, serão julgadas pela mesma juncta, providenciando o regedor antes da proxima reunião sobre a substituição do excusado, na fórma do artigo seguinte.

§ 3°. Os membros da juncta parochial serão substituidos, nos casos de excusa, molestia ou outro impedimento, do modo seguinte:

O regedor e o 1º juiz de paz por seus immediatos em votos.

O parocho por quem suas vezes fizer.

Os dous membros da juncta nomeados pela camara por quem a mesma camara designar-lhes como supplentes.

§ 4º. Os cidadãos que, sem excusa legitima, se recusarem ao serviço da juncta parochial, pagarão para as despesas da parochia de 100\$ a 200\$ nas provincias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Geraes, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará, Maranhão; de 80\$ a 120\$ nas provincias das Alagoas, Espirito Sancto, Paraná, Sancta Catharina, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe; e de 40\$ a 100\$ nas de Goiaz, Matto Grosso, Amazonas e Piauí; sendo esta multa arbitrada pela mesma juncta.

§ 5º. Cada membro que faltar ás sessões da juncta sem ser por molestia provada ou ausencia participada do municipio será multado em 5\$ pela primeira falta, em 10\$ pela segunda, e assim por diante em 5\$ mais por cada falta consecutiva até á 12ª. O regedor communicará as faltas ao procurador da camara para tornar effectiva a cobrança da multa, ficando subrogado na obrigação de paga-la aquelle si não fizer a communicação, e este si não effectuar a cobrança, salvo motivo ponderoso.

Não comparecendo ainda depois de 12 faltas seguidas não justificadas, será, por edital da juncta, affixado nos logares mais publicos, mandado riscar de seu seio, e declarado por quatro annos inhabil para qualquer cargo na parochia, excepto o de eleitor. Não é applicavel esta disposição ao parocho, que, ainda depois da 12ª falta, continúa sujeito á multa, a qual de então em diante será de 10\$ em cada falta.

Desta decisão, proferida com audiencia do interessado, bem como da imposição da multa de que tracta o artigo antecedente, haverá recurso para o presidente da provincia.

Do censo e estatistica parochial

Art. 63. No primeiro anno de execução da presente lei o regedor de cada parochia, logo no mez de Janeiro, requisitará directamente dos inspectores de quartelão que lhe enviem relações:

1º. De todos os fogos dos respectivos quartelões, com especificação dos moradores de cada um, qual seu nome,

sexo, idade, condição, naturalidade ou nacionalidade, profissão e religião;

2º. De todos os estabelecimentos de industria ou lavoura, lojas, casas de negocios, fabricas e officinas de qualquer natureza, mencionando número, sexo e condição dos artistas, caixeiros, empregados e trabalhadores.

Para este fim ser-lhe-ão remettidos pelo presidente da provincia os necessarios quadros e mappas em branco.

§ 1º. Os inspectores de quarteirão que não cumprirem até o dia 31 de Março a disposição do artigo antecedente, serão multados em 20\$ para as despesas da parochia, e si, recebendo nova ordem, não satisfizerem dentro de um mez, pagarão multa dobrada, imposta administrativamente pelo regedor, repetindo-se a pena em cada reincidencia.

Os chefes de familia que recusarem dar, no prazo de 15 dias, as informações de que tracta a primeira parte deste artigo, incorrerão nas penas do art. 128 do codigo criminal. Neste caso, o inspector, ouvindo os vizinhos, supprirá a falta, fazendo as observações que entender convenientes.

§ 2º. Na reunião do mez de Julho apresentará o regedor á juncta para exames e rectificação as listas recebidas dando a mesma juncta sôbre cada quarteirão parecer escripto com o que souber cada um de seus membros sôbre a população e mais dados estatisticos do mesmo quarteirão.

§ 3º. A' vista das listas e dos pareceres organizará o secretário da juncta por quarteirões, de accôrdo com o regedor, a lista geral da população da parochia com os nomes e mais esclarecimentos exigidos, e bem assim disporá methodicamente nas casas respectivas dos mappas fornecidos pelo govêrno os outros dados estatisticos, que obtiver, e enviará tanto este trabalho, como os mais papeis, em presença dos quaes foi feito, ao presidente da camara municipal com as relações a que se refere o artigo seguinte.

Art. 64. O parochio, ou quem'suas vezes fizer, é obrigado, sob pena de suspensão da congrua imposta pelo presidente da provincia, logo que lh'o communique o encarregado do censo na provincia, a apresentar nas reuniões que a juncta celebrar em Janeiro e em Julho as relações dos baptisados, casamentos e obitos do semestre anterior, que constarem dos livros ecclesiasticos da parochia, declarando:

quanto aos baptisados:

o nome,

o sexo,

a idade,
 a condição,
 a filiação (si é ou não legitima),
 a naturalidade;
 quanto aos casamentos:
 os nomes dos contrahentes,
 a idade,
 a condição,
 a naturalidade, ou nacionalidade,
 a profissão do marido;
 quanto aos obitos:
 o nome,
 a idade,
 o sexo,
 a condição,
 a profissão,
 a naturalidade, ou nacionalidade,
 a religião.

Na parte relativa aos obitos, completar-se-á a relação dada pelo parcho com as apresentadas, por ordem do regedor, pelo administrador do cemiterio parochial, o qual terá um livro de registro dos enterramentos com as especificações precisas.

Da fábrica das egrejas parochiaes

Art. 65. A junta administrativa da parochia nomeará annualmente, em sua primeira reunião, dous proprietarios, que professem a religião do Estado, os quaes, com o parcho, comporão a commissão da fábrica parochial.

Esta commissão é encarregada de prover ás necessidades temporaes do culto, applicando as quantias consignadas no orçamento parochial e as contribuições voluntarias dos fieis ás despesas da egreja, e prestará contas á junta administrativa da parochia, ficando isenta da correição dos juizes de direito.

O parcho será o presidente da commissão, um dos membros o thesoureiro, e o outro mordomo da fábrica.

Art. 66. A parochia supprirá o *deficit* entre a receita e a despesa da egreja; o saldo, porém, será accumulado para occorrer ás obras de reparação da mesma egreja.

Art. 67. A renda da fábrica consiste:

- 1º, no producto dos bens pertencentes á igreja;
- 2º, nas rendas instituidas pelos fieis;
- 3º, nos auxilios dados pelos cofres geraes e provincias para alfaias, paramentos e outras despesas de culto;
- 3º, nas contribuições das irmandades e confrarias que residirem nas matrizes;
- 4º, nas oblações, esmolos e producto dos troncos e dos peditorios;
- 6º, no preço de locação de cadeiras e concessão de bancos e logares reservados para assistencia aos officios divinos;
- 7º, nos direitos parochiaes que, segundo as disposições vigentes e usos do bispado, competirem á fábrica.

Art. 68. São encargos da fábrica:

- 1º. O fornecimento de paramentos, alfaias, guisamentos e mais objectos necessarios para os officios divinos;
- 2º. O salario dos sacristães, e outros empregados, de que precise a igreja;
- 3º. A conservação e reparos do edificio da igreja;
- 4º. A decoração e asseio do templo;
- 5º. O honorario dos prégadores e mais despesas das solennidades celebradas á custa da fábrica.

Art. 69. As irmandades e confrarias estabelecidas nas matrizes continuarão a contribuir para as despesas da fábrica na fórmula de seus compromissos. Nenhum novo compromisso será approved sem que se consigne quantia, nunca inferior a 20\$ annuaes, para os encargos da fábrica.

Da fazenda parochial

Art. 70. Os proprios parochiaes, excepto a igreja e o cemiterio que são inalienaveis, só podem ser vendidos, trocados, aforados ou subrogados mediante approvação do presidente da provincia.

Os proprios parochiaes são isentos de todos os impostos geraes.

Art. 71. Os bens de uso commum dos moradores da parochia não podem, sob pretexto algum, ser alienados, salvo com licença do presidente da provincia, para com seu producto effectuar-se a aquisição de outros que mais vantagens offereçam aos mesmos moradores.

Art. 72. Constituem a receita parochial:

- 1°. O rendimento dos bens da parochia;
- 2°. O producto do imposto parochial votado pela assembléa municipal;
- 3°. A renda da fábrica da matriz;
- 4°. A importancia das licenças que á administração da parochia compete conceder, e a das multas applicadas a despesas parochiaes;
- 5°. As heranças, doações e legados acceitos pela juncta administrativa (art. 61, n. 6).

Os bens que assim pertencerem á parochia, sendo de valor superior ao preço real das apolices da divida pública de 1:000\$, não serão incluídos no orçamento como receita para fazer face ás despesas ordinarias, mas incorporados no patrimonio da parochia, quando o testador ou doador não lhes tiver destinado applicação especial.

- 6°. As taxas de enterramentos e venda de terrenos para jazigos perpetuos no cemiterio parochial;
- 7°. O producto de loterias concedidas á parochia;
- 8°. Qualquer renda que a parochia porventura haja por modo legal.

Art. 73. Das despesas a cargo da parochia são obrigatorias, e a assembléa municipal deve necessariamente votar os meios de satisfaze-las:

- 1°. As temporaes do culto religioso;
- 2°. As indispensaveis para custeio do cemiterio parochial;
- 3°. O pagamento das dividas exigiveis;
- 4°. O cumfrimento dos onus com que tiverem sido doados ou legados quaesquer bens incorporados ao patrimonio da parochia.

Art. 74. São despesas a arbitrio da assembléa municipal sôbre proposta da juncta parochial:

- 1°. As de estradas e obras de qualquer natureza a bem dos moradores da parochia;
- 2°. As com escholas de ensino primario, offinas públicas e estabelecimentos de beneficencia e todas as mais em que interessar o melhoramento moral ou material da parochia.

Art. 75. O imposto parochial será directo e proporcional ás posses de cada contribuinte, tomando-se por base o valor locativo das casas de habitação, a extensão das culturas, a natureza do commercio ou indústria, capacidade das officinas, número de escravos ou de pessoas livres, que cada

contribuinte empregar no seu serviço e na sua lavoura, commercio ou indústria.

Art. 76. Em regulamento especial o governo determinará o modo de lançamento e cobrança do imposto parochial, e os recursos de que poderão usar os contribuintes.

Art. 77. Reconhecido o *deficit* no orçamento da parochia (art. 73) em qualquer época do anno financeiro parochial, que coincidirá com o civil, poderá a juncta obter por empréstimo a somma precisa, que será levada á conta da despesa do anno seguinte, consignando-se no respectivo orçamento os meios de solve-la.

Art. 78. Por via de regra o procurador da camara municipal será encarregado da cobrança das rendas parochiaes mediante uma porcentagem que não excederá de 10 % das sommas arrecadadas. Poderá, porém, cada parochia ter cobrador especial.

Art. 79. E' applicavel á parochia a disposição do artigo 55 desta lei.

TITULO III

Da assembléa municipal

Art. 80. No dia 1° de Novembro, ás dez horas da manhã, reunir-se-ão annualmente na casa, da camara, e quando esta não offereça a capacidade necessaria, na egreja matriz da séde de cada municipio:

Os vereadores em exercicio;

Os membros das junctas administrativas de todas as parochias do municipio;

Os cidadãos, presentes no municipio e nelle residentes, que pagarem maior somma de impostos directos geraes, provinciaes ou municipaes, convocados pelo presidente da camara em número igual ao dos vereadores e membros das junctas parochiaes, os quaes todos formarão a assembléa municipal.

Art. 81. Os trabalhos da assembléa municipal serão dirigidos pelo presidente da camara ou pelo substituto a quem competir. A assembléa deliberará com os membros presentes, seja qual fôr o seu número.

Os que faltarem sem causa justificada incorrerão na multa de 20\$ a 100\$, imposta pela assembléa.

Servirá de secretário o da camara municipal.

Aberta a sessão, exporão os regedores das parochias, por escripto, sendo por elles feita a leitura ou pelo secretário da camara, o estado da administração da parochia, apresentando em seguida as contas do anno anterior e a proposta do orçamento do anno futuro. A ordem de precedencia se regulará pelo número de eleitores que der cada parochia.

A dos trabalhos será: 1º, o julgamento das contas; 2º, a discussão e votação do orçamento parochial.

Art. 82. O orçamento parochial será dividido em duas partes.

A primeira comprehenderá as despesas de que tracta o art. 73 e a proposta do imposto parochial (art. 75), cuja importancia se deve equilibrar com a somma daquellas. Só depois de approvada esta, entrará em discussão e votar-se-á a segunda parte, na qual serão consideradas as despesas com aquelles dos serviços enumerados no art. 74 que a juncta respectiva tiver proposto. Votada alguma destas despesas, será na razão della reforçado o imposto parochial.

Art. 83. Na votação do orçamento de cada parochia será contado por dous o voto de cada um dos membros da assembléa nella residentes.

Art. 84. Votado o orçamento parochial, terão os membros da assembléa municipal o direito de propôr a construcção de qualquer obra extraordinaria de interesse municipal ou a creação de estabelecimento de instrucção e de beneficencia, para serem levadas a effeito por contribuição dos municipales. A proposta não será tomada em consideração si não tiver tres assignaturas.

Approvada a proposta, si fôr necessario organizar o plano e orçamento da obra, ou calcular as despesas do estabelecimento que se tractar de fundar, incumbir-se-á deste trabalho uma commissão nomeada pela assembléa. Um mez depois reunir-se-á de novo a assembléa para resolver sobre o modo de executar a resolução tomada, e, á vista do orçamento, votará os meios para ella necessarios.

Si estiver já orçada a despesa, a votação dos meios terá lugar naquella primeira reunião.

A contribuição assim votada é obrigatoria e assentará nas mesmas bases do imposto parochial (art. 75).

Art. 85. As deliberações da assembléa municipal serão tomadas por maioria de votos dos presentes e serão exequiveis independentemente de confirmação; não poderão,

porém, no que respeita á contribuição municipal extraordinaria e ao imposto parochial, exceder do maximo préviamente autorizado pela assembléa provincial.

§ 1º. Taes deliberações serão suspensas pelo presidente da provincia, quando exorbitarem do fim da instituição, attentarem contra a moral pública, ou encontrarem disposições expressas da lei.

§ 2º. Do acto do presidente da provincia poderá qualquer membro da assembléa municipal recorrer para o governo, que decidirá, ouvida a secção dos negocios do imperio do conselho de estado.

PARTE II

Titulo unico

Da administração do municipio da côrte

Art. 86. A camara municipal da côrte se comporá de 18 vereadores eleitos por todas as parochias do municipio neutro, e de mais um vereador eleito especialmente pelos votantes de cada parochia na fórma do art. 22, n. 1.

Art. 87. Além das attribuições reconhecidas ás camaras municipaes das provincias, especificadas nos arts. 34 e 36, exceptuados os ns. 5, 6, 13 e 14 do art. 34, e ns. 3, 4, 5, 7, 8, 15, 22, 27 e 28 do art. 36, compete á camara, municipal da côrte:

1º. Fixar as despesas municipaes e decretar os impostos para ellas necessarios, não podendo, porém, impôr sobre objecto já tributado pelos cofres geraes;

2º. Determinar o modo de arrecadação e fiscalização de suas rendas;

3º. Decretar as medidas de economia e policia municipal do municipio neutro;

4º. Crear e supprimir os empregos municipaes, estabelecendo as condições de seu provimento, aposentadoria e demissão dos empregados que servirem;

5º. Regular a distribuição do ensino primario e secundario nos estabelecimentos que fundar e mantiver á custa de seus cofres, sem preterição dos preceitos das leis e regulamentos respectivos do governo;

6°. Deliberar sobre a criação de novas paróchias e sua divisão em districtos, dadas as condições exigidas no art. 88, fixando os limites das mesmas paróchias e districtos, de modo exigidos para a criação de novos;

7°. Auctorizar empréstimos municipaes, especificando as condições de seu levantamento, o tempo, modo e meios de seu pagamento;

8°. Estabelecer as condições de administração das casas de socorros publicos que fundar, como asylos de mendicidade, casas de expostos, officinas para educação da infancia desvalida, hospitaes para tractamento de enfermidades contagiosas e incuraveis, e outras instituições de beneficencia, trabalho e melhoramento moral das classes da população desfavorecida da fortuna;

9°. Regular a administração dos bens do patrimonio municipal e deliberar sobre a alienação de seu dominio, quer util, quer directo;

10. Conceder moratoria aos devedores do municipio;

11. Decretar as obras públicas do municipio pagar á custa de seus cofres;

12. Estabelecer jardins publicos e logares de recreio para a população;

13. Prover aos meios de supprir o *deficit* do orçamento das fabricas das matrizes;

14. Fiscalizar o emprêgo dos dinheiros municipaes e tomar annualmente as contas ao prefeito;

15. Organizar seu regimento interno, respeitadas as seguintes bases:

1ª. Nenhum projecto de estatuto ou resolução municipal entrará em discussão, sem que delle se tenha dado conhecimento a cada vereador, por cópia ou impresso, e sido designado para ordem do dia, pelo menos, 24 horas antes;

2ª. Os projectos terão tres discussões em dias diversos;

3ª. Referindo-se aos assumptos de que tractam os ns. 1, 3, 6, 7 e 9, só se considerarão approvados sendo votados por maioria absoluta dos vereadores da camara.

Art. 88. Não poderá a camara municipal crear novas paróchias na cidade do Rio de Janeiro, sem que conttenham mais de 15.000 almas, possuam edificio decente e apropriado para matriz, e possa esta por calculos seguros contar com renda para a fábbrica nunca inferior a 5:000\$000.

Art. 89. O titulo de despesa no orçamento municipal da cõrte será dividido em duas partes: uma fixa e obrigatoria, na qual serão comprehendidos os vencimentos dos empregados municipaes, as despesas imprescindiveis ou resultantes de contractos e as de conservação e reparos dos bens e obras municipaes; a outra variavel, comprehendendo os creditos destinados a novas obras, serviços e melhoramentos.

As despesas variaveis serão discutidas e votadas separadamente, e constituirão resoluções distinctas, sendo cada uma relativa a uma só obra, serviço ou melhoramento.

Art. 90. Não serão executados o orçamento municipal, e os estatutos e resoluções da camara municipal sem que sejam approvados pelo govêrno. Negando o govêrno approvação, o acto expedir-se-á por decreto, que será precedido de relatorio, apresentado ao imperador pelo ministerio, expondo os fundamentos da recusa.

Art. 91. A camara municipal da cõrte celebrará annualmente duas reuniões de um mez cada uma, começando a primeira no dia 2 de Janeiro e a segunda no dia 1 de Julho.

Em cada uma dellas apresentará o prefeito da cõrte um relatorio circumstanciado das occurrencias e estado da administração municipal, e proporá as providencias que lhe parecerem convenientes a bem do serviço e melhoramentos do municipio.

§ 1º. Logo nos primeiros tres dias da segunda reunião apresentará o prefeito as contas do exercicio anterior e a proposta do orçamento municipal para o anno futuro, que nella será votado.

§ 2º. As reuniões poderão ser prorogadas, quando e pelo tempo que fôr preciso, pelo ministro do imperio.

Art. 92. Quando por qualquer circumstancia deixar a camara de votar o orçamento municipal ou não fôr este approvedo pelo govêrno, vigorará o do anno anterior.

Art. 93. Logo que entrar em execução a presente lei, a camara examinará seu codigo de posturas e as resoluções em vigor e organizará os novos estatutos de economia e policia municipal da cõrte, ficando, depois de approvados estes, revogadas todas as disposições anteriores. Durará esta sessão extraordinaria o tempo necessario para ultimar-se o trabalho da codificação e reforma, cujo estudo e redacção deverão ser distribuidos por commissões nomeadas pela camara, as quaes poderão ouvir a opinião dos empregados publicos e mais pessoas que julgarem competentes.

Art. 94. Ao presidente da camara municipal da côrte compete:

1°. Dirigir os trabalhos das sessões.

2°. Convocar reuniões extraordinarias da camara quando julgar conveniente, requererem-lhe cinco vereadores ou exigir o govêrno, declarando-lhe o motivo.

Nestas reuniões extraordinarias não tractará a camara sinão do objecto especial declarado no acto da convocação;

3°. Juramentar e empossar os vereadores, juizes de paz e empregados sujeitos directamente á camara;

4°. Convocar, juramentar e empossar os supplentes de vereadores, quando algum ou alguns dos do número fallecer, obtiver excusa, estiver com licença ou faltar, por qualquer motivo, justificado ou não, ás sessões da camara;

5°. Tomar juramento aos estrangeiros naturalizados;

6°. Corresponder-se com quaesquer auctoridades sôbre assumpto da competência da camara;

7°. Fallar em nome da camara nas solennidades a que ella assistir em corporação, ou se fizer representar;

8°. Propor á camara a nomeação dos empregados de sua secretaria.

Art. 95. O prefeito da côrte, além das funções concernentes ao serviço geral, é encarregado da administração municipal activa no municipio neutro.

Terá o vencimento de 10:000\$, do qual metade será paga pelo cofre geral e a outra metade pelo cofre municipal.

Será nomeado pelo imperador, que lhe designará seis substitutos, e conservado enquanto convier ao serviço publico; prestará juramento nas mãos do presidente da camara municipal. Não póde, enquanto servir, e seis mezes depois, ser eleito deputado pelo municipio neutro, nem senador pela provincia do Rio de Janeiro.

Art. 96. Ao prefeito da côrte, como empregado geral, compete:

1°. Executar e fazer executar as leis, decretos e ordens do govêrno, relativos aos serviços, cuja direcção lhe fôr encarregada;

2°. Receber juramento, dar posse e conceder licença com ordenado, até tres mezes, aos empregados que perante elle servirem, informar sobre seu procedimento, propôr sua exoneração, nomear quem sirva interinamente nos impedimentos, e indicar ao govêrno pessoas aptas para o provimento definitivo;

3°. Inspeccionar as repartições que lhe forem sujeitas, propondo ao governo as providencias convenientes para melhor andamento do serviço;

4°. Dar conhecimento ao governo de todos os factos da administração a seu cargo e daquelles sobre os quaes ao mesmo governo incumba providenciar; fornecer todas as informações e fazer as indagações que lhe forem ordenadas;

5°. Apresentar ao governo todos os annos, até 31 de Março, um relatorio do estado dos serviços geraes a seu cargo no municipio da corte;

6°. Dirigir os trabalhos de recenseamento e estatistica no municipio da corte.

Art. 97. No exercicio da administração activa municipal da corte compete ao prefeito:

1°. Nomear, demittir e promover a responsabilidade dos empregados municipaes (art. 94, § 8°);

2°. Executar e fazer executar os estatutos e resoluções da camara;

3°. Ordenar as despesas com os serviços determinados pela camara e autorizar seu pagamento pela thesouraria municipal;

4°. Conceder licença com ordenado até tres mezes aos empregados municipaes, excepto os da secretaria da camara e suspende-los administrativamente até 15 dias por falta de exacção no cumprimento de seus deveres;

5°. Organizar a proposta de orçamento municipal para o seguinte exercicio e o balanço e contas do anno anterior;

6°. Exercer a necessaria inspecção sobre as repartições e empregados municipaes, dando-lhes as instrucções e ordens precisas para o bom andamento e regularidade do serviço.

Art. 98. O governo organizará com o menor augmento de despesa e quando for possivel com empregados das repartições existentes a secretaria da prefeitura, e com os da camara municipal as repartições municipaes sujeitas ao prefeitos, e destinadas a auxilia-lo no desempenho do serviço municipal.

Art. 99. As infracções dos estatutos municipaes continuam no municipio da corte a ser julgadas na fórma do art. 128 do regulamento n. 120, de 31 de Janeiro de 1842. As multas poderão ser levadas ao dôbro das estabelecidas no art. 18.

Administração parochial

Art. 100. Em cada uma das parochias do municipio neutro haverá um conselho de fábrica da respectiva matriz, composto de vereador especial da parochia, do juiz de paz mais votado (do 1º districto quando a parochia tiver mais de um districto); do parcho, dos dous prepostos mais graduados de cada uma das ermandades e confrarias residentes na matriz, os quaes todos serão permanentes em razão de seus cargos; de seis proprietarios da parochia designados na primeira organização, tres pelo prefeito e tres pelo bispo diocesano, e na época de sua substituição pelos membros do conselho, inclusive os que são substituidos.

Na última dominga do primeiro anno serão substituidos os dous conselheiros da fábrica que a sorte designar; no mesmo dia do segundo anno, pela mesma forma outros dous; de então em diante far-se-á annualmente a substituição por antiguidade. No caso de morte, ausencia ou impedimento de qualquer dos conselheiros, o conselho elegerá quem o substitua pelo tempo que faltar.

Art. 101. O conselho da fábrica nomeará dous de seus membros, um para thesoureiro e outro para mordomo da egreja. Estes e o parcho constituirão a commissão administrativa da fábrica.

Art. 102. O conselho da fábrica reunir-se-á ordinariamente na primeira dominga de cada mez, depois da missa conventual, no consistorio da matriz, presidido pelo vereador especial da parochia, tomando assento á sua direita o parcho, á esquerda o 1º juiz de paz, e indistinctamente os outros conselheiros. Um dos membros, eleito na primeira reunião de cada anno, servirá de secretario.

Em casos extraordinarios, pôde o conselho ser convocado por seu presidente, avisados por escripto os outros membros, ou mediante annuncio no diario de maior circulação.

Art. 103. Ao conselho da fábrica incumbe:

- 1º. Regular a administração dos bens da fábrica;
- 2º. Votar o orçamento de sua receita e despesa;
- 3º. Tomar contas annualmente ao thesoureiro;
- 4º. Ordenar as despesas superiores a 50\$000;
- 5º. Determinar o destino do saldo do anno anterior, quando haja, o qual será empregado em apolices da divida

pública para patrimonio da matriz, si as obras de conservação, reparos, reconstrucção ou augmento da igreja não exigirem que seja depositado até reunir-se a somma precisa para esse fim;

6°. Resolver sôbre fundações pias e acceitação de doações, legados e oblações de valor superior a 200\$, com ou sem condições;

7°. Deliberar, ouvindo pessoas profissional, sôbre a conveniencia da propositura e defesa das acções, em que a fábrica tiver de ser auctora, fôr ré ou tiver de figurar como assistente ou opposente;

8°. Representar á camara municipal sôbre os meios de supprir o *deficit* do orçamento da fábrica, quando a receita não fôr sufficiente para cobrir as despesas obrigatorias.

Art. 104. A commissão administrativa da fábrica providenciará sôbre todos os assumptos concernentes á parte temporal do culto:

1°. Organizando a proposta de orçamento que deve ser presente ao conselho;

2°. Preparando com as precisas informações e esclarecimentos os negocios que têm de ser affectos ao mesmo conselho;

3°. Executando suas deliberações;

4°. Fazendo cumprir fielmente as fundações pias, segundo a intenção dos instituidores;

5°. Fornecendo os guisamentos e todo o necessario para os officios divinos, comprando e fazendo reparar as alfaias e paramentos.

§ 1°. O thesoureiro arrecadará e conservará as rendas da fábrica em um cofre forte de tres chaves, das quaes guardará uma, ficando as outras em poder do paroecho e do mordomo.

§ 2°. O mordomo representará a fábrica em todos os contractos, compras, negocios administrativos e judiciaes.

§ 3°. Continúa a cargo do paroecho tudo que diz respeito ao asseio, decencia, ordem e disposições interiores do templo.

Disposição transitoria

Art. 105. No ultimo anno do actual quadriennio municipal proceder-se-á á eleição, na conformidade da presente

lei, cujas disposições entrarão em plena execução no começo do anno seguinte.

Sala das sessões da camara dos deputados, em 19 de Junho de 1869. — *Paulino José Soares de Sousa*.

1869

Projecto do deputado João Mendes de Almeida

PROVIMENTO DE OFFICIOS DE JUSTIÇA

A assembléa geral resolve:

§ 1º. Art. 1º. Os officios de justiça, nas provincias, serão providos pelos respectivos presidentes, com concurso, segundo a legislação em vigor.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os officios de registo de hypothecas e os de escrivão dos feitos da fazenda.

§ 2º. Art. 2º. Decretada pelas assembléas legislativas provinciaes a suppressão de algum officio de justiça, não se considerará de facto supprimido sinão por morte do serventuário, ou pela perda do emprêgo em virtude de sentença.

§ 3º. Art. 3º. Ficam creados na côrte mais quatro officios de tabellião de notas.

Paço da camara dos deputados, 2 de Setembro de 1869.
— *João Mendes de Almeida*.

1870

Projecto do ministro do imperio Paulino José Soares de Sousa

INTERPRETAÇÃO DO ACTO ADDICIONAL

A assembléa geral decreta:

Art. 1º. A attribuição que compete ás assembléas provinciaes pelo art. 10, § 1º, do Acto Addicional refere-se á fixação das circunscripções territoriaes segundo as condições estabelecidas nas leis geraes de organização civil, judiciaria e ecclesiastica do imperio.

Art. 2º. Para o exercicio da attribuição conferida ás assembléas provinciaes pelo art. 10, § 1º, do Acto Addicional,

é necessaria a audiencia do prelado diocesano no que pertence á creação, suppressão e alteração das divisas das parochias.

Art. 3º. As palavras do art. 10, § 5º, do Acto Additional, — *contanto que estes impostos não prejudiquem as imposições geraes do Estado* — importam a prohibição de crearem-se impostos provinciaes ou municipaes, que recaiam sôbre materia já tributada por lei geral.

Art. 5º. Na attribuição conferida ás assembléas provinciaes pelo art. 10, § 5º, do Acto Additional envolve o direito de designarem por qual dos juizos, o commum ou o privativo dos feitos da fazenda nacional, devem ser processadas executivamente e decididas as causas da fazenda provincial, guardadas, porém, as formalidades estabelecidas pelas leis geraes.

Art. 5º. Na attribuição conferida ás assembléas provinciaes de legislar sôbre os assumptos mencionados nos §§ 2º, 5º, 6º, 7º, 8º e 11 do art. 10 do Acto Additional comprehende-se a faculdade:

§ 1º. De comminar penas administrativas em relação aos dictos assumptos.

§ 2º. De estabelecer o processo e a competencia dos funcionarios provinciaes para conhecimento e decisão das questões administrativas, salvo sempre o recurso para o presidente da provincia.

Art. 6º. A attribuição contida no art. 10, §§ 7º e 11, do Acto Additional não comprehende, quanto aos empregos, cujas funções são relativas a objectos sôbre os quaes as assembléas provinciaes não podem legislar, o direito:

§ 1º. De alterar-lhes o número, quando fôr este essencial á organização.

§ 2º. De annexar os que forem separados por lei geral ou vice-versa.

§ 3º. De tornar privativos os officios de justiça.

Art. 7º. No exercicio da attribuição que lhes pertence pelo art. 10, § 9º, do Acto Additional, devem as assembléas provinciaes guardar as disposições das leis geraes concernentes ás especies de prisão, natureza das penas e modo de seu cumprimento.

Art. 8º. Em virtude da attribuição conferida pelo art. 11, § 2º, do Acto Adicional, podem as assembléas provinciaes:

§ 1º. Legislar sôbre a organização, distinctivos e disciplina da força policial;

§ 2º. Determinar o modo de preencher o número fixado de praças, respeitado o preceito do art. 36 da Constituição.

Art. 9º. O processo para demissão e suspensão dos magistrados pelas assembléas provinciaes nos termos do artigo 11, § 7º, do Acto Adicional e arts. 4º, 5º e 6º da lei de 12 de Maio de 1840, deve ser estabelecido por lei geral.

Art. 10. Nas attribuições das assembléas provinciaes, fixadas nos arts. 10 e 11 do Acto Adicional, não se incluye o direito:

§ 1º. De legislar sôbre assumptos especialmente concernentes ás indústrias, salva a concessão de favores tendentes á sua promoção e desenvolvimento;

§ 2º. De conceder privilegios que não se refiram striitamente aos objectos especificados no § 8º do mencionado art. 10, sem prejuizo de quaesquer obras ou empresas que pertencerem á administração geral do estado.

Art. 11. A palavra *importação* do art. 12 do Acto Adicional comprehende tanto a dos paizes estrangeiros como a de umas para outras provincias do imperio.

Art. 12. Incluem-se na prohibição do art. 12 do Acto Adicional, para os effeitos declarados no art. 16, os projectos que importarem derogação de lei geral (art. 7º da lei de 12 de Maio de 1840).

Art. 13. A palavra *sanccionará* do art. 15 do Acto Adicional significa que o projecto de lei, reenviado ao presidente em qualquer das duas hypotheses no mesmo artigo figuradas, deve ser publicado e mandado executar nos termos do art. 18.

Art. 14. As palavras *nova discussão* do art. 15 do Acto Adicional querem dizer que a assembléa provincial deliberará de novo sôbre o objecto em uma só discussão.

Art. 15. A clausula do art. 15 do Acto Adicional *si fôr adoptado tal qual, ou modificado no sentido das razões pelo presidente allegadas*, obsta a que a assembléa provincial modifique o projecto, a não ser para conforma-lo em tudo com as razões do presidente da provincia.

Si, porém, o presidente negar a **sancção** fundando-se ao mesmo tempo no art. 15 e no art. 16 do Acto Adicional, póde a assembléa provincial, modificando o projecto no sentido das razões adduzidas no art. 16, reenvia-lo ao presidente, na fórma e para os effeitos do art. 15.

Art. 16. Denegada a **sancção** no caso do art. 15 do Acto Adicional, não póde o presidente da provincia reconsiderar o projecto, quando lhe fôr reservado, para recusar-lhe a **sancção** por motivos deduzidos do art. 16.

Art. 17. Os dous terços de que trata o art. 15 do Acto Adicional são dos membros presentes na assembléa.

Art. 18. Incumbe ao presidente da provincia publicar as leis e resoluções de que tracta a segunda parte do art. 13 do Acto Adicional, salvo sempre o **remedio** estabelecido no final do art. 19.

Abrangendo, porém, essas leis e resoluções objectos não comprehendidos na excepção do art. 13, procederá o presidente nos termos dos arts. 15 e 16.

Art. 19. A faculdade conferida ao presidente de provincia no art. 24, § 3º, do Acto Adicional não é applicavel a leis e resoluções já sancionadas, nem ás mencionadas na excepção do art. 13.

Art. 20. A attribuição que pelo art. 24, § 3º, do Acto Adicional compete ao presidente da provincia não póde ser exercida sôbre parte somente do projecto de lei.

Art. 21. Só depois de decorrido o prazo do art. 19 do Acto Adicional póde a assembléa provincial ordenar a publicação da lei, como dispõe o final do mesmo artigo.

Art. 22. As leis provinciaes existentes, oppostas á interpretação dada nos artigos precedentes, não se entendem revogadas pela promulgação desta lei, sem que expressamente o sejam por actos do poder legislativo geral.

Esta disposição, no que se refere ao art. 3º desta lei, é extensiva ás leis de orgamento provincial e municipal, nas quaes poderão ser repetidos os impostos já existentes contra a doutrina do mesmo artigo, enquanto uma lei geral não fixar definitivamente quaes os impostos pertencentes á renda geral do imperio.

Paço da camara dos deputados, 15 de Julho de 1870. —
Paulino José Soares de Sousa.

1877

Projecto do deputado J. J. Ferreira de Aguiar, como foi redigido para ser enviado ao senado

PROVIMENTO DOS OFFICIOS DE JUSTIÇA

A assembléa geral resolve:

Art. 1º. O provimento dos officios de justiça será feito pelo ministro da justiça na côrte, e pelos respectivos presidentes nas provincias, mediante concurso, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2º. Competem ao govêrno na côrte, e aos presidentes nas provincias, a nomeação e demissão dos agentes e ajudantes do correio, sob proposta do director geral na côrte e administradores nas provincias.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário. Sala das commissões, em 16 de Julho de 1877.

1879

Projecto do deputado João Silveira de Sousa

PROVIMENTO DE EMPREGOS GERAES PELOS PRESIDENTES DAS PROVINCIAS

A assembléa geral resolve:

Art. 1º. Competirão aos presidentes das provincias, além das que já por lei lhes competem, as seguintes nomeações:

1º. Para todos os empregos geraes que vaguem nas respectivas provincias, e cujo ordenado, ou este unido á gratificação de quantia certa estabelecida por lei ou decreto, não exceda a 1:500\$ annuaes.

2º. Para os officios de tabelliães, escrivães, ou outros de justiça, e para quaesquer empregos sem ordenado fixo ou gratificação de quantia certa, cuja renda ou vencimentos annuaes forem competentemente lotados em quantia superior áquella.

§ 1º. São exceptuados das disposições supra, sejam quaes forem os seus ordenados ou vencimentos: 1º, os em-

pregados cuja nomeação já por lei compita ás outras aucto-
ridades ou funcionarios das provincias; 2º, as de chefes
e seus immediatos, secretarios, contadores, thesoureiros,
pagadores, procuradores fiscaes, conferentes das thesou-
rarias, alfandegas ou outras repartições geraes; 3º, os que
forem considerados como simples commissões temporarias
ou de pura confiança do govêrno; 4º, os empregos de di-
recção, pessoal technico, ou fiscalização de serviços, obras,
estabelecimentos ou empresas por este ordenados, e que por
sua natureza e importancia devam ficar sob a sua immediata
inspecção; 5º, os de juizes ou magistrados; e 6º, os que só
possam ser preenchidos por militares do exêrcito ou da
armada.

§ 2º. Em taes nomeações os presidentes de provincia
deverão observar as disposições em vigor relativas ás pro-
postas, que compitam aos chefes das respectivas repartições,
aos accessos e concursos que as mesmas disposições esta-
beleçam.

§ 3º. Deverão ser as mesmas nomeações immediata-
mente communicadas ao govêrno, ao qual ficam, em todo
o caso, competindo: 1º, as demissões dos referidos em-
pregos, que forem amoviveis; 2º, o direito de declarar, na
ocasião em que as der, quaes daquelles devem continuar
vagos por bem do serviço público, ou ficar supprimidos
si legalmente o puderem ser.

Art. 2º. As nomeações dos delegados e subdelegados
de policia, e seus supplentes, excepto nos municipios da
côrte e das capitaes das provincias, serão feitas por pro-
postas das camaras municipaes respectivas, em listas de
tres nomes para cada nomeação, e por intermedio do chefe
de policia.

§ 1º. Independentemente, porém, de proposta daquellas
camaras e pela do chefe de policia, poderão ser feitas as
ditas nomeações:

1º. Quando este se ache no municipio respectivo ao
menos por tres dias, em diligencia policial officialmente
ordenada pelo presidente da provincia, contanto que as
nomeações então propostas sejam feitas e publicadas, ao
mais tardar dentro de 10 dias, depois de sua volta á capital.

2º. Quando, dentro de tres mezes, depois de vagos taes
logares, não forem feitas pelas camaras respectivas as pro-
postas para o seu preenchimento.

3°. Quando estas, embora feitas naquelle prazo, contiverem algum nome de individuo que por disposição clara de lei não possa ser nomeado, ou que de qualquer cargo de policia tenha sido demittido ha menos de seis mezes; salvo ao presidente da provincia o direito de, apesar disso, nomear qualquer dos mais propostos.

§ 2°. Igualmente, si dentro de tres mezes depois de suas propostas ao presidente da provincia, taes nomeações não estiverem feitas, as camaras respectivas as farão interinamente, communicando-as logo áquelle, por intermedio do chefe de policia; e taes nomeações subsistirão enquanto os nomeados não forem nominalmente demittidos.

§ 3°. Quanto ás demissões dos sobreditos logares, e quanto ás nomeações para os mesmos nos municipios acima exceptuados subsistirão as disposições actualmente em vigor.

§ 4°. O número dos supplentes dos delegados e sub-delegados de policia fica reduzido a tres.

Art. 3°. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões da camara, 3 de Fevereiro de 1879. —
O deputado *João Silveira de Sousa*.

1879

Projecto do deputado João Silveira de Sousa

REORGANIZAÇÃO DAS PRESIDENCIAS DE PROVINCIAS

A assembléa geral resolve:

Art. 1°. As nomeações de presidentes de provincias serão feitas por quatro annos a contar-se das datas das respectivas cartas imperiaes; e dentro desse tempo, depois que houverem tomado posse de seu cargo, só poderão aquelles ser demittidos ou removidos nos seguintes casos:

1°. A seu pedido, em officio cuja data será declarada na mesma occasião em que fôr publicada a sua demissão ou remoção.

2°. Quando do exercicio de seu cargo se ausentem, por qualquer motivo, sem licença do govêrno, o qual não lhe poderá da-la, em caso algum, com mais de meio ordenado, nem por mais de seis mezes em cada quadriennio.

3°. Quando por meio de documento adequado se prove a sua impossibilidade physica ou moral de continuarem no exercicio de seu cargo, ou na provincia onde o exerçam.

4°. Quando por juiz ou tribunal competente forem pronunciados em processo commum ou de responsabilidade, como incursos em algum artigo do codigo, ou de outra lei penal.

5°. Quando sôbre queixa ou representação contra elles dirigida ao govêrno, ou sôbre factos a que este, *ex-officio*, os mande responder, depois de audiencia sua, e de consulta do conselho de estado pleno, fôr este de parecer, por maioria absoluta de votos, que a sua demissão ou remoção é necessaria ou conveniente ao serviço público.

6°. Quando nos dous ultimos casos não respondam ao juiz ou tribunal competente, ou ao govêrno, nos prazos legaes ou nos que por este lhes serão marcados, tendo em attenção as distancias das capitaes das respectivas provincias, sôbre o processo, queixa, representação ou factos alli mencionados.

Paragrapho unico. São applicaveis todas as disposições supra aos presidentes que forem removidos a seu pedido, ou findo o quatriennio de sua nomeação; servirão, porém, enquanto a juizo do govêrno bem servirem, os que forem removidos por qualquer outra razão, os que findarem o seu quatriennio enquanto não forem demittidos ou novamente nomeados, e aquelles cujas nomeações forem anteriores a esta lei.

Art. 2°. Os presidentes de provincia que bem servirem tal cargo por mais de 16 annos, ainda que interrompidamente, terão direito ao título de conselho, e aposentadoria no dicto cargo com 2/3 do ordenado médio actual das diversas presidencias e com o ordenado proporcional os que assim servirem por' mais de 10 annos, provando uns e outros que eram maiores de 60 annos na data em que terminou a sua última presidencia, ou que estão inhabilitados para o serviço público por molestia. Esta última circumstancia, porém, só lhes aproveitará para aquelles fins, — sendo allegada e provada dentro de dous annos depois daquella data.

§ 1°. Aos presidentes que tiverem bem servido por mais de 12 annos se poderá contar, para a sobredicta aposentadoria, até mais quatro annos do serviço que tiverem em qualquer outro emprêgo público geral, que lhe dê direito a aposentar-se; e bem assim aos funcionarios de qualquer

dêstes empregos se poderá contar, no tempo para a aposentadoria nos mesmos, até seis annos de serviço que tiverem como presidentes de provincia.

§ 2º. Em caso nenhum, porém, se contará para a aposentadoria no cargo de presidente qualquer serviço, mesmo dêste cargo, que seja anterior á presente lei, nem a esta aposentadoria se poderá accumular qualquer outro, salvo ao aposentado o direito de optar pelo que mais lhe convenha.

§ 3º. Abonar-se-á aos presidentes de provincia, como gratificação, mais uma quantia igual á metade do menor ordenado actual das diversas presidencias.

Art. 3º. O presidente de provincia que fôr eleito deputado ou senador perde o seu cargo, desde que seja reconhecido; e perde igualmente, para os fins declarados no artigo precedente e no seu § 1º, todo o tempo anterior de serviço que tenha de tal cargo em qualquer provincia; e subsistirão, além disso, quanto á sua elegibilidade na propria provincia de sua presidencia, as disposições actualmente vigentes.

Art. 4º. Não póde ser nomeado presidente de provincia o deputado durante todo o tempo de sua legislatura, e o senador do Imperio só o poderá ser nas circumstancias e pela fórma determinada no art. 34 da Constituição, devendo ser declaradas no respectivo decreto as razões extraordinarias que façam considerar indispensavel a sua nomeação.

Nestes casos o nomeado servirá enquanto, a juizo do Govêrno, bem servir, e não fôr cassada a licença do Senado.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões da Camara, em 3 de Fevereiro de 1879.
— O deputado *João Silveira de Sousa*.

1882

Projecto do deputado Adolpho Bezerra de Meneses

REORGANIZAÇÃO DAS CAMARAS MUNICIPAES

LEI REGIMENTAL DA CAMARA MUNICIPAL DA CÔRTE

CAPITULO I

Da organização da camara

Art. 1°. A camara municipal da côrte será composta de 21 membros.

Art. 2°. Para ser vereador é preciso:

1°. Ser brasileiro nato, adoptivo ou naturalizado ha mais de tres annos.

2°. Estar no pleno gozo dos direitos civis e politicos.

3°. Contar mais de 25 annos, salvo si fôr graduado em alguma faculdade do Imperio.

4°. Ter renda ou propriedades que possam render, pelo menos, 4:800\$000.

5°. Residir no municipio ha mais de dous annos, sendo qualificado em qualquer de suas parochias.

Art. 3°. Não pôde ser vereador, e consequentemente são nullos os votos que nelles recairem:

1°. Os que não reunirem todos os requisitos do artigo precedente.

2°. Os que já tiverem sido condemnados por crime infamante.

3°. Os que forem ou já tiverem sido fallidos, salvo o caso de fallencia casual.

4°. Os clérigos de ordens seculares e regulares.

5°. Os que tiverem incapacidade physica e intellectual, que os inhabilite das funcções inherentes ao cargo.

Art. 4°. São incompativeis com o cargo de vereador:

1°. O de membro de qualquer dos quatro poderes constitucionaes.

2°. O de conselheiro de estado.

3°. Os chefes de policia e de delegados até dous annos depois de sua exoneração.

4°. O de empregado público de qualquer classe ou categoria, inclusive os de comissão, quer sejam geraes, provinciaes ou municipaes.

5°. Os militares, ainda mesmo reformados.

§ 1°. Os deputados e senadores só têm incompatibilidade de exercicio; os empregados publicos têm direito de opção, que só poderão exercer até o dia da posse.

§ 2°. Os que não optarem pelo cargo de vereador serão substituidos por nova eleição, que se fará 30 dias depois da posse da nova camara.

Art. 5°. Perdem o cargo de vereador e devem ser substituidos no prazo de 30 dias, por nova eleição:

1°. Os que se mudarem para fóra do municipio, embora voltem a elle.

2°. Os que perderem a renda, fallirem, ou forem condemnados por crime infamante.

3°. Os que perderem os direitos de cidadão brasileiro.

4°. Os que deixarem de comparecer ás sessões sem causa justificada, por tres mezes seguidos.

5°. Os que acceitarem empregos ou cargos dos designados no art. 4°.

6°. Os que renunciarem o cargo ou cairem em incapacidade physica ou intellectual.

§ 1°. O vereador logo que seja pronunciado em qualquer processo, ou que seja declarado fallido, será suspenso do exercicio do cargo, até final julgamento.

§ 2°. O prazo para sua substituição será sempre de 30 dias, contados da data em que a camara tiver sciencia da vaga, quer lhe seja communicada officialmente, quer por algum dos vereadores.

Art. 6°. Não podem servir conjunctamente pae e filho; ermãos; cunhados, enquanto durar o cunhadio; e membros de uma firma commercial.

Paragrapho unico. Si o impedimento se der entre o presidente e um vereador, ficará com assento o primeiro; si fôr entre vereadores, a camara, por votação solenne e nominal, designará o que deve ficar com assento. Em todo o caso os logares que, por tal motivo, ficarem vagos, serão providos por nova eleição dentro dos 30 dias prescriptos.

Art. 7°. Nas faltas temporarias de qualquer vereador, e nos casos de suspensão, serão chamados os supplentes, por seus respectivos districtos, de modo que haja sempre 21 vereadores em exercicio.

Considerar-se-ão faltas temporarias: 1º, quando o vereador tiver obtido licença da camara para se ausentar de seus trabalhos; 2º, quando tiver officiado participando impedimento; e 3º, quando tiver deixado de comparecer ás sessões, sem participação, por tres semanas seguidas.

Na falta do presidente, é a camara que convocará seu substituto; na de qualquer vereador, é o presidente que fará a convocação, salvo o direito da camara, si houver da parte do presidente incuria ou omissão.

Art. 8º. Tanto o presidente como os vereadores podem ser reeleitos.

CAPITULO II

Da eleição, da verificação dos poderes, da posse

Art. 9º. A camara será eleita de quatro em quatro annos, na 1ª dominga do mez de Julho do ultimo anno do quadriennio expirante.

Art. 10. A eleição municipal será feita por voto uninominal e por districtos eleitoraes, dando cada districto, que serão os mesmos que houver para deputados, sete vereadores. Os eleitores de um districto poderão eleger quem residir em outro; e si dous ou mais districtos escolherem o mesmo cidadão, este optará, procedendo-se, no prazo de 30 dias, á eleição complementar.

§ 1º. São considerados eleitores para a escolha de vereadores, além dos habilitados pela lei geral, os seguintes:

I. Todo o cidadão brasileiro que provar ter pago, durante os tres ultimos annos, a taxa de 20\$ para o serviço da instrucção primaria, a cargo da camara municipal, contanto que não seja analfabeto.

II. Todo o que provar que possui no municipio alguma propriedade do valor minimo de 2:000\$, excluidos sempre os analfabetos.

III. Os estrangeiros que provarem:

1º. Que residem no municipio ha mais de tres annos.

2º. Que têm nelle qualquer propriedade de valor superior a 2:000\$, ou estabelecimento commercial ou industrial, de que pagam ha tres annos impostos geraes e municipaes.

3°. Que sabem ler e escrever o portuguez.

Art. 11. A qualificação dêsses eleitores especiaes será feita segundo as normas estabelecidas pela lei de 9 de Janeiro de 1881; mas será sempre revista no terceiro anno dos quatriennios correntes; não podendo tomar parte na eleição de vereadores sinão os que forem habilitados nessa revisão.

Art. 12. O processo da eleição municipal será o mesmo da eleição geral, com as seguintes modificações:

I. Cada eleitor deporá na urna duas cedulas, sendo uma *para vereador* e outra *para presidente*; contendo a primeira um unico nome e a segunda tres.

II. Não haverá sinão um escrutinio; e 15 dias depois d'elle realizado proceder-se-á á apuração.

III. No dia designado, que a camara fará annunciar por editaes publicados nos jornaes por tres dias seguidos, reunir-se-á ella em sessão pública para dar comêço ao processo de verificação dos poderes dos novos eleitos, e procederá do modo seguinte:

1°. Escolherá, por meio da sorte, uma commissão de cinco membros, á qual incumbira examinar todas as actas, apresentando, no fim de 15 dias, um parecer escripto sobre a eleição em geral e sôbre cada um dos eleitos.

2°. Nesse trabalho, que será feito todos os dias, das 11 horas da manhã ás 4 da tarde, a commissão é obrigada a ouvir as razões dos interessados, e a annexar a seu parecer os protestos escriptos que por elles lhe forem apresentados.

3°. Si no prazo de 15 dias a commissão não pûder concluir a verificação, officiará ao presidente da camara, para que este convoque uma sessão immediatamente, afim de marcao nôvo prazo.

4°. Terminado o trabalho da commissão, o presidente da camara fa-lo-á imprimir no jornal de maior circulação, e distribuir exemplares pelos vereadores, convocando por edital os mesmos vereadores para uma sessão, que não poderá ter logar além de oito dias a mais do prazo marcado á commissão.

5°. Nessa sessão, que continuará ininterrompidamente todos os dias, das 11 horas da manhã ás 4 da tarde, até concluir-se a verificação dos poderes, a camara dará a palavra aos interessados, que a pedirem; não permittindo a nenhum, nem a qualquer vereador, fallar por mais de

uma vez sôbre cada questão e por mais de um quarto de hora;

6°. Si o parecer da commissão, ou qualquer vereador propuzer a nullidade da eleição geral ou de algum districto, esta questão preferirá qualquer outra; não podendo tal nullidade ser decretada sinão por maioria de dous terços do número total dos vereadores.

7°. Si a nullidade passar, acto seguido a camara mandará proceder a nova eleição, no prazo prescripto de 30 dias; e passará a occupar-se da verificação dos poderes dos vereadores dos districtos cuja eleição não tenha sido impugnada, si a nullidade não comprehender todas.

8°. No caso de não passar a nullidade, a camara occupar-se-á do julgamento das eleições parciaes ou parochiaes; e, terminado este trabalho, fará a apuração final, segundo as eleições parochiaes approvadas, do que lavrará acta, que fará imprimir e dar, como diploma, aos vereadores eleitos.

9°. Si forem annulladas eleições parochiaes, cuja votação valer por mais de um terço do total de um districto, considerar-se-á sem effeito a dêsse districto, procedendo-se a respeito delle como prescreve o n. 7.

10. Com excepção das questões de nullidade, todas as mais serão decididas por maioria relativa.

11. Os sete cidadãos mais votados em cada districto serão declarados vereadores; e todos os mais serão suppletes, na ordem de suas respectivas votações.

12. Na apuração dos votos para presidente, a camara limitar-se-á a sommar os votos das eleições parochiaes approvadas, organizando uma lista com os tres nomes que tiverem obtido maioria, feitos os desempates pela sorte.

13. Si, na apuração, se annullar a eleição de um districto, ou de tantas parochias de diversos districtos que reduzam a votação geral do municipio a menos de dous terços, considerar-se-á nulla a eleição de presidente, e em tal caso a camara mandará proceder em todo o municipio, no prazo de 30 dias, áquella eleição especial.

IV. A camara não poderá annullar uma eleição sinão nos seguintes casos:

1°. Quando a mesa tiver sido illegalmente constituida, provando-se que houve para isso plano concertado.

2°. Quando se tiver feito a eleição em logar que não o designado, sem ter havido prévia auctorização publicada por editaes.

3°. Quando a mesa não tiver practicado o processo prescripto, provando-se que o fez de má fé.

4°. Quando tiver funcionado antes ou depois das horas marcadas; isto é: si tiver começado os trabalhos antes, ou terminando-os depois daquellas horas. Não havendo prova de má fé deve ser tolerado uma hora de excesso na terminação dos trabalhos.

5°. Quando tiver recebido listas de quem não exhibir diploma, ou apresentar-se com diploma que não fôr o seu.

Art. 13. Os vereadores que na verificação dos poderes procederem de encontro ás disposições da presente lei, serão suspensos e processados, pagando, si forem julgados culpados, pelo juiz de direito do districto, com recurso para a relação, uma multa para o cofre municipal de 1:000\$ cada um.

Paragrapho unico. Este processo seguirá os tramites do de responsabilidade.

Art. 14. Si a verificação dos poderes não estiver concluida até o dia 7 de Janeiro do anno seguinte ao da eleição, a camara, cujo exercicio deve terminar naquelle dia, continuará a funcionar até que estejam reconhecidos os novos eleitos, vereadores e presidente.

Art. 15. Reconhecidos os poderes destes, a camara convida-los-á, por officios e por editaes, a tomarem posse, designando dia e hora, si não puder ella ter logar a 7 de Janeiro, á 1 hora da tarde.

Art. 16. No dia designado, reunidos no paço municipal os membros da camara cujo mandado expira, e os novos eleitos; aquelles, depois de approvada a acta de sua última sessão, nomearão uma commissão de cinco membros, para convidar seus successores a tomarem posse de seus logares; e, sendo elles introduzidos na sala das sessões, o presidente deferirá a cada um o seguinte juramento:

"Juro aos Sanctos Evangelhos desempenhar as obrigações do cargo de vereador da côrte e promover, quanto em mim couber, os meios de engrandecimento dêste municipio."

Art. 17. Empossados os vereadores, tomarão assento indistinctamente em suas cadeiras; feito o que, o presidente apresentar-lhes-á a lista dos tres cidadãos eleitos para presidente da nova camara, e convida-los-á a vo-

tarem, por escrutínio secreto, em um daquelles tres nomes para presidente effectivo, sendo proclamado o que reunir maioria de votos, e, no caso de empate, o que designar a sorte.

Paragrapho unico. Os dous restantes membros da lista serão os substitutos do presidente, segundo a ordem da votação, a que se procederá logo após a escolha daquelle ou como designar a sorte, si der-se empate entre elles.

Art. 18. O presidente e seus substitutos prestarão, incontinentemente, o mesmo juramento que os vereadores; e aquelle occupará sua cadeira especial, que será collocada no topo da mesa de sessões.

Art. 19. Constituida a nova camara, o presidente da que terminou seu tempo tomará a palavra para ler o relatorio dos trabalhos do quadriennio expirante, o qual deverá tractar de todos os actos da sua administração, especialmente dos que entenderem com as finanças municipaes, quer em relação á receita, quer em relação á despesa.

Art. 20. O nôvo presidente, terminada a leitura do relatorio de seu antecessor, designará cinco dos novos vereadores para accompanharem, até fóra do salão, os membros da camara que terminou seu tempo; e depois de ter marcado o dia para a reunião dos vereadores em sessão ordinaria, dará por findos os trabalhos do dia

CAPITULO III

Das attribuições da camara da côrte

Art. 21. As attribuições da camara municipal da côrte dividem-se em *proprias* e *delegadas*; sendo as primeiras inherentes ao poder que exerce como exclusiva administradora do municipio, e as segundas commettidas por auctoridades ou poderes estranhos.

Art. 22. Incumbe á camara, como attribuições proprias:

§ 1º. Administrar o patrimonio municipal.

§ 2º. Decretar e executar todas as obras e trabalhos municipaes, como sejam: despachamento das ruas e logradouros publicos, construcção de cáes e muralhas, abertura de ruas, de estradas e de praças, construcção de pontes, pontilhões e boeiros, abertura de fontes, aqueductos e chafarizes, aterros, desaterros e drainagens, alinhamentos e ni-

velamentos de ruas, praças e estradas, preparo de jardins publicos e arborização de ruas, praças, estradas e logradouros publicos, calçamentos, canalização d'agua potavel, de gaz de illuminação e esgoto para aguas pluviaes, para aguas servidas e para materias fecae; finalmente tudo o que fôr reclamado pela conveniencia pública e pelo decôro e ornamento da cidade e dos povoados do municipio.

§ 3°. Prover a tudo o que diz respeito á viação pública do municipio, não se podendo estabelecer systema algum de transporte e conducção, sinão por sua unica concessão.

§ 4°. Dar licença para qualquer obra particular, exigindo que todas sejam feitas de conformidade com as posturas, no que concerne á segurança da construcção, á belleza da fachada e ás condições hygienicas, não só em relação ao pé direito como ás accomodações internas.

§ 5°. Tractar activamente do embelezamento e do saneamento da cidade e povoados do municipio, ajardinando as praças, alargando, alinhando e arborizando as ruas e estradas, com direito pleno de desapropriação; e obstando, por acto seu administrativo, que se faça alguma obra de construcção nos limites dos povoados, sem que lhe sejam presentes e sujeitos á sua approvação o prospecto da fachada e a planta dos compartimentos, bem como sem que dê ella o alinhamento, ou arruação e o competente nivelamento.

§ 6°. Curar do asseio das ruas, praças e mais logradouros publicos, com especialidade das praias, fazendo a precisa limpeza, e prohibindo que se façam despejos e depositos de lixo e de materias organicas decomponiveis fóra dos logares que por ella forem designados.

§ 7°. Abastecer d'agua á cidade e povoados, fazendo, onde fôr preciso, a irrigação das ruas e praças; bem como prover da necessaria illuminação á cidade e mais povoados do municipio.

§ 8°. Demolir, ou fazer demolir, si não forem mais susceptiveis de reparo e reconstrucção, os edificios publicos e particulares, que ameacarem ruina, fazendo préviamente vistoria com intimação dos interessados.

§ 9°. Prohibir, na parte externa das casas particulares, nas ruas e logradouros publicos, tudo o que possa trazer perigo ou embaraço aos transeuntes e fôr contrário ao embelezamento da cidade.

§ 10. Construir, ou dar licença para construir mercados publicos, policiando-os e não permittindo monopolios, e atravessamentos a respeito de generos de primeira necessidade, que alli se exponham á venda, e mesmo em qualquer outro ponto do municipio.

§ 11. Licenciari os espectaculos, jogos, cafés e quaesquer outros estabelecimentos de recreio ou onde se reuna habitualmente grande número de pessoas, exigindo dos licenciados garantias efficazes da ordem, da moralidade e da hygiene.

§ 12. Prover a tudo o que entende com a alimentação pública, abrindo feiras, creando e permittindo que particulares creem matadouros, e regulando, sem influir sobre a liberdade de commercio, o mercado de todos os generos, de modo que garanta sua abundancia, barateza e boa qualidade.

§ 13. Proteger, quanto puder, o commercio, a lavoura e as industrias do municipio; estabelecendo premios, distribuindo modelos de machinas e mandando vir do estrangeiro garanthões, que melhorem as raças animaes do paiz, e sementes de plantas uteis, que não possuirmos.

§ 14. Curar da salubridade pública, prescrevendo em suas posturas regras de hygiene; marcando os sitios onde se possam fazer cemiterios, hospitaes, matadouros, theatros e outros estabelecimentos publicos e particulares onde se dêm ajuntamentos populares e de onde possam resultar males á saude e aos commodos da população; obrigando os particulares a esgotarem ou aterrarem os seus terrenos pantanosos ou alagadiços e a trazerem asseadas suas habitações, prohibindo: no centro dos povoados, fabricas nocivas á saude e depositos de materias inflammaveis; providenciando, enfim, sobre animaes damnhinhos, sobre ébrios e sobre loucos, que andarem vagando.

§ 15. Prescrever regras architectonicas para as construcções, de modo a haver, sem prejuizo da variedade, harmonia e belleza em sua perspectiva.

§ 16. Prevenir os incendios, não só pela remoção das materias inflammaveis, mas principalmente pela obrigação que deva impôr aos particulares de trazerem sempre limpas as chaminés de suas casas.

§ 17. Estabelecer casas de caridade para doentes pobres; asylos para mendigos; maternidades para parturientes sem meios; institutos para exame de amas de leite,

e salas de recolhimento para as crianças, filhas de pobres, passarem as horas do dia; enquanto seus paes estiverem no trabalho.

§ 18. Fundar escolas de ensino primario, a que prestará o maior cuidado, empregando os methodos mais convenientes.

§ 19. Prover á conservação das mattas e crear, na mais larga escala possivel, principalmente nas montanhas que cercam a cidade, plantação de florestas; provendo com o mesmo cuidado á regularização das pescarias e caçadas, de modo que se não colham peixes e caça no tempo de sua reprodução.

§ 20. Crear a policia municipal para o fim especial de velar pela execução de suas posturas e para garantir a segurança e commodos dos habitantes do seu municipio.

§ 21. Dividir as parochias em districtos, segundo as conveniencias dos povos, nomeando os respectivos escrivães, que servirão com os juizes de paz e com os subdelegados.

§ 22. Nomear e demittir livremente os empregados necessarios ao serviço municipal, cuja aposentadoria decretará, submettendo-a á approvação da Camara dos Deputados.

§ 23. Deferir juramento aos juizes de paz e chamar os immediatos a substituirem as vagas, de modo que nenhuma parochia ou districto esteja sem quatro juramentados.

§ 24. Levantar o cadastro do municipio como base segura para a decretação de seus impostos.

§ 25. Representar aos poderes do Estado contra os abusos das auctoridades e as oppressões que soffram seus municipios.

§ 26. Applicar a renda municipal como julgar mais conveniente, contanto que seja em misteres de interesse do municipio; fazendo, no fim de cada anno, o orçamento distribuido por verbas, para o anno seguinte; e prestando á Camara dos Deputados, todos os annos, conta minuciosa e documentada do que tiver gasto no exercicio vencido.

§ 27. Fazer contractos e concessões que versem sôbre serviços municipaes, não podendo rescindi-los nem cassa-los sinão pelos meios judiciaes.

§ 28. Exercer, finalmente, em toda a sua plenitude, o governo administrativo e economico do municipio, incluindo o direito de decretar os impostos municipaes, com a unica

restricção de submeter esse seu acto á approvação da Camara dos Deputados.

Art. 23. No exercicio de suas attribuições proprias, a camara é um poder público de cujos actos não haverá recurso ou appellação, sinão quando offenderem direitos de terceiros — o interesse público — e as leis do paiz.

Paragrapho unico. No primeiro caso, o offendido tem recurso para o poder judiciario; no segundo e terceiro, o recurso será para a Camara dos Deputados; entendendo-se, neste como em todos os casos em que a camara tenha de julgar ou de approvar actos e propostas da camara municipal, que serão considerados validos e approvados si na sessão do anno não fôr tomada definitiva deliberação.

Art. 24. Além do simples cidadão, nas questões de seu particular interesse, podem recorrer das resoluções da camara, nos dous ultimos casos do artigo precedente, qualquer habitante do municipio, os proprios vereadores e o promotor público.

Art. 25. As attribuições delegadas são, por sua naturpoderes legislativo e executivo; não podendo, contudo, commissões que sejam commettidos á camara por decretos dos poderes legislativo e executivo; não podendo, contudo, comprehender materia de character político.

Paragrapho unico. A camara póde declinar aquellas commissões, toda a vez que seu exercicio, directa ou indirectamente, envolve-la em questões politicas; ou quando fôr incompativel com a obrigação que lhe corre, de velar pela manutenção de suas attribuições proprias.

Nestes casos representará respeitosamente ao poder donde tenha emanado a disposição, recusando-se a acceitar a commissão.

CAPITULO IV

Do modo de administração. Das sessões

Art. 26. A camara municipal da côrte será dividida em tres secções: *deliberativa*, composta de todos os vereadores e do presidente; *administrativa*, composta do presidente e das commissões eleitas; *executiva*, composta do presidente, tendo sob sua immediata dependencia os empregados e agentes municipaes.

Art. 27. Incumbe á secção deliberativa:

§ 1°. Resolver sobre todas as questões de interesse do município, que estiverem comprehendidas nas attribuições da camara.

§ 2°. Resolver sobre as que a secção administrativa submeter á sua consideração.

§ 3°. Approvar definitivamente os projectos de posturas, os balanços para prestação de contas e os projectos de orçamentos, formulados pela secção administrativa.

§ 4°. Avocar a si e decidir qualquer negócio da laçada da secção administrativa ou da executiva, que tenha motivado recurso.

§ 5°. Tomar contas ao presidente das despesas feitas no exercicio, devendo suspende-lo e submete-lo a processo de responsabilidade, si reconhecer que excedeu qualquer verba do orçamento, ou que transferiu saldos de umas para as outras, sem sua prévia auctorização, ou, finalmente, que empregou dinheiros municipaes em misteres não comprehendidos no orçamento.

Art. 28. Incumbe á secção administrativa:

§ 1°. Resolver todas as questões de interesse particular que forem affectas á camara e o expediente.

§ 2°. Interpôr seu parecer sobre as geraes que a secção deliberativa tenha que resolver.

§ 3°. Formular projectos de posturas e dar parecer sobre as que forem apresentadas na secção deliberativa.

§ 4°. Confeccionar o balanço documentado da receita e despesa do exercicio findo, devendo apresenta-lo á secção deliberativa até o fim do mez de Fevereiro seguinte.

§ 5°. Organizar e apresentar até o fim de Outubro de cada anno o projecto de orçamento do anno seguinte.

§ 6°. Fazer propostas tendentes a melhorar os serviços municipaes ou a crear novos, sujeitando-os á approvação da secção deliberativa, e dar parecer sobre as que tiverem origem naquella secção.

§ 7°. Fiscalizar a fiel observancia do orçamento, pedindo creditos para despesas extraordinarias e eventuaes e propondo logo quaes as verbas donde se pôde tirar a quantia pedida.

§ 8°. Dar parecer sobre qualquer projecto de interesse público, quer apresentado por vereador, quer por particulares.

Art. 29. A secção administrativa compôr-se-á de quatro commissões; de dous vereadores cada uma, eleitos pela ca-

mara, na primeira sessão de cada anno, e do presidente desta, que é o presidente nato de todas as quatro; e são ellas: 1ª, a de fazenda, que se occupará com tudo o que entender com as finanças municipaes; 2ª, a de justiça, que se occupará com as questões relativas ás posturas, legislação municipal e policia; 3ª, a de administração, que se occupará com as questões de administração geral da camara; 4ª, a de instrucção pública, que se occupará exclusivamente dos negocios da instrucção a cargo da camara.

§ 1º. As resoluções desta secção, na parte em que tem o poder para decidir definitivamente, serão validas e produzirão seus effeitos, como si fossem tomadas pela camara, com excepção dos casos de recurso para a mesma camara e de não haver perfeito accôrdo entre os tres membros de cada commissão. Nestes casos a questão será affecta á decisão da secção deliberativa.

§ 2º. As commissões resolverão separadamente, cada uma sôbre os negocios de sua competencia.

Art. 30. Incumbe á secção executiva:

§ 1º. Dar prompto e fiel cumprimento ao que fôr resolvido pelas secções deliberativa e administrativa.

§ 2º. Apresentar á camara os planos e orçamentos das obras municipaes, que serão por ella propostas á mesma camara, de conformidade com o orçamento geral para as despesas do exercicio.

§ 3º. Exercer o direito de *vêto* a respeito de qualquer deliberação da camara, que julgar illegal ou prejudicial ao público; devendo convocar uma sessão especial, na qual fundamentará sua opposição.

Si a deliberação não fôr adoptada por dous terços da totalidade dos vereadores do municipio, o voto presidencial prevalecerá.

§ 4º. Prestar contas annualmente, em sessão que será marcada pela camara, com antecedencia de 15 dias, de sua gestão no exercicio encerrado, ou do último semestre.

§ 5º. Nomear e demittir *ad nutum* os empregados da camara, não podendo, porém, crear logares, nem mesmo de commissão, bem como augmentar vencimentos, ainda mesmo a titulo de gratificação, sem auctorização da camara, que é a competente para marcar o numero, categorias e vencimentos dos empregados municipaes.

§ 6º. Fornecer á secção deliberativa e á executiva os elementos precisos para o desempenho de suas funcções.

Art. 31. As sessões da camara serão públicas e terão lugar onde e quando fôr designado no primeiro de cada anno; devendo ser annunciada qualquer alteração que haja necessidade de fazer-se.

§ 1º. Qualquer resolução que não seja tomada em sessão pública, salvos os casos das que forem tomadas em vistorias e das tomadas pela secção administrativa, nenhum effeito obrigatorio terá.

§ 2º. As sessões ordinarias serão semanaes.

Art. 32. No dia e hora proprios, achando-se no paço municipal mais de metade dos vereadores, o presidente, ou em sua falta, qualquer dos substitutos, e na falta destes, o vereador mais velho dentre os presentes tomará assento no topo da mesa, assentando-se os vereadores indistinctamente em tórno della; e aquelle annunciará que vão começar os trabalhos da sessão por estas palavras — *Esta aberta a sessão.*

Art. 33. O presidente, depois de lida, approvada e assignada por todos os vereadores presentes, inclusive os que não tenham assistido á última sessão, a acta dessa sessão, designará a ordem do dia, que sujeitará, por partes, á discussão; dando a palavra aos que a pedirem na ordem em que o fizerem.

Art. 34. Esgotada a discussão de qualquer questão ou encerrada por proposta de algum vereador, o presidente sujeita-la-á á votação, dando seu voto em último lugar, mas sómente quando fôr preciso desempatar, caso unico em que terá o direito de votar.

Parapho unico. Os votos da maioria dos membros presentes ou daquelles por quem o presidente, no caso de empate, se decidir, constituirão a resolução da camara.

Art. 35. Depois de terminada a ordem do dia, ou mesmo antes, si a camara conceder urgencia, poderá qualquer vereador fazer propostas ou apresentar projectos sobre negocios municipaes; não podendo o presidente acceitar e menos ainda sujeitar á deliberação da camara: exposições, requerimentos, propostas ou projectos referentes a questões de interesse particular.

Parapho unico. Tambem não permittirá o presidente discussões sobre taes questões, salvos os casos do § 1º do art. 29.

Art. 36. Nas actas das sessões, que serão lavradas pelo secretario, sempre presente ás mesmas sessões, não

se tomarão discursos; mas simplesmente propostas, pareceres, projectos e declarações de voto, que sejam apresentados e subscriptos por seus auctores. No mais, far-se-á menção: dos assumptos sujeitos á discussão — da resolução tomada sôbre cada um — e dos vereadores que votaram pró e contra.

Art. 37. Si algum vereador sair da ordem, ou faltár ao respeito devido a algum collega, o presidente adverti-lo-á delicadamente; e, si não fôr attendido por duas vezes, convidá-lo-á a retirar-se; suspendendo a sessão si não fôr obediço.

Paragrapho unico. Si o mesmo vereador, em outra sessão, repetir o abuso, a camara suspende-lo-á pelo tempo que julgar conveniente, chamando para substitui-lo o cidadão mais votado dentre os que obtiveram votos em seu districto na última eleição municipal, ou seu immediato, si elle recusar e assim por deante, até que um daquelles acceite o convite; e no caso de não querer tomar assento nenhum do districto, chamará os dos districtos mais proximos.

Art. 38. Terminado o tempo da sessão, si não fôr prorogada a requerimento de algum vereador, ou esgotadas as materias que forem dadas para ella, o presidente dará fim aos trabalhos por estas palavras — *Está encerrada a sessão.*

Paragrapho unico. As sessões da camara começarão ao meio-dia e terminarão ás quatro horas da tarde.

Art. 39. A camara não poderá vender bens de seu patrimonio, nem contrahir emprestimo superior ao dobro de sua renda annual, calculada pela média dos tres ultimos annos, sem licença da camara dos deputados.

Art. 40. O cargo de vereador é gratuito, com excepção do presidente, que terá uma subvenção votada de uma vez pela Camara dos Deputados.

Art. 41. As actas e posturas da camara serão publicadas em um dos jornaes de maior circulação; bem como todo expediente das secções administrativa e executiva.

CAPITULO V

Da fazenda municipal

Art. 42. A fazenda municipal comprehende, além do patrimonio da camara, toda e qualquer renda que possa ella adquirir.

Art. 43. São fontes de renda municipal, além do que produzir o patrimonio, e do que resultar de donativos e joias por contractos, as seguintes, que constituem os impostos municipaes, desde já reconhecidos:

§ 1°. Licenças annuaes e especiaes para todo o negócio que se estabelecer em municipio.

§ 2°. Licenças annuaes para bancos, theatros e escriptorios.

§ 3°. Multas por infracções de posturas.

§ 4°. Imposto de sangue sôbre gado *vaccum*, suino e lanigero abatido para o consumo do municipio.

§ 5°. Aferição de pesos e medidas.

§ 6°. Arruação para determinar o limite entre o terreno público e o particular.

§ 7°. Locação de vehiculos e de quaesquer objectos que occupam o sólo, o sub-sólo e o super-sólo dos logradouros publicos.

§ 8°. Decima urbana.

§ 9°. Imposto de aguardente, vinho, licores e todas mais bebidas espirituosas ou fermentadas, que se venderem no municipio.

§ 10. Impostos chamados provinciaes que, pelo § 1° do art. 36 da lei de 3 de Outubro de 1834, passaram para a renda geral.

§ 11. Impostos sôbre terrenos baldios comprehendidos dentro da área da decima urbana.

§ 12. Imposto sôbre dividendos dē companhias com séde no municipio.

§ 13. Impostos de polícia concedidos á camara pela lei de 3 de Outubro de 1834 e que lhe foram retirados pela de 25 de Setembro de 1867.

§ 14. Imposto de carros, seges, carroças, concedido pela lei de 17 de Setembro de 1851.

§ 15. Imposto de canôas, botes, falúas, catraias e mais embarcações pequenas, postas a frete ou empregadas no commercio de seus donos.

§ 16. Imposto sôbre quitandeiros ambulantes ou estacionados em logradouro público.

§ 17. Fóros dos terrenos das sesmarias da camara e dos de marinha naturaes, accrescidos e mangues.

§ 18. Os direitos que percebe o Estado pela transmissão da propriedade locada no municipio neutro.

§ 19. Laudemios dos terrenos das sesmarias e de marinha, tanto naturaes como accrescidos, incluindo os de mangues.

§ 20. Imposto por tonelagem dos navios que carregarem no porto da côrte.

§ 21. Premios dos dinheiros depositados no cofre municipal.

§ 22. Rendimento das emprezas de *bonds*, quando reverterem ao dominio municipal, ao qual ficarão todos pertencendo.

§ 23. Emolumentos das repartições municipaes e multas administrativas.

§ 24. Multas policiaes, segundo o art. 56 do codigo criminal.

§ 25. Imposto de carimbo dos carros, carroças e mais vehiculos de conducção e transporte e das embarcações pequenas, com excepção das que só se empregarem no serviço domestico de seus donos.

§ 26. Multas dos jurados e outras estabelecidas na legislação geral.

§ 27. Enfim todos os impostos permittidos ás provincias.

Art. 44. A fazenda municipal gosará dos mesmos privilegios que tem a fazenda nacional.

Art. 45. O juiz dos feitos da fazenda nacional será tambem o dos feitos da fazenda municipal.

Art. 46. São revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 2 de Outubro de 1882. — *Bezerra de Meneses*.

1882

Projecto do senador J. da S. Carrão

ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL

A Assembléa Geral Legislativa decreta:

Art. 1º. As assembléas legislativas provinciaes, na primeira sessão periodica que seguir-se á promulgação da presente lei, elegerão um funcçionario que terá a denomi-

nação de prefeito, o qual terá nas respectivas provincias as seguintes attribuições:

1°. Executar e fazer executar as leis provinciaes e superintender os serviços provinciaes em todos os ramos da administração, inclusive os que se effectuarem por empresas, observando e fazendo observar as instrucções e regulamentos que o presidente da provincia tiver expedido.

2°. Nomear, suspender e demittir os empregados provinciaes na conformidade das leis.

3°. Superintender as camaras municipaes no exercicio de funcções que respeitem a interesses provinciaes e municipaes.

4°. Velar na execução das posturas e leis municipaes, e conhecer e julgar os recursos interpostos em virtude do art. 72 da lei de 1 de Outubro de 1828, quando versarem sobre o interesse provincial ou municipal.

5°. Nomear os officiaes da guarda nacional, exceptuados os que constituem os commandos superiores.

6°. Nomear tabelliães de notas e do judicial, e quaesquer escrivães dos juizos que exerçam funcções na provincia, exceptuados os que servem perante auctoridades policiaes e juizes de paz, que serão nomeados pelas respectivas auctoridades; egualmente nomear carcereiros.

Art. 2°. A força policial da provincia continúa sob as ordens do respectivo presidente, do qual o prefeito requisitará auxilio de força quando fôr preciso, e não houver força local creada enquanto fôr esta insufficiente.

Art. 3°. O prefeito exercerá funcções por quatro annos e começará o exercicio um mez depois da eleição.

Art. 4°. Na occasião da eleição do prefeito as assembléas elegerão tambem dous supplentes que entrarão em exercicio nos impedimentos do mesmo; e serão classificados pela ordem da votação que obtiverem, e, no caso de egualdade, serão classificados por sorteio.

Art. 5°. O presidente da provincia, logo que promulgar as leis provinciaes, e fizer publicar as leis municipaes e posturas, as enviará ao prefeito para execução.

Art. 6°. As assembléa provinciaes marcarão os vencimentos do prefeito e de seus supplentes quando em exercicio, organizarão a respectiva secretaría, separada da secretaría geral do presidente.

Art. 7°. O prefeito fará annualmente um relatorio dos negocios provinciaes e municipaes, indicando o seu estado

e as providências que se tornarem precisas, o qual remetterá ao presidente da provincia para ser por este presente á respectiva assembléa.

Ficam revogadas as leis em contrario.

Paço do Senado, aos 23 de Outubro de 1882. — *J. S. Carrão.*

COUSAS DE ANTANHO (*)

O conselheiro Prudencio Giraldes Tavares da Veiga Cabral, natural de Matto Grosso, formado em Coimbra, nomeado professor da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1829, após haver exercido varios cargos da magistratura, homem intelligente e erudito, celebrizou-se por exquizitices, não raro parecidas com accessos de insania.

Nas *Memórias para a História da Academia paulistana* registou o dr. Spencer Vampré varios casos daquella natureza.

O mais conhecido e caracteristico é o de seu casamento com a filha do director da Faculdade tenente-coronel doutor em leis José Arouche de Toledo Randon.

Celebraram-se as bodas festivamente. Findo o baile, recolheu-se a noiva á camara nupcial, mas o noivo, em sala proxima, entrou a passear agitado, exclamando: Cabral, que fizeste? Que fizeste, Cabral?

De repente, abriu uma janella, pulou para fóra, fugiu, nunca mais voltou, sem a menor explicação.

A noiva, por intermedio de seu pai, pessoa influente e de recursos, propoz acção de nullidade do inconsummado matrimonio.

A Sancta Sé julgou definitivamente sem effeito o acto.

Entre as muitas manias de Cabral, sobresahia a de embirrar com os nomes e as roupas de certos individuos, especialmente dos estudantes.

Aos que lhe incorriam no desagrado, por motivo do como se chamavam e da maneira de trajar, não poupava manifestações de antipathia que raiavam, por vezes, em revoltante grosseria ou injustiça.

Foi o que succedeu com Affonso Celso de Assis Figueiredo, o futuro presidente do Conselho de Ministros, visconde de Outro Preto.

(*) Este escripto é um annexo aos excerptos biographicos do visconde de Ouro Preto, publicados no volume 103 da *Revista*.

Pobre, desprotegido, viera elle de Ouro Preto a São Paulo, a cavallo, e arcara com difficuldades materiaes para prestar os exames de preparatorios, afim de matricular-se no curso juridico.

Faltava-lhe apenas o de rhetorica e poetica, quando adoeceu gravemente. Só lhe permittiu a enfermidade apresentar-se para aquella prova, no ultimo dia improrogavel. Presidia á mesa examinadora o conselheiro Cabral.

Ao chamar o examinando para tirar poncto, repetiu o professor com surpresa: Celso... Celso...

Depois, fitou-o com insistencia da cabeça aos pés e irritado gritou:

"De onde é você? — "De Minas Geraes", respondeu o interpellado.

"Pois então, seu caipirinha mineiro, você se atreve a usar o nome de Celso, um nome illustre, o de um grande medico da antiguidade, denominado o Hippocrates latino, o Cicero da Medicina, e o de um grande philosopho epicuriano, e ousa mais vir a exame com essa roupa que já foi preta e se tornou verde, roupa que é até um desrespeito á sciencia e á Academia... Não; não póde ser; retire-se, você não será examinado ou si o fôr será reprovadissimo".

Na verdade, a modesta indumentaria do moço accusava os irreparaveis ultrages do tempo e da viagem, nem abonava muito a alegancia dos alfaiates ouro-pretanos da época.

"Mas, senhor conselheiro, protestou o rapaz, falta-me sómente este exame... Tenha paciencia... Si eu não o fizer, perco o anno, o que será para mim enorme prejuizo..."

"Nada... nada..., bradou o conselheiro... Não cogite de formar-se. Outro officio... Rua, com esse casaco e esse nome intoleraveis..."

Desesperado, o estudante correu á Secretaria para entender-se com o director. Este saira e não voltaria. O caso era urgente, inadiavel... Que fazer?

Enfraquecido pela molestia, acabrunhado pela iniquidade do incidente, a victima caiu numa cadeira, chorando.

Passou então pela sala o conselheiro Silveira da Motta, professor de alto merito, cognominado o Motta cabeça.

Vendo aquella magôa, indagou-lhe a causa e promptificou-se a ir demover o conselheiro Cabral.

Mostrou-se este irreductivel, mas ante os argumentos e pedidos do seu collega, chegou a esta solução conciliatoria: "Em hypothese alguma, admittirei aquelle sujeito, mas vou-me embora, você me substitua..."

Assim se fez; o conselheiro Silveira da Motta presidiu ao exame, no qual o mineiro mereceu approvação distincta.

No quarto anno do curso, devia leccionar-lhe o conselheiro Cabral.

Compareceu receioso ao primeiro dia de aula.

Ouvindo-lhe o nome, o professor indagou: "Será o senhor o mesmo Celso do exame de rhetorica?"

"Sim, senhor conselheiro, o mesmo".

"E foi approvedo?"

"Naturalmente, bem como no 1º, 2º e 3º annos, sem o que não estaria aqui..."

"Pois fale então

"Sôbre o que? perguntou o quarto annista. — Nada ha explicado..."

"Sôbre o que quizer, quero verificar o que vale o senhor que aliás está agôra decentemente vestido."

E o alumno teve de improvisar uma allocução sôbre materia juridica que o lente ouviu attento.

Na aula immediata, repetiu-se a scena; antes da prelecção, o conselheiro determinou: "Sr. Celso, fale outra vez, desejo firmar o meu juizo."

O moço, que para evitar surpresa, se havia preparado, saíu-se ainda melhor que na anterior occasião.

Dahi em diante dispensou-lhe Cabral todas as attensões, a poncto de, indo elle reconhecido á casa do professor, este o receber na *sala dos viscondes*, sem presentir que o visitante seria tambem agraciado com esse titulo.

Eis a explicação da *sala dos viscondes*: Passando por São Paulo o visconde de Abaeté, procurou Cabral que o acolheu em modestissimo gabinete.

Abaeté, gracejando, disse-lhe: "Um homem como v. ex., senhor conselheiro, merecia ter esplendido salão." Cabral não respondeu; mandou, porém, mobiliar com luxo um dos aposentos do seu lar, dando-lhe a mencionada designação. Conservava-o rigorosamente fechada, só lhe descerrando a entrada deste, quando queria distinguir especialmente alguém, como fez com o Celso, com cujo nome tanto outrora implicara.

A molestia deste, acima alludida, fôra uma febre typhica que grassou epidemicamente em São Paulo.

Convalescia na sua pobre *república*, quando, certa manhã, lhe parou á porta uma bella carruagem, da qual se apeou, acompanhada de duas escravas, uma senhora que guardava, apesar de já velha, signaes de formosura.

Era a marquez de Santos, então casada com o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar.

Durante a epidemia soccorrera caridosamente numerosos enfermos, indo ve-los nos hospitaes ou no proprio domicilio.

Sabendo atacado do mal um estudante pobre, seu visinho, lá lhe foi á residencia.

Encontrando-o bem melhor do que esperava, limitou-se a ordenar ás escravas: "Arranjem-lhe a cama que está mal feita." Não contente com o serviço dellas, a ex-amada de Pedro I com suas mãos endireitou lençóes e travesseiros.

Horas depois, mandou uma cesta de fructas ao moço que informara lh'o haver o medico recommendado.

Restabelecido, indo o estudante agradecer a bondade, declarou-lhe a marquezia: "Estude bem, forme-se, distinga-se no paiz, — é unicamente o que desejo e espero.

Quando em 1867, ella falleceu, exercia elle o cargo de ministro da Marinha, conquistado por notaveis trabalhos no Parlamento, na imprensa, na administração provincial.

Sentou-se mais tarde, no Senado do Imperio, a par de Silveira da Motta que o salvara de Cabral.

AFFONSO CELSO.



Reforma administrativa e municipal

PARECER E PROJECTOS DO SENADOR AFFONSO CELSO

	Página
Aviso do Ministerio do Imperio nomeando uma com- missão para elaborar os projectos de reforma provincial e municipal	361
Introducção	366
Reforma provincial e municipal — Seus intuitos .	393
CAPITULO I — Convém alterar a actual divisão admi- nistrativa do Imperio ? E, na affirmativa, em que sentido ?	401
CAPITULO II — Cumprê alterar a actual organização das provincias ? Na affirmativa, como ?	405
Carreira administrativa	405
Elegibilidade dos presidentes	407
Conselho e agentes locaes auxiliares dos presidentes de provincias	413
CAPITULO III — E' necessario dividir o poder legislativo provincial em duas camaras ?	431
CAPITULO IV — E' preciso organizar o contencioso } administrativo provincial ?	435
Contencioso geral e provincial	a 438
Juizo dos Feitos da Fazenda	
CAPITULO V — Que attribuições faltam ao governo pro- vincial para que haja razoavel descentralização administrativa ? pags. 439 a	450

Provimento de empregos geraes	}	
Alçada das presidencias		
Magistratura de 1ª instancia		
Policia Judicial local		
Milicia municipal e parochial		451
CAPITULO VI — Reforma municipal	a	453
As camaras do periodo colonial		
Regimen da lei de 1 de Outubro de 1828		
Regimen do Acto Addicional		
Ideias geraes sôbre a reforma a realizar		
CAPITULO VII — Receita provincial e municipal		459
Necessidade de reformar-se o systema tributario		a
Practicas administrativas		462
CAPITULO VIII — Qual o meio practico de effectuar a reforma		463

Annexo

	Pagina
A) — Projecto substitutivo da proposição da Camara dos Deputados, n. 26, de 7 de Abril de 1864, alargando as attribuições das presidencias de provincia, e pendente do Senado	473
B) — Idem, idem ao de interpretação do Acto Addicional, apresentado em 1870	475
C) — Lei paulistana creando os prefeitos e suas instrucções	483
D) — Lei sul-riograndense creando uma commissão permanente da assembléa provincial e as razões de não sanção allegadas pelo presidente da provincia	489
E) — Projectos de reforma administrativa apresentados depois de 1848, a saber:	
1848 — Dos deputados Rodrigues dos Sanctos e Ernesto França	499
1850 — Do deputado J. A. de Magalhães Castro	500

1854 — Da secção de Fazenda do Conselho de Estado	501
1856 — Do deputado Candido Borges Monteiro. .	504
1857 — Do deputado Francisco de Assis Athayde.	507
1859 — Do deputado Sergio Teixeira de Macedo .	513
1859 — Dos deputados José Antonio Saraiva, Francisco Carlos de Araujo Brusque e Joaquim Jeronymo Fernandes Pinheiro	514
1860 — Do ministro do Imperio João de Almeida Pereira	515
1862 — Do senador Marquez de Olinda	519
1864 — Dos deputados José Antonio Saraiva, Antonio Alves de Sousa Carvalho e Aureliano Candido Tavares Bastos.	530
1864 — Do Deputado João Silveira de Sousa . .	
1867 — Do conselheiro de Estado José Antonio Pimenta Bueno	532
1869 — Do ministro do Imperio Paulino José Soares de Sousa	541
1869 — Do deputado João Mendes de Almeida .	585
1870 — Do ministro do Imperio Paulino José Soares de Sousa	585
1877 — Do deputado J. J. Ferreira de Aguiar . .	589
1879 — Do deputado João Silveira de Sousa . .	589
1879 — Idem, idem	591
1882 — Do deputado Adolpho Bezerra de Menezes.	594
1882 — Do senador J. da Silva Carrão	610
— Cousas de antanho.	

ALVARO ALBERTO

NO DIA DA MARINHA

Conferencia proferida a convite da Directoria do Club Naval, na sessão magna de 11 de Junho de 1929.

*A' memoria dos Brasileiros
e dos Paraguayos que heroica-
mente tombaram pela Patria, e
compartiram a gloria immorre-
doura de Riachuelo.*

*Ao Exmo. Snr. Contr'Almirante
ISAIAS DE NORONHA
com o meu reconhecimento pela
honrosa investidura com que me
distinguiu.*

I

Quando nos extasiamos ante a magnificencia do monumento que o genio grego esculpiu nas estrophes da *Iliada*, um traço sympathico e saliente captiva a nossa admiração: o mesmo poema que glorifica a Héliade, immortaliza Ilion.

Homero exalta a gloria de Achilles, o mais bravo dos gregos, sublimando o heroismo troyano, personificado em Heitor, que só tomba sob os golpes de uma deusa, Pallas Athenéa.

E Agamemnon, rei dos reis, encontra em Priamo um rival que chega a excedel-o na grandeza.

Quem penetra naquella cathedral da Arte e da tradição que é o Museu do Prado, em Madrid, depara, dentre tantas decantadas obras primas, a grande téla de Velasquez — A Rendição de Breda, — onde a magia do mestre da pintura hespanhola representa Spinola, o maior general iberico da época, felicitando cavalheirescamente a seu adversario vencido, Justinto de Nassau, pela heroica e longa resistencia, tão a custo superada.

E Alfredo de Vigny, na prosa palpitante das suas "Recordações de grandeza militar", relata num lance magnifico o elogio que Collingwood, o grande collaborador de Nelson e um dos maiores fautores da ruina do poderio napoleonico, fizera do gigantesco vulto guerreiro de Bonaparte, rendendo justo preito á "sua grandeza nas batalhas", á "certeza dos seus julgamentos", á "firmeza de suas ordens", como á "rapidez magica de sua execução".

O illustre marinheiro inglez, proclamando o genio militar daquelle a quem, por amor da Patria, devêra combater no mar, sem tréguas, voluntariamente prisioneiro do dever durante o resto dos seus dias, punha em maior relêvo a magnifude da propria causa.

Senhores:

Assim como a visão superna do artista estylisou no verso, na t la ou na prosa a auréola do vencedor entrelaçada   do vencido, a tradição deste Club commemora na eph meride de hoje, de par com a glória do Brasil, a glória do Paraguay.

Nenhum lustre teriam os nossos feitos d'armas, si não ter adas com emulos de valôr tão alto.

De modo algum a evocação dos nossos triumphos buscaria menoscar os nossos contendores de outr'ora e fraternaes amigos de hoje. Tampouco poderia interpretar-se como manifestação de espirito bellicoso contra quem quer que seja.

Seria violentar a nossa indole fundamentalmente pacifica e cavalheirosa; seria desmentir o t xto liberrimo da nossa Constituição e a letra sagrada dos nossos hymnos — que todos reflectem altisonantemente os nossos éstos de paz, liberdade e justiça — a suprema trindade das conquistas humanas.

Os fastos da Marinha são bastante insignes para que se repilla o mesquinho recurso   ascenção relativa, pela depressão alheia.

Celebrar feitos   sublimar exemplos que alevantam a alma e edificam o civismo; não   revolver, apenas, a “poeira” da Historia; commemora-los,   desmentir que “les morts vont vite”: não   fazer obra ingrata e negativa de odio, que nada constr e e nunca aliment mos.

E. W. Muniz Barreto resume com felicidade:

— A História não se escreve com fel.

Ainda o anno passado, o presidente deste club definiu autorizadamente os objectivos desta festa, como a commemoração do Soldado Desconhecido, na guerra contra o g v rno do Paraguai, desse soldado de terra como do mar, “que tanto   brasileiro, como poderia ser paraguaio”, “grande como o seu heroismo”, segundo as palavras do sr. Almirante Isaiaes de Noronha.

E Ignacio do Amaral, mestre tão charo   juventude da marinha, assim se exprimiu nesta tribuna:

“Evoquemos as glorias da jornada que hoje se commemora, numa recordação em que não se misturam odios, que não temos, nem aspirações, que jámais nutrimos.

Encaremos Riachuelo como a mais expressiva lição do nosso passado, sobre o decisiv  papel do poder maritimo na

vida dos povos que, debruçados sôbre o oceano, sabem viver, no espaço, mas com os olhos fitos no tempo."

Faz hoje dez annos, quando ainda fumegavam os escombros quentes da grande guerra, o Almirante Gomes Pereira, Ministro da Marinha e presidente do Club Naval, disse em definição desta solennidade:

"E' uma homenagem devida aos que tanto se elevaram servindo á Patria, aos que se sublimaram no cumprimento do dever; não é a commemoração de uma victoria com intuito de fomentar o espirito guerreiro. Esse não poderia ser o intento quando nossa politica sempre se orientou no sentido de estreitar os sentimentos de fraternidade americana; esse não poderia ser agora o nosso intento quando, terminada essa lucta em que os povos tudo sacrificaram, para defender o direito e a justiça; terminada essa lucta, a que com tanta propriedade um politico americano chamou "a maior guerra contra a guerra", nós estamos collaborando na constituição da Liga das Nações, que visa a paz duradoura, concorrendo para que cesse esse estado de incertezas em que todos viviam, procurando consegui-la pelo equilibrio das fôrças armadas.

Barroso e seus companheiros de jornada devem ser sempre lembrados, porque crearam a tradição gloriosa, que é o estímulo mais poderoso das organizações militares.

E bem razão temos para nos orgulharmos desses exemplos fecundos, que nos momentos opportunos encontram sempre imitadores.

Não faltam, felizmente, na nossa historia naval, vultos que se elevaram á altura dos que mais se têm realçado em outros meios. Em situações diversas e em epochas differentes, verificamos, estudando attentamente os factos, que os nossos marinheiros conservam, através das crises por que temos passado, as mesmas qualidades, o mesmo sentimento do dever, a mesma noção da honra militar."

Tal o poncto de vista que a razão nos suggere e a tradição nos aponta.

O culto dos nossos vultos historicos é a mais sadia fonte nutriz do sentimento patrio, intimamente dependente das inspirações do passado: o espirito generoso de Jaurès interpretava o conceito de patria, reunindo numa mesma formosa imagem, segundo observa Faguet, a fórmula de Lamartine á expressão de Nietsche:

"Estaes ligados a esta terra por tudo que vos precede e por tudo que vos ha de seguir; por aquillo que vos creou e

por aquillo que vós creaes, pelo passado e pelo futuro, pela immobibilidade dos tumulos e pelo balouçar dos berços”.

Henri Robert pôz num dos seus exordios eloquentes estas palavras:

“O verdadeiro patriotismo, dizia Fustel de Coulanges, não se poderia conceber, sem o conhecimento e o amor do passado, sem uma sorte de religião das recordações gloriosas, que constituem nosso patrimonio historico. Sómente assim se religam as gerações successivas, commungam num mesmo ideal de honra e se arraigam profundamente á terra natal.”

Abstraír da historia patria seria, até, renegar a nacionalidade.

E o próprio Miguel Lemos, apostolo intransigente da paz universal e que, com Augusto Comte, anathematizava toda guerra como attentado colectivo contra a fraternidade humana e profligava toda commemoração de batalhas posteriores a Lepanto, não confunde com o rubro culto mavoritico a consagração dos serviços de “um Osorio, de um Barroso, de um Marcilio Dias...”

“Estamos promptos a render preito á “bravura e ao civismo de quantos, nessa calamitosa quadra, tanto de um lado como do outro, souberam honrar o seu posto e cumprir com o seu dever, tal como este se lhes apresentava então...”

Ser patriota não é, como doutrinava Voltaire, “ser inimigo do resto dos homens”, como também não subsiste incompatibilidade alguma entre o ser patriota e o amar mais á propria familia e aos amigos, que a outros filhos de uma mesma patria.

Nenhuma razão se encontraria para, na mesma ordem de idéas, justificar esta outra extremada sentença voltairiana: “A condição humana é de tal ordem, que desejar a grandeza de seu paiz é desejar mal aos visinhos.”

Emilio Faguet responde a essa tiradã, com a propria arma que ambos tão dextramente manejam: as settas da ironia gauleza:

“Não sei, para dizer a verdade, o que seria o homem sem vontade individual de mando e sem vontade colectiva de poder. Creio que se tornaria por tal modo annullado, que alguma outra especie animal, tomando conta do govêrno do planeta, o domesticaria em pouco tempo.”

Nós, os filhos do Continente de Colombo, temos a plena consciencia da grandeza dos nossos destinos, e do quinhão que nos incumbe na suprema tarefa collectiva de trabalhar pela melhoria das condições da existencia humana; isentos do lastro de odios arraigados e retaliações dispersivas, de rixas latentes e de antagonismos chronicos, como de oppressões de castas — que tão fundo perturbam as velhas civilizações do glóbo, não podemos deixar de encarar como uma radiosa claridade estes conceitos de Sáenz Peña, dirigindo-se a Campos Salles:

“A America espera de nós alguma cousa mais que productos e riquezas materiaes: exige exemplos e demanda progressos espirituaes.”

“Seja a paz a consagração perduravel do nosso estado social e politico; seja a justiça o nosso ideal.”

O Brasil não tem fugido a esses altos principios: proclama-o o glorioso tratado de 30 de Outubro de 1909 sobre o cõdominio da lagõa Mirim, digno coroamento da obra do grande Rio Branco e que Ruy Barbosa classificou como um dos mais bellos gestos da nossa politica internacional; exemplifica-o o tratado de 22 de Julho de 1918, no momento de cuja assignatura, ao chanceller brasileiro Nilo Peçanha, disse Balthasar Brun, em nome do Uruguai:

“Vossa patria demonstra nos factos, mais uma vez... que os interesses egoistas não podem turbar o seu juizo equanime ou aparta-la dos principios de justiça na sua vida internacional”... “Oxalá... que a vida internacional da nossa America e do mundo se inspirem no mesmõ nobre altruismo que inspirou esta convenção.”

Collocandõ-sê sob a égide dessas esplendidas tradições brasileiras, cujo nível a nossa chancellaria vem mantendo, podemos livremente evocar as nossos glórias, sem eiva de chauvinismo e sem viso de infringir a solidariedade humana.

II

Senhores:

A festa symbolica de hoje é a glorificação da Marinha Brasileira, através da do maior dos feitos que ella consagrou nas aras do sacrificio, á intangibilidade da Patria.

E' a festa do fogo sagrado, que jámais se extingue na grande alma collectiva da Marinha, embora as suas flammæ espirituæes só se desvendem nos grandes momentos da nacionalidade.

E' muito mais o Dia da Marinha, que o dia de Riachuelo.

Vale, pois, rememorar a decisiva missão que ella tem desempenhado na positivação da nossa nacionalidade.

O descobrimento e a formação embryonaria do Brasil foram o episodio culminante e duradouro da epopéa incomparavel que as quilhas portuguezas traçaram através dos oceanos: esvaeceu-se a lenda do "mar tenebroso" e das aguas emergiu, radiosa como a gleba da Promissão, a nossa "terra, em tal maneira graciosa".

Com elegancia, Zenithilde Magno de Carvalho synthetisa: — "A historia da formação da nossa patria anda toda cheia de náos, fragatas e caravellas".

Vinda do mar, a civilisação se installou ao longo da orla oceanica: foi ahi sustentada pelo marinheiro. Veio depois a impulsão centripeta: o bandeirante paulista, super-homem da brasilidade e que já nascêra athleta armado em cavalleiro da conquista da terra do Brasil — segue o curso dos rios, escreve as paginas da cyclopica expansão do nosso hinterland: ao cyclo dos descobrimentos no mar procelloso, succede a éra do investimento do sertão bravio.

O colono e o vaqueiro o secundam no senharear a immensidão da patria virgem.

E o Padre, na sua missão sobrehumana, com a fôrça heroica da humildade, abranda a rudeza das gentes selvagens, e a selvageria dos civilisadores rudes, — ao dôce influxo da Fé — dessa fé cuja unidade, casando-se á do idioma, foi tão poderoso agglutinante da grande nacionalidade.

Anchieta personifica a união espiritual da patria nascente.

Emquanto o bandeirante vulnerava a linha de Tordezilhas, e a obra ingente da nossa expansão territorial enchia os seculos do XVI ao XVIII, e se vinha processando o admiravel esforço da colonização — que Saint Hilaire chama de "coragem quasi sobrenatural", já a nova patria sentia o aguilhão da cobiça estrangeira, que ella consegue repellar de norte a sul.

Surgem os nossos primeiros heróes, sagrados no campo de batalha: Vidal de Negreiros, Poty, Fernandes Vieira e

Henrique Dias revelam ao mundo a energia indomável do Brasil, que alvorecia.

Vêm os primeiros symptomas de adolescencia politica, isolados e ainda mal coordenados; e, depois, os anseios francos de liberdade, porém ainda frustros, si bem que gloriosos, encarnados na figura tutelar de Tiradentes, inexcédível padrão da grandeza moral da raça, e que havia de ser proclamado por Teixeira Mendes "o lábaro da nossa nacionalidade", "eterno modelo de dedicação cívica".

Compellido pela tormenta que Napoleão desencadeara na Europa, aporta ás nossas terras o rei depositario das tradições do throno lusitano: com elle se transplanta para o Brasil a mais illustre Academia Nautica da Terra, — a que era o prolongamento da legendaria Escola de Sagres, viveiro de onde os discipulos de D. Henrique partiram para escrever nos mares a epopéa do grande Seculo dá Navegação.

O Brasil, cujo progresso modorrava dentro do isolamento das suas fronteiras immensas, teve um surto consideravel: a abertura dos portos desafoga a nossa actividade e é, na expressão de Euclides da Cunha, "golpe sulcando a fundo todo o regime colonial".

D. João VI, um mediocre, diz o grande escriptor, foi um predestinado.

Ao som das correntes liberaes, que andavam transfigurando o mundo, accelera-se a emancipação do Brasil, catalysada pela propria influencia presencial do Rei portuguez, que, a golpes de bom senso, ia forjando o surgimento cultural do paiz e, consequentemente, predispondo-o melhor ao *self government*.

1808, 1815 e 1822 se succedem como termos de uma progressão, que não se verifica sómente quanto ao valor abstracto dos numeros, mas quanto á significação politica das datas.

Regressando o rei a Lisbôa, soube d. Pedro resistir ás tentativas de recolonização planejadas pelas côrtes, e, apoiado nas armas dos soldados brasileiros, chefiados pelo general Curado, e nos navios que eram fieis á causa da regencia, fez a declaração decisiva do "Fico".

A explosão patriotica de 1817, em Pernambuco, fôra uma generosa consagração dos anseios de autonomia e da sêde de liberdade em que ardiam as populações brasileiras. Afogou-a em sangue a autocracia regalista, mas o sacrificio heroico de padre Roma, de padre Miguelinho, de padre Tenorio, de Domingos Martins, André de Albuquerque e tantos

outros protomartyres da liberdade, exaltou na alma brasileira a chamma do civismo.

A dictadura real foi sacudida por esse abalo: acabou de abate-la a revolução de 1820 em Portugal.

José Bonifacio, segundo Teixeira Mendes, "o typo mais eminente da raça portugueza naquella tempo" e que tinha "apanhado em toda a sua plenitude o conjuncto do problema brasileiro", "preoccupava-se em salvar pelo menos a unidade da America portugueza".

E o grande Patriarcha, tendo escolhido a solução que melhor convinha aos seus elevados designios, preparou o advento do Imperio, que vinha consolidar a obra de dilatação territorial culminada na soberba elaboração diplomatica de Alexandre de Gusmão.

"A constituição do Imperio, como a planejou José Bonifacio, aprecia o eminente Apostolo republicano, correspondeu sufficientemente ás exigencias supremas da nossa especie naquella época." A Republica naquella momento apresentava "perspectivas alarmantes" para o patriotismo de José Bonifacio: a fragmentação do portentoso legado que cumpria a todo transe salvaguardar.

São do proprio José Bonifacio as seguintes palavras, proferidas no exilio:

"Sem a monarchia não haveria um centro de força e união e sem esta não se poderia resistir ás côrtes de Portugal e adquirir a Independencia Nacional."

Para servir a esse escopo dominante — a unidade e integridade da Patria, vae então surgir no scenario da Historia, como componente decisiva dos esforços emancipadores, uma força insigne — a Esquadra Brasileira.

III

A Independencia se consagrara no centro e no Sul, mas periclitava ainda na maior parte das provincias do Norte.

"Não havia — observa E. W. Muniz Barreto, secundando Oliveira Lima — outro meio de ir á Bahia, ao Maranhão, a Pernambuco ou ao Pará, senão transitando sobre as aguas, com o risco de encontrar a cada passo, aggressiva, a bandeira das quinas. Era, por isso, no momento, o problema mais serio, o da constituição da frota brasileira."

Tobias Monteiro, fazendo côro com a unanimidade dos chronistas, assevera reiteradamente: "A victoria dependia do mar". "Só por estar de posse do mar, Madeira continuava senhor da Bahía..."

Desde meados de 1822, o Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois Marquez de Barbacena, nosso representante em Londres, vinha insistindo perante José Bonifacio pela necessidade imprescindivel de fundar o nosso poder naval, afim de manter a solidariedade entre as provincias: ambos esses estadistas tiveram sempre a justa visão de que "da força naval dependia a União do Brasil".

Desfraldado o pavilhão do novo Imperio, que era o dos seus filhos, optaram pelo seu serviço numerosos officiaes portuguezes, como reinões tambem o eram, á principio, quasi todos os marujos que guarneciam os navios obedientes a Pedro I.

Muitos delles se bateram denodadamente pela causa brasileira, mas não era justo nem humano esperar que assim sempre agissem todos, combatendo os compatriotas de origem.

Duro foi o ensinamento da primeira expedição naval á Bahia, sob o commando leal do Almirante Rodrigo Delamare, levando a seu bordo o General Labatut, e forças de terra, que iam cooperar com os patriotas do Reconcavo Bahiano na lucta contra o general Madeira de Mello.

José Bonifacio, apprehendendo os varios aspectos do problema e a urgente solução consubstanciada nos alvitres do Marechal Brant, promove a creação da nossa Marinha, tanto quanto possível com gente nòssa.

Naquella época, tórrou-se possível improvisar uma esquadra, por issó que não havia differenças fundamentaes entre bellonaves e navios mercantès. Com o concurso destes, devidamente artilhados, e de navios de guerra que haviam pertencido á frota portuguezá, resolveu-se, com esforço notavel, o problema do material fluctuante, — a base physica da victoria.

A questão do pessoal foi solucionada com o contracto de chefes e marujos britannicos, experimentados nos prelios marítimos.

Mas havia outros problemas geraes a attender, e, entre esses, um de natureza condicionante: faltava o "nervo da guerra".

Abrem-se subscrições publicas. As Provincias, as Municipalidades angariam recursos, o Povo offerece suas

economias; Brant, para cobrir despesas com aquisição de material na Europa e com o contracto de officiaes inglezes, chega a se desfazer de suas joias e do restante dos bens de que dispunha: mas a collaboração dos bravos marinheiros inglezes nos é assegurada, e os navios são reparados e equipados.

Por indicação de Brant, José Bonifacio investe a Alexander Thomas Cochrane, conde Dundonald, no posto de Primeiro Almirante da nossa frota.

O glorioso chefe da nossa nascente esquadra trazia para a nossa causa o factor incontrastavel do seu prestigio e da sua nomeada, que se sommavam aos dos seus compatriotas que tambem vinham collaborar comnosco, como Norton, Thompson, Taylor, Sheperd, Kelmare, Cleare, Inglis, dentre outros. Anteriormente, ainda em fins de 1822, havia rumado aos mares do Sul a divisão naval de David Jewet, official da Marinha Norte-Americana ao serviço da nossa causa e quem primeiro commandou no oceano sob o Pavilhão Brasileiro.

Não nos fôra então dado escolher entre os nossos quem commandasse no mar: a Metropole punha todos os obstaculos á ascensão dos filhos da colonia, e praticamente não os havia nos postos de alto commando do Exercito e da Armada, quando foi da Independencia. No Exercito, apontava-se o marechal Xavier Curado, o bravo octogenerario que se opuzera a Jorge de Avilez.

Foram motivos analogos os que determinaram a collaboração de lord Cochrane e o recurso aos serviços do general Pedro Labatut, que tinha no seu activo boa messe de serviços de guerra nos Exercitos de França e nas luctas pela independencia da Venezuela.

A Armada contava como figura de relevo o capitão de mar e guerra Luiz da Cunha Moreira, brasileiro nato, ministro da Marinha durante a lucta da Independencia.

Os brasileiros eram, comtudo, muito numerosos nos primeiros postos da hierarchia e muitos delles vieram a avultar nos fastos nacionaes.

Afim de pôr em cerco as forças lusitanas que na Bahia recalcitavam, sob o mando de Madeira, em manter artificialmente a subordinação a Lisbôa, prepara-se a nossa esquadra, já sob a chefia de Cochrane, que solicita do governo

os recursos indispensaveis ao desempenho da sua magna tarefa: a esquadra, porém, não podia partir porque não havia como mantel-a; no entanto urgia a sua intervenção.

Antonio Carlos relata o suggestivo episodio:

“Quando Martim Francisco tomou conta da pasta da Fazenda o cofre geral..... estava sem numerario..... havendo apenas 4:000\$ e lord Cochrane necessitando de 20:000\$, foi Martim Francisco pedil-os, sob sua responsabilidade, por emprestimo, ao marquez de Jundiahy”.

E a esquadra partiu, constituida de 7 navios, para conter os seus 246 canhões contra os 400 que armavam as 13 unidades de Felix de Campos, que velejou ao seu encontro.

Cochrane com o capitanea corta a linha adversa, num gesto decidido; mas a victoria tactica não pôde ser consummada.

As guarnições reinóes, que ainda eram a maioria em varios navios, recusavam-se a hostilizar as náus que traziam o pavilhão da sua patria de origem. Era natural.

Felix de Campos regressa á Bahia e Cochrane estabelece o bloqueio das forças lusas.

João das Bottas, o improvisado guerrilheiro do mar, repelle heroicamente o temeroso ataque a Itaparica e mantém o adversario em constante sobresalto.

Cochrane, ao mesmo tempo que isolava por mar as forças lusitanas, preparava-se para reproduzir com brulotes as façanhas que haviam contribuido para a sua fama.

Felix de Campos faz uma sortida platonica, regressando ao porto sem ter alcançado nenhum objectivo militar.

Cochrane responde com uma “proeza que levou o panico aos arraiaes portuguezes”, na expressão de Tobias Monteiro: certa noite, penetra no porto da Bahia, por entre os navios portuguezes, afim de reconhecer-lhe *de visu* a disposição e enviar-lhes os brulotes incendiarios...

Hostilizado por terra e por mar, resolve Madeira retirar-se para Portugal, e embarca durante a noite, para evitar quanto possivel o encontro da nossa esquadra.

E no memoravel 2 de Julho, enquanto as forças de Lima e Silva, Barros Falcão e Felisberto Gomes Caldeira entram triumphalmente na cidade do Salvador, Cochrane se atira ao encalço da imponente frota de Felix de Campos, conseguindo attingil-a.

Investe e aprisiona uma forte divisão carregada de tropa de terra e que se havia apartado rumo aos nossos portos do Norte,

Sem perda de tempo e de propria iniciativa corre ao Maranhão, submete a força naval portugueza e a provincia, envia um emissario ao Pará, onde a situação era assáz delicada: sob a ardilosa ameaça da proxima vinda de Cochrane, é firmado em Belém o dominio imperial.

Por sua vez, Taylor, na *Niteroi*, avança isolado, sobre o comboio de Felix de Campos, e realiza a magnifica façanha que illustrou o seu nome.

Apenas 40 dos 71 navios retirantes conseguem afinal aportar a Lisbôa; dos demais, um incendiou-se e os restantes foram apresados e incorporados á nossa frota.

Nos mares platinos, com a victoria de Pedro Nunes sobre a divisão lusitana que apoiava d. Alvaro da Costa em Montevideo, se completa a quêda do poder naval portuguez em aguas americanas e, com elle, se apaga o ultimo traço do seu dominio colonial na America.

Em fins de 1823 a esquadra nacional havia assegurado, pela posse incontestada do mar, a cohesão territorial do Imperio Brasileiro.

São de Tobias Monteiro estas palavras, tão dolorosamente verdadeiras:

"Só não decahem no conceito da sua época os heróes mortos na peleja ou logo após o triumpho, sem haver tempo de apedrejal-os".

A sentença lembrada pelo historiador, para justificar a sua apreciação sôbre o balanço entre os erros e os serviços de Pedro I, se applica, pelo menos, com igual propriedade, a lord Cochrane, que teve das paixões da época, em vez do reconhecimento pelos seus immorredouros serviços, o trôco amargo dos vexames e até da diffamação.

Mas o nome de Cochrane hoje sobranceia em lugar de honra em nossas ephemerides navacs. O Almirante Henrique Boiteux documentou, eruditamente, num bello gesto cavallheiresco, a verdadeira figura moral do grande marinheiro, no que tem sido secundado com brilho por outros autores, como Annibal Gama, Lucas Boiteux e Muniz Barreto.

IV

A Marinha do Brasil ia ter em breve outra campanha a emprender.

Em memoravel conferencia (1917), assim fallou Assis Brasil:

“E no Sul que sentimos, desde os primeiros tempos da colonia e da independencia, o cálido contacto do visinho.

Foi para as bandas do Sul que se encontraram de preferencia as duas ondas conquistadoras da terra virgem, *res nullius* aberta ao primeiro occupante. Era natural, era inevitavel que as duas invasões, a portugueza e a hespanhola, dirigidas em sentido opposto, se chocassem e combatessem, com varia fortuna, até se apaziguarem sôbre uma linha neutra, como as correntes nos oceanos, como os ventos nos espaços”.

O imperio herdara da colonia, entre outras questões delicadas, a da incorporação da Banda Oriental á corôa portugueza — “annexação esteril”, como a chama Euclides da Cunha, — votada unanimemente, mas por uma assembléa convocada sob a occupação das forças luso-brasileiras (31 de Julho de 1821.)

Em 1825, levantam-se os Uruguayos: o Congresso das Provincias Unidas do Prata, buscando realizar um designio político delineado desde 1811, declara incorporada a Banda Oriental.

“E trava-se a mais ingloria das nossas guerras, numia successão de combates inuteis”, commenta Euclides da Cunha, que assignala, de relance, os encontros victoriosos da nossa Armada com a fôrça adversa.

A campanha naval da Cisplatina offereceu a particularidade de ferir-se num theatro de operações particularmente inçado de difficuldades, desde a insidia dos bancos que o abrolhavam, sem balisamento quasi, ás convulsões do N. E., do S. E. e dos pampeiros que alli se desencadeiam em furia.

A esquadra brasileira era a principio commandada pelo almirante Rodrigo Lobo, velho marinheiro, substituido mais tarde por Pinto Guedes, que, como seu antecessor, havia commandado no mar, chefiando forças navaes portuguezas que cooperavam com Nelson.

A frota argentina obedecia ás ordens de um heróe da sua independencia, William Brown, "irlandez de nascimento, mas profundamente arraigado aos destinos da patria adoptiva", ajunta Lucas Boiteux.

A campanha se resumiu num longo bloqueio ás fôrças argentinas, entremeado de pelejas que se estenderam do encontro de Corales, 14 de Janeiro de 1826, até o de 30 de Agosto de 1828.

Nelles se salienta a bravura de Marques Lisboa — futuro marquez de Tamandaré, de Norton, de Luiz Barroso Pereira, que morreu como um bravo, de João das Botas, já sagrado o heróe de Itaparica, Sheperd, tombado num desembarque mallogrado; Mariath, Joaquim José Ignacio — futuro Visconde de Inhauma, Diogo de Brito, Beaurepaire, Senna Pereira, Barroso, o futuro vencedor de Riachuelo, e tantos outros, que encontraram dignos émulos nos bravos, cujos nomes a história argentina justamente consagra como heróes nacionaes: Brown, Seguí, Thomaz Espora — o legendario commandante da 25 de Mayo, e mais tarde do *Ocho de Febrero* —, Parker, Rosales, Pinedo — o arrojado commandante da *Sarandí*, Clark, Ceretti e demais companheiros da jornada platina.

Dessa campanha basta descrever o epilogo, que assignala o tradicional cavalheirismo da alma marinheira. Assim o relata o commandante Lucas Boiteux:

"Nesse dia (o da ratificação da paz), a escuna de guerra *Sarandí* fazia-se de vela de Buenos Aires com a bandeira parlamentaria e approximava-se da nossa esquadra ancorada no largo. Transmittida a alviçareira nova, o vaso argentino desfraldou a bandeira do Imperio e saudou-a com 24 tiros, no que foi correspondido pela corveta *Niterói*."

E' que a *Sarandí* e a *Niterói* guardavam as mais celebradas tradições das duas Marinhas, e os bravos sabem ser nobres.

"Foi consideravel a influencia da esquadra no desenlace da guerra, diz Tasso Fragoso. Ella participa fraternalmente com o Exercito da glória de não havermos sido derrotados pelos adversarios dignos e pertinazes que nos enfrentavam."

A guerra tivera o mais glorioso dos desfechos, com o tratado de 27 de Agosto de 1828, que consagrou definitivamente a independencia da invicta Nação Uruguaya.

V

Na pacificação interna do paiz, que foi a obra complementar da formação autonoma, esteve sempre a postos a Marinha Nacional, no exercicio, ainda que por vezes doloroso, da sua missão unitiva.

Em 1824, os navios de Cochrane e Jewet foram os efficazes collaboradores do general Lima e Silva na reintegração das provincias sublevadas sob a "Confederação do Equador", que legou, contudo, á posteridade, de par com a legenda do sacrificio estoico de frei Caneca e de tantos martyres da idéa republicana, então demasiado precoce no Brasil, o gesto de energico patriotismo de Francisco Paes Barreto, morgado do Cabo e marquez de Recife.

"Inimigo irreconciliavel dos despotas, dos tyranos, dos oppressores natos do seu Paiz", diz Carolina Nabuco, citando Dias Martins, "Francisco Paes Barreto sempre soube discernir nas luctas em que se envolveu o lado do verdadeiro patriotismo. Em 1817, foi um dos chefes da grande revolução contra os oppressores portuguezes, e, em 1824, salvou a unidade nacional, fazendo frente á Confederação do Equador, que ameaçou desmembrar o Imperio".

Conta o seu biographo, padre Monte Carmello, que "não se contristou em saber da destruição de suas fazendas, nem quiz receber retribuição pelos gastos feitos para manter a tropa improvisada, com que batalhou pela unidade patria".

Quando, em 1831, o espirito nacional, sacudido pelo verbo de Evaristo da Veiga e alimentado pelo exemplo do liberalismo francez de 1830, fez o 7 de Abril, a Marinha comprehendeu a sua missão histórica e ficou com a Nação, no momento em que o monarcha, cedendo ao impulso conjugado do povo e da tropa sob o commando de Lima e Silva, respondeu á intimação de Miguel de Frias com o acto de abdição.

Em Pernambuco, no anno de 1832, na Abrilada, como em 1835; na Bahia em 1832 e 1837 na Sabinada; no surto republicano do padre Baptista Campos, que depois do desaparecimento desse apostolo da liberdade degenerou no doloroso drama da "cabanagem", que ensanguentou o Pará, de 1833 a

1836 — as forças da Marinha estiveram ao lado da pacificação nacional.

O mesmo occorreu em 1839, durante a repressão da triste "balaiada", no Maranhão, onde com Luiz Alves de Lima e Silva collabora Joaquim Marques Lisboa: dois filhos dilectos da glória, que mais tarde os havia de sagrar Duque de Caxias e Marquez de Tamandaré.

Na "guerra dos Farrapos", que foi o mais largo dos movimentos revolucionarios do Brasil, e caracterizado por um nobre ideal republicano, tambem cooperou a esquadra, na flotilha chefiada por Grenfell e depois por Mariath, para a confraternisação final, operada por Caxias.

Registre-se que, ao contrário do que asseveram alguns autores, a unidade do Brasil não era visada pelos admiraveis gauchos do legendario Bento Gonçalves, do nobre Canabarro, do inclito Domingos de Almeida e outros intemeratos chefes, dignos da collaboração de Garibaldi.

"Não penso exista na história patria, disse Alcides Maya, nenhum documento tão eloquente da fidelidade á idéa do Brasil *uno*, como o manifesto dos revolucionarios de 35: ... "Nós nos constituimos em provincia republicana, á qual se associarão todas as outras do Brasil..."

Dentre as causas da Revolução, constam do manifesto de 25 de Setembro de 1835, "as accusações calumniosas de quererem desmembrar a provincia do Imperio, feitas áquelles que em todos os tempos expuzeram suas vidas e verteram seu sangue em defesa da sua integridade".

Quando, em seguida ao combate do Seival e depois da proclamação da Republica por Antonio de Souza Netto, em Setembro de 1836, varias camaras municipaes erigiram a provincia em Estado independente, a camara de Piratinim accrescentava: "podendo ligar-se pelos laços de federação áquellas das provincias do Brasil que adoptassem o mesmo systema de govêrno e se quizessem federar ao novo Estado".

E, em plena culminação da Republica, Bento Gonçalves, dirigindo-se, como Presidente, á memoravel Assembléa Constituinte, dizia na sessão inaugural de 1 de Dezembro de 1842:

"...e se approxima o dia em que, banida a realeza da Terra de Santa Cruz, nos havemos de reunir por estreitos laços federaes á magnanima Nação Brasileira, a cujo gremio nos chama a Natureza e os nossos mais caros interesses".

Pela grandeza e elevação dos sentimentos que reflectem, vale bem illustrar esta resenha com alguns trechos dos mais expressivos documentos referentes ao termo da gloriosa jornada farroupilha. Assim proclamou David Canabarro:

"Um poder extranho ameaça a integridade do Imperio, e tão estolida ousadia jamais deixaria de echoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o theatro de suas iniquidades, e nós partilharemos da glória de sacrificar os resentimentos creados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil..."

"União, fraternidade, respeito ás leis, e eterna gratidão ao inclito presidente da provincia o illmo. e exmo. sr. Barão de Caxias, pelos afanosos esforços que ha feito na pacificação da provincia."

A nobre brasilidade gaucha encontra simile na do incomparavel Pacificador:

"Rio Grandenses!... Os irmãos contra quem combatiamos, estão hoje congratulados connosco..."

Uma só vontade nos une, Rio Grandenses! Maldição eterna a quem ousar recordar-nos das nossas passadas dissensões! União e tranquillidade sejam de hoje em diante nossa divisa!"

Para tratar a paz com Antonio Vicente da Foutoura, representante dos patriotas republicanos, Caxias designara a Osorio: e o termo feliz dessa longa campanha ficou ligado aos nomes dos dois maximos Soldados do Brasil.

Sinimbú, Ruy Barbosa, Assis Brasil, Alfredo Varela, Julio de Castilhos, Felisbello Freire, Homero Baptista, Alcides Maya, Fernando Osorio (pae e filho), Joaquim Osorio, Salis Goulart, e outras auctoridades nas letras patrias e na politica, evidenciaram a alta significação do movimento gauchinho, — bello até ao desfecho, quando os seus chefes sentem imminente a aggressão ao Imperio pelas tropas de Rosas e se declaram promptos a repellir, como brasileiros, a violação do solo patrio.

Ultimada a pacificação do Rio Grande, era o nome do grande Caxias abençoado pela patria, como o consolidador da obra da Independencia: o Exército Brasileiro, secundado pela Marinha, garantira a continuidade do Brasil integral.

VI

Unido e forte dentro da ordem, ia-se o Brasil avante-jando no surto da sua vitalidade magnifica, quando sobre-vêm novas complicações fronteiriças.

A situação platino-brasileira, em meados do seculo XIX, está limpidamente desenhada no Relatorio de Paulino de Souza, o chanceller brasileiro de 1852.

Pelo tratado de 25 de Dezembro de 1850, o Brasil se compromettera a promover o reconhecimento da independencia do Paraguay, pleitear a livre navegação do Paraná, e assegurar a independencia do Uruguay. O pacto de 29 de Maio de 1851 firmava uma alliança defensiva e offensiva entre o Brasil, o Uruguay e as provincias de Corrientes e Entre Rios, afim de defender a independencia do Uruguay.

Motivou este tratado a violação da soberania uruguaya pelo caudilho Oribe, aliado do dictador Rosas, e o Brasil assignou o convenio "acudindo ao appello que o Uruguay lhe fazia desde Fevereiro de 1850".

As tropas brasileiras de Caxias, com a alliança do Uruguay, penetram no Estado Oriental, ao mesmo tempo que uma esquadrilha, sob a direcção de Grenfell, entra em acção.

A 21 de Novembro de 1851, o Brasil assigna com o Uruguay e Entre Rios um pacto para combater a Rosas, que a todos mantinha em sobresalto.

"Durante o dominio de Rosas, explica o Visconde do Rio Branco, em 1862, sob o perigo das eventualidades com que elle nos ameaçava, o Governo imperial tinha tomado a peito, como interesse permanente do Imperio, a defesa da independencia da republica do Paraguay".

"Esforçando-nos por manter a independencia das duas republicas do sul, — diz a voz insuspeitissima de Teixeira Mendes, severo e intransigente crítico da politica imperial — o Brasil não attendia só a um tacanho interesse nacional: agia na direcção da evolução da Humanidade".

Para attingir este resultado final, a Marinha não havia deixado de contribuir com o seu tributo esplendido: sempre agindo de mãos dadas ao Exército, a flotilha de Grenfell força a passagem de Tonelero, defendida por Mancilla, e transporta as tropas do general Porto Alegre, que iam cobrir a passagem e junção de Urquiza ás demais tropas alliadas.

Monte Caseros — 3 de Fevereiro de 1852 — foi a esplendida vitória decisiva da boa causa, que era a da Triplíce Aliança, e assegurou os objectivos visados pelo Brasil, — a desoppressão do Uruguay e da Argentina e a livre navegação do estuario platino.

O illustre Sarmiento, pelo seu papel historico na construcção da grandeza argentina, avulta como eloquente testemunha do enthusiasmo com que o povo irmão victoriou a presença fraternal da tropa brasileira em Buenos Aires, a 18 de Fevereiro de 1852.

E em Maio de 1869, Sarmiento, presidente da Republica, investia a Osorio da cidadania argentina, como excepcional recompensa aos serviços prestados na gloriosa campanha cujo epílogo fôra Monte Caseros — onde o legendario regimento do grande chefe brasileiro conquistou impereciveis louros.

Pelo tratado de 12 de Fevereiro de 1858, negociado pelo visconde do Rio Branco, annue o Governo paraguay a declarar franca a navegação do rio Paraguay.

Em 1860, o Imperio attingia o seu ponto culminante, segundo Euclides da Cunha, confirmando Joaquim Nabuco: Euclides vê nas consequencias da “lei dos Circulos” manifestações do espirito republicano em ascensão, enquanto, proporcionalmente, a ideia imperial declinava.

Em Abril de 1863, Venancio Flores invade o Uruguay, cujo partido dominante reage.

Dos 40 e tantos mil brasileiros domiciliados na Republica, muitos se queixavam afflictivamente de violencias e agravos soffridos: era inteiramente inevitavel, e muitos se haviam immiscuido nas duas correntes em lucta.

O amor proprio brasileiro se achava então melindrado com os recentes casos da fragata ingleza “Forte” e dos salvados do “Prince of Wales”; a alma nacional procurava uma distensão.

Em 1864, com a abertura das Camaras, foi o govêrno levado a enviar a Montevidéo a missão Saraiva, afim de attender aos pedidos de garantia dos brasileiros.

Em face da exaltação dos animos, consequentes á questão Christie, “não se cogitou, diz Euclides da Cunha, que brasileiros torturados, amalgamando-se com as tropas de Flôres, haviam trocado a bandeira da Patria pelo poncho do caudilho. Eram, afinal, soldados de Flôres e o Govêrno Oriental, repellindo-os, não podia distinguil-os nas fileiras adversas”.

Procurando a collaboração dos ministros argentino e inglez, bem como de André Lamas, Saraiva envia sinceros e prolongados esforços para reconciliar Flôres com o govêrno oriental.

O presidente Aguirre propõe seja o conflicto resolvido por mediação; o govêrno imperial responde que isso importaria em procrastinar a difficuldade, "sendo ao contrario urgente providenciar em prôl da segurança da vida e da propriedade dos brasileiros domiciliados nos departamentos interiores", onde as perturbações se aggravavam.

Estava fracassada a intervenção amistosa de Saraiva.

A' entrega do *ultimatum* por Saraiva (4 de Agosto de 1864) e sua recusa por Aguirre (9 de agosto), seguiram-se as represalias da nossa esquadra, em aguas uruguayas, não contra o Uruguay, mas contra a facção que o governava.

O conflicto era o doloroso preludio daquelle "desvio na nossa historia", como o define Euclides da Cunha e que se delineava, embora explicada a nossa attitudo comminatoria, em face da exacerbação de animos, produzida pelas noticias dos attentados soffridos por patricios nossos.

A alliança de 12 de Outubro de 1851, que firmaramos com intuitos elevados, ia agora dar pretexto a uma intervenção que nos arrastaria a dolorosissima guerra, para a qual não estavamos de nenhum modo preparados.

Lopez, dictador do Paraguai, escudado no seu poderoso exercito e na sua frota fluvial nascente, que constituíam a mais numerosa força militar effectiva jámais existente na America do Sul, já interviêra na questão, offerecendo, em junho de 1864, a sua mediação, ao que Saraiva respondera declinando, por nutpir "as mais fundadas esperanças de obter amigavelmente do Govêrno Oriental a solução das mencionadas questões".

A 22 de Agosto, Saraiva assigna com o Govêrno Portenho uma declaração, segundo a qual a Republica Argentina reconhecia a situação de direito do Brasil, e ambos os paizes se comprometiam a cooperar para garantir a integridade, a independencia e a soberania do Uruguay.

A 30 de agosto, Lopez envia uma nota que significava uma verdadeira declaração de guerra.

Era o prólogo da maior lucta que já derramou no sólo sul-americano o sangue generoso de filhos de patrias irmãs.

O gabinete de 31 de Agosto assumiu o poder nesse momento historico. Coube-lhe "preparar os elementos de victoria para o Brasil, o que fez com um energico civismo, at-

testado pelo decreto dos Voluntarios da Patria”, commenta o insuspeito biographo de Benjamin Constant.

Do em que consistiu o seu immenso esforço, di-lo Tito Franco:

“Em cinco mezes apenas, o gabinete Furtado principou e conseguiu concluir a guerra no Estado Oriental, bem como pacificar aquella Republica da guerra civil, que ha tanto tempo a devastava... E attendemos sempre aos direitos e legitimos interesses dos neutros, respeitando a independencia e integridade do Estado Oriental, não effectuando uma só pñesa e não deixando um só oriental com direito a queixar-se da minima violencia por parte das nossas fôrças.”

O proprio Furtado, discursando no Senado, em 13 de Agosto de 1867, relata a brilhante tarefa que tivera de emprehender. O nosso exercito, que orçava por 15.000 homens, fôra elevado a 35.000, além dos voluntarios e guardas nacionaes, que aguardavam transporte para o Sul; a esquadra foi elevada a 45 navios, ainda que sómente 33 a vapor, com uma tripulação de mais de 4.000 homens. “Ainda com esses elementos, diz Furtado, foi aniquilada esquadra de Lopez na brilhante jornada de Riachuelo”.

Rôtas as relações com Aguirre, as fôrças de Menna Barreto e de Flôres expugnam Paysandú, secundadas pela flotilha de Tamandaré, depois de occuparem Mélo, a 16 de Outubro, e Salto, a 22 de Novembro.

A gente brasileira ennobreceu a victoria de 2 de Janeiro de 1865, com um gesto dignificante: de accôrdo com Flôres, todos os prisioneiros foram postos em liberdade.

Si Lopez, que ardia em desejo de se instituir em árbitro dos destinos sul-americanos, nutrisse realmente a intenção de intervir em soccôrro da soberania uruguaya, como proclamava nas suas célebres notas de 30 de Agosto, de 3 e 14 de Setembro e 12 de Novembro de 1864 — esta última contendo a ruptura formal de relações com o Brasil, — porque deixou de correr logo rumo do Uruguay, e, ao contrário, dirigiu o seu primeiro ataque em direcção opposta, invadindo Matto Grosso, onde sabia não estarem operando, nem haver fôrças brasileiras, sinão minuseula guarnição?

Este argumento irrespondivel, ouvimo-lo da auctoridade do sr. general Tasso Fragoso, na memoravel conferência que proferiu, a 24 de Maio último, sôbre “A glória militar de Osorio”.

A ruptura, datada de 12 de Novembro de 1864, só a 14 foi recebida pelo nosso ministro em Assumpção, que protestara

na vespera contra o aprisionamento, feito pelo vapor de guerra *Tacuari*, do nosso navio mercante *Marquez de Olinda*, que conduzia para Matto Grosso o governador Carneiro de Campos.

A 15 de Dezembro, parte de Assumpção e a 27 ataca inopinadamente o forte de Coimbra, uma expedição paraguaya, de 13 navios e de mais de 4.000 homens, chefiados por Vicente Barrios.

155 brasileiros dentro daquelle forte, auxiliados pelo minuscuro vapor *Anhambahi*, resistiram com denodo espartano durante dois dias, escrevendo a legenda heroica de Hermenegildo Porto Carrero, Balduino Aguiar e tantos outros. Estava iniciada em Matto Grosso a resistencia brasileira, que devia sagrar general um invicto paisano — Couto de Magalhães, e immortalizar os soldados chefiados por Antonio Maria Coelho (Barão de Amambahy).

E estava consummada a aggressão.

Cumpria ao Brasil defender a sua dignidade e o seu sólo.

A 27 de Janeiro de 1865, o visconde do Rio Branco, em nome do govêrno imperial, dirige ao mundo civilizado um manifesto definindo os antecedentes da questão e a attitudo do Brasil, e deixando explicitamente consagrado: "O govêrno de S. M. não confundirá a Nação Paraguaya com o govêrno que assim a expõe aos azares de uma guerra injusta."

Por essa época, do fundo das masmorras de López, certamente fazia amargas reflexões o inditoso governador prisioneiro, lembrando-se de que, embora militar, combatera na Camara, como representante da Nação, a 18 de Março de 1864, um projecto visando ligeiro augmento do nosso Exército.

Outro "não duvidou declarar, — lembra o Visconde de Ouro Preto, — que daria graças á Providencia si visse arder o último navio da esquadra brasileira".

Note-se que isso se passara a 8 de Junho de 1864 e a 17 do mesmo mez López fazia a primeira intervenção na questão uruguaya.

Iniciada a lucta, declara neutralidade o govêrno de Buenos Aires.

Não obstante a bella attitudo do illustre Mitre, oppondo formal negativa ao insensato pedido de passagem de forças através da provincia de Corrientes, López manda pelas tropas de Robles invadir o territorio neutro, e aprisiona de surpresa um navio mercante argentino e, logo após, dous de guerra.

O resultado desse erro foi a patriótica aliança de Urquiza, o chefe de Corrientes, ao seu adversario politico, o presidente Mitre e, sobretudo, a entrada da Confederação Argentina no conflicto, assignando o Tratado da Tripliee Aliança, com o Brasil e o Uruguay, elaboração diplomatica que Francisco Octaviano, com razão, considerava a sua obra prima.

VII

Da nossa armada, os dous melhores navios não podiam subir o Paraná.

Ao todo, poderiamos oppôr pouco mais de 70 á centena de canhões dos navios de López, que estavam senhores dos rios.

A 5 de Abril de 1865, agindo de accôrdo com as instrucções do ministro da Marinha, Silveira Lobo, o chefe das nossas fôrças navaes, Tamandaré, manda subir o Paraná a divisão de quatro navios, commandada por Secundino Gomensoro, cujo objectivo era o bloqueio fluvial.

A 20 de Maio, ao assumir o almirante Barroso o commando da fôrça bloqueadora, compunha-se esta de 11 navios, que tinham a bordo a brigada de infantaria do commando de Bruce.

O general argentino Paunero, sustentado pelo fogo de nossa esquadra, ataca e occupa, a 25 de Maio, a cidade de Corrientes, mas regressa com a approximação do grosso das fôrças de Robles, e vae desembarcar rio abaixo.

López sentia que a progressão de Robles importaria no seu isolamento pela nossa esquadra, que lhe ameaçava os flancos e lhe cortaria a retaguarda, enquanto permanecesse senhora dos rios.

A conquista dos rios era-lhe, pois, uma medida preliminar e indispensavel á consecução dos planos aggressivos.

Dahi o ataque á nossa flotilha, em 11 de Junho.

Reunindo a sua esquadra em Humaitá, López dirigiu-lhe pessoalmente uma proclamação e concitou-a e os seus soldados do temeroso batalhão de abordagem a "não matarem todos os prisioneiros, levando-lhe vivos alguns". "Ide e trazei-me os navios brasileiros", ajuntava o dictador.

Evoquemos apenas os lances mais heroicos e os traços mais salientes da épica jornada de Riachuelo.

Nove navios da frota brasileira estavam fundeados, mas vigilantes, proximo á margem direita do Paraná, tres leguas a jusante de Corrientes.

Na margem opposta e um pouco abaixo, em frente á ilha Palomera e aos bancos e ilhotas que a circumdam, deságua um modesto arroio — um “Riachuelo”, como tantos outros naquellas paragens.

As barrancas do Paraná, acima e abaixo do pequeno delta do Riachuelo, haviam sido habil e occultamente guardadas por 22 canhões e pelos 2.000 fusileiros do coronel José Bruguez, que assim ficava a cavalleiro do estreito passo obrigatorio entre a fóz de Riachuelo e a ilha Palomera.

Pela manhã de 11 de Junho de 1865, a frota paraguaya, sommando oito vapores e seis chatas a reboque, é assignalada ao norte, e desce o rio a toda fôrça.

A nossa esquadra se apresta para o combate.

Trocam-se as primeiras saudações a bala. Mas a esquadra de Pedro Meza passa de largo e desce sempre, estando o pavilhão do chefe arvorado na *Taquari*, serra-fila.

Parecia querer evitar o combate e proseguir em busca de algum objectivo ignoto.

Barroso investe no seu encalço, seguindo na vanguarda da fila a *Belmonte*.

A frota paraguaya, contramarchando junto á fóz do Riachuelo, acceita ahi o combate. Tal o plano de López e Meza: attrair os navios adversarios para batê-los com o auxilio de Bruguez, no apertado canal em que os navios brasileiros, além de varridos pelo fogo das barrancas, estavam mais sujeitos a encalhe.

Joaquim Francisco de Abreu, na *Belmonte*, se distancia e affronta sósinho o fogo do adversario, enquanto o restante da nossa esquadra se detem na linha, ante a immobilização da *Jequitinhonha*, do commando de Joaquim Pinto, colhida na insidia de um banco e onde o chefe Gomensoro tinha o seu pavilhão.

Barroso, que mantivera a capitanea como serra-fila para se oppôr a que a esquadra adversa voltasse rio acima, vendo que ella acceitava o combate, ordena a alguns de seus navios acompanhem a heroica *Belmonte* e com elles investe o canal.

A legendaria *Amazonas* ostenta então aquelles celeberrimos signaes, que vêm symbolizando, através do tempo, o apello confiante da patria nos momentos difficeis e a firme convicção da victória pelo esforço colectivo dos seus filhos.

A *Jequitinhonha*, encalhada debaixo da bateria de Brueguez, bate-se contra tres navios, que a hostilizam, e consegue, com galhardia, repellir a onda rubra da abordagem.

Lima Barros morre como um bravo, e como bravos pagam o seu tributo de sangue Gomensoro, Freitas, Lacerda e Castro e Silva.

A *Iguatemi*, que accorrera em auxilio da *Jequitinhonha*, supporta com ella o fogo convergente das baterias de terra e de alguns navios paraguayos.

O seu valoroso commandante, Macedo Coimbra, cae ferido, e o intrepido immediato Oliveira Pimentel, que o substitue no passadiço, é fulminado por uma bala, que lhe decepca a cabeça.

Adeante, é a *Parnahiba* que resiste á abordagem: lutando contra o *Paraguari*, o *Salto*, e o *Taquari*, ella não cede. Mas o *Marquez de Olinda* (ex-brasileiro) intervém e reforça o ataque.

Brasileiros e paraguayos ostentam ahi o paroxysmo da bravura.

Em defesa da bandeira, o guarda marinha Greenhalgh abate um official paraguay, que o intima arria-la, mas cae considerado sob os golpes dos assaltantes, envôlto nas dobras do pavilhão nacional.

Era a mortalha da glória.

Felizes dos que souberem conquista-la!

O tenente do Exército Andrade Maia empunha com a outra mão a espada que lhe tombara com a dextra decepada, e luta até cair sem vida.

O commandante Garcindo de Sá e o immediato Rodrigues Chaves dirigem a defesa titanica.

Marçilio Dias, o marinheiro predestinado — alma de espartano em corpo de negro, segundo a expressão enthusigsta de Fernando Osorio — luta sósinho contra quatro assaltantes, dos quaes derruba dois, e tomba mutilado pelos sahes dos demais.

Celebrando o seu heroismo, delle devia dizer mais tarde Damasceno Vieira:

Passaste do convés da "Parnahiba"
Para a vida eternal da nossa história.

Pedro Affonso Ferreira, capitão do Exército, que já se distinguira na tomada de Corrientes, luta como um gigante, e dá á Nação o sacrificio de sua vida.

A *Parnahiba* ia succumbir sob o sabre da abordagem, quando Barroso, que animava e dirigia a batalha, vem com a *Mearim*, de Elisiario Barbosa, e a *Belmonte*, de Abreu. em soccorro dos nossos, — e é libertada a *Parnahiba*.

A *Beberibe*, onde Bonifacio de Sant'Anna affronta impávido o perigo e a *Araguari*, de von Honholtz, modelo de lúcido destemôr, a *Ipiranga*, de Alvaro de Carvalho, que dirige o combate do seu leito de inferno — tomam parte activa e efficaz na peleja, investindo e atacando os navios e as chatas de López e respondendo ao fogo das barrancas.

A *Belmonte*, com incendio a bordo e 37 rombos no costado, ameaça ir a pique: o indomito Abreu, para salva-la, aprôa a um banco. No seu passadiço tombara morto Teixeira Pinto, e Abreu e o pratico Pozzo estavam feridos.

Elisiario, na *Mearim*, corre em soccorro da *Belmonte* e volve ao combate: trazia no convés, inanimado, entre outros, o bravo guarda-marinha Torreão.

A lucta estava ainda indecisa e os Paraguayos resolvidos a não recuar.

Barroso vae então executar a sua manobra, decisiva na genial simplicidade:

"Subi, relata o grande chefe, e a minha resolução foi acabar de uma vez a esquadra adversa".

Investe resolutamente com a prôa do *Amazonas* contra o *Jejuhi*, que não resiste e sossobra; repete a mesma tactica contra o *Marquez de Olinda* e depois contra o *Salto*. Do mesmo modo afunda uma chata.

Estava rompido o equilibrio a nosso favor. Era a vitória.

Barroso, no gesto largo com que se expuzera no passadiço da *Amazonas*, tinha esboçado o vulto central da tēla de Victor Meirelles e havia modelado a propria estatua, que algumas decadas mais tarde Correia Lima fundiu no bronze.

O bravo chefe paraguayo Meza conseguiu retirar-se rio acima no *Taquari*, seguido do *Igureí*, do *Iporá* e do *Pirabebé*, todos fundamente avariados.

Meza, mortalmente ferido no seu posto, succumbiu dois dias depois, em Humaitá, tendo recebido, em vez do reconhecimento á sua heroica conducta, a amarga sentença de Lopez.

Muito menos inditoso foi, sem dúvida, o commandante Robles, que, gravemente attingido no seu posto de honra, no passadiço do *Marquez de Olinda*, morreu entre o confôrto e

a assistência dos brasileiros, ao passo que o seu illustre irmão, o general Robles, foi mais tarde fusilado por seu chefe, sob um pretexto inacreditavel.

Os bravos commandantes Ortiz, no convés da *Iporá*, e Alcaraz, no do *Salto*, caíram mortos no cumprimento do seu dever.

A maior gloria dos brasileiros está em se terem batido victoriosamente com bravos taes.

São de Ouro Preto estas palavras:

“Os paraguayos, por sua parte, pelejam com uma coragem inexcédível. Não é só o desprezo da morte que ostentam, senão o desejo de consegui-la como heróes.

Com uma tenacidade céga, arremessam-se á abordagem de quantos navios se avisinham nas diversas peripecias do combate.”

A repercussão dessa victoria foi immensa e a sua influencia decisiva sôbre o conjuncto da durissima campanha.

Ella deu ás forças alliadas, no scenario fluvial, todas as vantagens decorrentes da supremacia naval e consagradas magistralmente por Mahan, no seu celebre estudo a respeito da “Influencia do poder maritimo sobre a historia.”

A evolução dos povos assignala, através do tempo e do espaço, a significação dominante da superioridade naval: lembremos, de relance, que, por duas vezes, em Salamina e em Lepanto, jogou-se no mar a sorte da Occidentalidade.

No esforço do homem para senhorear o elemento fixo, a Terra, não lhe tem bastado o dominio do Fogo; tem-lhe sido indispensavel a sujeição das Aguas, como, de agora em deante, a supremacia do Ar.

Quanto a Riachuelo, nenhum testemunho mais autorisado que o do grande Osorio, quando disse, em officio a Tamandaré: “Eu tenho profunda convicção que a Marinha salvou a causa da Alliança em 11 de Junho.”

Esse julgamento é nobre simile do assêrto que o legendario Grant gravou em suas Memorias, sôbre a collaboração da esquadra do invicto David Porter, naquella outra asperima peleja, — que, se não estrugiu entre patrias irmãs, campeou entre ermãos da mesma patria, — e que, sob tantos aspectos, se assemelha ao prelio do Paraguay, — a guerra de Seccessão americana:

“Sem ella (a marinha), não se poderia levar a cabo a campanha, ainda com o dôbro da gente que a concluiu. Pela

maneira como (a campanha) se effectuou, não havia meio de acaba-la victoriosamente, sem esse concurso."

Raul Tavares, em bella synthese historica, commenta: "O combate fluvial do Riachuelo não tem paralelo nos annos da historia naval. Elle é unico na especie, é só na acção, é isolado nas circumstancias especiaes, porque não foi um simples encontro entre navios, manobrando sob a vontade do homem, em que podessem escolher posições vantajosas, formaturas tacticas, racionais... Houve decisão, houve vontade de vencer e principalmente houve homens, no significado másculo da especie."

Bartholomeu Mitre disse a Fernando Osorio que a mais importante operação da campanha foi o Passo da Patria. Esse feito memoravel, mais que nenhum outro, fôra condicionado pelo dominio dos rios, decidido desde Riachuelo.

De nenhum modo esta apreciação incidiria numa reivindicação exclusivista das honras da campanha, o que seria injusto e errado.

No correr desta, como em todas as causas nacionaes, ás acções da Marinha e do Exército foram sempre harmonicas e complementares.

E em Riachuelo, mesmo, sagrou-se essa fraternidade de armas, quando sobre o convés da *Parnahiba*, ao lado de Greenhalgh, tombava Pedro Affonso, e o sangue de Andrade Maia e do cadete Alves Pacheco corria com o de Marcilio Dias, irmanados todos num mesmo halo de gloria.

Senhores:

Muitos foram os bravos que nesse dia conquistaram immorredouro renome; mas não foram sómente os que trocaram a vida pela gloria, que a alcançaram.

Além dos chefes e commandantes, cujos feitos referimos, outros nomes se inscreveram no relicario das aureas tradições da marinha. Fôra longo enumera-los todos; seja-nos, porém, permittido recordar alguns, como homenagem a todos:

Theotonio Brito, capitão de bandeira; Pompeu Cavalcanti, Miguel Pestana, Delphim de Carvalho, Carlos Frederico de Noronha, Julio Cesar de Noronha, Ignacio Silva Coutinho, o practico Gustavino, Alves Barbosa, Nogueira de Lacerda, Castro e Silva, Rodrigo De Lamare, João Duarte, Pereira Pinto, Gomes dos Santos, Francisco Rollim, Alvarim Costa, Filinto Perry, José Candido Guillobel, Bueno Brandão, Antonio Maria do Couto, aos quaes se juntam os nomes daquelles a quem incumbia a divina tarefa da cura do espirito ou do

corpo, os capellães padre Diniz e padre Conceição e os cirurgiões Manuel Joaquim Antunes, Joaquim Saraiva, José Pereira Guimarães..., sem falar nos bravos da Brigada de Bruce, Clarindo de Queiroz e demais camaradas do Exército.

Elles bem mereceram da nossa Patria.

Daquella phalange de heróes, um unico commandante sobrevive, como si o destino que o poupára no fogo da guerra, quizesse rouba-lo á emboscada dos annos, para receber da propria História a palma da immortalidade.

Antonio Luis von Hoonholtz, barão de Teffé, que dera á Patria a radiosa galhardia da sua mocidade, recebe em troco a commovida gratidão e o respeito unanime que cercam a sua nobre e veneranda figura encanecida, viva personificação do nosso passado de glórias.

VIII

Riachuelo, si fôra a chave que abrisse as portas da vitória, longe estava, infelizmente, de fechar o cyclo da guerra.

Ainda vem depois longa fila de episodios memoraveis.

Baixando as aguas do Paraná, a esquadilha tem que descer o rio.

Na passagem de Mercedes, sob o fogo da artilharia de Robles, é mortalmente ferido Bonifacio Sant'Anna, commandante da *Beberibe*; forçando o passo de Cuevas, succumbem o guarda-marinha Candido, Nascimento e o alferes de voluntarios Barbosa Leal. Nesse lance se distingue a canhoneira argentina *Guardia Nacional*, cujo heroico commandante, Muratori, tomou elle proprio a roda do leme, cujos timoneiros haviam sido dizimados.

Para a rendição de Uruguaiana, a 18 de Setembro de 1865, a Marinha, pela mão de Tamandaré, levou o seu concurso, na flotilha que transportou tropas e que completou pelo rio o cerco executado pelo destemeroso chefe das luctas do Piratinim, David Canabarro.

Emquanto os exercitos alliados começaram a penosissima marcha para o Alto Paraná, as 10 pequenas canhoneiras de Barroso, ao mesmo rythmo, foram subindo o rio.

O completo desconhecimento, por ausencia de cartas como de praticos, daquellas aguas, em que o perigo traiçoeiro dos bancos se aggravava com uma vasante excepcional, impedio que a força naval se oppuzesse á retirada das forças

de Lopez, que em fins de Outubro haviam habilmente repassado o rio.

Com a cheia, suspendia de Corrientes, em 16 de Março de 1866, e "abeirava-se das plagas paraguayas a força naval mais imponente que já se constituiu na America do Sul", diz o visconde de Ouro Preto.

Eram os nossos quatro primeiros couraçados, *Brasil*, *Bahia*, *Tamandaré* e *Barroso*; 13 canhoneiras, cinco avisos e 12 transportes, alinhando ao todo 110 canhões.

Esse bello conjuncto era a consagração do magnifico esforço do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, dirigido por Lamego Costa, depois Barão da Laguna, e secundado brillantemente por Level e Braconnot, chefes das construcções navaes e de machinas, e Henrique Baptista, artilheiro e chimico.

O commandante da esquadra, Tamandaré, tinha como chefe do Estado Maior o Almirante Barroso.

Silveira da Motta (depois Barão de Jacaguay), von Hoonholtz (depois Barão de Teffé) e Cunha Couto executam, muitas vezes sob o fogo do adversario, a exploração hydrographica do rio, para tornar possiveis os movimentos da esquadra.

Nesse interim, o forte de Itapirú e as chatas de Lopez, cosidas com a barranca, ao lume d'agua, iniciam duro bombardeio aos nossos navios.

A bordo do *Tamandaré* succumbem no seu posto Francisco Vassimon, Accioly de Vasconcellos e Ignacio Silveira.

Gravemente feridos cahem José Victor De Lamare, Dionysio Manhães Barreto e Mariz e Barros, que pouco depois morria com serenidade estoica.

Jeronymo Gonçalves pratica então, na defesa da Ilhota Redención, a heroica façanha da canhoneira *Henrique Dias*.

Chega enfim o anciado dia da passagem do rio.

A 16 de Abril de 1866, a esquadra transporta os exercitos alliados e os apoia. E Osorio, o primeiro a pizar em terra, ia iniciar os seus feitos mais memoraveis.

Na vespera fizera ler a magnifica proclamação em que dizia:

"Soldados! É facil a missão de commandar homens livres: basta apontar-lhes o caminho do dever".

Paunero, chefe argentino e Flores, chefe uruguayo, desembarcam sob o apoio dos fogos da esquadra, e o forte de Itapirú nos é assim abandonado pelas forças de Resquin e Barrios.

Em seguida, chegam os outros couraçados, *Rio de Janeiro* e *Lima Barros*, com dous torpedeiros.

Em Julho a esquadra transporta para Itapirú as forças do General Porto Alegre, que vinham reforçar as armas aliadas.

Lopez não deixava de hostilizar a esquadra e contra ella soltava aguas abaixo minas derivantes.

Um desses engenhos vinha chocar-se a um navio, quando Antonio Maria do Couto, indo de encontro ao perigo para desviar-o, sacrificou-se heroicamente com a guarnição do seu escaler.

Na alternativa de expugnar de frente ou flanquear o formidável "Quadrilatero" de Lopez, optaram os Alliados pela segunda hypothese.

Ficou resolvido avançar pela margem do rio e atacar Curuzú, Curupaity e Humaytá, sob o apoio dos canhões da esquadra. A 1 de Setembro, a flotilha transporta o corpo de Exercito do General Porto Alegre, que a 3 expugna Curuzú com a energica collaboração de nossos navios: um delles, o *Rio de Janeiro*, bate n'uma mina e sossobra, morrendo gloriosamente Americo Silvado e muitos de seus dignos comandados.

Vem depois a vez de Curupaity. A 22 de Setembro a esquadra, capitaneada pela gloriosa *Parnahyba*, rompe nutrido bombardeio á fortaleza de Lopez, enquanto Brasileiros, Argentinos e Uruguayos a investem, sem conseguir vulnerar as linhas de defesa paraguayas e a bravura dos soldados de Diaz, cuja estatua hoje domina aquellas paragens evocativas.

Algum tempo depois Caxias assume a direcção unica das forças terrestres e navaes.

Ao illustre Tamandaré, por doente, succedera Inhaúma.

Em desenvolvimento do seu plano estrategico, Caxias, reorganizadas as suas forças, entrega a vanguarda do Exercito a Osorio, que inicia a 22 de Julho, á frente da sua impetuosa cavallaria, a rude marcha de flanco, contornando por Leste o "Quadrilatero" de Lopez, enquanto a Esquadra era incumbida de o flanquear pelo rio.

A 15 de Agosto, os 10 couraçados da "Divisão de Ferro", sob as ordens de Inhaúma e guiados pelo pratico Etchebarne, forçam imponentemente o passo de Curupaití, passando junto ao barranco fortificado, sem dar um tiro, por não poderem nessa posição utilizar efficazmente a artilharia, enquanto de terra o canhoneio era intenso. Apenas, no *Tamandaré*, Elisiario Barbosa rompe o silencio e abre fogo sobre a fortaleza: o seu navio, com avaria nas machinas, pára diante de *Curupaití*, e periga.

O *Silvado*, sob o commando de Macedo Coimbra, passa-lhe o reboque e segue rio acima.

Elisiario perdera um braço, mas accrescentára um novo louro ao seu renome.

A passagem de Curupaití estava consummada.

Por esse tempo, irrompera a epidemia de cholera, que dizimou as forças belligerantes.

Ia agora ser investida a passagem do maior dos baluartes de Lopez — Humaytá.

Mas o respeito que essa tentativa inspirava era enorme e considerava-se uma verdadeira temeridade.

Esse conceito, partilhado tambem por technicos estrangeiros, ecoou no nosso Parlamento, onde frequentemente se debatiam as coisas da guerra.

No seu discurso no Senado, em 18 de Setembro, o Conselheiro Furtado reflecte a opinião dominante sobre Humaytá.

Em principio de 1868 a situação politica exigia em Buenos Aires a presença de Mitre, que desde 1 de Agosto reassumira o alto commando, e o passa a 10 de Janeiro a Caxias.

Ansiando por novas façanhas da esquadra, Affonso Celso, depois Visconde de Ouro Preto, ministro da Marinha, escreve e officia ao almirante Inhaúma, concitando-o a vencer os escrúpulos que inspirava ao velho marinheiro a provavel perda, talvez completa, de gente e de navios nossos no passo de Humaytá, inçado de minas e atravessado de correntes de ferro.

"Creio que a oportunidade se offerece para mais ariscados commettimentos... Quanto posso julgar, é chegada a occasião de verificar-se a passagem", dizia o inelito ministro a Inhaúma, e accrescentava: "Ahi estarão em poucos dias os novos monitores, em cuja construcção tivemos muito em vista as condições especiaes do theatro em que iam operar. Com essas novas machinas de guerra e a cheia do rio, V. Ex. zombará de Humaitá, suas cadeias e seus torpedos."

Assim preparada a esquadra, no entender de Jaceguay, ajustava-se a verdadeira solução aos termos do problema, e a Marinha poderia dar cumprimento á operação que Mitre havia calorosamente proposto e cujo exito os factos haveriam de firmar brilhantemente.

Caxias planejava pôr em cerco as forças de Lopez, que se concentravam em Humaytá, e o avanço da esquadra, para fazer junção com as forças de terra ao norte daquelle posição, era medida imprescindível.

A 1 de Fevereiro, em vista á Esquadra, Caxias assentou com Inhaúma o avanço de alguns navios.

Ia a Marinha colher nova messe de louros.

Sob o commando de Delphin de Carvalho suspende alta noite a esquadilha que vae investir o tortuoso passo, a 19 de fevereiro de 1868.

Seguia na vanguarda o *Barroso*, rebocando o monitor *Rio Grande*, atracado por B. B.; ia após o capitanea, *Bahia*, conduzindo o monitor *Alagôas* e fachaava a columna o *Tamandaré*, que levava a reboque o *Pard*.

Pouco depois a vigilancia do adversario se apercebe da investida: rompe o fogo das barrancas de Humaytá.

E, conforme o plano de Caxias, todos os canhões das forças do Exército em operações em torno daquelle reduto entram em acção, secundando os de toda a Esquadra, que tomou posição para o bombardeio.

Ao mesmo tempo, grandes fogueiras irrompem no Chaco, no lado fronteiro a Humaitá, que ficou, assim, num largo círculo de fogo.

E os seis pequenos navios avançam para o passo em forma de S, que na curva mais sujeita ao fogo do baluarte não tem mais de 600 metros de largura.

O *Barroso* e o *Rio Grande* transpõem as correntes.

A esquadra, que tinha os olhos presos nos afortunados companheiros, saúda "o prenuncio da victoria, diz Ouro Preto, pois do navio testa da columna dependia a sorte da expedição".

O *Bahia*, que havia encalhado antes, mas retomara o seu logar, passa as cadeias; por essa occasião, porém, rompem-se os cabos de reboque do *Alagôas*, que vae aguas abaixo, emquanto o capitanea prosegue sempre.

O *Tamandaré*, por sua vez, avança e tambem repete o feito do *Barroso*: arrosta a bateria *Londres* e passa. Transpõe o cotovello de Humaytá.

O pequenino *Alagóas* é arrastado até onde se achava o grosso da nossa esquadra, e recebe ordem de fundear; mas investe novamente o canal. Torna a vir aguas abaixo. Obstinna-se e marrostar sosinho o temeroso passo. Pára, com avaria nas machinas e está prestes a encalhar. Porfia em avançar. E vence afinal.

Ao amanhecer o dia, lá se vae elle, o invicto *Alagóas*, sosinho e magnifico, sob o fogo convergente de uma centena de canhões, e ao repellir uma abordagem que o tenta dominar, acaba de escrever a épica legenda de *Maurity*.

Ao reunir-se aos outros companheiros de façanha, por entre as ovações da columna Victorino, em Tagy, o *Alagóas* ostentava 200 impactos de bala de canhão.

Arthur Silveira da Motta, depois Barão de Jaceguay, fôra o insigne vanguardeiro da jornada; compartilhem da sua gloria o incomparavel practico Etchebarne e Antonio Joaquim, comandante do seu matalote; Guilherme Santos, no capitanea, Pires Miranda no *Tamandaré*, e Custodio de Mello, no *Pará*, conquistam os laureis de bravos.

Estava desfeito o encanto de Humaitá.

Seria injusto deixar de relembrar neste momento outros nomes que se illustraram no feito de Humaitá: a História tambem registra a tradição da bravura de Bastos Varella, Luiz Ferreira, Eduardo Wandenkolk, Macedo Coimbra, Manhães Barreto e Silva, Baptista de Leão, João Candido Brasil, Miguel Ribeiro Lisboa, Belfort Duarte, Pinheiro Guedes, Urbano da Silva...

Dominado pelo intenso jubilo do successo de Humaitá, que se sommava simultaneamente á tomada de Estabelecimento pelas forças de Argollo e de Gelly y Obes, o nosso alto commando envia a divisão avançada em reconhecimento até Assumpção.

Aproveitando a ausencia dos navios, Lopez leva a effeito, com seguro tino e extrema felicidade, a passagem de Humaitá para o Chaco (9 de Março), lá deixando apenas 3.000 homens de guarnição.

Era o protrahimento inevitavel da guerra.

Vem então um periodo de porfiadas investidas, em que Lopez emprega esforços titanicos para se apoderar de alguns de nossos navios. E' que elle bem avaliava a significação da nossa absoluta supremacia naval.

Disfarçando embarcações com a apparencia dos "camalotes", que a correnteza arrasta, nellas arremete a indomita gente á sua acção predileta — a abordagem.

Na madrugada de 2 de Março são accommettidos o *Lima Barros* e o *Cabral*, colhidos de surpresa, ao passo que o *Silvado* e o *Herval*, que se defenderam a tempo, varrem a metralha os convezes rasos dos navios abordados, libertando-os.

O chefe da "Divisão de protecção", Rodrigues da Costa, intimado a render-se sob garantia de vida, reage como um heróe e tomba aos golpes dos abordantes. Garcindo, Forter Vidal e João Wandenkolk ficam gravemente feridos nessa lucta de gigantes.

Os chefes dos abordantes, Céspedes e Donato Irala, feitos prisioneiros, tiveram o digno tratamento que a sua intrepidez inspirava.

Em Julho, foi a vez do *Barroso* e do *Rio Grande*.

Despertada a tempo a attenção da gente do navio do futuro Barão de Jaceguay, fez o bravo comandante aguardar calculadamente a abordagem do convéz e metralhou, então, os abordantes, dizimando-os á queima-roupa.

No *Rio Grande*, que afinal os repelle com o auxilio do *Barroso*, cahe morto o valoroso Antonio Joaquim, que de simples grumete havia ascendido aos postos de commando, por actos de distincta bravura.

Esse sangrento episodio das abordagens revela de facto um verdadeiro delirio de temeridade.

"Aquella mythologica aventura dos encouraçados é para mim a proeza maxima de nossa guerra", assim se exprime o illustre escriptor paraguayo Adolpho Aponte no seu prologo á obra do vibrante historiador Juan Silvano Godoi, em que se celebram os lances de leonina bravura de Genes e de Molas, dous authenticos heróes paraguaios, que commandaram a louca investida aos couraçados.

Não podemos deixar de prestar a nossa homenagem a tanto heroismo indomito.

A 24 de Julho, Garcindo, Wandenkolk e Nogueira foram no *Silvado*, no *Piauhý* e no *Cabral* o passo de Humaytá, e se juntam á divisão avançada, no Tagí.

Resolvido o abandono definitivo de Humaitá, cujo cerco se apertava, o denodado coronel Martinez, occupou um albardão na lagôa Verá, e ahi se entrincheirou, enquanto apenas 600 pessoas, sob a direcção de Allen, gravemente ferido, alcançam Timbó.

A esquadra, para secundar as forças de terra e impedir que aquelles bravos ainda partissem a reforçar, como pretendiam, a resistencia de Lopez, manteve-os sempre cercados

de embarcações, que foram por elles a meudo encarniçadamente atacadas, com coragem desesperada.

O general argentino Rivas, que commandava no Chaco, e Barros Falcão tentam por vezes evitar a continuação da lucta desigual, mas o bravo Martinez, só depois de esgotado o ultimo recurso cedeu á intervenção piedosa do capellão Esmerati.

Os Alliados renderam preito á mascula resistencia desse pugilio de Paraguaio, que conservaram suas espadas.

Ouro Preto e Jaceguay exaltam a bravura que ostentou a nossa flotilha do Chaco, destacando os nomes do chefe, Stepple da Silva, e de Saldanha da Gama, Julio de Noronha, Pinto da Luz, Alves Barbosa, Urbano de Silva, Souza Lobo, Rodrigo Costa e Valdetaro.

A 16 de Agosto a Esquadra força o Timbó e fundeia no Pilar; a 22, as forças de Lopez abandonam aquella fortificação.

A 7 de Setembro o *Silvado*, sob o commando de Costa Azevedo (depois Barão do Ladario), vulnera o passo de Angostura, onde o rio Paraguay tem apenas 80 metros de largura: nesse feito tombam gravemente feridos Carlos de Noronha e Alves de Barros.

Sôbre essa fortificação volta a Esquadra a dirigir varios bombardeios, forçando o passo repetidamente.

Em 5 de Dezembro, transportam os nossos navios de guerra ao porto de Santo Antonio, sem o menor incidente, 19.000 soldados que, dirigidos por Caxias e Argollo, iam desfechar a memoravel serie de batalhas ganhas pelo Exercito, em Dezembro de 1868.

Angostura, ultimo reducto de Lopez á margem do Paraguay, continúa a resistir heroicamente, e, enfrentando esse extremo posto, ainda encontra a morte Netto de Mendonça, a bordo do *Mariz e Barros*. O nobre Caxias, tocado pela intrepidez daquelles bravos paraguayos capitaneados por Carrillo, offerece-lhes condições excepcionaes de capitulação; e, afinal, deixa a praça a guarnição formada e de pavilhão desfraldado: os officiaes paraguaio guardaram suas espadas, sob juramento de não mais servirem naquella guerra.

E a 3 de Janeiro a Esquadra inteira fundeia em frente a Assumpção, dois dias antes occupada pelas tropas de Hermes da Fonseca.

Duas conhoneiras foram a Matto Grosso levar as alviaras da victoria: os rios estavam novamente livres á navegação de todos os pavilhões da Terra.

O almirante Inhaúma, doente, e combalido pela perda do filho heroico — Mariz e Barros, pede, então, a Caxias a sua exoneração do Commando, “por não ter a esquadra fortificações a destruir, nem navios a combater”, e passa o commando da esquadra ao Almirante Elisiario dos Santos, barão de Angra.

Caxias por seu turno, na celebre ordem do dia 14 de Janeiro de 1869, considera a guerra finda e, passando o commando, retira-se para o Rio de Janeiro.

“A Marinha tinha concluido a sua missão, diz Raul Tavares. Salvo a expedição ao rio Manduvirá, conduzida por Jeronymo Gonçalves, e algumas outras ao rio Jejuhi e á lagôa Ipacarehí, onde penetraram canhoneiras e lanchas da esquadra, á Marinha de Guerra do Brasil sómente competia manter o bloqueio e a policia do rio Paraguay.”

São innumeraveis os bravos que deram o melhor do seu esforço para levar a bom termo a jornada rudissima;

Além dos já citados, pronunciemos tambem com respeito os nomes de Vital de Oliveira, tombado em plena lucta; Torres e Alvim, Mamede, Mendes Salgado, Pereira da Cunha, Carvalho Rocha, Legey, Coelho Netto, Eliezer Tavares, Carlos Palmeira, Araujo Cortez, Calheiros da Graça, Lopes da Cruz, Bittencourt Cotrim, Carneiro da Rocha, Balthazar da Silveira, Rodrigo Rocha, Marques Guimarães, Guilherme Lorena, Jansen Müller, Arthur Thompson, Justino Proença, Antonio Lins, Ferraz e Castro, Manuel Maria de Carvalho, Chavantes, Alexandrino de Alencar, José Carlos de Carvalho — que felizmente ainda sobrevive, — dentre a legião dos companheiros da campanha gloriosa.

Não commettamos a injustiça de uma omissão, que seria clamorosa e ingrata: d. Pedro II, que esteve á altura do momento historico, soube apprehender a magnitude do papel que incumbia á Marinha, e não poupou sacrificios para que ella cumprisse com tamanho brilho a sua missão decisiva.

E, sobretudo, não esqueçamos de glorificar o principal campeador da victoria: o grande Povo Brasileiro, que se agigantou no sacrificio colectivo e nobilitante.

Senhores:

Para encerrar esta página tão gloriosa quanto tragica, transcrevamos algumas palavras do bravo general Dionysio Cerqueira, o typo modelar do soldado culto e apaixonado da sua carreira, que dizia — “Não ha nada que se compare á honra do soldado”, e que declarava, evocando as glórias do

legendario 16° de infantaria — o batalhão Tiburcio: — “Eu tinha immenso orgulho em pertencer-lhe e, ainda hoje, depois de velho, desvanço-me mais de ter sido seu Ajudante do que Ministro de Estado”.

Ouçamos a voz do illustre varão, narrando o epilogo da desesperada lucta na lagôa Verá, a honrosa rendição de Martínez:

“Recebemo-los como mereciam. Tratámo-los o melhor possível. Conversámos com elles como camaradas. Não se via nas physionomias da nossa gente nem vislumbre de odio. Commovia-nos a desgraça daquelles centenares de bravos. Para que nega-lo ? Olhava-os com sympathia, porque lhes conhecia a bravura. Cumpriam o mais sagrado dos deveres, defendendo a sua Patria invadida; mereciam, portanto, o respeito dos que sabiam tambem amar a terra em que nasceram”.

Na serenidade dessas palavras, dignas da mão que as traçou, está gravado o maior e o melhor dos elogios á nossa gente, que soube ser tão grande durante a peleja quanto cavalheiresca depois da victoria, no respeito nobre ao heroismo vencido.

IX

As campanhas em que a nação tomou parte tiveram, afóra os laureis que conquistámos, e no meio de tantos damnos, ao menos uma consequencia util: o refôrço da solidariedade nacional pelo sacrificio commum de todos os Brasileiros.

“Desde 1870 até 1889, escreve Annibal Gama, o Brasil viveu na mais absoluta tranquillidade, entrando a República por entre as flôres de uma revolução sem sangue. O papel que a Marinha representou em meio século de luctas recommenda-a á gratidão da Patria!”

E não esqueçamos que a Marinha cumpriu dignamente o seu dever quando o Brasil, respondendo á aggressão do governo germanico, teve de tomar posição entre os que, na guerra mundial, combatiam pelos ideaes da Civilização.

A Divisão Naval de Operações de Guerra, que, sob o commando do almirante Frontin, foi levar aos Alliados a efectiva collaboração brasileira, em plena zona de guerra submarina, honrou as sagradas tradições do nosso passado e deu todo o seu esforço, até ao sacrificio, para o desempenho de sua durissima tarefa. E nem todos os Brasileiros que suc-

embiraram naquella memorável commissão poderam ser piedosamente recolhidos ao seio da Patria.

Os nomes de Novaes de Abreu, Pedro Gondim, Eugenio Muniz Freire, Brasil Coutinho, que a fatalidade arrebatou, passarão da lembrança commovida dos companheiros para as paginas immorredouras da nossa Historia Naval.

E não tem sido sómente ao trom da guerra que a Marinha vem contribuindo para o engrandecimento e o bem estar da Nação. A cultura de seus officiaes — é attestada pelos seus valiosos trabalhos scientificos, technicos e litterarios, sendo de notar, principalmente, os referentes á Navegação, á Artilharia, a Torpedos e Minas, á Historia Patria, ás Doutrinas da Guerra, á Organização Naval, á alta Mathematica, á Geodesia e Hydrographia, á Oceanographia, a Roteiros da nossa costa, para só citar os mais relevantes; e tem sido muita vez utilizada em serviços fóra do seu ambito: a Escola Naval, desde seus primordios, vem sendo um centro de irradiação cultural, e muitos dos que nella se abeberaram da Sciencia, hoje vivem a ensina-la no magisterio superior civil do Paiz, onde mantêm alto o prestigio da classe em cujo seio formaram o espirito.

Sentinella vigilante da fronteira oceanica e fluvial, cuja hydrographia registra os assignalados serviços de Vital de Oliveira, Indio do Brasil, Calheiros da Graça, Saldanha da Gama, Custodio de Mello, Alves Camara, Teffé, Jaceguay, Baptista das Neves, Conrado Heck, para só citar alguns dentre tantos vultos illustres, — a Marinha tem tambem dado inestimavel contingente da capacidade dos seus technicos para a delicada obra da demarcação das nossas lindes terrestres. E, de par com essa referencia, nunca é demais lembrar a brilhante commissão da *Parnahyba* a Punta Arenas, onde Saldanha da Gama, ainda uma vez, firmou os seus fóros de cultura invulgar.

Como si a finalidade do Exército e da Marinha houvesse de reflectir todas as modalidades em que se desdobra o culto da Unidade Patria, ao passo que o intrepido Rondon e sua valorosa cohorte, continuando a descobrir o Brasil, escrevem a epopéa magnifica dos sertões ignotos, de que uma página das mais brilhantes resplandece na "Rondonia", de Roquette-Pinto, a historia da fixação dos nossos limites continentaes guarda os nomes do barão de Ladario, do barão de Teffé, de José Candido Guillobel, Cunha Gomes, Henrique Guilhem, Ferreira da Silva, Braz Dias de Aguiar, Nogueira da Gama; sendo justo lembrar que tal serviço já tem custado

à Marinha sacrificios de vida, como o de Soares Pinto e o de Accioly Lobato, que tombaram nos remotos rincões lindos, um varado pela flexa selvagem e outro abatido pela malaria implacável.

Ainda ha pouco, o descortino de Thiers Fleming aborda com lúcido tacto o problema da definição territorial dos Estados da União, visando eliminar de vez possiveis pòmos de desintelligencias organicas.

Ainda e sempre, a idéa precípua da união sagrada das grandes cellulas do grande Brasil.

E ao longo da desmarcada costa brasileira, a Marinha vem realizando a tarefa esplendida da organização da nossa pesca, alevantando a saude moral e physica, o sentimento da nacionalidade e o espirito de cooperativismo entre aquella gente outr'ora abandonada ao proprio destino.

Frederico Villar, cujo patriotismo entusiasta dynamizou esse grande emprehendimento, lembra que foram valorosos pescadores, — os de Itaparica, dos primeiros tripulantes brasileiros da nossa Marinha — que arrancaram a Taylor um brado de entusiasmo ao aprecia-los na galharda desenvoltura da manobra do panno, em que apenas se iniciavam, quando a invicta *Niterói* partia, a 2 de Julho, para executar a celebrada proeza da caça a uma frota immensa.

Fôrça eminentemente vinculada á idéa fundamental do Brasil uno e global, a Marinha, onde quer que appareça, é como a expressão animada da propria brasilidade.

Sobranceira aos dissidios locais, ella faz instinctivamente volver o pensamento para uma entidade maior e mais alta, que subordina todos os esforços e totalisa os corações brasileiros.

E para torna-la sempre e cada vez mais brasileira, o novo mecanismo de selecção dos seus futuros officiaes dispõe que a admissão á Escola Naval seja rigorosamente repartida entre todas as unidades da Federação.

Marinha e Exército são duas forças conjugadas que, por sua expressão e seu destino historico, fazem gyrar a evolução nacional em tórno do principio da unidade da grande Patria.

Ruy Barbosa assim enaltecia as virtudes marinheiras:

“A convivencia do oceano ensina a lealdade e as virtudes robustas da constancia; a solidariedade da abnegação e do perigo, do serviço voluntario e do heroismo gratuito, contrahida nas luctas do mar, repelle as ingratições do egoismo e as perfidias do interesse.”

E' tão verdadeira quanto bella a imagem alada com que Bilac define a Marinha:

*"O' mar verde, tu guardas a esperança
Da alma da Patria errante sôbre o mar!"*

Têm-no sentido profundamente aquelles que em longes plagas já viram, em meio da polychromia palpitante das bandeiras de outros povos, o pavilhão auriverde fluctuar soberbo em um navio da Esquadra do Brasil.

E o nosso grande poeta nacional reaffirmou-o, momentos antes de entoar, pela primeira vez, a sua electrizante "Oração á Bandeira", naquelle dia de exaltação civica, que foi a memoravel festa de 19 de Novembro de 1915, no Batalhão Naval.

X

Não constitue menor titulo meritorio para a Marinha a tradição dos seus cruzeiros, que outr'ora tanto prestigio trouxeram ao Paiz.

Os nomes dos nossos barcos — *Bahiana, Vital de Oliveira, Parnahyba, Trajano, Almirante Barroso, Primeiro de Março, Benjamim Constant* — recordam os lances magnificos do espirito marinheiro, o pleno reinado da nossa "patescaria"...

"No ponto de vista da formação technica dos officiaes de Marinha, coube-lhes a primasia — commenta Didio Costa — e as proezas marinheiras que delles se contam e dos homens que nelles receberam educação têm visos de lenda. Barroso, Tamandaré, Inhaúma; Nogueira, Wandenkolk, Ladario; Saldanha da Gama, Custodio de Mello, Julio de Noronha..... é um rosario a desenfiar, até a circumnavegação do *Benjamin Constant*, do commando de Gomes Pereira, para citar a navegação mais extensa e interessante dos nossos ultimos tempos, dirigida por aquelle espirito de eleição."

Esta lista de illustres commandantes estaria muito incompleta, si não juntassemos, ao menos, os nomes de Baptista de Leão e Sousa Lobo, dos derradeiros remanescentes dos antigos Chefes, que commandaram no tempo ainda do fastigio da gloriosa marinharia de outr'ora.

Rendamos nossa homenagem á velha e estoica gente do "mar a véla", que edificou a nossa legenda e a nossa tradição maritima; cujos labores e transes arriscados, nas horas

de lucta varonil com “a furia colossal dos elementos”; cujos nostalgicos pensamentos, na calmaria dos bordejos mórnos e interminaveis; e cuja jovialidade franca e desbordante, nos fugazes momentos de festa ou de folga — tanta pagina de fino sabor evocativo têm inspirado a Eugenio de Castro, Gastão Penalva, Velho Sobrinho, Oliveira Sampaio, Didio Costa, Virgilio Varzea, para citar sómente alguns dos nossos actuaes escriptores, dentre tantos encantados pela attracção do mar ou saudosos do seu convivio.

Não é exagero affirmar que a Marinha nos tem por vezes revelado a outros povos, que nos ignoravam. E’ facil justificar o inverosimil asserto: Custodio de Mello relata-o nos seus “Vinte e um mezes ao redor do Planeta”:

“Dois ou tres dias após nossa chegada a Sidney..... fomos visitados por algumas pessoas gradas da cidade, e o cruzador por muita gente do povo, desejosa de bem ver de perto a bandeira brasileira, que não conheciam, nem sabiam que existisse.”

Tendo, como nos outros portos, buscado saccar nos bancos daquella importante praça australiana o numerario para as despesas de bordo, o commandante do *Almirante Barroso* não o conseguiu, “pela razão — continúa Custodio de Mello — que por elles me foi dada, “de não ser conhecido o Brasil”, notando-se que telegrapharam para Melbourne, perguntando si lá era conhecido o nosso paiz, e a resposta foi negativa”.

E o illustre marinheiro accrescenta haver perguntado ao director de um banco “para que serviam uma universidade e outros estabelecimentos de ensino, em Sidney”...

Releva notar que esse pittoresco episodio se passou em pleno 1889, já na ante-manhã da Republica...

E’ pena que as grandes viagens fossem rareando e ficassem, finalmente, interrompidas com a gloriosa decrepitude do *Benjamin Constant*.

Permitti que saliente dentre os fastos da formosa galera uma indelevel recordação pessoal — a memoravel commissão de 1910, sob o commando de Filinto Perry, quando a Marinha foi participar da representação do Brasil nas excepçionaes cerimoniaes commemorativas da independencia Mexicana.

E o brilho com que se destacou a nossa gente enthusiasmada foi tal, que, onde appareciam, nossos officiaes e marinheiros eram acclamados carinhosamente por aquella culta população, que não escondia as suas preferencias...

O nosso embaixador, Fontoura Xavier, enalteceu o successo dessa representação da Marinha, que bem lhe reflecte a elegante e efficaz cooperação na obra dos nossos diplomatas, em prol do nosso prestigio internacional.

A nossa graciosa galera-escola sempre honrou o nome do grande educador republicano, e ostentou, sempre galhardamente, o pavilhão brasileiro em todos os mares.

Em 1913 fazia, sob o commando de Barros Barreto, a sua ultima e esplendida singradura transoceanica.

Alguns annos ainda, como n'uma peregrinação de despedida, perlongou as nossas costas e enseadas. E hoje se baltou silenciosa, melancolicamente desarvorada, e, quem sabe? vae aos poucos morrendo de saudade dos bons tempos em que arremettia pelo oceano em fóra, levando no bôjo as esperanças e os enthusiasmos de tantas gerações em flôr...

XI

Senhores:

Raul Pederneiras espiritalizou numa legenda o lindo sonho da Paz:

*"Como em tres letras pequenas
Cabe esperança tão grande!"*

A Paz é uma grande, uma sublime esperança, como aquella cantada por Vicente de Carvalho, no seu soneto immortal:

"Uma hora feliz sempre adiada",

que, como a felicidade, não tem chegado, graças ao egoismo incoercível, aos preconceitos e á insania dos homens:

"E nunca a pomos onde nós estamos".

E' um sonho tão velho como a civilização.

Confucio, num dialogo com o principe Ling, se revela um dos mais remotos pacifistas, cuja voz haja atravessado as éras.

Antes do grande philosopho chinéz, Isaias fôra a primeira grande voz que augurou o advento da Paz: "Nação alguma levantará mais a espada contra outra; e elles não saberão mais nada da guerra".

A prophecia de Isaias estava marcada para a vinda do Messias; infelizmente, ella ainda continúa a esperar pelo supremo enviado do Eterno.

Herodoto tambem já condemnava a quadra das guerras, porque durante ellas, em vez dos filhos enterrarem os paes, eram por elles enterrados.

Platão profligava energicamente o espirito guerreiro.

Mais modernamente, o grande Henrique IV, soldado insigne, não era menos insigne pacifista.

O Abbade de Saint Pierre, já em 1713, havia formulado um "Projecto de Paz Perpetua", baseado na instituição de uma confederação dos Estados da Europa e de um conselho permanente de arbitragem — nada menos e talvez mais que a actual Liga das Nações.

Condorcet, resumindo o genio da Encyclopedia, inscreveu no seu célebre "Quadro historico dos progressos do espirito humano" um bello capitulo sobre o desaparecimento das guerras.

Kant escreveu um tratado sobre a Paz Universal, baseado em principios que Wells revive em nossos dias, como sendo o caminho para a salvação.

Comte condemnava não só as guerras presentes e futuras, como as passadas, posteriores á batalha de Lepanto.

Pasteur proclamava:

"Creio invencivelmente que a Sciencia e a Paz triumpharão da ignorancia e da guerra, que os povos hão de se entender, não para destruir, mas para edificar, e que o futuro pertencerá áquelles que mais tiverem feito pela humanidade soffredora."

Berthelot antevia a solução final dos problemas sociaes na "drecção de sociedades humanas pela sciencia", que haverá de conduzir "áquella solidariedade universal dos individuos e das nações, que será a lei da humanidade futura".

Entre nós, para só fallar de alguns pensadores mortos, Miguel Lemos, Teixeira Mendes e Ruy Barbosa são os apóstolos máximos da Paz.

Os sabios, os philosophos e os poetas — os homens de coração e de pensamento — têm proclamado o advento da paz universal, como o unico estado compativel com a civilização contemporanea.

Mas a guerra continuou a fazer a sua ronda sinistra,

" Detestada das mães e das esposas",

como a define o nosso Basilio da Gama, ampliando um pensamento de Horacio.

E poetas, philosophos e sabios ha que, por seu turno, defendem a these guerreira.

E as nações — justamente as mais cultas e educadas, as pioneiras da civilização, fizeram precisamente das Sciencias — especialmente da que Berthelot ajudara tão poderosamente a edificar — o mais terrível instrumento bellico: a guerra é cada vez mais scientifica!

Daniel Berthelot, discursando em 1922, perante as cinco Academias Francezas, reunidas, assim dizia:

“Em todas as épocas da Historia, na ordem scientifica como na ordem politica ou social, tem sido grandioso e terrível privilegio dos conflictos armados o apressar, pelo sangue e pelo ferro, a eclosão das éras novas.”

O espirito seductor de Anatole France proclama: “Creio na união futura dos povos e chamo-a com esta ardente caridade do genero humano, que, formada na consciencia latina no tempo de Epicteto e de Seneca, e por tantos séculos extincta pela barbaria européa, se tem reaccendido nos corações mais altos das edades modernas”. Mas, logo a seguir, prophetisa, com genial clarividencia, o desencadear da conflagração mundial, e considera “a obrigação em que a França se acha de prover á sua defesa”.

E, doutra feita, não hesita em affirmar: “As virtudes militares produziram toda a civilização. Industrias, artes, govêrnos, tudo provém dellas... Supprimi as virtudes militares, e a sociedade civil desmoronar-se-á inteiramente”.

Emilio Faguet, commentando essa passagem, pergunta se não é “uma lei natural viver a Humanidade dividida em nações, e entre ellas haver uma concurrencia pacifica muitas vezes e algumas vezes bellicosa”.

E assim Nietzsche, Proudhon, e tantos outros, sem fallar em Machiavel e seus innumeraveis discipulos.

Nós hem comprehendemos a sabedoria de Carlos Wagner, quando interroga: “Que horrores do campo de batalha se comparam á paz a todo preço?” e ao affirmar que, quando se soffre pelas causas grandes como a integridade nacional, “o sangue é preferivel ao lodo”.

A defesa é mais um dever que um direito, accrescenta Wagner.

Entre nós, um Sacerdote da Medicina assim se refere á *peste rubra*:

“Nada ha no mundo mais absurdo, mais abominavel que a guerra... A civilização tem o dever, o *seu maximo dever*, de empregar todas as suas forças vivas e todos os processos para a semelhante barbarismo innominavel pôr um termo... Mas, enquanto este não chega — continúa Miguel Couto —

que todas as nações estejam preparadas para a sua hora, e ai da que o não estiver !”

A nós nos empolga o exemplo de Marco Aurelio, de Henrique IV, de Carnot ou de Collingwood, que, como militares, só faziam a guerra como um dever doloroso. Nem por isso elles foram guerreiros menores, como menores não seriam os nossos grandes vultos de Osorio e Caxias, generaes pacifistas.

Raymond Poincaré, fallando á alma da creança franceza, disse ha pouco em uma escola primaria de Sampigny:

“Condemnemos, pois, a guerra e façamos quanto de nós depende por que ella não volte nunca. Avancemos mais longe ainda. Tratemos de olvidar nossos soffrimentos e perdoar o mal que nos foi feito. Sejamos humanos e sejamos bondosos. Mas não levemos, comtudo, a candura a poncto de imaginar que os sentimentos de bondade e de humanidade jámais encontrarão obstaculos em parte alguma. Para que a França fique completamente ao abrigo de aventuras gratuitas, é necessario, amigos meus, que conserve os meios de proteger-se, eventualmente, contra quem, em uma hora de extravio, intente perturbar sua tranquillidade. Quer dizer que vós, as creanças, sereis um dia, como vossos maiores, chamados a servir em um exercito nacional, não em um exercito conquistador, não em um exercito que dará batalhas por prazer ou por gloria, mas em um exercito que cifrárá sua honra e dará a medida de seu valor militar na defesa de nossos lares e na salvaguarda de nossos direitos.”

El Positivismo, dirigido por V. Mercante e orgam do Comité Positivista Argentino, presidido pelo illustre escriptor portenho Dr. J. Alfredo Ferreira, transcreve essa esplendida peroração do grande estadista francez, e chama-a: “palavras penetrantes, que definem com acerto o pacifismo são e prudente”.

Outro não é o pacifismo prudente que nutrimos nós, brasileiros, e que, no fundo, é o mesmo sadio humanismo moderno de Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Pedro Lessa, Capistrano de Abreu, Affonso Arinos, Salvador de Mendonça, Oliveira Lima, Julio de Castilhos, Assis Brasil, Alberto Torres, Silvio Romero, Affonso Celso, Alcides Maya, Tasso Fragoso, H. Boiteux, Raul Tavares Mario Ramos, Enéas Martins, Ramiz Galvão, Ignacio Amaral, Alberto de Faria, Baptista Pereira, Eugenio de Castro, Coelho Netto, J. C. de Macedo Soares, Ellis Junior, Agenor de Roure, Homero Baptista, Araujo Jorge, Roquette-Pinto, Manoel Cicéro, Edmundo Muniz Barreto, Lauro Sodré, Barbosa

Lima, Clovis Bevilacqua, J. da Penha, Gregorio Fonseca, Pandiá Calogeras, Mello Franco, Moreira Guimarães, L. Boiteux, Fernando Osorio, Miguel Couto, Joaquim Osorio, Alberto Rangel, Abreu Fialho, Rodrigo Octavio, Azevedo Amaral, Helio Lobo, Rocha Pombo, João Ribeiro, José Verissimo, Duque-Estrada, Mattoso Maia, Max Fleiuss, Basilio Magalhães, Annibal Gama, Olavo Vianna, Sousa Docca, Mario Barreto, Raja Gabaglia, Manoel Bomfim, Heitor Lyra, Carlos Sússekind de Mendonça, Alfredo Varela, F. Paula Cidade, A. Balthazar da Silveira, Paulo Setubal, Alcides Bezerra, Zenithilde Magno de Carvalho, Braz Velloso, Lourenço Filho, Alberto Souza, Assis Chateaubriand, Escragnolle Taunay, Escragnolle Doria, Clemente Brandenburger, Lindolfo Collor, Arthur Guimarães, Rodolfo Garcia, Argeu Guimarães, Guilherme Alvaro, Pedro Leão Velloso, Monteiro Lobato, Assis Cintra, Fernando Magalhães, Medeiros e Albuquerque, Jonathas Serrano, Roberto de Barros, Pereira Lessa, Tobias Monteiro, Arthur Motta, Dantas Barreto, Dionysio Cerqueira, E. W. Muniz Barreto, Laudelino Freire, Carlos Carneiro, Rodrigo Octavio Filho, Alvaro e Miguel Osorio de Almeida, Heitor Moniz, Othélo Rosa, Ferdinando Labouriau, Tobias Moscoso, Mario de Brito, Mattos Pimenta, Liberato Bitencourt, Brito e Cunha, Coriolano Martins, José Milanez, Salis Goulart, Henrique Castriciano, Benjamin Sodré, Leonardo Truda, Ernesto Senna, Luciano Pereira, Francisco Venancio, Delgado de Carvalho, Mattoso Maia Forte, Lucio dos Santos, Affonso Livramento, José Augusto Vinhaes, Affonso de Carvalho, Damasceno Vieira, Ronald Carvalho, Frederico Villar, Caetano de Faria, Mario Brant, Amilcar Salgado dos Santos, Baptista Luzardo, Arrojado Lisboa, Graça Aranha, Francisco Campos, Vidal de Oliveira, Pontes de Miranda, Aggripino Nazareth, Victor Vianna, Felix Pacheco, Oliveira Vianna, Carlos Maul, Lima Barreto, Mello e Souza, Sebastião de Sousa, Gustavo Barroso, José do Patrocínio, Belisario Penna, Moutinho Doria, Armando Duval, Eduardo Prado, João Neves, Diniz Junior, Veiga Miranda, Flores da Cunha, Frota Pessoa, Francisco Escobar, Levy Carneiro, Milciades Sá Freire, Peixoto de Castro Junior, Alfredo Bernardes da Silva, Octavio Mangabeira, Amoroso Lima, Salgado Filho, Aurelio Falcão, Herbert Moses, Xavier da Silveira, Ubaldino do Amaral, Araripe Junior, Juliano Moreira, A. Austregesilo, Amoroso Costa, Alfredo Valladão, Tavares de Lyra, Olympio Fonseca, Geneserico Vasconcellos, José Augusto, Appolinario Buarque Lima, Mario Travassos, Aurelino Leal, Olympio de Sá, Augusto de Lima, Xavier da Veiga, Vieira Fazenda, Mello

Moraes, Antonio Bardy, Authur Neiva, Ferreira da Rosa, Aloysio de Castro, Melchiades Picango, Meira e Sá, Afranio Peixoto, Dom Aquino, Leal da Costa, Tavares Cavalcanti, Gustavo Lessa, V. Corrêa Filho, Araujo Castro, Carlos Costa, Alvaro de Vasconcellos, Candido Rondon, Domício da Gama, Borges de Medeiros, Arthur Jaceguay, Demetrio Ribeiro, Santos Dumont e outros lucidos autores, — para citar apenas alguns, das últimas gerações, — confirmados no terreno objectivo pela grande obra patriotica e pacifica de Rio Branco e seus continuadores.

E' a propria Mensagem Presidencial que consigna esta bonançosa e alviçareira affirmação: "Já se acham completamente definidas, em tratados ou convenções, todas as fronteiras terrestres do Brasil."

Recordemo-nos sempre que, si apenas com idealismo não se consegue nada de prático, sem essa nobre força propulsora é impossivel realizar algo de grande.

Acreditemos que o homem encontre na Caridade, na Sciencia, na Industria, motivos sobejos para mitigar a sêde de heroismo e de soffrimento, que irresistivelmente o arrebatava como se occulta potencia dos Destinos assim o acorren-tasse, como o Prometheu da lenda.

Senhores:

Como brasileiros, ao entoarmos os nossos hymnos sagrados, fazemos ardente invocação á Fraternidade e á Paz.

Como marinheiros, costumamos contemplar no esplendor estrellado do nosso firmamento o signo que derrama sôbre a Christandade a luminosa unção da Concordia e do Amor.

E são tres letras divinas que o olhar dos navegantes, ao interrogar no Oceano a harmonia das espheras, lê nos vértices do "Triangulo da Paz", dentro da profundeza mysteriosa dos céos.

Mas, a nós soldados do mar, em perpetua vigilia d'armas, a propria Deusa-Patria está presente — como uma visão eucharistica — quando elevamos o olhar ao nosso Pendão intangivel.

E se algum dia, mau grado o nosso anhelos de paz, incertos fados o ameaçarem, a gente da Marinha ha de saber, como sempre soube, dar-lhe a oblação do seu sangue, repetindo com o poeta italiano:

"La vitta che mi desti, ecco ti rendo!"

ACTAS DAS SESSÕES DE 1930

1.554^a — 1^a sessão ordinaria, em 28 de Abril

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

○ (Presidente perpétuo)

A's 15 horas, presentes os srs. conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, João de Lyra Tavares, Emilio Fernandes de Sousa Docca, Alfredo Ferreira Lage, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Eugenio Vilhena de Moraes, Olympio da Fonseca e José Maria Moreira Guimarães, o sr. presidente declara aberta a sessão.

O SR. 2º SECRETARIO lê o trecho das *Ephemerides*, do barão do Rio Branco, relativo á data da sessão.

O SR. 1º SECRETARIO PERPÉTUO lê o parecer da Comissão de Fundos e Orçamento, opinando pela aprovação de todos os documentos da receita e despesa, relativos ao anno de 1929, documentos já examinados e approvados pela comissão de contas do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

O SR. PRESIDENTE declara que, nos termos do paragrapho unico do art. 51 dos Estatutos, esse parecer deve ser discutido e votado na primeira sessão ordinaria de cada anno. Põe em discussão o parecer e ninguem pede a palavra.

Põe em votação o mesmo parecer, que é unanimemente approvedo.

O SR. 1º SECRETARIO lê a seguinte proposta, assignada pelos srs. Eugenio Vilhena de Moraes, Max Fleiuss, Sousa Docca, João de Lyra Tavares, Miguel de Carvalho, Alfredo Lage, Manuel Cicero, Olympio da Fonseca e Moreira Guimarães:

“1º, considerando que no dia 7 do proximo mez de Maio se commemora o 50º anniversario do passamento do duque de Caxias;

2º, considerando que, no desempenho da sua patriótica missão, se esmerou sempre o INSTITUTO em cultivar a memória desse nobre vulto que pertenceu ao quadro social, bem como a quantos, por gloriosos feitos, têm contribuído, em nossa história, para engrandecer cada vez mais a Nação Brasileira, apontando-os assim como exemplo ás novas gerações:

Propomos que se dirija o INSTITUTO aos altos poderes da Republica, solicitando as necessarias providencias para que, no proximo dia 7 de Maio, sejam prestadas, nesta Capital, honras militares ao tumulo de Caxias, e, de norte a sul do paiz inteiro, em todas as guarnições militares não se deixe de render, singelo embora, um preito de homenagem á memoria immaculada do inclito soldado que representa, ainda hoje, depois de meio seculo, o symbolo mais perfeito da unidade e integridade da Patria."

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*), ao pôr em discussão o voto, diz que o fará em obediencia á lei da casa, mas está certo de que a justissima homenagem será recebida com prazer por todos os consocios. Salienta a dedicação do sr. Eugenio Vilhena de Moraes á memoria de Caxias e o felicita por isso.

A proposta é, sem discussão, approvada por unanimidade e grandes applausos.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) diz ser sempre motivo de regosijo para o INSTITUTO a reabertura das suas sessões, porque os socios, a quem attentamente sauda, teriam, em agradável convívio, reatados trabalhos de indiscutivel valia, continuando honrosas e mais do que nonagenarias tradições. Todavia, no presente anno, turbava esse regosijo o desaparecimento, occorrido durante as férias, de tres socios prezadissimos, um effectivo, outro correspondente, e o terceiro, benemerito: Henrique Morize, Adolpho Augusto Pinto, e o cardeal d. Joaquim Arcoverde.

Na occasião determinada pelos estatutos, mostrará a dolorosa extensão de taes perdas a eloquencia do orador perpétuo sr. Ramiz Galvão.

Regista, entretanto, desde logo, o pezar do INSTITUTO e, para significativamente o assignalar, propõe, o que é acceito, se levante a sessão.

Antes, porém, convida a todos para a solennidade comemorativa do centenario do grande compositor musical padre

José Mauricio Nunes Garcia, a qual, com o brilhante concurso da Radio Sociedade do Rio de Janeiro, bem como da palavra do sr. Affonso de Escragnolle Taunay, se realizará no proximo domingo, 4 de Maio, ás 16 horas, no salão do Instituto Nacional de Musica, gentilmente franqueado pelo dr. Vianna do Castello, ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão ás 16 horas. — *Alfredo Ferreira Lage*, servindo de 2º secretário.

1.555^a — 2ª sessão ordinaria em 14 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

A's 16 1/2 horas abre-se a sessão com a presença dos senhores conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Affonso de Escragnolle Taunay, Alfredo Valladão, Alfredo Ferreira Lage, Eduardo Marques Peixoto, Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca, Eugenio Vilhena de Moraes e Emilio Fernandes de Sousa Docca.

Justifica a ausencia o sr. José Maria Moreira Guimarães.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º *secretário*) lê a acta da sessão anterior, que é unanimemente approvada, assim como procede á leitura das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio Branco, na parte relativa á data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) communica oficialmente a morte, occorrida em Oslo, a 13 do corrente, do grande explorador e naturalista sueco Fridtjof Nansen, socio honorario do INSTITUTO desde 1926. Diz que os meritos e serviços desse eminente homem de sciencia serão opportunamente postos em relevo pela voz sempre inspirada do orador perpétuo da Casa, sr. Ramiz Galvão. Na acta da

sessão, porém, se consignará a participação do INSTITUTO na magoa causada por tamanha perda.

O SR. MAX FLEIUSS (*secretário perpétuo*) obtem a palavra e faz as seguintes communicações:

“Creio que o INSTITUTO deve registrar com jubilo em seus annaes o apparecimento do segundo volume da terceira edição integral da *História Geral do Brasil*, do visconde de Porto Seguro. Esse volume vae do Brasil em 1584, secção XXIII, até ao sitio da Bahia e partida de Nassau, contendo 456 paginas com muitas gravuras, annotações do sr. Rodolpho Garcia, que, mais uma vez, se revelou o grande sabedor da nossa história colonial.

Abre o volume sentida apreciação do sr. Rodolpho Garcia sobre Capistrano de Abreu, seu insigne companheiro nos commentarios do primeiro volume.

A Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos Incorporada), editando essa obra, presta incontestavelmente um serviço relevantissimo ás nossas letras historicas e merece por isso o apoio público.

Não póde o INSTITUTO deixar de conferir tambem seus applausos ao tão modesto quão erudito consocio, sr. Rodolpho Garcia, pelo inextinguivel valor de sua contribuição, tornando assim a obra do grande Varnhagen o maior livro sobre a nossa História.

Releva ainda participar a publicação do nôvo livro do sr. Sylvio Rangel de Castro — *Quelques aspects de la civilisation brésilienne* — dedicado ao nosso INSTITUTO.

Compõe-se esse trabalho das conferencias realizadas na Europa pelo sr. Rangel de Castro, que, procedendo dessa fórma, faz diplomacia verdadeiramente util, divulgando no estrangeiro os nossos valores.

O livro, escripto em francez, teve como prefaciador o sr. Gabriel Hanotaux, e tracta de assumptos interessantes, bastando, para que se tenha uma idéa ligeira, citar os titulos das conferencias: O Brasil contemporaneo, O Brasil pittoresco, Alguns aspectos da civilização brasileira, As explorações do general Rondon no far-west do Brasil, O progresso do Brasil e a collaboração dos Italianos, O Brasil intellectual — litteratura e arte, Alguns aspectos politicos e economicos do Brasil, Os grandes mestres da pintura brasileira.

Acredito que o INSTITUTO não recusará os encomios a que o sr. Rangel de Castro tem direito. (*Applausos.*)

Participa, a seguir, a offerta do sr. Jorge Hurley, constante de artefactos indigenas encontrados no municipio de Curuçá, no Pará, assim como manifesta o seu applauso pelas publicações desse estudioso da nossa ethnographia. Intitulam-se os trabalhos, — *Nos sertões do Gurupi e Prehistória americana*, este offerecido ao INSTITUTO.

O SR. AFFONSO TAUNAY concorda com as considerações do sr. Fleiuss relativas ao sr. Hurley, formulando amplos elogios ás pesquisas do mesmo, terminando por submeter á Casa a seguinte proposta:

“Proponho que na acta se insira um voto de louvor aos exforços continuados e intensos que o sr. dr. Jorge Hurley tem desenvolvido em prol dos estudos historicos e ethnographicos com a mais patriotica solicitude. — *Affonso de E. Taunay.*”
(*Unanimemente approvada.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) declara que interpreta o sentimento do INSTITUTO, affirmando que elle subscreve as palavras de applauso, elogio e incitamento aos nobres exforços em prol da história e das cousas nacionaes.

Manda á Commissão de Ethnographia a memoria do sr. J. Hurley, sendo relator o sr. Roquette Pinto.

Diz mais que o objecto primordial da reunião é render homenagem ao monsenhor Pizarro e Araujo, chronista da cidade e do paiz, a proposito do primeiro centenario do seu passamento. Dá, para isso, a palavra ao sr. Max Fleiuss, de quem Pizarro foi um predecessor, pois ambos escreveram sôbre a capital que lhes foi berço, recommendando-se á sua gratidão.

O SR. MAX FLEIUSS diz o seguinte:

“Não fôra licito a esta Casa, de ha quasi um seculo dedicada ao estudo e celebração das cousas e figuras patrias, desinteressar-se da data de hoje, que regista o centenario da morte de monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo, codificador e auctor das *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das Provincias annexas á jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicados a el-rei Nosso Senhor Dom João VI*”.

Acham-se vinculados aos fastos da nossa Capital os nomes dos seus primeiros chronistas propriamente ditos, desde o padre José de Anchieta, que, com as suas *Informações*, foi o fundador da história do Rio de Janeiro, Fernão Cardim, Rocha Pitta, além de varios outros, até ao seculo XIX e aos nossos dias.

Vamos ahi encontrar os vultos de analysts, como o desembargador Balthazar da Silva Lisbôa, magistrado e presidente do Senado da Camara do Rio de Janeiro, o qual, nos seus *Annaes do Rio de Janeiro* (7 vols., Typ. Seignot — Plancher, Rio, 1834) soube alliar ao cunho da judicidade o traço descriptivo da historiographia carioca.

Alexandre José de Mello Moraes pae que nos deixou vasto repositório de monographias e obras de informação e documentação sôbre o passado desta Capital, principalmente na *Chorographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Imperio do Brasil* (4 vols., formando 5 tomos — Rio de Janeiro, 1858-1863); a *História do Brasil-Reino e do Brasil-Imperio* (2 tomos em 1 vol.) e *História das Constituições*.

Mello Moraes Filho, pesquisador do *folk-lore* brasileiro.

Manuel Duarte Moreira de Azevedo, cujo livro sôbre o *Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notaveis, usos e costumes* (2 vols.), é dos mais conhecidos e citados, constituindo nova edição do *Pequeno Panorama*.

Mesmo entre os cultores da novella historica, ou da história romanceada, tendo por thema ou scenario da acção nossa cidade, suas tradições, costumes, estylos, desde a antiga côrte joanina e imperial, cumpre não deixar em descaso os nomes de alguns litteratos que fizeram simultaneamente obra de revelação ou observação do meio ou dos detalhes do Rio historico, taes o auctor de *Memórias de um sargento de milicias* — Manuel Antonio de Almeida, e Luiz Carlos Martins Penna, o creador da comedia no Brasil, — José de Alencar, auctor das *Minas de Prata* e das chronicas publicadas no *Correio Mercantil* em 1854-1855; Bernardo Guimarães, em cujos trabalhos de ficção em grande parte se narram episodios, ou descrevem, na côr local, interessantes aspectos, quadros e scenas do Rio de antanho; Francisco Octaviano fixando, nas columnas do *O Globo*, vivazes traços daquellas épochas; Joaquim Manuel de Macedo, nas páginas do *Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*; Visconde de Taunay, nos seus romances; França Junior, em suas comedias e chronicas; Machado de Assis, nas suas novellas e folhetins.

Mas o maior chronista da cidade, o mais abnegado pesquisador e conhecedor da história carioca foi, sem duvida, José Vieira Fazenda, saudosissimo bibliothecario deste INSTITUTO e auctor das *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, colligidas pelo eminente sr. Ramiz Galvão, director da nossa *Revista*, e que se encerram nos tomos 86, 88, 89, 93 e 95.

"Enquanto viver a nossa corporação, já o proclamou com justiça o eloquente conceito de Affonso Celso, perdurará nella a memoria de Vieira Fazenda, aureolado de respeito, reconhecimento, saudade."

Vieira Fazenda foi, o que se póde dizer, uma tradição viva — oral e escripta —, um repertorio humano do passado carioca, sempre prompto a esclarecer uma dúvida, rectificar uma data ou um nome, recompôr um facto da época dos vice-reis ou da Regencia, em seus minimos retoques de perspectiva historica.

Dos antigos chronistas da cidade, Anchieta cantou a glória do seu alvorecer na christandade após a luta contra o invasor heretico ao aborigene tamoio; Rocha Pitta fez della uma tradição lendaria; Fernão Cardim descreveu-lhe suggestivamente a flora e a fauna, entoando um hymno ás bellezas naturaes; monsenhor Pizarro e, após elle, Balthazar Lisbôa foram os primeiros codificadores das fontes de systematização de um quadro mais amplo e completo da história geral desde a conquista do Novo-Mundo até ao reinado de d. João VI, a aurora constitucional do Brasil.

Sem o estylo maneiroso e corteção do padre Luiz Gonçalves dos Santos (*Memórias para servir á história do Reino do Brasil*, 2 vols., Lisbôa, 1825), sem a fórmula judiciaria e expressão eumetica de Balthazar Lisbôa, mas em linguagem grave, simples e concisa, monsenhor Pizarro fez obra definitiva, não obstante os senões que não lhe desmerecem no elevado conceito dos estudiosos sinceros.

Todos a conhecem na sua edição *princeps*, em 9 tomos impressos com autorização régia concedida pelo alvará de 13 de Abril de 1820, sendo os cinco primeiros na Impressão Régia, dêsse mesmo anno, o sexto, setimo e oitavo em 1822, na Typographia de Silva Porto & Comp. e o nono e ultimo na Impressão Nacional, antiga Impressão Régia e actual Imprensa Nacional.

Esta obra appareceu mediante o auxilio official e de uma subscrição pública, levada a effeito para esse fim. Representa o acervo de vinte annos de porfiado trabalho.

em que o seu auctor se applicou com perseverança e afinco extraordinarios, tendo conseguido afinal organizar um quadro ao mesmo tempo historiographico, politico, administrativo, ecclesiastico, economico e social do Rio de Janeiro.

Até então ninguém tentara esboça-lo sequer. Esse serviço e merito cabem irrefutavelmente a monsenhor Pizarro.

Ouçamos, porém, a opinião de Vieira Fazenda, emittida no folhetim publicado a 5 de Outubro de 1896.

Occupando-se exactamente da morte subita do auctor das *Memórias Historicas do Rio de Janeiro*, assim se exprime o grande mestre:

“Fulminado por um ataque de apoplexia cerebral, falleceu, em uma das ruas do Jardim Botânico em 1830, o tão citado monsenhor Pizarro (José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo). Tendo ido passear ao Jardim Botânico, depois de ter jantado, comeu a fructa *carambola*; isso perturbou-lhe a digestão.”

E fazendo, em traço rapido, a critica da obra de Pizarro, disse Vieira Fazenda: “Monsenhor Pizarro é auctor das *Memórias Historicas do Rio de Janeiro*; esta obra, não obstante a critica do visconde de Porto Seguro, tem grande merecimento, pois, apesar de muitos erros, é o manancial onde vão beber noticias e informações todos aquelles que desejam estudar o passado desta Capital. Essas *Memórias* constituem hoje um trabalho raro”, pelo que suggeria Fazenda a conveniencia de se fazer dellas uma nova edição emendada. Para essa tentativa, accrescentou, “não faltam entre nós pessoas que, com vantagem, poderiam pô-la em obra.”

E recordava, então, alguns nomes de historiadores e publicistas que já dormem, infelizmente, com Pizarro e Vieira Fazenda, o último somno, taes Capistrano de Abreu, Felix Ferreira, Mello Moraes, Pires de Almeida, Moreira de Azevedo, Homem de Mello, Augusto de Carvalho, Cesar Marques e Teixeira de Mello.

O último dos nomes indicados por Fazenda é o do director da nossa *Revista*, o sr. Ramiz Galvão, a quem, de facto, sobram qualidades de profundo conhecedor dos factos historicos para levar a cabo a tarefa, a exemplo do que Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia fizeram em relação á terceira edição integral definitiva da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, agora só entregue ao juizo critico e informativo de Rodolpho Garcia.

Do catalogo annotado dos livros sôbre o Brasil, de José Carlos Rodrigues, á pag. 495, consta: "Estas Memórias, apesar de muitos defeitos, são recommendaveis, sobretudo no que concerne a negocios da egreja catholica."

São estes os principaes traços biographicos de monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo, segundo Sacramento Blake:

"Filho do coronel Luiz Manuel de Azevedo Carneiro da Cunha e de d., Maria Josepha de Sousa Pizarro, nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 12 de Outubro de 1753 e falleceu fulminado de uma apoplexia num passeio pelo jardim da lagôa Rodrigo de Freitas a 14 de Maio de 1830, sendo presbytero secular, bacharel em canones pela Universidade de Coimbra, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da ordem portugueza de igual titulo e da ordem da Torre e Espada, e conselheiro honorario do Supremo Tribunal de Justiça.

Nomeado conego da antiga Sé fluminense, após a recepção das ordens de presbyterado em 1789, visitou varias comarcas do bispado e, indo a Portugal em 1801, foi, no anno seguinte, nomeado conego da Sé patriarchal, tornando ao Brasil com a familia real. Aqui foi nomeado procurador geral das tres ordens militares em 1808 e mais tarde encarregado de lançar os habitos das ordens de Christo e de Aviz; monsenhor, thesoureiro e depois arcipreste da real capella do Rio de Janeiro; do conselho do rei d. João VI; deputado á Mesa de Consciencia e Ordens, e foi eleito deputado na primeira legislatura do Imperio.

Escreveu — *Prospecto das Memórias Historicas do Rio de Janeiro; Memórias Historicas do Rio de Janeiro e obras várias*, relativas a negocios ecclesiasticos do Brasil,

O conego Januario da Cunha Barbosa, o maior dos nossos secretarios perpétuos, escrevendo-lhe a biographia, que vem no tomo primeiro da nossa *Revista*, teve sôbre monsenhor Pizarro estas palavras:

"Opprimido de trabalhos, e diminuidas suas fôrças pelo avanço da idade, pediu, e teve demissão de serviços da capella, conservando-se-lhe, porém, todas as suas honras.

Foi então que, mais folgadamente, se occupou da impressão das suas *Memorias*, escriptas todas de sua lettra, e com a critica escrupulosa, que lhe era propria, na verificação dos factos, confrontação de datas, investigação da verdade. Si nós lhe não podemos dar o nome de história geral do Brasil, ainda

assim esta obra é um excellente thesouro, onde muito cabedal de conhecimentos interessantes encontrará o que se propuzer a escrever a nossa história, mórmente no que diz respeito á parte ecclesiastica. O respeito adquirido no bom desempenho dos seus cargos e no justo conceito de Brasileiro amante da patria e dos estudos, chamou sôbre elle os votos dos seus patricios, para que os representasse como seu deputado na primeira legislatura do Brasil; e no recinto da camara electiva tambem mereceu os suffragios dos seus collegas legisladores, para occupar a cadeira de presidente por algum tempo, sendo isto um signal bem público de veneração, tributado a uma velhice carregada de merecimentos.

A deterioração de sua saude mereceu-lhe o decreto de 12 de Outubro de 1828, que o aposentou no Supremo Tribunal de Justiça, e já condecorado com a commenda da ordem de Christo; mas 50 annos de nunca interrompido serviço, e 77 de idade, si não bastaram para roubar o merecimento de quem sempre amara a patria, a honra, e o dever, sobejaram sem dúvida para arrancar-lhe a vida. Monsenhor Pizarro foi um ecclesiastico respeitavel, um juiz integro, um escriptor severo, que tirou do esquecimento e da desordem dos nossos archivros suas *Mêmórias Historicas*, em que vive o seu nome para gloria dos Brasileiros."

Fomos encontrar em o n. 93 do *Diario Fluminense*, de segunda-feira, 20 de Outubro de 1828, a seguinte nota official:

"REPARTIÇÃO DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

Desembargadores do Paço aposentados no Supremo Tribunal de Justiça, na fórmula da lei, em 19 de Outubro de 1828:

Visconde de Alcantara.

Visconde de Cairú.

Barão de Itapoam.

Bernardo José da Cunha Gusmão e Vasconcellos.

Claudio José Pereira da Costa.

Sebastião Luiz Tinoco da Silva.

Luiz José de Oliveira.

"O deputado da Mesa da Consciencia e ordens, monsenhor *José de Sousa de Araujo Pizarro*".

E' de reparar o lapso typographico occorrido com o seti nome — Monsenhor José de Sousa de Araujo Pizarro, ao invéz de José de Sousa Azevedo Pizarro e Araujo.

Já naquelles tempos a revisão, mesmo a official, por vezes cochilava...

No centenario da morte de monsenhor Pizarro rende o INSTITUTO HISTORICO um preito muito justo á memória do historiador da cidade, cujo trabalho resistiu ao tempo, prestando ainda hoje indispensaveis serviços e auxilios." (*Muitos applausos.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) agradece o comparecimento de todos os circunstantes, especialmente o de distinctas senhoras e senhoritas, bem como o do desembargador Vieira Ferreira, drs. Sylvio Rangel de Castro, Wanderley Pinho e Pedro Calmon, prestantes collaboradores do INSTITUTO no culto do seu ideal: — bem estudar e bem conhecer o Brasil, para melhor o amar e servir. Agradece, tambem, particularmente, a presença de um representante do Centro Carioca, a patriótica aggremação que tão louvavelmente se vac empenhando em honrar e exalçar a memória dos filhos illustres da nossa tão bella quão gloriosa cidade, tarefa benemerita com a qual o INSTITUTO é solidario.

Encerra-se a sessão ás 17 1/2 horas. — *Agenor de Roure*, 2º secretario.

Annexos á acta da segunda sessão ordinaria realizada a 14 de Maio de 1930

I

A COMMEMORAÇÃO DE JOSE' MAURICIO

Com grande concorrencia, na qual figuravam os representantes do sr. presidente da República e do sr. ministro da Justiça, realizou-se no dia 4 de Maio, no Instituto Nacional de Musica, o festival littero-musical, consagrado a José Mauricio Nunes Garcia.

Ao abri-lo, disse o sr. conde de Affonso Celso (presidente) que o INSTITUTO promovera e ia effectivar, com a preciosa cooperação da Sociedade de Concertos Symphonicos e da Radio Sociedade do Rio de Janeiro, um acto de justiça civica e artistica á glorificação do padre José Mauricio Nunes Garcia, a proposito do centenario do seu passamento.

Foi elle o mestiço, de humilde origem, baldo de recursos e de preparo idoneo, jámais havendo saído desta cidade, e que, com as scintillações do seu genio e do seu exfôrço, illuminou os ultimos annos do regime colonial e os primordios do Imperio. De multiplas maneiras affirmaram-se os seus talentos e operosidade, mas fulgiram, primacialmente, attingindo fastigios sublimes, na musica, a mais democratica das artes, a arte das multidões, e, ao mesmo tempo, a mais fidalga, a mais finamente complexa, a mais transcendente, a que mais se alcançadora no sonho, e requinta a sensibilidade, o sentimento e a imaginação, a arte na qual, graças a Carlos Gomes, ermão espiritual de José Mauricio, o nome do Brasil teve e tem prestigiosa repercussão universal.

Da vida e da obra de José Mauricio tractaria o sr. Affonso de Escragnolle Taunay que á superior competencia reunia a auctoridade de ser filho, herdeiro e continuador de um dos grandes vultos nacionaes, o visconde de Taunay, cavalheiroso e dedicado preconizador do insigne compositor sacro, a quem resgatou de ingrato olvido. Antes, porém, de pedir ao sr. Affonso de Escragnolle Taunay que prodigalizasse o encanto de sua palavra á assembléa, convidou-a a ouvir, com o devido recolhimento, um trecho de José Mauricio, interpretado por admiravel orchestra, regida por um dos proceres tambem da musica brasileira, o laureado maestro Francisco Braga.

Despertaram estas palavras grandes applausos, que acclamaram igualmente a protophonia da opera *Zemira*, executada pela orchestra da Sociedade de Concertos Symphonicos.

Seguiu-se o magistral discurso do dr. Affonso de Escragnolle Taunay sôbre o

PADRE JOSE' MAURICIO

"Um seculo faz que do mundo desapareceu uma das maiores glórias do Brasil: José Mauricio Nunes Garcia.

Continúa ignorado do grande público nacional. Januario da Cunha Barbosa e Manuel de Araujo Porto Alegre, sobretudo este ultimo, fôram os primeiros grandes arautos da sua glória e do seu valor immenso. Mas as suas vozes pouco se fizeram ouvidas.

De 1875 a 1898 ardoroso campeão de seu merito e apregoador do enorme debito do paiz para com tão grande filho, retomou a iniciativa dos dous illustres pregoeiros o visconde de Taunay.

Graças a elle se imprimiram as duas unicas composições que até hoje vieram a lume, de tão precioso e inédito espolio.

Infatigavel acclamador dos direitos consagrados de José Mauricio perante a gratidão brasileira, largamente e pela imprensa, sôbre elle escreveu materia para volumes.

O primeiro tive a satisfação de vêr ha dias apparecer impresso pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, em uma linda edição e graças á gentileza de meu prezadissimo amigo o sr. Walther Weiszflog.

E' um bom documento commemorativo dêsse primeiro centenario do passamento do grande musico e como que homenagem postuma do admirador fervente que era o escriptor, ao muito admirado que era o compositor.

Obedecendo ao chamamento de meus eminentes consocios do INSTITUTO HISTORICO BRASILEIRO, e á especial solicitação desses dous indefessos paladinos de nosso tradicionalismo que para renome da nossa quasi secular companhia estão á tésta de seus destinos, Affonso Celso e Max Fleiuss, vou, perante esta assembléa illustre, esboçar a biographia do nosso glorioso compatriota, cuja remémoração aqui nos reunio num preito de admiração e brasileirismo.

E, como de justiça, deixarei falar quem, durante vinte annos, se mostrou o incansavel arauto do enorme valor do artista genial que foi José Mauricio Nunes Garcia.

E' o incessante reivindicador da divida que o Brasil mantém para com a glória de tão grande e deslembrado filho.

I

A 22 de Setembro, dia consagrado pela egreja a São Mauricio, nasceu, em 1767, na cidade do Rio de Janeiro, de onde nunca devera sair, José Mauricio Nunes Garcia, fructo unico do legitimo consorcio de Apollinario Nunes Garcia, natural da ilha do Governador, e de Victoria Maria da Cruz, do bispado de Marianna (Minas Geraes), ambos de côr, esta filha ou neta de uma negra da Costa d'Africa (Guiné).

Na idade de seis annos, em 1773, teve o infortunio de perder o pae, mas ficou-lhe para amparo, fecundo e poderoso, o amor de sua mãe, em extremo laboriosa e intelligente, auxiliada por uma ermã mais velha, cujo nome infelizmente se perdeu, e talvez não mais se possa vir a saber.

Mostrando, dêsse a mais tenra idade, grande vivacidade de indole, applicação a qualquer genero de estudo, possuindo

voz muito afinada, extensa e ductil e patenteando a mais notavel inclinação pela musica, depois de aprender em uma eschola régia as primeiras lettras, poudo José Mauricio, graças aos exforços das suas protectoras naturaes, ser matriculado na aula de solfejo e rudimentos de harmonia do pardo Salvador José, e ahi taes progressos fez que grangeou, a um tempo, a amizade do mestre e o respeito e admiração dos condiscipulos.

Eram as lições dadas em um violão que lhe passava de mão em mão.

Póde-se affirmar que, pelos resultados obtidos, estava, dêsde então, feita a carreira de José Mauricio, ficando bem compensados os sacrificios heroicamente feitos, em seu beneficio, e da glória da Patria Brasileira, para aquellas duas humildes creaturas: — a mãe e a tia.

Matriculado, ainda bem joven, na eschola de latim do mestre Elias, em tres annos alli demonstrou tambem tal aproveitamento, que aquelle latinista, celebre na época, o declarou em condições de poder sentar-se na cadeira de professor e ensinar os collegas.

Egualmente se distinguio por modo excepcional, na aula pública de philosophia racional e moral, regida pelo doutor Goulão, formado em Coimbra, tendo sido até por este proposto para substituto.

No meio de todos esses estudos, e já então ajudando, com trabalho diario, a familia, a tocar, dos 15 aos 20 annos, instrumentos de corda e de sôpro, nas bandas de musica e orchestra de festas de igreja, continuava José Mauricio, com ininterrompido afinco, a cultivar a arte musical, guindando-se, pelo exfôrço proprio e pela constante meditação dos classicos, ás espheras cada vez mais amplas e elevadas.

Tambem ia subindo, a mais e mais, no conceito geral, conseguindo a maior nomeada nas boas rodas do Rio de Janeiro, onde o seu nome, em 1790, já era sobremaneira benquisto e acatado.

Pensou então em ordenar-se padre e, tendo-lhe sido feita generosa doação pelo seu amigo, o negociante Thomaz Gonçalves, de uma casinha á rua chamada a principio de Bellas Noites e depois chrismada das Marrecas, poudo, com a constituição dêsse patrimonio, ser recebido diacono, cantando missa solenne no anno de 1792, e obtendo licença para prégear, em 1798, embora só depois dessa data tivesse estudado rhetorica, com o dr. Manuel Ignacio da Silva Alvarenga, cujo attestado, de 1804, nos diz: "que frequentara a sua aula por

dous annos e nella fizera rapidos progressos, como raras vezes se encontram”.

Desde aquelle anno de 1792, admittido nos melhores circulos da sociedade fluminense, apesar de todos os preconceitos de côr, então ferrenhos, e que a meiguice e o espirito humanitario dos principes de Bragança, desde d. João VI. chegaram entre nós a destruir de todo, era José Mauricio muito apreciado pela vastidão e profundezza dos conhecimentos, em varias sciencias e linguas, e ainda mais pela mestria com que tocava órgão, cravo e depois piano, e nelles improvisava, tirando desses instrumentos os mais estupendos effeitos.

Parece provado que a sua primeira e grande producção sacra para instrumental, data de 1790; e a esta se fôram rapidamente succedendo outras de subido valor, que traziam maravilhados os muitos apreciadores de tão fecundo talento.

Empregando todas as suas economias em ajunctar a mais vasta collecção de composições musicas de todos os autores alemães, e sempre augmentada, e que em 1816 produziu a maior surpresa a Segismundo Neukomm o discipulo querido de Haydn, filiou-se instinctivamente á grandiosa e severa eschola de Haendel, Haydn, ou Bach, Mozart e Beethoven, este já a emergir nos largos horizontes da arte, como astro de inexcedivel brilho.

A 2 de Julho de 1798, foi José Mauricio nomeado mestre de capella e organista da antiga Cathedral e Sé, hoje igreja do Rosario, com o ordenado annual de 600\$000.

Privava então com o illustrado bispo do Rio de Janeiro, d. José Caetano da Silva Coutinho, prova do seu saber, e fazia ingentes esforços para desenvolver na população o gosto pela musica. já dando, por minima retribuição, lieções em casas particulares, de violão, cravo e espenheta, a meninas e senhoras, já mantendo uma aula gratuita, em que leccionou com a maior dedicação e assiduidade, por espaço de 38 annos. quasi até vesperas de sua morte !

No meio de tantas canseiras, seguiam-se umas após outras as manifestações do seu genio productor com admiravel copiosidade, todas ligadas, na mascula e indestructivel contextura, á eschola alemã, o que assegurava a não poucas dellas a immortalidade.

A impressão que José Mauricio causou ao príncipe regente d. João e á corte portugueza, quando aportaram, em Janeiro de 1808, á capital da grande colonia, foi de verdadeiro pasmo.

Como? Pois havia um musico dêsses em uma simples dependencia de Portugal?

Rodeou-o logo o favor do príncipe de mostras do mais formal apreço: estas, porém, mais serviram para suscitar e agular a inveja e os odios, logo nascentes, dos musicos vindos de Portugal, do que para melhorar as condições de existencia do artista brasileiro, que, acabrunhado de trabalho, luctava quasi com a miseria. O hábito de Christo em 1810, com a respectiva tença, e mais a mensalidade de 32\$, vieram, contudo, dar-lhe algum resfrego e compensação.

Augmentaram-se-lhe, entretanto, os desgostos e as luctas com a chegada, ao Rio de Janeiro, do celebre Marcos Portugal, em 1811, e não 1813, como diz Porto Alegre.

A insupportavel infatuação do famigerado mestre portuguez, cujas operas eram, naquelle tempo, representadas nos theatros até da Russia, com ruidoso applauso, operas de todo o poncto exquecidas e irresuscitaveis, as rivalidades fundas e sem reconciliação possivel, providas, sobretudo, da differença e do antagonismo das escholas seguidas por cada um dos compositores, as innumeradas intrigas e perversos mexericos, tudo isto se tornou para José Mauricio, durante não poucos annos, causa de incessantes dissabores, vexames e despeitas, que elle soube supportar com toda a paciencia, meiguice e inquebrantavel dignidade.

Apesar de todo o prestigio que os repetidos triumphos da Europa asseguravam a Marcos Portugal e das suas regalias de portuguez e homem de *sangue limpo*, como então se dizia, a intuição musical de d. João VI fazia-o inclinar-se de continuo para José Mauricio, tanto assim que, morrendo a rainha mãe, d. Maria I, a 20 de Março de 1816, a elle tambem encommendou o rei a solenne missa das exequias. Que escandalo na corte!

A essa prova de elevadissima confiança, que exasperou Marcos Portugal e a sua camarilha, respondeu o padre brasileiro com uma verdadeira obra prima, o *Requiem*, reduzido para piano, órgão e vozes, pelo nosso bello e operoso maestro, sr. Alberto Nepomuceno.

Foi a primeira producção impressa de José Mauricio !... E quanto tropeço a vencer-se para se tornar conhecida uma unica das suas quatrocentas e tantas composições !

Nesta ardua campanha empenhei nada menos de 25 annos de tenaz propaganda, já na Camara dos Deputados e no Senado, já na imprensa diaria e em innumerados artigos e reiterados appellos a quantos me pudessem ajudar !...

Esse *Requiem*, Segismundo Neukomm não duvidava collocar-lo a par do divino Mozart, tanta solennidade e angustia. taes accentos, tamanha unção e dôr nelle se condensam e se travam. Tambem, fôra escripto com lagrimas bem intimas e sinceras, pois no mesmo dia da morte da rainha, 20 de Março de 1816, perdera José Mauricio a extremosa e extreмецida mãe, a quem tudo devia.

Não abrandou, e, pelo contrário, mais se exacerbou a furia dos partidarios de Marcos Portugal, com a admiração que em todos incutiu a execução do *Requiem*, precedidos de nove longos e inspiradissimos responsorios. Nem de nada serviu a verdadeira homenagem que afinal lhe prestou o mesmo José Mauricio, modificando o seu estylo e modo de escrever e adoptando, infelizmente, como subordinação, ao gosto da época, os innumerados trinados, as volatas, cadencias e tessituras de procedencia italiana, até nas peças de mais intenso character religioso diminuido o vigor da harmonia e polyphonia e avassalado tudo a flacidas melodias.

Por isso, pois, póde dividir-se a obra do grande compositor sacro em dous largos periodos: o primeiro, da maxima valia e pureza, oriunda de genuina fonte germanica, que decorre de 1790 a 1816, nada menos de 26 annos; o segundo, já de adulteração e decadencia, em que, si aqui e acolá fulgem as scintillações do estro e a madureza da ciencia, apparecem não raro os signaes de deploravel depressão, devida á influencia do mau gosto e da eschola italiana, de que foi o mais illustre representante Rossini, creador, a principio de censuras e justos reparos por parte do maestro brasileiro.

Vae este periodo de 1817 a 1830, isto é, 13 annos; mas nelle a fecundidade foi em muito menor escala, podendo-se affirmar que no primeiro José Mauricio compoz mais de trezentos importantes espartitos para as solennidades da egreja, todos por sem dúvida dignos de surgirem do inqualificavel olvido em que fôram caíndo, quando merecem estar em plena e fulgida luz.

A proclamação da Independencia do Brasil, a 7 de Setembro de 1822, trazendo obrigatorio zelo das finanças da nôva nação que se ia organizando, tornou ainda mais difficil a vida já precaria de José Mauricio com os fundos e aniquilladores córtés feitos nas largas despesas da Capella Imperial.

Marcos Portugal, que ficara, não se sabe bem porque, no Brasil, deixando de acompanhar d. João VI, no regresso a Lisboa, soffreu ainda mais; e ahi, na hora do desfavor e da desgraça, foi procurar o companheiro de arte, que o acolheu com o maior carinho e amizade, e, com toda a nobreza, exquecido dos antigos e crueis aggravos, o ajudou na medida das parcas forças.

Para os dous velhos compositores arrastaram-se, então, melancolicos e pesados os dias.

“Hoje, dizia em certa occasião José Mauricio, em vez das grandes orchestras, que outr’ora me acariciavam os ouvidos, só’ouço o cantar dos grillos, os meus gemidos e o ganir dos cães, que me incommodam e entristecem”.

Ambos morreram no anno de 1830; José Mauricio, a 18 de Abril, na casa n. 18 da rua do Nuncio, aos 62 annos de idade e 5 mezes incompletos. Manuel de Araujo Porto Alegre tirou-lhe das feições uma mascara em gesso que pertence ao INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO.

Foi o seu enterro feito ás expensas da Irmandade de Sancta Cecilia, sendo o corpo enterrado na igreja de São Pedro, conforme deixara determinado. Depois, porém, transportaram os seus ossos para a igreja do Sacramento, por provisão de monsenhor Narciso, onde ainda se acham.

Era José Mauricio de estatura elevada, physionomia expressiva, intelligente, olhar penetrante, mas em extremo bondoso, côr amulatada para o claro, um tanto arroxeadado, na commisura dos labios, maçãs do rosto salientes, testa larga, com accentuado lobinho do lado direito, nos ultimos annos de vida.

Januario da Cunha Barbosa, seu amigo particular, no artigo necrológico, que a 7 de Maio de 1830, lhe consagrou no *Diario Fluminense*, diz o seguinte:

“Junctava a todos os estudos necessarios ao presbyterato vastos e profundos conhecimentos de geographia e história, tanto profana como sagrada e das linguas franceza e italiana, não sendo hospede na ingleza e grega, que tambem estudara não com tanto afincio.

Foi esse homem incontestavelmente um genio musical, a quem o Brasil ainda não pagou um ceutil da divida de admiração e reconhecimento a que tem inconcusso direito, com prejuizo e desprestigio para toda a nação, que assim mostra desconhecer os thesouros que possui, não para José Mauricio Nunes Garcia, que assentou solidas bases aos seus direitos á immortalidade e póde sempre appellar para a mais remota posteridade.”

Seja-me agora dado explicar as causas que levaram o auctor desta summula biographica a ter pelo seu biographado tamanho enthusiasmo.

Dous motivos para tanto concorreram. Um de ordem atavica, relativamente forte, outro de impressão pessoal, poderoso, espontaneamente occorrido, a despertar e reforçar o primeiro.

Mero acaso o levou a ter inesperado contacto com a inspiração do compositor a quem tanto viria a admirar.

Deputado recém enviado por Goiaz á Camara concorrera á mesa do Espirito Sancto que aos trabalhos do Parlamento do Imperio precedia.

Ao assistir a esta solennidade, a 24 de Dezembro de 1872, na Capella Imperial, veio-lhe a revelação do genio do grande padre, oriunda da audição de sua musica, para elle até então anonyma e immediatamente arrebatadora.

Tão impressionado se viu que permaneceu na egreja a indagar quem seria o auctor cujo estro soubera traduzir em harmonias de tal quilate as vozes do Parácleto invocado naquelle ambiente.

Neste sentido, pois, interpellou a um velho cantor da capella, Bento das Mercês.

— Por que quer o sr. saber-lhe o nome ? retrucou-lhe o musico carrancudo e rebarbativo.

— Por ter gostado immenso da sua musica.

— Pois não sabe que é do grande José Mauricio Nunes Garcia ?

Negativamente abanou a cabeça o curioso inquisitor.

— Eis ahi, fulminou-lhe o velho cantor depreciativamente. E é deputado ! E é deputado !

— Está a mesma impressa ? onde poderei compra-la ? sofregamente indagou o maltratado parlamentar.

— Impressa ! retrucou-lhe o musico amarga, acerbamente: Fique sabendo que até hoje, ouviu ? — até hoje ! não existe uma só musica do nosso José Mauricio impressa ! Nem uma unica !

E' assim que o Brasil cuida das suas glórias ! E trabalhe a gente e se mate por este paiz ! Escrever obras primas para serem apreciadas só pelos cupins e as traças !

"E sem se despedir de mim, seguiu adeante arrastando os pés", relata o desapontado indagador, ao terminar a narrativa deste pequeno episodio de sua auto biographia.

III

Regressando á casa com os ouvidos cheios da melodia e da harmonia de José Mauricio immediatamente communicou ao pae a revelação que o assombrara.

Foi em termos entusiasticos que este lhe referiu a tradição familiar acerca do compositor.

Contou-lhe quanto o pae e os demais artistas da missão franceza de 1816, fundadora da Academia Nacional de Bellas Artes, lhe tributavam a maior admiração e o tinham á conta de talento absolutamente formidavel. Referiu-lhe que Nicolau Antonio Taunay ao se retirar para a França, em 1821, escrevia aos filhos estabelecidos no Brasil pedindo noticias do *grand mulâtre*...

Relatou-lhe que seu ermão Amado Adriano, o naturalista afogado em 1828, no Guaporé, tanto admirava a obra de José Mauricio que em Cuiabá fizera copiar varias de suas composições, para lá em tempo levadas, e as remettersa aos ermãos do Rio de Janeiro.

Narrou-lhe ainda quanto Segismundo Neukomm, o eminente discipulo predilecto do grande Haydn, ao mais alto poncto elevava o talento do compositor, a quem conhecera na intimidade quando, de 1816 a 1820, no Rio de Janeiro, residira a serviço de d. João VI.

Reforçaram estas particularidades, minuciosamente desvendadas, a instigação vehemente que do novel deputado se apossou no sentido de se tornar o paladino de uma reparação nacional á obra do deslembreado mestre e o promotor da sua apresentação aos grandes centros mundiaes da arte.

Um dos sentimentos mais fortes que nelle jámais actuaram foi o do amor á glória. Era o que levava a aquilatar, com grande espirito de justiça, o merito e os esforços alheios.

Trabalhador prodigioso, demonstrava o maior respeito pelo trabalho de outrem. Destituído de inveja, pela immensa confiança que sentia no valor proprio, realizava o typo do homem da mais absoluta sinceridade.

E a exuberancia dos conceitos e acções se lhe revestia sempre da mais completa lealdade. Dominado por um estado d'alma que o celebre *Avez-vous lu Baruch ?* de La Fontaine traduz, passou a ser o indefesso e clamoroso apregoador dos meritos e da arte de José Mauricio.

Nem sempre foi igualmente intensa a campanha que moveu em prol do compositor, mas jámais deixou de a avivar, pois era o homem do *clama ne cesses*. Longa lhe foi, entusiastica e penosa, contrariante, por vezes, até cheia de dissabores. E durou-lhe mais de um quarto de seculo. E quanto mais se inteirava da musica do mestre fluminense mais lhe crescia o enthusiasmo.

Não que fôsse destes incondicionaes em que se convertem os obsecados e os unilateraes. Julgava severa, imparcialmente a obra do tão admirado auctor.

— “Ha dous José Mauricio perfeitamente distinctos ! repetia constantemente.

Procede o primeiro de Bach e de Beethoven e foi formidavel ! O segundo, avassalado pela brandura do character, pela timidez, a desigualdade das condições, o ambiente, a pressão dos musicos emigrados para o Rio de Janeiro, em 1808, pelo rossinianismo de Marcos Portugal, nem de longe se mede com o antecessor.

Mas mesmo assim ! eterna comprovação do “*chassez le naturel !*” — no meio de tão deploraveis concessões, arrancadas ao homem de genio pela timidez do pobre artista americano, mestiço no meio de europeus jactanciosos, mesmo assim ! no meio de tanta decadencia, de tempos a tempos, na sua obra da segunda phase, occorrem numerosos lampejos do talento, oriundo da inspiração filiada á grandiosidade dos mestres germanicos !”

Com que enthusiasmo em 1898 saudou a missa em si bemol, acaso encontrada entre papeis velhos, graças á solididade de um commerciante, dedicado musicista, o sr. Adolpho Pinto de Moraes !

Quando lhe conheceu a melodia — prodigiosamente bella ! — do *Et incarnatus est* positivamente delirou de jubilo.

Ao piano repetiu-a dias a fio, dezenas de vezes, dando-lhe todas as gradações, procurando fazer-lhe resaltar todas as riquezas.

A cada passo repetia — “Mozart assignaria isto, sem fazer o menor favor ao nosso Padre ! Não tem cousa melhor !” E o seu arroubo chegou a tal poncto que á casa dos amigos

ia propositadamente executar o tão admirado trecho e outros desta composição realmente notavel.

E, como fôsse sobremodo relacionado, aos seus numerosos visitantes logo inculcava ao piano as bellezas do *Et incarnatus*, do *Kyrie*, do *Glória*.

— Está você exaggerado com o seu *Avez-vous lu Baruch?* mauriciano ! dizia-lhe Joaquim Nabuco a rir.

IV

Membro da casa dos deputados, procurou o ardoroso propagandista interessar os poderes publicos na obra de se divulgarem os desconhecidos thesouros do espolio de José Mauricio.

Ao mesmo tempo fortemente se empenhava em soccorrer a Carlos Gomes cujas condições precarias muito o affligiam, e aos amigos dedicados do auctor do *Guarani*, na primeira plana dos quaes figuravam André Rebouças e Francisco Castellões.

Conseguiu a pensão de quatrocentos mil réis mensaes, então mil e muitas liras, que, de 1873 a 1879, permittiu ao grande campineiro viver folgado, a trabalhar na *Fosca*, no *Salvador Rosa*, na *Maria Tudor*.

Facil não fôra alcançar este auxilio a quem tanto o merecia.

Protestos houve na Camara, onde, em grosseiros apartes, até certo deputado reclamou contra esse “malbarateamento do tempo do Parlamento e do dinheiro da Nação”.

Não prezavam demasiado em sua maioria os politicos da época o cultivo das bellas lettras e das artes. Para as lettras juridicas abriam-se excepções, é bom lembra-lo, pois estas conferiam a maior notoriedade e prestigio a seus cultivadores.

Mas as bellas lettras eram em geral julgadas depreciativamente. Frequentes vezes ouviu José de Alencar conceitos e interpellações corroboradores do que estou a dizer.

Não faltou quem procurasse ridiculariza-lo na qualidade de romancista, creador de personagens como o “indio Peri-peri”, da anedota assás conhecida.

Em 1880 começou Taunay a se occupar activamente da projectada campanha em pról do seu grande musico.

Longamente sôbre elle escreveu na *Gazeta de Noticias* e na *Revista Musical* de Arthur Napoleão e Leopoldo Miguez.

Deputado por Sancta Catharina, em 1882 apresentou dous projectos sôbre o caso que tanto o apaixonava.

Visava um a execução por ordem do Govêrno do inventario completo da obra do mestre fluminense. Deveria uma comissão de tres especialistas arrolar tudo quanto da lavra do padre existisse no archivo da Capella Imperial, no das ermandades e institutos do Rio de Janeiro e outros ponctos do paiz.

Sabia-se que em São João d'El-Rey, notavel centro musical, aliás, existia precioso acervo de composições de José Mauricio, que no maestro Martiniano Ribeiro Bastos tinha o maior admirador.

Foi approvada a proposta, sendo então nomeada tal comissão que se compoz do archivista da Capella Imperial e mais dous professores.

Coube-lhe difficil tarefa como são ainda todas as deste genero em nosso paiz. Após longo tempo apresentou o resultado de suas pesquisas incompletas aliás.

Declarou o archivista Joaquim José Maciel, em 1887, que arrolara 241 composições de José Mauricio. Diversos roes dessa lista copiou, enviados ao Ministerio do Imperio, á Camara dos Deputados, ao Archivo do Cabido do Rio de Janeiro e ao Instituto Historico Brasileiro, de onde foi um ter ás mãos de Sacramento Blake, então a elaborar o seu precioso *Diccionario*.

Satisfeito com este primeiro resultado, quiz Taunay conseguir pequeno credito para imprimir algumas peças mais notaveis do opulento acervo manuscripto recém inventariado.

Mas ahi se viu contrariado pela má vontade geral. E como insistisse ouviu apartes acrimoniosos e até malcreados.

Está v. ex. a nos fazer perder precioso tempo com o seu 'rabequista, bradou-lhe mal humorado parlamentar inimigo da arte orpheica, se ainda é permittido ao escriptor que se preze a rememoração da mythologica allusão.

A seu modo de vêr vingou-se Taunay desta scena deprimente, relatando-a num de seus volumes de autobiographia, em que ao mesmo tempo recorda os dissabores soffridos por Alencar e outros confrades illustres, a proposito de suas produções litterarias.

Senador do Imperio, pareceu-lhe poder, agora com muito maior número e muito mais importantes elementos de triumpho, renovar a tentativa mallograda da Camara dos Deputados.

A 4 de Junho de 1887, pronunciava assás longo discurso pedindo um credito para a impressão das obras do seu caro

José Mauricio, pequeno que fôsse, obtendo então os applausos calorosos de um espirito superior, aberto a todas as manifestações do Bello: Francisco Octaviano.

Promessa de auxilios alcançou no anno seguinte, quando o gabinete Cotegepe foi substituido pelo ministerio João Alfredo.

Não se effectivaram, contudo, mau grado certo empenho do presidente do Conselho.

V

Sôbreveio com a República o afastamento definitivo e completo, do scenario politico, por parte do antigo senador vitalicio por Sancta Catharina, recém agraciado com o viscondado e a grandeza do Imperio.

Cohérente com as idéas e principios não poderia jámais assumir attitude diversa, tanto mais quanto professava a mais extraordinaria veneração pela pessoa do magnanimo Pedro II.

Assim se refugiou o ex-politico no campo da litteratura e da arte, unico em que podia dar expansão á insopitavel feição do trabalhador infatigavel e á ancia de produzir.

Resolveu levar a cabo a campanha resuscitadora da glória de José Mauricio, agora com redobrado exfôrço.

E o fez com enorme trabalho, e o mais real sacrificio, pois já se achava na última phase da molestia que, desde quasi duas dezenas de annos, lhe combatia o robustissimo organismo: o diabetes.

Conseguiu movimentar a opinião fluminense. Obteve de amigos e admiradores da Arte as pequenas quantias de que necessitava, para poder mandar imprimir as primeiras produções de José Mauricio.

Seja-me permittido aqui lembrar o muito com que o secundaram, então, o sr. Rodrigues Barbosa, redactor da secção musical do *Jornal do Commercio*, tão fino musicista quanto erudito conhecedor da história da Arte e das cousas do Brasil, o nosso illustre compositor Leopoldo Miguez e seu eminente confrade Alberto Nepomuceno.

Ferreira de Araujo, com a sua admiravel penna jornalística, foi tambem dos que procuraram auxiliar a tentativa do amigo e constante collaborador da sua *Gazeta de Noticias*.

Em torno de Miguez e Nepomuceno, dedicado e optimo grupo de musicistas chamou a si a execução das obras do deslembrado mestre.

Assim dentre os nomes que me acodem cito, a pedir desculpas das fataes mas involuntarias omissões, as sras. dd. Maria Nabuco, Elvira Gudin, Candida Vianna, Mello Moraes, Corina Rocha, Marietta Netto, o professor Carlos de Carvalho, o dr. A. G. de Arruda Beltrão, os professores regentes de orchestra José Levrero e Pereira da Silva, entre muitos.

Cantaram-se o *Requiem*, a *Missa em si bemol*, a *Missa pastoril*, a de *Sancta Cecilia* e sobretudo a grande *Missa festiva*, com magnificos recursos coraes e orchestraes, na solenne inauguração da egreja de Nossa Senhora da Candelaria, a 10 de Julho de 1898, cerimonia grandiosa como nò seu genero jámais até então vira o Rio de Janeiro.

Nas ermandades fluminenses encontrara o propagandista de José Mauricio decidido apoio e sympathia, quer da parte dos elementos nacionaes, quer dentre os da colonia portugueza.

Assim me lembro dos nomes do visconde de Castro Guidão, do conselheiro Ernesto, Cybrão e, sobretudo, do coronel Julio Cesar de Oliveira, provedor da Candelaria, que lhe commetteu o encargo de escolher a parte musical das grandes festividades consagradoras de seu imponentissimo templo.

Vingava a campanha; já repercutia fóra do Rio de Janeiro. Assim, em differentes pontos do Brasil, voltavam as cópias dos manuscriptos de José Mauricio ás estantes dos musicos nas festas de egreja. Publicou a casa Bevilacqua a missa de *Requiem* e a em si bemol, reduzidas por Alberto Nepomuceno e impressas á custa de subscrição pública.

Excellente foi o acolhimento a estas publicações.

Em Porto Alegre, distincto e apaixonado musicista, doutor Olintho de Oliveira, á testa do Club Haydn, organizou grande concerto commemorador do nascimento de José Mauricio, festival que muito deu que falar de si pelo brilho do exito e em que o *Requiem* teve soberba execução.

Na Italia contemporaneamente um dos nossos representantes diplomaticos, o dr. Franciscò Badaró, promovia uma audição em Roma da mesma missa funebre, valendo ella dos criticos de arte de diversos jornaes italianos elogiosas palavras.

Assim calavam fundamente na opinião pública os argumentos do restaurador da obliterada reputação do mestre fluminense.

Foi, infelizmente, apenas um lampejo todo este resultado penosamente obtido á custa de tanto labor. Subitamente

cessou com o desaparecimento do seu ardoroso impulsador.

Já, desde muito, gravemente enfêrmo, a muito custo pudera acompanhar os trabalhosos ensaios das cerimonias da Candelaria. Sobremodo combalido de fôrças, affectado de dupla cataracta diabetica, ainda assim não abandonava as columnas dos jornaes a escrever sempre sôbre o seu tão admirado compositor.

Desapparecido do mundo a 25 de Janeiro de 1899, com a sua morte recaiu José Mauricio no exquecimento. De longe em longe é o seu nome recordado e jámais se cogitou de continuar a publicação de sua musica, muito embora se vissem varias edições da *Missa em si bemol* exgottadas pelo favor público.

Felizmente, pouco antes de morrer, pudera o seu paladino ver realizada uma de suas mais caras preocupações: a salvação do espolio de José Mauricio pela sua custodia conferida ao Estado.

Ultimaram-se as negociações a isto relativas, cedendo d. Gabriella Alves de Sousa a collecção de sua propriedade, e avultada, de manuscriptos originaes de José Mauricio, e cópias de suas composições effectuadas por seu tio, o cantor Bento das Mercês.

Entendendo-se com meu pae, apresentou o dr. João Pandiá Calogeras, que então encetava a brilhante carreira, um projecto auctorizando o Estado a adquirir tão precioso acervo.

E o justificou em termos dignos de sua já grande cultura e do apreço intenso votado ás cousas da Intelligencia e do Bello.

Foi a collecção Gabriella Alves de Sousa incorporada ao archivo do Instituto Nacional de Musica.

Infelizmente jámais se cogitou de publicar mais alguma peça saída da penna inspirada do compositor seteeentista.

Terá a musica de José Mauricio realmente o valor que lhe attribua o seu tão ardoroso apregoador de meritos?

Preciso confessar á puridade que a seu respeito comecei sceptico.

Parecia-me que meu pae se achava bastante auto-suggestionado, e com o senso critico algum tanto prejudicado pelos enthusiasmos do temperamento exuberante.

Outro me foi, porém, o modo de pensar, após a audição do *Requiem*, da protophonia da *Zemira*, da execução, accessivel aos meus restrictissimos dotes pianisticos da singela,

limpida e lindissima *Missa em si bemol*, nascida de tão intensa e original, quanto suave inspiração, e onde surge aquella melodia maravilhosa do *Et incarnatus est*.

Fiquei totalmente empolgado pelo *Requiem*, o severo e doloroso *Introito*, a clangorosidade imponente do *Dies iræ*, a mysteriosa suavidade do *Gradual*, a magestade do *Offertorio* deixaram-me totalmente convicto do valor do mestre brasileiro.

Mesmo nas partes mais fracas, já reflexo do rossianismo exaggerado do tempo, quantas bellezas! Que aria lindissima do *Ingemisco*, mau grado o abuso das *volatas e fiorituras*! E que rajada de verdadeiro talento aquelles poucos e arrepiantes compassos do *In mæmoria æterna erit Justus*! Não menos inspirado o sólo grandioso do *Quam olim Abrahamæ*.

A *Zemira* que conhecera em 1898 reapareceu em 1916 a pedido meu, no programma musical da festa commemorativa do primeiro centenario da Eschola Nacional de Bellas Artes. Ouvia-a, pela segunda vez, com enorme curiosidade e pareceu-me tão vivaz, tão cheia de alacridade e frescor como da primeira.

Foi uma evocação lindissima, da melhor factura orchestral, de um seculo atrás, a que ella proporcionou.

VI

Occorreu a 18 de Abril do corrente anno o primeiro centenario do fallecimento de José Mauricio Nunes Garcia.

E' de inteira justiça aqui recordar quanto nos ultimos annos contribuiu para chamar a attenção pública sôbre a approximação da gloriosa ephemeride um grande amigo do arauto do compositor sr. dr. Arno Philipp, o eminente jornalista allemão que se radicou de tal modo ao nosso paiz que o Rio Grande do Sul, reconhecendo-lhe os meritos, o galardoou com uma cadeira no seu parlamento, por diversas legislaturas.

Homem de elevada cultura, apaixonado da terra que elegeu como segunda patria, traduziu o dr. Arno Philipp de modo absolutamente notavel, dizem-no todos, a *Innocencia*, e esta versão lhe trouxe prolongado contacto epistolar com o romancista da novella sertaneja.

Dahi lhe nasceu o amor á glória de José Mauricio, cuja obra conhece e avalia á altura de elevados dotes de musicista.

De vez em quando relembrava pelas columnas da *Federação*, de Porto Alegre, a necessidade de se cultuar a grande memoria do padre compositor, como no vibrante artigo *Sagrada divida nacional*, publicado em vespervas de 7 de Setembro de 1922.

Agora, apesar de enfêrmo, ha longos mezes, veio recordar a pesada divida do Brasil para com o grande e deslembreado filho, em eloquente escripto subordinado ao titulo: *Pelo centenario de um genio brasileiro*.

Appella o eminente publicista para os poderes publicos, as grandes instituições litterarias e artisticas do paiz. E' preciso publicar alguma cousa do acervo de tão illustre vult. "para que não só os Brasileiros como a humanidade possam receber o legado intellectual que elle lhes deixou."

Ao actual sr. presidente da República devem a História e a Heuristica nacionaes serviços como nenhum de seus antecessores jámais de longe os prestou.

Mais de cincoenta mil paginas *in quarto*, de documentação cerrada representa a impressão devida á sua unica iniciativa das series inestimavelmente preciosas das *Actas da Camara de Sancto André da Borda do Campo e da Camara de São Paulo, do Registro Geral da Camara de São Paulo, e das Sesmarias, dos Inventarios e testamentos, dos Documentos Historicos do Archivo Nacional e da Bibliotheca Nacional*.

A essas grandes vias de penetração e circulação que tanto lhe são caras, assignalou frequentemente com muitos dos mais bem inspirados padrões evocadores do passado do Brasil e da memória dos servidores notaveis do paiz. Erigiu aquelles bellos monumentos, que tão alto falam aos corações brasileiros da grandiosidade quadrisecular da mais illustre estrada do Brasil, o Caminho do Mar como o Cruzeiro de Anchieta, o Pouso de Bernardo de Lorena e o Rancho da Maioridade. E ultimamente mandou erigir nas estradas da Tijuca padrões que recordam a vida e os serviços de adoradores eminentes daquella Natureza estupeñda a que tanto tambem admira e tem protegido.

Assim distraia um pouco de sua feição eminentemente nacionalista para a divulgação de um opulento acervo que continúa quasi intacto, encerrando preciosissimas gemmas: o de José Mauricio Nunes Garcia.

Não custará avultadas sommas a impressão de algumas das obras mestras do compositor, que poderão ser seleccionadas por uma commissão dos nossos compositores da pri-

meira plana como entre outros os mestres Henrique Osvaldo e Francisco Braga, por exemplo.

Assim possa o sr. presidente da Republica, em nome da Nação, promover esta oblação da justiça e da gratidão nacionais para com a memória do grande Brasileiro, o compositor genial e humilde, a quem o Brasil — dizia a 22 de Setembro de 1895 o pregoeiro incansavel do seu valor — ainda não pagou um ceutil da divida da admiração e reconhecimento a que tem inconcusso jús, com prejuizo e desprestigio para toda a Nação, que assim mostra desconhecer o thesouro que possui; não para José Mauricio Nunes Garcia, que assentou solidas bases nos seus direitos á immortalidade e pôde sempre appellar para a mais remota posteridade. (*Prolongados applausos.*)

Executou, depois, a orchestra, a missa de *Requiem*, de José Mauricio, que produziu intensa commoção.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO encerrou a sessão, dizendo que festa de tão alta musicalidade devia rematar com uma nota harmoniosa, nenhuma de maior harmonia do que um tributo de gratidão. Agradeceu, com maxima cordialidade, em nome do INSTITUTO HISTORICO, o velho e zeloso levita das nossas tradições, a todos quantos tinham contribuido para o esplendor da homenagem ao preclarissimo sacerdote da Religião e da Arte, ao negro genial, morto ha cem annos, e redi-vivo na geral veneração. Mostraram-se, dessa fórmula, patrioticamente solidarios com os que nutrem o dignificante culto das nossas grandezas; deram a confortadora certeza de que não ha, não pôde haver divergencia, ou separações, entre Brasileiros, quando se tracta de defender e honrar as glórias do Brasil.

Além do testemunho de reconhecimento, um voto final: Assim como os inspirados accordes de José Mauricio embalaram o berço da Patria, assim tambem seja sempre, sem interrupção, nem deslise, afinado e mavioso, a suscitar unanimes applausos confraternizadores, conforme succedera na reunião, o rythmo progressista da evolução nacional.

Esta allocução provocou palmas vibrantes e prolongadas.

(*Nos intervallos, tocou bellamente a banda de musica do Corpo de Bombeiros, sob a direcção do tenente Pinto Junior*).

II

HOMENAGENS AO PRESIDENTE DO INSTITUTO

A mesa do INSTITUTO recebeu as seguintes communicações:

Exmo. sr. dr. conde de Affonso Celso — Rio de Janeiro
— Temos a honra de communicar-vos o seguinte: O Gremio Litterario "Conde de Affonso Celso", em assembléa geral real-
lizada em 29 de Junho proximo findo, resolveu, por unanimidade de votos, approvar a indicação do vosso dignissimo nome para seu presidente de honra e socio honorario.

Os componentes do gremio se sentem sinceramente jubilosos por ter á frente da sua associação vosso augusto nome, pois é sob tão valioso patrocínio moral e intellectual que almejam o progresso social.

Na data citada procedeu-se á eleição da nova directoria, empossada em 6 do corrente e composta dos seguintes associados:

Presidente, professor Salvador José Narciso Bergo;
Vice-presidente, estudante Francisco Pereira Fernandes;
1º secretario, estudante Armindo Pereira Fernandes;
2º secretario, professora Maria Patria Soares;
Thesoureiro, guarda-livros Geraldo Elias Machado;
Bibliothecario, estudante senhorinha Maria Luzia Machado.

Commissão executiva, professor Lucio Barreto, bacharel Diogo Narciso Coelho da Costa, academico Vicente Netto Peixoto. Commissão de syndicancia, guarda-livros Fabio de Araujo Campos e os estudantes Tarcides Pereira Fernandes e Lauro Mendonça Gouvêa.

Levando ao vosso conhecimento as resoluções acima tomadas, aproveitamos o ensejo para reiterar-vos os protestos de nossa immorredoura veneração e carinhoso aprêço.

Juiz de Fóra, 7 de Julho de 1930. — Pelo Gremio Litterario "Conde de Affonso Celso", *Armindo Pereira Fernandes*, secretario.

Rua Floriano Peixoto n. 796.

DISCURSO PRONUNCIADO NA ESCOLA NORMAL DE RIO PRETO
POR OCCASÃO DA INSTALAÇÃO OFFICIAL DO GREMIO
LITTERARIO AFFONSO CELSO, PELO DR. LUIZ A. DA
COSTA CARVALHO.

Senhoras e senhores:

Agiram bem, porque decidiram inspiradamente, as gracios alumnas do curso de adaptação desta Eschola Normal escolhendo para denominação do seu gremio litterario, que vem de ser regulamentarmente organizado e consequentemente para patrono dos seus ensaios iniciaes no vasto e bello campo das lettras um nome, — Affonso Celso — um grande nome nacional que, tambem mineiro, é lidimamente nosso, como os que mais o sejam, e que passou á História de nossa terra como paradigma de dignidade civica e de inteireza de convicções, de lealdade política e de devotamento patriótico, de integridade moral como auctoridade mental, sendo egualmente expoente alto da intellectualidade patricia e figura do mais brilhante relevo da sociedade brasileira como representante genuino dessa geração privilegiada de homens de valor authenticos pelo talento e pela cultura que vae, aos poucos, desapparecendo do scenario mundano na sua caminhada fecunda para a immortalidade gloriosa: Machado de Assis; Olavo Bilac; Euclides da Cunha e Vicente de Carvalho; Raymundo Corrêa e Guimarães Passos; Coelho Netto e Emilio de Menezes; Silva Ramos e Alfredo Pujol; Pardal Mallet e Alberto de Oliveira; Affonso Arinos e Mario de Alencar e tantos outros cujos nomes gloriosamente lembrados são guardados como reliquias de uma época luminosa que vae passando.

E si bem andaram as minhas lindas e jovens patricias na escolha de um nome que lhes designasse a associação litteraria que fundaram, decidindo com tamanha felicidade, mal houveram, sem dúvida, em buscar-me no retiro das minhas preocupações profissionaes para interpretar-lhes aqui o pensamento, explicando as razões da preferencia e dizendo algo da vida e da obra do patricio eminente, cujo nome, grande e glorioso nome, particula valiosa do patrimonio moral da nacionalidade, vae constituir o lábaro guiador da nossa galharda juventude estudiosa para a conquista da finalidade auspiciosa dos seus objectivos sociaes, porque, causas diversas e circumstancias occasionaes, confirmam-me na convicção de

que, no momento, não posso alcançar o plano bastante elevado de onde deveria fallar sôbre o thema suggestivo e interessante que me propuzestes: — *Affonso Celso*.

Dizer da personalidade notavel do eminente concidadão e fallar da sua obra de escriptor sob o triplice aspecto: litterario, scientifico e politico, é tarefa que sobreexcede as minhas aptidões e aos meus recursos bibliographicos, de modo que o escoreço biographico que tentei bosquejar, para expôr a esta culta assembléa que me distingue com a sua attenção benevola, fica, certo, muito aquem da verdade e longe, sem dúvida, do merecimento do modêlo que eu fiz por descrever a largos traços.

Affonso Celso, filho, é o que faz objecto desta palestra descolorida e desataviada, porque Affonso Celso egualmente se chamava o pae, que foi o glorioso e grande Ouro Preto (visconde), estadista eminente do segundo imperio, grande entre os maiores dos politicos como dos juriconsultos patricios de seu tempo, paradigma de uma geração de homens notaveis que se destacavam, cada qual por merecimento maior como por um conjuncto maior de dotes moraes e intellectuaes — Lafayette e Cotegipe, Candido de Oliveira e João Alfredo, Fernandes da Cunha e Teixeira de Freitas, Affonso Penna e Sinimbu, Carlos Affonso e Euzebio de Queiroz, Nabuco de Araujo e Macedo Soares, Rebouças e Perdigão Malheiros, Ribas e Silva Costa, Candido Mendes e Felicio dos Sanctos, Silveira da Motta e Joaquim Nabuco, Torres Homem e Silveira Martins, Carlos de Carvalho e Andrade Figueira, Antonio Prado e Leoncio de Carvalho, Rio Branco, pae, e Rio Branco, filho, para só referir alguns poucos dentre os grandes nomes dessa notavel galeria de estadistas e professores, de juristas e parlamentares que fizeram a glória duma época e o orgulho da nacionalidade.

Affonso Celso de Assis Figueiredo Filho, após um curso verdadeiramente brilhante, doutorou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, onde se notabilizara pelas suas excelsas virtudes moraes como pelos seus grandes dotes intellectuaes, manifestando-se, desde os primordios de sua vida academica, um escriptor de estirpe, senhor de estylo brilhante e delicado, fazendo época e provocando sensação os seus trabalhos juridicos e litterarios na revista academica *Direito*

e *Lettras*, por elle fundada e dirigida com proficiencia acima daquella que se poderia exigir de um joven estudante, que já a esse tempo, entretanto, publicára varios trabalhos litterarios de valor apreciavel e merecedores da critica encomiastica que acolheu a sua publicação —*Preludios, Devaneios, Télas sonantes, Poemetos*, todos em versos, além de outros em prosa, como a substanciosa Conferência commemorativa do Centenario de Camões em 1879.

Recebido o grão de doutor em direito, então, como ainda agora, de obtenção pouco facil, merecendo nota distincta e elogiosa referencia dos mestres a sua *These de doutoramento* brilhantemente defendida em 1881, entrou o joven advogado na sua vida práctica pela mão varonil e experimentada do eminente conselheiro Affonso Celso, seu pae, e seduzido pela Política, como acontece, em geral, a quantos não lhe conhecem a maldade e as intenções envenenadas dessa *barregã sem entranhas que separa os homens e corrompe as almas*, pleiteou e foi logo eleito deputado geral por esta então provincia de Minas Geraes.

De como se conduziu o novel político e deputado, orador fluente e persuasivo, de palavra facil, ardorosa e eloquente, discutidor sereno e adestrado, no exercicio do mandato popular, os Annaes do Parlamento Nacional registaram e guardam a impressão magnifica que se poderá recolher mais facilmente da leitura de *Discursos Parlamentares*, dados a lume em 1888 e de *Oito annos de Parlamento*, em 1901.

Bem cedo, e felizmente para elle e para as lettras nacionaes, Affonso Celso se desilludiu da política e, ao contrário do que fez Ouro Preto, seu eminente pae, abandonou-a ao contacto do primeiro dissabor após esse pequeno tirocinio parlamentar, mantendo-se, porém, até hoje fiel ás suas convicções políticas e partidarias, sem, entretanto, jámais recusar ao regime republicano quaesquer serviços que, porventura, lhe fôsem solicitados, fóra, porém, do campo político e das competições partidarias a que tem sido sempre extranho e desinteressado.

Poeta que Affonso Celso é, no sentido rigoroso da expressão, de alta esthesia e de profunda sentimentalidade, os seus versos, verdadeiras joias darte, são daquelles que fallam ao coração da gente, sem artificialismo, na singeleza tocante de sua construcção perfeita, e elles, esses lindos

versos de ouro, ahí estão ao alcance de nossa vista para deleite de nosso espirito e consolo de nossas provações, caprichosamente colleccionados em *Rimas de outr'ora*, *Trovas de Espanha* e *Poesias escolhidas* nos quaes o poeta se nos mostra em todo o esplendor do seu talento constructor e em plena florescencia da sua musa privilegiada, a concorrer, sem temor de supplanção, com os nossos maiores poetas, apresentando-nos versos impecaveis tanto do ponto de vista da forma metrica como da elaboração vernacula, reveladores do seu alto senso esthetico e da sua sensibilidade affectiva, como, entre outros, este soneto admiravel — *Porto Celeste* — no qual o coração do grande artista se abre numa explosão esplendida de amor paterno:

“Andei em longas excursões distantes:
Vi palacios, sacrarios, monumentos,
Fócos da industria, artisticos portentos...
Praças soberbas, capitaes gigantes.

Mas lia, em toda a parte, nos semblantes,
Dôres, luctas... identicos tormentos...
— Onde a patria dos risos ? !... Desalentos
Colhi apenas, mais crueis que dantes.

Achei, enfim, n'um pequenino porto,
Crenças, consolações, calma, conforto,
Tudo que anima, enleva e maravilha:

Ninho de encantos que a innocencia habita
Promontorio do céu, plaga bendita,
E' junto ao berço teu, ó minha filha.”

Em *Renascença*, a linda revista de lettras e artes que fez época nos circulos intellectuaes brasileiros, se encontra, além de outros muitos, este bello soneto, em que elle, o fino estheta da palavra rimada, nos diz, como sendo só d'elle, o que são, de todos nós as *Alegrias*, sentimento de psychologia indecifrável e indefinivel, que, no seculo, só mui transitoria e relativamente se experimenta:

“Muita vez á janella desta casa,
Que um velho triste, solitario, habita
De avesinhas um par, áza com aza.
Faz, a trinar, idyllica visita.

Quanta graça, que encanto se extravasa
Do par sôbre a janella, onde saltita!
Mas... um toque... um rumor, ou que lhe apraza,
E para além o par se precipita...

Oh! alegriãs minhas, semelhantes
Sois áquellas fugazes visitantes,
Frageis, aladas, timidas, subtis...

De alentos enfeitaes meu desalento;
Quero reter-vos, faço um movimento,
Desamparaes-me, rapidas fugis!..."

E não só sob esses aspectos Affonso Celso é o poeta magnifico e perfeito, porque uma outra face interessante da sua formação poetica se revela brilhantemente em *Mez de Rozario* e *Lampejos sacros* em que, com mestria invulgar e com limpida e delicada inspiração catholica, ensaia e practica a poesia religiosa, sendo de accentuar que, sob esse aspecto, sem dúvida o mais apreciavel da sua personalidade litteraria, a obra prima do notavel belletrista patricio, o seu trabalho de mais fino labor é a traducção versificada da *Imitação de Christo*, o maior livro que o engenho humano já produziu, o livro immortal e incomparavel de Thomaz de Kempis, o monge humilde e inspirado, o mestre auctorizado da sciencia dos Sanctos, em versos lapidares, de tocante suavidade e de esplendida belleza lyrica, como de profundo e encantador mysticismo, capazes, por isso mesmo, de consagrar, como succedeu, com perfeita justiça, Affonso Celso, como um dos grandes entre os maiores poetas nacionaes.

Assim, sob o aspecto poetico, si é grande a bagagem litteraria do nosso festejado patricio, não menor e não menos valioso é o acêrvo da sua obra de prosador e romancista — e ahi temos — *Minha filha*, *Um invejado*, *Lupe*, *Giovannina*, *Porque me ufano do meu Paiz*, *O dr. Moitinho*, *O gorro de Papae*, além de outros trabalhos de subido valor que constituem uma bibliographia apreciavel.

Escriptor e polemista ardoroso e elegante, os seus trabalhos de critica ou de narração são dignos de meditação e de aprêço pela sinceridade que o notavel auctor põe nos conceitos que expende como pela precisão e segurança de suas observações, mantida sempre a sua fidelidade aos principios

doutrinarios, religiosos e politicos, que adoptou e a que se subordina servindo-os com devotamento e elevação e, sem respeito humano, defendendo-os em todos os passos de sua nobre vida, tão bella e modelarmente vivida, e em todas as oportunidades da sua luminosa e longa trajectoria de escriptor, valendo-lhe a diretriz rectilinea dessa attitude a par de serviços da mais alta relevancia á religião catholica de que Affonso Celso é adepto fervoroso e practicante sincero e convicto, que tem orgulho de sua fé para confessa-la como a melhor e maior graça da providencia de Deus a excepcional dignidade de conde romano com que o agraciou o Sancto Padre de Roma, sendo-lhe ainda, em attenção aos seus meritos invulgares, conferido pelo govêrno da França como a outros Brasileiros illustres, o officialato da "Legião de Honra".

Os seus livros *O Imperador no exilio; Vultos e Factos; Notas e Ficções; Guerrilhas; Contradictas monarchicas; O assassinato do coronel Gentil de Castro*, e alguns outros, nesse genero, cuja leitura se recommenda pelo quanto de util e de aproveitavel elles offerecem, além de trabalhos esparsos em revistas scientificas e litterarias e na imprensa periodica e diaria da Capital Federal e do Interior, em que collabora com regular assiduidade, mantendo, até o presente, a sua collaboração no *Jornal do Brasil*, no qual escreve a secção "Cotas aos Casos", columna das mais apreciadas daquelle matutino carioca por ser uma especie de Cathedra popular de cujo cimo Affonso Celso prelecciona, expondo ao seu numeroso grupo de leitores os factos mais interessantes ou notaveis que occorram e que illumina e illustra com os seus commentarios opportunos, eruditos e brilhantes, são de molde a consagra-lo, como polemista e escriptor, á admiração geral.

E por estas circumstancias, por todos esses valores que aponcto e que confirmam o alto merecimento intellectual e litterario de Affonso Celso é que foi elle conduzido em consagrada aclamação ao "cenáculo da immortalidade", denominação valorizante e expressiva que se aprouve dar á Academia Brasileira de Lettras, cuja presidencia o nosso brilhante belletrista exerceu longo tempo por eleição de seus pares, sendo tambem, como historiographo acatado, presidente perpétuo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro do qual é socio effectivo.

Tractei de Affonso Celso, estudante, politico, poeta, escriptor e jornalista, dizendo, *currente calamo*, de cada um dêsses aspectos da sua personalidade e quero, para finalizar esta breve palestra que me determinastes de fazer, dizer-vos algo do dr. Affonso Celso, advogado, jurisconsulto e professor de direito.

Quando, apenas formado, ingressou na política, a advocacia tornou-se tambem a sua profissão ao lado de seu eminente Pae, que foi, todos o sabeis, o advogado notavel por todos os titulos naquelle tempo aureo das letras juridicas nacionaes, cujo escriptorio merecendo a confiança geral era dos de melhor fama e dos mais procurados da côrte, e deixando a política, em bôa hora, á advocacia dedicou Affonso Celso toda a sua grande e intelligente actividade e, — *Vir probus, dicendi peritus* — no exercicio da profissão por excellencia quando, bem orientada e comprehendida, é bem e intelligentemente exercitada na conformidade dos preceitos da ethica social e da deontologia profissional, impoz-se como causidico notavel ao apreço e respeito do Fôro em que trabalhou.

Circunstancias varias fizeram-no deixar a profissão cujo exercicio Affonso Celso dignificara por largo espaço de tempo, seguindo as pégadas paternas nessa estrada que palmilhou illuminando com os lampejos de seu lucido talento e da sua cultura invulgar, para recolher-se ao seu gabinete de jurisconsulto, como verdadeiro successor do nome glorioso que herdara fiel continuador das tradições paternas e á sua cathedra de professor de uma das faculdades de direito da capital da Republica, cuja directoria, confiada aos seus meritos de jurista, á sua grande capacidade de trabalho e á sua habilidade pouco commum de administrador, elle exerceu por largos e dilatados annos, para gaudio das gerações de moços que passaram então pelos bancos academicos bendizendo-lhe a bondade paternal e sincera e a orientação magnifica e impeccavel com que o mestre querido e respeitado lhes dirigia os passos e lhes fortalecia o ânimo enriquecendo-lhes o espirito joven para que, passado esse aureo e sempre grato periodo de preparação academica, e feitos homens moralmente disciplinados, juridicamente preparados e espiritalmente fortes, pudessem entrar na vida pública e enfrentar, com probabilidade de exito, o mundo com as suas provações e as suas fraudes, com as suas seducções e as suas maldades.

E não são muitos os discipulos do mestre que, guardando seus exemplos e recordando suas lições, tenham naufragado.

Professor e director da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes, foi Affonso Celso quem promoveu a sua fusão com a Faculdade de Direito, medida do mais largo alcance para o ensino da sciencia do Direito, levada a effeito com o melhor successo e da qual resultou a criação de uma unica Faculdade na capital da Republica, tendo sido igualmente elle o inspirador da criação, alli, da Universidade do Rio de Janeiro.

Eis o que, na estreiteza do tempo que mediou entre a hora do vosso convite e a desta magna sessão, descontados naturalmente os momentos tomados pelos multiplos affazeres de meu escriptorio, e na falta de elementos melhores, eu pude colligir para dizer-vos aqui e acredito, com certa ousadia, que, dadas essas circumstancias, eu não deslustrei o mandato dignificante e si não descrevi, como merecia que fôsse feito, a personalidade, que é das mais sympathicas e das mais interessantes das nossas letras, de Affonso Celso, eu procurei faze-lo com justiça e com verdade, para poder terminar com a affirmação, que aqui deixo, de que a vossa escolha recaiu numa das glórias mais legitimas da litteratura nacional, num dos expoentes mais altos da nossa cultura, num dos maiores nomes da intellectualidade brasileira. Dito."

156^a — 3^a sessão ordinaria realizada, em 7 de Junho

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

A's 17 horas, abre-se a sessão com a presença dos senhores conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, José Maria Moreira Guimaraes, Antonio Borges Leal Castello-Branco, Juliano Moreira, Eduardo Marques Peixoto, Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca, Alfredo Ferreira Lage, Alfredo Valladão, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Clovis Bevilacqua, Eugenio Vilhena de Moraes e Emilio Fernandes de Sousa Docca.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) convida o sr. ministro Godofredo Cunha, presidente do Supremo Tribunal Federal, a tomar assento á mesa.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º *secretário*) lê a acta da sessão anterior, a qual, sem debate, é unanimemente approvada, assim como procede á leitura das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio Branco, na parte em que se referem á data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) diz que, interpretando o sentimento do INSTITUTO, que, julga, é o de todos os Brasileiros, mandará inserir em acta um voto de congratulações com o novo cardeal brasileiro, dom Sebastião Leme, illustre socio honorario, e nomeia os srs. Ramiz Galvão, Eugenio Vilhena de Moraes e Alfredo Ferreira Lage para levarem a Sua Eminencia os cumprimentos do INSTITUTO. Convida tambem os srs. Manuel Cicero, Augusto Tavares de Lyra e Agenor de Roure para visitarem o sr. Calogeras e apresentar ao egregio consocio os votos do INSTITUTO pelo seu prompto restabelecimento.

O SR. MAX FLEIUSS propõe que o INSTITUTO se congratule com o sr. Hubert Knipping, digno ministro da Alemanha, pela recente e admiravel viagem do *Graf Zeppelin* ao Brasil, o que é unanimemente approved.

Continuando com a palavra, o sr. Fleiuss, lê o seguinte trecho de uma carta de d. Flóra de Oliveira Lima, viuva de Oliveira Lima, a proposito do centenario da morte do padre José Mauricio:

“Com relação ao padre José Mauricio, a Collecção Oliveira Lima possui o quadro de Henrique Bernardelli — *O Padre José Mauricio tocando na presença de D. João VI.*

Os que commemoraram o centenario do precursor da musica no Brasil não se recordam — nem sabem talvez — que foi Oliveira Lima, no seu afan de tornar conhecido tudo quanto era brasileiro, quem primeiro fez tocar a musica de José Mauricio em Vienna, no Congresso Musical de 1908, em Bruxellas, em presença da Córte e aqui na União Pan Americana — e tudo quanto fazia nada custava ao govêrno.”

Dêsse quadro ha uma cópia em aquarella, feita por Henrique Bernardelli, e que se acha á entrada do gabinete de trabalho do illustre ministro Leão Velloso Neto, no Palacio Itamarati.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) diz que a sessão, além dos trabalhos normaes do INSTITUTO, vae proporcionar ao auditorio a felicidade de ouvir a palavra de um eminente Brasileiro, o sr. Clovis Bevilaqua, que, conforme tem sido annuciado, se occupará da personalidade do visconde de Ouro Preto, commemorando, assim, o 41º anniversario da formação do ministerio de 7 de Junho de 1889.

O SR. CLOVIS BEVILAQUA, da tribuna, pronuncia a seguinte conferencia:

UMA FIGURA HISTORICA

Por uma fatalidade dos acontecimentos, Affonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, foi chamado a organizar o gabinete de 7 de Junho de 1889, num momento em que o organismo nacional, trabalhado por correntes adversas, mostrava a inquietação propria das mudanças politico-sociaes. Chefe liberal dos mais eminentes, e convencido de que a Monarchia ainda era necessaria á vida e ao desenvolvimento do paiz, achou que era do seu dever (como no anno anterior affirmara a Glycerio, que lhe annunciava o proximo advento da Republica) prestar, ás instituições ainda vigentes, o sincero apoio da lealdade cavalheiresca, da sua poderosa intelligencia, da sua indefessa operosidade, e da experiencia adquirida no tracto dos homens e dos negocios publicos.

Mas as fôrças que elaboram os movimentos sociaes iam transpondo a curva, que conduzia á República, e nada as poderia mais deter.

Por essa circumstancia, o último presidente de conselho do imperio soffreu contrariedades e injustiças, que, si não lhe abateram o ánimo varonil, suscitaram-lhe fundos desgostos.

Hoje, porém, que a distância no tempo e a pacificação dos espiritos nos dão inteira serenidade ao julgamento, podemos vêr projectar-se no plano da Historia Patria, com nitidez e verdade, a figura do Brasileiro illustre, que foi o visconde de Ouro Preto, a quem devemos a homenagem da nossa estima de patriotas.

A biographia do visconde de Ouro Preto está carinhosamente feita pelo filho dilecto, a quem elle declarou, no

Parlamento, com justo orgulho, que poderia levantar o nome, que lhe transmittia. Que o digno filho correspondeu, superiormente, á nobre confiança do pae sabemo-lo todos.

Não é minha intenção rastrear o illustre biographo. Pretendo, apenas, fixar alguns traços da physionomia moral do estadista que o movimento republicano encontrou, a 15 de Novembro de 1889, á frente do governo do imperio.

Como saliencias características da sua individualidade, assignalo o sentimento da dignidade, a religião do dever e a operosidade intelligente.

O quarto annista de direito, que, no cargo de official de gabinete de Fernandes Torres, na presidencia de São Paulo, enfrentou, num impulso de lealdade desassombrada, o seu chefe, a primeira auctoridade da provincia, sem olhar as consequências, para defender o amigo, que o acolhera e lhe facilitara a vida de estudante pobre, dando-lhe collocação na secretaria do governo provincial, Diogo de Vasconcellos, será, mais tarde, o homem que, destemerosamente, enfrenta as difficuldades da existencia, sempre de ánimo forte, e que, a 15 de Novembro de 1889, impressiona, por sua nobre bravura, os que o cercam, vencedores inflammados, tendo-o á sua mercê numa praça de guerra. O juizo de todos, porque eram homens de honra, é o que, em seguida, formulou o chefe da revolução: "O Ouro Preto procedeu como eu, no lugar d'elle, houvera procedido".

A religião do dever guiou-o, constantemente, na vida particular, como na vida pública. E foi na convicção de cumprir o dever imposto pelas circumstancias, que, depois da Republica, ainda luctou contra ella. Não discuto o seu poncto de vista, do qual dissinto; mas, lamentando que não pudesse o nôvo regime te-lo de seu lado, não tenho difficuldade em reconhecer a altivez do seu gesto, quando das hostes, a que pertencia, tantos desfalleceram.

A actividade laboriosa do visconde de Ouro Preto, que se assignala, desde os tempos academicos, em São Paulo, quando ensinava humanidades, para augmentar os recursos, que a familia lhe enviava, culminou, com distincção, nos ministerios, de que fez parte, especialmente, no primeiro, onde realizou prodigios para prover a nossa marinha de elementos com que realizar os seus objectivos, na guerra, a que inopinadamente fomos arrastados. O nosso arsenal de marinha construiu vasos de guerra, com espantosa pericia e rapidez

admiravel. Com egual presteza, encheram-se navios de dormentes e apetrechos bellicos solicitados do theatro da lucta. O ministro da Marinha era um joven de trinta annos, a quem o patriotismo estimulava o vigor da idade e as energias mentaes.

Como homem de letras, redigiu jornaes, advogou no fôro do Rio de Janeiro, foi cathedratico em uma de nossas faculdades juridicas, pertenceu ao INSTITUTO HISTORICO, do qual teve a direcção por algum tempo, na qualidade de vice-presidente, e publicou várias obras politicas, historicas, juridicas e litterarias.

Entre estas ultimas, destaca-se a *Excursão na Italia, por um Brasileiro*. A Historia deve-lhe a *Marinha de outr'ora*. Das obras juridicas, gosam de merecida estima o *Penhor e Marcas de fabrica* e *Nome commercial*. Neste mesmo dominio, é digna de nota a *Reforma das Faculdades de Direito*, escripta com elevado criterio e judiciosas observações. Publicou, ainda, além de trabalhos forenses, o estudo sobre *Statu liber* e as cartas a Americo Werneck, sobre a *Liberdade de testar*.

São credenciaes que o collocam bem no círculo dos nossos juriconsultos.

Nos partidos politicos da monarchia brasileira, as idéas não andavam muito discriminadas, de modo que um dos partidos, não raro, apesar de representar o elemento conservador, realizava, quando no poder, as reformas, que o outro inscrevera no seu programma. Não é, portanto, por ser um dos chefes do grupo liberal que o visconde de Ouro Preto se assignalou como religionario do liberalismo. Era uma questão de organização mental.

Defendendo Lafayette, signatario do Manifesto republicano de 1870, quando o accusavam de ter acceitado uma pasta ministerial, o visconde de Ouro Preto não sómente apontou precedentes na Inglaterra, na França e na Italia, como declarou achar natural que *os liberaes collaborassem, no serviço nacional, com os republicanos, porque estes não queriam transformar as instituições brasileiras pela violencia, e, sim, pelo progresso normal das idéas, pela força da doutrina*.

Discutindo a legitimidade da propaganda republicana, declarou elle, no Senado, em Junho de 1881: "Republicano, que sustenta as suas idéas pelos meios legais não póde ser reputado perturbador". E, interpellado por Cotegipe sobre a possibilidade de mudança de governo pelo Corpo Legislativo,

acrescentou: "O Corpó Legislativo ordinario, sem dúvida que não póde mudar a fórma de govêrno; mas aquelle a quem a nação confiar poderes competentes terá auctoridade para isso...

"Senhores, republicanos, poderemos ainda ser, tanto o nobre senador, como eu, no dia em que nos convenceremos de que a actual fórma de govêrno não nos convém".

Foi ainda o seu espirito liberal que o levou a proclamar a liberdade de testar, que eu, presando-me tambem de possuir, em alto grau, esse espirito, combato, por motivos de ordem social, por applicação de principios, que deduzo da Sociologia, não obstante o fundador dessa complexa sciencia me não dar apoio.

Noutro poncto, nos encontramos. Na ausencia de testamento, elle propunha que a successão legitima se deferisse aos descendentes, em primeiro logar, depois aos ascendentes, em terceiro logar ao conjuge sobrevivente, depois do qual seriam chamados os collateraes e o Estado. São, em linhas geraes, as idéas que vingaram, depois, no Codigo Civil. Lealmente, confesso que vim a conhecer, tardiamente, o projecto elaborado pelo visconde de Ouro Preto, razão pela qual a elle não fiz referencia, quando me occupei do assumpto. Aliás, no meu Projecto de Codigo Civil, a construcção era mais favoravel ao conjuge superstite. Mas uma tal approximação de idéas entre pessoas, que se não entenderam, préviamente, é reveladora de um estado de consciencia jurídica generalizado, em contrário ás vetustas Ordenações, que ainda nos regiam, a esse tempo.

A evolução jurídica se havia já processado nos laboratorios do pensamento nacional.

Foi um adversario de que a Republica se honra, porque si a combateu com vigor, insistentemente, fe-lo a descoberto, manejando as armas leaes da palavra, que procura persuadir, e apresentando-se como uma convicção honesta, a quem repugnam as insidias urdidas nas trevas, e se quer guiar pelo interesse da patria, collocado, sempre, muito acima do interesse dos partidos.

Refere o conde de Affonso Celso que o seu digno pae se achava em Lisboa, na casa de um amigo portuguez, enriquecido pelo trabalho no Brasil, quando outro portuguez, que tambem grangeava vultosos haveres em nosso paiz, pretendeu assignalar contraste entre a população de Lisboa, que, exaltada, investira contra o escudo do consulado britannico,

respondendo, por esse modo, a um arrogante *ultimatum* da Inglaterra a Portugal, por motivo de conflictos nas colonias da Africa, e o povo do Rio de Janeiro, que assistira *bestificado* á quêda do regime. Suppunha, com esse confronto deprimente, lisonjear o estadista que, no mez anterior, fôra exilado. Mas o Brasileiro doeu-se, profundamente, do achincalhe á sua gente, declarou-a *tão digna, altiva e capaz de bravura quanto a portugueza*, e, lançando em rosto ao insultador a vileza de fallar mal dos Brasileiros quem fôra pobre para o Brasil e de lá regressara opulento, retirou-se. Deante do injusto amesquinamento do povo brasileiro, o patriotismo reagiu com energia, e o revide estalou certo.

Foi esse homem que, a 7 de Junho de 1889, empunhou as rédeas do govêrno. A Monarchia estava gravemente combatida. Todos o reconheciam, e muitos o declararam de público, entre os estadistas e parlamentares do imperio. O proprio conselheirô João Alfredo, com as responsabilidades de govêrno, proferiu palavras, aliás dignas de um espirito liberal, como era o delle, apesar de chefe conservador, que denunciavam a marcha ascendente do movimento republicano.

Era em Junho de 1889.

Fizera-se a abolição da massa escravizada, num gesto subito, cedendo os dirigentes á pressão irresistivel da opinião pública, e, deante do pensamento republicano, que irrompia das camaras municipaes, no Rio Grande do Sul e São Paulo, exclamava João Alfredo, respondendo a uma interpegação no Parlamento: "Que ha de fazer o Govêrno? Que providencias ha de tomar? Não consentir na manifestação livre da opinião? Não é possível; o Govêrno não o faria, e o nobre deputado não o consentiria..."

Pertencendo nós á escola da soberania popular, base em que se funda o nosso Direito político, creio que nem eu, conservador monarchista, nem o nobre deputado, monarchista liberal, quereremos soffrear a opinião nacional, realmente manifestada em maioria".

Transparece dessas phrases, mal comprehendidas na occasião, o sentimento de que um phenomeno social, lentamente, mas persistentemente preparado na consciencia nacional, dava demonstração de que estava proximo o seu definitivo advento. Que fazer? Como soffrear a opinião?

O visconde de Ouro Preto, por mais forte que lhe fôsse a fibra de estadista, por mais amplo que imaginasse o programma de govêrno, para adaptar a monarchia enfraquecida ás imperiosas exigencias da vida nacional, a expandir-se,

achava-se diante de forças moraes desencadeadas, que am-bicionavam novas fórmas de equilibrio. Não estava em forças humanas impedir-lhes a expansão.

Mas não serão, certamente, as convicções republicanas, que lhe negarão justiça.

Tentou salvar a Monarchia por impulso patriotico; e sôbre os escombros do regime decaído, se destaca a dignidade integral de um homem, que fez jús á nossa homenagem, e ao respeito da História.

Não lhe coube, no derradeiro ministerio, apesar do muito que fez, achar-se na direcção da marcha evolutiva da politica brasileira, como teve a fortuna de auxilia-la nos dous anteriores e no Parlamento; mas a sua acção na sociedade, como homem e como estadista, deu inconfundivel relêvo á sua individualidade." (*Prolongados applausos.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO agradece, vivamente emocionado, o encanto proporcionado ao auditorio e especialmente a elle pela prestigiosa palavra do sr. Clovis Bevilacqua. Agradece, no duplo character de filho do visconde de Ouro Preto e de presidente do INSTITUTO, de quem o saudoso estadista foi socio prestantissimo. Si, na sua trabalhosa e atribulada existencia, soffreu elle graves injustiças e adversidades, compensa-as, resgata-as a homenagem de altos, nobres, insuspeitos espiritos, como o do sr. Clovis Bevilacqua, um dos maiores *leaders* do ideal jurfdico do Brasil.

Relativamente ao ministerio, de cuja organização passava o 41º anniversario, cumpria lembrar os seguintes factos: 1º, procurou o visconde de Ouro Preto o concurso de Ruy Barbosa e de Floriano Peixoto, obtendo o dêste último até quasi ao fim; 2º, apresentou ás camaras um tão liberal programma de reformas que um deputado conservador, ouvindo-o, exclamou: "E' o comêço da Republica!"; 3º, durante os cinco mezes e pouco de sua gestão trabalhou com extraordinaria capacidade e diligencia, conseguindo brilhantes realizações, quaes, por exemplo, a conversão da dívida pública externa, a reforma bancaria, a circulação metallica, o contracto para o prompto recolhimento do papel-moeda, o tractado de arbitramento com a Argentina, que poz termo ao litigio secular das Missões; 4º, caiu de pé, cumprindo com sobranceira dignidade, o seu dever. Basta isto para o dignificar perante a consciencia nacional.

Ao terminar, manifesta o SR. CONDE DE AFFONSO CELSO o reconhecimento do INSTITUTO pela satisfação e honra do

comparecimento da distincta assembléa, na qual destaca a illustre escriptora d. Amelia de Freitas Bevilaqua, dignissima consorte, companheira de trabalho e de glórias do eximio conferencista, a quem, ainda uma vez, offerece os preitos da sua affectuosa admiração, sentimento esse, aliás, compartilhado pela associação, que se orgulha de o ter no seu gremio, e por todo o paiz. (*Prolongadas palmas.*)

Encerra-se a sessão ás 18 horas. — *Agenor de Roure*, 2º secretário.

1.557ª — 4ª sessão ordinaria em 28 de Julho

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente Perpetuo*)

A's 17 horas, com a presença dos senhores Conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Augusto Tavares de Lyra, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Alfredo Ferreira Lage, Alfredo Valladão, Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca, Liberato Bittencourt, Carlos Delgado de Carvalho e Eugenio Vilhena de Moraes, abre-se a sessão.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º secretário) lê a acta da sessão anterior, que, sem debate, é unanimemente approvada. e depois as *Ephemerides* de Rio-Branco.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) diz que cumpre o triste dever de communicar officialmente o fallecimento do sr. Arthur Pinto da Rocha, socio effectivo desde 1915. Fa-lo duplamente compungido, na qualidade de presidente da associação e na de amigo pessoal do saudoso finado, de cujo panegyrico se incumbirá, na occasião apropriada, a palavra sempre magistral do sr. Ramiz Galvão. Na acta da sessão se consignará, entretanto, o grande pezar do INSTITUTO, por tamanha perda.

Dá, a seguir a palavra ao sr. Max Fleiuss — (*Applausos*).

O SR. MAX FLEIUSS agradece e pede que as palmas que lhe eram offerecidas o fossem á exma. sra. Flora de Oli-

veira Lima, a quem o sr. presidente convidara para assentar-se á mesa. — (*Prolongada salva de palmas.*)

O SR. MAX FLEIUSS faz rapida synthese do livro inedito de Oliveira Lima — *Dom Miguel no throno* (1828-1833), que se compõe de 15 capitulos, assim intitutados:

I — Perspectivas de reconhecimento. II — A situação de Portugal. III — O reconhecimento pela Espanha e a amnistia. IV — O que se passava no Brasil. V — A missão Sancto Amaro e a revolução de 1830. A reviravolta europeá. VI — A abdicção do Imperador. VII — D. Pedro na Europa. VIII — A situação militar e a situação diplomatica. IX — Aristocratas e plebeus, militares e diplomatas. X — Interesses internacionaes. XI — O plano Napier e a occupação de Lisbôa. XII — A attitude estrangeira e as circumstancias nacionaes. XIII — Os ultimos arrancos da lucta. XIV — Acto final da tragedia e o epilogo constitucional. XV — Razões do fracasso miguelista.

Dêstes, escolhe o sr. Max Fleiuss, para ler ao INSTITUTO o capitulo IV, em que o illustre e saudosissimo auctor estuda *O que se passava no Brasil, de 1828 a 1833.*

Materia de summo interesse, tractada por Oliveira Lima com escrupulosa attenção, della se serve o secretário perpétuo para fazer uma leitura, de todos apreciada.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO convida os circumstantes, cujo comparecimento agradece, para duas solennidades que o INSTITUTO celebrará em Agosto proximo. Uma, a 6, consagrada á commemoração do centenario do preclaro arcebispo d. Antonio de Macedo Costa, uma das glórias da igreja brasileira.

Será orador condigno o sr. Eugenio Vilhena de Moraes.

Outra, a 29, destina-se a festejar o bicentenario do insigne artista mineiro, o legendario *Aleijadinho*. Falará o illustre scientista e homem de letras Basilio de Magalhães.

Ao encerrar a sessão, apresenta o sr. conde de Affonso Celso, á sra. d. Flora de Oliveira Lima, que a havia enaltecido com a sua presença, cordiaes e gratas saudações do INSTITUTO. A nobre senhora merece todas as homenagens de respeito e admiração, porque fôra, mais do que modelar esposa de Oliveira Lima, sua dedicada cooperadora, com direito, portanto, a partilhar a glória do eminente historiador.

O sr. Max Fleiuss apresenta aos consocios o livro *A realeza de d. Miguel*, de d. Miguel Sotto-Mayor, prefaciada pelo sr. João Ameal, em que faz reiteradas referencias a Oliveira Lima.

Encerra-se a sessão ás 18 horas. — *Agenor de Roure*, 2º secretário.

1.558ª — 5ª sessão ordinaria realizada em 6 de Agosto

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

A's 20 1/2 horas, abre-se a sessão com a presença dos srs. conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Augusto Tavares de Lyra, Rodolpho Garcia, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, d. Pedro de Orleans Bragança, d. Francisco de Aquino Corrêa, Affonso de Escragolle Taunay, Alfredo Valladão, Afranio Peixoto, Eugenio Vilhena de Moraes, Alfredo Ferreira Lage, Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca e Jonathas Serrano. Justificam a ausencia os srs. Arthur Indio do Brasil e Francisco Radler de Aquino.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º secretário) lê a acta da sessão anterior que, sem debate, é unanimemente approvada. Também procede á leitura das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio Branco, na parte em que as mesmas se referem á data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) diz que a sessão é toda consagrada a glorificar um grande sacerdote, um dos maiores que ainda têm dignificado a eximia egreja brasileira. Bastava isso para dar-lhe jus á glorificação. Mas foi igualmente grande cultor das lettras e sciencias, tão egregio no manejo da palavra escripta, quanto no da oral, do que deixou obras memoraveis. Vae evocar-lhe a alta figura e rememorar-lhe os feitos benemeritos quem,

pelas suas qualidades de intelligencia, coração, character e cultura está em condições de bem comprehende-los e assim devidamente apresenta-los á acclamação do auditorio. Para falar sôbre d. Antonio de Macedo Costa, roga que use da palavra o sr. Eugenio Vilhena de Moraes. (*Applausos.*)

O SR. EUGENIO VILHENA DE MORAES, da tribuna, começa o seu discurso offerecendo ao INSTITUTO HISTORICO, em nome de d. Maria Francisca de Macedo Costa, dignissima filha do dr. Francisco de Macedo Costa, ermão de d. Antonio, não só as obras completas como ainda uma série de importantes documentos do archivo do venerando bispo, cujo centenário do nascimento se commemorava e sôbre os quaes vae buscar a sua palestra.

Recorda assim o sr. Vilhena de Moraes a adolescencia de d. Antonio, quando chegara a Pariz, iniciando seus estudos e as visitas que fez ao padre Lacordaire, cujas cartas haviam sido aqui traduzidas e publicadas. Lê com emoção, os topicos da correspondencia de d. Antonio com seu pae; annunciando sua ordenação e sua viagem a Roma, onde se doutorou em canones. Acompanha a vida do illustre prelado até chegar ao bispado do Pará. de onde seria, mais tarde, transferido para a archidiocese da Bahia, mostrando sua acção em pról da egreja, mesmo deante do Estado, que a pretendia absorver e envolver-se nos assumptos puramente ecclesiasticos, como que transformando seus sacerdotes em meros funcionarios da administração pública. Falla das grandes iniciativas de d. Antonio quaes o Instituto de Providencia e o famoso Christophoro, navio-egreja que projectara para a evangelização da Amazonia.

Recorda tambem que d. Antonio era um delicado cultor da poesia, sendo formoso escriptor da lingua portugueza; bem como sua presença em Roma, já como bispo brasileiro, tomando parte distincta no concilio do Vaticano em que se houbreu com eminentes principes da egreja.

Allude tambem o sr. Vilhena de Moraes á questão religiosa em que se viu envolvido o illustre prelado ao tempo do ministerio Rio Branco, no antigo regime, bem como ao seu papel na defesa intransigente da religião nacional, ao separar-se a egreja do Estado no início do govêrno republicano e de modo especial ás suas conferencias com Ruy Barbosa sôbre o decreto de 7 de Janeiro. Termina sua brilhante palestra com uma saudação á Bahia, que fôra o berço do virtuoso verão que tanto hourou sua época. (*Appalulosos.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) congratulando-se com o sr. Eugenio Vilhena de Moraes pelo seu magistral trabalho, pede venia para trazer o seu depoimento pessoal sôbre o preclarissimo arcebispo.

Conheceu-o de perto, quando, nos ultimos mezes da monarchia, sob o ministerio Ouro Preto, s. ex. revma. frequentava a casa do presidente do conselho de ministros, á rua Oito de Dezembro, onde hoje funcionam o collegio e o convento de N. S. de Lourdes.

Póde, assim, dar testemunhos da elevação do seu espirito, extensão do seu saber e fidalguia de seu tracto.

O visconde de Ouro Preto incluíra no programma do seu govêrno, apresentado á Camara dos Deputados, na famosa sessão de 11 de Junho de 1889, — sessão a que d. Macedo Costa assistira e que equiparou ás da Convenção Franceza, a liberdade do culto e seus consecrarios.

Pretendia offerecer ao Parlamento projectos nesse sentido, mas queria fazel-o de accôrdo com a egreja, respeitando-lhe os direitos e interesses, ao mesmo tempo que os do Estado.

Dahi muitas conferencias com d. Macedo Costa, cujo parecer desejou ouvir, estimando-lhe até a collaboração.

Por outro lado, cogitava o visconde de Ouro Preto da criação do cardilnato brasileiro e esperava obte-lo da Santa Sé para magnificar as projectadas solennidades commemorativas do jubileu do reinado do imperador, em Julho de 1890.

E o indicado pelo govêrno imperial para a eminente investidura era d. Macedo Costa.

Seria uma reparação do processo e prisão soffridos annos antes.

Devem subsistir documentos dos passos dados com este proposito, nos archivos do então ministro dos Negocios Extranjeiros e nos da legação do Brasil perante o Vaticano.

Assim d. Antonio de Macedo Costa houvera sido primeiro cardeal latino-americano, purpura que só se conseguiu cêrca de vinte annos mais tarde, quando exerceu a pasta das Relações Exteriores o saudosissimo presidente do INSTITUTO, Barão do Rio-Branco.

D. Macedo Costa foi socio do INSTITUTO, como tambem o foi o nosso primeiro cardeal de facto, d. Arcoverde, e como o é o nôvo cardeal d. Sebastião Leme.

São factos indiscutivelmente muito honrosos para os annaes da corporação, que, sem pausa nem deslise, antes com inexcêdível constante zêlo, vem trabalhando desde a regencia

de Araujo Lima até hoje para enaltecer o Brasil. (*Calorosos aplausos.*)

Agradece o comparecimento de tão avultada quão nobre assistência; antes, porém, de encerrar a sessão, assignala uma circumstancia significativa. Na sala das reuniões solennes, installara-se, no dia da sessão e ahi permanecerá doravante, uma das reliquias historicas mais preciosas, possuidas pelo INSTITUTO: o marco de pedra collocado na costa brasileira por uma das primeiras frotas exploradoras do Brasil, no comêço do seculo XVI, e que, de certo, prompto para ser erigido, o trouxe de Portugal.

Eis o que sôbre elle consta da *Revista* e archivos do INSTITUTO:

Os primeiros exploradores de nossa patria lançavam pela costa padrões de marmore, como documentos primitivos e perennes do conhecimento do paiz.

O barão de Capanema, percorrendo em 1866, nò desempenho de uma incumbencia da Repartição dos Telegraphos, a costa da ilha do Cardoso, ao sul da barra de Cananéa, encontrou numa rocha argilosa um dêsses marcos já carcomidos pelo tempo.

O promontorio em que foi achado é conhecido pela designação de pontal do Itacurussá.

Um anno antes passara por alli um inglez ou americano que tentara depois levar o marco, mas o barão de Capanema o impediu, officiando ao ministro do Imperio, afim de que se obtivesse da municipalidade de Cananéa o consentimento de trasladação do dicto marco para o INSTITUTO HISTORICO.

Assim se fez, sendo portador o proprio barão.

Veio tambem um dos *tenentes* dos marcos.

Marco e *tenente* já tinham sido descobertos em 16 de Janeiro de 1767 pelo coronel Affonso Botelho de Sampaio e Sousa.

Varnhagen, guiado, pela descripção de frei Gaspar da Madre de Deus, foi com alguns companheiros ao local, em 1841, e ahi viu tres dêsses padrões, com as quinás, sem espheras, nem castellos, nem data.

Quem os teria alli posto?

Frei Gaspar, Machado de Oliveira, Porto Seguro e Azêvedo Marques asseveram que fôram deixados por Martim Affonso de Sousa, em 1532.

Ayres do Casal e Constancio por Gonçalves Coelho, em 1501.

Gabriel Soares, por Christovam Jacques, em 1525.

Candido Mendes — pela armada luzitana de 1501, chefiada por André Gonsalves, servindo de piloto ou cosmographo Americo Vespucio.

Moreira de Azevedo julga mais certa a opinião de Candido Mendes que, firmado na carta de Ruysch, de 1508, e no mappa da America da edição de Ptolomeu de 1513, provou que não passou de Cananéa a armada de André Gonsalves, a qual, após alguma demora nesse ponto do littoral, continuou a viagem em 15 de Fevereiro de 1562, deixando degredados, e plantando padrões, para assignalar seu direito de propriedade e senhoria.

Candido Mendes affirmou ainda que o último ponto da nossa costa do Sul em que tocou a frota exploradora portugueza na qual servia Vespucio foi precisamente Cananéa ou Cananôa.

Capistrano de Abreu, no seu trabalho — *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no seculo XVI* — corrobora a opinião de Candido Mendes de que foi Cananéa o último ponto da costa do Brasil aonde chegaram os exploradores.

Diz mais Moreira de Azevedo que os marcos não podiam ter sido levados por Martim Affonso, porque muito antes da sua vinda já era conhecido o porto de Cananéa.

Seja com fôr, o marco em questão tem o inestimavel valor da authenticidade e da vetustez, sendo um dos raros vestigios materiaes legados á posteridade pelos navegantes, que, ha quatro seculos, iniciaram o conhecimento das costas brasileiras.

Ha muitos annos, figurava no museu do INSTITUTO, onde se guardam numerosas cousas de subido preço, colleccionadas desde a fundação.

Transportado agora para o ponto principal do edificio, por suggestão do sr. Affonso Taunay, juncto á mesa da directoria, em face das cadeiras dos socios e dos espectadores, em destacado logar de honra, tornará, com a cruz nelle esculpida, ainda mais sagrado o recinto em que o INSTITUTO realiza o rito do seu culto patriotico e scientifico. (*Vibrantes applausos.*)

Encerra-se a sessão ás 22 horas. — *Agenor de Roure*, 2º secretario.

1.559^a — 6^a sessão ordinaria, em 29 de Agosto

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(Presidente perpétuo)

Centenario do Aleijadinho (Antonio Francisco Lishôa)

A's dezesete horas, na séde social, abre-se a sessão, com a presença dos srs. Conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Manoel Cicero Peregrino da Silva, Eduardo Marques Peixoto, Basilio de Magalhães, Miguel Calmon du Pin e Almeida, José Maria Moreira Guimarães, Thiers Fleming, Alfredo Ferreira Lage e Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca.

E' lida e sem debate approvada a acta da sessão anterior.

Lêem-se, depois das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio Branco, as relativas á data da sessão.

O SR. MAX FLEIUSS (*secretário perpétuo*) dá conhecimento da offerta, pelo coronel Pedro Bueno Paes Leme, da biographia de Pedro Dias Paes de Macedo Leme, barão, visconde e marquez de Quixeramobim, avô do offertante.

O SR. PRESIDENTE diz que o INSTITUTO agradece a offerta, a qual será enviada á respectiva commissão para o devido exame.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) communica o fallecimento de dous socios correspondentes, padre Carlos Teschauer, S. J., e dr. Justo Jansen Ferreira, dizendo que os meritos dos mesmos e o pezar causado pela sua perda serão, em occasião propria, devidamente apreciados pela sempre magistral palavra do orador perpétuo do INSTITUTO, sr. Ramiz Galvão; mas que, desde já, se registraria na acta da sessão o sentimento do INSTITUTO ante a deploravel occorrença.

Diz, em seguida, que o INSTITUTO se reunia especialmente para aureolar, com a sua veneração, a memoria do maior artista nacional, antes da INDEPENDENCIA, e ainda um dos maiores até hoje, nascido ha 200 annos na legendaria Ouro-Preto, e cuja vida, si, de um lado, fulgiu em lampejos déveras geniaes, padeceu, de outro lado, atrozes afflicções, o que a torna duplamente credora de commovidos preitos, tributados não só por toda a intellectualidade brasileira, como tambem por todos os amigos do bello e do justo. Para tratar, com a elevação, verdade e carinho, necessarios, de tão alta e tragica figura, só um talento que a vasto saber literario e historico alliasse eméritos predicaos de critica, eloquencia e poesia. Convidara, por isso, alguem que, em numerosos consagrados trabalhos, tem demonstrado possuir esses requisitos, a que accresce a circumstancia de ser digno filho de uma cidade mineira que rivaliza em nobreza civica com a antiga Villa-Rica, — São João del-Rey, onde o "Aleijadinho" deixou impressionantes documentos da sua inspiração. E' o prezadissimo consocio sr. Basilio de Magalhães, a quem, agradecendo a gentileza com que attendeu

ao convite, roga que, usando da palavra, mais uma vez faça jús a fervorosos applausos.

Subindo á tribuna, entre grandes applausos, o sr. Basilio de Magalhães realiza a seguinte conferencia:

O ALEIJADINHO

Commemorando o segundo centenario do nascimento do mais inspirado e fecundo artista brasileiro do periodo colonial, — cumpre o nosso benemerito gremio o imprescriptivel dever da sua alta missão cultural.

Acalentei, ha tempos, o desejo e a esperanza de consagrar á memoria do Aleijadinho um opusculo, no qual, reunindo elementos de pesquisas proprias e alheias sobre a vida e as obras do mestiço genial, fixasse tambem em estampas as suas principaes producções de architectura e esculptura, deixadas em varios pontos da terra dos inconfidentes. Enfermidades e desillusões, — que são o triste cortejo da velhice improsperada, — desfolharam-me da alma aquelle patriotico e desinteressado anseio. Quanto havia eu colligido sobre Antonio Francisco Lisboa, — e não era ainda tudo, — offertei-o ao sr. José Mariano Filho, cujo formoso talento, rara competencia e devotado amor á nossa arte nacional hão de, sem duvida, realizar, e esplendidamente, a aspiração que outrora acarinhei e para a qual infortunadamente me falleceram forças e recursos, que felizmente sobram áquelle illustre compatricio.

A um esforçado e probo intellectual ouropretano, que pertenceu ao quadro social deste Instituto, — o sr. Rodrigo José Ferreira Brêtas, — é que se deve a mais completa biographia do Aleijadinho, escripta em meados do seculo findo, enviada logo, provavelmente, a este sodalicio, mas dada somente a lume, pela primeira vez, em 1858, no "Correio Official de Minas" (ns. 169 e 170), e reproduzida na "Revista do Archivo Publico Mineiro" (fasc. I, 1896, pags. 161-174) por Xavier da Veiga, que um anno depois a aproveitou nas suas excellentes "Ephemerides mineiras" (vol. IV, pags. 229-243).

Por ella foi que se veio a saber que Antonio Francisco Lisboa, — filho natural do portuguez Manuel Francisco da Costa Lisboa e de uma escrava deste, a africana ou crioula Isabel, — teve por berço, a 29 de agosto de 1730, o arrabalde denominado Bom-Successo, pertencente á freguezia de Antonio Dias, da antiga Villa-Rica de Albuquerque. Nasceu, portanto, escravo, em razão do principio de direito romano, herdado pela legislação lusitana, do "partus ventrem sequitur"; o pae, contudo, o libertou "na pia", isto é, mediante declaração expressa e tomada por termo no assento immediato do baptizado. Vindo a morrer em 18 de novembro de 1814, os seus longos e laboriosos 84 annos de existencia objectiva, — dos quaes cerca de um terço passou torturado por soffrimentos irremediaveis, — enquadram-se no ultimo seculo do colonato da nossa Patria. Mais oito annos que houvesse vivido, teria testemunhado a independencia politica do Brasil.

De certo, por seguras informações dos que conheceram pessoalmente o Aleijadinho, — quiçá do filho ou da nora

deste, sinão do padre Felix Antonio Lisboa, — poude Rodrigo Brêtas traçar-lhe o seguinte retrato: — “Antonio Francisco era pardo escuro, tinha voz forte, a fala arrebatada e o genio agastado; a estatura era baixa, o corpo cheio e mal configurado, o rosto e a cabeça redondos, e esta volumosa, o cabello preto e anelado, o da barba cerrado e basto, a testa larga, o nariz regular e algum tanto pontiagudo, os beiços grossos, as orelhas grandes e o pescoço curto”. E, completando esses dados com a indumentaria habitual do artista mulato, assim consignou mais adeante: — “Depois da fatal enfermidade que o acommetteu, trajava sobrecasaca de panno grosso azul, que lhe descia até abaixo dos joelhos, calça e collete de qualquer fazenda, calçava sapatos pretos de fórmula analoga aos pés, e trazia, quando a cavallo, um capote tambem de panno preto com mangas, gola em pé e cabeção, e um chapéu de lã parda, braguez, cujas largas abas estavam presas á copa por dois colchetes”

Ao narrar pormenorizadamente como, depois de ter vivido e trabalhado cerca de meio seculo em condições de boa saúde, foi Antonio Francisco Lisboa salteado por terrivel enfermidade, da qual lhe resultaram deformações physicas incuráveis, que lhe grangearam a triste e perpetua alcunha de “Aleijadinho”, — eis o que assevera Rodrigo Brêtas: — “Até á idade de 47 annos, em que teve um filho natural, ao qual deu o mesmo nome de seu pae, passou a vida no exercicio de sua arte, cuidando sempre em ter boa mesa, e no goso de perfeita saude, e tanto que era visto muitas vezes tomando parte nas dansas vulgares. De 1777 em deante, as molestias, providas talvez em grande parte de excessos venereos, começaram a ataca-lo fortemente. Pretendem uns que elle soffrera o mal epidemico, que sob o nome de *zam-parrina*, pouco antes havia grassado nesta provincia, e cujos residuos, quando o doente não succumbia, eram quasi infalliveis deformidades e paralysias, e outros que nelle se havia complicado o humor gallico com o escorbuto. O certo é que, ou por ter negligenciado a cura do mal no seu começo, ou pela força invencivel do mesmo, Antonio Francisco perdeu todos os dedos dos pés, do que resultou não poder andar sinão de joelhos, os das mãos atrophiam-se e curvaram, e mesmo chegaram a cair, restando-lhe sómente e ainda assim quasi sem movimento, os pollegares e os indices. As fortissimas dores, que de continuo soffria nos dedos e a acrimonia do seu humor colerico o levaram por vezes ao excesso de corta-los, elle proprio, servindo-se do formão, com

que trabalhava ! As palpebras inflammaram-se, e, permanecendo neste estado, offereciam á vista sua parte interior; perdeu quasi todos os dentes, e a bocca entortou-se, como succede frequentemente ao estuporado; o queixo e labio inferiores abateram-se um pouco; assim, o olhar do infeliz adquiriu certa expressão sinistra e de ferocidade, que chegava mesmo a assustar quem quer que o encarasse inopinadamente. Esta circumstancia e a tortura da bocca o tornavam de um aspecto asqueroso e medonho. Quando em Antonio Francisco se manifestaram os effeitos de tão terrivel enfermidade, consta que certa mulher de nome Helena, moradora na rua do Areião ou Carrapixo, desta cidade, dissera que elle havia tomado uma grande dóse de cardina (assim denominou a substancia a que se referia), com o fim de aperfeiçoar os seus conhecimentos artisticos, e que dahi lhe havia provindo tão grande mal.”

Annotando algumas dessas informações, conta o citado autor da biographia do Aleijadinho que este “collocava convenientemente o formão sobre o dedo que tinha de cortar e ordenava a um dos seus escravos, que eram officiaes ou aprendizes de talha, que sobre elle dêsse uma forte pancada de macete”; que, “tendo comprado um preto boçal, de nome Januario, attentara este contra a propria vida, servindo-se de uma navalha, tendo dito antes que o fazia, para não se ver obrigado a servir a um senhor tão feio...” E, quanto á droga de effeito mental, tomada pelo architecto e esculptor villariquense, diz constar-lhe, por algumas pessoas, “que a charlatanaria desse tempo annunciava á venda uma substancia que tinha a virtude de augmentar as forças da intelligencia, ou de extinguir a capacidade de sentir por um organ, e dar assim occasião a que se tornasse mais ampla a que era relativa aos outros”.

No que respeita á modificação moral do artista, em consequencia dos aleijões e padecimentos que lhe acarretou a excruciante enfermidade, — não são menos curiosos os seguintes informes, ministrados pelo seu referido biographo: —“A consciencia, que tinha Antonio Francisco, da desagradavel impressão que causava sua physionomia, o tornava intolerante, e mesmo iroso, para com os que lhe parecia observarem-n’o de proposito; entretanto, era elle alegre e jovial entre pessoas de sua intimidade. Sua prevenção contra todos era tal, que, ainda com as maneiras agradaveis de trata-lo e com os proprios louvores tributados á sua pericia de artista, elle se molestava, julgando ironicas e expressivas de mofa e escarneo todas as palavras que neste sentido lhe eram diri-

gidas. Nestas circumstancias, costumava trabalhar ás occultas, debaixo de uma tolda, ainda mesmo que houvesse de faze-lo dentro dos templos. Conta-se que um general (talvez d. Bernardo José de Lorena), achando-se em certo dia a presenciar de perto o seu trabalho, fôra obrigado a retirar-se, pelo incommodo que lhe causavam os granitos da pedra em que esculpturava o nosso artista e que este deliberadamente fazia cair sobre o *importuno* espectador. Possuía um escravo africano de nome Mauricio, que trabalhava como entalhador e o acompanhava por toda parte: era este quem adaptava os ferros e o macete ás mãos imperfeitas do grande esculptor, que, desde esse tempo, ficou sendo geralmente conhecido pelo appellido de *Aleijadinho*. Tinha um certo apparelho de couro ou madeira, continuamente applicado aos joelhos, e, neste estado, admiravam-se a coragem e a agilidade, com que ousava subir pelas mais altas escadas de carpinteiro”.

Cumpre, em primeiro logar, que se investigue o que é que foi a “zamparina”, e, mais, si esse morbus esclarece sufficientemente a miseranda transformação somatica de Antonio Francisco Lisboa. No seu curioso prefacio da “Zamperineida” (Lisbôa, 1907), affirmou Alberto Pimentel o seguinte: — “O vendaval de insanía, que a Zamperini desencadeara sobre Lisboa, causou espanto no Brasil, e delle riram principalmente os Fluminenses, durante annos. Quando alli exerceu funcções de vice-rei um fidalgo lisboeta, da casa Castello-Melhor, Luiz de Vasconcellos e Sousa (1779-1790), grassou no Rio de Janeiro uma epidemia intensa, a que lá deram logo epigrammaticamente o nome de *Zamperini*, por allusão ao contagio de allucinada effervescencia, que a famosa Veneziana fizera alastrar em Lisboa”. Ora, já eram decorridos seis annos da expulsão de Portugal (ordenada pelo celebre ministro de d. José) da prima-donna Anna Zamperini, formosa e habil “aventureira, que logrou sugar os argentarios, ensandecer os velhos, embair os novos, deshonestar os padres, irritar o patriarcha, alvoroçar os poetas e assanhar o grandiosamente imperturbavel marquez de Pombal”, — conforme ainda o citado escriptor luso, — quando em 1780 irrompeu nesta cidade do Rio de Janeiro, alastrando-se logo pelas regiões limitrophes, uma das mais contagiosas e lethaes epidemias de *grippe*, das diversas que soffrera o Brasil na quadra colonial. Como causasse ella,—de accordo com o relato do dr. Sigaud, em seu substancioso volume “Du climat et des maladies du Brésil” (Paris, 1844), pag. 185, — grande alteração do systema nervoso e locomotor, o povo carioca, então, mais do que nunca, sobremaneira influenciado pelo elemento lusitano, e como

para estigmatizar o alvoroço de tresloucada contaminação erotica que a cantora italiana levantara na capital portugueza, deu-lhe a denominação de "Zamperini", logo vulgarmente corrompida em "zamparina". Si Antonio Francisco Lisboa, aos 50 annos, foi acommettido pela funesta epidemia de 1780, esta, embora não lhe explique toda a extensa gamma de padecimentos, muito menos os que o desfiguraram, deve ter forçosamente concorrido para deflagrar a horrenda conjunctura physio-psychica, a que ficou reduzido o grande artista para o estirado resto da sua existencia. Tambem o pintor carioca, seu contemporaneo, Leandro Joaquim (v. Gonzaga Duque, "A arte brasileira", pags. 40-41), foi victima da "zamparina", que, entretanto, não lhe deixou deformações corporeas, apesar de quasi have-lo matado, e é áquella terrível *grippe* que se devem os paineis por elle consagrados, em virtude de promessa, á Nossa Senhora da Boa-Morte, e ainda agora existentes aqui, na igreja do Hospicio.

Os symptomas e as syndromes, — constantes do quadro clinico que Rodrigo Brêtas nos deixou do Aleijadinho, — levar-nos-iam a cogitar de, pelo menos, tres modalidades nosologicas: — a chamada "molestia de Raynaud", da qual trataram notavelmente, entre outras summidades da medicina, Strumpell, Bunn, Martinet, De-Giovanni e Mattiazzi; a "endoarterite obliterante", devida a uma lesão nervosa, e que foi estudada especialmente por Mariani; e, finalmente, a "lepro-syringomyelia" ou "lepra mutilante".

Esta ultima é que parece ter sido a sinistra doença que transformou o genial artista mestiço num "Aleijadinho", pois só ella é que dilucida, — com clareza scientifica que não se deduz bem das duas outras mencionadas especies nosologicas, — a perda, que elle soffreu, das phalanges digitaes e dos artelhos, assim como os derradeiros estertôres da sua prolongada agonia.

No que concerne á cultura intellectual de Antonio Francisco Lisboa, — o mais verosimil, consoante com o que deixou escripto o seu conceituado biographo, é que elle apenas "sabia lêr e escrever, e não consta que tivesse frequentado alguma outra aula, além da de primeiras letras, embora alguém julgue provavel que tivesse frequentado a de latim". Por virtude da carreira artistica a que se dedicou, e que o propelliu em Minas á erecção de templo e á estatuaría sagrada, é tradição que fazia da Biblia a sua constante e predilecta leitura. Das sanctas escripturas,—base da suavissima fé que lhe foi o acalento do berço e o norteou pela vida em fóra,

— hauriu sempre a mystica e sincera inspiração, que palpita em todos os seus labores estheticos. Houve ainda quem dissesse ser-lhe tambem favorito o manuseio de livros de medicina, o que se não compadece com a sua impreparação scientifica, revelada na propria imperfeita anatomia das imagens que esculpiu em pedra e em madeira.

De um artigo escripto em 1790 pelo capitão Joaquim José da Silva, vereador ao senado da camara de Marianna (e que se conhece pela transcripção devida, em bôa hora, a Rodrigo Brêtas), infere-se que o meio familiar e o meio urbano, em que surgiu e se educou Antonio Francisco Lisbôa, eram de molde a suggerir-lhe e estimular-lhe a nobre profissão das artes plasticas. Ao sargento-mór engenheiro Pedro Gomes Chaves deve-se a planta da igreja-matriz de Villa-Rica, cuja construcção foi arrematada por João Francisco de Oliveira em 1720 e acabada em 1733; e, poucos annos depois, em 1747, o celebre technico militar José Fernandes Pinto de Alpoim (nascido na Colonia do Sacramento em 1698 e fallecido em 1770) delineava alli a cadeia publica, a pedido da camara municipal, e o palacio do governo, imitando este uma casa forte. O templo do Rosario, daquella cidade mineira, bem como as egrejas de São Pedro dos Clericos e o Aljube da Sé de Marianna, foram tracejados pelo dr. Antonio Ferreira de Sousa Calheiros (a quem Diogo de Vasconcellos attribue tambem as plantas da Casa dos Contos e da Penitenciaria), que teve como discipulos e continuadores, alli e alhures, a José Pereira Arouca e Francisco de Lima. Em Marianna e Villa-Rica, teve o Aleijadinho como contemporaneos: Antonio Coelho da Fonseca, que arrematou em 1734 a construcção da matriz do antigo Ribeirão do Carmo; José Ferreira dos Santos, a quem deve Marianna os seus mais bellos monumentos plasticos; os pintores Manuel da Costa Athaide e Francisco Xavier Carneiro; e os ornamentistas José Coelho de Noronha, Philippe Vieira, Jeronymo Felix, Francisco Vieira Serval, Manuel Gomes, Luis Pinheiro, Antonio Martins e José da Silva Madeira, que trabalharam nas principaes egrejas daquellas convizinhas urbes. Finalmente, na Casa da Fundição de Villa-Rica, funcionou muitos annos, como abridor de cunhos, o abalisado desenhista João Gomes Baptista, discipulo do Vieira Lusitano e de quem o referido articulista de 1790 affirma ter sido aprendiz do Aleijadinho.

Pelo lado paterno, pertencia este a uma familia de artistas. O constructor e ornamentador da matriz de Villa-Rica, Antonio Francisco Pombal, era seu tio. E seu pae, Manuel

Francisco da Costa Lisboa, não só dirigiu alli a edificação da matriz de Antonio Dias (executada de 1727 em diante e que Diogo de Vasconcellos presume ter sido desenhada pelo engenheiro Pedro Chaves), com imponente architectura, “debaixo dos preceitos de Vinhola”, como tambem delineou a primitiva Casa de Misericordia da capital mineira e ainda collaborou no risco da matriz de Caeté, feita por Antonio Gonçalves Barcarena, o “fundador da Piedade”.

O Aleijadinho teve, portanto, bons mestres praticos, quer no gremio da familia, quer na terra em que viu a luz do mundo. E a influencia da época e do ambiente politico-social, em que elle appareceu, foi-lhe propicia e deu-lhe orientação á inquietude espirital. Com effeito, a *auri sacra fames* ainda dominava por alli as almas, e o fulvo metal, facilmente e em grande cópia arrancado do vasto e divicioso seio daquelle rincão privilegiado, as compellia, — sobretudo as mais carregadas de peccados, — ao cumprimento de promessas de construcção de ermidas e egrejas, ao apego e á devoção para com os sanctos e sanctas, mediante cuja intercessão esperavam escapar aos horrores do inferno e conquistar a eviterna bemaventurança...

Foi precisamente durante o reinado de d. João V (1706-1750), — e, seguramente, em razão da abundancia de ouro e diamantes, de um lado, e, de outro lado, pelo exemplo do creador do Patriarchado em Lisboa e fundador dos palacetes-conventos de Mafra e Odivellas, — que nas mais importantes cidades de Minas se levantaram tantos e tão sumptuosos templos. Prolongou-se esse movimento, ainda com bastante animação, pelo governo de d. José (1750-1777), em consequencia da reedificação da capital portugueza, calamitosamente reduzida a ruinas pelo terremoto de 1755. Decresceu de intensidade já sob o sceptro de d. Maria I (1777-1816), em consequencia da exaustão das jazidas preciosas. Pois bem: — á maior parte desse dilatado periodo de tempo se applicou, aguilhoda sem duvida pelo vigoroso impulso delle oriundo, a assombrosa mentalidade artistica do Aleijadinho.

Embora, além dos proprios, e que não são poucos, lhe sejam ainda attribuidos trabalhos de outrem, — sabe-se, com segurança e até por comprovação documental, que a sua actividade esthetica apenas se exerceu nos seguintes logares e templos: — Villa-Rica (depois Ouro-Preto), egrejas de São Francisco de Assis, Nossa Senhora do Carmo e das Almas;

Marianna, igreja de São Francisco de Assis; São João del-Rey, matriz e igrejas de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo; Sabará, matriz e ermida das fazendas Serra-Negra, Tabócas e Jaguará; São João do Morro Grande, matriz; Santa Luzia do Rio das Velhas, matriz; e Congonhas do Campo, Sanctuario do Senhor Bom Jesús.

Nascido nos fins do seculo XVI, como uma especie de degeneração da arte da grande Renascença, o estilo chamado "barrôco", — denominação que Reinach (em seu "Apollo") attribue a etymo portuguez, — teve o seu apogeu na architectura sacra do seculo XVII. Por empregado preferentemente nos templos devidos aos discipulos de Loyola, tomou então o nome de "barrôco jesuitico", cuja caracteristica, consoante com o justo e synthetico juizo do citado autor, é "fascinar a vista pela riqueza e variedade dos motivos, sem cuidado algum da verdadeira finalidade do ornato, a qual consiste em evidenciar a fórma". Por isso mesmo, já em começos do seculo XVIII se fizera por toda a Europa cultural a reacção contra esse estilo. Entretanto, por toda essa centuria, era elle o predominante na fabrica das casas de oração da colonia luso-americana. Pouco importava aos architectos reinóes, que trabalhavam então no Brasil, e aos seus discipulos aqui nascidos, que o "barrôco jesuitico" se tornasse *démodé* no velho mundo. Era elle, incontestavelmente, o mais consentaneo com o nosso tropicalismo, attrahido pelo boleio da curva e sempre inclinado ao excesso de enfeites. Foi, portanto, o "barrôco jesuitico", — a cuja vitalidade e triumpho em nossa terra nos predispunha a nossa deslumbradora natureza, — o unico estilo que aprendeu e applicou o artista sanguimixto a tudo quanto saíu do seu vibrante e incansavel engenho. Não servilmente, mas modificando-o com genialidade ás vezes revolucionaria, sinão nas linhas-mestras, pelo menos na parte decorativa. Nisso foi elle immensamente favorecido pela materia-prima de que geralmente se utilizou e que lhe foi prodigamente fornecida pelas entranhas mirificas da terra mineira. Os seus religiosos poemas plasticos foram quasi todos gravados em pedra azul, a que o povo dá o nome de "pedra-sabão" e que é o silicato de magnesio chamado scientificamente "esteatita", tambem conhecido por "pedra ollar". E' facilmente amoldavel, é docil ao escopro e ao cinzel, e, exposta embora ao perpassar das intemperies, á pátina dos seculos, nada perde do seu colorido natural nem dos relevos que lhe houver afeiçãoado a mão do homem. Foi,

em summa, essa bella pedra côr do céu a que permittiu ao inspirado espirito do Aleijadinho o perpetuar em tantos majestosos templos da terra dos inconfidentes a curva voluptuosa do "barrôco".

Não é de pasmar que Antonio Francisco Lisbôa houvesse deixado tantas produções de arte, quer de architectura, quer de esculptura, porque, em geral, nunca as realizou sosinho. Além da activa ancianidade a que attingiu, apesar da horri-vel doença que lhe assenhoreou e corroeu o corpo, — explica-se o vulto das obras que legou á posteridade, não só pelo material de facil meneio de que se serviu, como ainda pela constante e inestimavel coadjuvação dos seus tres escravos, Januario, Agostinho e Mauricio. O primeiro era para elle um verdadeiro "animal de carga", pois que, após a enfermidade que impossibilitou ao artista o uso perfeito das mãos e dos pés, era quem o conduzia ás costas em curtas distancias, ou quem o collocava sobre o burro que o seu senhor possuía e no qual habitualmente viajava este para o trabalho em pontos mais longinquos, ou, finalmente, um dos que lhe seguravam o banguê que saía de casa para as missas dominicaes e as ceremonias festivas dos dias sanctificados. Agostinho e Mauricio, principalmente este ultimo, com elle aprenderam a lavar a madeira e a pedra: — eram entalhadores e canteiros e foram os que mais o auxiliaram nas muitas empreitadas que assumiu e cumpriu. Conta-se que do lucro da sua arte (ganhava meia oitava de ouro pelo serviço de um dia util) dava elle a metade a Mauricio, que veio a fallecer em Congonhas do Campo, quando o Aleijadinho alli esculpia os Passos do famoso Sanctuario. E' muito provavel que aos dictos escravos coubesse principalmente o trabalho mais duro e grosseiro do desbaste da pedra ou da madeira, indicado pelo senhor e mestre, que se encarregaria apenas da última demão notadamente da expressão physionomica das figuras, na qual, indubitavelmente, poz sempre o melhor da sua inspiração e do seu talento. Corre que custeou os estudos litterarios de um seu meio-irmão (filho de matrimonio legitimo de Manuel Francisco da Costa Lisbôa), o padre Felix Antonio Lisbôa (fallecido em 1838, na capital mineira), que tambem se applicou á estatuaría religiosa, sob a direcção mental do Aleijadinho, o qual dizia desse seu consanguineo (conforme recolheu da tradição Rodrigo Brêtas) "que só podia esculpturar *car-rancas* e nunca *imagens*..." Pelos derradeiros annos de vida terrena, o grande artista mulato teve ainda por discipulo a

um tal Justino, seu conterraneo, de quem veio a receber, como se verá adeante, a mais imperdoavel ingratição.

Em architectura, as obras-primas de Antonio Francisco Lisboa são, incontestavelmente, as magnificas egrejas, consagradas a São Francisco de Assis em São João del-Rey e Ouro-Preto. Assemelham-se tanto, que se chega a hesitar em dizer a qual dellas é que se ha de votar maior admiração. São verdadeiras "epopéas de pedra". Parece, entretanto, que, — tomando-se em consideração certas minucias de construcção e certos matizes de ornamentação, — foi na linda igreja da cidade de Thomé Portes del-Rey onde mais caprichou a capacidade artistica do Aleijadinho. Em ambas foram respeitadas as linhas fundamentaes do "barrôco jesuitico"; em ambas são quasi as mesmas as decorações frontispicias. Tomadas, porém, em conjuncto, nota-se que o imponente templo sanjoannense tem ainda mais elegancia na agil combinação das curvas do que o formoso templo ouropretano. Naquelle, ha ainda certos enfeites, que faltam de todo ao outro, como sejam o arco abatido, que sustenta o côro, e a bella cabeça do Christo, insculpada em relevo na curva interna do alto do portal da entrada principal, e cuja descripção escapou a todos os chronistas, que, de certo, não a viram.

Sobre essas maravilhas da nossa arte sacra colonial já existem, felizmente, os mais completos materiaes para uma segura apreciação. Foram colhidos *in loco* por dous technicos competentes, os srs. Nereu Sampaio e Nestor de Figueiredo, escolhidos para aquella missão pelo sr. José Marianno Filho, ao tempo em que este presidiu á Sociedade Brasileira de Bellas-Artes. Permitta-se-me consignar aqui, como prova de reconhecimento, que, sendo eu então governador do meu municipio, aproveitei o ensejo de realizar em São João del-Rey mais um assignalado melhoramento, para o qual concorreu gratuitamente o sr. Nereu Sampaio, que foi quem, a meu pedido, planeou o admiravel parque em estilo barrôco, alli iniciado sob a minha administração e logo depois concluido, em frente ao templo do *Poverelo* de Assis, faltando apenas a éxedra, a qual deverá ser feita de esteatita. Aos habéis desenhistas srs. Arlindo de Castro e Paulo Cunha, meus velhos amigos, devo tambem, nas mesmas condições de gratuidade, uma bella e completa planta do templo franciscano de São João del-Rey. Ora, os elementos, a que acima fiz referencia, ainda não foram aproveitados em nenhuma obra de critica ou de história, sinão incompletamente. Assim, tenho que servir-

me da minha directa observação e do que colhi em escriptores não especialistas de arte, em tudo que disser respeito ás produções plasticas do Aleijadinho.

Da egreja franciscana de Villa-Rica existem pormenorizadas descripções, quaes as de Rodrigo Brêtas (na biographia atrás mencionada) e Diogo de Vasconcellos, a deste inserta no volume intitulado *Bi-centenario de Ouro-Preto* (Bello Horizonte, 1911), pags. 148-153. Eis como a remata o inexquecivel historiador mineiro: — “Entretanto, a obra-prima está na sacristia, e é a fonte do lavatorio. Começa por uma cruz e os braços de Christo e do sancto, surgindo de uma corôa de espinhos. Aos lados, dois anjos, trazendo um a ampulheta, outro uma caveira, a Vida e a Morte. Uma concavidade, estriada de listéis ou canelleiras, formando uma abobada montante entre faixas ornamentadas, está tambem entre pilastras, em cujo entablamento cada uma sustenta um grupo de formosos cherubins assentados, deixando o terceiro delles sair do encontro de suas asas um festão, que desce pela voluta abaixo até ao meio, onde encontram os grotescos conchoides outra voluta nascida da base. Da chaga do meio, num escudo oval, parte um raio de luz sobre um archanjo inclinado, que vóa de asas abertas, trazendo num medalhão circular o busto de São Francisco. O braço direito deste archanjo, com a mão direita espalmada, pousa sobre a cabeça da Fé, como quem a dirige por inspiração, e esta bella figura desdobra das mãos um panno, onde se lê: *Haec est ad coelum quae via ducit*. Aos pés da Fé, em pedestal ornamentado no mesmo thema das volutas, semelhantes ás pontas de pergaminho enrolado, dois outros meninos angelicos assentados, um, olhando para a Fé, traz o cordão, outro, que parece já convencido, traz o cilicio. No meio deste pedestal, cae outro panno aberto, em que se lê: *Ad Dominum curro sitiens sicut cervus ad undas*. E dois bustos de cervos saem de trás do escudo, em attitude de beber. A pia trifaciada sustenta-se em bases adamascaadas de acanthos e molduras; e tambem os pedestaes das pilastras com feixes de palmetas e festões de flores estilizadas. Comprehende-se que não posso, ignorando até mesmo a terminologia da arte, dar desta peça monumental uma descripção perfeita”. E, como bem observou (in “O Horizonte”, da capital mineira, numero de 2 do corrente mez) o illustrado fr. Virgilio, presidente da Commissão do Bicentenario do Aleijadinho, o dicto lavatorio da egreja ouropretana é um “trabalho admi-

ravel, não só executado, mas idealizado por elle, obra original e, portanto, toda delle.”

Do monumento de arte erguido na cidade de Thomé Portes del-Réy ao “eterno padroeiro do proletariado passivo” (como qualificou Augusto Comte ao thaumaturgo de Assis), trataram minuciosamente José Antonio Rodrigues (“Apontamentos da população, topographia e noticias chronologicas do municipio da cidade de São João del-Rey”, São João del-Rey, 1859, pags. 13-16), Aureliano Pereira Corrêa Pimentel (“Apontamentos sôbre o municipio de São João del-Rey”. Rio, 1881, pags. 17-19) e Richard F. Burton (“The highlands of the Brasil”, London, 1869, vol. I, pags. 121-125). A do primeiro é a mais completa e reza o seguinte: — “Egreja de São Francisco de Assis: reservei falar por último nesta maravilha de Minas, e talvez do imperio, por fazer com ella a cupola dos templos desta cidade. Sinto falharei em mim os conhecimentos technicos, para descrever miudamente este templo, honra da Ordem 3^a de São Francisco e monumento eterno da sua religião. Está assentado o templo no fundo e parte mais elevada de uma bella praça, donde deixa ver a sua magnificencia. Suas torres se elevam soberbas e parecem demandar as nuvens. Pela inscripção lançada na porta principal, attesta-se que tivera comêço em 1774 e fôra levantada a egreja sôbre uma pequena capella de São Francisco, que continuou a funcionar até á promptificação da nova, pelo que se pôde colligir o seu tamanho. Tem cerca de 240 palmos de comprimento sôbre 64 e mais de largura, sendo a sua fórmula oval, não existindo em todo o obrado (á excepção do perpendicular) uma só parte que seja linha recta; tudo são curvas; o proprio telhado, no seu cimo ou cumieira, é curvo, pelo que, judiciosamente, disse uma notabilidade que o seu architecto não teve régua e que só se serviu do compasso. A construcção é toda de cantaria: para se formar uma idéa da largura e solidez das paredes, basta dizer-se que as escadas, que se dirigem aos pulpitos, são formadas por dentro das mesmas paredes, dando commoda passagem a uma pessoa, por não ter o corredor menos de tres palmos de largura. O frontispicio é todo de pedra azulada mui polida, formada a sua fachada de multangulos e relevo de apurado gosto. No pedestal da cruz, que se acha sôbre a empena, e que forma um paripetasma estão esculpidas as imagens de Christo crucificado e São Francisco em acto de receber as chagas, havendo outras figuras analogas; no cimo da porta principal, estão gravados os instrumentos dos mar-

tyrios de Christo e as armas de São Francisco; e mais acima, a imagem da Virgem da Conceição, representada entre as nuvens, por numerosos seraphins que a circundam, e outros graciosamente apresentam uma fita, na qual se lê: *Tota pulchra es Maria*; tudo isto em pedra. As torres são cylindricas, com avarandado de grade em circunferencia á abobada, em cuja varanda se póde transitar com segurança; os quatro augulos das torres são guarnecidos de columnas com frisos e capitéis das ordens corinthia e composita, seguindo-se da mesma fórmula da fachada ou cimalha para baixo. Da vasa á cornija, as torres têm 150 palmos de altura; em uma das mesmas torres existem tres sinos, sendo um delles o maior dos de todas as outras egrejas, o qual é calculado em 80 arrobas. O interior da egreja nada deixa a desejar, tanto em perfeição, como em importancia de obra: o tecto do corpo é todo branco e mui claro, tendo no centro um grande florão, do qual pende um lustre de chrystal esmaltado, com 36 luzes, e de tamanho proporcional; a cimalha, que circunda o corpo da egreja, é sustentada por columnas unidas ás paredes, cujos pedestaes são de pedra á imitação de marmore, e sobre a mesma cimalha circula um avarandado ou zimborio com grades, de custoso trabalho, pendendo de distancia em distancia um candelabro, que serve nas illuminações. Tem o corpo do templo seis altares de moldura riquissima, inclinando-se de cada um delles um lustre de multiplicadas luzes. O côro, ou tribuna da musica, é sustentado por uma arcada de pedra, formada de um semi-circulo abatido de angulos obtusos, que, abrangendo a largura da egreja, descansa junto ás paredes sobre as vasas, pelo que, visto com rapidez, representa ter a fórmula recta-horizontal. Abaixo desta arcada está o tapavento, primorosamente trabalhado pelo insigne architecto João Antonio Gonçalves de Lima, formado em semi-curva. Esta parte da obra veio completar a magnificencia da egreja de São Francisco; descreve-la, seria confundir a idéa do leitor, que melhor a apreciará com a vista, porque o ideal fica muito aquem. A capella-mór é mui espaçosa e clara; chega-se ao suppedaneo do altar por uma escada curva de pedra polida, da qual é ladrilhado todo o presbyterio; a moldura, que forma a fachada do throno, é mui rica, sendo os nichos lateraes e a abobada do peripetasma sustentados por columnas retorcidas e ricamente lavradas; diversos ornatos enchem o todo da obra, deixando ver entre elles seraphins de semblantes risonhos, que sustentam uma ou outra peça. O tecto é todo lavrado, com as saliencias douradas, sendo este dourado da execução

do artista sanjoannense J. Ernesto Coelho; no remate da arcada, ou portico do throno, estão esculpidas em relêvo as imagens da Trindade Santissima: ao fixar sôbre ellas a vista, ninguém deixará de reconhecer que é alli a casa de Deus. Tudo infunde respeito! O arco-cruzeiro é tambem de pedra e de bellissimo lavor. Ao lado esquerdo da egreja, está a vasta nave ou sacristia, separada em parte por uma área, que serve de escoante ás aguas da chuva; o pavimento da nave é todo ladrilhado de pedra polida em peças eguaes, quadrilongas, de côres diversas, dispostas em ordem, formando um xadrez agradável á vista. Alli existem as repartições e accomodações necessarias, tendo tres capellas, nas quaes se celebra missa. Nesta egreja se acha o maior numero de imagens de vulto natural e as mais perfectas. A imagem do Senhor Bom Jesús do Monte-Alverne é a principal: sobre esta imagem, ha tradição de que, havendo a Ordem della mistér e sendo escassos na capitania os esculptores, apparecera casualmente um, que contractou a factura da imagem por um preço não pequeno, mas só exigiu por adeantamento o material e commodo para o trabalho, que lhe foram franqueados. Recolhido trabalhou, e, quando a imagem prompta, apresentou-a e desapareceu, não recebendo honorario algum do seu trabalho, e nem sendo jámais visto, vivo ou morto. Não garanto a tradição; mas dos livros da Ordem não consta o pagamento do feitto da imagem, nem a maneira por que ella alli veio ter; além de que nada ha de sobrenatural, porque bem podia ser o resultado de uma alma devota, que quiz por tal maneira dotar a egreja de uma perfectissima imagem e por um meio occulto da sua devoção."

Dos tres templos em que trabalhou o Aleijadinho na cidade de São João del-Rey, parece que pouco lhe deve a matriz. Mas, alli, é de summa importancia comparar-lhe os lavores das egrejas de São Francisco e do Carmo. Si aquella se caracteriza pela maravilhosa harmonia do seu conjuncto, em que domina uma bem proporcionada combinação de curvas, nem por isso deixa a outra de levar-lhe vantagem esthetica em certas minucias da construcção e da decoraçáo. No templo carmelitano, é de admirar, logo á primeira vista, a audacia do architecto que preferiu ao plano a aresta das torres octogonas do campanario, para a collocação das janellas de dintel curvilíneo; offerece tambem ella, no poema de pedra com que Antonio Francisco Lisbôa lhe exornou a fachada, algumas formosas rimas, que se não encontram na sua irmã franciscana; e, finalmente, os pulpitos daquella (obra não do Aleijadinho,

mas de um exímio entalhador sanjoannense, o indeslembrável Joaquim de Assis) são melhor ornamentados e mais lindos que os da outra. Nos dois templos, entretanto, perpetuou o artista mulato o pensamento elevado que lhe illuminava a alma, acendrada na excelsa fé catholica: a hyperdulia, a belleza e a immaculabilidade da Virgem-Mãe, e isso cerca de um seculo antes da decretação por Pio IX (feita a 8 de Dezembro de 1854) do dogma da immanente e ingenita pureza da co-redemptora da Humanidade. Patenteia esse alcandorado intuito a inscripção posta na fita petrea do templo franciscano e completada no carmelitano: *Tota pulchra es, Maria, et macula originalis non est in te*. No frontispicio da igreja do Carmo, a Virgem, que traz o menino Jesús ao braço esquerdo, acha-se rodeada de seraphins, uns em repouso e outros tatalando as asas, em grupo obediente á regra do equilibrio das figuras, e tudo dentro de dois medalhões ovaes, conjugados em bem gizada proporção de linhas. Finalmente, uma das maiores maravilhas existentes na igreja franciscana, o sarapanel que sustenta o côro, feito de syenita e parecendo monolithico, foi julgado por Burton (*op. cit.*, vol. I, pag. 123) como extranho ao "barrôco", isto é, como pertencente ao estilo manuelino, qual se encontra tambem no monumental templo dos Jeronymos da capital portugueza. Ora, não apresentando elle nenhum dos motivos ornamentaes que caracterizam o estilo manuelino, a suavidade das suas curvas condiz, antes, e muito melhor, com a imponente mole barrôca, em que foi integrado.

Si á autoria do Aleijadinho se devem algumas das imagens portateis, existentes no templo franciscano de São João del-Rey, — por certo não são as que occupam os seis altares do corpo da igreja, nem tão pouco a do Senhor Bom Jesús de Monte-Alverne, do altar-mór. A vetusta lenda, que nimbava a construcção desta última e foi resumidamente exposta, como se viu ha pouco, por José Antonio Rodrigues, já se acha desfeita, graças a pacientes investigações do sr. Samuel Soares de Almeida. Em antigo livro manuscrito, que fôra subtraído (não se sabe por quem) do archivo da Ordem de São Francisco e se suppunha perdido, e que aquelle digno sanjoannense teve a fortuna de achar e o cuidado de restaurar, pois que era deploravel o estado de conservação em que o encontrou, figura authentica assentada, pela qual se verifica que a celebre imagem foi adquirida em Portugal (o documento traz até o preço della, conforme se me ensajou ler, não o tendo, todavia, guardado a minha já cansada memoria) e provavelmente é obra de algum dos habeis san-

teiros lusitanos do século XVIII. Houve outro distincto sanjoannense, o sr. Antonio Augusto Campos da Cunha, que, tendo contractado, cerca de uns quinze annos atrás, com a edilidade, a publicação de uma história daquelle municipio, reuniu muitos documentos authenticos sobre o Aleijadinho, os quaes tive eu a oportunidade de ver. Foi pena ter elle fallecido sem redigir o dito trabalho e sem aproveitar os mencionados documentos, que me consta ainda existirem em poder de sua exma. viuva, a actual directora do Grupo Escolar "João dos Santos", de São João del-Rey.

Como estatuario, foi em Congonhas do Campo que deixou o Aleijadinho o maior número de obras, em madeira e em pedra.

O citado Joaquim José da Silva, coevo de Antonio Francisco Lisboa e, dentre os compatricios nossos, o primeiro que emittiu juizo sobre o artista ouropretano, chegou ao lisonjeiro extremo de qualifica-lo de "novo Praxiteles", asseverando, logo a seguir, que era "superior a tudo e singular nas esculpturas de pedra em todo o vulto ou meio relevado e no debuxo e ornato irregulares do melhor gosto francez..."

Para uma justa apreciação do Aleijadinho, a este aspecto particular da sua actividade esthetica, — cumpre ser feita uma distincção capital. Revelou elle, sem duvida, apurada sensibilidade, pasmosa capacidade inventiva, inspiração rara e até, por vezes, surprehendente ousadia, em tudo quanto gravou na esteatita, para realce das suas obras de architectura barrôca. Sempre que se tratou das inimitaveis curvas que o seu escopro fez gerar da pedra, ou da estilização de folhas, flores e fructos da nossa luxuriante natureza, foi sempre de rara perfeição. Mas, toda vez que o espontaneo artista teve de esculpir a figura humana em pleno corpo, — o que elle, na realidade, perpetrou, foram verdadeiras monstruosidades anatomicas, das quaes apenas escapa, revelando pasmosa esthesia, a expressão physiologica. Como só se occupou de assumptos religiosos, recebeu certamente das sagradas escripturas o forte sopro inspirador, com que, ao menos no *facies*, se salvam as suas personagens biblicas. Isso é quanto basta para evidenciar-lhe o portentoso engenho, pois que, nas principaes artes plasticas, o mais difficil é sempre a exteriorização de sentimentos. Algumas lições sobre os ininfringiveis canones estheticos concernentes ao corpo humano, — e isto numa época em que ninguem ainda sonhava com futurismo, cubismos e modernismos, — teriam

bastado, provavelmente, a transformar o Aleijadinho num “novo Praxiteles”.

Monsenhor Pizarro e Araujo, em suas “Memorias historicas do Rio de Janeiro” (Rio, 1820-1822), nem uma palavra consagrou a Antonio Francisco Lisbôa, quando (vol. VIII, parte 2ª, pag. 96) descreveu o Sanctuario de Congonhas do Campo. Nem sequer mencionou o grande grupo de estatuas, já desde alguns annos atrás existentes alli no atrio, tendo-se limitado a consignar, — equivocadamente quanto á materia-prima, — que aquella igreja era apenas “ornada com os Passos da Paixão do Salvador do mundo, figurados em pedra sabão...” Encontram-se, entretanto, referencias áquellas obras de arte em alguns escriptores extrangeiros. Assim é que Eschwege, no “Journal von Brasilien” (Weimar, 1818), pags. 131-132, foi o primeiro a assignalar serem ellas esculpidas em esteatita, a *Speckstein* (“pedra-toicinho”) dos allemães. John Luccock, em suas “Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil, taken from 1808 to 1818” (London, 1820), ao descrever o Sanctuario de Congonhas do Campo, que lhe recordou a igreja italiana de Loreto, não se olvidou de tributar louvores ao artista que, apesar de não ter mãos, legou á posteridade aquelles doze prophetas do Velho Testamento, “well executed”, segundo o viajante inglez (pagina 519; na traducção allemã, Weimar, 1821, acha-se o trecho em questão no vol. II, pag. 235). Finalmente, Auguste de Saint-Hilaire, em “Voyage dans le district des diamans et sur le littoral du Brésil” (Paris, 1833), ao tratar daquelle afamado oraculo mineiro (vol. I, pag. 203) e das esculpturas que o adornam, não só regista algumas informações que colheu sobre o autor dellas, como assim as aprecia, com plausivel senso de justiça: — “Ces statues ne sont pas des chefs-d'œuvre, sans doute; mais on remarque dans la manière dont elles ont été sculptées quelque chose de large, qui prouve dans l'artiste un talent naturel très prononcé”.

Como se infere da “Relação chronologica do Sanctuario e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo no Estado de Minas Geraes” (São Paulo, 1908), publicada pelo padre Julio Engracia, — foi áquelle antigo e attrahente ponto de peregrinação religiosa que consagrou o Aleijadinho os ultimos lampejos da sua operosidade artistica.

Em 1796, contractou elle com o administrador Vicente Freire de Andrade a feitura das imagens destinadas aos Passos, pela quantia de 213\$600. Esta importancia pecuniaria foi, incontestavelmente, demasiado exigua para um total de

66 estatuas, muitas em corpo inteiro e de tamanho natural, ainda mesmo que só houvessem cabido a Antonio Francisco Lisboa a traça dos assumptos a representar e a última demão ás effigies. Eis a relação dos dictos trabalhos, quanto, apenas, aos motivos figurados e ao número das imagens (*op. cit.*, pags. 258-260): 1º, Passo da Ceia, com 15 figuras; 2º, Passo do Horto, com quatro figuras; 3º, Passo da Prisão, com oito figuras; 4º, Passo da Flagellação e Coroação, em duas secções, com 14 figuras; 5º, Passo do Caminho para o Calvario, com 15 figuras; e 6º, Passo da Crucifixão, com 10 figuras. Deu-as o artista por acabadas em fins de 1799, tendo sido ellas encarnadas, "sem lustro", por Francisco Xavier Carneiro, imaginario, e Manuel da Costa Athaide, o maior pintor daquelle época em Minas-Geraes.

Com o mesmo Vicente Freire de Andrade celebrou o Aleijadinho novo contracto, provavelmente em começos de 1800, para esculpir em pedra doze prophetas do Velho-Testamento (não se sabe porque foram excluidos Miquéas, Sofonias, Aggeu, Zacharias e Malaquias), destinados aos poiaes fronteiros do adro do Sanctuario. Por esse pesado encargo, recebeu elle adeantadamente 266\$, talvez a metade da paga total. Foi-lhe dado como ajudante Thomaz Maia (já era fallecido alli, pouco antes, o habil e dedicado Januario), a quem o padre Engracia attribue o encargo de tirar da pedreira os blócos de esteatita e de desbasta-los para facilitação do que competia ao escopro do mestre. Não lhe era possivel fechar o seculo com a entrega de tarefa de tão grande vulto, na qual levou mais tempo do que na das imagens dos Passos. Só em fins de 1804 ou principios de 1805, ficaram promptas as estatuas da subida; pelas restantes, que iam ser postas no tópe da escadaria, recebeu antecipadamente o artista mais 100\$ e deve te-las concluido em 1809 ou 1810. Acham-se todas ellas collocadas alli do seguinte modo:—Nas curvas do eixo da entrada, sita no plano inferior, estão á direita *Abdias* e *Amós*, á esquerda *Nahum* e *Hábacuc*; no terraço interior, que tem sete degraus de ambos os lados, avistam-se sobre o parapeito, á direita *Jonas* e *Daniel*, á esquerda *Oséas* e *Jocel*; ao lado do estemma de cantaria, que fronteira e encerra este plano e que traz a inscripção do erguimento do templo (em 1758 e retocado em 1761), avultam, á direita *Jeremias*, á esquerda *Isaias*; e, finalmente, galgando-se mais sete degraus, chega-se ao limiar do adro, onde se ostentam, á direita *Baruch*, á esquerda *Ezequiel*.

O padre Julio Engracia inseriu na sua "Relação" umas interessantes paginas de descripção do Sanctuario, traçadas

por “dois distinctos mineiros”, dos quaes, infelizmente, não deu alli registo aos nomes. Por arguir competencia o que escreveram os devotos “romeiros”, vale a pena ouvir-se o seguinte juizo insuspeito, que formularam sobre as estatuas dos prophetas: — “Não deixam de ter merito e nos fazer contemplar, nesses tempos, tão destro buril; mas, pelo lado da anatomia e gosto, deixam muito a desejar. Os membros, que mais deviam chamar-lhe a attenção artistica, como rosto, mãos, pés, são muito imperfeitos; não sei porque, principalmente no nariz, *embirrou* o artista a dar-lhes tal fórma sobre o extra-natural, que desfiguram de todo em todo a belleza humana. As posições são, em alguns, irrationaes, collocando, *verbi gratia*, um dos prophetas com um pé apontando para o norte e outro para o sul: devera ter visto a impossibilidade dessa manobra. E’ mais delicado e perfeito na roupagem e seus bordados. Não tinha Antonio Francisco idéa do bello humano, ou queria reduzir todas as suas estatuas á sua propria figura defeituosa. Era um habil burilador, mas não era um estatuario; era artista para entes inanimados, mas parava ahi a sua competencia; o que fez de mais foi acima de suas forças; *invito Marte*”. A critica feita ás imagens dos Passos ainda é mais severa (pags. 260-262), chegando os rigorosos julgadores, — e preconizando que assim procediam em defesa da sua propria elevada religião, — a aconselhar a administração do Sanctuario a consumir e substituir aquelles “monstros extra-humanos”. O juizo é verdadeiro, não ha nega-lo. Mas, si o conselho tivesse de ser posto em execução alli e coherentemente extendido ás demais egrejas do Brasil, — poucas imagens escapariam a essa urgente necessidade de consumpção e substituição...

Ha ainda dois trabalhos attribuidos ao Aleijadinho, — um delles provavelmente da sua autoria e ainda existente em Ouro-Preto, — ambos circumvoltos de lendas, vinculadas, comtudo, a tradições não inverosímeis.

E’ São Jorge, o orago dos militares, e de ordinario, na pintura tem sido representado a cavallo, de loriga e escudo, capacete e lança, jugulando a Satã sob a fórma de um dragão e a symbolizar, assim, a victoria da fé sobre a impiedade. Consagrou-lhe a Renascença os painéis de Raphael e de Carpaccio, bem como a soberba estatua, devida ao genio de Donatello, “o mais violento dos realistas”, no justo conceito de E. Müntz. Além de padroeiro da Grã-Bretanha, tambem recebeu São Jorge fervoroso culto em Portugal e nos dominios ultramarinos da corôa lusitana, onde a imagem do principe

cappadocio, martyrizado nos primeiros annos do seculo IV, não deixou nunca de figurar, equestremente, na procissão de *Corpus-Christi*. Era esta, então, a mais pomposa das ceremonias externas do catholicismo, por virtude da parte conspicua que tomavam nella os representantes mais graduados do poder temporal, sendo ainda de notar que no referido reino iberico e aqui, neste seu prolongamento americano, a imagem de São Jorge sempre pertenceu á municipalidade, que não a confrarias religiosas. Pois bem: — Ao tempo em que governou a capitania de Minas (9 de agosto de 1797 a 21 de Julho de 1803) o depois conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena, entendeu este, por exaltado amante, qual era, de festas liturgicas e profanas, que devia ser substituida a pequena e feia imagem de São Jorge, então pertencente á edildade villariquense, por uma de tamanho natural e bem aformoseada pela arte, ordenando, logo, fôsse encarregado dessa tarefa Antonio Francisco Lisbôa, cuja fama de esculptor voava por aquella época dos Passos de Congonha do Campo para todos os angulos da terra do ouro. Chamado ao palacio, alli teve que aguentar, apenas a custo poz os pés na ante-camara do fidalgo reinol, a injuria que lhe atirou ás bochechas o ajudante de ordens do governador, José Romão, o qual, mal deu de olhos no artista mulato, a quem nunca tinha visto, não poudo conter a exclamação: — “Feio homem ! Feio homem !” Corre que o Aleijadinho teve impetos de retirar-se immediatamente dalli; mas o capitão-general não tardou a apparecer no salão e o tratou com tal gentileza, que o forçou a acceitar a incumbencia da feitura da imagem, para a qual, afóra as demais condições então convencionadas, indigitou o tamanho do seu ajudante de ordens, ainda alli presente. Do governador despediu-se penhorado o artista; não assim de José Romão, a quem, em revide da offensa pouco antes recebida, arremessou a phrase: — “Forte arganaz ! Forte arganaz !” Entregou-se logo, afanosamente, á satisfacção da encomenda, que saíu, segundo o juizo de Diogo de Vasconcellos (*in* “Bi-centenario de Ouro-Preto”, pag. 167), uma “imagem primorosa”, “uma obra de arte effectivamente realista”. O primeiro desses qualificativos não é muito de acceitar-se, em razão dos defeitos anatomicos da effigie; “realista”, entretanto, ella o é, pois nunca se viu transformação maior do sancto vencedor do demonio. O Aleijadinho, ao invés de inspirar-se nos quadros dos pintores italianos da grande Renascença, ou no maravilhoso modelo donatellesco, cogitou apenas de perpetuar naquella imagem a figura de José Romão; e, por isso, lá está em Ouro-Preto, no Asylo de Santo Antonio, um singularissimo São Jorge acaboclado, de cabelo

escuro e anelado e barbicha encaracolada no queixo, — o qual, tendo saído varias vezes a cavallo, nas sumptuosas procissões de *Corpus-Christi*, pelas ingremes ladeiras de Villa-Rica, mais constituiu, para gaudio do povo, um acto de vingança do artista enfermo do que uma projecção da sublime e inspiradora fé que lhe illuminava a alma incultamente hyperesthesiada...

A outra lenda, que tambem achou guarida na biographia oriunda da penna de Rodrigo Brêtas, prende-se á vinda de Antonio Francisco Lisboa a esta então côrte do vice-reino brasileiro. Esteve elle, de facto, aqui, em 1776, afim de auxiliar, em tudo quanto lhe fôsse possivel, certo litigio forense de sua ex-amasia Narcisa, a liberta de quem teve o unico filho, por nome Manuel Francisco Lisboa. Consta que, passeando pelo centro urbano e deparando-se-lhe ahi certo templo em remate da construcção, pediu ao administrador das obras a empreitada da porta principal. Apesar de não o recommendarem muito as apparencias e de não ser ainda conhecida aqui a sua capacidade artistica, foi-lhe confiado, depois de alguma reluctancia, o arduo encargo. Indole acrimoniosa, que não tolerava desdens, nem perdoava offensas, — entendeu elle de prégar uma boa peça ao homem que duvidara da sua competencia profissional e não o tratara com a consideração merecida. Assim, terminado o fino lavor de um dos batentes, o proprio Antonio Francisco Lisboa, por noite alta, furtivamente o encaixou nos respectivos gonzos, e escondeu-se de tudo e de todos, sem todavia, deixar esta capital. Clareado o dia, começou a ser visto e admirado o seu trabalho, que os mais habéis entalhadores cariocas daquelle ultimo quartel do seculo XVIII não se animaram a completar, quando convidados a supprir a falta do artista villariquense. Só depois de muitos dias foi que este se fez encontradiço, e, a poder de muitas instancias, cinzelou e entregou o outro batente.

Pelos derradeiros mezes de 1811, encarregou-se de superintender, por um anno, os trabalhos de construcção dos altares da egreja do Carmo de sua terra natal, os quaes haviam sido empreitados por um dos seus discipulos, Justino de tal, que, para tal fim, o levou para um alpendre pertencente á fabrica daquelle templo e contiguo ao mesmo. Alli foi que chegou a estado grave a doença do Aleijadinho. Era pelos ultimos dias daquelle anno. Justino, que morava no Alto da Cruz, foi passar com a familia o Natal e o Anno-Bom, e lá, no solitario casebre, deixou sem tratamento e sem desvelos o velho e alquebrado mestre, a cujos supplicantes sofrimentos se junctou então o da perda total da vista. Nessas

deploraveis condições, não podia continuar o desempenho da direcção que assumira e de cuja paga contractual não recebera o que lhe era devido, tendo, por isso, até morrer, accusado de ingrato e improbo áquelle seu referido aprendiz.

Morava Antonio Francisco Lisboa em casa propria, sita á rua chamada "Detrás", no arrabalde de Antonio Dias. Para ella foi conduzido, mas alli pouco tempo poudo ficar, pois que lhe sobreveio a paralyisia e, reduzido a extrema penuria, não podia contar sequer com a assistencia de mãos mercenarias. Apiedou-se delle, porém, a sua nora (parece que a esse tempo separada do marido, que já então exercia aqui a profissão de marceneiro), a parteira Joanna Lopes, que, apesar de não ser rica, tinha pelo menos um lar em Ouro-Preto. Ahi, num dos quartos do fundo da casa, jazeu, por cerca de dois annos, sôbre duro grabato, o desventurado artista mestiço, em quem a lepra já attingira profundamente ao tronco, chagando-lhe um dos lados do corpo. Fronteiro ao seu girão, — tres tabuas sôbre dois tóros de madeira pouco acima do chão, — pendia da parede uma imagem do Christo. A este, ora o Aleijadinho lançava apostrophes, em torva explosão blasphemadora que lhe provocavam os cruéis padecimentos, ora flebilmente lhe invocava a misericordia omnipotente, rogando-lhe que "sôbre elle puzesse os seus divinos pés!"

Tendo-o dessa longa tortura libertado a morte a 18 de Novembro de 1814, foi elle enterrado na matriz de Antonio Dias, em frente ao altar de Nossa Senhora da Boa Morte, de cuja irmandade fazia parte.

Está o maior artista mineiro dos tempos coloniaes ainda á espera de um monumento condigno, que, exprimindo-lhe a admiração e o reconhecimento da patria, o lembre, ao mesmo tempo, ás benções da posteridade. Essa homenagem, já tardia, vae ser promovida agora pela commissão ouropretana, encarregada da commemoração do bicentenario do nascimento do grande artista, — architecto, decorador e esculptor, — que tanto enriqueceu de bellezas plasticas a sua cidade natal quanto varias outras urbes da terra dos inconfidentes. E' de esperar que o governo mineiro contribua efficazmente para esse inadiavel preito civico, que elle proprio, independentemente de qualquer iniciativa particular, ha muito devera ter rendido á memoria de Antonio Francisco Lisboa.

Não obstante os tangiveis defeitos de algumas das suas producções esculptoricas, foi o Aleijadinho, incontestavelmente, um genio authentico e portentoso, cuja alma, supersaturada de espontanea esthesia e de acendrada inspiração religiosa, palpita nas curvas incomparaveis do barrôco de tantos dos nossos mais majestosos templos e nos innumer

lavoros de talha que os exornam, muitos dos quaes impregnados da audacia realistica e da dolorosa inquietação, que lhe tumultuavam no sangue miscigenio e na inenarravel angustia do organismo deformado e mutilado pela mais horrenda das enfermidades.

No excelso dominio da arte religiosa, não honrou elle apenas a cidade em que nasceu: — honrou tambem a Minas e honrou ao Brasil.

Hoje, portanto, — ao commemorar e exaltar a gloria imperitura do Aleijadinho, — nada mais fazemos do que cumprir um indeclinavel dever, a bem do fulgor da arte nacional e a bem das tradições culturaes da nossa Patria ! — (*Grandes e prolongados applausos.*)

ALFREDO FERREIRA LAGE,

Servindo de 2º secretario

1.560ª — 7ª sessão ordinaria, realizada em 13
de Setembro

COMMEMORAÇÃO DO CENTENARIO DA MORTE DE FREI
FRANCISCO DE SANCTA TEREZA DE JESÚS SAMPAIO

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

A's 16 horas, abre-se a sessão, presentes os senhores conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Augusto Tavares de Lyra, Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, Alfredo Ferreira Lage, Francisco Radler de Aquino, Antonio Borges Leal Castello Branco, Laudelino Freire, Alfredo Valladão, Affonso de Escragnolle Taunay, Basilio de Magalhães, Braz do Amaral, José Maria Moreira Guimarães, Olympio da Fonseca, Eduardo Marques Peixoto e d. Pedro de Orleans Bragança.

O SR. MAX FLEIUSS (*secretário Perpétuo*) lê a acta da sessão anterior, que, sem debate, é unanimemente approvada. Procede tambem á leitura das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio Branco, na parte em que se referem á data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) annuncia que se vae proceder á votação dos pareceres da Commissão de admissão de socios, relativos aos srs. Paul Rivet, secretário geral da Societé des Americanistes de Paris, auctor dos trabalhos — *Les malayo-polynésiens en Amérique e Les éléments constitutifs des civilisations du nord-ouest et de l'Ouest sud-américain*, — e Percy Alvin Martin, professor de História da Stanford University, da California, auctor das monographias — *Minas Geraes and California, Colapso do Imperio e Latin America in the war*, — propostos ambos para socios honorarios; e ao sr. Sylvio Rangel de Castro, secretário de legação, auctor de varios trabalhos de character historico e geographico, sôbre os quaes realizou conferências na Europa e no Japão, indicado para socio correspondente.

(Corridos os escrutinios, são unanimemente approvados os pareceres.)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) proclama socio correspondente o sr. Sylvio Rangel de Castro, e socios honorarios os srs. Paul Rivet e Percy Alvin Martin.

O SR. PRESIDENTE declara que com essas eleições ficam resolvidas todas as propostas apresentadas para socios honorarios, e que o quadro dos socios correspondentes se acha com o número fixado nos Estatutos. Quanto ao dos socios effectivos ha ainda o excesso de um socio.

De accôrdo com o anteriormente resolvido não poderá ser offerecida proposta alguma para socio de qualquer classe sem que o INSTITUTO delibere sôbre as indicações já existentes e processadas, aguardando vaga.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) diz em seguida que a a sessão foi dividida em duas partes, a primeira das quaes, para resolução de assumptos de economia interna, está terminada. Constando da segunda parte a celebração da memória de frei Francisco de Sancta Teresa de Jesus Sampaio, o INSTITUTO convidara, e fôra gentilmente attendido, para traduzir-lhe os sentimentos o benemerito consocio que, com applausos geraes, se incumbira de igual missão no anno transacto, relativamente a frei Francisco de São Carlos, — o ministro Agenor de Roure, o qual, mostrara possuir, sem restricção possivel, todos os requisitos afim de tractar, com saber, eloquencia e justiça, do grande prégador, jornalista e patriota, de cujo passamento occorre o centenario. Muito grato, roga ao sr. Agenor de Roure que proporcione ao auditorio a satisfação de conhecer o trabalho que vae, sem dúvida, accrescentar novo florão á sua bibliographia de notorio, e elevado valor. (*Applausos.*)

O SR. AGENOR DE ROURE, da tribuna, pronunciou a seguinte conferencia:

Frei Francisco de Sancta Teresa de Jesus Sampaio foi um dos grandes vultos da história patria, no momento da sua formação politica. Para fallar dos seus actos, de suas attitudes, do seu merecimento como orientador politico, do seu valor como jornalista combatente, da sua eloquencia como orador sagrado, da sua obra de patriota, dos seus talentos, do seu saber profundo, do seu grande devotamento á causa do nacionalismo no instante mesmo em que as Côrtes de Lisboa procuravam reduzir-nos de nove á condição de colonia; para essa tarefa nada facil, penso que o presidente perpétuo do INSTITUTO HISTORICO, nosso conde de Affonso Celso, devia ter escolhido um dos muitos confrades capazes, melhor do que eu, de interpretar os sentimentos desta Casa na commemoração do centenario da morte de tão notavel Brasileiro...

Foi, porém, com prazer, que acceitei a incumbência. Nos estudos que fiz, ha um anno, buscando notas sobre outro grande vulto da história da patria — frei São Carlos — tive oportunidade de colher dados que me fizeram melhor conhecer a figura de frei Sampaio e muito admirar a sua acção. O desejo, que eu tinha, de examinar ainda mais attentamente a vida do incançável obreiro da nossa independencia, deu-me coragem para enfrentar as difficuldades proprias da tarefa que estou desempenhando e que acceitei cheio de receios, confiado na benevolencia da gente illustre que compõe este INSTITUTO...

Viveu frei Sampaio apenas 52 annos. Os auctores que delle se occuparam dizem todos que nasceu em 1778. Nenhum indica o dia e alguns dizem que Agosto foi o mez do seu nascimento e que o acontecimento se deu na freguezia da Candelaria. O que a data de hoje marca é o centenario de sua morte em 1830.

Ainda adolescente, soffreu muito com a morte de sua mãe, d. Helena da Conceição Sampaio. Novo desgosto o abateu pouco mais tarde, com o segundo casamento do seu pae, Manoel José de Sampaio. Affonso Taunay (1) disse ser provavel que esses acontecimentos tivessem influido, na alma extremamente sensivel que era Sampaio, para a sua resolução de entrar para a ordem dos franciscanos aos 15 annos de idade, em 14 de Outubro de 1793, completando seu curso de humanidades em São Paulo. Tito Nabuco affirma ter elle dicto que o mundo o entontecia e por isso quiz ser frade. Sobre o facto temos ainda o depoimento de um contemporaneo de frei Sampaio: o conego Januario, escrevendo sobre a morte do franciscano no *Diario Fluminense* de 22 de Setembro de 1830, narra que "a morte de uma carinhosa mãe e, talvez, a idéa de não encontrar o mesmo carinho em uma senhora a quem seu pae se ligara em segundas nupcias fizeram nascer um precoce aborrecimento do mundo no coração do moço estudante, a quem a fortuna se declarava favoravel, até pelo que renunciara da herança materna". E accrescentou: "Elle encobrio o seu desgosto com o plausivel desejo de se consagrar aos estudos, livre das distrações e do tumulto que se encontram sempre no seio de uma grande familia".

(1) Grandes vultos da Independencia.

Por esse ou por outro motivo resolveu o jovem Sampaio entrar para o convento. De volta de São Paulo, tomou, aqui no Rio, a ordem de presbytero. Ramiz Galvão cita, no notável trabalho sôbre *O Pulpito no Brasil*, publicado no tomo 92, vol. 146, da *Revista do Instituto Historico*, os varios e importantes cargos que frei Sampaio exerceu na Ordem: foi ahi guardião, secretário da provincia e definidor. Teve ainda os titulos de prégador da Capella Real, examinador da mesa de consciencia e ordens, censor episcopal e deputado da bulla da Cruzada, merecendo, pelo seu saber e graças á repercussão dêsse saber no extrangeiro, a nomeação de socio correspondente da Academia de Lettras de Munich. Por sua vez, José Tito Nabuco de Araujo (2) lembra outros cargos por elle exercidos: confessor de seculares, lente de theologia, mestre de eloquencia sagrada, secretário da visita geral, capellão mór de s. a. real, theologo da nunciatura e guardião do convento do Senhor Bom Jesus da Ilha.

Foi orador eloquente. Ramiz Galvão, na obra citada, affirma ter elle estylo magestoso, profundidade de idéas, phrase fluente e rica de imagens, doutrina segura e exposta com clareza, vigor de dialectica como digno continuador de frei São Carlos e, na opinião dos contemporaneos, superior a este. Pena é que os seus discursos se tenham perdido quasi todos. Ramiz Galvão refere-se com enthusiasmo: ao sermão da 1ª Dominga do Advento, prégado em 1811 na Capella Real; ao panegyrico de São Francisco de Paula, recitado em 1808; ao sermão de acção de graças em memória dos dias 24 de Agosto e 15 de Setembro de 1820; á oração funebre do Cardeal Caleppi, nuncio apostolico e seu grande amigo; e ao sermão de acção de graças solennizada pela corporação dos ourives do Rio de Janeiro, em virtude do restabelecimento da saude do Imperador Pedro I. José Tito Nabuco de Araujo cita outro sermão de graças — o de 7 de Março de 1822, pela prosperidade do Brasil, na Capella Real. Fallou ahi o patriota já envolvido nas luctas da independencia e já victorioso na questão do *Fico*. Começou recordando a chegada de d. João VI, “cuja presença foi o escudo da salvação dêste vastissimo continente ameaçado pelas alterações do thermometro politico da Europa”, pois “os ferros coloniaes começaram a cair dos nossos pulsos; a franqueza do commercio extinguiu o abominavel systema do monopolio; os extran-

(2) *Revista do Instituto Historico*, vol. 37, II parte.

geiros procuraram a nossa amizade, trazendo-nos as riquezas da litteratura, das sciencias e das artes; firmaram-se os laços da nossa união com Portugal e passamos a ser considerados na gerarchia das nações; em uma palavra, o Brasil elevado ao grão das monarchias, adquiriu o direito indispensavel de offerecer para o futuro a magestosa perspectiva da soberba Tyro ou de Coryntho pela abundancia de suas riquezas”.

Posso tambem dar noticia de outras orações de frei Sampaio, publicadas no seu jornal *Regulador Brasileiro*, ns. 14, 15 e 21. A primeira, gratulatoria pela aclamação de s. m. imperial, recitada no Convento de Sancto Antonio, em presença de ss. mm., está cheia de louvores á resolução de Pedro I em favor da independencia, para a qual elle, frei Sampaio, concorrera com o seu exfôrço, com a sua palavra, com a sua acção, com os seus escriptos e com os seus soffrimentos. A segunda, repetida na Matriz da Candelaria, ainda sôbre a aclamação de Pedro I. A terceira, na Capella Imperial sôbre a sagração do imperador, terminando com estas palavras: — “O Imperio do Brasil será inabalavel. Quem duvidar venha fazer a experiencia; e ou voltará confundido ou ficará no campo de batalha. Um povo que combate pela sua independencia é um povo de heróes”.

Certa vez prérgava sôbre os costumes da época — sôbre os máos costumes, naturalmente — quando alguns moços irreverentes, que se achavam perto da tribuna, dirigiram-lhe motejos e calumnias. A sua réplica foi prompta. Varios auctores a citam como modelo de eloquencia e entre elles Tito Nabuco. Alvejado pelos insultos, estacou, correu olhares expressivos pela multidão, voltou-se para o Sanctuario e exclamou com voz vibrante e compungida, depois de haver implorado a misericordla divina para os seus peccados:

“E vós, indignos peccadores ! filhos do mal, que reincidís a todos os instantes na culpa e no peccado; que vindes affrontar, com o vosso impudor e egoismo, os altares do Cordeiro Immaculado; que ousaes interromper a palavra sagrada de seus ministros com os vossos motejos e calumnias, sem respeito nem para Deus nem para vossas almas, nem para a religião de vossos paes; vós miserrimos fructos do peccado original

Prosternae-vos, geração bastarda, raça de indo-

maveis peccadores, batei com a fronte orgulhosa e terrena de encontro ao pó de onde saistes e para onde haveis de voltar no vosso maximo dia..."

Conta-se que quando disse — *Prosternae-vos* — "o gesto foi tão soberbo e magestoso, a imponencia da phrase tão sublime, a expressão da physionomia tão imperiosa e tão potente o olhar, que a um tempo tudo quanto se achava no Templo prosternou-se, ouvindo-se um só baque, um só ruido; que de todo completou o effeito sublime dêsse discurso notavel". (3).

Não querendo alongar-me em citações de trechos eloquentissimos dos sermões de frei Sampaio, deixo, com esta improvisada resposta aos moços imprudentes e com a noticia dos effeitos por ella produzidos na multidão, a prova de que teve razão Sylvio Romero (4) em julga-lo "orador que se distinguia dos seus companheiros por uma certa energia de phrase"; teve razão Ramiz Galvão em dizer que a leitura do quadro do juizo final, constante do sermão feito na Primeira Dominga do Advento pelo athleta da palavra, fazia tremer...

E não é só. O conego Januario da Cunha Barbosa, seu contemporaneo e seu adversario politico, no necrologio que escreveu (5) nove dias depois da morte de frei Sampaio, assim se exprimiu em relação ao orador e sua eloquencia:

"Phrase rica, pensamentos sublimes, estylo magestoso, invenção digna dos assumptos que tractava, facilidade de expressão, exemplos bem escolhidos, doutrina solida, figuras brilhantes, posto que algumas vezes atrevidas, quando não podia conter os arrebatamentos de seu genio; enfim uma reunião de qualidades oratorias que bem poucas vezes se encontram nos ministros da Sancta Palavra, sustentavam-lhe o credito de um orador que honrava a sua Religião e a sua Patria".

(3) *Revista do Instituto Historico*, vol. 37, parte II.

(4) *Historia da Litteratura Brasileira*, vol. I, pag. 322.

(5) *Diario Fluminense* (do Govêrno), 22 de Setembro de 1830.

Deixemos o orador com este rasgado elogio de um adversario politico e occupemo-nos agora do patriota. Do seu amor ao nosso Brasil tivemos a prova no trecho já citado do sermão de 7 de Março de 1822; mas temo-la ainda mais convincente no sermão feito por occasião do *Te-Deum* em acção de graças ao restabelecimento de Pedro I. Basta um pequeno trecho (6):

“Deus de bondade, que voltaste sôbre o Brasil a tua Providencia para o encaminhares á altura do seu destino, acceita os sinceros, os affectuosos testemunhos de gratidão que hoje veio depositar aos pés do altar a respeitavel corporação dos ourives desta Côrte pelo restabelecimento da saude do Imperador, que recebemos de tuas mãos. Appareça sempre sôbre seus dias a sombra do escudo de tuas misericordias, para que nunca nos falte o penhor de nossa segurança pública e individual. Inspira, ó Deus, inspira nos habitantes do Brasil, os sentimentos destas altas virtudes, desta nobreza de character que faz polidas e afortunadas as nações, onde ellas mais se distinguem. Não se vejam mais entre nós estes germens de discordia, de desconfianças que nos mostram em continuas convulsões os alicerces do nosso Imperio constitucional. Vejam as nações extranhas que nós não estavamos nesse atrazamento de civilização em que nos iam figurar ao longe viajores injustos e mais chananeus do que politicos. Haja uma só vontade em todos os habitantes do Brasil, para que todos trabalhem na elevação da arvore da nossa independencia...”

Silvio Romero, no livro já citado, referindo-se a este sermão, disse que “eram palavras de um homem ingenuo, illudido sôbre os meritos politicos de Pedro I, mas palavras de um espirito liberal”. E não fez favor em reconhecer que frei Sampaio tinha espirito liberal, pois que, nos seus escriptos como jornalista, a idéa liberal sempre predominou. Basilio de Magalhães (7) affirmou que esse homem, de consti-

(6) Ramiz Galvão, *O pulpito no Brasil*, Revista do Instituto, tomo 92, vol. 146.

(7) *Os jornalistas da Independencia*, Revista do Instituto Historico, tomo 82.

tuição athletica, “era de pasmosa tibieza moral, descendo até á indignidade de curvar a cerviz ante os poderosos, em prejuizo da causa da Patria”; mas collocou-o, linhas adiante, entre os espiritos liberaes da época.

Era, de facto, liberal, sem formar ao lado dos exaltados e dos republicanos, naquelle momento difficil em que se preparava a nossa independencia por meio de correntes descontraídas que visavam o mesmo fim com processos diversos, dispersando energias felizmente captadas e canalizadas por José Bonifacio no sentido da monarchia constitucional. Frei Sampaio seguia o rumo do Patriarcha. A leitura dos trinta e quatro numeros do seu jornal — *Regulador Brasileiro* — até o decimo intitulado — *Regulador Brasilico Luso* — revela a sua perfeita orientação democratica dentro dos principios monarchico-constitucionaes.

Quem lê a collecção desse jornal doutrinario e recebe directamente impressões dos escriptos de frei Sampaio fica habilitado a sustentar que o grande franciscano era um espirito culto e adeantado, mas criterioso e ponderado, sem as demasias dos que procuravam exaltar os animos e levar o movimento libertador até os limites republicanos. No seu primeiro numero, esse jornal publicou dous artigos: o primeiro sôbre o interesse “da união dos Brasileiros com os honrados Portuguezes europeus” para acabar com a desconfiança existente, pois entre os Portuguezes muitos eram dignos de nossa estimação, por considerarem o Brasil como sua Patria; o segundo, sôbre a idéa da Republica em vez de Monarchia Constitucional. E’ deste último artigo o trecho que se segue:

“Quando vemos, no *Contracto Social* do illustre cidadão de Genebra, o que elle diz sôbre o govêrno republicano, asseverando que entre todos seria o mais bello si houvesse no mundo um povo de deuses, não nos podemos convencer que haja pessoas de senso que concebam este projecto e que nos queiram offerecer a utopia de Thomaz Moro ou a metaphysica da Republica de Platão, quando todos esperamos ver uma monarchia constitucional. Não é preciso mostrar, com archotes, a distancia em que nós estamos longe dessas virtudes austeras que fazem o solido cimento das democracias”.

Como se vê, não era por fraqueza dos seus sentimentos liberaes que frei Sampaio combatia a Republica, mas sim pela fraqueza da nossa civilização no momento.

O segundo número do *Regulador Brasileiro* publicou novo artigo contra o systema republicano; um outro sobre a necessidade da reunião das côrtes para o estabelecimento do novo systema constitucional; e um terceiro sobre as responsabilidades dos deputados para com a Nação, evitando-se a eleição de representantes ambiciosos, que promettem o que não podem dar. Dizia frei Sampaio:

“Não escolher representantes na classe daquelles homens que são theoricamente fecundos em planos e que raras vezes são felizes na applicação dos meios necessarios para os realizar; nem tão pouco na hierarchia daquelles que só têm probidade, mas nem conhecimentos nem experiencia”.

O terceiro numero do *Regulador Brasileiro* occupou-se na organização dos poderes executivo e legislativo. Ainda não estava proclamada a independencia, a 14 de Agosto de 1822, e já frei Sampaio cogitava de dar os traços relativos á divisão dos poderes e de mostrar a necessidade de sua existencia, preparando o terreno para o momento opportuno. Esse n. 3 do jornal continha outro artigo de refutação ás idéas anti-monarchicas e defendia Pedro I dos ataques do *Correio do Rio de Janeiro*.

No quarto número, de 14 de Agosto, frei Sampaio insistia na divisão dos poderes politicos, e perguntava qual seria a sorte do Brasil si o Corpo Legislativo viesse a exquecer-se das attribuições devidas ao augusto chefe do Poder Executivo. Nem o poder absoluto do imperador nem o dominio exclusivo da Assembléa Legislativa.

No quinto número, de 21 de Agosto, exforçou-se Sampaio por demonstrar a brilhante perspectiva de uma monarchia constitucional. No sexto transcreveu opiniões de publicistas sobre a sancção e o vétó. Nos septimo e oitavo, de 4 e 11 de Setembro, continuou o estudo sobre a sancção e o vétó. No nono, publicado a 18 de Setembro, ainda discutio questões constitucionaes, mas dando o grito de alarme contra as pretenções de Portugal e da divisão auxiliadora, com phrases como estas; — “Os batalhões do Rio mostraram um só dedo

á divisão auxiliadora... Os Brasileiros são mui polidos, mui generosos como amigos; mas, offendidos, insultados, são formidaveis e levam a vingança ao infinito”.

No decimo número, frei Sampaio propôz-se a demonstrar que o Brasil não estava em circumstancias de temer as ameaças das côrtes portuguezas. No decimo primeiro estudou o papel de Pedro I na proclamação da independencia do Brasil. No decimo segundo respondeu a um senhor Campeão, que dissera haver Pedro I usurpado o titulo de regente do Brasil, caíndo incauto nas mãos de uma barbara facção. E disse: — “E” preciso que o desculpem. O pobre homem perdeu a cabeça ou por outro modo foi ferido por algum ramo de ar no entendimento”. Foi isto no momento em que muito se fallava na reconquista e na vinda de navios portuguezes — “duas náos e todas as almas do outro mundo para nos metterem debaixo do jugo”. Commentario de frei Sampaio: — “Historias! Si hão de vir amanhã, melhor seria que apparecessem hoje!”. O número decimo terceiro, de 16 de Outubro, ainda se occupou dos planos de recolonização. Os numeros decimos quarto e quinto publicaram orações de frei Sampaio sôbre a acclamação de Pedro I. O decimo sexto tractou da influencia que tem sôbre a segurança das monarchias a união dos imperantes com o povo, uma vez derrubada a barreira que os separa — o absolutismo. Não era, pois, o franciscano um homem que vivesse com a cerviz curvada ante os poderosos, pois que ousava, no seu jornal, combater o absolutismo e aconselhar a união do monarcha com o povo... Esse conselho foi repetido em artigo do número dezesete do *Regulador Brasileiro*.

No número dezoito, o frade jornalista apreciou a maneira de conciliar a representação e a dignidade do povo em uma monarchia constitucional. Nos numeros dezenove e vinte, sempre liberal, deixou evidentes os obstaculos que encontrariam no character dos Brasileiros aquelles que pretendessem desorienta-los do systema monarchico-constitucional. O número vinte e um publicou o sermão da Capella imperial sôbre a sagração de sua magestade.

Finalmente, nos numeros 22 a 34, incluiu frei Sampaio estudos sôbre a constituição que devia ser adoptada no Brasil e reflexões sôbre a vida constitucional, sempre preocupado em excluir e pôr de parte qualquer idéa de absolutismo ou outra que não fôsse a da divisão e harmonia dos poderes constitucionaes.

O rapido resumo dos assumptos tratados nos trinta e quatro números do jornal de frei Sampaio, deixa claro o seu pensamento constante em favor da monarchia constitucional, organizada com poderes harmonicos, dentro do regime representativo, escolhidos os eleitos do povo entre os homens capazes de uma obra de construcção no momento em que a acção demolidora já não era necessaria, si é que uma campanha simplesmente demolidora pôde ter utilidade em qualquer tempo. Frei Sampaio foi, portanto, um dos grandes jornalistas da independencia. E não cessou, com o desaparecimento do *Regulador Brasileiro*, a sua acção jornalística, porque escreveu, ainda, de 1823 a 1825, no *Diario Fluminense* (orgão do Governo). (8).

Fundado para oppôr-se ás idéas do *Reverbero Constitucional Fluminense* e para conter a propaganda dentro dos limites da monarchia constitucional, o *Regulador Brasileiro* recebia auxilio da maçonaria, tendo sido frei Sampaio, por sua superior cultura, segundo Basilio de Magalhães, o verdadeiro e unico director mental desse jornal, embora ao seu lado figurasse como redactor Antonio José da Silva Loureiro. Frei Sampaio tinha o apoio do elemento moderado. Varias correntes dividiam o povo brasileiro, embora convergindo todas para a independencia: a absolutista, a republicana e a moderada ou monarchico-constitucional. A mais forte era exactamente a que combatia os elementos extremados, condemnando o absolutismo, mas não querendo chegar até á Republica. Não era conservadora, desde que não se propunha a conservar o absolutismo. Trabalhando pela independencia com a monarchia constitucional, evidentemente obedecia a uma orientação liberal, com todas as suas consequencias de garantia de direitos, de divisão de poderes e de representação popular. A noticia da materia contida nos trinta e quatro números do *Regulador Brasileiro* deixa claro que frei Sampaio estava filiado a essa corrente. Quem a dirigia, do alto, era José Bonifacio, captando energias dispersas, de modo a evitar que da lucta pudesse resultar a anarchia. Já não ha hoje quem negue ao Patriarcha esse papel superior de coordenar esforços e bem orienta-los...

Pois bem, o grande José Bonifacio, que bem sabia qual era o valor, no momento, da propaganda pela imprensa, deu ao jornal de frei Sampaio o apoio official e ás idéas por

(8) Max Fleiuss — *Paginas de Historia*.

elle sustentadas o applauso do govêrno de Pedro I. Outros jornaes luctaram com o *Reverbero*, de Ledo e Januario, que combatiam José Bonifacio; mas nenhum delles mereceu a distincção especial conferida ao *Regulador Brasileiro*, de frei Sampaio, e constante da portaria de 5 de Agosto de 1822, quando apenas dous numeros haviam sido publicados.

A portaria tem o número 88, na collecção de decisões daquelle anno, e está tambem publicada no *Jornal do Com-mércio* do centenario de 1822, pag. 14, 3º col. nestes termos:

“S. a. real o principe regente, tomando em consideração a utilidade que resultará a este Reino do Brasil da circulação dos periodicos e outros escriptos, nos quaes não só se offereçam ao público elementos de instrucção e armas para se destruirem os abusos conhecidos até aqui na educação pública, mas tambem se confundem com argumentos energicos e patrioticos os principios desorganizadores e oppostos aos verdadeiros interesses da grande causa do Brasil; e, reconhecendo-se ter entre elles um logar muito distincto, o nôvo periodico denominado *Regulador Brasileiro-Luso*, publicado nesta cidade: Manda, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, remetter ao govêrno da Provincia de..... os exemplares inclusos do 1º e 2º numeros do referido periodico, afim de que o mesmo Govêrno, quando inteirado dos importantes objectos de que se tractam, dirigidos ao estabelecimento de uma Monarchia Constitucional, como firme penhor de segurança pública, e a sustentar a dignidade e os interesses deste Reino, não sô facilite a sua circulação pelos povos da dicta Provincia, mas promova pela parte que lhe toca a sua subscripção voluntaria na fôrma annunciada nos respectivos prospectos. — Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Agosto de 1822. — José Bonifacio de Andrada e Silva.”

Esta importante e significativa portaria justifica perfeitamente a opinião de Arthur Cerqueira Mendes, publicada no *Jornal do Commercio* de 9 de Setembro de 1918: — “Patriota que, por si só, fez uma época.” Assim, frei Francisco de Sancta Teresa de Jesus Sampaio, que, segundo o medico

dr. José Mauricio Nunes Garcia, "possuia uma das mais impressionantes formações craneanas do Brasil, prestando-se a todos os systemas craneometricos melhor do que nenhum dos que ha podido vêr", conseguiu, pelo seu saber e pelo seu ponderado criterio democratico, merecer do proprio Pedro I o elogio official ás suas idéas liberaes e a consagração do seu exfôrço patriotico em favor de uma solução que fôsse ao mesmo tempo: democratica, quanto ás doutrinas a serem adoptadas; e conservadora, quanto á existencia da unidade nacional.

A proposito da "impressionante organização craneana" de frei Sampaio, convém dizer que era realmente um homem de grande porte, estatura elevada, robusto. Basilio de Magalhães disse ser elle de "vigor corporeo". O retrato que o Instituto Historico possui e que Affonso Taunay reproduzio no livro *Grandes Vultos da Independencia*, no-lo mostra exactamente como um homem forte. Um negociante francez que esteve no Rio ao tempo de d. João VI, em livro que Felix Pacheco traduziu e annotou (9), disse o seguinte:

Meu commércio ia bem e rendia-me mais do que o meu trabalho de tapeceiro, o que despertava a inveja de muita gente. E' que eu tinha creado, realmente, um ramo inteiramente nôvo no commercio; e, si bem que houvesse outras lojas como a minha, nenhuma estava tão sortida. A minha clientela compunha-se, em grande parte, de ecclesiasticos, os quaes, ás vezes, até conversavam commigo e nunca saiam da loja sem me comprar qualquer cousa. Cheguei a receber a visita, e isso foi uma grande honra para mim, do padre Saint Paillo (frei São Paulo), que era o homem mais sabio do Brasil e chefe superior de todos os conventos do Reino. A sua categoria era a de um arcebispo, andando sempre acompanhado por quatro padres que lhe faziam cortejo. Elle assim me falou ao retirar-se:

— Eu gosto muito dos Francezes, porque são homens esclarecidos.

Escolheu na minha loja diversos objectos, que distribuio entre as pessoas que o acompanhavam. Fez-me, além disso, varias perguntas sobre a natu-

(9) *Jornal do Commércio* de 31 de Agosto de 1930.

reza, o prego e a proveniência das minhas mercadorias — e isso tudo falando-me em francez. Deixou-me sorrindo e passou-me a mão no rosto. Logo que elle se retirou, toda gente correu á minha loja, o sr. Lebranc em primeiro logar, para saberem o que havia dicto o reverendo, porque todos os Francezes o veneravam. O reverendo Saint Paillo, embora fôsse muito gordo, era bem feito de corpo. Tão gordo, que, sózinho, chegava para me encher a loja."

O trecho transcripto do livro traduzido do negociante francez não serve apenas para confirmar a noticia de que frei Sampaio era homem corpulento. Dá-nos tambem uma idéa do seu prestigio e do seu feitio democratico, parecendo até gozar de popularidade...

Voltando á sua campanha de jornalista, resta accrescentar que, si ella lhe deu alegrias como a da portaria baixada por ordem de Pedro I, deu-lhe tambem dissabores. Combatido com violencia, justamente porque os adversarios se sentiam diminuidos pela fôrça dos seus principios e pela logica dos seus argumentos, teve ainda o desgosto de vêr-se accusado e collocado como réo de lesa-patriotismo na loja maçonica a que pertencia — a denominada *Commércio e Artes*, no momento reunida ás outras duas — *União e Tranquillidade e Esperança de Niterói*. Foi mesmo orador da sua loja; mas nem isso nem os serviços já prestados á causa da independencia, desde o *Fico*, evitaram a humilhação a que o submetteram os ermãos da maçonaria. Conta Manuel Joaquim de Menezes (10) que as lojas queriam a monarchia constitucional, marcando-se, na 14ª reunião, a 2 de Agosto de 1822, a data de 12 de Outubro para a acclamação. Foi nessa reunião que um ermão, cujo nome não é citado, condemnou as doutrinas politicas do *Regulador Brasileiro*, "impresso sob a protecção da loja e que, em vez de ser órgão de nossas opiniões, conforme os principios adoptados, era subversivo desses mesmos principios, pretendendo impôr doutrinas aristocraticas." Propunha esse ermão que se intimasse frei Sampaio a não proseguir naquelle terreno. Feita a intimação, foi resolvido devolver os numeros do jornal, marcando-se a sessão de 23 de Agosto para o comparecimento de frei Sampaio como réo...

(10) Historia da Maçonaria no Brasil.

Compareceu e teve assento entre columnas. Defendeu-se dizendo que taes artigos não eram de sua convicção, mas remettidos por pessoa a quem devia respeito e consideração, não podendo negar a inserção. Não mais publicaria essa colaboração e daria no proximo número a sua opinião sempre favoravel ás doutrinas liberaes sustentadas até no pulpito, apesar das ameaças que recebia. Ledo, como presidente interino, fez vêr a Sampaio que elle estava marchando fóra dos traços da esquadria e do compasso e que a Assembléa não admittia a explicação como justificação e sim como satisfação, e de-tanto melhor grado quanto era attendivel o protesto que fizera de abandonar aquella perfida correspondencia e de escrever segundo os seus verdadeiros sentimentos." Ledo convidou a loja e exquecer-se do escandalo que lhe havia causado o ermão Sampaio e a congratular-se com elle, dando-lhe o abraço e o osculo fraternaes. Assim foi feito e frei Sampaio retirado de entre columnas para retomar o seu logar costumeiro, como réo perdoado, mas não absolvido.

Em outra reunião da maçonaria agradeceu Sampaio a maneira pela qual foi tractado. Pelo menos é o que diz Manuel Joaquim de Meneses na obra citada. A verdade, entretanto, é que não podiam ser subversivas as idéas do artigo censurado, uma vez que em nenhum dos trinta e quatro numeros do jornal escrevêra Sampaio qualquer coisa que pudesse contrariar o programma maçonico de fórmula de govêrno monarchico-constitucional. Até 2 de Agosto, data da censura, dia da denúncia, só haviam sido postos em circulação dous numeros do *Regulador*. No primeiro, já vimos que sahiram dois artigos: um, sôbre a necessidade de acabar com as desconfianças "entre Brasileiros e Portuguezes dignos de estimação por considerarem o Brasil como sua Patria"; outro, contra a idéa republicana. No segundo, sahiram tres artigos: um, contra a propaganda republicana; outro sôbre a necessidade da reunião das Côrtes para o estabelecimento do nôvo systema constitucional; e o último sôbre a escolha de deputados não ambiciosos.

Não parece que, para a maçonaria, cuja doutrina era a de monarchia constitucional, taes artigos pudessem ser considerados como subversivos, a menos que, no fundo, os ermãos revoltados fôsem apenas republicanos disfarçados. Homem de grande valor — "*l'homme le plus savant du Brésil*" — como disse o viajante francez Gendrin (11), é natural que

(11) Affonso d'E. Taunay, *Grandes vultos da Independencia*.

frei Sampaio tivesse inimigos invejosos dentro da propria maçonaria, dispostos a humilha-lo. Timido ou de tibieza moral a poncto de nunca sair sósinho, não teve Sampaio a energia necessaria para repellir a affronta. Cedeu, desculpou-se e attribuiu a outrem a auctoridade do artigo. Quem seria então o auctor ? José Bonifacio ? O proprio d. Pedro ? Não se sabe sinão que era alguém “a quem o frade devia respeito e consideração.”

Affirma ainda Manuel Joaquim de Meneses que frei Sampaio vingou-se mais tarde, “depondo com falsidade, em juizo, contra seus irmãos da maçonaria e dizendo que fôra ameaçado com punhaes para desdizer-se das doutrinas do *Regulador Brasileiro*, o que fizera coacto, para salvar a vida; mas, acareado com Alves Branco, este o convencera de perjurio, apresentando o discurso de sua propria lettra, recitado em assembléa maçônica, onde se apresentara para agradecer as maneiras fraternaes com que fôra admoestado. Não ha argumento que baste para convencer. Timorato, poderia ter escripto o discurso de agradecimento tambem sob coacção...

Seja como fôr, tenham ou não razão os historiadores que o accusam, o certo é que frei Sampaio, no pulpito e na imprensa, foi grande, foi dos maiores vultos da Independencia do Brasil, desde que, com a partida de d. João VI e com o chamado de d. Pedro começou para nós a era das luctas contra o plano de recolonização de um paiz já habituado á vida de Nação e já elevado á categoria de Reino. Para o *Fico* contribuiu frei Sampaio com o seu prestigio, o seu saber e a sua attitudo decisiva de nacionalista. Varias reuniões foram realizadas na sua cella (Convento de Sancto Antonio), frequentada pelo proprio d. Pedro. A's reuniões que o Club de Resistencia realizava na casa de José Joaquim da Rocha, á rua da Ajuda n. 137, frei Sampaio estava sempre presente e era dos que mais se interessavam em evitar que d. Pedro partisse, chamado que fôra a Portugal. José Clemente Pereira, em discurso pronunciado a 14 de Junho de 1841, quando ministro da guerra (12), declarou que os primeiros que se lembraram de pedir a d. Pedro que ficasse foram José Mariano de Azevedo Coitinho e José Joaquim da Rocha. Os outros membros do Club da Resistencia eram frei Sampaio, França Miranda, Antonio Meneses Vasconcellos de Drummond, coronel Francisco Maria Gordilho de Barbuda (depois marquez de Jaca-

(12) *Jornal do Commércio do Centenario* (1922), pag. 11.

répaguã) e brigadeiro Luiz Pereira da Nobrega. Frei Sampaio foi quem redigiu a representação dirigida ao príncipe regente. Mais ainda: no dia 7 de Janeiro, em reunião realizada na rua do Cano (hoje Sete de Setembro), para aprovar a minuta do discurso que José Clemente Pereira devia ler ao príncipe, justificando, em nome da municipalidade, a petição para o *Fico*, foi preciso que frei Sampaio a emendasse com França Miranda para merecer aprovação (13).

São estes os ligeiros dados que pude colher sobre a vida e acção desse homem extraordinário, o mais notável orador sagrado do seu tempo, julgado mesmo superior ao seu mestre frei São Carlos; um dos mais dedicados colaboradores da nossa independência de facto, traduzida pelo *Fico*; redactor da representação que pedia a permanência do príncipe no Brasil; jornalista dos mais brilhantes da época, discutindo questões que se prendiam ao plano de uma organização política capaz de conciliar a monarchia e a democracia, dentro do regime constitucional; homem de idéas largas e liberais tendentes a annullar os pruridos republicanos da época; espírito culto e adeantado, mas ponderado e calmo, sempre orientando a opinião pública de modo a mante-la a igual distancia dos dois partidos extremados — o republicano e o absolutista, sem prejuizo da campanha contra o adversario commum — o partido portuguez, com a tropa do seu lado; talento, cuja fama ultrapassou as fronteiras do paiz e foi repercutir nos circulos litterarios da Europa; patriota que não media sacrificios em favôr do nosso Brasil hoje Nação grande e unida, justamente porque na época de sua formação encontrou homens da envergadura de frei Sampaio dirigindo a opinião...

Justissima é a homenagem que hoje lhe prestamos. Ella vale muito como acto de justiça do INSTITUTO que ha noventa e dois annos vem se dedicando ao estudo da história patria, sem interrupção nem desfalecimentos, através algumas gerações brasileiras dedicados á obra util de recordar o passado, para exemplo do presente e garantia do futuro. Lamentavel é que a commemoração de tão insigne brasileiro não tenha podido ter o brilho merecido, para ser digna do INSTITUTO que a promoveu e do grande morto de 13 de Setembro de 1830.

A morte de frei Sampaio "produziu magua das mais profundas na sociedade do tempo." No artigo que Arthur de

(13) Alberto Sousa, *Os Andradas*, vol. II, pag. 356.

Cerqueira Mendes publicou no *Jornal do Comércio* de 9 de Setembro de 1918, está dicto que juncto ao ataúde de frei Sampaio reuniram-se os grandes vultos do Rio; e, quando se lhe ia dar a sepultura, Domingos José Gonçalves de Magalhães leu uma poesia.

São dessa poesia estes versos:

Ainda honte'o vi no pulpito elevado,
com voz suave e tom harmonioso
De Deus cantando o nome sublimado;
Ainda hontem nos pintou, triste e choroso
A dôr da beatissima Maria
Ao ver morto seu filho. E, Deus piedoso,
Ainda hontem, Summo Deus, assim dizia:
— "Eu sou feito de pó, de vapores,
Breve me cobrirá a terra fria.
Propheta foi... Já hoje nos horrores
Da negra sepultura a paz descança,
O mestre, o exemplar dos oradores.

Tem grande valor o depoimento de um contemporaneo. Maior deve ter o de um adversario, principalmente quando esse adversario é dado como victima. Dizem os historiadores que Sampaio, com o seu depoimento, concorreu para a perseguição movida por José Bonifacio contra Ledo e Januario.

Pois bem, o conego Januario da Cunha Barbosa foi o auctor do necrologio de frei Sampaio, publicado nove dias depois da morte do franciscano illustre (14). O necrologio não está assignado, mas foi aproveitado pelo *Ostensor Brasileiro*, que o attribue ao conego Januario (15).

"O Rio de Janeiro acaba de perder um homem de letras que a natureza dotara de grandes talentos e um continuado estudo aperfeçoara, a poncto de honrar a litteratura brasileira, fazendo conhecido o seu nome no mundo litterario. Frei Francisco de Sancta Teresa de Jesús Sampaio já não existe; a morte o

(14) *Diário Fluminense* (do Govêrno), número de 22 de Setembro de 1830.

(15) *Revista do Instituto Historico*, tomo 7^a, pag. 260.

arrancou dentre os livros, no gabinete em que ha muitos mezes não encontrava outra consolação aos males que soffria, a não ser lendo e meditando os escriptos dos grandes sabios que compunham sua litteraria."

O trecho em que Januario se refere ás qualidades de orador de frei Sampaio já foi transcripto e lido ha pouco. Vê-se que o redactor do *Diario Fluminense* evitou referir-se á acção politica e patriotica do seu adversario, embora declarando que deviam "cessar quaesquer rivalidades ou desuniões, quando a justiça clama sôbre a campa dêste distincto Brasileiro, que honremos o seu merito litterario, até para emulação dos que seguem a gloriosa carreira das lettras."

Não quiz evidentemente elogiar a acção politica do adversario e fez apenas justiça ao seu merito de homem de lettras e orador sagrado, de proposito esquecendo a acção do patriota. Em todo caso, qualificou-o de *distincto Brasileiro* e disse que elle honrou a religião e a patria. Si honrou a patria e si foi distincto Brasileiro; si as rivalidades e os resentimentos permittiram a Januario deixar escapar essas expressões verdadeiras, no momento mesmo em que fugia á apreciação do homem politico, bem pôde a posteridade avaliar o gráo de patriotismo do grande franciscano, que orientava e dirigia uma corrente liberal diversa da seguida por aquelle outro heróe da nossa independencia...

Em companhia do nosso incansavel Max Fleiuss visitei hoje a cella de frei Sampaio, no Convento de Sancto Antonio, depois da missa alli rezada por alma do grande franciscano. O seu tumulo já não existe: muitos annos depois de sua morte, a urna foi retirada para servir de modelo a uma nova, perdendo-se na casa do artista operario a quem fôra entregue e que fallecera pouco depois. Não ha, pois, noticia dos restos mortaes desse notavel Brasileiro, a cuja obra nacionalista o INSTITUTO HISTORICO presta hoje a homenagem devida. E' justo que, passados cem annos, nós outros, com a necessaria imparcialidade, apreciando os factos sem paixão e sem idéas preconcebidas, por estuda-los nas suas causas e nos seus effeitos, façamos a justiça de reconhecer a excellencia da obra de frei Sampaio e proclama-lo benemerito na patria, por ter concorrido, com o seu talento, o seu saber e a sua fé religiosa, para o trabalho ingente da organização liberal e democratica de um paiz que proclamava a sua independencia em meio de cor-

rentes de idéas que confluíam para o mesmo objectivo, mas por processos differentes, que bem poderiam ter levado o paiz á anarchia e dahi ao absolutismo, traduzido pelo despotismo, si não chegasse a ser o desmembramento, o esphacelamento...

Os Brasileiros de hoje, passados cem annos dos successos que estamos commemorando, através os actos e palavras de frei Sampaio, devem lançar uma vista d'olhos sôbre o mappa do Brasil, proclamar a benemerencia dos que naquella época conseguiram manter a unidade da patria e pedir a Deus que, no presente e no futuro, nos dê homens da envergadura de frei Francisco de Sancta Teresa de Jesus Sampaio — homens capazes de continuar e aperfeiçoar a obra feita, como de manter a conquista de paz e união, de liberdade e de progresso, de ordem e de justiça feita pelos nossos antepassados... (*Calorosas palmas.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) congratula-se com o sr. Agenor de Roure pelo seu brilhante trabalho e convida todos os presentes para a sessão do dia 15, ás 17 horas, em homenagem á memória do tenente-general Joaquim Xavier Curado, sendo orador o sr. Moreira Guimarães.

Agradece a dadiva de uma placa metallica, artisticamente trabalhada, contendo uma inscripção elucidativa da herma historica que orna o salão nobre do INSTITUTO, dadiva feita pelo sr. Marcos Carneiro de Mendonça.

Agradece, igualmente, o comparecimento dos circumstantes, dentre elles o sr. commandante Fonseca Costa, representante do sr. presidente da Republica, que a seu convite tomou assento á mesa, dom Pedro de Orleans Bragança, frei Justo, superior dos Franciscanos, deputado Costa Fernandes, dr. Bricio Filho, desembargador José A. Boiteux, professor B. Berna e directoria do Centro Carioca.

Encerra-se a sessão ás 18 horas. — *Agenor de Roure*, 2º secretario.

1.561ª — 8ª sessão ordinaria em 15 de Setembro

COMMEMORAÇÃO DO CENTENARIO DA MORTE DE
JOAQUIM XAVIER CURADO

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(Presidente perpétuo)

Às 17 horas abre-se a sessão com o comparecimento dos senhores conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, José Maria Moreira Guimarães, Augusto Tavares de Lyra, Alfredo Valladão, Alfredo Ferreira Lage, Liberato Bittencourt, Braz do Amaral, d. Pedro de Orleans Bragança, Antonio Borges Leal Castello Branco, Affonso de Escragnolle Taunay e Olympio da Fonseca.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º secretário) lê a acta da sessão anterior, que, sem debate, é unanimemente approvada; igualmente, procede á leitura das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio Branco, na parte em que se referem á data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) diz que na ante-vespera, o INSTITUTO HISTORICO, pela voz do sr. Agenor de Roure, rendera os devidos preitos de veneração a um sacerdote que se exalçara no pulpito, na imprensa e na agitação cívica, determinante da Independencia. Identica consagração ia ser prestada a outro illustre vulto nacional, também fallecido ha um seculo, e que, em esphera diversa da de frei Sampaio — a das armas, — cultivara, como este, a virtude do patriotismo. A carreira militar e o sacerdocio apresentam, aliás entre si, as affinidades de se basearem ambas na disciplina, na hierachia, na abnegação, no sacrificio. Se o franciscano tivera um apologista á altura do seu valor, te-lo-á igualmente o soldado, na pessoa do general dr. Moreira Guimarães, que, nas fileiras do exército, bem como em muitas outras variadas actividades espirituaes e moraes, ascendeu ao nivel de uma das nossas mais sympathicas e respeitaveis figuras contemporaneas, pela intelligencia, cultura e character. Ha um anno, augmentou s. ex. a consideração e reconhecimento que lhe tributa o INSTITUTO, tra-

ctando, em bellissimo trabalho, dos generaes da Independencia, no qual traçou primoroso perfil de Joaquim Xavier Curado, conde de São João das Duas Barras. Incrementará esses sentimentos, desenvolvendo o assumpto, occupando-se mais detidamente do grande goiano heroe, das guerras do sul e decisivo collaborador de Pedro I contra as pretensões reaccionarias de Avilez. Convida-o a satisfazer a anciosa expectação do INSTITUTO; enaltecendo-lhe a tribuna, de tão honrosas tradições. (*Muitas palmas.*)

O SR. MOREIRA GUIMARÃES, da tribuna, pronuncia a seguinte conferencia:

“A figura de escol, a um tempo querida e admirada, á qual, com raro tino e inexcédível realce, preside ao INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO: O sr. conde de Affonso Celso, — tão captivante se faz, assim pela distincção do talento, como pela superioridade moral; tanto se affirma, nessa e naquella esphera do pensamento, como jornalista, como escriptor, como cathedratico, como orador dos maiores e dos maiores conferencistas; de tal maneira se impõe mais do que á estima de cada um de nós, á veneração de toda a gente — que, posso dizer-lo, aqui na douta companhia ninguém fecha os ouvidos á voz que lhe rói dos labios, por isso que todos, com summo prazer, obedecemos ao imperativo de suas palavras.

Essa, não outra, a razão de minha presença na grande tribuna, de onde se fala a todo o Brasil.

Não é que a mim passaria despercebida, como inexistente, a data em torno da qual tão patrioticamente ora se reúne o venerando Instituto Historico. Não. De mim para mim, — quando mais não fosse — teria eu de cultuar a memoria do heroe, que se chama Joaquim Xavier Curado. Porque muito cedo, pela propria natureza dos meus estudos militares, comecei de fixar no meu mundo interior, todas as linhas do impressionante vulto de quem, aos 79 annos, entrando já em plena velhice, foi o factor decisivo da viagem, em direcção da Europa, do general Jorge de Avilez.

O goiano illustre nasce, a 1º de Março de 1743 e o seu passamento occorre aos 15 de Setembro de 1830. Ha um seculo, consequentemente, aquella espada, emprehendedora e abnegada, espada que sabia vencer sem os excessos tão naturaes das brutalidades da força; espada intelligente, e resoluta, que, lá pelas bandas do sul, logo se acha, sob o commando do general João Henrique Böhm, affirmando toda a intrepidez

que jámais cessara de revelar em pelejas posteriores, quer nas campanhas de 1811 a 1812, quer nas de 1816 a 1820; espada que, a golpes de bravura, galga, rapidamente, as posições mais altas, creando destarte em tôrno de si a veneração dos seus commandados, bem assim a estima pessoal, o respeito, a amizade, a admiração dos seus pares, além do reconhecimento dos seus chefes; aquella espada, estava eu affirmando, ahi se mostra, desde 15 de Setembro de 1830 — exactamente ha um seculo —, tombada no chão... E' a contingencia das creaturas e de todas as coisas. Tudo, pela mesma lei da gravidade, tudo com effeito tende a cahir e rola por terra e como que se reduz a fragmentos, ao barro, ao pó da propria terra...

Dizendo de João Baptista de Almeida Garrett, escreveu Latino Coelho: "A posteridade terá para o admirar um livro e uma pedra funeraria".

Pois bem. Recordando aquella espada insigne entre as mais insignes, não exaggero assegurando respeito a Joaquim Xavier Curado: — A posteridade, para o admirar, ahi tem; e te-lo-á, sempre uma espada e uma pedra funeraria.

E se a pedra funeraria não permite nenhum traço distinctivo das creaturas, tanto sob essa pedra tudo se confunde; aquella espada e aquelle mesmo livro, como expressões de valores moraes, fazem as characteristics inconfundiveis dos individuos que se devotam á sociedade impulsados pelo amor á terra em que nasceram, e a toda a terra, ou á humanidade inteira. Mas a questão depende, sôbretudo, do momento. Deixando Goiaz e correndo ao Rio de Janeiro para levar por deante os seus estudos de humanidade, havia o jovem Joaquim Xavier Curado o pensamento alçado em direcção da Universidade de Coimbra. Pensara talvez em tudo, excepto na carreira das armas. E no entanto é cômo soldado, desde 1764, em que assenta praça com 21 annos de idade, que entra definitivamente para a história quem, brasileiro, triumpho na memoravel batalha de Catalão aos 4 de Janeiro 1817 e é, por esse tempo, commandante do exército portuguez, ostentando os bordados de tenente general, além desses outros bordados, de tão apreciavel significação, transparentes nos seus 74 annos de idade e 53 de serviço militar. Contudo, não parou ahi a vida gloriosa desse tão illustre militar, nascido na então freguezia de Meia Ponte na antiga Provincia de Goiaz. Nem se conservou tão só dentro na esphera dos arduos deveres militares o ponderado e vivo espirito que se alça aos encargos mais eminentes na Colonia e no Imperio. Viveu 87 annos. E foi governador de Campos e de Sancta Catharina. Ainda

mais: quando o Estado principia de organizar-se e a Província é o que succede á Capitania de Sancta Catharina, lá está, na Assembléa Legislativa, como representante dessa Província, quem teria que morrer sob as benções de todo um povo. Foi deputado. Foi governador. E muito antes de haver desempenhado tão altas funcções politicas, fôra investido na responsabilidade de importantissima commissão juncto ás Côrtes de Lisboa, commissão que lograra conduzir a bom termo, ainda que vencendo innumerous obstaculos ahi erguidos nas paragens por onde se encontrara tamanho soldado, simples praça de pret em 1764, embora a nobreza oriunda de bens paternos, porém soldado que, pela bravura e abnegação, pela coragem e intelligencia, numa palavra, pelo heroismo de que dera provas exuberantes em mais de uma peleja na reconquista do Rio Grande do Sul, ascendera aos postos de tenente, capitão e major sem nenhuma demora.

Quando assenta praça, fazia um anno que todo o territorio, reconquistado aos 2 de Abril de 1776, já o haviam, os Brasileiros e os Portuguezes perdido completamente. Isto é, o desastre ahi se assignala em 1763. E sob a inspiração desse desastre, o soldado de 1764, ahi está com 31 annos de idade trazendo as insignias de alferes de infantaria, porém alferes ardoroso e perseverante, homem cheio de fé, patriota modelar que tanto collabora naquella reconquista, victoria do general João Henrique de Böhm, general alemão que vinha servindo no Brasil desde 1767. Depois a luz logo se fez, delineando-se, traçando-se a todos os olhos, revelando-se claramente o rumo dos seus triumphos: teria que ser a espada, que todos admiramos.

A verdade é que, como coronel, pedira sua reforma. O alferes de 31 annos de idade, não ingressara muito cedo na carreira das armas; e, como que sentira, pesando-lhe, desagradavelmente, o coronelato com 57 janeiros, entrado o bom e notavel goiano quasi ao fim do periodo fundamental da existencia, tanto lhe estavam faltando, a elle, apenas seis annos, para deixar a madureza e penetrar a phase da velhice.

Mas qual a razão do requerimento de reforma? Acaso existira motivo outro que não a idade?

Não se acha essa questão completamente resolvida. Entretanto, o caso tem sua psychologia.

O certo é que o vice-rei, o conde dos Arcos, de quem Joaquim Xavier Curado fôra ajudante de ordens, hesita no despacho que lhe cabia escrever, na patente, de reformado, de tão egregio militar. E não hesita simplesmente; não lança

o *cumpra-se* indispensavel á existencia do acto, ainda que de auctoridade superior.

Então, toma da penna para ponderar a quem de direito que lhe não era licito fazer cumprir tamanho acto, "por não querer privar a Nação dos serviços que ainda lhe podia prestar um official benemerito". E mais; accrescenta, para maior clareza do pensamento: "official benemerito, cujo zêlo suppria as fôrças physicas que talvez alguns allegassem perdidas".

Ora, eis ahi... Com a expressão — *talvez alguns allegassem perdidas* — estava o vice-rei condemnando insolitas murmurações em derredor do quinquagenario coronel. E fez bem, porque a isso lhe impunha o dever; conhecia o conde dos Arcos o altissimo valor de Xavier Curado para protestar, como o exigiam as circumstancias, contra essas murmurações extravagantes ainda que naturaes e tão impregnadas de egoismo quão absurdas.

Desta sorte, não é deferida a petição de reforma. Ao contrario; foi assignada, para o peticionario, sua promoção a brigadeiro.

Era com effeito a justiça descendo da corôa portugueza, naquelles dias de tão perturbadoras interrogações respeito ao futuro da colonia e da metropole. E vinha, essa justiça, dignificar, num excelso Brasileiro, o amor ao trabalho, o devotamento á causa pública e o mesmo saber.

Não é que a corôa de Portugal lhe fôra ingrata. Os merecimentos de Xavier Curado, porém, nunca se conservaram inferiores ás mercês que tanto lhe distinguiram a impressionante individualidade. De maneira que, se devêras nasce bafejado pela fortuna ou pela sua estrêlla, bem dignamente soube collocar-se, pelos proprios exforços, o inexquecivel tenente-general, de quem, participando ao conde do Rio Pardo o fallecimento, assim se expressara Francisco de Lima e Silva: "Julgo do meu dever communicar a v. ex., para ser presente a sua magestade o imperador, que falleceu hontem da vida presente, e ha de ser hoje sepultado na egreja de São Francisco de Paula pelas 7 horas da noite, o exmo. tenente general conselheiro de guerra conde de São João das Duas Barras.

Deus guarde a v. ex.

Quartel General em 16 de Septembro de 1830.

Illmo. e exmo. sr. conde do Rio Pardo. — (Assignado),
Francisco de Lima e Silva.

Realmente, não havia necessidade, para essa communição, de quaesquer adjectivos, avultando, á custa delles, a

figura de Joaquim Xavier Curado. Tão grande figura da história nacional, não podiam esquecer-la, especialmente, os seus contemporaneos. Estes não ignoraram o gesto com o qual pretendia despedir-se da actividade militar, porque já lhe pesava, de mais ou de menos, o coronelato. E viram que o general de 2 de Abril de 1808, com 65 annos de idade, vae a Buenos Aires e Montevidéo no desempenho de commissão relevantissima. Além disso, porque tanto que regressa do Rio da Prata dous annos depois, lá está na Capitania do Rio Grande do Sul para, primeiro pelejar, com 68 annos em 1811 e proseguir na peleja até 1812; depois, para, de novo, já septuagenario, lutar, de 1816 a 1820, cumprindo o indeclinavel dever de patriota apercebido para a guerra. Isso viram-no, os seus contemporaneos, admirados do vigor do velho soldado.

E quando foi dos acontecimentos de 1822, nos dias 11 e 12 de Janeiro em que apparece como verdadeiro responsavel por esses acontecimentos o general Jorge de Avilez, que prosegue a agitação de 26 de Fevereiro de 1821, na qual surgira o general Francisco Carreti propugnando a existencia de um só Portugal, de um lado e do outro do Atlantico, — como que todo o Brasil contempla, maravilhado e agradecido, o tenente general de 79 annos de idade, tenente general, que, vibrando de amor ao Brasil, está, no Campo de Santa Anna, investido nas funções de commandante das forças brasileiras. E' estrategista. Mas egualmente, é tactico. Não vae com a espada tão só traçando planos de operações. De espada em punho, sabe lutar. E revelara todos os predicados de excellent commandante em chefe, sobretudo nas duas campanhas — a primeira, de 1811 a 1812; a segunda, de 1816 a 1820.

No sul, vae concluida, e brilhantemente, a missão do grande general. Mas bem elle sentira que no Rio de Janeiro lhe preparava o destino outra missão. E pede exoneração de commandante da columna pacificadora em terras do Rio Grande do Sul, onde lutara até 1820. Pois bem: no anno seguinte, em 1821, já se desenham as linhas, — quiçá todas as linhas — do vulto inolvidavel do maior dos nossos generaes da independencia, contrapondo-se Joaquim Xavier Curado a Jorge de Avilez Juzarte de Sousa Tavares. Aquelle é a revolução affirmando os seus direitos. Este, a obediencia aos propositos e aos mesmos despropositos das côrtes de Lisboa.

Ora, eu pergunto: — onde o dever? Por que, de um lado e do outro, existem imperativos. Mas — foi Tacito quem o disse — nos dias revolucionarios, a questão está menos no cumprir o dever do que no descobrir onde se acha o dever.

O problema estonteava, pelo complexo de suas condições e pelas suas mesmas difficuldades.

Póde affirmar-se que nenhum general do Imperio, ainda que se chame Caxias, o maior delles, defrontou tão serio problema como esse, que o resolveu, admiravelmente, Xavier Curado, quer pela sua clarividencia, quer pela sua brasilidade. E' que no Imperio a Patria já existia e era fôrça manter a unidade da Patria. Porém, na Colonia, Xavier Curado estava estruturando, constituindo, plasmando os elementos, os tecidos, os orgams desta grande Patria.

Prosigamos.

Aos 21 de Abril de 1821, na praça do Commércio, estava o povo deliberando. E uma das deliberações, de excepcional gravidade, ei-la no encargo delicadissimo commettido ao velho general. Que fazer? Dever indicado, sempre se lhe afigurou, dever cumprido. A questão é que fôsse dever, e não qualquer imperativo mais ou menos atrevido, oriundo antes do amor á revolução pela simplês revolução, que do amor á causa pública, amor tão necessario quão indispensavel. Havia em Xavier Curado um como fetichismo á disciplina. Aliás é o bom fetichismo dos grandes militares.

A grande tarefa, daquelle momento supremo e critico, ora, porém, a fórmula de inadiavel dever. E o velho general toma sôbre os hombros a missão que lhe confia o povo. Então, intima, corajosamente, aos commandantes das fortalezas para que seja obedecida a deliberação, enthusiastica e intelligente, da assembléa popular.

Ora, a situação era tragica; escreviam-se, naquelle momento, as premissas de um extraordinario syllogismo. Podia, não obstante, a tragedia transmutar-se, de um instante para outro, numa tristissima comedia... Os phenomenos sociaes ainda hoje não se prevêem com rigor mathematico. O certo é que os acontecimentos já estavam ganhando velocidade. Precipitaram-se. E aos 9 de Janeiro de 1822, em que o principe regente d. Pedro delibera permanecer no Brasil, a realidade inilludivel traduzida pelo *Fico* é que se confirmam, nesse dia, os anhelos da memoravel assembléa popular de 21 de Abril de 1821. Passaram-se longos mezes, para que afinal, com as representações dos Fluminenses, Paulistas e Mineiros, resolvesse d. Pedro o acto mediante o qual succede a conjunção do govérno da colonia com o povo dessa colonia. Não é possível, porém, exquecer nem aquella assembléa popular, nem o órgão da vontade de similhante assembléa — Joaquim Xavier Curado.

Quer o principe ficar... E fica, finalmente.

O que não padece dúvida é que, dous dias depois, eis ahi surge Jorge de Avilez ameaçando a cidade do Rio de Janeiro e querendo coagir d. Pedro a seguir rumo da Europa. E agora? Os Brasileiros movimentam-se, correm, reúnem-se, apparecem confraternizados no campo de Sancta Anna; e Xavier Curado, desde 12 de Janeiro de 1822, é o commandante desses valentes Brasileiros.

Indiscutivelmente deseja lutar o velho general. Jorge de Avilez, entretanto, tem a idéa de com a sua gente transferir-se para Niterói... Mas para essa cidade lá vae, também, Xavier Curado, afim de que pudesse d. Pedro, aos 9 de Fevereiro, haver o gesto que se vinha impondo — ordenar o principe o embarque, para a Europa, não sómente do general Jorge de Avilez, sinão de toda a divisáo ameaçadora.

Não ha dúvida, prestou os melhores serviços ao Brasil o maior dos goianos, cujas qualidades de commando fôram, em excellentes paginas do então *Boletim Mensal do Estado-Maior* do nosso glorioso exército, tão bem apreciadas pelo operoso camarada das letras e das armas Liberato Bittencourt, o qual, quando ainda major, soube erguer-se no conceito dos mestres, pelo talento e competencia, com o trabalho que lhe saíu da penna e se intitula *Psychologia do Commando em Chefe*.

Mas... não estou fazendo uma conferencia, nem muito menos a biographia do tenente-general Joaquim Xavier Curado.

A ordem que recebi do benemerito presidente do INSTITUTO indicou-me tarefa devéras modestissima: "nem biographia, nem mesmo uma conferencia, sinão apenas "dizer algumas palavras na sessão de hoje, celebrando a gloriosa memória do admiravel general".

E eis ahi. Na verdade, acabo de proferir algumas palavras... E para que mais ? Porque a só reunião do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, isso é tudo, como lição de amor civico.

Está mostrando o venerando INSTITUTO que aqui não se voltam as costas ao passado, exquecendo-lhe os valores, e que, ainda mais, é no culto á memória dos grandes homens que mais e mais de facto se dignificam as creaturas. Além disso, por certo que aproveita, ganha, lucra, com esse culto, a ordem social tão abalada em todos os recantos do mundo. Nem se rompe, impunemente, a continuidade historica. Com a descontinuidade que a golpes de todas as audacias vão os homens pretendendo resolver os problemas sociaes mais complexos

nesta e naquella Patria, nada mais fazem esses homens do que perturbar a evolução dos acontecimentos. O progresso é a ordem, desenvolvendo-se. Em busca do futuro, os Brasileiros, precisamos de caminhar, não na desordem, não ao acaso, tropeçando alli e acolá, tudo confundindo, perturbando tudo, mas em meio da ordem intelligentemente, seguindo o rumo do nosso destino." (*Prolongados applausos.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) congratula-se com o sr. Moreira Guimarães e pede para elle nova salva de palmas.

Communica que o general Nestor Passos, ministro da guerra, e o general Alexandre Leal, chefe do estado maior do exército, accompanhados dos seus ajudantes de ordens, estiveram hontem, pela manhã, no cemiterio de São Francisco de Paula, em visita ao tumulo do general Curado, tumulo mandado edificar por d. Pedro II, em 1869, e depositaram palmas de flores sobre a campa, attendendo, assim, á suggestão do INSTITUTO HISTORICO.

Da numerosa assistencia fazem parte os srs. commandante Archimedes Pires de Castro, representando o sr. presidente da Republica, que tomou assento á mesa, a convite do sr. conde de Affonso Celso; tenente Floduardo Maia, pelo sr. ministro da guerra, major Francisco José Dutra, pelo 3º regimento, deputado Costa Fernandes, generaes Alexandre Leal, Alfredo Malan d'Angrogne e Samuel de Oliveira, dr. Bricio Filho e d. Esther Pego Rodbeere Williams, filha do fallecido marechal Pêgo Junior.

Justificam as respectivas ausencias os socios srs. Manoel Cicero Peregrino da Silva e Basilio de Magalhães.

Encerra-se a sessão ás 18 horas. — *Agenor de Roure*, 2º secretario.

1.562ª — 9ª sessão ordinaria, em 18 de Outubro

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

A's 17 horas, abre-se a sessão com a presença dos senhores conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Affonso de Escragnolle Taunay, José Maria Moreira Guimarães, Alfredo Ferreira Lage, Braz do Amaral,

Liberato Bittencourt, Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, Eduardo Marques Peixoto, Alfredo Nascimento e Silva, Julianio Moreira e Olympio da Fonseca. Justifica a ausencia o sr. Augusto Tavares de Lyra.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º secretario) lê a acta da sessão anterior, que é unanimemente approvada, assim como procede á leitura das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio Branco, relativas á data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) nomeia os srs. Alfredo Nascimento, Julianio Moreira e Alfredo Ferreira Lage para introduzirem no recinto o senhor Silvio Rangel de Castro, que toma posse de socio correspondente, pronunciando o compromisso contido no § 3º do art. 8º dos Estatutos e em seguida este discurso:

“Exmo. sr. presidente e mais membros do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO.

Tão insigne é a honra que me fazeis, recebendo-me hoje em vosso seio, e tão alta a distincção que me conferis, chamando-me a compartilhar dos vossos trabalhos, que só as posso attribuir á vossa captivante indulgencia e ao espirito superior e generoso — que, invariavelmente, vos anima — de premiar os estudiosos da nossa Historia, como vós inspirados no mesmo ideal, e os homens de boa vontade, tambem como vós seduzidos por essa obra incomparavel de patriotismo, de tenacidade e de fé: a grandeza do Brasil. Acudi pressuroso ao vosso nobre appello, e aqui me tendes para collaborar convosco na tarefa commum, sem outra ambição que a de poder ser util ao meu paiz. Exforçar-me-ei para isso nesta eschola de civismo, que é a vossa illustre companhia, onde se aprende a melhor conhecer e amar o Brasil, receioso de não corresponder á vossa expectativa, mas ardendo nas chammas do enthusiasmo que constituem, como disse Anatole France, a parte divina nos trabalhos do espirito.

O cardeal Maury, que viveu em fins do seculo XVIII e começo do XIX, e que não brilhou, precisamente, pela modestia, scandalizou um dia, num discurso, a Academia Franceza: “*Je me juge bien peu quand je me regarde... mais je me considère beaucoup quand je me compare*”, accrescentou, lançando, em torno dos immortaes, um olhar quasi arrogante. Ao contrario do prelado francez — e como o senhor Louis Madelin, *excusez du peu*, o notavel historiador da Revolução de 89 e da epopéa napoleonica, que recordou recentemente a pittoresca occurrencia, ao ser recebido *sous la Coupole* — eu me julgo muito pouco quando me comparo.

Sobretudo, deante do INSTITUTO, onde está representada a fina flôr da intellectualidade brasileira. E' que não possuo outros titulos que me pudessem recommendar aos vossos suffragios, além dos que me dão, naturalmente, o amor da patria e o sincero desejo de servi-la.

Certo a vossa investidura muito me envaidece. Mas não sei como agradecer á douta e erudita Companhia. Em solennidades como esta, as fórmulas de polidez se exgottam. Permitti, entretanto, senhores, que aqui vos exprima o meu profundo reconhecimento, repetindo as palavras do sacrificio, na lithurgia catholica, em toda a commovente belleza e simplicidade do ritual — pois o INSTITUTO não é tambem um santuario onde se professa a religião da patria? — *Domine, non sum dignus...*

Não se transpõe, sem emoção, os humbraes desta casa de tão gloriosas tradições, evocadora de tantos nomes illustres e veneraveis, que realçaes com a vossa sabedoria e com as vossas virtudes civicas; cenaculo, onde fazeis surgir, por entre as fulgurações da poeira de ouro do passado, o velho Brasil, augusto e magestoso; vasta officina de trabalho — *aere perennius* — onde, tranquilla e pacientemente, colligís os fastos e os ensinamentos da nossa história, illuminando suas paginas com um possante facho de luz; colmeia laboriosa e fecunda, cujo mel é tão doce como o das abelhas do Hymeto que esvoaçavam no céu azul e transparente da Attica... E' por isso festiva para mim a data em que me abris, tão generosamente, as vossas portas — *Albo lapillo diem notare.*

As luctas pela Independencia não fizeram cessar, sinão momentaneamente, o impulso que, desde 1808, havia d. João VI dado ás sciencias, ás lettras e ás artes entre nós. Na decada que vae até a Maioridade, em 1840, — enquanto o pulso de ferro e a energia victoriosa dos homens da Regencia, numa época de transição politica e social, salvam o paiz sacudido pelas paixões partidarias e convulsionado pela guerra civil, encontrando na unidade nacional e na defesa das instituições monarchicas a finalidade da sua missão historica — se alargam os horizontes do nosso espirito. O movimento romantico que, com Victor Hugo á frente, enthusiasmara a França durante a Restauração abriu azas á nossa imaginação e inspirou, em todos os dominios, a intelligencia brasileira, nos libertando dos modelos classicos portuguezes. O romantismo, que nos viera directamente de Paris, com a musa de Gonçalves de Magalhães, em 1830, e que nos trouxe a emancipação intellectual, vae resplandecer mais tarde nos

versos crystallinos de Gonçalves Dias e na prosa colorida e rica de José de Alencar. Foi em meio dessa radiosa alvorada do nosso pensamento, precisamente ha noventa e dous annos, que, pela patriotica iniciativa do visconde de São Leopoldo, do marechal Cunha Mattos e do conego Januario Barbosa, se fundou o INSTITUTO, cujos brilhantes destinos uma pleiade de Brasileiros illustres assegurou desde logo. Os vultos mais notaveis do Imperio e da Republica, na politica, nas sciencias, nas lettras, nas artes, na diplomacia, na magistratura, nas armas, no clero, no magisterio, nas profissões liberaes e na administração pública têm tido assento entre nós. E não olvidemos, entre todos, o nome legendario de d. Pedro II — principe magnanimo e probo, patriota sincero e ardente — que, encarnando o vosso proprio ideal, acompanhou, tão intimamente e por tão largos annos, a vossa luminosa trajetoria. Sois portanto, uma das mais altas expressões da cultura do Paiz.

Evocando o Brasil de hontem, servis ao Brasil de hoje e levantaes os alicerces do Brasil de amanhã. “Os verdadeiros homens de progresso são os que têm como poncto de partida o profundo respeito pelo passado, disse Renan. Tudo o que fazemos, tudo o que somos são resultantes de um trabalho secular”. Bem haja, pois, esse amor do passado que retempera e revigora o espirito e nos dá mais alento para a vida. “E’ á sua luz, menos crua, mais doce, sobretudo, menos movediça, mais igual, que aprendemos a distinguir em nós, escreveu uma pagina formosa, o que ha de egoista e pessoal, e a não reter sinão o que é eternamente humano”. Outro não tem sido o vosso designio, seguindo, pari-passu, o rythmo da nossa existencia e a nossa evolução, que o de colher as idéas, os sentimentos, as verdades fixadas pelas gerações que se fôram para as transmittir ás gerações que hão de ser e nisso está, precisamente, o merito do vosso incessante e porfiado labor.

Cultivaes a História, como os Gregos, para a educação civica do povo, formando e elevando nos seus fastos o character nacional. Ella é para vós a sabia mestra da vida, de que fala Plutarcho, o grande livro aberto, onde buscaes a lição moral das cousas, a fonte perenne e inexhaurivel de ensinamentos. Como Michelet, fazeis a “resurreição integral do passado”, e descortinaes assim das vossas largas janellas, clareando como uma via lactea, quatro seculos da nossa existencia, através do Brasil-Imperio e do Brasil colonial, até as éras remotas do descobrimento, quando surgiamos apenas para a civilização, reconstituindo o drama da conquista, em todos os

seus episodios heroicos e tragicos, e o cyclo dos bandeirantes, que foi a mais bella das epopéas da nossa história.

O vosso enthusiasmo é communicativo. Quem não sente a nostalgia do passado em vossa companhia, na paz e na tranquillidade deste refugio, na doçura e no encantamento deste "oasis" da vida vertiginosa de nossos dias, que é o INSTITUTO?

Fieis ao vosso lemma — "*pacifica scientiae occupatio*" — reunistes o mais formidavel dos archivos para o estudo da história, da geographia e da ethnographia do Brasil. A vossa bibliotheca é um thesouro, e a vossa *Revista* monumento incomparavel de sabedoria e de erudição, que honra a cultura do paiz. Não sómente promoveis a reunião de congressos de história nacional e americana — como compareceis ás conferências scientificas estrangeiras no Velho e no Novo Mundo, contribuindo, como expoente que sois da intelligencia brasileira, para o intercambio de idéas. Ha noventa annos, já figurastes, em Pisa, num congresso de história. Mas não pára ahi o amor do INSTITUTO pelos homens e cousas do Brasil. Pensando como Carlyle que a história não é sinão a biographia dos seus heróes, nunca vos olvidaes de lhes celebrar o culto, religiosamente commemorando os centenarios daquelles que constituiram, no passado, nossas legitimas glorias. Grande e commovente é, pois, o zelo que pondeis nas tradições patrias. O verdadeiro patriotismo, como o vosso, se inspira, sem dúvida na famosa divisa de Maurice Barrés: "*La terre et les morts*".

Tão fecunda e activa tem sido a existencia, quasi secular, da vossa benemerita corporação, que a sua história se confunde com a do nosso proprio paiz, desde os ultimos dias, ainda agitados, da Regencia. "A história do INSTITUTO é o registo vivo da história do Brasil", disse, com tanta justeza, o vosso eminente secretario perpétuo, sr. Max Fleiuss, um dos espiritos mais brilhantes e cultos desta casa, animador infatigavel da vossa obra. Intimamente ligado aos destinos do nosso paiz, não podem ser maiores os serviços que lhe presta o INSTITUTO. Sois o symbolo da sua unidade, o ideal que inspirou os nossos antepassados, ha cem annos atraz, em prol do Brasil unido e indissoluvel. Assim como a Academia de Lettras zela pela pureza do nosso idioma e pela nossa tradição litteraria, velaes, serenamente, neste recinto, pela unidade nacional. E, ao seu egregio presidente perpétuo, o sr. conde de Affonso Celso, uma das glorias vivas do Brasil, a quem deve este INSTITUTO serviços de tanta relevancia, aqui rendo as homenagens da minha respeitosa admiração. A sua vida, de uma perfeita elegancia moral, tem sido um exemplo constante de patriotismo e devotamento ás letras.

As etapas do progresso humano são nitidamente marcadas na história da civilização. A cada época, na evolução dos povos, corresponde um ideal. O nosso, em 1822, foi o da independência. A unidade nacional caracterizou, em seguida, o período da Regência. Depois, no 2º reinado, elle se concretizou na consolidação e na pacificação do Imperio, até 1870, quando o problema de emancipação dos escravos começou a preoccupar seriamente os espiritos. E, nos annos que se seguem ao Ministerio Rio Branco, onde culminou a Monarchia, é o ideal democratico que nos conduz á Abolição e á Republica. Estava cumprida a missão historica do Imperio, cujo throno, durante quasi meio seculo, d. Pedro II tanto dignificou pelas suas altas virtudes moraes e civicas e pelo seu acrisolado amor ao paiz. "Si o Brasil fôsse uma das grandes nações da História, exclamou Joaquim Nabuco desta mesma tribuna, seria tambem uma grande casa reinante essa curta dynastia que renunciou á metade do seu throno para fazer a Independencia e a outra metade para fazer a Abolição... Não conheço mais bello epitaphio de instituição humana do que esse que se póde escrever com duas datas: 7 de Setembro de 1822 — 13 de Maio de 1888."

O ideal da nossa época é o engrandecimento do Brasil pelo vigoroso impulso ás nossas fôrças intellectuaes e economicas, a sua projecção no mundo pela cultura e pela riqueza. O que realizamos em um seculo de vida independente não nos póde sinão orgulhar. Bem hajam os homens do Imperio e da Republica que promoveram e estimularam o nosso progresso material e cultural. Mas é longo ainda o caminho a percorrer. Em verdade, mal attingimos á plenitude da nossa adolescencia. Somos de hontem para a civilização. Só o dominio da natureza, em meio da vastidão das nossas terras, bastou para dispersar as energias da nossa raça. Não sejamos, por isso, impacientes, lembrando que, na immensidade do nosso territorio, ha apenas quarenta milhões de Brasileiros, quando poderíamos ser o dobro ou o triplo. Tendes em São Paulo, essa joia da Federação, a melhor das provas da vitalidade da nossa gente. Mas a mobilização da riqueza nacional necessita sobretudo de braços e de capitaes, e, para os attrahir, serão poucos todos os exforços. Só a immigração resolverá, em definitivo, o problema brasileiro, e ha de ser sempre a mais possante alavanca do nosso progresso. Ella renovará o nosso sangue e accelerará o rythmo da nossa existencia.

Tudo devemos, portanto, fazer para tornar mais conhecido o Brasil no estrangeiro, as suas immensas riquezas, as suas enormes possibilidades economicas. Sempre pensei que a dif-

fusão do nosso progresso e da nossa cultura havia de pôr o nosso nome em fóco e conquistar, ainda mais, para nós as sympathias dos outros povos. Entre as conquistas psychologicas da guerra européa precisamos, sem duvida, assignalar o desejo de conhecimento reciproco no mundo que ella despertou. O momento é, pois, da mais viva e intensa curiosidade internacional que a litteratura moderna, tão profundamente, sabe exprimir. Valendo-nos, com habilidade, de taes circunstâncias — e dado o crescente interesse em tôrno de nós — não esmoreçamos nessa obra, util e proveitosa, que é a propaganda methodica e discreta do Brasil.

Não ousou affirmar, como já disse, que do Brasil, lá fóra, apenas se ouve o “rumorejo dos cafezaes”... Mas ha aspectos da nossa civilização quasi inteiramente desconhecidos e que nem chegam a transpôr o círculo das nossas fronteiras. Constatam-no, desapontados, os Brasileiros que viajam pelo exterior. A irradiação da nossa cultura accendeu o meu espirito e inflammou o meu coração de patriota. Foi esse ideal que me animou a falar do Brasil nas universidades estrangeiras, divulgando o seu progresso, a sua litteratura e a sua arte. Ha dez annos que o tento realizar onde quer que me levem os destinos da carreira. E’ que encontrei na tribuna universitaria, a exemplo de outros, uma fórmula de fazer diplomacia, com o unico proposito de melhor servir ao meu paiz. Nenhum factor contribue mais do que a arte para approximar os povos. Ella constitue o mais forte e indestructivel apoio da solidariedade humana, pois une em laços subtis e impalpaveis os corações e as intelligencias. Revelando no estrangeiro as creações superiores do nosso espirito, não pretendi sinão elevar o nome do Brasil e torna-lo benquistado e amado. Perdoae-me, senhores — e nisso, creio, não vae nenhum desrespeito aos sabios conselhos de Horacio — esta ligeira digressão acêrca dos meus modestos trabalhos, deante dos membros do INSTITUTO — *Si parva licet componere magnis*.

O afastamento da patria, na nossa peregrinação em terras extranhas, traz-nos uma certa melancolia, mas afina a nossa sensibilidade e apura o espirito, dando-lhe, por vezes, o equilibrio necessario ao julgamento das cousas. O habito de olhar o Brasil de longe, em meio de povos differentes, ao contacto de outras civilizações, não impede que se fixem na retina todos os aspectos bons ou ruins da nossa. Ao contrário, a distância torna melhor a visibilidade, mais nitida as imagens e, como nos quadros a oleo, pelos effeitos surprehendentes da perspectiva, se amortecem as asperidades da luz, os tons se suavisam, os contornos se esboçam naturalmente no horizonte e surgem,

em relêvo, s detalhes, nas suas justas proporções... Assim nos apparecem, ao longe, sem exaggeros, ao nosso juizo crítico, os contrastes da propria civilização brasileira, as suas qualidades, tambem as suas falhas e imperfeições. "O patriotismo consiste, muitas vezes, escreveu Joaquim Nabuco, numa das suas paginas luminosas, em nos collocar na situação de um estrangeiro e a julgar o nosso paiz como se nada tivessemos de commum com elle". E, mesmo na severidade da justiça de uma tal sentença, nosso activo é incontestavelmente vasto, dando, de sobra, para resgatar os erros, porventura, commettidos. Demonstram-no a lição da nossa história, o acervo do passado e do presente. Os problemas economicos e sociaes que nos preoccupam e inquietam, a democracia brasileira, na hora actual, hão de ser victoriosamente resolvidos. Não perca o nosso paiz o enthusiasmo da sua radiante mocidade e tenhamos fé e confiança nos nossos destinos. Si o seculo XX fôr, na verdade, o seculo da America Latina, o Brasil nelle representará um papel preponderante, pela sua cultura e pela sua riqueza. Oxalá possamos assim contribuir efficazmente ao progresso da humanidade. Mas queremos o Brasil integral — grande, forte, unido e coheso — tranquillamente prosperando dentro da paz e da ordem, tonificando cada dia os pulmões pelo são patriotismo e, cada dia enriquecendo, pelo trabalho fecundo, o patrimonio intangivel e sagrado que nos legaram os nossos maiores. Lembremo-nos, porém, do verso de Goethe:

"Adquire para possuir, o que herdaste dos teus paes".
(*Prolongadas palmas*).

Tem, depois, a palavra o sr. Ramiz Galvão (orador perpetuo), que pronuncia o discurso abaixo:

"Entra nos annaes do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, como dia festivo, este em que temos a fortuna de receber nas nossas fileiras de illustres e devotados servidores da Patria um vulto da nossa estatura intellectual e moral, sr. Silvio Rangel de Castro.

Tendo iniciado a carreira pública no cargo de promotor e curador de orphãos e ausentes de Guaratinguetá, que exercestes por espaço de dous annos em 1910 e 1911, em boa hora vos seduziu outro ideal, mais adaptado á distincta cultura do vosso espirito e ao calor do vosso patriotismo.

Addido desde 1914 á Secretaria de Estado dos Negocios Exteriores, outros trabalhos de alto relêvo vos chamaram: em 1915 iniciastes a carreira diplomatica como segundo secretario de Legação, e desde essa época a diplomacia brasileira

contou um representante dos mais brilhantes e dos que mais serviram com applausos para engrandecer o nome da nossa querida terra. Na República Argentina, em varias capitaes da Europa e até no Japão, fizestes conhecido, respeitado e amado o nosso Brasil. Vossas 22 conferências, feitas em espanhol, francez, inglez e italiano, deante de selectos audictorios, em seis grandes Universidades e quatro associações ou institutos scientificos e litterarios do mundo, falando com alto discortino sôbre as nossas cousas e os nossos homens, echoaram lá fóra como tuba sonora em favor dos creditos da civilização brasileira, já sob o poncto de vista economico, já no que respeita á Litteratura e ás Artes.

No precioso livro *Quelques Aspects de la Civilisation Brésilienne*, que mereceu a distincção de um prefácio do insigne academico sr. Gabriel Honotaux, nesse livro, reunistes varias dessas conferências, inspiradas todas por caloroso patriotismo.

Fizestes, sr. Silvio Rangel de Castro, por toda parte, a *melhor diplomacia*, aquella que tão acertadamente definistes na conferência realizada em 1921, na Universidade de Genebra. E ahi está a razão por que comecei dizendo que este é um dia festivo nos annaes do INSTITUTO. Aqui se congregam para trabalhar pelo brilho e pelo renome da patria indefessos operarios, como tivestes occasião de dizer. O vosso talento e o vosso amor ao Brasil são garantias de exito, que accrescem ao nosso patrimonio social.

Benvindo, benvindo sejaes, illustre consocio, diplomata da grande eschola, patriota dos mais entusiastas, *gemma intellectual da mais fina agua!*" (*Muitas palmas.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) convida todos os circunstantes para a sessão magna de 21 de corrente, na qual o INSTITUTO celebrará o 92º anniversarie da sua fundação, e, mais uma vez, congratula-se com o sr. Silvio Rangel de Castro, formulando calorosos votos para que lhe seja longa e feliz a permanencia na Casa, doravante tambem sua. (*Applausos.*)

Encerra-se a sessão ás 18 horas. — *Agenor de Roure*, 2º secretario.

1.563ª — Sessão magna commemorativa do 92º aniversário da fundação do Instituto, em 21 de Outubro.

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(Presidente perpétuo)

A's 21 horas abre-se a sessão com a presença dos senhores conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, dom Francisco de Aquino Corrêa, Laudelino Freire, Alfredo Ferreira Lage, Liberato Bittencourt, Braz do Amaral, José Maria Moreira Guimarães, Juliano Moreira, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Silvio Rangel de Castro, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Jeronymo de Avellar Figueira de Mello e Olympio da Fonseca. Justificam a ausencia os srs. Arthur Indio do Brasil, Jonathas Serrano e Edgard Roquette Pinto.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) convida o sr. general Augusto Limpo Teixeira de Freitas, representante do sr. presidente da Republica, a tomar assento á mesa, o que é feito,

O SR. AGENOR DE ROURE (2º *secretário*) lê, das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio Branco, as que se referem á data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) depois de agradecer a gentileza do sr. presidente da República fazendo-se representar e o comparecimento do avultado e fino auditorio, diz que, com a continuidade e regularidade insuppriveis na execução dos vastos empreendimentos, de par com a elevação de propositos, a liura dos processos e a fé no ideal, que os justifica e nobilita, encerrava o INSTITUTO HISTORICO o 92º anno de seus trabalhos, firmemente disposto a proseguir no concurso que tem consciencia de estar assim prestando á cultura nacional. Documentavam estes assertos os quasi 200 grandes volumes da sua *Revista* e publicações especiaes, os serviços da sua Sala Pública de Leitura, Bibliotheca, Archivo, Mappotheca e Museu, as frequentes informações fornecidas a numerosos consultantes e aos poderes públicos, os congressos que tem realizado e promovido, como o em adeantado andamento, a reunir-se em 7 de Abril de 1931. Que o anno transacto não foi inferior aos das nove decadas precedentes, demonstra-lo-

ia o bello relatório do secretário perpétuo. Enlutaram-no dolorosas perdas, sôbre as quaes fulgiria a eloquencia do sr. Ramiz Galvão, mas fôram analogas ás dos heróes no campo da lucta, as quaes, si confrangem os companheiros sobreviventes dos desaparecidos, tambem os enchem de justo desvanecimento. Ha uma antiga cidadela fronteiriça do Velho Mundo, que muita vez atacada, sem jámais se haver rendido, arvora esta altiva divisa: *O meu passado responde pelo meu futuro.* Assiste ao INSTITUTO o direito de dizer o mesmo, pois durante os contratempos e difficuldades de uma campanha quasi secular, cumpriu sempre, e espera sempre cumprir, o programma traçado pelo philosopho: *transmittir, melhorada, aos successores a herança progressiva recebida dos antepassados.* (Muitas palmas.)

(O SR. GENERAL TEIXEIRA DE FREITAS, REPRESENTANTE DO SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA, COLLOCA NO PEITO DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO A MEDALHA DE OURO, COM A EFFIGIE DO PRESIDENTE PERPÉTUO DO INSTITUTO, QUE A SESSÃO MAGNA DE 21 DE OUTUBRO DE 1928, VOTOU PARA AQUELLE FIM. (PROLONGADOS APPLAUSOS.)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO diz que o INSTITUTO HISTORICO, na sua longa e austera judicatura de acontecimentos e individualidades, tem merecidamente premiado muitos talentos, virtudes, serviços e beneficios. Na occasião, levado apenas de impulsos affectivos, num accesso de nimia generosidade, conferia galardão de outra natureza, proporcional, em sua magnitude, á das tradições e ideaes do mesmo INSTITUTO, magnitude encarecida pela circumstância de contribuir para ella o chefe de Estado, representado pelo illustre chefe da Casa Militar de sua excellencia, o sr. general Augusto Limpo Teixeira de Freitas, dignissimo herdeiro de dous grandes nomes nacionaes; o de Limpo de Abreu, visconde de Abaeté, um dos insignes estadistas do Imperio, e o de uma das mais altas summidades juridicas do paiz.

Corôava o exfôrço da boa vontade, o sincero desejo de acertar e bem servir, que outra não tinha manifestado o orador durante trinta e oito annos de sua permanencia no gremio, os cinco em que lhe foi orador e os quasi dezenove em que occupa a presidencia, sendo hoje o segundo, na ordem da diuturnidade no exercicio do cargo, entre os oito presidentes, havidos, desde a quasi secular fundação.

A boa vontade, no affirmar do Evangelho, dá paz aos homens na terra. No INSTITUTO, além dessa paz, grangeia,

como estava succedendo, excepcionaes honrarias. O que o orador tem conseguido na sua gestão, deve-o exclusivamente á competencia, zêlo e dedicação dos seus companheiros. A sua primazia sôbre elles assemelha-se á assignalada por um poeta: a da letra maiuscula no começo dos periodos escriptos. Essa letra pôde ser somenos consoante; é do concurso simultaneo e indeclinavel das outras que resultam a fôrça, a eloquencia, o sentido da phrase, traduzindo o pensamento que as ajunctou. O INSTITUTO prova, com o seu gesto magnanimo, que aos seus caracteristicos attributos de justiça, reúne os da bondade. Perante a justiça inclinam-se todos reverentes; ante a bondade, a mais sublime emanção do Altissimo, genuflectem as almas, abençoando-a. E' o que naquelle momento faz a do orador, saturada de um reconhecimento que perdurará immarcescivel tanto quanto a existencia do seu ser". (*Longas e vibrantes palmas saudaram esta allocução.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) — Tem a palavra o sr. Max Fleiuss, para ler o relatorio dos trabalhos do anno social expirante.

O SR. MAX FLEIUSS (*secretário perpétuo*) — Pede venia para, antes de iniciar a leitura do seu relatorio, dar conhecimento da seguinte carta, do consocio grande benemerito, sr. Arthur Indio do Brasil, que, seja relevada a confissão, muito concorreu para a cunhagem da medalha de ouro com que o INSTITUTO testemunhou ha pouco seu reconhecimento aos relevantissimos serviços prestados por seu presidente perpétuo:

Cumpre tambem não esquecer o nome do provector artista que modelou a medalha, o professor Eduardo de Sá.

"Rio, 21 de Outubro de 1930.

"Exmo, sr. conde de Affonso Celso, presidente perpétuo do INSTITUTO HISTORICO:

"Preso, por enfermidade, e das que não consentem movimento, valho-me da penna para trazer-lhe os meus cumprimentos e voto de solidariedade com os que, tão justamente, o festejam na data de hoje. Os serviços que o seu talento, acrysolado no amor patrio, tem prestado ao Brasil nessa Casa da História, são de tal relevancia que, impondo o seu nome illustre á veneração do Presente, já o lançou para o Futuro em projecção de gloria.

"Dê-lhe Deus vida longa e saúde para beneficio da Patria e alegria dos amigos que o têm como um dos maiores e mais puros exemplos de virtudes civicas e nobreza de coração.

"Justificando a minha ausencia, creia-me, com a mais elevada consideração e especial estima, de v. ex. muito amigo e grande admirador. — *A. Índio do Brasil*".

RELATORIO

Vão já transcorridos 92 annos de fundação desta Casa, que da Regencia á Democracia, por tres estadios seguidos da civilização, e em regimes diversos, tem contribuido para a unidade da tradição nacional e grandeza da Patria.

Si a melhor arma em pról da defesa da nacionalidade é preservar-lhe o idioma, a religião e os costumes, conservar intactas e indeleveis as origens e tradições historicas de um povo, dar-lhe a noção exacta do proprio valor, accumular, na sobrevivencia do passado nacional, as energias de uma raça atravez da memória de seus grandes feitos, reviver a Patria em seus filhos illustres — tudo isto tem practicado o INSTITUTO. Tal tem sido, por quasi um seculo, a missão desta Casa.

Neste ambiente austéro e tranquillo da sciencia, onde as paixões humanas jámais penetraram, assistimos o singular phenomeno: — os annos que se debulham na clepsidra do tempo não restringiram, nem esmoreceram, sinão cada vez mais lhe accrescentam e revigoram os gráus de vitalidade, de amor ao estudo, de zêlo e fervor á sua alta missão.

Colligindo por largo trecho os subsidios para o perfeito conhecimento da terra e da raça brasileira, o INSTITUTO tem, é innegavel, prestado ao Brasil e á cultura americana relevante serviço.

E' um nonagenario que sente a glória de reafirmar-se no conceito da posteridade. Nenhuma associação o sobrepuja na dignidade dos fóros e titulos, na pertinacia de seus esforços.

Ha 92 annos que procura honrar os designios dos que o fundaram, promovendo e diffundindo dentro do nosso território e no estrangeiro, por meio de representações,

certamens, congressos scientificos e a publicação da sua monumental *Revista* que já attinge a 106 tomos divididos em 160 volumes, afóra 29 tomos especiaes, o amôr ao Brasil, a divulgação das suas maravilhas naturaes, da sua grandeza.

E' uma casa onde se trabalha, sem o menor desejo de riquezas, vivendo dos seus modestissimos recursos, mas com a ambição de servir a nossa Patria pelo estudo sincero e imparcial de sua História.

Passemos agora ao exame de vida social no anno que hoje termina.

Sessões — Durante o anno social, comprehendido no interregno de 21 de Outubro de 1929 a esta data, reuniu-se o INSTITUTO 11 vezes, realizando nove sessões ordinarias, uma especial, e a assembléa geral, especialmente destinada á eleição dos membros não vitalicios da directoria e das commissões permanentes que deverão servir no biennio de 1930 e 1931.

A sessão especial, ainda em 1929, effectuou-se a 30 de Outubro e nella o sr. d. Francisco de Aquino Corrêa tractou da personalidade de Dom Bosco.

Aos 28 de Abril de 1930, reuniu-se o INSTITUTO em 1ª sessão ordinaria, approvou-se o parecer da Comissão de Fundos e Orçamentos, favoravel ás contas de 1928, assim como a proposta, subscripta pelos srs. Eugenio Vilhena de Moraes e outros consocios, relativa ao 50º anniversario da morte do duque de Caxias a 7 de Maio.

O sr. conde de Affonso Celso, presidente perpétuo, congratulou-se com os consocios presentes pelo reinicio dos trabalhos do INSTITUTO, lamentando, porém, o fallecimento dos srs. Henrique Morize, Adolpho Augusto Pinto e cardeal dom Joaquim Arcoverde, no periodo das férias sociaes.

O sr. presidente perpétuo convidou os presentes para a commemoração do centenário de José Mauricio Nunes Garcia, o que se realizou no Instituto Nacional de Musica com a collaboração da Radio Sociedade do Rio de Janeiro.

Fallaram nessa solennidade, que se effectuou a 4 de Maio, os srs. Affonso Celso e Affonso de Eseragnolle Taunay.

Na 2ª sessão ordinaria, a 14 de Maio, o sr. presidente communicou o fallecimento, em Oslo, de Fridtjof Nansen e o secretário perpétuo do INSTITUTO tractou das publicações, então apparecidas: O 2º volume da 3ª edição da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, annotada pelo sr. Rodolfo Garcia e de *Quelques aspects de la civilisation brésilienne*,

do sr. Silvio Rangel de Castro, e dos trabalhos do sr. Jorge Hurley.

Em seguida, o secretário perpétuo fez ligeira palestra sôbre monsenhor José de Sousa de Araujo Pizarro, rememorando o centenario do auctor das *Memórias historicas do Rio de Janeiro* e outras producções de alta valia.

Aos 7 de Junho effectuou-se a 3ª sessão ordinaria, constando ella de uma conferência do sr. Clovis Bevilacqua sôbre o visconde de Ouro Preto, a grande figura do Imperio.

O secretário perpétuo propoz um voto de congratulações com o sr. Huber Knipping, ministro da Alemanha, pela admiravel viagem do *Zeppelin*, e, a proposito da commemoração do centenario do padre José Mauricio, leu o seguinte trecho de uma carta da viuva Oliveira Lima: — “Com relação ao padre José Mauricio Nunes Garcia, a collecção Oliveira Lima possui o quadro de Henrique Bernardelli — O padre José Mauricio tocando na presença de d. João VI. Os que commemoram o centenario da musica no Brasil não se recordam — nem sabem talvez — que foi Oliveira Lima, no seu afan de tornar conhecido tudo quanto era brasileiro, que fez tocar a musica de José Mauricio, em Vienna, no Congresso Musical de 1908, em Bruxellas, em presença da côrte, e aqui na União Panamericana — e tudo quanto fazia nada custava ao Governo”.

O sr. conde de Affonso Celso manifestou seu reconhecimento e o do INSTITUTO ao sr. Clovis Bevilacqua, por sua conferência, assim como á assistencia, na qual destacou a escriptora d. Amelia de Freitas Bevilacqua.

Pelo sr. presidente fôram nomeados os srs. Manuel Cicero, Tavares de Lyra e Agenor de Roure, para visitarem, em nome do INSTITUTO, o sr. Calogeras, que enfermara subitamente, e os srs. Ramiz Galvão, Alfredo Lage e Vilhena de Moraes, para levarem ao sr. d. Sebastião Leme os cumprimentos da associação por sua recente elevação ao cardinalato.

O sr. presidente perpétuo tornou público o agradecimento do INSTITUTO pela offerta do dr. Levi Carneiro, constante de um exemplar de *Federalismo e Judiciario*, da auctoridade do presidente do Instituto dos Advogados e pelo mesmo auctor pessoalmente entregue ao INSTITUTO HISTORICO.

A 28 de Julho houve a 4ª sessão ordinaria, na qual o sr. presidente communicou officialmente o fallecimento do socio sr. Arthur Pinto da Rocha.

O secretário perpétuo fez rapida synthese do livro inédito de Oliveira Lima — *Dom Miguel no throno*, escolhendo dos 15 capitulos que formam o livro, o 4º, em que o saudosissimo historiador estuda *O que se passava no Brasil de 1828 a 1833*. Applaudido pelos presentes, pediu o secretário perpétuo que as palmas que lhe eram offerecidas o fossem á sra. Flóra de Oliveira Lima, viuva do egregio diplomata, e que assistia á sessão.

O sr. presidente perpétuo convidou os consocios para a sessão de 6 de Agosto, em que o sr. Eugenio Vilhena de Moraes falaria sobre *D. Antonio de Macedo Costa*. Para a de 29 do mesmo mez, fez igual convite; nesta, o sr. Basilio de Magalhães falaria sobre o *Aleijadinho*. Encerrando a reunião, o sr. conde de Affonso Celso dirigiu á exma. viuva Oliveira Lima as cordiaes e respeitosas saudações do INSTITUTO, dizendo que s. ex. merece todas as homenagens, porque fôra mais do que modelar espôsa, sua dedicada cooperadora, com direito, portanto, de partilhar a glória do eminente historiador.

O secretário perpétuo apresentou aos consocios o livro de d. Miguel Sotto Mayor — *A realeza de dom Miguel*, offerecido ao INSTITUTO pela viuva Oliveira Lima.

Aos 6 de Agosto, realizou-se a 5ª sessão ordinaria, constando, principalmente, de uma conferência do sr. Eugenio Vilhena de Moraes sobre *Dom Antonio de Macedo Costa*.

O sr. conde de Affonso Celso, congratulando-se com o orador pelo trabalho apresentado, pediu venia para trazer o seu depoimento pessoal sobre o preclarissimo arcebispo, pois o conheceu de perto quando, nos últimos mezes da monarchia, sob o ministerio Ouro Preto, s. ex. rvm. frequentava a casa do visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministros, que incluirea no seu programma de governo, apresentado á Camara na famosa sessão da Camara dos Deputados de 11 de Junho de 1889 — sessão que d. Antonio de Macedo Costa assistira e que equiparou ás da Convenção Franceza, — a liberdade do culto e seus consecrarios. Pretendia offerecer ao Parlamento projectos nesse sentido, mas queria faze-lo de accôrdo com a Igreja e cogitava da creação do cardinalato brasileiro e o indicado para a eminente investidura era dom Antonio de Macedo Costa, que assim teria uma reparação da prisão e processo soffridos annos antes.

Alludiu, ainda, o sr. presidente perpétuo á installação, na sala de sessões, de uma das reliquias mais preciosas possuídas pelo INSTITUTO, e offerecida pelo saudoso barão de Capanema, o marco de pedra encontrado, no pontal de Itacurussá, fronteiro á ilha do Bom Abrigo, e collocado por uma das primeiras frótas exploradoras do Brasil, no comêço do seculo XVI, o que, de certo, prompto para ser erigido, o trouxe de Portugal, marco offerecido ao INSTITUTO pelo barão de Capanema. Transportado para o poncto onde agora se acha, por suggestão do sr. Affonso Taunay, tornará, com a cruz nelle esculpida, ainda mais sagrado o recinto em que o INSTITUTO realiza o rito do seu culto scientifico e patriótico.

A 6ª sessão ordinaria effectuou-se aos 29 de Agosto, destinada á commemoração do bi-centenario de Antonio Francisco Lisboa — o *Aleijadinho*; constou de uma allocução do sr. presidente perpétuo e de uma conferência do sr. Basilio de Magalhães sôbre o notavel artista colonial.

Tambem a 7ª sessão ordinaria, aos 13 de Setembro, se destinou a uma commemoração: a do centenario de *frei Francisco de Sancta Teresa de Jesús Sampaio*, sôbre cuja personalidade fez uma conferência o sr. Agenor de Roure. A sessão dividiu-se em duas partes: na primeira procedeu-se á eleição dos srs. Silvio Rangel de Castro, Paul Rivet e Percy Alvin Martin, unanimemente acceitos e a segunda destinada áquella commemoração.

A 8ª sessão, a 15 tambem de Setembro, commemorou o centenario do *general Joaquim Xavier Curado*. Após a habitual allocução do sr. conde de Affonso Celso falou o sr. Moreira Guimarães, sôbre o insigne vulto da Independencia.

A 9ª sessão, realizada a 18 de Outubro, constou apenas da posse do socio correspondente, sr. Silvio Rangel de Castro.

Publicações — Attinge hoje a *Revista* ao 106º tomo (volume 160), segundo do anno de 1929, de seriação regular. Accrescidos a estes os especiaes, em número de 29, não se computando ahi os dous volumes do *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. No correr do expirante anno social, imprimiram-se os tomos 104º, 105º e 106º, do IX e último dos annaes do 1º Congresso Internacional de História da America, o Boletim contendo a exposição de motivos do relator geral do 2º Congresso de História Nacional, a reunir-se em 1931, e reimprimiu-se o tomo 21º. Outros volumes estão em adeantada elaboração, devendo, por isso, vir a lume dentro em breve.

Movimento das secções — O movimento das diversas secções, exposto pelos algarismos abaixo, dá testemunho do sempre crescente desenvolvimento do INSTITUTO:

Bibliotheca — Obras offerecidas, 1.389; adquiridas, 49; encadernações e reencadernações, 462; revistas nacionaes e estrangeiras recebidas, 1.370; catalogos nacionaes e estrangeiros recebidos, 288.

Archivo — Documentos consultados, 2.424; offerecidos, 83; catalogados, 2.057.

Museu — Visitantes, 338; objectos offerecidos, 36.

Mappotheca — Consultas, 417; offertas, 45.

Sala Pública de Leitura — Consultas, 2.283.

Secretaria — Officios, cartas e telegrammas, 1.099 e expedidos, 1.517.

Cadastro Social — Attinge a 143 o número de socios do INSTITUTO, assim distribuidos:

Presidentes honorarios.....	5	
Grandes-benemeritos	5	
Benemeritos	14	
Honorarios	39	
Effectivos	40	
Correspondentes	40	143

Falleceram septe, que fôram os srs. Adolfo Augusto Pinto, André Peixoto de Lacerda Wernek, Henrique Morize, dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, Arthur Pinto da Rocha, padre Carlos Teschauer e Justo Jansen Ferreira. Durante o anno, houve a eleição de dous socios honorarios e um correspondente, os srs. Percy Alvin Martin, Paul Rivet e Silvio Rangel de Castro.

Offertas — Muitas e valiosas as offertas com que, no expirante anno social, ficou enriquecido o patrimonio do INSTITUTO. Cumprindo salientar as do sr. embaixador Regis de Oliveira, nosso consocio, e do sr. Mario de Lima Barbosa.

Vida social — O sr. conde de Affonso Celso, presidente perpétuo do INSTITUTO, recebeu varias homenagens, sobrelevando a traducção, pela segunda vez, para o italiano, do seu livro *Por que me ufano do meu paiz*. Em Juiz de Fóra e em Rio Preto, crêaram-se gremios litterarios com o nome do presidente perpétuo, assim como foi s. ex. acclamado 1º vice-

presidente do Instituto Panamericano de Geographia e História, com séde no Mexico.

Funcionou em Julho e Agosto, pela segunda vez, com a maior regularidade, a Eschola de Estudos Brasileiros, fundada nos moldes da "Summer Student School", de cuja congregação é presidente o sr. conde de Affonso Celso. A sessão inaugural foi, a pedido do sr. conde de Affonso Celso, presidida pelo sr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, nosso 1º vice-presidente.

Installaram-se os trabalhos da Sub-Commissão Brasileira de Iconographia, filiada ao Comité Internacional des Sciences Historiques, com séde em Washington e em Pariz. A presidencia da Sub-Commissão, conforme resolução da assembléa daquelle Comité, realizada em Agosto último, em Veneza, coube ao secretário perpétuo do INSTITUTO, que, com os demais membros da Sub-Commissão, nomeados pelo sr. ministro da Justiça e Negocios Interiores, sendo relator o sr. Ramiz Galvão, organizou o respectivo programma dos trabalhos, o primeiro offerecido ao Comité Central dentre todos os paizes que formam aquella aggremação.

Coube, tambem, ao INSTITUTO, a formação da commissão promotora de um monumento á descoberta do Brasil, em Porto Seguro.

Foi intenso o trabalho da Commissão organizadora do Segundo Congresso de História Nacional, que se reunirá em 1931, commemorando o centenario da Abdicação. Já se fez a distribuição das theses constantes do Boletim publicado com a exposição de motivos do relator geral, sr. Alfredo Valladão e alguns dos que se incumbiram de relata-las já enviaram os seus trabalhos ao INSTITUTO.

São estas as informações que me cabe prestar, e terminando o succinto relatorio, permitta-me a Casa que, como um dos seus mais antigos membros, como seu secretário ha trinta annos, como brasileiro, eleve a Deus uma prece ardentissima pelo restabelecimento da paz em nossa Patria. (*Prolongadas palmas.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) — Tem a palavra o sr. Ramiz Galvão.

O SR. RAMIZ GALVÃO (*orador perpétuo*), da tribuna, profere o seguinte discurso:

"Exmos. srs. representante do sr. presidente da República, presidente do INSTITUTO HISTORICO, illustres consocios, minhas senhoras e senhores:

Em nome do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, e interpretando igualmente o sentimento da Patria, cabe-me ainda uma vez a imperiosa missão de traçar perante este solenne auditorio o perfil de grandes servidores do Brasil, cujo desaparecimento enlutou o nosso quadro social e os nossos corações no presente anno.

Pagaram doloroso tributo á lei inexoravel da morte excelsos representantes da Sciencia, das Lettras e da Religião,— todos distinctos pelo seu patriotismo, e varios delles — summidades que tiveram extraordinario realce por serviços relevantes, cuja memória se não póde apagar nem se apaga nos annaes do paiz, que elles souberam honrar e dignificar.

Rendemos por esta fórma expressivo culto ao passado, — religião que tem altares neste venerando Areopago, e sacerdotes que nunca faltaram á cerimonia da glorificação devida ao trabalho, ao talento e á virtude, hoje os numes da sociedade moderna. Não é que condemnemos a cultura physica, realmente necessaria para o aperfeiçoamento da raça e para a robustez do cidadão; mas é mistér que ao lado dessa cultura physica a Humanidade não esqueça a outra face do problema, a cultura aprimorada do espirito e do coração, essa que realmente engrandece as nações e approxima o homem do seu Creador, essa formou e forma os benemeritos, os heroes e os sanctos, — essa magna cultura que deu ao mundo os Aristoteles, os Newton, os Laplace, os Lavoisier, e ainda nos nossos dias, os Pasteur, os Roentgen, os Marconi; e, por que não accrescentar tambem a esta gloriosa pleiade os Rio Branco, os Oswaldo Cruz, os Ruy Barbosa, cada qual na sua esphera de actividade, nossos, muito nossos, — luzeiros do Brasil e da America ?

Nesta ordem de idéas, como desvelados cultores da Verdade e do Bem, ou como solícitos investigadores no campo da História, da Geographia e da Ethnographia, enfileiraram-se aqui nomes que honraram altamente a nossa brava cohorte.

— Surge-nos primeiro o vulto sympathico e por muitos titulos benemeritos do dr. Adolfo Augusto Pinto. Nascido em Itú, aos 22 de Abril de 1856, teve por progenitores Francisco José Pinto e Anna Carolina Pinto, ambos descendentes de velhas estirpes paulistas e oriundos da familia de Antão Leme, cujos netos se vieram fixar na Capitania de São Vicente pelos annos de 1544 a 1550.

Era o menino Adolfo o que se póde com justiça chamar — um Paulista da gemma.

Feitos os seus estudos primarios, cursou com brilhantismo as aulas do acreditado Collegio de São Luiz, dirigido pelos padres Jesuitas, preparando-se para o curso médico, que a princípio escolhera. A Providencia divina desviou-o felizmente dêsse intento. Tendo vindo ao Rio de Janeiro para completar alguns preparatorios, recebeu lições de Algebra do professor José Napoões Telles de Meneses, o qual, á vista da singular competencia mathematica do discipulo, o induzira a matricular-se em 1874 no curso de Engenharia civil da então Eschola Central, depois Eschola Polytechnica, na qual com minguados recursos, com vida apertada e economica, conseguiu diplomar-se cinco annos depois.

Alli pertenceu áquella esplendida turma de notaveis alumnos, que se chamavam Paulo de Frontin, Osorio de Almeida, Teixeira Mendes, Gonzaga de Campos e outros. São nomes aureolados, que todos conhecemos; não preciso dizer mais.

Graduado em 1879, e em boa hora recommendado pela condessa de Lage ao presidente de São Paulo, para alli seguiu Adolfo Pinto sem demora e foi logo nomeado engenheiro fiscal do Govêrno juncto á Companhia Cantareira e de Ex-gottos, função que lhe absorveu a actividade até 1885. Neste mesmo anno, por iniciativa propria do illustre conselheiro Antonio da Silva Prado, foi nomeado engenheiro fiscal da São Paulo Railway Company, — cargo em que continuou a prestar relevantes serviços, cuja enumeração seria longa e impropria dêste logar.

Em 1886, fez parte saliente da Commissão central incumbida pelo presidente de São Paulo, conselheiro João Alfredo Correia d'Oliveira, de organizar a Estatistica Geral da Provincia, e em dous annos de labôr ingente o trabalho foi concluido, valendo-lhe este exfôrço a condecoração do Officialato da Ordem da Rosa, com que foi galardoado em 1888.

Nesse mesmo anno se ia iniciar, porém, a phase mais brilhante e patriótica da vida do dr. Adolfo Pinto, nosso preclaro companheiro. A 8 de Junho foi sôprehendido com a nomeação para chefe do Escriptorio Central e engenheiro auxiliar da directoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, então presidida pelo dr. Fidencio Nepomuceno Prates. Foi no desempenho intelligente, honestissimo e admiravel desta função, exercida por espaço de 36 annos, que se puzeram em singular evidencia todos os dotes do eximio Paulista, cuja patria o não exquecerá jámais.

Tudo quanto alli fez para o desenvolvimento e prosperidade da Companhia Paulista se acha miudamente compendiado nuns preciosos "Apontamentos autobiographicos" que elle concluiu no anno passado, — documento preciosissimo, que oxalá venha a pertencer ao nosso INSTITUTO, afim de que o possamos divulgar, para honra do benemerito engenheiro e para modêlo dos bons cidadãos e dos grandes servidores da Patria.

As obras que o dr. Adolfo Pinto deu á publicidade fôram muitas e todas valiosas, sobresaindo entre ellas, entretanto, a *História da Viação Pública de São Paulo*, dada á estampa em 1903.

Esses bellos livros fôram os documentos, em que se baseou a commissão do INSTITUTO para o propôr ao nosso gremio, o qual o recebeu com todas as honras na sessão de 31 de Agosto de 1909.

Não resisto á tentação de extrahir do seu conceituoso discurso de recepção estes dous trechos, em que se traduz a sua alma de fervoroso patriota, e o seu devotamento ao nosso culto do passado:

Assim fala do muito querido Brasil:

"Com esta inegualavel riqueza na ordem subjectiva e com os maravilhosos dons, de que o cumuloou o Creador no dominio objectivo, realmente de uma só cousa precisa o Brasil, para realizar a plenitude de seus excelsos destinos, — é de fazer-se conhecido e amado: conhecido e amado no poema triumphal de sua natureza physica, na paschoa perennemente rediviva da sua flora sem par, eterno sorriso a florir nos labios da mais fecunda, da mais generosa das mães; conhecido e amado em sua rica e brilhante tradição; conhecido e amado em suas cousas e em seus homens, — o que, em summa, quer dizer, conhecido e amado na estrutura que o corporifica e na alma que o vem espiritalizando atravez dos seculos, e, pois, em sua Geographia e em sua História."

E mais adeante:

Realmente eu não vejo, senhores, que haja proposito mais dignificante, missão que affirme mais entranhadamente a solidariedade do individuo para com a especie, emprêsa mais visceralmente patriotica do que esta permanente homenagem, do que é ao que foi.

"O passado é um morto; entretanto, não ha fonte mais exuberante de vida, mais forte estímulo do progresso, melhor

eschola de aperfeiçoamento do que este glorioso campo sancto, — o reino dos mortos ! Desama-lo seria desamar as nossas proprias raizes, o ambiente e o processo da nossa formação, a maior porção do nosso ser; seria, em resumo, desamarmos-nos a nós mesmos.”

Que lucidos conceitos se encerram nestas phrases !

A esse discurso respondeu o nosso preclaro conde de Affonso Celso, então luzeiro desta tribuna, com aquelle brilhantismo que foi e é todo seu. São delle as seguintes palavras, que illustram e completam este trecho da minha pallida oração :

“A ninguém deve mais a Paulista do que ao dr. Adolfo Pinto, cujo nome tem direito de ser inscripto no Pantheon da Engenharia Nacional.”

E pouco adeante :

“Galhardo, intemerato paladino da Egreja Romana, o dr. Adolfo Augusto Pinto fundou na capital paulistana o Obolo de São Paulo, a Liga de São Pedro e a obra da Bôa Imprensa, dedicando zeloso e perseverante empenho á realização práctica do programma social christão preconizado por Leão XIII e desenvolvido por Pio X, programma tão vasto quão efficaç, e que ministra remedios salvadores á sociedade contemporanea, tão combatida por elementos anarchicos e dissolventes.”

E concluiu, dizendo :

“Homem de sciencia, homem de acção, homem de Fé, escriptor, pensador, emprehendedor, alma de apostolo, vida modelar, character incontaminado, um util e um bom, um, sob qualquer aspecto, dignissimo Brasileiro, — eis em deficiente resumo, a physionomia moral do recémvindo, a quem o orador, em seu nome e no do INSTITUTO, apresenta cordiaes saudações.”

Nada careço acrescentar.

A 27 de Fevereiro dêste anno falleceu em São Paulo o venerando ancião; tinha quasi 74 annos e vivêra uma vida “cheia de dias” — *vita plena dierum*, na phrase do psalmista. Cultuemos-lhe a memória, meus nobres patricios !

— André Peixoto de Lacerda Vernek, nascido na então provincia do Rio de Janeiro em 1864, foi outro companheiro distincto que logo após tivemos o infortunio de perder. A orbita de seus trabalhos foi outra, que lhe não permittiu intenso brilho; mais lavrador do que homem de letras, ainda

assim teve oportunidade de cogitar e de escrever sôbre assumpto que entende de perto com o renome da patria.

Quando em 1896 foi proposto para fazer parte dêste cenaculo, como titulos de sua admissão fôram aqui apresentados dous opusculos: o primeiro intitulado *Auxilios á Lavoura pela mobilização territorial e agricola*, e o segundo: *D. Pedro I e a Independencia*.

Vê-se bem que o patriota, ao lado de um grande facto historico, narrado aliás com pormenores exactos, que a Comissão julgadora acceitou e louvou, cogitava do magno problema de incrementar o progresso agricola do Brasil, — incontestavelmente uma das bases da nossa riqueza, para não dizer, por enquanto, o fundamento mais solido do nosso futuro no mundo das nações.

Proclamado socio dêste INSTITUTO a 13 de Dezembro de 1896, a 13 de Junho do anno seguinte tomou posse, proferindo uma allocução cheia de conceitos estimaveis, a proposito dos insignes serviços prestados ao Brasil por d. João VI, — esse bom principe que mereceu do saudoso Oliveira Lima uma obra opulenta, com que elle enriqueceu as nossas lettras historicas.

André Vernek a proposito dêste assumpto desenvolveu e justificou na sua oração inaugural a idéa, ainda não realizada até hoje, de se erguer nesta capital um monumento que symbolizasse a nossa gratidão a d. João VI, o qual effectivamente nos preparou para a emancipação politica de 1822. Essa idéa mereceria talvez ser estudada como um tributo da História ao nosso passado. Taes homenagens honram e dignificam os povos, quando a justiça as inspira e promove.

O nosso digno consocio, querendo um dia significar a esta corporação quanto a prezava, offereceu-lhe os seus bons livros, que deveriam constituir uma collecção á parte, com o titulo de *Collecção Vernek*. Essa dadiva se realizou em 1911, e foi aqui acolhida com a estima que merecia. Está, pois, perpetuado com muito reconhecimento o seu nome nas estantes da nossa já opulenta Bibliotheca, e hoje nesta solennidade cumpro o dever de lhe tributar justa, ainda que singela, homenagem.

André Vernek apartou-se dos vivos a 5 de Março dêste anno.

— Na galeria dos bons servidores da Patria e notaveis cultores da História e da Geographia nacional se salienta indubitavelmente o dr. Justo Jansen Ferreira, Maranhense illustre e um dos ornamentos da chamada Athenas Brasileira.

Nascido a 21 de Março de 1866 na cidade de Caxias, o conterraneo do nosso immortal Gonçalves Dias fez em São Luiz brilhantes estudos preparatorios e veio em 1884 cursar a Eschola de Medicina da Bahia, da qual se transferiu para a do Rio de Janeiro, onde se graduou em 1889.

Formado, o sentimento de justo amôr ao berço natal levou-o sem demora para o seu querido Maranhão, onde o resto de sua vida operosa se passou.

O dr. Jansen Ferreira dividiu a sua actividade por estes tres campos, cada qual mais digno e nobre: o exercicio da Caridade como cultor da Medicina, os labores do Magisterio e as investigações geographicas relativas á sua provincia.

Verdadeiro sacerdote da Religião do amôr do proximo, não houve pobre e necessitado que não merecesse o seu carinho como profissional e até como esmoler; foi ainda neste particular um benemerito.

Nomeado por concurso lente de Geographia do Lyceu Maranhense, alli se desempenhou com applauso da missão nobilissima de mestre, preparando desveladamente a juventude para o serviço da Patria, e o mesmo fez na Eschola Normal de São Luiz como seu professor de Physica e Chimica, e depois como seu director.

Nem todos avaliam devidamente a magnitude dêste sacerdocio, de cujo exercicio, tenho-o dicto muitas vezes, depende em última analyse a grandeza de uma nação. O desenvolvimento esmerado do Ensino fez já de nossas duas brilhantes vizinhas do Prata dous centros de cultura, e da grande República dos Estados Unidos o admirado colosso americano. Todos, todos devemos enveredar por esse caminho, que conduz á prosperidade e á glória.

Amendo estremecidamente o seu Maranhão, Jansen Ferreira trabalhou igualmente para uma nova carta geographica do Estado, para outra da ilha de São Luiz, e para o levantamento exacto da planta da capital. Com todo esse material, que lhe reclamou grandes pesquisas, poude corrigir sinões da obra do nosso, aliás, insigne e operoso Candido Mendes.

Com igual afan se bateu na questão suscitada desde annos pelo Estado do Piauí a proposito da Tutóia, que afinal pela Conferência de Limites interestaduaes foi incorporada ao Maranhão, dando-lhe assim completo ganho de causa.

Outra campanha de Jansen Ferreira foi a construcção de uma estrada de penetração ao Tocantins, que puzesse em communicação a parte navegavel dêsse grande rio com o

porto de São Luiz. Era uma aspiração secular de sua terra, por ella luctou sempre com calôr, e ainda nos ultimos dias da vida fez sôbre este assumpto uma esplendida conferência em São Luiz.

Deixou publicadas obras de valor, como a *Chorographia do Maranhão*, *Geographia medica e Climatologia do Maranhão*, *As vias ferreas e o Maranhão*, *Interesses maranhenses*, *Barra de Tutoia*, *A Divisoria pelo Parnaiba*.

Ficaram ineditos outros productos do seu talento, como uma monographia sôbre a Instrucção pública no Maranhão e um estudo biographico sôbre José Ribeiro do Amaral, mais um filho illustre daquelle feliz torrão brasileiro.

A tão culto espirito e a patriota tão ardoroso não podiam nem deviam faltar distincções; entre ellas devo citar os diplomas que lhe conferiram as sociedades de Geographia de Pariz, Lisbôa e Rio de Janeiro e a Academia de Lettras Maranhense.

Ao nosso INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO era imprescindivel que o tivessemos, honrando as nossas fi-leiras, e assim o INSTITUTO procedeu na sessão de 22 de Junho de 1911, approvando a sua eleição para socio correspondente.

A' lucida memória do batalhador, que se finou a 17 de Agosto dêste anno, presto por minha vez, em nome da benemerita Companhia, a mais cordial e saudosa homenagem.

O Maranhão perdeu um dos seus grandes filhos, mas elle entra no Livro da História nacional coberto de laureis.

— Cabe agora a outro Estado, o meu querido Rio Grande do Sul, a glória de haver dado á Patria mais um varão insigne, por muitos titulos merecedor do apreço e da admiração dos seus pares; refiro-me ao saudoso companheiro Arthur Pinto da Rocha.

Nascido na cidade do Rio Grande em 1864 teve por progenitores o visconde Pinto da Rocha e d. Constança Pinheiro da Cunha Rocha. Iniciados alli os estudos primarios, foi mandado por seus paes para Portugal, quando mal passava dos 15 annos de idade. Lá fôram feitos os estudos secundarios e o superior pelo joven Riograndense, que aliás não exqueceu jámais os dias alegres da juventude passados na formosa terra lusitana, nem siquer perdeu de todo o accento peculiar dos nossos ermãos de além-mar.

Completoou os estudos preparatorios no Lyceu Nacional de Lisbôa, e abandonando o primeiro intento de se matricular na Eschola Polytechnica, partiu depois para Coimbra, em cuja Universidade se formou em Direito.

Seguiu felizmente o rumo, que a feição do seu talento reclamava; esta resolução só podia dar os excellentes fructos, que effectivamente colheu e todos admirámos.

Volvendo aos lares patrios em 1891, foi logo aproveitado no exercicio da promotoria pública de Porto Alegre, e depois eleito deputado á Assembléa estadual. Dahi, graças aos seus meritos, não tardou em merecer o voto dos meus patricios para os representar no Congresso Federal, onde em tres legislaturas consecutivas, de 1894 a 1903, fez brilhante figura com seu saber e com a palavra facil e imaginosa, que era um dos seus grandes dotes.

Ainda em Porto Alegre, como fundador da Faculdade de Direito alli creada, e como lente de Direito Internacional, teve oportunidade de prestar notaveis serviços.

A nobre funcção de mestre exerceu-a depois por muitos anos na Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro, para a qual entrou como substituto de Direito civil em 1 de Julho de 1915. Nesta categoria de lente substituto regeu por vezes com brilhantismo cadeiras varias: as de Direito Internacional, de Direito Industrial, de Direito Romano e de Direito Constitucional, fazendo jus á promoção de ante cathedratice de Direito Civil, que se realizou em Abri deste anno.

Um dos seus pendores mais accentuados foi o estudo das questões internacionaes, e neste particular trabalhou para o nosso grande *Diccionario Historico*, compondo em rapido esboço uma parte do capitulo XXVII dedicado á História Diplomatica do Brasil, — e este mesmo assumpto foi objecto de ininteressantissimas lições professadas aqui no Instituto em 194.

A'vista de sua cultura juridica era natural que o nosso Govern. o aproveitasse tambem em alta funcção pública e assim succedeu em 1926 quando nomeado ministro do Suprem. Tribunal Militar. No exercicio deste alto posto e no do magisterio se passaram os seus ultimos dias.

Proposto e acceito em 1914 para sócio do nosso Instituto, fez aqui sua entrada na sessão de 31 de Julho de 1915, proferindo uma brilhante oração de estréa na qual dissertou com facundia sobre a alliança da Poesia e da História na existencia e meva dos povos.

Este breve excerpto do discurso inaugural traduz a idéa geral do orador:

"E não rio da História, como em um precioso relicario, egualmente quecidas pelo mesmo affecto, guardadas pelo

mesmo carinho, o pensamento encontra a magestade viva e eloquente do Direito e a magestade morta mas evocativa das ruínas, iluminadas ambas pelo fulgor da Poesia, companheiro incomparavel da Justiça que nasce do Direito, como a pôr emerge da luz..."

Na extensa bibliographia do dr. Pinto da Rocha figuram numerosas composições dramaticas, desde a sua encantadra *Talitha, evangelho em verso*, até *Entre dous berços e Estátua* (drama em tres actos); um romance *A Rainha do Mondejo* (contos da vida academica); um volume de versos *Por montes e valles*; discursos litterarios e parlamentares; muitas conferências de valor; *Prelecções* na cadeira de Direito Internacional; *O Tractado do condominio*; *O Jury, sua origem e evolução* (these apresentada ao Congresso Juridico Americano).

Para não fatigar a vossa attenção deixo de mencionar muitos outros trabalhos, em que se revelou o talento do nosso prezadissimo e saudoso confrade, cuja perda lamentamos desde 18 de Julho dêste anno, data de seu fallecimento.

A noticia da morte dêste talentoso patricio echoou triteamente em varias corporações. Tributaram-lhe então justas homenagens o Supremo Tribunal Militar, o Supremo Tribunal Federal, a Côrte de Appellação, a Sociedade Brasileira de Auctores Theatraes, o Conselho Nacional do Ensino, a Liga da Defesa Nacional, a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro.

Nada mais justo, e hoje nesta solennidade, em nome do INSTITUTO, onde o dr. Pinto da Rocha fulgurou, pouco pagar-lhe a divida do Brasil, salientando os meritos de quem soube ser a um tempo poeta, dramaturgo, jurista, professor, parlamentar e magistrado. Perdure assim, cercada de flôres e de louros, a memória do insigne representante da patria gaúcha!

— A 16 de Agosto dêste anno desapareceu da cena do mundo um dos vultos apostolicos e litterarios, a quem o Brasil e particularmente o Estado do Rio Grande do Sul mais deve altissimo apreço e gratidão perenne, pelo muito que nos amou e pelos serviços prestados a esta sua patria adoptiva.

Refiro-me ao padre Carlos Teschauer, que estas palavras se serviu uma vez: "trabalhando no Brasil, naturalizei-me brasileiro; escrevendo a História do Rio Grande do Sul naturalizei-me sul-riograndense".

Nasceu Carlos Teschauer a 10 de Abril de 1851 em Birs-tein, da actual provincia de Hessen-Nassau, na Prussia.

Feitos os estudos primarios e gymnasiaes como sentisse desde a primeira mocidade vocação religiosa, entrou para o seminario de Fulda e em seguida para o de Moguncia, recebendo alli ordens sacras pelas mãos do bispo Manuel von Ketteler.

Isso, porém, não bastou ao piedoso servo de Deus; quiz alistar-se na gloriosa Companhia de Jesus, essa benemerita filha da Egreja Catholica, a quem o mundo, e nós em particular no Brasil, devemos tantos e tão singulares beneficios de ordem social.

Para esse fim fez o noviciado na Hollanda e completou os estudos theologicos na Inglaterra. Estava assim formado e aparelhado para as rudes campanhas da catechese.

Em 1880 partiu para o Brasil, e em Setembro d'este anno desembarcou em Porto Alegre. Iniciou-se o apostolado, e, de permeio com essa magna tarefa, se avolumavam a pesquisa histórica e os seus estudos ethnographicos e philologicos, porque o infatigavel Jesuita, no afan do trabalho, não perdeu nem tempo nem as varias situações em que se encontrou, para realizar o programma de ser util á patria adoptiva.

Pastoreou almas em São Sebastião do Cahi, em São Leopoldo, em São João do Montenegro; foi capellão da Sancta Casa da Misericordia na cidade do Rio Grande e do Hospital Militar de Porto Alegre.

Para seus trabalhos historicos relativos ao Rio Grande, na época do velho periodo colonial, consultou innumerous documentos, dos quaes obteve cópias ou transcripções do que a esse respeito havia nas bibliothecas e archivios do Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevidéo, Assumpção, Santiago do Chile, Madrid, Simancas, Sevilha, Roma e Bruxellas, além de copiosos e velhos mappas dos seculos XVI ao XVIII. Não houve fonte que lhe passasse despercebida. Era um consummado pesquisador, e foi por isso que logrou publicar aquella preciosa obra, que se intitula: *História do Rio Grande do Sul dos dous primeiros seculos*.

Essa obra, em tres volumes estampados de 1918 a 1922, e da qual conservo com carinho o primeiro volume que por elle proprio me foi offerecido, — essa obra é de valor indiscutivel, porque nada tinhamos do mesmo genero.

Os *Annaes* do nosso benemerito visconde de São Leopoldo, e os trabalhos do conego Gay que se encontram na nossa preciosa *Revista* não eram completos neste particular.

Para avaliar a obra do padre Teschauer bastará dizer: elle estudá ahi a primitiva catechese e colonização do Rio Grande do Sul, os usos e costumes das várias tribus que o habitavam, as luctas nas Missões, a administração civil e militar, assim como o Commércio da época; a Pecuaria, a Agricultura, a Industria e as Artes entre os Indios, o regime da propriedade, então vigente, a occupação do porto do Rio Grande em 1737, o regime das Reducções, o tractado de 1750, a guerra das Missões, e pôr fim a expulsão dos Jesuitas, — e tudo isto acompanhado de uma copiosa bibliographia, assim como de muitos e valiosos documentos até então ineditos.

Esta breve enumeração de assumptos deixa vêr a somma avultada de investigações, que o grande livro representa.

Ao lado dêste genero de trabalhos, muitos outros lhe mereceram attenção e carinho: *A vida e obras do padre Roque Gonzales de Sancta Cruz*, que teve várias edições, *Avifauna e Flora nos costumes, superstições e lendas brasileiras*, que viu a luz da imprensa em 1925, e entre outros ainda o *Nôvo Diccionario Nacional*, copiosissima collectanea de vocabulos regionaes, onde, ao lado de alguns lapsos talvez, se encontra preciosa achega para o estudo dos chamados *brasileirismos*, a que se não pôde furtar a attenção dos que prezam e esmiuçam a lingua portugueza falada dêste lado do Oceano, por cerca de 40 milhões de habitantes.

São da lavra do estudioso Teschauer ainda: *Estudos ethnographicos sobre os principaes achados indios no museu do Collegio Conceição* (1901); *A Prioridade dos Portuguezes no descobrimento da America*, e a *Lenda de ouro*, publicações feitas no Ceará em 1903 e 1911; *A Herva Matte na história e na actualidade* (1907); *Ethnographia do Brasil no principio do seculo XX*, dada á estampa em 1914; *O Character canonico das reduções no Rio Grande do Sul*, — memoria que figura nas paginas da nossa *Revista* (vol. LXXVII, p. 2º, pags. 183 a 190).

De tudo isto que concluir? Conclue-se que o laborioso e venerando discipulo de Loyolá, tão nosso pelo coração e pelo amor á Patria adoptiva, não deveria deixar de ser inscripto no quadro dos nossos batalhadores de escol; na sessão de 21 de Agosto de 1921 o Instituto elegê-o socio correspondente, e é nesta categoria que aqui lhe é prestado o mais sincero preito.

Ao despedir-se da vida terrena ha poucos mezes, o padre Carlos Teschauer, si não fôram a molestia e a humilidade, que o seu character religioso lhe impunham, poderia

dizer com o poeta latino: *non omnis moriar*. Não, não morrerei de todo, viverei na lembrança do Brasil e do meu Rio Grande do Sul, aquelle torrão, também abençoado, que deu ao mundo e á História, Osório, Andrade Neves, Felix Xavier da Cunha, Silveira Martins, Porto Alegre e Joaquim Caetano da Silva.

Não morrerei de todo; deixo-lhes o testemunho palpitante do meu amor.

— Em Março de 1875 chegou a esta capital um jovem francez, chamado Henri Charles Morize, nascido a 31 de Dezembro de 1860 em Beaune (Departamento da Côte d'Or), filho de José Morize e de d. Esther Henry Morize.

Quem poderia prever que nos vinha d'além mar o futuro cidadão brasileiro, destinado a immortalizar-se por trabalhos e serviços do mais alto porte, prestados a esta Patria adoptiva por espaço de quasi meio século?

Foi um presente régio, que nos deu á famosa guerra franco-prussiana de 1870, graças á qual a familia do jovem Henri Morize, perdidos os seus haveres, teve de procurar occupação e abrigo nesta generosa terra brasileira.

Indo para São Paulo, empregou-se como caixeiro na Livraria Garraux, e pouco depois, em 1877, occupou logares subalternos na Estrada de Ferro São Paulo Railway: juventude afanosa e ardua, portanto.

Mas a Providencia vela pelos homens de valor; nessa estrada se encontrou Morize com o engenheiro dr. Eduardo José de Moraes, prestimoso e intelligente companheiro que foi do nosso Instituto; esse engenheiro conheceu-lhe o talento e animou-o a prestar exames preparatorios na Faculdade de Direito de São Paulo. Dalli se transferiu para o Rio de Janeiro, em 1880, vindo frequentar o curso annexo da nossa Eschola Polytechnica. Estava afinal Morize no seu legitimo elemento; era alli que se devia preparar o sabio professor, que tanto honrou a sciencia brasileira no decurso dos annos subsequentes.

Refeito de algumas enfermidades, que lhe perturbaram os estudos, conseguiu logo, a 18 de Junho de 1884, a nomeação interina de alumno astronomico do Observatorio, depois de se naturalizar brasileiro a 31 de Março do mesmo anno.

Em 1885, após concurso, foi nomeado 3º astronomico, e em 1891 subiu á classe de astronomico do importante e já reputado estabelecimento. Por fim, ao cabo de tantos annos de intenso labor, a 9 de Dezembro de 1909, tendo fallecido o

dr. Luiz Cruls, ascendeu ao posto culminante da carreira, sendo nomeado director effectivo do Observatorio.

Por outro lado, na Eschola Polytechnica, o talento do insigne scientista deu-lhe margem a outros triumphos: a 23 de Dezembro de 1896 foi nomeado professor interino, em 19 de Septembro de 1898 professor effectivo após concurso, e a 26 de Novembro do mesmo anno lente cathedratico de Physica, Electro-technica e Meteorologia. Foi alli tambem um emerito servidor, por todos estimado e admirado, cabendo-lhe realmente a glória de fundador da nossa Physica experimental, tão rica de ensinamentos e de quasi prodigios na época em que vivemos.

Sabio de tal envergadura não podia deixar de merecer elevado conceito nos grandes centros scientificos do mundo: foi membro honorario da Sociedade de Sciencias Mathematicas de Cherburgo, membro vitalicio da Sociedade Franceza de Physica e da Sociedade Astronomica de França, socio da Sismological Society of America, assim como da Società Sismologica Italiana.

No seio da Patria eguaes distincções lhe foram conferidas, a começar pelo nosso amado INSTITUTO desde 10 de Junho de 1918, e o mesmo fizeram os Institutos congeneres do Ceará e de Pernambuco, a Sociedade de Geographia e a Radio Sociedade do Rio de Janeiro, assim como o Conselho Director do nosso valoroso Club de Engenharia.

Foi além disso membro fundador e presidente da Academia Brasileira de Sciencias, que se está revelando um brilhante nucleo de prestimosos investigadores.

E' longa a serie de commissões officiaes, de que foi incumbido pelo Govêrno, bastando salientar entre ellas: a de astrônomo da projectada Nova Capital da União em 1895, e a de 2º commissario da Comissão de Limites com a República Argentina em 1904: cargos ambos de alta responsabilidade, e cujo desempenho foi cabal.

E' igualmente copiosissima a serie dos seus trabalhos scientificos publicados em revistas nacionaes e estrangeiras. Entre outras, figura a monumental Memória, intitulada "Introdução ao estudo do Clima do Brasil", que constitue o capitulo 4º do nosso grande *Diccionario Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, vol. 1º, de pags. 75 a 189.

Depois de tanto lidar, o insigne trabalhador, como era natural, sentiu a debilitação de forças. O benemerito Henrique Morize solicitou por isso a sua aposentadoria, e esta lhe foi concedida a 9 de Abril de 1929. Pouco sobreviveu,

porém, a este forçado repouso; a 19 de Março dêste anno voltou a última pagina da vida, e nesse dia se lhe abriu o Pantheão dos immortaes. O INSTITUTO HISTORICO lembrará sempre a sua lucida memória, como bravo soldado desta briosa phalange.

— O eminentissimo cardeal d. Joaquim Arcoverde, arcebispo do Rio de Janeiro, fallecido a 18 de Abril do presente anno nesta capital, e desde 31 de Outubro de 1897 laureado com o título de socio honorario do nosso INSTITUTO foi outro luminar que se apagou e a cujo brilho devo prestar a mais cordeal e saudosa homenagem.

Nascido em Cimbres, na então provincia de Pernambuco, a 17 de Janeiro de 1850, iniciou estudos em Cajazeiras (na Parahiba), e aos 16 annos de idade, revelada já a sua vocação ecclesiastica, seguiu para o Collegio Pio Latino Americano em Roma. Tendo frequentado depois a Universidade Gregoriana e concluido os respectivos estudos, recebeu a ordem de presbytero, conferida pelo cardeal Patrizi, na Basilica de São João de Latrão, a 4 de Abril de 1874.

Voltando á Patria, foi incumbido em 1876 pelo immortal bispo d. Vital de Oliveira de reorganizar o Seminario de Olinda, onde serviu como reitor, demonstrando desde logo os altos predicados de administrador, que caracterizaram toda a sua vida pública.

Em seguida se transferiu para Recife, e alli foi professor e director do Gymnasio Pernambucano.

A Sancta Sé, tendo noticia e conhecimento de seus meritos, distinguio-o sem demora com o titulo de prelado domestico de Sua Sanctidade.

Não tardaram muito outras provas dêsse alto apreço, sendo nomeado em 1885 coadjutor do arcebispo da Bahia, — função de que aliás pediu dispensa nos mais respeitosos termos, e em 1890, preconizado bispo de Goiaz, recebeu em Roma, das mãos do cardeal Rampolla, a sagração.

Estava, entretanto, destinado pela Providencia Divina a outros postos; motivos particulares induziram-no a solicitar do pontifice o dispensasse tambem da prelazia de Goiaz.

De volta ao Brasil, estava em 1892 exercendo tranquilamente o magisterio no Collegio dos Padres Jesuitas em Itú, quando foi surpreendido pelo decreto pontificio de 20 de Agosto, que o nomeava bispo titular de Argos e coadjutor do bispo de São Paulo, d. Lino Deodato, com futura successão.

Não era mais possivel resistir ao appêllo insistente do Soberano Pontifice; desta vez acceitou e obedeceu submisso.

Pela morte de d. Lino, que logo depois occorreu, assumiu d. Joaquim Arcoverde o govêrno da diocese de São Paulo, onde prestou relevantes serviços, e da qual, em 1897, foi removido para o arcebispado do Rio de Janeiro, que vagara pelo fallecimento de d. João Esberard.

Era uma distincção merecida, mas outra ainda maior o esperava: no Consistorio secreto de 11 de Dezembro de 1905 foi elevado á purpura cardinalicia pelo Sancto Padre Pio X, tendo concorrido em bôa parte para esse facto auspicioso a intervenção intelligente do nosso preclaro e saudosissimo barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores.

Era assim d. Joaquim Arcoverde o primeiro cardeal da America Latina, e neste character, ao lado do seu merito real, lhe foi feita uma recepção verdadeiramente triumphal, quando voltou ao Rio de Janeiro a 31 de Março de 1906.

O seu govêrno nesta Diocese foi felicissimo e abençoado por quantos vêem no progresso e na diffusão dos principios catholicos um elemento poderoso e efficacissimo para o bem público e para a educação da mocidade.

Enquanto a Providencia lhe deu saude e vigor, trabalhou como um apostolo, advogando os interesses do Arcebispado e o bem espirital dos fieis, sempre com vigilancia maxima, sempre com a indispensavel energia temperada pela prudencia ou pela doçura.

Foi o que se pôde chamar um pastor modêlo, e tambem por isso fôram expressivas as muitas manifestações de amor das suas ovelhas, já por occasião do seu jubileu sacerdotal, em 1874, já por motivo das festas cardinalicias em 1906 e 1907.

E o pastor modêlo foi além: quando sentiu que se lhe alquebravam as fôrças, já victima de pertinaz molestia, teve a idéa providencial de chamar para seu coadjutor esse outro prelado eminente, que se chama d. Sebastião Leme, que é hoje o nosso amado pae espirital, e ao qual, ha bem pouco, a Sancta Sé conferiu, com toda justiça e com intenso rego-sijo dos Brasileiros, ao lado da dignidade de arcebispo do Rio de Janeiro, a purpura cardinalicia.

Dest'arte o Brasil se viu duas vezes honrado, graças ao descortino e ás virtudes excelsas do nosso preclaro d. Joaquim Arcoverde.

Sua morte a 18 de Abril proximo passado foi motivo de consternação geral, e seu testamento é pagina de altissima piedade, que honraria a penna de um sancto.

Nesse escripto, com incomparavel modestia, prescreveu que por occasião de seu enterro não houvesse oração funebre. Aqui, entretanto, senhores, falla mais alto a voz da História, e esta não prescinde de louvar e exaltar os dotes excepcionaes dos cidadãos, porque é seu dever offerecê-los como typos e modêlos ás gerações futuras.

A História, como mestra da vida (*magistra vita*), dá lições. E a vida do eminentissimo cardeal Arcoverde foi uma augusta lição de Bondade, de Patriotismo e de Virtude.

— Eis, senhores, esboçado embora em termos apagados, o perfil dos honrados e illustres companheiros, que, obedecendo aos decretos da Providencia Divina, se apartaram este anno da vida mundana para vida melhor.

Mereciam todos, em verdade, palavra mais fulgurante, mas o velho órgão dêste Cenaculo fez o possivel para lhes dar nesta solennidade o relêvo que mereciam. Perdoai-lhe, bondosos, com a vossa habitual generosidade.

Não descerei hoje, entretanto, desta excelsa tribuna, sem soltar aquelle grito d'alma, que mais de uma vez ouviste do vosso obscuro confrade.

Agora, senhores, agora mais do que nunca talvez, quando tantas sociedades amigas se agitam no continente sul-americano, reparando quiçá erros e desfallecimentos; — quando ao lado de perturbações politicas nos procura saltar á sorrelfa a louca doutrina bolchevista, que ameaça a dissolução dos vinculos sociaes, assim como dos sagrados laços da familia e dos liames não menos sagrados da crença, — nesta hora urge preservar a Patria da confusão e da ruina que póde sobrevir.

Como? Perguntar-me-ão talvez.

Fazendo tudo pela manutenção da Paz e da Concordia. Com hombros firmes levantemos todos uma muralha contra os erros, os desvarios e as paixões; com olhos fitos sómente na honra e no futuro do Brasil, aproveitemos com ardor os elementos preciosos, que nos fôram dados pela Providencia. (*Vibrantes e prolongadas palmas.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) levanta a sessão, última dêste anno.

Encerra-se a sessão ás 22 ½ horas. — *Agenor de Roure*, 2º secretario.

Na numerosa assistencia, notam-se: srs. general Teixeira de Freitas, representando o sr. dr. Washington Luis, presidente da República; dr. J. B. Mello e Sousa, pelo senhor dr. Augusto de Vianna do Castello, ministro da Justiça; te-

nente João Martins Vieira, representando o sr. coronel comandante do Corpo de Bombeiros; general Moreira Guimarães, pela Sociedade de Geographia; drs. R. M. Costa Lima, Victor Alves e Luiz Martins, pela Academia Carioca de Lettras; dr. A. Gomes de Almeida, pelo Instituto dos Advogados; dr. Olympio da Fonseca, pela Academia Nacional de Medicina; senhoras Annita Ramiz Wright, Maria Luiza de Negreiros Fleiuss, Magdalena de Andrade Bittencourt, Maria Eugenia Celso Carneiro de Mendonça, Silvio Rangel de Castro, Gerusa Soares; senhoritas Marcilia de Mesquita Barros, Helena Celso Parreiras Horta, Maria Carolina Fleiuss, drs. Alfredo de Paranaguá Moniz, Gumercindo Ribas, Waldemar de Ramiz Wright, Roberto Ramiz Wright, Alcides Bezerra, director do Archivo Nacional; Frank de Mendonça Moscoso, Lupercio Hoppe, Fernando Augusto de Amorim Garcia, Carlos Celso de Ouro Preto, sra. Luisa San-Juan de Ouro Preto, commandante Affonso Celso de Ouro Preto, dr. Adolpho Carneiro de Mendonça, dr. Paulo Pinto da Rocha, Affonso Celso Parreiras Horta Filho, Carlos de Ouro Preto professor Rodolpho Amoedo, sra. Anna Amelia Carneiro de Mendonça, dr. Marcos Carneiro de Mendonça, familias Henrique Morize e Adolpho Augusto Pinto.

O general Alexandre Leal, chefe do Estado-Maior do Exercito, justifica o seu não comparecimento.

O professor Benevenuto Berna, presidente do Centro Carioca, telegraphou ao sr. conde de Affonso Celso cumprimentando-o pelo anniversario do INSTITUTO.